O Matutino de Maior Tiragem da Capital da República

TEMPO — Previsões no Distrito Federal até 2 horas de amanhã. Tempo — Bom, com nebulosidade. Temperatura — Elevada. Ventos — Do N ao E, frescos. TEMPERATURAS MAXIMAS E MINIMAS DE ONTEM: Santa Cruz, 38.6-24.4; Méier, 37.5-25.0; Barão da Taquara, 35.9-25.8; Penha, 36.122.8; Barão de Corumbá, 36.4-22.0; Ipanema, 31.0-23.0; Jardim Botânico, 32.2-21.4; Laranjeiras, 33.9-23.6; Pão de Açúcar, 32.9-20.8; e, Praça Quinze, 33.5-24.4.

Diário de Notícias

RIO DE JANEIRO
Têrça-feira, 7 de Fevereiro de 1956

Fundador: ORLANDO RIBEIRO DANTAS

Rua da Constituição, 11
Telefone: 42-2910 (Rêde interna)

Fundado em 1930 — ANO XXVI — Nº 10 202

Propriedade da S. A. DIARIO DE NOTICIAS
O. R. Dantas, presidente; Manuel Magalhães Machado, tesoureiro; Aurélio Silva, secretário

ASSINATURAS: Ano: Cr$ 300,00; Semestre: Cr$ 150,00; Trimestre: Cr$ 80,00. EXTERIOR: — Cr$ 320,00
Rep. S. Paulo, W. Farinello - S. Bento, 220, 3º, T. 32-1512

ED. DE HOJE: 4 SEÇÕES, 44 PÁGS. — Cr$ 1,50

Obrigado a Demitir-se o General Catroux

EVIDENTE DUPLICIDADE DO SR. J. KUBITSCHEK

LONDRES, 6 (UP) — O comentarista Lex disse hoje no "Financial Times" que o sr. Juscelino Kubitschek deixou claramente estabelecido que parte essencial de sua politica econômica será a de atrair inversões de capital estrangeiro.

"Entretanto" — acrescenta — "quase ao mesmo tempo a Companhia de Bondes e Eletricidade de Pernambuco vem de anunciar novos protestos e pedidos às altas autoridades, por ter sido ordenada uma redução nas tarifas por conta da companhia, sem uma correspondente diminuição das taxas que paga ao govêrno. O efeito será a eliminação de tôda a renda liquida das operações.

Mais adiante, diz que "assim surge um problema para o sr. Kubitschek. Ser-lhe-á impossível convencer ao capital estrangeiro da sinceridade de suas intenções se, ao mesmo tempo, uma companhia que é de propriedade de britânicos e norte-americanos é levada a uma posição em que não pode atender ao seu primeiro compromisso".

COLONIALISTAS FRANCÊSES IMPUSERAM ESTA DECISÃO

HOSTILIDADE A MOLLET NA ARGÉLIA

ARGEL, 6 (AFP) — Anuncia-se oficialmente a demissão do general Catroux, que fôra nomeado ministro com Residência em Argélia. Espera-se uma comunicação oficial da presidência do Conselho, a respeito.

Os círculos ligados ao presidente do Conselho, sr. Guy Mollet, ora nesta cidade, informam que o general Catroux foi induzido a apresentar sua demissão numa conversação telefônica com o sr. Guy Mollet.

★ *AÇÃO DOS INTERÊSSES COLONIALISTAS*

PARIS, 6 (AFP) — Investido de uma missão difícil que êle não quis recusar; alvo, desde a formação do gabinete Guy Mollt, dos ataques de uma fração reacionária da opinião francesa na Argélia, o general Georges Catroux, Grande Chanceler da Legião de Honra, acaba de demitir-se e não assumirá o pôsto de ministro com Residência na Argélia, para o qual havia sido nomeado.

Especialista em problemas norte-africanos, tenente do marechal Lyautey em Marrocos, o general Catroux tem 79 anos. Foi governador geral da Indochina, Alto Comissário da França no Oriente, ministro de Estado e governador geral da Argélia no govêrno de Argel durante a segunda guerra mundial, embaixador da França em Moscou depois do armistício.

★ *OPOSIÇÃO DA EXTREMA-DIREITA*

Em setembro último, foi encarregado de negociar com o sultão de Marrocos, Mohamed Ben Ussef, então em exílio em Madagascar, as condições de um retôrno à França do soberano cherifiano. Sua participação nas conversações para solução do problema marroquino é origem das numerosas censuras que lhe fazem seus adversários da extrema direita na Argélia, que temem que o general Catroux viesse a seguir na Argélia uma política prejudicial à manutenção da «Presença francesa», que agrupa grande parte dos latifundiários franceses e elementos ligados a altos interêsses financeiros.

(Conclui na 4ª página, 8ª coluna)

AALESUND, Noruega — Flagrante do momento em que a Lancha-torpedeira norueguêsa "Hai" perseguia em águas territoriais um pesqueiro russo (à direita). Os russos alegaram ignorar que se encontravam em águas territoriais da Noruega, não obstante o que foram devidamente autuados por pesca clandestina. A frota pesqueira russa, integrada por 60 navios, dirige-se no momento para o sul, afastando-se das costas norueguêsas. (Radiofoto UP).

Vão à Grã Bretanha Estadistas Soviéticos

LONDRES, 6 (AFP) — «Parece certo, agora, que o marechal Bulganin e Nikita Kruchtchev virão à Grã-Bretanha no mês de abril», — escreve hoje o «Daily Mail». O jornal conservador acrescenta que o convite dirigido aos dois estadistas soviéticos será mantido se êstes «não manifestarem a intenção de continuar a violenta campanha antibritânica, que iniciaram durante sua visita à India e à Birmânia».

DEVOLUÇÃO DAS ARMAS ATÔMICAS

Ignora o Pentágono

WASHINGTON, 6 (AFP) — Não se tem conhecimento, nos meios militares oficiais americanos, do envio para os Estados Unidos, de canhões atômicos que seriam devolvidos por se terem demonstrado defeituosos na Alemanha Ocidental.

Essa retificação do Pentágono refere-se a informações da imprensa britânicas, segundo as quais 27 canhões atômicos pertencentes ao material das fôrças americanas na Alemanha teriam sido devolvidos aos Estados Unidos, pôr terem apresentado defeitos.

Segundo essas mesmas informações, um operário, por outro lado, teria ficado gravemente ferido quando de explosão durante a experiência com o canhão atômico — arma de 280 mm., que pode servir tanto para o lançamento de projéteis nucleares, como para o de obuses de atilharia, do tipo convencional.

Interrogado igualmente a respeito dessa explosão, um porta-voz oficial do Pentágono declarou tudo ignorar quanto a êsse acidente.

SÚBITA ENTREVISTA DULLES-EISENHOWER

SEGUNDA CARTA DE BULGANIN

WASHINGTON, 6 (UP) — O presidente Eisenhower celebrou hoje uma entrevista, que não estava marcada, com o secretário de Estado, John Foster Dulles, a qual estêve relacionada com a segunda cart do primeiro ministro soviético, Nikolai Bulganin. Como é sabido, o governante soviético insiste em seu oferecimento de um pacto de amizade com os Estados Unidos.

Eisenhower e Dulles conversaram sôbre a c rtà na Casa Branca durante uma hora e vinte e cinco minutos. A primeira proposição de Bulganin foi rechaçada pelo presidente e espera-se que a sorte da segunda sej idêntica, não obstante proponha também a assinatura de pactos de amizade entre a União Soviética e a Grã-Bretanha e a França.

Sorrindo, porém, reservado, Dulles não quis dizer quando será dada resposta à segunda nota de Bulganin, publicada quinta-feira passada. Disse, no entanto, que amanhã concederá uma entrevista à imprensa e comentou:

«Creio que terei que dizer algo sôbre o assunto». E meguida, manifestou que com o presidente havia considerado «quatro ou cinco assuntos diplomáticos», porém não entrou em detalhes.

Eisenhower recebeu também, embora brevemente, o presidente da Comissão Nacional de Energia Atômica, L. Staruss.

Protesta Moscou Contra Supostos Balões de Propaganda Americanos

Espera-se Enérgica Resposta de Washington à U. Soviética

Sem Base as Acusações Comunistas

WASHINGTON, 6 (Por Joseph L. Myler, da United Press) — Espera-se que o Departamento de Estado rebata o protesto apresentado pela Rússia no sábado passado contra o supôsto gesto dos Estados Unidos de enviar "balões de propaganda" para o território russo, alguns dos quais equipados com máquinas fotográficas e aparêlhos transmissores e receptores de rádio. Um porta-voz daquele Departamento já disse ontem que os Estados Unidos não enviam balões de propaganda para sobrevoarem a Rússia ou qualquer outro país.

Nos últimos anos, uma campanha nêsse sentido foi realizada por pequenos grupos particul res na Alemanha Ocidental, especialmente pela chamada "Cruzada da Liberdade" uma entidade privada financiada por particul res norte-americanos e pela "Rádio da Europa Livre".

Os peritos classificaram hoje de incríveis as denúncias soviéticas de que êste país está enviando balões de reconhecimento fotográfico sôbre a Rússia.

Us dêsses peritos disse que, tal como estão s coisas, seria "inteiramente impraticável" obter fotografias da forma descrita pelo govêrno soviético.

Eventualmente, acrescentou, é possível que se aperfeiçoe a TV até ao ponto em que será possível fotografar todo o globo com um s télite artificial, mas não se chegou ainda a essa etapa.

O mesmo perito explicou que os Estados Unidos têm realizado experiências com foguetes equipados com câmaras de TV, mas que os resultados têm sido "desanim dores".

O equipamento empregado tem sido muito complexo e dispendioso, e as fotos obtidas «não têm sido boas». Em todo caso, acrescentou, o equipamento de televisão atualmente disponível só poderia transmitir a imágem a 240 km e, as grandes altitudes necessárias fariam com que as imágens fôssem «muito deficientes».

Por conseguinte, o reconhecimento fotográfico da Rússia teria êxito sòmente se os balões e seus equipamentos pudessem ser recuperados «do outro lado». Isso exigiria um conhecimento prévio da rota do balão, o que não é possível atualmente.

Para recuperar uma parte mínima que fôsse das câmaras fotográficas lançadas por meio de balões, seria necessário colocar uma cadeia de embarcações do Artico para o sul e no Pacífico ocidental. E o que é mais, ter-se-ia que lançar ao ar um número considerável de câmaras, para se recuperar ao menos uma.

Como os balões não podem ser dirigidos, uma vez que vão para onde o vento os leva, as possibilidades de obter fotos panorâmicas amplas do território russo, são muito escassas.

«O mais provável — disse um cientista — é que se obteriam apenas uma magníficas fotografias das nuvens».

Ocasionalmente, foram obtidos bons resultados neste país, entre muitos fracassos colocando máquinas fotográficas em foguetes disparados a grande altura, mas em todos os casos «é necessário recuperar o equipamento».

Teòricamente, porém, poderiam ser enviados balões de um extremo a outro da Rússia, aproveitando os ventos.

Cotação do Café e Cacau no Mercado de Nova York

NOVA YORK, 6 (U. P.) — O café Santos «S», para entrega futura, fechou hoje em alta de 180 a 185 pontos. Foram vendidos 93 contratos.

O tipo «B» fechou em alta de 195 pontos, tendo sido vendidos 214 contratos. O tipo «M» fechou em alta de 110 a 190 pontos, vendendo-se 74 contratos.

A firmeza do mercado para entrega imediata, juntamente com a expectativa de u'a maior ajuda econômica dos Estados Unidos ao Brasil, e a diminuição do temor de uma possível desvalorização do cruzeiro, foram os fatôres que mais influíram no tom do mercado.

Os corretores informaram que os estoques globais de café são maiores, apesar de haver sobras de cafés suaves nem dos tipos brasileiros de alta qualidade.

No mercado para entrega imediata, o Santos 4 cotou-se a ... 55 1|2 centavos de dólar a libra-pêso, subindo 1 centavo de dólar. Os cafés colombianos cotaram-se a 70 1|4 centavos de dólar a libra-pêso, subindo 1 3|4 centavos de dólar.

A Bôlsa do Cacau cotou hoje o tipo Bahia Superior a 26,65 centavos de dólar a libra-pêso, com alta de 24 pontos.

Teria Sido Convidado a Visitar Montevidéu

BELGRADO, 6 (AFP) — A Assembléia Nacional búlgara convidou uma delegação parlamentar iugoslava a visitar a Bulgária nos primeiros dias de março. O presidente do Sobranje, sr. Kozovski, em carta dirigida ao presidente da Assembléia Nacional da Iugoslávia, sr. Pijade, manifestou a convicção de que o estabelecimento de contactos diretos entre os parlamentos dos doisp aises representaria sólida contribuição ao esfôrço comum, em benefício da consolidação da paz nos Balcans e no mundo.

Entrevista do Ocidente Sôbre o Oriente Médio

REUNIÃO ANGLO-FRANCO-AMERICANA

WASHINGTON, 6 (AFP) — O porta-voz do Departamento de Estado deu hoje a entender, no decurso de sua entrevista coletiva à imprensa, que as trocas de vistas franco-anglo-americanas, sôbre o Oriente Médio, na escala dos embaixadores, não terão início, provàvelmente, antes do fim desta semana, no Departamento de Estado. Aguardava-se geralmente a abertura dessas conversações para o início desta semana. Respondendo a perguntas, o porta-voz oficial declarou que não tinha conhecimento de conversação alguma, sôbre o Oriente Médio, prevista para esta semana, entre o secretário de Estado, Dulles, e os embaixadores, nesta capital, da França e da Grã-Bretanha. Precisou que, no decurso dessas trocas de vistas, os Estados Unidos seriam representados pelo sr. George Allen, sub-secretário de Estado adjunto, encarregado dos Assuntos do Ariente Médio, mas que ainda se ignorava quais as suas modalidades exatas.

Entretanto, de fonte geralmente bem informada, sabe-se que as primeiras trocas de vista triplices, a respeito do Oriente Médio, serão iniciadas nesta capital quarta-feira.

Com efeito, adiantam estar prevista para 8 do corrente, no Departamento de Estado, uma reunião de que participarão o sr. Robert Murphy, secretário de Estado adjunto, e os embaixadores da França e da Grã-Bretanha nos Estados Unidos, sr. Maurice Couvé de Murville e sir Roger Makins.

Êsse encontro resulta da decisão tomada na semana passada, nesta capital, pelo presidente Eisenhower e por Sir Anthony Eden, de serem entabuladas conversações anglo-franco-americanas, tendo em vista reduzir no Oriente Próximo a tensão reinante, à base da declaração triplice de 25 de maio de 1950.

CONVERSAÇÕES ANGLO-CANADENSES

OTTAWA, 6 (AFP) — As con-

(Conclui na 4ª página, 1ª coluna)

Empréstimo de Dois Submarinos ao Brasil

WASHINGTON, 6 (AFP) — A Câmara dos Representantes aprovou, hoje, uma lei autorizando o presidente dos Estados Unidos a emprestar dois submarinos americanos à Marinha brasileira.

Essa medida deve ser ainda aprovada pelo Senado.

Sistema de Alarme Nos EE. UU. Contra as Chuvas Radioativas

MAIOR DEFESA CONTRA BOMBAS DE HIDROGÊNIO

AVISO UMA HORA ANTES DO PERIGO

WASHINGTON, 6 — (U.P.) — O govêrno anuncia hoje que colocou em todo o país sistemas de alarme contra chuva radioativa, os quais permitirão maior probabilidade de sobrevivência em caso de ataque com bombas de hidrogênio. O Bureau de Meteorologia e a Administração da Defesa Civil dizem que êste serviço ampliado foi estabelecido no dia 1º dêste mês. Antes, a previsão de chuva radioativa e os avisos a respeito só cobriam 70 áreas do país, que estão mais expostas aos ataques.

Agora, o serviço foi ampliado de modo que se possa «fazer face à possibilidade de ataques atômicos em qualquer parte dos Estados Unidos, inclusive as principais instalações militares e os estabelecimentos da Comissão de Energia Atômica, localizados perto dessas 70 zonas críticas».

As repartições citadas dizem também que as autoridades não deixaram igualmente de levar em conta «os possíveis erros dos pilotos e dos artilheiros dos aviões de bombardeio inimigos em seus ataques».

O administrador da Defesa Civil, Val Peterson, declarou num programa de televisão, entretanto, que qualquer cidade norte-americana que constitua objetivo para o inimigo poderia ter um sistema de avisos capaz de dar o alarma com uma hora de antecedência no caso de ataque aéreo inimigo. Mas, em vista do continuo progresso dos sistemas de advertência, acrescentou, a antecipação poderia estender-se de 3 a 6 horas dentro de 15 a 20 meses.

Peterson reconheceu que três ou quatro aviões inimigos, poderiam bombardear uma cidade norte-americana sem que se conseguisse notar antecipadamente a presença dos atacantes.

Em Abril o Casamento da Atriz Grace Kelly

HOLLYWOOD, 6 (AFP) — A atriz Grace Kelly e o principe de Mônaco anunciaram que a cerimôni civil do seu casamento, seria realizada no dia 18 de abril, em Mônaco, celebrando-se a cerimônia religiosa no dia seguinte.

Foi a secretária de miss Grace Kelly quem anunciou hoje, à noite, a decisão, indicando ainda que o casamento religioso será celebrado ao decorrer da missa.

«Não possuo nenhuma outra minúcia, no momento. Apenas a data é conhecida», concluiu

Pela Consolidação da Paz nos Balcans

BUENOS AIRES, 6 (AFP) — O governador uruguaio teria convidado o sr. Juscelino Kubitschek, a visitar Montevidéu em abril ou maio próximo, para realizar uma conferência — anunciou a agência argentina «Saporiti», acrescentando que o presidente da Argentina, general Pedro Aramburu, seria convidado a participar dessa conferência.

Segundo a mesma fonte, a declaração feita no dia 2 do corrente, em Montevidéu, pelo sr. Luis Batlle Berres, presidente do Conselho de Govêrno uruguaio, ao correspondente do jornal «La Prensa», de Buenos Aires, de que seria feliz se «os dirigentes do Uruguai, Argentina e Brasil se reunissem para tratar de problemas econômicos, políticos, e sociais», se referia aos convites já feitos.

Foi impossível obter confirmação ou desmentido da notícia junto ao govêrno, por causa da ausência de personalidades governamentais.

Aumento de Aluguéis na Berlim Ocidental

BERLIM, 6 (AFP) — Noticia-se, após sessão do Senado da Berlim Ocidental, que foi afastado o perigo de uma crise! iaproximaram-se os pontos de vista dos socialis-democratas e dos democratas-cristãos, a respeito da aplicação, na Berlim Ocidental, da lei federal de aumento dos aluguéis.

Elizabeth II Continua a Sua Visita a Nigéria

ENUGU (Nigéria), 6 — (AFP) — A rainha Elizabeth II e o duque de Edimburgo chegaram precisamente ao meio dia ao aeródromo desta localidade, procedentes de Jos, via Makurdi. Os membros do Conselho Executivo Regional dos Ministros estavam aguardando havia uma hora, todos em costume local, mas a simplicidade exibida pelo primeiro ministro, sr. Azikiwe, vestido com túnica de algodão branca, trazendo à cabeça um fêz negro, contrastava com a pompa com que se apresentavam as demais individualidades oficiais, que se tinham ornamentado com o mesmo cuidado manifestado, na semana passada, em Kaduna, pelos ministros do Norte.

A rainha vestia um simples modêlo, com turbante guarnecido de flores exóticas. Depois das cerimônias de praxe: saudação da rainha pela guarda de honra de um batalhão do Regimento da Nigéria, apresentação dos ministros pelo governador, sir Clement Pleass, desfile aéreo de seis Canberras, e outros, o cortêjo real dirigiu-se lentamente para o Palácio do Govêrno. O "Rolls Royce" negro, fechado, em que iam a rainha e o duque de Edimburgo era — pela primeira vez — dirigido por um nativo da Nigéria, cabo da policia.

A multidão aclamava a soberana, mas o espetáculo não oferecia o caráter tumultuoso e pitoresco da chegada ao norte da Nigéria.

PARIS — O presidente do Conselho, Guy Mollet (à e... ta), em palestra com o general Georges Catroux, a quem escolheu para o cargo de representante da França na Argélia. Mollet foi recebido hoje, hostilmente, na Argélia, o que motivou a renúncia imediata de Catroux. (Radiofoto U. P.)

Não Estaria Eisenhower Decidido a Candidatar-se

OPINIÕES DA CASA BRANCA

NOVA YORK, 6 (UP) — Merriman Smith, veterano cronista da "United Press" na Casa Branca, declarou que o presidente Eisenhower não parece um homem que esteja pensando num segundo mandato presidencial. Acrescentou que, quanto mais EisenhoYer se aproxima do momento de tomar uma decisão a respeito, "menos se inclinam os cronistas de Washington a prognosticar o que o presidente vai fazer". Smith, que é o mais antigo cronistas acreditado junto à Casa Branca, e sôbre cujas atividades vem informando desde 1941, fêz essas declarações ante a Sociedade de Diretores de Jornais de Nova York.

"Disse a meus chefes e colegas há alguns mêses — antes de o presidente ser acometido do ataque cardíaco, em Denver, que não tinha o aspecto nem agia, na minha opinião, como um homem que pensava em ser reeleito. Enquanto não observar qualquer prova concreta em contrário, não tenho motivos para modificar minha impressão", concluiu Smith.

Ex-Inspetor de Policia Sequestrado em Berlim

BERLIM, 6 (AFP) — «Agentes dos serviços de segurança da Alemanha Oriental sequestraram, na Berlim Ocidental, um ex-inspetor da polícia popular da República Democrática Alemã, conduzindo-o para o setor soviético», anuncia a polícia da Berlim Ocidental. Trata-se de Robert Bialek que desde três anos estava refugiado na Berlim Ocidental.

Choque de Indianos e Portugueses em Goa

LISBOA, 6 (AFP) — Os jornais portuguêses anunciam de Goa que foram mortos por uma patrulha da gendarmeria, que teve um membro ferido, cinco indianos de um grupo armado, que penetraram no território português. Acrescentam as mesmas notícias que o bando indiano passou a fronteira, de regresso, após fuzilaria de uma hora, conduzindo os seus feridos e protegido pelo fôgo dos guardas indianos da fronteira.

Tratar-se-ia do mesmo bando que nos últimos tempos realizou diversos ataques contra habitantes e postos policiais do território de Gôa.

Teria Fugido Com Mêdo de Ser Prêso

BERLIM, 6 (AFP) — «Hugo Reimann, filho de Max Reimann, presidente do Partido Comunista da Alemanha Ocidental, que se refugiara na Berlim Oriental, fugiu para a República Federal», anuncia o «Comitê de Inquérito dos Juristas Livres, organização anticomunista da Berlim Ocidental. Hugo Reimann teria fugido, com mêdo de ser prêso.

SÍNTESE INTERNACIONAL

- Noticia-se em Nova York que o Conselho de Segurança recomendou, por unanimidade, a admissão do Sudão à ONU.
- Chegou ontem de manhã, a Nova York, por via aérea, procedente de Paris, o sr René Mayer, presidente da Alta Autarquia da Comunidade Européia do Carvão e do Aço.
- Revela-se no Panamá que o pedido de residência permanente feito pelo ex-presidente argentino Juan Peron continua no Conselho de Imigração, aguardando o momento de passar ao Departamento da Justiça, segundo declarou um funcionário daquela repartição.
- Os ministros das Relações Exteriores da França e da Alemanha encontrar-se-ão no dia 20 do corrente, para estudar os problemas em suspenso entre os dois países, anuncia-se no Quai D'Orsay, em Paris.
- Chegou, ontem à tarde, a Rangun, Birmânia, para uma visita de três dias, o secretário geral das Nações Unidas, sr. Dag Hammarskjold.
- Chegaram a Bonn o presidente do Conselho italiano, sr. Antônio Segni, e o ministro do Exterior, Gaetano Martino, em trem especial, procedentes de Roma. Foram recebidos, na estação, pelo chanceler Konrad Adenauer.
- Em Nova Delhi, o ministro da Educação da India, sr. Maulana Abul Kalam Azad, presidiu a primeira sessão da conferência da comissão indiana da UNESCO. Propôs que esta organização reclamasse a cessação das experiências de armas nucleares.

(Desp. da UP e AFP)

LEIA HOJE

— APROVOU A CAMARA A SUSPENSÃO DO SITIO A PARTIR DO DIA 15 — Votada a redação final, seguiu a matéria para o Senado — 1ª Seção, 3ª página.

— SERIA FECHADO O CONGRESSO SE NAO CEDESSE AS IMPOSIÇÕES DA FÔRÇA — Membros do PSD defendem os arapotis — 1ª Seção, 3ª página.

— AGE A COFAP CONTRA OS PADEIROS INFRATORES — Interdição das padarias e expulsão dos donos, quando estrangeiros — 2ª Seção, 1ª página.

— SUMIRAM OS 120 MILHÕES DE LITROS DE AGUA DO GUANDU — Precário o abastecimento do bairro de Copacabana — 2ª Seção, 1ª página.

OLHOS — Dr. Gervais
DOENÇAS E OPERAÇÕES
Rua Gonçalves Dias, 30, 8.º and
Telefone: 23-7968

BANCO ALIANÇA DO RIO DE JANEIRO S. A.
Rua São José, 28
O BANCO DOS BONS SERVIÇOS

No seu ferragista
"FECHADURA PERFEITA DA FAMA"

Crônica de Joel Silveira

VITÓRIA

Já tive oportunidade de contar, numa reportagem na revista «Manchete», a história de Fronteira e do seu fundador. Maurício Goulart levantou a sua cidade do outro lado da ponte sôbre o Rio Grande, em chão mineiro, há pouco mais de dez anos. A ponte, que também havia sido trabalho seu (e de Miguel Costa) vinha substituir o primitivo caminho das boiadas que tinham de atravessar o rio, a nado, quando desciam dos campos de Goiás, Minas e Mato Grosso. Concluída e entregue a ponte, restou o núcleo de trabalhadores que a haviam levantado. Do núcleo nasceu Fronteira, agora agrupada em tôrno da pequena usina de açúcar que começava a funcionar após um longo período de inatividade.

Nestes dez anos, Fronteira enfrentou e venceu várias lutas. Ganhou um telefone, por exemplo; e já tem o seu nome nas edições mais novas do mapa do Brasil. Do Estado, Fronteira tem recebido pouco ou quase nada. Tudo lá é fruto de uma espécie de artesanato, trabalho de um grupo entusiasta que Maurício Goulart superintende à maneira de um suzerano ameno, suzerano sem palácio e sem privilégios.

* * *

O govêrno tem dado pouco a Fronteira, mas de vez em quando vai até lá tirar alguma coisa. Leio agora nos jornais que Maurício Goulart acaba de vencer a sua guerra mais séria, exatamente contra o govêrno que, através de uma previdência social defeituosa e suntuária, queria de Fronteira mais de meio milhão de cruzeiros devidos a um dos Institutos. Maurício Goulart disse que não entregava o dinheiro, e explica porque:

«Disponha-se o IAPI, obediente ao espírito da legislação que o criou, a aplicar as contribuições dos nossos operários em benefício dêles próprios, e o dinheiro estará à sua disposição. Pretenda agir de modo diferente, e só conseguirá à fôrça, depois que houvermos esgotado todos os recursos ao nosso alcance para impedir que aquelas economias, penosamente amealhadas por humildes trabalhadores, sejam carreadas para fora daqui. E' hora de pôr um côbro à secular exploração do homem do interior pelas populações litorâneas. O Estado não pode pôr a sua máquina de compressão a serviço da iniquidade. E é iniquo tirar da necessidade de operários do interior, desamparados e desajudados de tudo, para o supérfluo das grandes capitais».

A luta demorou exatamente três anos. O Instituto pressionando, Fronteira reagindo. Foi um duelo de intimações versus petições, num delírio de estampilha e de razões, o Instituto a mandar seus cobradores a Fronteira, Maurício a largar a moenda para vir travar na capital «rounds» sucessivos de uma luta corpo a corpo. Mas Fronteira acabou vencendo. O Instituto abre mão do meio milhão, e aceita, como pagamento da dívida, o pequeno hospital construído em Fronteira com o dinheiro dos seus trabalhadores. O hospital que competia ao Instituto construir e administrar.

Nessa briga do pequeno com o grande, é evidente que todo mundo esperava pela derrota do pequeno. Mas o pequeno ganhou. Armado exclusivamente de uma lógica cerrada, e de razões que de tão vivas e comovedoras pareciam sangrar, Fronteira defendeu até à vitória final a obrigação de o govêrno deixar lá mesmo, em favor dos seus operários, os tostões que lhe queria extorquir em benefício da perdulária distribuição da Côrte.

SUMIRAM OS 120 MILHÕES DE LITROS DE ÁGUA DO GUANDU

Precário o Abastecimento do Bairro de Copacabana

Ressonância na Câmara Federal

A água da adutora do Guandu, cujas comportas foram recentemente abertas, não chegou, todavia, a matar sequer as saudades do sedento povo carioca, que, já agora, se encontra na contingência de esperar pelas providências divinas. Tem-se a impressão de que o Departamento de Águas faz, no momento, uma terrível prova para medir a capacidade de reação do povo, que tem esperado, aflito, pelas promessas nunca cumpridas de melhoria do abastecimento. Ou então a água existe mesmo e está sendo criminosamente sonegada. Essa é, aliás, a conclusão mais evidente em face das categóricas declarações do sr. Pereira Braga, que ainda no penúltimo domingo, num programa de televisão, se mostrou eufórico com a inauguração da adutora do Guandu e asseverou que 120 milhões de litros seriam acrescidos diàriamente ao precário sistema de distribuição, mas, a bem da verdade, diga-se que há na cidade bairros inteiros onde a sêca prolonga-se dias a fio. Isso verifica-se em Copacabana, Olaria, Botafogo, etc. No Pôsto Seis, entretanto, fato curioso, corre água nos encanamentos da rua Raul Pompéia e desaparece por completo alguns trechos das ruas Joaquim Nabuco, Francisco Otaviano e avs. N. S. de Copacabana e Rainha Elizabeth.

Há uma oponião generalizada de que é responsável por essa situação, na zona sul, o manobreiro d'água Delfim. Contra êle não adiantam os protestos e as reclamações, como não adiantou, tampouco, a denúncia feita há tempos neste jornal sôbre as propinas que um edifício da rua Figueiredo de Magalhães oferecia mensalmente.

São muitos os apelos das famílias do Pôsto Seis que ficaram o mês passado 17 dias sem o líquido e agora não o recebem desde o dia 1º. O sr. Pinto Pessoa, da Divisão de Águas, graceja até com o suplício alheio e diz que o povo tem «psicose de falta d'água».

A água em Copacabana era distribuída em dias alternados, comumente a partir das 21 horas. Presentemente, não há distribuição e uma vez ou outra quando o sr. Delfim se lembra de mexer nos registros o faz em horas desencontradas, possibilitando, assim, o abastecimento apenas daqueles que têm a sorte de uma informação a respeito ou o dom da previsão.

Essa é a real situação no Pôsto Seis. Pena que o sr. Pereira Braga não queira verificar pessoalmente o que ocorre.

Afirma-se que o sr. Delfim, filho do antigo manobreiro-chefe da zona sul, possui um mapa da rêde distribuidora de seu distrito, desenhado pacientemente anos seguidos à proporção que se faziam modificações nos encanamentos. E' senhor, portanto, dos segredos subterrâneos de Copacabana e se torna, por isso, elemento chave e indispensável para os engenheiros do DAE.

N o adianta telefonar para as repartições que tratam do problema, pois a resposta, quando alguém responde, é sempre muito vaga.

Um deputado — o sr. José Guimarães — sofrendo em sua própria carne a calamidade, foi à tribuna da Câmara na última sexta-feira e fêz a seguinte comunicação:

— «Sr. presidente, embora não julgue conveniente tratar de assuntos municipais na Câmara dos Deputados, quero dirigir mais um apêlo ao sr. Prefeito do Distrito Federal a respeito da falta d'água reinante no Pôsto 6, em Copacabana, onde, infelizmente, resido.

Já havia pensado no absurdo de apresentar projeto anexando o Pôsto 6 ao Polígono das Sêcas, para ver se, com verbas do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, poderíamos tirar algum proveito da situação, calamitosa, que se verifica naquela zona...

Há uma semana falta água na rua Rainha Elizabeth. Temos então de recorrer a amigos domiciliados em outro bairro a fim de nos suprir dessa deficiência. Era o que tinha a dizer».

Homem-Chave

Este é o homem-chave das «manobras» da água da Zona Sul. O sr. Delfim, de confiança da direção do DAE, possui um mapa da rêde distribuidora.

DR. JOSÉ DE ALBUQUERQUE
Membro efetivo da Sociedade de Sexologia de Paris.
DOENÇAS SEXUAIS DO HOMEM
Rua do Rosário, 98 — De 1 às 6

COMPRA-SE TUDO
ROUPAS USADAS
Máquinas de costura, de escrever, rádios, geladeiras, encerradeiras, ventiladores, cristais, porcelanas e tudo que represente valor. Paga-se bem
Telefone: 43-9232

RICHMOND HOTEL BUENOS AIRES
77 PESOS ARGENTINOS DIARIOS PARA 2 PERSONAS
FLORIDA 470

DR. SPINOSA ROTHIER
DOENÇAS SEXUAIS E URINARIAS — TRATAMENTOS E OPERAÇÕES DA PRÓSTATA — Rua Senador Dantas, 44 — 3º — Tel.: 22-3367.

CARNAVAL CALMO
EM
MIGUEL PEREIRA
600 MTS ALTITUDE
Tratar: Rua São José 16 — Sobrado — RIO
HOTEL TURISTA

Dr. Carlosalberto Corrêa
OCULISTA
Edif. Piauí — Avenida Almirante Barroso, 72 — 4.º — Salas 401-404 — Fone: 23-6877, de 1 hora em diante, diàriamente.

Dr. Pedro de Albuquerque
DOENÇAS SEXUAIS E URINÁRIAS
R. Buenos Aires, 80, 7.º andar, de 1 às 6.

CARDIOLIPINA "SYCCO"
SYLVANA
Reativo estável e de alta sensibilidade usado nos Hospitais Militares e Civis dos Estados Unidos e nos nossos maiores e melhores laboratórios de análises clínicas.
(Microfloculação, VDRL, Fix. do Complemento)
«SELM» SOCIEDADE EQUIPADORA DE LABORATÓRIOS MODERNOS LTDA.
CAIXA POSTAL 4022 — SÃO PAULO
Agente no Rio: — SR. SALVADOR DAYAN — Tel.: 22-0502.

DR. FLAVIO APRIGLIANO
Diplomado pelo «American Board of Otolaringology»
BRONCO — ESOFAGOLOGIA E CIRURGIA DA LARINGE — CASA DE SAUDE S. MIGUEL
R. Conde de Irajá, 420 - Tel.: 46-0808 — Cons.: Tel.: 32-6761 - Residência: Telefone: 52-0036.

DR. PIZZOLANTE — PRÓSTATA — RINS — REUMATISMO — MOLÉSTIAS SEXUAIS — OVÁRIOS — BEXIGA — URETRA — Tratamento rápido, sem operação — Aparelho Norte-Americano (Febre local) — 7 de Setembro, 66 — 11º andar — De 9 às 18 horas — Telefone: 22-8472.

DENTADURAS ALEMÃS EM 3 DIAS
Resolvemos casos perdidos.
R. Manuel de Carvalho, 16-6º
Orçamentos grátis.
Tel.: 22-4551

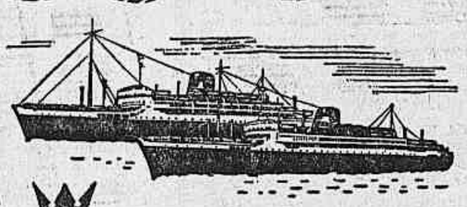
ALERGIA INFANTIL, ASMA — ECZEMA — URTICÁRIA
DR. MONTEIRO DE SA — Curso de especialização na América do Norte
CONSULTÓRIO: — Avenida N. S. de Copacabana, 709 — Apt.º 503 — Tel.: 37-8508.

DOENÇA
VEM SEM AVISO
PREVINA-SE
E PENSE EM SUA FAMILIA
TORNANDO-SE
SÓCIO
DA
CASA DE SAUDE
SÃO JUDAS TADEU
Cirurgia — Maternidade
Socorro Urgente
Rua Marquês de Abrantes, 92
Tel.: 45-4946.

MILHÕES

De Pessoas Têm Usado
Com Bom Resultado o
Popular Depurativo
ELIXIR 914
A SÍFILIS ATACA TODO O ORGANISMO!
PRODUZ DORES DE CABEÇA, DORES NOS OSSOS, REUMATISMO, CEGUEIRA, QUEDA DO CABELO E ANEMIA.
Consulte o médico e tome o popular ELIXIR 914.
Aprovado pelo D. N. S. P., como medicação auxiliar no tratamento de sífilis e reumatismo da mesma origem.

CAIXOTARIA BRASIL LTDA.
Av. Presidente Vargas, 1.093
Telefone: 43-4339
CASA ESPECIALIZADA em embalagem, de móveis, louças e cristais — Fornecimento de caixas, etc. Preços módicos à domicílio. Despachem-se encomendas.


Societé Générale de Transports Maritimes

Rio para Bahia, Dakar, Barcelona, Marselha e Gênova	Rio para Santos, Montevidéu Buenos Aires
PROVENCE 21 de Fevereiro	BRETAGNE 9 de Fevereiro
BRETAGNE 13 de Março	PROVENCE 1 de Março
PROVENCE 10 de Abril	BRETAGNE 29 de Março
BRETAGNE 1 de Maio	PROVENCE 19 de Abril
PROVENCE 29 de Maio	17 de Maio PROVENCE

Agentes Gerais:
COMPANHIA COMERCIAL E MARÍTIMA S.A.
Av. Rio Branco, 4 — Tel.: 23-2930

avevita
RAÇÕES PRENSADAS
MOINHO FLUMINENSE S.A.
R. URUGUAIANA, 118 - LOJA
Tel. 43-3906 - Rio de Janeiro

BANCO PROLAR S. A.
DEPÓSITOS
DESCONTOS
Expediente ininterrupto de 9 às 17 horas
RUA SETE, 99

DENTADURAS TRANSLUCIDAS AMERICANAS
DR. ALVARO GUERRA MAIO
Cirurgião-dentista — Especialista em dentaduras sem abóboda palatina, por processos modernissimos.
RUA BUENOS AIRES, 147-A — 1º ANDAR — Entre as ruas Uruguaiana e Andradas.
Diàriamente, das 8 às 18 horas — TEL.: 23-4086.

HARMONIA ENTRE O EMPREGADOR E O EMPREGADO
NÃO BASTA A UMA EMPRESA POSSUIR TODAS AS MODERNAS FACILIDADES PARA O SEU NEGÓCIO, FATORES NECESSARIOS PARA O APRIMORAMENTO DAS RELAÇÕES HUMANAS ALÉM DE UM SALÁRIO ADEQUADO.
— A revista PN publica o resumo da conferência do sr. Jack O. Tebyriçá que aponta os problemas da harmonia entre o empregado e o empregador e sua influência sôbre a produtividade.
Leia ainda na revista PN desta quinzena:
COMO ESTIMULAR O PENSAMENTO CRIADOR
Métodos práticos para produzir idéias novas
O RÁDIO CARIOCA MELHOROU OU PIOROU?
Balanço da sua posição em 1955, na opinião de jornalistas e radialistas.
PEÇAS DE AUTOMÓVEIS FABRICADAS EM SÃO PAULO
Grande passo para a indústria nacional de automóveis.
O VENDEDOR COMO CONSELHEIRO DE VENDAS
Seu importante papel na expansão dos negócios.
O QUE PENSA PONGETTI DOS SEUS COLEGAS
O cronista de «Show da Cidade» revela seus sucessos e sua opinião sôbre os outros.
Compre hoje por Cr$ 7,00
PN
A REVISTA DOS QUE PREZAM ESTAR BEM INFORMADOS

MAILLOTS LASTEX
CR$ 90,00
CASA PASSOS
AVENIDA PASSOS, 90

ATENÇÃO - Otima oportunidade
COMPANHIA IDONEA aceita pessoas ativas, de boa aparência, de ambos os sexos, para serviço externo, com liberdade de horário, com possibilidade de ganhar mais de Cr$ 12.000,00 mensais, além de prêmios e ajuda de custo.
Promoção para os que se distinguirem.
A orientação técnica é dada por pessoas de competência comprovada, o que muito facilita o trabalho.
Tratar, diàriamente, à rua São José, 90 — 2º andar, com o INSPETOR DE PLANTÃO.
Favor trazer êste anúncio e uma fotografia 3 x 4.

Codeinol
XAROPE INDICADO NAS TOSSES, BRONQUITES E TRAQUEITES, CALMANTE E EXPECTORANTE

A instrução e a educação que o sr. deseja para o seu filho são ministradas no
COLÉGIO DE CATAGUASES

No sistema educacional do *Colégio de Cataguases*, que consagra métodos e princípios que obtiveram sucesso nos mais adiantados educandários do mundo, a formação do *intelecto*, do *físico* e do *caráter* são igualmente importantes. Preparar jovens que saibam raciocinar por si mesmos, dotados de firmes conhecimentos gerais, cônscios de seus direitos e deveres de cidadãos, sociáveis, empreendedores e bons, tal é o objetivo do grupo de idealistas-práticos, diretores e professores, que, desde 1911, vêm elevando o nome dêsse colégio da progressista cidade de Cataguases a ponto de torná-lo conhecido e famoso em todo o país.

SITUAÇÃO: A seis horas do Rio, pela estrada Rio-Bahia. O moderno e confortavel edifício, projetado por Oscar Niemeyer, encontra-se sôbre uma elevação, o que garante condições realmente ideais de isolamento e ventilação.

ENSINO: Selecionado e completo corpo de professores com longo tirocinio no exercicio do magisterio. O ensino se realiza num ambiente de confôrto, tranquilidade e absoluta mas suave disciplina.

CURSOS: Primario, Admissão, Ginasial e Colegial. Para todos êsses cursos, orientados segundo os mais recomendáveis processos pedagógicos, o regime pode ser externo, semi-interno e interno.

CONFORTO: O edificio, que é um modêlo da moderna arquitetura, oferece as melhores condições de confôrto. Amplas e bem instaladas salas de aula, dormitórios e apartamentos para alunos maiores.

ESPORTES: O Colégio dispõe de modelar praça de esportes, com campos de futebol, basquete, voleibol, tênis, e uma piscina olimpica. A Associação Atlética do Colégio é tri-campeã de natação de Minas Gerais.

CULTURA E VIDA SOCIAL: Funciona no Colégio o Grêmio Machado de Assis, que promove o jornalismo, editando "O Estudante", e incentiva o teatro, a música, a dança e o cinema escolares. O Grêmio é dirigido pelos alunos.

ARTES: Mantem o Colégio um Museu de Arte Moderna, onde sobressai o magnifico painel de Portinari, «Tiradentes» e um Museu de Arte Popular. Favorece, outrossim, cursos de música no Conservatório de Cataguases.

ASSISTÊNCIA PERMANENTE: Um dos diretores mora, com sua família, em prédio lateral ao do Colégio, e vários professores residem mesmo no estabelecimento, o que permite uma assistência direta e permanente aos alunos.

ALIMENTAÇÃO: Alimentação sadia com legumes, aves, ovos e leite da propria granja do Colégio. As refeições são preparadas segundo os preceitos da moderna dietética, fornecendo aos jovens alimentação equilibrada.

O número de alunos internos é limitado, pelo que os interessados deverão providenciar com antecedência a inscrição para o próximo ano letivo a iniciar-se em 1.º de março de 1956.

Para detalhadas informações, dirija-se à Rua da Candelária n.º 9, 5.º andar, sala 512 - Tel.: 23-5468.

COLÉGIO DE CATAGUASES
CATAGUASES — MINAS GERAIS

Aprova a Câmara a Suspensão do Estado de Sítio a Partir do Dia 15

De R. Magalhães Júnior

Educação e Cultura Pelo Rádio

ESPERO não estar pisando nos calos de qualquer dos meus confrades de imprensa com êste breve comentário sôbre assuntos radiofônicos, coisa em que raramente me envolvo. Uma das características desta nossa coluna reside no fato de não ter fronteiras, permitindo, assim, digressões por vários campos, que não são pròpriamente a nossa especialidade, se é que temos alguma. Há certas coisas, porém, que nos dão cócegas e, nesses momentos, não podemos deixar de nos manifestar. Dedicamos uma destas noites, não a ler, ou a escrever, mas a ouvir. A ouvir rádio. Ou, mais precisamente, a ouvir a Rádio Ministério da Educação. Não é sempre que eu a ouço, mas é um prazer apanhá-la no momento em que transmite um programa como o que Oto Maria Carpeaux escreveu sôbre o poeta dialetal e satírico Juó Bananere, que há uns bons quarenta anos foi popularíssimo, não só em São Paulo, como em todo o Brasil, ou como o que Zito Batista Filho, honrando o pai, poeta hoje esquecido, talvez porque unisse a modéstia ao talento, escreveu há dias sôbre um grupo de músicos russos, entre os quais Rimsky-Korsakoff, Moussorgsky, Borodine e Tchaikowsky. E' evidente que programas desta natureza são programas que correspondem à estação oficial de um ministério que tem como programa o desenvolvimento da educação e da cultura no Brasil.

Entretanto, não é só isso o que se ouve aí. Tive o azar, ou a sorte, de ouvir também um programa cinematográfico, organizado por um «expert» no assunto, o sr. Alberto Chatovsky. E quero declarar que fiquei escandalizado, por mais de um motivo. Já não quero falar do pernosticismo dos locutores, falando o nosso idioma com acento hollywoodesco, porque isso é o menos, nem no deslocamento da acentuação de algumas palavras, como «partitura», acentuada na segunda sílaba, «partitura», porque podem ser lapsos ocasionais. Falarei do resto, ou do todo. Em verdade, trata-se de alguma coisa a ser urgentemente banida daquela estação, porque representa uma adesão inconveniente da educação e da cultura a formas de desvirtuamento da cultura e da educação. Uma parte da nossa imprensa já se vem desnacionalizando a olhos vistos. Não falamos do excesso de publicidade com que as revistas e jornais tratam do casamento de uma atriz profissional, como Grace Kelly, com um principelho como o do Mônaco, Rainier III, da dinastia das roletas. E' um caso esporádico, tem o seu pitoresco, mostra que os democratas americanos de 1956 continuam, como os da «belle époque», com a mania dos títulos de nobreza. Falamos do que é constante, da multiplicidade de correspondentes no exterior ou de artigos comprados, para nos inundar de notícias sôbre cada um dos divórcios de Cary Grant e dos namoros de Clark Gable, o sexagenário com «it». E' a criação, por vários meios e canais de publicidade, de um novo tipo de basbaque, o «fã» integral, doidos de exaltação por êsses sêres sublimes, que se alimentam de saladas de rosas e tomam à sobremesa fiapos de nuvens com mel de abelhas doiradas... Enfim, há uma clientela para isso, e o faro comercial de algumas emprêsas jornalísticas para aí se dirige, em busca de um bom filão, de um veio aurífero. Não as condenamos, por serem indústrias particulares, funcionando como indústrias, indo buscar fregueses onde quer que êles existam. Mas o próprio govêrno, através de uma rádio oficial, — a Rádio do Ministério da Educação e Cultura, entrar pelo mesmo caminho, enveredar pela mesma senda, parece-nos demais!

A meia hora, ou mais, gasta com «Hollywood news», ou notinhas do cinema europeu, podia ser muito mais utilmente ocupada, por um bom disco, ou dois, de boa música. Mas, em vez disso, há um hiato na programação musical e o sr. Chatovsky chatovisca-nos a paciência entrevistando ao microfone de uma estação dedicada à educação e cultura o diretor de publicidade de uma organização comercial, que distribui filmes comerciais, para obter lucros de comércio, e vem nos dizer o que espera na bilheteria do filme tal e qual, que êste é «cinemascópico», que aquêle é um «colosso», que um diretor responsável por grandes sucessos voltou ao estúdio com um «big» contrato, e quejandas. Tôda a programação de um ano de distribuição cinematográfica foi lida, de graça, na Rádio do Ministério da Educação e Cultura. Teria o valor publicitário de uma página inteira de anúncio num grande jornal. Ora, estas coisas são feitas nas estações de propriedade privada, em geral a trôco de dinheiro, pois anúncio de graça é coisa nunca vista. Pelo jeito, outros gerentes de publicidade cinematográfica estão sendo chamados à estação oficial, para a mesma espécie de «batepapo». Não os culpo, porque a missão dêles é tomar a mão quando lhes estendem um dedo. Culpo, isto sim, ao diretor da Rádio Ministério da Educação, que não sei quem é, e que talvez já foi mudado, mas se ainda não mudou, deve ser, e por alguém que olhe mais pela estação, pondo-a verdadeiramente a serviço da educação e da cultura, uma vez que não tem compromissos comerciais. E que toque mais um pouco de Villa-Lobos, de Alberto Nepomuceno, de Henrique Oswald, de Francisco Braga, de Leopoldo Miguez, de Lorenzo Fernandez, de Mignone e de Guarnieri...

VOTADA TAMBÉM A REDAÇÃO FINAL, SEGUIU A MATÉRIA PARA O SENADO

PEDIDA A CONVOCAÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA

A CÂMARA DOS DEPUTADOS aprovou ontem o projeto do sr. Prado Kelly mandando suspender o estado de sítio decretado na conformidade da Lei nº 2.713, de 21 de janeiro de 1956. Apenas foi introduzida uma alteração pela maioria, a fim de que a suspensão ocorra sòmente no dia 15.

Mas, de qualquer forma, a aprovação do projeto foi uma vitória da opinião pública, como o declarou o sr. Prado Kelly, nas seguintes palavras, ao encaminhar a votação:

«Sr. presidente, congratulo-me com o país pelos rumos traçados à aprovação do projeto que ora v. exa. submete ao voto da Casa.

Trata-se, na verdade, de uma vitória da opinião pública. A emenda votada na Comissão de Constituição e Justiça não modifica nem contraria os intuitos do projeto originário. Se o texto fôsse aprovado nos têrmos por mim sugeridos a esta Casa, nem por isso teríamos certeza de que a suspensão do sítio se efetivasse antes de 15 do corrente mês, sabido como é que só o prazo para o presidente da República sancionar ou vetar a proposição é, nos têrmos constitucionais, de dez dias.

Este projeto vem ser a prova de que, acima das paixões políticas, sobrevivem princípios poderosos, mesmo nas fases de crise dos regimes. A liberdade do povo nos é tão cara, sr. presidente, que não compreenderíamos pudesse haver detença em restituir a todos os nossos concidadãos as franquias liberais.

O Estado tem, por fim, é certo, assegurar a ordem pública, mas sua missão precípua, na concepção kantiana, é de garantir a felicidade de todos os indivíduos. Haveria o risco de que, na esteira do sítio vigente, se fôssem adquirindo hábitos, de uma parte, de prepotência e, de outra parte, de submissão. Nada mais desgraçado para a vida de um povo do que o caminho lento e perigoso da escravização aos interêsses dos poderosos.

Já o velho Rousseau advertia que a liberdade é como a virtude: só a estimamos devidamente quando podemos frui-la. No momento em que a perdemos, perdemos, com isso, o gôsto e a admiração por ela.

Nestas condições, sr. presidente, minha bancada, para não retardar a tramitação do projeto, aceita a emenda tal como está redigida, na certeza de que, dessa forma, corresponde às aspirações de nossos patrícios».

DECLARAÇÕES DOS LIDERES

Os líderes de bancada fizeram declaração de voto favorável ao projeto, cuja redação final foi imediatamente aprovada, seguindo a matéria para o Senado. O sr. Bruzzi de Mendonça apresentou uma relação de atos de violência policial sofridos por correligionários seus durante o estado de sítio, inclusive o desaparecimento, até hoje, de um funcionário da «Imprensa Popular».

CONVOCAÇAO DO SR. NEREU RAMOS

O sr. Alberto Tôrres requereu, nos termos do art. 54 da Constituição Federal e dos arts. 193 a 197 do Regimento Interno, a convocação do sr. Nereu Ramos, ministro da Justiça, para prestar, o Pais, através da Câmara dos Deputados, os seguintes esclarecimentos:

«1) As razões pelas quais o govêrno não tomou a iniciativa de suspender o estado de sítio, não obstante as declarações do presidente da República, no estrangeiro, antes de sua posse; 2) Se o govêrno pretende enviar Mensagem ao Congresso, relativamente à revisão, reforma ou nova codificação da Lei Eleitoral e que feição lhe vai emprestar; 3) Se o govêrno objetiva incluir, na propalada reforma constitucional, a exigência da maioria absoluta de sufrágios para a eleição do presidente e do vice-presidente da República, dos governadores e dos vice-governadores e dos prefeitos e dos vice-prefeitos; 4) Se o govêrno tenciona reformar a Lei Orgânica que disciplina as atividades dos partidos e em que base; 5) Quais as alterações a serem introduzidas na Constituição, segundo preconiza no seu discurso de posse, na órbita econômica e social; 6) Se a legislação ordinária deverá ser revista e qual o aspecto dessa revisão, em conformidade com a assertiva contida naquele discurso; 7) Se é previsto pelo govêrno, na reforma constitucional, a transformação do Regime; 8) Em caso afirmativo, se com a adoção do Parlamentarismo ou do Colegiado, nos têrmos das emendas dos deputados Raul Pila e Castilho Cabral; 9) Se pode esclarecer se são exatas as notícias veiculadas pela imprensa, de que teria condicionado a investidura no Ministério da Justiça com a sua eleição para a presidência do Partido Social Democrático; 10) Se, como ministro da Justiça, tem ou não como de caráter sedicioso o comportamento de parte das fôrças do Exército, que desfecharam os golpes de 11 e 21 de novembro; 11) Se pode esclarecer qual foi a sua participação nos atos preparatórios do movimento militar de 11 de novembro; 12) E, se dêles não participou, quando e como teve conhecimento dos mesmos, e qual foi a sua primeira reação diante da iminência da respectiva eclosão; 13) Quais as causas políticas, morais, psicológicas e materiais que o levaram a consentir no seu desfecho; 14) Quais as pessoas (civis e militares) com quem se avistou, e onde as encontrou na noite de 10 e na madrugada de 11 de novembro; 15) Quais eram os propósitos dos chefes militares em 10, 11 e 21 de novembro, concernentemente à sobrevivência do Congresso Nacional; 16) Por que declarou, no dia 20 de novembro, que o sr. Café Filho, na qualidade de presidente da República, poderia voltar, quando quisesse, no exercício dêsse alto pôsto, e procedeu no dia 21 sentido absolutamente contrário; 17) Qual foi a sua atuação, direta ou indireta, para que o Congresso Nacional aprovasse os impedimentos dos srs. Carlos Luz e Café Filho; 18) Tendo cedido à pressão dos chefes militares dos movimentos de 11 e de 21 de novembro, por que o fêz e a que título; 19) Qual o texto dos documentos de natureza secreta que os chefes militares lhe encaminharam para justificar a decretação do estado de sítio e as suas prorrogações; 20) Qual o inteiro teor do telegrama que, dos Estados Unidos ou da Europa, lhe enviou o sr. Juscelino Kubitschek, pedindo-lhe solicitasse ao Congresso Nacional a segunda prorrogação do estado de sítio; 21) Quem mais, além do sr. Juscelino Kubitschek, civil ou militar, lhe pediu essa segunda prorrogação do sítio, e quais as razões justificativas de tal medida; 22) Quais os elementos de convicção que possui para afirmar, como recentemente asseverou, que «concorreu para evitar o derramamento de sangue entre brasileiros»; 23) Quais eram os civis e militares que se dispunham a resistir à sublevação encabeçada pelo general Teixeira Lott e outros generais e oficiais superiores do Exército, a fim de assegurar a volta do sr. Café Filho ao govêrno; 24) Se foi com seu consentimento que se fêz o severo policiamento em tôrno da residência particular do sr. Café Filho; 25) Se o objetivo real dêsse policiamento foi, além do de impedir que o sr. Café Filho deixasse sua residência para reassumir as ele-**

(Conclui na 4.ª página)

Entrega de Credenciais

O sr. Juscelino Kubitschek designou o dia de amanhã, no Palácio do Catete, às 18 horas, para entrega de credenciais do sr. José Mariano Sanz Lajara, embaixador da República Dominicana.

Agradecimentos da Imprensa ao Ex-Presidente Café Filho

★

MENSAGEM DO SR. HERBERT MOSES

O sr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, dirigiu ao sr. Café Filho a seguinte mensagem: "Nunca é tarde para agradecer ao prezado amigo e sócio honorário da nossa Associação Brasileira de Imprensa, as atenções que teve para com a Casa do Jornalista durante o período em que exerceu as funções de supremo magistrado da Nação. As gentilezas que ficamos devendo ao ilustre amigo e prezado consócio ficarão sempre na memória dos que militam nesta Casa e são apenas a confirmação de uma velha camaradagem que muito nos honra. O nosso obrigado, portanto. (as.) Herbert Moses".

Não Teria Sido Unânime o Parecer do CNE Sôbre a Reforma Cambial

★

Divergências Entre os Conselheiros

A propósito do estudo realizado pelo Conselho Nacional de Economia sôbre a reforma do sistema cambial, a presidência daquele órgão divulgou no dia 2 próximo passado, uma «nota oficial», dando o parecer como aprovado por unanimidade. A êsse respeito, vários conselheiros enviaram ao sr. Luís Dodsworth Martins, atualmente no cargo de presidente, o telegrama seguinte: «Vimos declarar a v. exa., para os devidos fins, que não concordamos com os têrmos do comunicado oficial dêste Conselho, referente à reforma cambial, publicado nos jornais e estranhamos mesmo que, à revelia do Plenário, tenha sido feito tal ato. Ressalvamos, em conseqüência, providências que ulteriormente tomaremos a respeito. Fernando de Andrade Ramos, João Pinheiro Filho, Hélio Cabal e Humberto Bastos».

Seria Fechado o Congresso Se Não Cedesse às Imposições da Fôrça

MEMBROS DO PSD DE FENDEM OS ARAPOTIS

O SR. JOÃO VILASBOAS fêz, na sessão de ontem no Senado, longos comentários à nota mandada expedir pelo sr. Juscelino Kubitschek em seguida à reunião ministerial, na qual aborda a situação geral do país, a precariedade do comércio exterior, a execução orçamentária, mostrando os «deficits» que se vêm acentuando de ano a ano, a necessidade do combate à inflação e a urgência com que se deve melhorar os salários dos trabalhadores e do funcionalismo. O orador assinalou, de modo especial, o tópico da nota referente às promessas.

Depois de indagar se o sr. Juscelino Kubitschek terá energia para a realização do programa que vem apregoando, o orador manifesta as suas dúvidas tendo em vista os primeiros atos do presidente da República. Basta verificar a falta de energia, de coragem na organização de seu ministério.

Depois de ligeiros debates entre o orador e representantes da maioria, o sr. João Vilasboas declarou que o sr. Juscelino Kubitschek não resistirá às imposições de ordem politico-partidária, às imposições pessoais. E acrescentou:

«Ora, o sr. Juscelino Kubitschek anunciou, em seu discurso, que quer paz para poder governar. E essa paz, como a conseguirá senão com a unificação das Fôrças Armadas quando, atendendo a circunstâncias especialíssimas, mantém no Ministério da Guerra o general Teixeira Lott? Esse homem que se incompatibilizou com as Classes Armadas e até mesmo dividiu o próprio Exército Nacional com seu procedimento de traição praticada na madrugada de 11 de novembro, que foi desleal para com aquêles que o nomearam?».

ESCANDALO DE ARAPOTI

A essa altura houve ligeira digressão verificando-se oportuno debate entre os srs. Juraci Magalhães e Vitorino Freire a respeito de moralidade administrativa. O sr. Vitorino Freire recordou que ao tempo do govêrno Dutra defendera o sr. Clemente Mariani de ataques que lhe fizera a imprensa. O sr. Juraci Magalhães declarou que êle não fizera favor nenhum. Cumprira o seu dever defendendo um homem decente. "V. ex. — acrescentou o senador baiano — comete êrro quando defende gente ruim, maus administradores e improbidades na administração pública. Defendendo o sr. Clemente Mariani cumpriu com o seu dever cívico".

— "Qual a improbidade administrativa que defendi, perguntou o sr. Vitorino Freire.

— Vv. exas. (referindo-se ao PSD) vem defendendo o escândalo do Arapoti, que não é um só, são muitos arapotis.

O sr. Vitorino Freire procurou justificar sua posição em relação aos escândalos do sr. Moisés Lupion dizendo que se pretendia transformar os escândalos do atual governador do Paraná em caso político, o que o sr. Juraci Magalhães contestou dizendo que não se tratava de caso político, mas simplesmente de probidade administrativa.

Voltando à linha de seu discurso, o sr. João Vilasboas referiu-se às declarações do sr. Vitorino Freire de que defendera o general Lott, quando êle saiu-se do govêrno como defendeu o general Dutra quando êste deixou o govêrno. Disse o orador que há grande diferença entre um e outro. O general Eurico Dutra, homem probo, resistiu a tôdas as investidas com que se pretendeu desprestigiar a Constituição.

Prosseguindo, o sr. João Vilasboas declarou que o sr. Juscelino Kubitschek não conseguirá a unidade das Fôrças Armadas, nem semo a unificação do Exército, se conserva na chefia do Ministério da Guerra o general Lott. «Igualmente, não poderá levar avante a pacificação nacional, atrair a confiança do povo, quando transpõe da presidência ilegal que exerceu de 11 de novembro a 31 de janeiro, para o Ministério, o sr. Nereu Ramos».

Sôbre o sr. Nereu Ramos, disse que sacrificou tôda a sua vida pública por dois meses e pouco de presidência da República. «Perdeu tôda aquela fôrça que tinha em todos os elementos de ordem política do país que tanto mais aumentou e cresceu, quando s. exa. tomou aquela atitude ao lado dos dissidentes do PSD para combater a candidatura do sr. Kbuitschek».

Agora, no Ministério da Justiça, o sr. Nereu Ramos anuncia reforma da Constituição. «Que confiança pode ter o povo e a Nação ao receber a notícia de uma reforma da Constituição orientada por quem não soube cumprir e respeitar a Lei Magna?»

Em aparte, o sr. Paulo Fernandes declarou que o sr. Nereu Ramos assumiu a presidência da República por uma deliberação do Congresso.

— Do Congresso não foi — declarou o sr. Alencastro Guimarães. — De fato o foi pelas fôrças sublevadas que impuseram ao sr. Nereu Ramos. Ou êle assumiria a presidência ou o Congresso seria fechado. A verdade é conhecida e ninguém pode ignorá-la. Podemos discutir, negar aqui para efeito de registro nos Anais, mas a verdade é uma só. Foi imposta e o Congresso votou pela imposição. Já que estamos contando a história, vamos contá-la direito. O Congresso votou os impedimentos e o estado de sítio, por imposição da fôrça. Do contrário, estaria hoje fechado.

Audiência do Presidente da República

A secretaria da Presidência da República torna público que o sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira só receberá em dia e hora prèviamente marcados. As audiências deverão ser solicitadas ao Gabinete Civil da Presidência da República.

ELEIÇAO DO VICEPRESIDENTE

Estava na ordem do dia dos trabalhos de ontem a eleição do vice-presidente do Senado. O candidato do PSD e dêle próprio era o sr. Apolônio Sales. Havia, entretanto, um certo constrangimento em não se praticar uma desconsideração para com o sr. Gomes de Oliveira. A UDN tomou posição ao lado do sr. Gomes de Oliveira tendo em vista a atuação do representante catarinense sustentado o prestigio do Senado e do cargo que ocupava fazendo valer perante o executor do estado de sítio a sua autorização para a publicação dos discursos da oposição ao regime ilegal instalado a 11 de novembro, ao contrário da atitude assumida pelo sr. Flores da Cunha na Câmara.

O PSD e o PTB chegaram a um acôrdo, deixando permanecer na presidência o sr. Gomes de Oliveira até o fim dêsse período extraordinário do Congresso. Para a próxima sessão legislativa ordinária, a iniciar-se a 15 de março, será eleito o sr. Apolônio Sales. Antes, a maioria tentou o adiamento da eleição por meio de um requerimento. O sr. Juraci Magalhães combateu a iniciativa dizendo que seu partido pretendia prestar, sem demora, uma homenagem ao sr. Gomes de Oliveira pela dignidade com que soube presidir o Senado nos seus dias mais graves e difíceis. Por outro lado, o requerimento violava o Regimento que dispõe taxativamente que em caso de vaga na Mesa a eleição se fixa no prazo de cinco dias. O sr. Freitas Cavalcanti também se manifestou contra a medida que foi, entretanto, aprovada.

Mas o requerimento perdeu sua razão de ser com a aprovação, em regime de urgência, concontra os votos da UDN, de um projeto de resolução, fruto do acôrdo PTB-PSD, segundo o qual a eleição para vice-presidente do Senado se verificaria sòmente a 15 de março. Até lá, o sr. Gomes de Oliveira ocupará o cargo. O sr. Moura Andrade combatendo tanto o requerimento de adiamento da eleição como o projeto de resolução modificando o Regimento para que possa um senador ocupar a vice-presidência, sem eleição. Disse o senador paulista que a vida parlamentar exige mais franqueza e lealdade. Se se quisesse prestar uma homenagem ao sr. Gomes de Oliveira que o elegessem xice-presidente. Como pretende o PSD não há nenhuma homenagem. Na verdade, o sr. Gomes de Oliveira continua primeiro secretário no exercício da vice-presidência.

SUPLENTE

Prestou, ontem, compromisso regimental o sr. Carlos Sabóia, suplente do sr. Fernandes Távora, que se licenciou.

SARGENTOS E SUBOFICIAIS

Foi rejeitado d projeto que determinava a matrícula dos suboficiais e sargentos da Marinha e da Aeronáutica no curso de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército.

Lloyd SUL AMERICANO
FUNDADO EM 1919
★
Seguros Marítimos e Terrestres
★
MATRIZ:
Av. Rio Branco, 39 — 12.º and.
Filiais em todo o Brasil

Seja amigo do seu dinheiro!
NÃO GASTA dinheiro quem COMPRA retalhos de tecidos de tôdas as qualidades a pêso e a metro, para o verão, ou para o inverno, (flanelas, etc.).
ARMAZENS DEODORO
TEL.: — Marechal Hermes, 424.
RUA COMANDANTE POSSOLO, 4 — DEODORO.

VENEZIANAS Shangri-Lá

FABRICA: R. Almte. Oliveira Pinto, 156
Fone: 29-9042. ALUMINIO em côres, instalamos em Niterói, Petrópolis, e qualquer bairro.
Pintamos suas venezianas usadas ficam novas.

LEIA E ASSINE
O ESTADO DE SÃO PAULO
O MATUTINO DE MAIOR CIRCULAÇAO NO BRASIL
Sucursal no Rio: — Rua da Quitanda, 3 — 9º andar — Grupo 901 — Tels.: 22-4851 e 52-3769.

Diario de Noticias
DIRETORES: O. H. DANTAS
ONDINA PORTELLA R. DANTAS
JOÃO PORTELLA R. DANTAS

FEVEREIRO — 1956

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29			

12, 13 e 14 — Carnaval.

ACONTECEU HÁ 20 ANOS

O que o "Diário de Notícias" publicava no dia

7 DE FEVEREIRO DE 1936
(Sexta-Feira)

Notícia de Havana informava, que estava agonizante o ex-príncipe das Astúrias, não nutrindo os médicos a menor esperança de salvá-lo.

—O—

A imprensa argentina focalizava os riscos que corria o país, em virtude da forte infiltração comunista na América do Sul, focalizando os levantes ocorridos no Brasil e no Chile.

—O—

Ao som das canções que o celebrizaram, realizava-se em Buenos Aires, o sepultamento do cantor Carlos Gardel.

A elevação do preço do litro de leite de $800 para 1$200, pela emprêsa Normandia, que dispunha de vários entrepostos de distribuição na cidade, era motivo para um tópico de protesto.

—O—

A National Broadcasting Co., de Nova York, com microfone instalado à beira da cratera do Vesúvio, conseguia transmitir para os Estados Unidos, as ondas sonoras que transportavam tôda a sinfonia produzida pela lava em ebulição. Outras proezas registradas foram: a comunicação com Adis Abeba, e o Hospício de São Bernardo, na Suíça.

PARA TODOS

— Abacaxis
— Música
— Tripsina

ABACAXIS — Cento e doze milhões e quinze mil frutos, foi o total da safra de abacaxi do ano passado, em nosso país, registrando um verdadeiro «record» de produção. O abacaxi, excelente fonte de vitamina C, possuindo, ainda, vitaminas A e do complexo B, contém quantidade apreciável de hidratos de carbono, proteínas, cálcio, ferro, fósforo e outros minerais, sendo de 86% seu conteúdo de água.

* * *

MÚSICA — A música ocupa papel preponderante na Índia. Há três mil anos foi criado no país um sistema musical. Na mitologia indiana os deuses associam-se a instrumentos musicais: Krischna é associado com a flauta, Saraswati, espôsa de Brama, com a «Veena», Visnu com a trompeta. A literatura musical indiana é rica em todos os ramos. Em sanscrito e nos idioma provinciais existem numerosas óperas e sôbre motivos literários antigos compuseram-se bailados. A Índia possui, também, notável variedade de instrumentos musicais, de corda, sopro e percussão. Salvo os instrumentos de tom fixo, como o piano, para os quais a música indiana não é apropriada, os demais tipos de instrumentos foram criados no país. Os templos indianos apresentam esculturas com instrumentos musicais. Os pilares de pedra que ornamentam os templos em várias cidades constituem peças de grande valor: são pilares musicais e nêles, por meio de dois hotêzinhos obtém-se o ritmo que acompanhava a música das congregações que ali efetuavam as suas cerimônias religiosas.

* * *

TRIPSINA — A tripsina, fermento do suco gástrico, existe no tecido pancreático como zimogênio, que se transforma em tripsina durante o período da digestão. Êsse fermento atua, principalmente, sôbre os albuminoides, transformando-os em peptonas.

Pagamento no Tesouro

Serão pagas hoje as seguintes folhas: Montepio civil da Guerra: .. 7201-4. Montepio Militar da Guerra: 7201-17.

Entrevista . . .

(Conclusão da 1ª página, 4ª coluna)

versações anglo-canadenses, desta capital, iniciaram-se hoje de manhã no Ministério canadense das Relações Exteriores.

Sir Anthony Eden e o sr. Selwyn Lloyd, chefe do Foreign Office, foram recebidos pelo sr. Louis T. Laurent, primeiro ministro do Canadá, que os acompanhou até à sala do Conselho Privado, para onde tinham sido convocados todos os membros do Gabinete canadense.

Os ministros britânicos procederam, com os dirigentes canadenses, a uma revisão da situação internacional, à luz de suas conversações de Washington.

As trocas de visitas, informa-se de fonte geralmente bem informada, giraram em particular sôbre a situação no Oriente Próximo. Como se sabe, o Canadá já se pronunciou a favor de um reforço do corpo de observadores da ONU, a fim de impedir um conflito entre Israel e os árabes.

Em seguida a essas primeiras conversações, o sr. Lester Pearson, ministro canadense das Relações Exteriores, oferecerá um almôço em homenagem a sir Anthony Eden, que pronunciará pouco depois um discurso perante os membros reunidos do Senado e da Câmara dos Comuns.

Na Direção do BNDE o Sr. Lucas Lopes

O sr. José Maria Alkimin deu posse ontemao sr. Lucas Lopes, na presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, dizendo que o sr. Juscelino Kubitschek deposita confiança no empossado.

União das Fôrças Armadas

A ocorrência mais grave da vida pública brasileira nos últimos tempos, como tem sido proclamado e lamentado, foi a rutura da união das Fôrças Armadas.

Reconhecendo-a como fruto das ambições desencadeadas e um triste desserviço prestado à Nação pelo general Lott, é preciso, para ter consciência da magnitude dêsse prejuízo, ressaltar que aquela união se estabelecera e se vinha aprofundando com um crescente sentido ético.

Unidos se achavam cada vez mais os militares das três fôrças para assegurarem não só os objetivos constitucionais da paz interna e da defesa da integridade nacional mas também os ideais de aperfeiçoamento da prática da democracia e de combate à corrupção política e administrativa.

Crescia a autoridade dos chefes das tropas de terra, mar e ar com as reiteradas demonstrações de respeito a Constituição, jamais cogitando de prevalecer-se do seu poderio para instituir uma ditadura ou controlar as instituições.

Existia, porém, evidentemente, uma facção numèricamente reduzida mas que se viu de posse dos fios de mando, na qual os nobres sentimentos não prevaleciam, e, daí, a virada de 11 de novembro completada pelas oprobiosas manobras de 21 do mesmo mês. Verificou-se, nitidamente, um recuo, uma involução, uma negação do espírito que vinha predominando no seio das classes armadas, pois não só se atentou contra o regime, reiteradamente, mas, sobretudo — e nisto é que reside o pecado capital — assim se procedeu em sentido contrário ao da ética, da boa moral, da dignidade da vida pública, em favor do negocismo e da corrupção.

O golpe do general Lott, arquitetado pelo general Odílio Denis, fomentado pelo general Mendes de Morais, impulsionado pelo general Zenóbio da Costa, favorecido e coberto pelos srs. José Maria Alkmin e outros próceres do ansiado retôrno como o sr. Flores da Cunha, teria, necessàriamente, de cavar funda dissenção dentro do Exército e provocar irreparáveis ressentimentos na Marinha e na Aeronáutica. Foi um movimento de surprêsa desferido por uma parte do Exército contra outra parte e contra as outras duas fôrças, de mar e do ar, cujos comandos se renderam à nobre decisão de evitar o derramamento de sangue.

Quebrou-se, pois, a sagrada união, e não sòmente pelo caráter de agressão que o golpe de 11 de novembro assumiu contra os não participantes, mas pelos castigos e perseguições que se seguiram, nem sempre por motivo da posição ou atitude da vítima mas apenas por estar ensejando ao grupo vencedor certas vindictas e atos de prevenção pessoal.

Sobram por aí oficiais superiores sem comando ou comissão compatíveis com o seu pôsto e suas qualidades, partem outros para o exercício de incumbências que representam propósitos de ameaquinhá-los.

Há hoje um grupo de verdugos e massa de prisioneiros, situação que há longos anos não mais se verificava e que nenhum patriota deseja ver prolongar-se, pois a Nação inteira sabe que o seu maior bem, a maior garantia de sua pujança, a condição essencial para sua sobrevivência e sua dignificação é o real congraçamento de suas fôrças armadas, estabelecido com o fim de moralizar a vida pública, estancar o rio de lama, elevar o nível dos costumes políticos e administrativos.

Responderão perante a História, pelo menos, os que romperam essa união em proveito dos corruptos e serão abençoados os que conseguirem restaurá-la, nos nobres fundamentos que a inspiravam.

ANTES UMA BOA ANISTIA

OCORREU a admiradores do general Lott elevá-lo a marechal, título que, generosamente, um adversário sugere substituir pelo de generalíssimo a fim de evitar o efeito resultante da ligação da última sílaba com o nome do ministro da Guerra. Realmente, descobriu-se que o resultado da junção, impròpriamente chamada cacofonia, é um sonoro diminutivo. E, daí, certas implicâncias da censura.

A propósito, o futuro, e já em exercício, líder da maioria ponderou que a idéia não é muito oportuna, é suscetível de causar aborrecimentos, pretende decerto congelar o projeto.

Positivamente a maioria não está sabendo como manifestar sua gratidão ao chefe da insurreição de 11 de novembro e, se demora muito a fazê-lo, transformará homenagem em críticas. O que ela tem a fazer de prático, de útil, de necessário mesmo ao general Lott, que ainda tem uma promoção a conquistar, é aquilo que já foi lembrado por uma voz da oposição, ainda mais avisada e generosa do que a outra já citada. Trata-se de conceder, e quanto antes, anistia ao ministro e aos demais chefes rebeldes contra o poder constituído, general Mendes de Morais, Odílio Denis e Zenóbio da Costa, incursos nas penas da Lei de Segurança.

Se êsses indiciados forem bastante prevenidos, tratarão de não soltar a maioria pessedista-petebista, aliad- ou presa pela gola desde 11 de novembro, enquanto ela não votar a lei que os livre de responder, mais cedo ou mais tarde, enquanto não ocorrer prescrição, pelos atentados cometidos para empossar os srs. Kubitschek e Goulart de qualquer jeito, delitos expressamente capitulados na lei referida.

Na hora de prestar contas à Justiça, tanto faz ser general Lott como marechal Lott. Portanto, antes uma boa anistia.

BLOQUEIO DO ZEBU

DIVULGA-SE do México, que pretende aquela República amiga desenvolver um grande plano de fomento de sua produção pecuária, importando nada menos de cem mil vacas e novilhas e dez mil touros.

A notícia nos faz lembrar tentativas em certo tempo realizadas para introduzir o nosso admirável zebu não sòmente naquele país mas em outros, como a Venezuela, que tem manifestado interêsse por êle.

Selecionamos e apuramos, principalmente no Triângulo Mineiro, variedades excelentes de gado bovino com as condições de rusticidade, sem prejuízo das qualidades para o corte ou leite, verdadeiramente ideais para regiões como a nossa e as daquelas e outras nações do continente. No entanto, apesar da admiração causada pelos exemplares de real perfeição zootécnica, não logramos, mercado para êles.

México e Venezuela só se abastecem nos Estados Unidos, cujos criadores têm cultivado com êxito uma intriga gravíssima contra a nossa pecuária: gado brasileiro é gado com aftosa. Já houve mesmo, há anos, um escândalo nessa matéria, uma acusação não provada mas da qual nos resultaram prejuízos vitais.

Atualmente funciona entre nós um centro panamericano contra aquela moléstia e é tempo de nossos técnicos e governantes procurarem levantar a pecha.

Como tudo é, no fundo, uma questão de concorrência e estamos em plena lua de mel de colaboração com os Estados Unidos, seria o caso de ver se os criadores do Texas permitem que também os do Triângulo vendam por aí uns boizinhos, possam oferecer algumas vacas e uns touros para a grande importação que o México vai efetuar, enfim que seja levantado o bloqueio contra o zebu brasileiro.

Aprova a Câmara a Suspensão do . . .

(Conclusão da 3.ª página)

vadas funções no Palácio do Catete, o de constrangê-lo na liberdade de ir e vir. 26) Em caso afirmativo, por que não o confessou nas informações que enviou ao Supremo Tribunal Federal, quando ali se julgou o «habeas-corpus» impetrado em favor do presidente da República; 27) Se considera legal e constitucional o impedimento do sr. Café Filho; 28) Em caso afirmativo, quais as razões em que assenta os seus pontos de vista; e 29) Se as sedições de 11 e 21 de novembro apenas objetivaram garantir a posse dos srs. Juscelino Kubistchek e João Goulart na presidência e na vice-presidência da República».

INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS

O sr. Pedro Braga apresentou o seguinte projeto:

«Art. 1º — Constituem monopólio da União além do que consta dos itens I, II e III do art. 1º da lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, as indústrias petroquímicas.

Art. 2º — Os gases residuais originários de refinarias nacionais ou estrangeiras, no Brasil, só poderão ser comerciados pela Petrobrás e com brasileiro ou emprêsa constituída de 60 por cento de capital nacional nos têrmos expressos na lei 2.004, de 3 de outubro de 1953.

§ único — Promoverá a Petrobrás, dentro do prazo de seis meses a contar da publicação desta lei, a rescisão de contratos firmados para venda de gases residuais a pessoas ou emprêsas que não satisfaçam às exigências do art. 2º desta lei.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário».

Assim foi justificado o projeto:

«Em discurso que pronunciamos na sessão de 30-1-953, tivemos oportunidade de trazer à Câmara documentos que elucidam à saciedade os fatos no domínio da petroquímica no Brasil.

Entendemos que, dada a importância dêsse setor da indústria petrolífera, não nos será possível evitar os trustes internacionais dominem inteiramente a nossa indústria petrolífera sem que as indústrias petroquímicas estejam sob a proteção do monopólio estatal. Como sabemos, o valor das indústrias petroquímicas é de tal ordem que supera de, pelo menos, três (3) vêzes o dos outros setores da indústria petrolífera.

A exaustiva e bem documentada exposição de motivos de autoria das «Indústrias Petroquímicas Brasileiras S.A.» que consta, na íntegra, do discurso acima referido, é a melhor justificativa ao presente projeto de lei que tem por objetivo assegurar a integridade da Petrobrás salvaguardando, assim, uma fonte básica de riqueza nacional».

O PORTA-VOZ DO GEN. LOTT

Em meio à indiferença geral (inclusive da maioria governista de que faz parte) o sr. Armando Falcão fêz uma esforçada defesa do ministro de que é porta-voz, o gen. Lott, especialmente para sustentar que: a) o gen. Lott não está tutelando o govêrno do sr. Juscelino Kubitschek; b) discorda do relato publicado pelo «Diário de Notícias», em sua edição da véspera, sôbre os acontecimentos de 11 de novembro. Nem mesmo um aparte provocador do sr. Magalhães Melo conseguiu acender o debate. Prosseguiu em todo o decorrer do discurso o mesmo ambiente de indiferença.

UM CONVITE DO SR. ADAUTO LÚCIO CARDOSO

Logo que o sr. Falcão deixou a tribuna, o sr. Adauto Lúcio Cardoso fêz um convite ao gen. Lott para declarar se considerava correta a versão dada pelo seu porta-voz que cometera uma inconfidência a respeito do encontro provocado pelo cel. Clóvis de Andrade Magalhães Gomes, entre o orador e o ministro. A versão do sr. Falcão é a de que o sr. Adauto Cardoso insinuara ao gen. Lott, que completasse o golpe.

A SÊCA EM SERGIPE

Declarando inicialmente que há quinze anos Sergipe não enfrenta estiágem tão rigorosa e grave, o sr. Seixas Dória fêz côro com outros deputados que, em sessões anteriores, solicitaram a atenção e as providências do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas para o Nordeste. Essas providências, aliás, sòmente se poderão fazer sentir depois que o ministro da Fazenda liberar a verba de mais de duzentos milhões de cruzeiros que "o inexpressivo e irresponsável sr. Mário Câmara" havia colocado no chamado "Plano de Economia". Fêz o orador, ainda, um apêlo ao presidente da República a fim de que ordene providências por intermédio do 4.º distrito, a quem deve informar "que existe um Estado que se chama Sergipe, perdido no mapa da Pátria".

O orador transcreveu trechos de uma crônica do jornalista Joel Silveira, para bem descrever a gravidade a que atingiu a situação no Nordeste.

VIOLÊNCIAS

Três deputados, os srs. Aarão Steinbruch, Celso Peçanha e Bruzi de Mendonça, protestaram contra a prisão, em Volta Redonda, de trinta operários da Siderúrgica pelas autoridades encarregadas de aplicar o estado de sítio, pelo fato de se terem declarado em greve pacífica visando ao aumento de salários.

ESCOAMENTO DA SAFRA DO PARANÁ

Em longa oração, o sr. Yukushigue Tamura reclamou providências do govêrno para o escoamento da safra de cereais do Paraná.

URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS

Prosseguiu o debate, que já vem de há muitos dias, em tôrno do auxílio de cinqüenta milhões à "Cruzada São Sebastião" para a urbanização das favelas.

AUDIÊNCIA AS OITO HORAS

O sr. Flores da Cunha anunciou ter recebido ofício da presidência da República informando que as audiências aos congressistas se realizará às quartas-feiras, a partir das oito horas da manhã.

POSSE

Empossou-se o sr. Celso Ramos Branco, suplente do sr. Jorge Lacerda, recém-empossado no govêrno de Santa Catarina.

SALDO DE VERBAS NO ITAMARATI

O sr. Rafael Correia de Oliveira solicitou as seguintes informações ao ministro do Exterior: a) qual o saldo da verba destinada a "Despesas reservadas" no dia 13 de novembro de 1955; b) se o exercício financeiro de 1955 se encerrou apresentando saldo da referida verba e qual a sua importância; c) no caso afirmativo, se êsse saldo caiu em "exercícios findos" ou foi escriturado à conta de "restos a pagar"; d) na última hipótese, se as despêsas autorizadas e ainda não liquidadas foram feitas no estrangeiro ou no Brasil. Quanto no estrangeiro? Quanto no Brasil?

Empossado o Novo Diretor Geral do DNER

O engenheiro Edmundo Regis Bittencourt tomou posse, ontem, no cargo de diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a que retorna em substituição ao engenheiro Alvaro de Sousa Lima. A cerimônia teve lugar no salão nobre do Ministério da Viação, presidida pelo comandante Lúcio Meira, que saudou o novo diretor geral do DNER com um breve discurso, agradecendo o sr. Regis Bitencourt.

Nomeado Para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

O presidente da República assinou decreto, nomeando, por conveniência do serviço, membro da Comissão Mista Executiva do Acôrdo Brasil-Estados Unidos, o tenente coronel aviador Paulo Cunha Melo, em virtude da exoneração do capitão aviador Odair Fernandes Aguiar.

Pneu Renovado

José Bonifácio

Deputado Federal

NÃO há necessidade de muito esfôrço para demonstrar que o govêrno que aí está é um prolongamento da administração passada chefiada pelo general Lott. O povo, na sua infinita malícia, apreciando a organização ministerial, apelidou-a de «Ministério rechapado», quer dizer, na gíria automobilítica, pneu velho aproveitado.

A cabeça que assumiu a direção do golpe de 11 e 21 de novembro foi o general Lott. O testa de ferro que coonestou a traição, foi o sr. Nereu Ramos. Os outros dois membros militares encarregados da durabilidade do golpe foram os almirantes Alves Câmara e brigadeiro Alves Sêco. E, na Saúde, o sr. Maurício de Medeiros não saiu porque já estava. Vê-se, pois, que metade do govêrno vem de outras águas. Há ainda o ministro da Fazenda que recebeu o honroso título de general civil do golpe. Êle constitui a parte estragada do pneu recauchutado.

Se os homens podem, pela sua presença, firmar a característica de uma determinada situação, concluirei que o sr. Juscelino, borracha nova numa carcaça antiga, se agita e se move, rigorosamente, dentro da área de um govêrno originário da fôrça, vale dizer, impôsto e mantido, sustentado e vigiado de perto, pelos tanques e pelos canhões.

Os melhores juristas políticos do país jamais consideraram o govêrno passado como brotado da vontade livre da Nação. À medida que votavam a deposição do sr. Carlos Luz e depois a do sr. Café, premidos pelas metralhadoras que então entupiam os corredores e as ante-salas da Câmara, usando a técnica do acovardamento, os pregadores da nova ordem se riam dos ingênuos militares que acreditavam em tão rudimentar quão incipiente legalidade.

O golpe foi dado, raciocinam e o explicam os seus autores, para evitar que um suposto golpe que a oposição estaria preparando perturbasse a posse do sr. Juscelino. Ora, se tão necessário se tornou a deflagração do movimento, do lado de cá considero, é porque certos estavam todos de que Juscelino havia perdido completamente a possibilidade de entrar no Catete. Sim... a tamanho risco ninguém tinha o direito de expôr a Nação, senão seguro do advento daquilo que reputavam mais nocivo e grave que a quartelada.

Portanto, Juscelino entrou no Palácio do Catete, já agora se pode proclamar, não porque uma minoria eleitoral transformada em maioria relativa, nêle votou, mas, sim, e sobretudo, porque o general Lott comandou um pronunciamento militar para que se empossasse o antigo governador de Minas nas grimpas do poder. Assim, Juscelino é govêrno porque Lott entendeu de fazê-lo tal. E' a única filosofia que se pode construir com os acontecimentos mencionados.

Quando as mãos constitucionalmente impuras do sr. Nereu Ramos pespegaram na barriga do sr. Juscelino a faixa presidencial, selava-se ali, no meio de fantoches e da única realidade atenta que era o ministro da Guerra, a continuação da situação de fato instalada no País pela ousadia de golpistas aproveitadores.

E o Brasil geme sob o mesmo peso: os golpistas de ontem se obstinam na detenção do Tesouro Nacional, dependurados todos nos vigorosos punhos do general Lott que anteriormente já os protegia da ofensiva legalista dos homens de bem. O govêrno vigente se contaminou da mesma ilegalidade que ilegitimava a administração que se findou.

Eis porque o todo formado pelos dois governos, que gira e vive ao redor do general Lott, há de ter como arma do brazão de suas glórias a figura de um pneu velho rechapado com borracha nova... Mas sempre borracha, símbolo da elasticidade...

NOTAS POLÍTICAS

Problemas da Reunião de Hoje no PSD

HOJE pela manhã se reune o diretório nacional do PSD, juntamente com a bancada de deputados e senadores, para decidir sôbre alguns assuntos, principalmente o problema da liderança no Senado e na Câmara. Êste, aliás, não constitui mais problema. O que o diretório nacional vai fazer hoje é apenas confirmar a solução encontrada e já pràticamente aplicada em ambas as Casas do Congresso. Na Câmara, será ratificada a escôlha do sr. Tarcílo Vieira de Melo para substituir o sr. Gustavo Capanema na liderança da maioria, cabendo ao sr. Lameira Bittencourt a liderança do PSD.

No Senado, está decidido igualmente que as coisas continuarão como estão até o dia 15 de março, quando estará encerrada a sessão legislativa extraordinária: o sr. Apolônio Sales respondendo pelos encargos da liderança da maioria e o sr. Gomes de Oliveira na vice-presidência do Senado. A partir do dia 15 de março, instalada a sessão legislativa ordinária de 1956, o líder da maioria será o sr. Fellnto Muller e o sr. Apolônio Sales se elegerá vice-presidente.

* * *

Embora não esteja convocado para isto, o diretório nacional do PSD deverá enfrentar hoje, em suas linhas gerais, um problema que continua a ameaçar a já precária unidade do partido: a presidência da Câmara. Com o lançamento do sr. Hugo Napoleão, anunciado exatamente para hoje, são três os candidatos ao alto cargo vago em consequência da renúncia do sr. Carlos Luz. O sr. Flôres da Cunha, como se sabe, é o vice-presidente em exercício e aí está outro problema a resolver, do qual trataremos adiante.

O sr. Hugo Napoleão aparece liderando o grupo piauiense na qualidade de «candidato do norte». Êste mesmo título é disputado, entretanto, pelo sr. Meneses Pimentel, cuja candidatura trás um pouco do fel que envenenou a vida do sr. Armando Falcão depois de constituído o Ministério sem o seu brilhante concurso pessoal. O sr. Ulisses Guimarães, por outro lado, mantém sua candidatura, também com fôrte tonalidade regional: é um candidato paulista. Caso não vingue a candidatura dêle (tendo sido entregue a São Paulo a presidência do Banco do Brasil), garante o sr. Hugo Napoleão arrastar consigo grande número de votos paulistas.

* * *

E há o problema Flôres da Cunha. O PSD ainda terá que pensar o que fazer com o velho e incondicional aliado de 11 de novembro. Ainda ontem o sr. Flôres da Cunha pediu a um companheiro que procurasse o sr. Osvaldo Aranha para consultá-lo sôbre um drama de consciência que o faz dormir cada vez menos, à proporção que se aproxima o dia da eleição: deve êle ser candidato de luta? Amigos lhe dizem que sim. Êle pessoalmente acha que não. O que deseja — como prêmio ao seu lenço branco, aos seus serviços e sacrifícios — é ser transformado em candidato do PSD. Mas há no PSD uma onda grossa marchando contra êle.

O sr. Flôres da Cunha mandou dizer ao sr. Juscelino que não aceita a embaixada na Santa Sé. Não lhe falem em nenhum lugar fora do Brasil e da Câmara. Se o PSD não o quiser mais, êle transmitirá a cadeira presidencial ao eleito e no dia mesmo da eleição se afastará da vida pública para «morrer no Rio Grande».

★ *Escolhido o Presidente do Banco do Brasil*

Foi escolhido ontem o presidente do Banco do Brasil. Deverá ser nomeado hoje ou nos próximos dias o sr. Sebastião Pais de Almeida, de São Paulo, que se encontra no Rio desde sexta-feira a chamado do ministro da Fazenda e ontem conversou longamente com o sr. Juscelino Kubitschek, procurando sondar nele alguma orientação para a política econômico-financeira.

★ *Reconsideração das Licenças no Senado*

O sr. Auro Moura Andrade deverá apresentar por êstes dias um projeto visando a que o Senado vote uma Resolução reconsiderando as licenças concedidas a senadores eleitos para outros cargos. Houve até agora três licenças dêsse tipo: uma beneficiou o sr. Lino de Matos, que se elegeu prefeito de São Paulo e continua com as imunidades e a parte fixa do subsídio de senador; outra deu as mesmas vantagens ao sr. Dinarte Mariz, governador do Rio Grande do Norte; e a terceira estendeu os benefícios ao sr. Bernardes Filho, vice-governador de Minas.

O projeto do senador paulista recebeu ontem a adesão do sr. Lima Teixeira, líder da bancada do PTB, o que quer dizer: recebeu dezenove votos favoráveis.

★ *Dois Casos*

Entre muitos outros, eis dois casos novos que o sr. Juscelino terá de resolver da melhor maneira: o caso Glycon de Paiva e, êste novíssimo, o caso Luzardo. São diferentes. O primeiro revela a inabilidade do sr. Kubitschek e o segundo a ambição do sr. Luzardo.

O sr. Juscelino mostra-se aos amigos muito preocupado com a repercussão que teve nos meios militares o afastamento do sr. Glycon de Paiva do Banco de Desenvolvimento Econômico. Renovou ontem ao funcionário demitido sem consulta o convite para assumir a presidência do Conselho Nacional de Pesquisas. O sr. Glycon recusou mais uma vez o convite, dizendo recebê-lo como um castigo pela sua administração no Banco. O sr. Kubitschek não se deu por vencido e continuou procurando meios (inclusive pedindo a interferência do sr. Sobral Pinto) para corrigir a cincada e anular os seus efeitos políticos.

O outro caso resume-se nisto: o sr. Batista Luzardo quer ser presidente da Caixa Econômica, ameaçando romper com o sr. Juscelino se não fôr atendido, ou não tiver, no mínimo uma Embaixada. Escreveu um bilhete ao sr. Kubitschek, dizendo mais ou menos isto, O sr. Henrique Dodsworth, atual presidente da Caixa, já colocou o cargo à disposição do govêrno.

★ *Os Que Não Traíram*

Foi distribuído ontem ao promotor Nobre, pelo auditor substituto da 3ª Auditoria de Guerra, o inquérito que o general Lott mandou instaurar «a fim de apurar a responsabilidade de vários oficiais do Exército que se recusaram a cumprir ordens superiores, quando dos acontecimentos político-militares de novembro do ano findo», diz assim a notícia semi-oficial. Interpelado por jornalistas, o promotor declarou já estar estudando minuciosamente a situação dos oficiais, para manifestar-se na próxima semana sôbre o recebimento ou não da denúncia.

Êstes oficiais, tratados assim como rebeldes, foram aquêles que não traíram a sua missão e se recusaram a depôr o presidente da República no dia 11 de novembro.

★ *Promoção do Almirante Pena Botto*

O presidente da República deverá assinar hoje o ato de promoção do vice-almirante Carlos Pena Boto, primeiro colocado na lista por merecimento e antigüidade no pôsto. O respeito que a êste direito se vota, de modo geral, nas classes armadas, na Marinha, particularmente, se incorpora ao conjunto de suas melhores tradições.

Obrigado . . .

(Conclusão da 1ª página, 4ª coluna)

«PRESENÇ FRANCESA», TAMBÉM CONTRA MOLLET

ARGEL, 6 — A.F.P.) — Procedente de Paris, chegou a esta capital às 13 horas e 30 minutos, o sr. Guy Mollet, presidente do Conselho da França. Receberam-no, no aeropôrto, o sr. Max Lejeune, secretário de Estado das Fôrças Armadas, encarregados de Assuntos Argelinos; o secretário geral do Govêrno Geral da Argélia; o prefeito, o diretor de Segurança, o presidente da Assembléia argelina Abdel Kader, autoridades civis do Departamento das três armas.

Numa declaração feita ainda no aeropôrto, Mollet frisou que a ação de seu govêrno era, sobretudo inspirada pelo desejo de paz.

Apelando para a calma e o sangue-frio da população, garantiu que não trazia um remédio milagroso confeccionado no gabinete de Paris. «Vinha, disse êle, informar-se a fim de conhecer melhor as necessidades e aspirações de todos. Disse que falaria sem rebuços a seus interlocutores e esperava que êles lhe falassem com inteira franqueza. Disse que pretendia aplicar a mesma justiça para todos, muçulmanos e não-muçulmanos. Sua presença em Argel destinava-se a afirmar o caráter indissolúvel dos laços entre a Argélia e a metrópole. Declarou que acreditava firmemente na comunidade franco-muçulmana. Anunciou para mais tarde uma mensagem à população e endereçou-lhe, na ocasião, a saudação do govêrno da República.

Entre o aeropôrto e a cidade, tôda a estrada, numa extensão de vinte quilômetros, estava guardada por imponente serviço policial. Depois de uma primeira entrevista com as personalidades argelinas que o vieram receber, o presidente do Conselho tomou o automóvel para dirigir-se a Argel.

Já então, nas cercanias do Monumento aos Mortos, reuniam-se manifestantes, estudantes em sua maioria, aos gritos de hostilidade contra o general Catroux, ministro com Residência na Argélia, e exigindo o retôrno do governador geral Jacques Soustelle. Expulsos pelos destacamentos policiais que se colocavam para prestar honras ao presidente do Conselho, voltaram a reagrupar-se nas ruas adjacentes e continuaram a gritar.

A essa altura, reduzira-se sensivelmente a circulação na cidade. Fêz-se geral o fechamento das lojas e aos poucos recalcitrantes a pressão popular fê-los juntarem-se ao movimento geral.

Quando às 14h15m, o sr. Jacques Chevallier, deputado-prefeito de Argel chegou ao pé das escadarias do Monumento aos Mortos foi recebido pelas vaias da multidão. Dez minutos depois, chefava o cortejo oficial. O presidente do Conselho desceu de seu carro sob os apupos dos populares, reunidos em grande número em tôrno do Monumento. Algumas pessoas lançaram flôres sôbre o presidente do Conselho, mas da multidão partem os projeteis mais diversos: tomates, chapéus, bolas de papel de jornal, enquanto se ouvem gritos de hostilidade e os mais afoitos tentam romper os cordões policiais. As fôrças militares são obrigadas a intervir.

MOMENTO INTERNACIONAL

O Discurso de Chou En-lai

O DISCURSO agora pronunciado por Chou En-lai, sôbre alguns problemas de política internacional relacionados com o Extremo Oriente e Médio Oriente, passou relativamente despercebido, embora seja inegável a sua importância. Com certa infertilidade de imaginação, repetindo assim velhos conceitos e propostas, representa contudo numa súmula a posição da China ante os seguinte problemas: Formosa, eleições no Viet-Nam, cartas de Bulganin a Eisenhower, conflito árabe-israelense.

Vamos relancear a vista pelo discurso do ministro dos negócios estrangeiros da China e tirar algumas conclusões.

* * *

Sôbre Formosa o discurso de Chou En-lai é quase inteiramente para consumo interno. A ameaça de Formosa faz parte de uma mística cultivada na China comunista para justificar repressões e propugnar aumentos de produção. Assim, pois, ao dizer Chou En-lai que a ameaça continua, mas que Formosa será libertada, mantém a mística e alimenta a esperança. Acrescenta, para atender às duas facções essenciais da direção do partido, que Formosa será libertada pacificamente, mas se necessário adotando outros meios. Tudo leva a crer que Chou En-lai, por esta parte do discurso, muito esbatido e de tonalidades um pouco contraditórias, mas que atendem ao seu objetivo, intenta fazer-nos compreender que será feita uma guerra sem guerra liquidando Chiang Kai-shek pelo tempo, o esgotamento e a inutilidade da sua presença para os norte-americanos. O que não podemos deixar de reconhecer como a posição mais inteligente. Isto é confirmado pelos apêlos feitos aos habitantes de Formosa para mandarem, segundo meios a combinar, os seus filhos estudar na China, «pois serão restituídos». Por outro lado incita a fuga para o continente de «todos os patriotas» tática usada com algum êxito, desde há alguns meses.

A menos que se aceite a posição de MacArthur, do senador Mac Carthy e ainda de Knowland, de que Formosa é um porta-aviões norte-americano para invasão da China (posição reprovada por Eisenhower), não há maneira de ver o problema senão por um entendimento diplomático que terá de fazer-se, inevitàvelmente, à custa de Chiang Kai-shek e do seu bando, únicos responsáveis, por sua corrupção, incapacidade e anti-democratismo, do triunfo comunista no continente.

Quanto às eleições no Viet-Nam, o que nos diz Chou En-lai, como grande descoberta, é o que todos sabemos e temos dito: necessidade de cumprimento dos acôrdos de Genebra e, portanto, de eleições nêste ano. Não tem sequer a honra de ser um «ponto de vista progressista» como diz com certa ênfase o ministro chinês. E' simplesmente o cumprimento de tratados assinados, tal como em artigo recente lembrava o «Times» de Londres, que não é um modêlo de «progressismo» pelo menos à maneira como o entende o antigo mandarim Chou En-lai.

Passando da Ásia, para os Estados Unidos através da Rússia, o ministro coleciona todos os «slogans» em circulação acêrca da «coexistência» e da «vontade de paz de Moscou», referindo-se às cartas de Bulganin a Eisenhower. Realmente para dizer que está de acôrdo não é preciso ser delirante, mas o senso da medida não é o forte dos comunistas embora o tivesse sido, histèricamente, da China.

Finalmente analisou em tom polêmico, Chou En-lai, os problemas do Médio Oriente, considerando o Estado de Israel «simples colônia dos Estados Unidos» e o Egito, de Nasser, «o pioneiro e líder dos povos africanos». Nenhuma destas afirmativas foi acompanha da mínima demonstração pois sabia falar a convertidos ou a beócios. Esta declaração dogmática, é um tanto ou quanto nauseosa, por falta de qualquer prova, tem contudo o mérito de nos advertir sôbre as próximas ofensivas que inevitàvelmente vão se dar por parte do eixo Moscou-Pequim, no Oriente Médio, tentando dar a essa região, já trabalhada por outras grandes potências, uma perene instabilidade e esforçando-se por transformá-la em instrumento dos seus desígnios.

Esta última parte, é talvez, de todo o discurso de Chou En-lai (tendo merecido um desenvolvimento, na entrevista concedida à revista egípcia «Al Goum Ourya») a mais importante. Nessa entrevista Chou En-lai prega a guerra (de libertação) contra a França no norte de África.

* * *

O discurso de Chou En-lai não disse coisas novas, mas no seu último ponto disse coisas graves. Não sabemos ainda em pormenor, o que foi resolvido por Eden e Eisenhower sôbre o Oriente Médio. Sabemos que a França estêve ausente e devia, neste ponto, estar presente. E sabemos também que uma política de inteligência, de sentido unitário e democrático, mas firme, terá de ser adotada para que através dos árabes, das suas queixas e anseios frustrados, um poder totalitário não chegue ao Mediterrâneo e até ao Atlântico.

TRADIÇÕES DO EXÉRCITO

Rafael Corrêa de Oliveira

QUEM leu no «Diário de Notícias» de anteontem a «Pequena história do «Retôrno» aos Quadros Constitucionais Vigentes» deve ter ficado estarrecido. Nunca se viu em uma tão «pequena história» maiores imoralidades, — o uso e abuso da «rasteira» que o sr. Getulio Vargas introduziu como habilidade política» na vida pública nacional.

Lendo o sintético documento que revela a educação militar severa e retilínea do seu autor, chegamos definitivamente à conclusão de que o general Lott não é um discípulo de Caxias, Osório, Floriano ou Machado Bittencourt. Seu mestre e modelo, sem dúvida, é o «general» Getulio Vargas, comandante em chefe da Revolução de 1930, fundador do «Estado Novo», criador do «despistamento», precursor da «restrição mental» artífice de tôdas as mistificações.

Não temos necessidade de remontar às nascentes do límpido, cristalino, glorioso exemplo de Caxias e Osório para mostrar o que tem sido a permanente tradição de honra, lealdade e fraternidade no Exército brasileiro.

Examinemos, apenas, duas grandes figuras militares da República, — uma delas asperamente combatida na sua época — e veremos, em seguida, como se distanciam ambas do heroi «getuliano» que conduz, hoje, na ponta da sua espada êste trapo de govêrno nominalmente dirigido por um doidivanas.

Quando Deodoro deu o golpe de estado e dissolveu o Congresso, Floriano Peixoto, então vice-presidente, se colocou no centro da resistência constitucionalista. Assumindo o govêrno num instante em que a República ainda tropeçava nos hábitos, nas saudades, nos interêsses deixados por três séculos de sistema monárquico, Floriano convocou o Congresso dissolvido, mas teve de enfrentar uma oposição terrível, — a rebelião da Armada, as revoltas do Rio Grande e Santa Catarina, enfim, a guerra civil, com tôdas as suas violências e todos os seus desesperos.

Além disso havia no parlamento a batalha política, onde os amigos de Deodoro fulminavam com a eloqüência e a bravura cívica dos áureos tempos, a ação convulsa de Floriano, no govêrno. Êste, evidentemente, se defendeu e atacou. A sua coragem pessoal procurava apoio na massa, cujos sentimentos êle auscultava frequentando disfarçadamente reuniões e cafés populares. Os excessos de sua violência encontravam explicação na luta armada que era um fato tangível e visível ao tato e aos olhos da Nação inteira.

Mas Floriano conseguindo dominar os seus adversários, não procurou perpetuar-se no govêrno. Viu e aceitou a eleição de Prudente de Morais a quem entregou o poder no dia marcado pela Constituição. Depois disso esperou tranquilmente o julgamento da história numa vida de modéstia e obscuridade. E a história deulhe a palma de «Consolidador da República».

E o marechal Bittencourt, ministro da guerra de Prudente de Morais, que exemplo, legou ao Exército republicano? Vejamos como é emocionante e profundamente honroso para o caráter de nossos militares, êste simples registro de um dicionário histórico português: «Carlos Machado Bittencourt»: Marechal brasileiro. Ministro da Guerra, acompanhava o dr. Prudente de Morais, então presidente da República, na visita que êste fazia ao arsenal de guerra. quando, para o defender do soldado Marcelino Bispo, que contra êle arremeteu armado, foi pelo mesmo ferido com quatro facadas mortais».

Eis aí tôda a tradição do soldado brasileiro: a lealdade e a bravura no exercício dos cargos de imediata confiança.

Comparem, agora, Floriano a sair do poder e Bittencourt morrendo na defesa do seu chefe, com o general Lott nas complicações do «Retôrno».

Imaginem êste ministro da guerra oferecendo o corpo às punhaladas dirigidas contra Café Filho, Carlos Luz ou Juscelino! Pensem no seu idealismo e no seu proclamado espírito de renúncia, deixando o poder depois de haver desempenhado o papel que lhe parecia impôsto pelo destino.

Qual nada! Floriano andava disfarçado pelas ruas. O general Lott mobilizou uma floresta de armas mortais e, como Macbeth, depois do crime, nem mesmo assim se julgava garantido. Bittencourt oferecia a vida para defender o seu presidente. Lott, sem expor-se a nenhum perigo, depunha e prendia os seus presidentes!

Floriano enfrentava uma guerra civil na qual havia sangue, heroismo, surprêsas mortais. Lott imaginava um «golpe» que nunca existiu, para tomar o poder no dia em que quizessem tirá-lo do ministério. Floriano, cumprida a sua missão, foi para casa, provando que não o movera a ambição do mando. Lott, sem qualquer missão especial a cumprir, ficou. Ficará. E novos «golpes» surgirão se tentarem afastá-lo do ministério.

Floriano e Bittencourt representam a tradição de Caxias e Osório. Lott é o discípulo de Getulio, — a artimanha do «plano Cohen», as surprêsas e traições de 1937.

Não acreditamos que o Exército, depois de bem informado, tenha hesitações no seu julgamento dos homens e dos fatos que imaginaram e realizaram o «Retôrno aos quadros constitucionais vigentes»... E que quadros!

A. A Contreiras de Carvalho

ADVOGADO

Rua México, 164 — 2º andar — Sala 22 — Telefone: 42-8268.

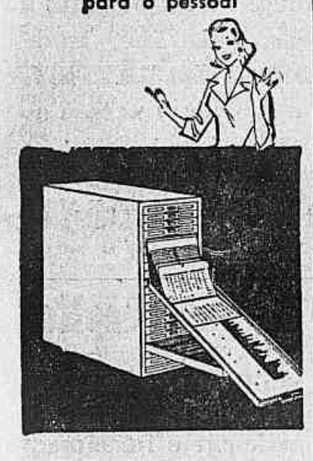
simplifique

os trabalhos de administração utilizando o

REGISTRO VISÍVEL

KARDEX

para o pessoal



Apresenta de relance um quadro completo do pessoal e mostra, numa consulta rápida, a verdadeira posição de cada funcionário.

Remington Rand do Brasil S. A.

(CASA PRATT)

Rio de Janeiro - São Paulo - Recife Salvador - Pôrto Alegre - Belo Horizonte - Curitiba - Juiz de Fora Pelotas

INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Extensões de Telefones nas côres PRÊTO E MARFIM. Instalações de Tomadas Americanas — Interfones para comunicações internas — Executamos qualquer serviço telefônico. — Consertos em geral.

SOLICITEM ORÇAMENTO A

"INSTEL" INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS LTDA.

MATRIZ: — São Paulo — Rua Santa Teresa, 12 — 5º andar Sala 514 — Tel.: 35-0358.

FILIAL: — Rio de Janeiro — Avenida Presidente Wilson, 210 — 4º andar — Sala 417 — Tels.: 32-9442 e 22-7092. Endereço Telegráfico: — «INSTEL».

ARQUITETURA, DECORAÇÃO E CONSTRUÇÃO

ordec LIMITADA

22-5658

DECORAÇÃO DE

- LOJAS
- ESCRITÓRIOS
- RESIDÊNCIAS

AV. ALMTE BARROSO, 6 - 5.º AND. - GRUPO 509

NOTÍCIAS DO EXÉRCITO

(Vide Boletim da Diretoria Geral do Pessoal à pág. da 3ª seção)

Pràticamente Concluídas as Obras do Pavilhão Cirúrgico

Custosa Aparelhagem Lhe é Destinada

JÁ estão pràticamente concluídas as obras de construção do Pavilhão Cirúrgico para oficiais e suas famílias que estão sendo realizadas no Hospital Central do Exército. Esperam o coronel José Osório e o major Wilson, ambos engenheiros, sendo êste fiscal das obras e aquêle chefe da Comissão Especial n. 7, entregá-las daqui a 40 dias, no máximo, ao general dr. Artur Alcântara, diretor geral daquele nosocômio. Dentro de poucos dias, será iniciada a instalação de custosa aparelhagem cirúrgica que lhe é destinada bem como dos móveis e outros pertences necessários ao perfeito funcionamento do novo Pavilhão.

A diretoria geral do Pessoal avisa aos oficiais e praças adidos que efetuará hoje, 7, às 16 horas, o pagamento da diferença de vencimentos.

AOS EX-COMBATENTES

O tenente-coronel Moziul Moreira Lima solicita-nos a divulgação do seguinte: «Aos companheiros ex-combatentes: 1) — Tendo sabido que o meu nome figura em uma chapa registrada na Associação dos Ex-Combatentes — Seção do D.F. sob a legenda «Chapa dos Pracinhas», declaro: não autorizei nem autorizo a inclusão do meu nome na «chapa dos pracinhas». Rio, 4-2-1956. (a) José Leite Brasiliano da Costa, major. 2) — Tendo sabido que o meu nome figura em uma chapa registrada na Associação dos Ex-Combatentes — Seção do D.F. sob a legenda «chapa dos pracinhas», declaro: não autorizei nem autorizo a inclusão do meu nome na «chapa dos pracinhas»; continuo a apoiar integralmente a chapa «Ação e União». Rio, 4-2-1956. (a) Hilnor Canguçu Taulois de Mesquita, major».

NOVO COMANDO NA ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA

Procedente do Norte do país, onde se encontrava na Superintendência de Valorização da Amazônia, chegou domingo último a esta capital o coronel Omar Emir Chaves, que acaba de ser nomeado comandante da Escola de Instrução Especializada. O coronel Chaves assumirá amanhã, 8, sua nova comissão.

CONFERIDA A MEDALHA DO PACIFICADOR A UM ENGENHEIRO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

Acaba de ser conferida ao dr. Antônio de Barcelos Neto, engenheiro da Prefeitura do Distrito Federal, chefe do 13º Distrito de Obras, a Medalha do Pacificador, como reconhecimento pelos serviços prestados pelo mesmo ao Exército, na Vila Militar em Deodoro. O ato causou boa impressão nos meios armados e civis, pois pela primeira vez é concedida a condecoração a um engenheiro da Municipalidade. O dr. Barcelos Neto vai receber aquela distinção em cerimônia que será realizada amanhã, 8, às 8 horas, no Estádio do Regimento Sampaio, na guarnição daquela Vila. A condecoração em aprêço será entregue pelo general Manuel de Azambuja Brilhante, comandante da 1ª D. I., na presença da respectiva oficialidade, bem como do secretário de Obras e Viação da Prefeitura, diretor do Departamento de Obras, além de amigos e colegas.

COMUNICADO SOBRE UNIFORME

A Secretaria da Guerra comunica que foi marcado o 5º uniforme para o almôço de despedida do adido militar argentino, coronel Juan Bautista Amarfil Lucero, no Forte de Copacabana, hoje, 7, às 12 horas; e para o embarque do mesmo adido, dia 10, pelo «Rio de La Plata».

DIA DO MINISTRO

O ministro Henrique Lott recebeu, ontem, em seu gabinete de trabalho, o general Sink, da Missão Militar Norte-Americana; deputado Joaquim Vicente Rondon, dr. Oton Sidou, coronel Ernesto Geisel, governador do Piauí, generais Lima Câmara, Odílio Denys, Rosa Nepomuceno, Augusto Magessi, marechal Leitão de Carvalho, generais Renato Batista Nunes, Aristóteles Ribeiro, Antônio Alves Filho e Tasso Tinoco. Às 16 horas, concedeu audiência pública para civis.

UNIFORME DO DIA

Para amanhã, 8, foi marcado o 5º uniforme.

FALECIMENTO DO MAJOR PEDRO VIANA

Faleceu, anteontem, repentinamente, em sua residência, o major da Arma de Infantaria Pedro Romeiro Viana. Possuidor de todos os cursos da sua arma, era o extinto oficial destacado pelas suas qualidades de verdadeiro profissional especializado em assuntos de serviço militar. Desempenhou várias comissões de importância e dentre elas a de comandante da 1ª Cia. Isolada de Metralhadoras Anti-Aérea, primeira unidade no Brasil, dotada de material americano, com sede em Vale-de-Cans, no Pará; foi subchefe da 1ª C. R. e comandante geral da Polícia Militar do Estado do Rio. Ao seu entêrro, que foi bastante concorrido, viam-se presentes entre inúmeros amigos, chefes, colegas e camaradas, oficiais e praças da Polícia Fluminense, o comandante Amaral Peixoto, o representante do ministro da Guerra, major Mendonça Lima, o representante do general Zenóbio da Costa, major Domingos Ventura, representante do general comandante da 1ª R.M., coronel Ivan Pires Ferreira, representante do executor do estado de sítio, coronel Geisel, além de muitas outras autoridades.

LICENCIAMENTO DE CONSCRITOS INCORPORADOS EM 1955

O ministro da Guerra acaba de baixar portaria alterando a de n. 1.332, de 14 de dezembro de 1955, para o seguinte: «2 — Nas demais Zonas e Regiões Militares: a) — O licenciamento será realizado em quatro turmas de efetivos equivalentes, entre 4 e 22 de fevereiro de 1956, ficando as datas e a organização dessas turmas a critério dos comandos de Zonas Militares.

SEÇÃO ESPECIAL DA FEB

O chefe da Seção Especial da FEB solicita, por nosso intermédio, o comparecimento àquele órgão dos ex-combatentes Luís Emiliano dos Santos, Valdemiro Correia Dutra e Antero Leal, todos para tratarem de assuntos de seu interêsse.

PAGADORIA CENTRAL DE INATIVOS E PENSIONISTAS

O chefe da Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas avisa, por nosso intermédio, que se encontram à disposição dos interessados no Protocolo daquela repartição, sob os números abaixo, as cartas-patente e provisões de reforma dos seguintes oficiais e praças: OFICIAIS — 801 — Alípio Cândido; 808 — Benedito Vitoriano Santiago; 810 — Berto Marcelino Cariri; 811 — Antônio Pereira Damasceno; 816 — Damião da Cruz; 817 — Deusdedit Lopes dos Santos; 819 — Darci Carneiro; 822 — Enedino Martins Magalhães; 823 — Francisco de Azevedo Carvalho; 826 — Franklin de Carvalho Júnior; 831 — Francisco Borges de Campos; 833 — Genésio Ferreira; 839 — Hildebrando de Azevedo; 843 — José Jorge Miguel; 845 — João de Almeida Tiago; 847 — João Ferreira; 854 — José Benedito Ferreira; 860 — José Cardoso; 861 — José do Nascimento; 864 — José Gabriel da Costa; 869 — João Martins Pena; 870 — Levi Ribeiro Bittencourt; 872 — Luís Martins do Espírito Santo; 873 — Luís Florentino de Siqueira; 879 — Manuel Silva; 883 — Manuel Teodoro da Cunha; 884 — Nélson Moreira Santiago; 885 — Newton da Costa Fernandes da Silva; 887 — Olívio de Meneses; 888 — Acácio Gonçalves da Silva; 892 — Oscar Francisco de Sales; Osvaldo Lemos Jardim; 899 — Raimundo Nonato Vieira Nina; 903 — Raimundo Cunha; 907 — Samuel Ferreira de Carvalho; 909 — Umbelino Dorneles; 910 — Valdoi Bonifácio Correia; 914 — Zordav Prati; 917 — Alcebíades da Silva; 920 — Aristides Artur Soffiati; 923 — Artur Martins do Nascimento; 924 — Ademar da Silva Costa; 927 — Antônio Januário da Silva; 929 — Acrísio dos Santos; 930 — Antônio Fernandes de Sousa; 931 — Adolfo Cavalcanti de S. Pena; 935 — Arnaldo Arnaldino de Andrade; 938 — Armando Augusto Guadalupe; 942 — Adovaldo Figueiredo de Sousa; 943 — Alberone da Rocha do O'; 946 — Antônio Pires Sobrinho; 948 — Alcides Leal; 949 — Atalmar de Sousa Figueiredo; 951 — Ariston Rabelo de Sousa; 952 — Antenor Ribeiro de Sousa.

PRAÇAS — 1 — Adelaide Caldas Lago; 3 — Agenor Filho; 5 — Alcebíades Antônio da Silva; 8 — Alfredo Farias Leite; 10 — Alvaro Bernardo; 13 — Antônio Dantas de Oliveira; 17 — Antônio do Nascimento; 23 — Benedito Martins dos Santos; 24 — Benedito Oliveira; 25 — Benoni Borges de Oliveira; 28 — Bento Pôrto Pereira; 30 — Dorcelino Silva; 31 — Edgar José Gonçalves; 38 — Emílio Belengire; 39 — Enedino Nunes Pereira; 43 — Francisco Maria Joana (fal.); 45 — Galeno Martins de Sousa; 47 — Gildalte Bispo dos Santos; 53 — João de Matos Sousa Filho; 55 — João Ferreira do Amaral; 56 — Joaquim Maximino; 58 — Jorge de Assis; 59 — Jorge dos Santos.

A entrega será feita pelo Protocolo daquela Pagadoria, às segundas, quartas e sextas-feiras, das 15 às 16h30m.

COLÉGIO MILITAR DE BELO HORIZONTE

Por decreto de 1º de fevereiro de 1956, o presidente da República nomeou: o coronel de Infantaria José Carlos Campos Cristo, para subcomandante; o coronel professor Calimério Nestor dos Santos Filho, para subdiretor do Ensino Fundamental; o tenente-coronel de Infantaria Antônio Carlos Mourão Ratton, para Fiscal Administrativo; o major de Infantaria Amauri Barroso da Conceição, para a Seção Técnica de Ensino.

CHAMADA DE RESERVISTAS

Deverão comparecer no Serviço Militar Regional, sito no 3º andar do Edifício da Guerra, nos dias de expediente, entre 12 e 16 horas, com exceção de quintas e sábados, que é das 8 às 11 horas, os reservistas Ocarlino de Sousa, Baltejam José Gonçalves e Wagliston Furtado, a fim de receberem seus certificados de reservista.

ESTABELECIMENTO CENTRAL DE FINANÇAS

O chefe do Estabelecimento Central de Finanças avisa por nosso intermédio que os tesoureiros das unidades de prefixos abaixo deverão comparecer ao referido estabelecimento, a fim de prestar informações atinentes aos processos de requisição de numerário: 1008 — 1109 — 1029 — 1047 — 1054 1058 — 1065 — 1072 — 1081 — 1103 1104 — 1106 — 1108 — 1122 — 1126 1131 — 1132 — 1149 — 1161.

PESSOAS CHAMADAS A SECRETARIA DA GUERRA

Solicita-se o comparecimento das pessoas abaixo mencionadas, às segundas, quartas e sextas-feiras, no horário do expediente, à 4ª Divisão da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, a fim de tratarem de assunto de seus interêsses: Cândido José dos Santos, Ônio de Campos, Antônio Francisco de Paula, José Pazo Blanco, Valfredo Tavares de Araújo, Adir Pêcego Messina, Gésio Neves do Patrocínio, Josafá Francisco, Giuseppe Guido, Jorge de Sousa Lôbo, José Francisco de Lima, José de Almeida Vilas Boas, Antério Leal, Zeferino Campelo de Morais, Milton Moreira Pereira, Martinho da Silva Cruz, Ivan Vieira Baltazar, Miguel Alves Xavier, Isnard Campos, Wanny Paiva, Valdomiro Ribeiro, Heraldo Gomes da Cruz, José Pereira da Silva, João Lopes de Sousa, Jaime Gonçalves, José Ribeiro da Silva, João Angel Roris Guizande, Nélson Gomes de Aguiar, Antuérpio Nemem, Alfredo Leão Lopes, Jacira de Sousa Góis, João da Silva Leal, Manuel Machado dos Santos, Otacílio Resende da Silva, Oscar Campos da Cunha, Otávio Cristo Miscow e Aires Rodrigues da Silva.

Concluído o Inquérito do Colégio Militar

Vêm de ser encaminhado à Justiça os autos do inquérito policial militar mandado instaurar pelo ministro da Guerra, para apurar a denúncia de que estavam sendo vendidos a Cr$ 1.000,00 pontos do exame de matemática que ia se realizar por ocasião do concurso de admissão ao Colégio Militar do Rio de Janeiro. O fato causou a pior repercussão, quer nos meios militares, quer nos civis, pois estavam concorrendo ao referido concurso cêrca de 3.400 crianças. Segundo estamos informados, infelizmente o fato foi verídico, estando envolvidos pessoas do próprio Colégio, cujos nomes serão conhecidos dentro em pouco com a denúncia das mesmas que será oferecida pelo representante do Ministério Público junto à Auditoria de Guerra da 1ª R. M.

NOTÍCIAS DA MARINHA

OFICIAIS SUPERIORES INDICADOS PARA CURSAR A ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CURSO PRELIMINAR DE COMANDO

FORAM indicados para matricular no curso preliminar de comando a ser iniciado em março vindouro, na Escola de Guerra Naval o capitão de fragata Edson de Alencar Cabral e os capitães de corveta Edigueche Gomes Carneiro, Evaldo Nabuco de Araújo Sá Rêgo, Paulo Irineu Roxo de Freitas, Jaime Leal Costa Filho, Humberto Giudice Fitipaldi, Alvaro Soares Rodrigues de Vasconcelos, Júlio Assis de Sousa França, Orlando Braga Cruzeiro, Jorge da Cruz Soares, Alfredo Mário Mader Gonçalves, Osvaldo Pinto de Carvalho, José Floriano Corseuil, Pedro Tedim Barreto, Adauri da Costa e Rocha, Edie de Oliveira Coutinho, Eduardo de Almeida Magalhães, Maximiniano Eduardo da Silva Fonseca, Jorge de Gervais Cavalcanti Vieira, Silvio Neri Cadaval, Ivan Modesto de Almeida, João Carlos de Freitas Raulino, Almir da Costa Rubim, Jonas Garcia Sima, Jorge Tavares, José Gurjão Neto, Hermano Alfredo, Herbert von Sydow, Osmar Domingues Alonso, Airton Augusto Lôbo de Carvalho, Colbert Demaria Bolteux, João Marcos Dias, Jabory Nepomuceno de Oliveira, Luís da Mota Veiga, Roberto Anderson Cavalcanti, [illegible] Silveira Rezende, Carlos [illegible] Mário da Cia pelo titular da pasta os almirantes Renato Guilhobel, Carlos Brito e Silva Filho, Hugo de Morais Pontes e César Augusto Machado.

ATOS DO MINISTRO

O ministro Alves Câmara assinou ontem os seguintes atos: designando o cap. ten. Ahlbal de Arruda Valença para exercer as funções de comandante do CS «Piraquê»; ratificando a designação do capitão de corveta Murilo Barbosa Viana para exercer, interinamente, as funções de imediato do C.I.A.T., a partir de 14 de novembro de 1955, cumulativamente com as que já exerce; concedendo noventa dias de licença para tratamento de saúde ao cap. ten. José Balbino dos Santos expulsando do serviço ativo, por haverem sido considerados desertores os marinheiros Francisco Pereira de Sousa, Antônio Amorim e [illegible] da Cruz.

APRESENTAÇÕES

Por diversos motivos apresentaram-se, ontem, à Diretoria de Pessoal o almirante José Luís da Silva Júnior, os comandantes André Stefano Guimarães, Manuel Abud, Paulo de Freitas Pércia, os caps. tens. Severino Bezerra da Silva, Hélio Castro Canoti e os tens. Cid Nogueira e Mauro Ferreira Leal.

DISPENSA DE ALMIRANTES

O ministro assinou portarias dispensando os vice-almirantes da reserva Edgar Santos Rosa e Rubens Viana Neiva das funções de presidente e vice-presidente da comissão permanente de nomenclatura e especificação do material da Marinha.

NO GABINETE

Foram recebidos ontem em audiência pelo titular da pasta os almirantes Renato Guilhobel, Carlos Brito e Silva Filho, Hugo de Morais Pontes e César Augusto Machado.

ATOS DO MINISTRO

O ministro Alves Câmara assinou ontem os seguintes atos: designando o cap. ten. Ahlbal de Arruda Valença para exercer as funções de comandante do CS «Piraquê»; ratificando a designação do capitão de corveta Murilo Barbosa Viana para exercer, interinamente, as funções de imediato do C.I.A.T., a partir de 14 de novembro de 1955, cumulativamente com as que já exerce; concedendo noventa dias de licença para tratamento de saúde ao cap. ten. José Balbino dos Santos expulsando do serviço ativo, por haverem sido considerados desertores os marinheiros Francisco Pereira de Sousa, Antônio Amorim e [illegible] da Cruz.

Candidatos ao Colégio Naval Chamados

Devem comparecer, com urgência, ao Departamento de Instrução da Diretoria do Pessoal, os candidatos reprovados no concurso de admissão ao Colégio Naval, a fim de tomar conhecimento de suas notas e receber de volta seus documentos.

Também devem comparecer àquele Departamento, os seguintes candidatos: Dácio Cunha Gomes, Lucimar Luciano de Oliveira, Flávio Zahil Guimarães de Amorim, Sérgio Carvalho do Nascimento e Paulo João de Freitas Oliveira.

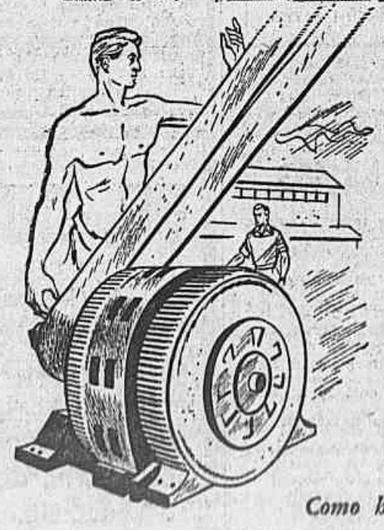
A maior venda de fogões efetuada no Rio

Este é o maior e o melhor
É o rei dos fogões

Linhas impecáveis, Durabilidade, garantia absoluta, economia e rapidez e se tudo isso não bastasse a CASA JOTA à avenida Marechal Floriano nº 38-B, oferece ainda como bonificação uma carga de gás com capacidade para um mês. A CASA JOTA oferece à vista ou a prazo as melhores condições.

Há mais de 42 anos...

vimos operando na Praça.



Duas invenções revolucionaram o mundo: a eletricidade e o crédito.

Se a eletricidade produz a fôrça, que impulsiona tôdas as indústrias, é muitas vêzes do crédito que promana a própria eletricidade.

O crédito age em relação ao capital como o dínamo à eletricidade.

Por isso, o banco é um multiplicador de riquezas.

BCM

Presidente
Oscar G. Sant'Anna
Diretores
Alberto de Castro Menezes
Raul Oscar Sant'Anna
H. O. Sant'Anna

Como há 42 anos à disposição de V.S. o

Banco de Crédito Mercantil S. A.

31 - Rua 7 de Setembro - 31

XAVIER 300-4

Carteira de Comércio Exterior

COMUNICADO N.º 65

A CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR torna público que, de acôrdo com resolução tomada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, em sessão de 30 de dezembro último, poderá licenciar a importação de zinco metálico, em lingotes (item 2.45.00, da 2ª categoria), obtido de processo de redução e refino em país diverso do produtor do minério (blenda).

Os interessados deverão formular suas propostas, para o competente estudo, em carta dirigida à sede da CACEX (ref. ASTEC), no Rio de Janeiro, na qual indicarão, pormenorizadamente:

— país de origem da matéria-prima (minério).
— país que se encarregará da operação metalúrgica.
— quantidade de minério e o equivalente em metal elaborado.
— preços, moeda e condições de pagamento, inclusive com relação às despesas de redução e refino.
— fretes, embarques, etc.

Não serão examinados os pedidos desacompanhados da concordância do país fornecedor da matéria-prima, expressa em documento emanado das autoridades competentes.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1956.

(a) IGNACIO TOSTA FILHO — Diretor
(a) ADELINO DEBENEDITO — Gerente

CARNAVAL

Entre as flores de Barbacena, a 1.300mts. de altitude no

PALACE HOTEL BARBACENA

Luxuosos e confortáveis apartamentos de casal e solteiro — Quartos com água corrente — Passadio de primeira. — Informações e reservas pelo tel.: Barbacena, 226, com Nelson ou Fernando.

DERRUBOU O MURO

Na rua Morais e Silva, o ônibus nº 8-22-02, desgovernou-se e chocou-se com o muro do prédio em que se acha instalado o Instituto N. S. Auxiliadora, ficando várias pessoas feridas.

VIOLENTO INCÊNDIO DESTRUIU PARTE DA FÁBRICA DE TINTAS

Atingem a um Milhão de Cruzeiros os Prejuizos

Na Praia de São Cristóvão o Sinistro

NA manhã de ontem, irrompeu violento incêndio na fábrica «Aliança Comercial de Anilinas S.A.», situada na praia de São Cristóvão, 212, próximo à avenida Brasil. Tôda a seção de moagem, onde estavam localizados vários barris e tanques, com material de fácil combustão, sulfito de enxofre e óleos diversos, foi devorada pelas chamas.

Comentavam alguns empregados da fábrica que a causa do fogo foi uma explosão no moinho, causada pela súbita elevação da temperatura, a que foi submetido. Com a explosão, vários operários foram tomados de pânico, entretanto, não houve vítimas a lamentar.

Avisado o Pôsto Central do Corpo de Bombeiros, para ali se dirigiram duas guarnições, uma delas da 1.ª Zona Marítima, sob o comando do major Rosas. Entrando imediatamente em ação, em poucos minutos, os soldados do fogo evitaram que as chamas se propagassem, isolando a seção de moagem que foi totalmente destruída. As chamas atingiram o telhado do prédio.

ELEVADO PREJUIZO

Em palestra com a reportagem, o diretor-tesoureiro, Henry Eberling, e o sub-gerente da fábrica, Robert Schensewass, afirmaram que os prejuizos atingem a um milhão de cruzeiros. A emprêsa está segurada contra os riscos de incêndio, na Companhia Internacional de Seguros. Ao lado do prédio sinistrado, achase situado um grande depósito de madeiras, de fácil combustão.

Compareceram ao local, o comissário de serviço no 16.º distrito policial e a guarnição n. 6 da Radiopatrulha. Também ali estiveram técnicos do Instituto de Criminalística

COMO SERÁ O POLICIAMENTO NOS TRÊS DIAS DE CARNAVAL

DELIBERAÇÕES NA POLÍCIA CENTRAL

O problema do policiamento da cidade nos dias de carnaval voltou, ontem, a ser estudado no Gabinete do Chefe de Polícia, pelas autoridades civis e militares encarregadas da manutenção da ordem e da segurança pública. Dêsse estudo, do qual participaram os representantes do Exército da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Militar, resultou a coordenação de medidas que possibilitem um sistema de policiamento capaz de satisfazer as exigências do momento. Dentre essas medidas, ficou deliberado que não será permitido o uso do lança-perfume em recinto fechado, bem como o de bisnagas de matéria plástica nas ruas ou nos bailes.

Quanto aos modos de expansão do entusiasmo popular, não haverá nenhuma restrição a não ser quando essas manifestações atentem contra a moral e os bons costumes. Como nos anos anteriores, não serão permitidas fantasias semelhantes aos trajes usados pelas corporações militares ou congregações religiosas

O policiamento, como de praxe, será feito pela Polícia Civil, Militar, Exército, Marinha, Aeronáutica e guardas municipais.

Libertados os Comunistas Detidos em Volta Redonda

Trinta e quatro extremistas presos por elementos do exército, encarregados de manter a ordem em Volta Redonda e Barra Mansa, durante as manifestações grevistas, foram postos em liberdade, depois de haverem sido recolhidos ao xadrez da Divisão de Ordem Política e Social e já ter o delegado Anuar Farah, iniciado contra os mesmos processo-crime. Cumprindo determinações do Executor do Estado de Sítio, foram os grevistas postos em liberdade devendo prosseguir entretanto o processo contra Nestor Lima, o extremista que insuflava os demais à «parede».

EM EXCESSIVA VELOCIDADE O AUTO COLIDIU COM O ÔNIBUS

OUTROS DESASTRES NA ZONA NORTE DA CIDADE

MORREU UMA DAS VÍTIMAS

VIOLENTA colisão de veículos ocorreu, na madrugada de ontem, produzindo consequências fatais, na Estrada Braz de Pina, em frente ao prédio 1.341. Por ali trafegava em excessiva velocidade o automóvel de chapa 14-44-56, dirigido pelo soldado da Polícia Militar Manuel Raimundo da Costa, solteiro, residente na rua Surui, quando foi completamente amassado pelo ônibus de chapa 8-23-21, linha Lapa-Irajá, dirigido pelo motorista José Delubino, morador na rua Pedro Alves, 45. Após o desastre, o profissional que dirigia o ônibus, fugiu.

Manuel teve morte instantânea no local. A seu lado, viajava Sidnéia de Oliveira, de 16 anos, que fraturou a rótula direita; no banco traseiro, estava seu colega da Polícia Militar, Pedro Martins Gimenes, de 23 anos, solteiro, morador na Estrada do Puitungo, 720, que fraturou o crânio. Ambas as vítimas foram transportadas para o Hospital Getúlio Vargas, de onde Pedro foi transferido para o Hospital da sua corporação, ali ficando internado.

A polícia do 21º distrito, logo que teve conhecimento do fato, solicitou a perícia, iniciou diligências para localizar o motorista do ônibus e providenciou a remoção do cadáver para o necrotério do Instituto Médico Legal.

NA RUA MORAIS E SILVA

Na manhã de ontem, o ônibus de chapa 8-22-02, da linha 49, Lins-Castelo, superlotado, trafegava pela rua Morais e Silva, com destino à Esplanada, quando perdeu a direção, ao ser manobrado na esquina da rua Ibituruna, indo chocar-se contra o portão do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com tal violência, que derrubou parte do muro daquele colégio.

Prevendo que o coletivo, em excessiva velocidade e já sem direção, iria provocar o desastre, o motorista gritou para os passageiros que se segurassem, pois o ônibus estava sem freios. Em seguida fugiu, abandonando o carro e os passageiros no local.

Em consequência do choque ficaram feridas as seguintes pessoas: Elias de Melo Pacineli, rua Joaquim Rosa, 348; Alda Sousa Brito, rua Zizi, 31, casa 1; Irandi Guimarães, rua Lins de Vasconcelos, 267; Adosinda Maria de Carvalho, rua Maria Luisa, 52, apto. 101; Maria Heliana de Sousa, rua Pedro de Carvalho, 553; Odília Soares dos Santos, rua Conselheiro Ferraz, 109, casa 2; Celi Silva, rua Barão de Bom Retiro, 898, casa 1; Juraci César da Silva, rua Maranhão, 160, apto. 101; Lisardo Pacheco, rua Abutirá, 110; Assis Juscelino, rua Claudino, 467; Antônio Camilo Bandeira, rua Dona Francisca, 15; Luis Justino da Silva, rua da Cachoeirinha, s|n.; Isaite Francisco de Oliveira, rua Araújo Leitão, 1.093; João dos Santos, rua Barão de Bom Retiro, 325; Nélson Correia Simões, rua Heráclito Graça, 54; e Roque dos Santos Azevedo Júnior, rua Senhor, 115. Tôdas as vítimas foram transportadas ao Pôsto Central de Assistência, onde receberam curativos.

As autoridades policiais do 15º distrito tiveram conhecimento do fato, solicitando a presença da perícia e iniciando diligências para identificar e localizar o motorista.

NA RUA CAMPOS SALES

Outro desastre ocorreu na rua Campos Sales, esquina da rua Doutor Satamini. Por ali trafegava um táxi, conduzindo as septagenárias Artenizia Tôrres, de 78 anos, solteira, moradora na rua Ibituruna, 29, e Maria Luisa dos Santos Magalhães, de 76 anos, viúva, residente na rua Ibituruna, 27, quando um auto de chapa não identificada, foi chocar-se violentamente em sua traseira.

Do impacto resultou sofrerem contusões generalizadas as duas passageiras, sendo transportadas para o Hospital de Pronto Socorro, onde receberam curativos.

O comissário de serviço no 5º distrito policial tomou conhecimento do fato.

VITIMAS DO • TRÁFEGO •

Total em 1955		373
Total em Jan.		27
FEVEREIRO	1	3
FEVEREIRO	2	2
FEVEREIRO	3	4
FEVEREIRO	4	3
FEVEREIRO	5	2
FEVEREIRO	6	0
FEVEREIRO	7	
FEVEDEIRO	8	
FEVEREIRO	9	
FEVEREIRO	10	
FEVEREIRO	11	
FEVEREIRO	12	
FEVEREIRO	13	
FEVEREIRO	14	
FEVEREIRO	15	
FEVEREIRO	16	
FEVEREIRO	17	
FEVEREIRO	18	
FEVEREIRO	19	
FEVEREIRO	20	
FEVEREIRO	21	
FEVEREIRO	22	
FEVEREIRO	23	
FEVEREIRO	24	
FEVEREIRO	25	
FEVEREIRO	26	
FEVEREIRO	27	
FEVEREIRO	28	
FEVEREIRO	29	

HÉRNIAS

FUNDAS de vários modelos para todos os tipos de HÉRNIA

CASA NEIVA

RUA DOS ANDRADAS, 49

FONE: 43-1794

Galinheiro desmontável para quintal, com dispositivo para se colocarem os alimentos pelo lado externo. Vende-se à rua Dona Mariana, 172 — Botafogo — Tel.: 26-6467

CARNAVALESCOS, ATENÇÃO!

Temos para pronta entrega: Confeti, serpentinas, máscaras, enfeites para salão, balões de borracha, reco-recos, tamborins, pandeiros, cordões para havaiana, adornos para fantasias, brincos, pulseiras, etc.

PREÇOS ARRAZADORES

AZIZ BAHADIAN

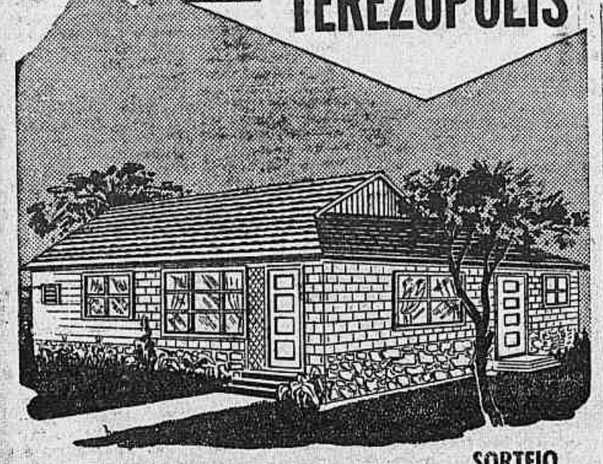
Av. Pres. Vargas, 1.197

DENTADURAS E PONTES

Dentaduras modernas. Dentes translúcidos. Dentaduras SANPLAK (sem céu da bôca). Especialista DR. ALVARO DE MORAES, cirurgião-dentista com mais de 45 anos de prática. Dentaduras antecipadas que são colocadas no mesmo dia, logo depois das extrações. Serviços urgentes, Raios X, Clínica especializada para pessoas idosas e nervosas. Rua Conde de Bonfim, 770, entre a rua Uruguai e a Muda da Tijuca. Tel.: 38-9786 — Envia folhetos explicativos

Novo e sensacional lançamento da Cibrasil para 1956!

Lindos Sítios em TERESÓPOLIS



Com apenas Cr$ 200,00 mensais

SORTEIO DIA 23 (Lot. do Est. do Rio)

Agora, também V. pode ser proprietário em Terezópolis — a cidade de veraneio mais famosa da atualidade!

Pelo novo plano de apenas 1.000 títulos que a Cibrasil instituiu para beneficiar os prestamistas desejosos de desfrutar as delícias do ambiente serrano, com apenas Cr$ 200,00 mensais (1.º pagamento mais sêlos e taxas) V. habilita-se a ser o feliz premiado dêste mês, com um dos magníficos sítios acertando sòmente o centena! Além disso, V. pode ganhar também o financiamento especial para construir sua casa de campo.

Inscreva-se agora — e vá passar o resto do verão em seu sítio em Terezópolis, que com a nova estrada ficará a 70 minutos do Rio. Se a sorte não ajudar, suas mensalidades são totalmente devolvidas ao final do plano... e não há riscos de perder!

Cibrasil

AGÊNCIA CASTELO: AV. ALM. BARROSO, 81-A
AGÊNCIA GOVERNADOR: AV. PARANAPUÃ, 1563-D
AGÊNCIA LEBLON: AV. BARTOLOMEU MITRE, 207-A
AGÊNCIA BONSUCESSO: R. CARDOSO MORAIS, 55

HOTEL THERMAS SALUTARIS

Melhores férias maravilhosos fins de semana

Novo HOTEL THERMAS SALUTARIS

Apartamentos de luxo
Cozinha francesa
American Bar

PARQUE DAS ÁGUAS MINERAIS SALUTARIS

Águas Minerais Naturais Conhecidas desde 1888

PARAÍBA DO SUL - EST. DO RIO
Telefone 474
Informações ao Rio: Tel. 43-1223

Dores nas Juntas e nas Costas

A sobrecarga de toxinas reduz a capacidade de filtração dos rins, envenenando o organismo. Ao sentir qualquer sintoma doloroso nas juntas, nas costas ou nos joelhos, é sinal de que seus rins estão funcionando mal e, então, é hora de V. tomar os Sais Kruschen, que rápidamente removem as matérias e resíduos acumulados, estimulando o fígado, os intestinos e principalmente os rins, restabelecendo a regularidade de suas funções.

Sais Kruschen

À venda em tôdas as farmácias e drogarias

Prof. dr. Honorio de Souza Silvestre

(MISSA DE 7º DIA)

Sua filha, genro, netos e sobrinhos agradecendo as manifestações recebidas por ocasião do falecimento de seu pai, sogro, avô e tio PROFESSOR DR. HONORIO DE SOUZA SILVESTRE, convidam seus parentes e amigos para a missa de 7º dia que, em intenção de sua alma, mandarão celebrar amanhã, quarta-feira, dia 8, às 9h30m, na Igreja Matriz da Imaculada Conceição do Engenho Novo, à rua Monsenhor Amorim, s|nº.

CAPITÃO DE FRAGATA PAULO DE ARAUJO SAMPAIO

(AGRADECIMENTO)

Sua família na impossibilidade de agradecer pessoalmente a todos aquêles que a confortaram por ocasião do falecimento e missa de sétimo dia do inesquecível PAULO, bem assim aos que se manifestaram por meio de cartas, coroas, flores e telegramas, serve-se dêste meio para expressar sua profunda gratidão.

VIÚVA MARIA IZABEL CARVALHO DE MATTOS

(FALECIMENTO)

Léa Mattos de Aquino, Dr. Raul Carvalho de Mattos, Marilio Carvalho Salgado e Emmanoel Carvalho Salgado, filhos de MARIA IZABEL CARVALHO DE MATTOS, cumprem o doloroso dever de comunicar o seu falecimento e convidam seus parentes e amigos para o seu sepultamento hoje, dia 7, às 12 horas, saindo o féretro da Capela do Cemitério de São Francisco Xavier para a mesma necrópole.

Dr. João Baptista Pulcherio Filho

(FALECIMENTO)

A viuva Maria Navarro Pulcherio e filhas, Eremita Mattoso Pulcherio, filhos, filhas, genros, nóras e netos, Damianna Navarro de Castro, filhos e nóras cumprem o doloroso dever de comunicar aos parentes e amigos o falecimento de seu inesquecível espôso, pai, filho, irmão, cunhado, genro e tio DR. JOÃO BAPTISTA PULCHERIO FILHO e convidam para o seu sepultamento que se realizará hoje, dia 7, às 11 horas, saindo o féretro da Capela Real Grandeza para o Cemitério de São João Batista.

Daisy Gretton de Vasconcellos

(FALECIMENTO)

Humberto Smith de Vasconcelos, suas irmãs e primos cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de sua espôsa, cunhada e prima DAISY e convidam seus amigos e demais parentes para o entêrro que sairá hoje, dia 7, às 16 horas, da Capela Real Grandeza para o Cemitério de São João Batista.

Honorina de Freitas Cazaux

(FALECIMENTO)

José Luiz de Freitas Cazaux, Heliton Motta Haydt, espôsa e filha, Marcos Moura e espôsa, Guilhermina Gomes de Freitas, Roberto Gomes Assumpção e família, Júlio Gastão Cazaux e família comunicam aos seus parentes e amigos o falecimento de sua querida mãe, sogra, avó, filha, cunhada e tia HONORINA DE FREITAS CAZAUX e convidam para o seu sepultamento que se realizará hoje, dia 7, às 17 horas, saindo o féretro de sua residência, à rua Pinto Guedes nº 40, Tijuca, para o Cemitério de São Francisco Xavier.

AVISOS FÚNEBRES

CATHARINA PEREIRA DE JESUS

(MISSA DE 7º DIA)

Seus filhos, netos e demais parentes muito agradecem as manifestações de pesar recebidas por motivo de seu falecimento, e a todos convidam para a missa de 7º dia, que será rezada amanhã, quarta-feira, dia 8, às 10h30m, no altar-mor da Igreja de N. S. do Rosário, à rua Uruguaiana.

Rosalina de Almeida Neves

(MISSA DE 30º DIA)

Hilda de Almeida Neves, Cacilda de Almeida Neves, José Herculano Neves e família, major dr. Oscar de Almeida Neves, senhora e filhos, dr. Roberto de Almeida Neves, senhora e filhos, viúva Trajano de Almeida Neves, filhos, genro e neto agradecem a todos quantos os confortaram no doloroso golpe sofrido com a morte de sua adorada mãe, sogra, avó e bisavó, e de novo convidam para a missa de 30º dia que, pelo eterno repouso de sua alma, farão celebrar amanhã, quarta-feira, dia 8, às 10 horas, no altar-mor da Igreja de N. S. do Rosário e São Benedito, à rua Uruguaiana.

JAYME SAMPAIO

(MISSA DE 7º DIA)

Ludovina F. Sampaio, Walter Sampaio, senhora e filho, Victor Sampaio, senhora e filha agradecem as manifestações de pesar recebidas pelo desaparecimento do seu querido espôso, pai, sogro e avô JAYME SAMPAIO, e convidam seus parentes e amigos para a missa de 7º dia, que mandam celebrar em sufrágio de sua bonissima alma, amanhã, quarta-feira, dia 8, às 10 horas, no altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, à rua do Rosário.

Margarida de Almeida Torres

(Professôra Municipal)

(MISSA DE 30º DIA)

Sua família e demais parentes sensibilizados pelas manifestações de pesar recebidas, por telegrama e pessoalmente, por ocasião do falecimento de sua inesquecível MARGARIDA, agradecem a todos que assim se manifestaram, convidando-os para a missa de 30º dia, que mandam celebrar por sua alma, no altar-mor da Igreja de N. S. da Conceição e Boa Morte, amanhã, quarta-feira, dia 8, às 9h30m, agradecendo desde já a todos que comparecerem a êsse ato de fé cristã.

Pedro Corrêa de Souza

(Aposentado do Ministério da Marinha)

Antônio de Oliveira Mello e senhora, Athayde de Oliveira Mello, Altamiro de Oliveira Mello, senhora e filha e Adahy da Penha Mello agradecem a todos quantos os confortaram por ocasião do falecimento de seu querido sogro, pai, avô e bisavô, e convidam os parentes e amigos para a missa de 7º dia que, pelo eterno descanso de sua alma, será celebrada depois de amanhã, quinta-feira, dia 9, às 8 horas, na Matriz de N. S. de Bonsucesso, à rua General Galieni, confessando-se desde já profundamente penhorados aos que comparecerem a mais êsse ato cristão.

GIUSEPPE SOLURI

(MISSA DE 7º DIA)

Vicença Soluri, Armando Soluri, espôsa e filhos, Alberto Soluri, senhora e filhos, Arthur Soluri, agradecem as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento de seu inesquecível filho, irmão e cunhado GIUSEPPE SOLURI, e convidam os parentes e amigos para assistirem à missa de 7º dia que, em sufrágio de sua alma, será oficiada, amanhã, quarta-feira, dia 8, às 10h30m, no altar-mor da Igreja de São Francisco de Paula.

DR. CURT BRUNO GRUENBAUM

A Companhia Ultragaz S. A. tem o pesar de comunicar aos seus amigos o falecimento de seu operoso Diretor, DR. CURT BRUNO GRUENBAUM, ocorrido em São Paulo, na noite de sexta-feira passada, dia 3. O corpo foi trasladado para esta Capital, tendo sido sepultado no cemitério de S. João Batista, no dia 4, às 17 horas. Devido ao inesperado do lutuoso acontecimento, não houve tempo material para fazer esta comunicação, com a presteza que seria de desejar. Mesmo assim, foram muitas as manifestações de pesar que a Ultragaz já recebeu de seus amigos e clientes, pelas quais apresenta seus sinceros agradecimentos.

ANTONIO MONTEIRO DA SILVA

(MISSA DE 7º DIA)

Adalgisa Lemos Monteiro da Silva, Hilda Lemos Monteiro da Silva, Antonio Lemos Monteiro da Silva, espôsa e filhos, Arthur Lemos Monteiro da Silva e espôsa, dr. Armando Lemos Monteiro da Silva e espôsa, dr. Alberto Lemos Monteiro da Silva, espôsa e filhos, dr. José Maria Lobato de Abreu e espôsa agradecem as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento de seu idolatrado espôso, pai, sogro e avô ANTONIO MONTEIRO DA SILVA, e convidam os parentes e amigos para assistirem à missa de 7º dia que, em sufrágio de sua alma, será oficiada hoje, têrça-feira, dia 7, às 11 horas, no altar-mor da Igreja da Candelária.

DENTADURAS IMPLANTADAS
DR. M. N. COHEN
Especialista
PROCESSO AMERICANO; casos difíceis de DENTADURAS — Alcindo Guanabara, 17 — Sala 1.207 — Tel.: 52-7904 — Cinelândia — Consultas diárias.

NARIZ DE FERRO
TIRA O CHEIRO DE SUA GELADEIRA

DYNAMOGENOL
RESTAURA AS ENERGIAS DO CÉREBRO, DOS MÚSCULOS E DO SANGUE.
É o tônico de todos, velhos, moços e crianças.

LEIA NA
REVISTA DA SEMANA
completa reportagem fotográfica sôbre a do PRESIDENTE
JUSCELINO KUBITSCHEK:
— Flagrantes na Câmara
— Durante o cortêjo
— No Palácio do Catete, antes, durante e depois da transmissão do Poder.
——0——
— Últimos instatâneos de Nereu Ramos com a faixa presidencial.
— Primeiros "flashs" de Juscelino, empossado.
— O sorriso e a simpatia de João Goulart.
E AINDA:
ASSIM FALOU JUSCELINO NO ESTRANGEIRO
(Síntese das declarações feitas pelo novo Presidente, nos Estados Unidos, Halanda, Bélgica, França, Inglaterra, Alemanha (Ocidental), Itália, Espanha e Portugal)
——0——
Outros assuntos:
— POR QUE O SENHOR E' BOTAFOGUENSE?
(Falam: Jacinto de Thormes, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Armando Nogueira, Carlito Rocha, Heloisa Helena, Geraldo Starling Soares e Borjalo)
——0——
— HISTÓRICO DO CLUBE TENTENTES DO DIABO
(Cem anos de lutas carnavalescas e, algumas vêzes, também políticas...)
——0——
Na capa: ANGELITA MARTINEZ
(Rainha das Atrizes)
A VENDA
REVISTA DA SEMANA
(Redação: Maranguape, 15 — Rio)

NOTÍCIAS DA PREFEITURA

Completem Com Urgência as Inscrições no Concurso Para Médico

CHAMADOS AO SERVIÇO DE SELEÇÃO

O chefe do Serviço de Seleção comunica aos candidatos abaixo relacionados, inscritos no Concurso para Médico, que deverão comparecer àquêle Serviço, na rua da Misericórdia n. 41, 2º andar, diàriamente das 12 às 17 horas, a fim de completarem suas inscrições no referido concurso, sob pena de terem as mesmas conciuídas.

Abilio Correia Alves, Afonso Esterelli, Alexandrino Martins de Castro, Alfred John Sefton, Alis Rudolf Rastreiter, Amilcar Carvalho da Silva, Antônio Teixeira Bitencourt, Armin Schser, Aimoré Fernandes Quadra, Carlos Gomes de Figueiredo Filho, Carlos José da Silva, Clevilde da Natividade Rodrigues, Cosme Pace Daimo Borges Santos, Dirceu de Sousa Madureira, Eduardo Vila Júnior, Enedina Rodrigues da Silva, Euclides Gonzaga de Freitas, Félix Horácio de Melo Golo, Fernando Augusto Peixoto de Figueiredo, Fernando Ribeiro Otern, Flávio Fonseca Drable, Francisco Carvalho Matos, Francisco de Paula Carvalho Rodrigues Silva, Gabriel Navarro Fagundes, Gentil Rodrigues de Oliveira, Hélio Galoti, Humberto França de Faria, Ivai Moreira de Aguiar, Jaques Mirenberg, Jaime Sheolnik, João Antunes, João Gorodicht, José Afonso Ponte, José Cândido Pereira Ferreira Mendes, José Cortines Cineres, José Calati Júnior, José Mário de Medeiros, José Maurício Lisboa Lima, Josias de Freitas, Juarez Salvador, Leonid Radcanko, Lorifran de Almeida, Luis Cristiano de Sousa Matos, Manuel Joaquim da Silva, Maria da Conceição Gama Drable, Maria da Conceição Manto, Maria Luci Sampaio de Miranda, Maria Teresa de Almeida, Mário Arruda de Godói, Mário Junqueira Franco, Mário Pereira da Silva, Maurício Adler, Milton de Resende Viegas, Nélson Magalar da Silva Dias, Nicias Soares Maia, Nise da Silva Barbosa, Orlando Ribeiro, Osvaldo Cruz, Paulo José Aquino Moreira dos Santos, Pedro de Vita, Reginaldo Rodrigues Guimarães, Renato de Castro Bandeira, Roberto Rangel Lima, Rodrigo Ulisses de Carvalho, Rosalinda Adler Posenraud, Rui Fernandes Castelhane, Samuel Schidt, Sérgio de Figueiredo Ramane, Sônia Azevedo de Albuquerque, Téia Teixeira Campos, Vitorino Duarte Tôrres, Valdemar Augusto Martins, Valdemar Podkamenl, Valdir Hotini Pereira e William Shelimberg.

RETIREM OS CERTIFICADOS DE HABILITAÇAO

Os candidatos que prestaram concurso para professor de ensino técnico — curso básico e curso técnico — deverão comparecer ao Serviço de Seleção, a fim de retirarem os respectivos certificados de habilitação.

Os interessados deverão comparecer à sede daquele serviço, à rua da Misericórdia, 41, 2º andar, no horário das 12 às 17 horas.

Maria Luisa Pinto Vance, Alitta de Castro Borges, Lia Brás da Cunha Tovar, Maria Helena Laccourt Pena, Cláudia Coffi Beltrame, Ecila Castelo Branco da Cruz, Maria Teresinha Liniz Madeira de Freitas Garcia, Valdomiro Pettermann, Evaristo Ribeiro, Henrique de Oliveira Dinib, Ester Iracema Jeffily, Ovídio Cláudio da Silva Jr., Maria Elisa Dias Costa de Sousa Loreiro, Darci Bove de Azevedo, Afonso Lima de Morais, José Augusto de Alcantara Gomes, Mário Celso Suarez, Ligia Maria Figueiredo, Luis Geraldo de Carvalho e Albor Sparteco Artese.

NO GABINETE

O prefeito recebeu em despacho os secretários do Interior e Segurança, Finanças e Administração, e o Superintendente de Transporte; e, em audiência, os vereadores Sagramor de Scuvero, Geraldo Moreira com o vice-presidente do P.T.P., Gentil de Castro, Odilon F.O. Braga, Raul Gomes Pereira, João de Freitas, Telêmaco Maia, Pedro Faria, Indalécio Iglezias, Cipriano Lima, Manuel Novella, Joaquim Couto, Edgar de Carvalho, Manuel Blasquez e Mário Piragibe.

Secretaria Geral de Administração

Despachos do secretário: — Joaquim Vaz de Melo, Djalma Gomes de Azevedo — Mantenho o despacho; Alda Teixeira de Carvalho e Fernando Alves Rolim — Aprovo; Azeliel Tinoco de Carvalho, Alberto Jorge Filho, Nilson Guedes da Silva, Adegmar de Sousa Oliveira, Fernando Augusto Praça e José Alves de Sousa — Deferido.

DEPARTAMENTO DO PESSOAL

Despachos do diretor: — Nélson Levi Odeni, Antônio José Duarte, Estevão Lino dos Santos, João Paulo de Freitas, Guilhermino José da Silva, Iolanda de Aragão Mesquita, João Fernandes Filho, Hilda Alves, Vanderlei Teixeira de Vasconcelos, Antônio Gonçalves Dias, Alcidia Pôrto de Morais, Nilza Machado Muniz, Jaiade Machado de Mendonça, Eufrásio Alexandre de Queirós, Jorge Apolinário da Silva, Isair Inocêncio da Costa — Concedo 3 meses de licença-prêmio; Adélia Viana dos Santos, Manuel Pinto da Silva — Concedido 6 meses de licença-prêmio; Maria da Glória Pereira Lima, João Peres, Genaro da Rosa Portugal, Margarida Machado, Zilda Alves dos Santos, Celestino Antônio da Silva, Carmelita Martelotti, Oscar Félix do Prado — Indeferido; José Alves — Revalido o despacho; Nair Paula de Abreu Silva — Pague-se em têrmos; Amália Minho Cruz — Cumpra-se.

Secretaria Geral de Viação e Obras

Atos do secretário: — Designando Antonieta Furtado Resende para o Serviço de Expediente; Joaquim Moreira Filho e Altamiro Luis Moreira para o Departamento de Obras.

Secretaria Geral de Saúde e Assistência

Atos do secretário: — Designando Antônio Fernandes, Valdir França e Paulo Filgueiras para o Departamento de Assistência Hospitalar; Paulo Carvalho, Eurico Costa, Carlos Costa Pereira e Gentil Costa para o Departamento de Higiene; Jorge Martins, para o Departamento Municipal da Criança, e Raul Ribeiro Monte, para o Departamento de Tuberculose.

Secretaria Geral de Educação e Cultura

Atos do secretário: — Designando Matilde Matarazzo Gargiullo para o Teatro Municipal; Maria Soares Oliveira e Odete Vidal Peralva para o Departamento de Educação de Adultos.

MONTEPIO DOS EMPREGADOS MUNICIPAIS

DESPACHOS DO DIRETOR

Amilcar Lopes de Carvalho — Pague-se.

Léda Ferret de Sousa França, Nélson Gomes Pereira — «Autorizo».

Dárcio de Oliveira Brum, Enock Oliveira da Silva, Adelaide Barbosa da Silva, Júlio César Faria Cardoni, Wanderson Faria Botelho, Eduardo Correia Luis, Sebastião da Silva Damásio, João Assd, Alfredo Duarte Ribeiro, Simião Eugênio Lourenço, Pedro dos Santos Ribeiro — «Deferido».

Leon Monteiro Wilwerth — «Autorizo a restituição da quantia de Cr$ 680,00 (seiscentos e oitenta cruzeiros), conforme se informa».

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISAO

Cid de Paula Camargo — «Compareça ao 6.º andar Gabinete do sr. secretário, paar tratar de assunto de seu interêsse».

DESPACHOS DO CHEFE DA CARTEIRA DE PENSÕES E AUXILIOS

Virginia Pinto da Fonseca, Agostinho Vieira de Abreu — «Habilitem-se à pensão os seus beneficiários».

CABELOS BRANCOS??
Escurecedor Discreto

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRICIONISTAS

Comunica a todos os seus associados que está marcada uma reunião para o dia 8 do corrente, quarta-feira, às 17 horas, no auditório do Hospital São Francisco de Assis, avenida Getúlio Vargas, a fim de ser tratado assunto de interêsse para a classe.

CLARA SAMBAQUY
Presidente

DR. BRANDINO CORRÊA
DOENÇAS DOS ÓRGÃOS GENITO-URINARIOS, ambos os sexos. Rua México, 11 — 8.º andar, grupo 802, às 14 horas.

AGUA PURA
SAÚDE SEGURA
SÓ COM VELAS
SENUN
ESTERILISANTE
FABRICADAS PELO PROCESSO SENUM

Oferta Especial
Cr$ 4.600,00
30 Anos de Garantia

A PRAZO, sem fiador, basta apresentar sua carteira de identidade — Cr$ 400,00 por mês — MOTORES: Cr$ 1.200,00, com garantia
CREDIBARAN
RUA DA CONCEIÇÃO, 31 — 7º andar — Sala 705 — (Esquina de Buenos Aires)
Filial: RUA PROFESSOR VALADARES, 18 — Praça Malvino Reis — Grajaú
Atenção: — Ganhe um faroiete grátis trazendo êste anúncio

Centro dos Oficiais Administrativos

Realizar-se-á, hoje, dia 7, às 18 horas, na sede social, uma reunião do Conselho Deliberativo, para a qual o presidente convida os conselheiros, a fim de serem tratados assuntos de interêsse da administração do Centro.

José dos Santos Correia — «Compareça acompanhada de seu filho José».

João Pereira de Magalhães — «Compareçam munidas das provas de exclusão dos cinco filhos do ex-contribuinte não habilitados».

Alfredo Rodrigues Serra — «Compareça acompanhada de Maria do Carmo e de Vilma».

Francisco Gonçalves Leonardo, Antônio Miranda, Aristides José dos Santos, Aires Pereira da Costa, Idalina Negreiros de Andrade Pinto, Ernesto Passos, Arlovaldo Batista Seixas, Lúcio Gomes dos Santos, Moacir Jardim, Anselmo Pinto Chaves, Lauro Alves de Sousa, Antônio Pereira da Silva, José Pelegrino — «Compareça urgente».

Será efetuado, hoje, das 8h15m às 16 horas, o pagamento das seguintes propostas de empréstimos:

COMUNS EFETIVOS — CODIGO 21 — PROPOSTAS
6.175 — 6.198 — 6.199 — 6.201 — 6.202 — 6.203 — 6.204 — 6.206 — 6.210 — 6.211 — 6.212 — 6.213 — 6.214

COMUNS EXTRANUMERARIOS — CODIGO 22 — PROPOSTAS
5.303 — 5.305 — 5.306 — 5.307 — 5.308 — 5.309 — 5.310 — 5.311

COMUNS EXTRANUMERARIOS — CODIGO 23 — PROPOSTAS
143 — 144 — 145 — 146 — 147 — 149 — 150 — 151 — 152 — 153 — 154 — 155 — 156 — 157 — 189 — 190 — 191 — 192 — 193 — 194 — 195 — 196 — 197 — 168 — 169 — 160 — 161 — 162 — 163 — 164 — 165 — 166 — 167 — 168 — 169 — 170 — 172 — 199 — 200 — 201 — 202 — 203 — 104 — 205 — 206 — 207 — 173 — 174 — 175 — 176 — 177 — 178 — 179 — 181 — 182 — 183 — 184 — 185 — 186 — 187 — 208 — 209 — 210 — 211 — 212 — 213 — 214 — 215 — 216 — 217

EMERGÊNCIAS — MATRICULAS
619 — 3.015 — 5.922 — 6.232
8.007 — 11.029 — 13.927 — 18.824
21.612 — 22.906 — 24.103 — 25.980
25.304 — 26.518 — 27.674 — 28.742
29.793 — 31.670 — 37.347 — 37.691
38.164 — 38.540 — 43.706 — 47.775
48.665 — 50.316 — 50.741 — 51.911
51.645 — 51.730 — 52.109 — 52.266
52.576 — 53.518 — 55.445 — 6.150
56.380 — 57.455 — 56.542 — 56.542
61.486 — 64.428 — 65.587 — 67.624
68.749 — 69.460 — 69.702 — 69.950
70.122 — 70.415 — 70.649 — 70.684
70.681 — 71.173 — 71.447 — 72.330
72.557 — 72.575 — 73.327 — 73.428
73.979 — 74.580 — 74.688 — 74.757
75.077 — 75.186 — 75.512 — 76.638
76.853 — 77.057 — 77.836 — 77.410
77.963 — 78.232 — 78.286 — 95.1608
95.1742 — 95.1786 — 95.1944 — 95.2462.

CASAMENTOS — MATRICULAS
20.693 — 49.810 — 60.209 — 95.1735

Unguento Cruz
Para feridas, dartos, frieiras, eczemas
Limpa e aformoseia o rosto.

Dr. Jayme Villas Boas
DR. NORBERTO VILAS-BOAS
Pele e Sífilis — 1 às 3 horas — Telefone: 23-4990. 2as., 4as. e 6as. feiras. Rua do Ouvidor, 183 — Sala 215.

ADVOGADOS
Questões fiscais e Alfandegária, ações civeis e comerciais. «ORGANIZAÇAO JUDICIARIA CASTANI», sob a direção do advogado Tanus Jorge Bastani. Trav. do Ouvidor 11 — 6.º e 601-2 — Tels.: 22-7450 e 52-2822

MINISTÉRIO DA GUERRA
ZONA MILITAR DE LESTE
1.ª REGIAO MILITAR
ADMINISTRAÇAO DO EDIFICIO PRAIA VERMELHA

EDITAL

De acôrdo com o disposto no art. 35 § 3.º do Regulamento baixado com a Portaria n. 1.014, de 18 de outubro de 1955, do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, deverão ser apresentados a esta Administração, para verificação e registro, os títulos de posse e relações de benfeitorias dos moradores da Area de Segurança das Fortificações do Leme e Copacabana:

a) — que tenham satisfeito as exigências do art. 4.º do Decreto-Lei n. 1763, de 10 de novembro de 1939;

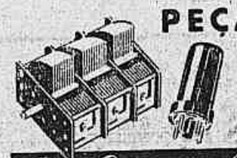
b) — que estejam amparados pelas disposições da lei n. 2.185, de 11 de fevereiro de 1954.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1956.

DINIZ RODRIGUES CECILIO
1.º Ten. Aj. Secretário

Esfôrço Visual Prolongado?
SEUS OLHOS PRECISAM DE

LAVOLHO
REFRESCA E FAZ BEM

PEÇAS PARA RÁDIO

Transformadores - Condensadores - Válvulas
Resistências - Instrumentos - Toca-Discos
Microfones - Alto-falantes - Bobinas - Cristais
Antenas de Televisão - Conjuntos - Caixas
Radio Universal S.A. AV. RIO BRANCO, 15-LOJA TEL. 43-3030 - RIO

PÓ INFERNAL
Em 15 minutos extingue por completo pulgas, baratas e demais insetos, imuniza durante um ano, não tem cheiro e não é venenoso, custando apenas Cr$ 14,00 o envelope e tubo Cr$... 21,00. Encontra-se à venda nas drogarias Sul-Americanas, largo de São Francisco, 42, rua dos Andradas, 11 e 21 e avenida Passos, 40.

Companhia Imobiliária Kosmos
RESULTADO DO 671º SORTEIO REALIZADO EM 2 DE FEVEREIRO DE 1956
NÚMERO SORTEADO 113
O próximo sorteio terá lugar no dia 1º de março de 1956 de acôrdo com o Decreto n. 7.930, de 3 de setembro de 1945.
O FISCAL DE RENDAS

AVISO

O SINDICATO DA INDUSTRIA DE TORREFAÇAO E MOAGEM DE CAFE' DO RIO DE JANEIRO, cumprindo o que determina o artigo 3º da Portaria nº 224, de 9 de julho de 1954, publicada no «Diário Oficial», de 12 de julho de 1954, comunica para os devidos fins, que o preço do café torrado e moído, será no Atacado — Quilo: Cr$ 50,20 (cinquenta cruzeiros e vinte centavos) e no Varejo — Quilo: Cr$ 55,20 (cinquenta e cinco cruzeiros e vinte centavos) e Cr$ 27,60 (vinte e sete cruzeiros e sessenta centavos), meio quilo.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1956.

A DIRETORIA

Banco Andrade Arnaud S.A.
O BANCO QUE OFERECE CRÉDITO LOCAL
Matriz: R. 7 de Setembro, 32 - Tel. 32-8010
Agências: Bonsucesso - Lapa - Pilares - Jacaré - Grajaú - Acre e Rosário

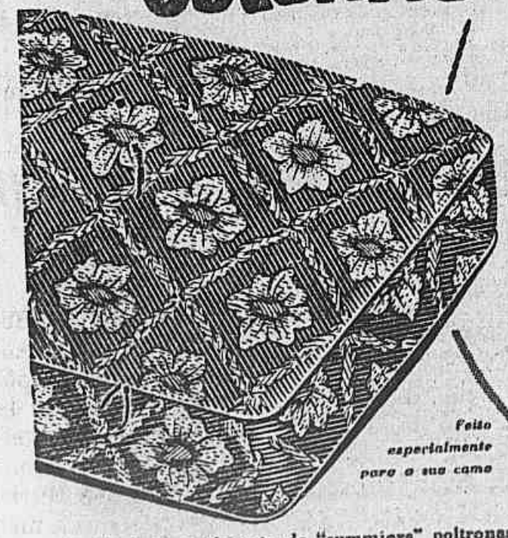
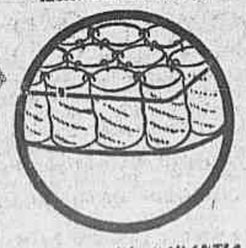
AVISO
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA AQUISIÇAO DE VEICULOS

Chamamos a atenção dos interessados para o Edital nº 2, publicado às páginas 1.993 a 1.994, do «Diário Oficial», de 2 de fevereiro de 1956, que trata da concorrência que êste Departamento fará realizar, para a aquisição de veículos no dia 20 de fevereiro de 1956, às 15 horas, em sua sede, à avenida Presidente Vargas, 522, nesta Capital.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1956.

OSMAR DE GUEDES VAZ
Chefe do S. C.

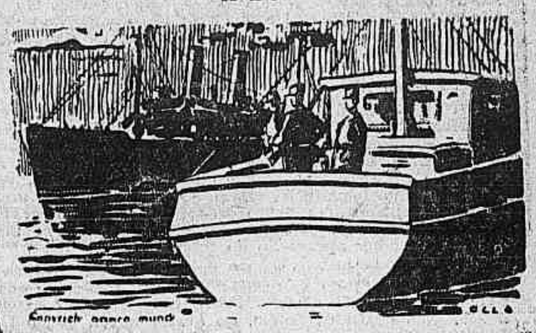
COMPARE... e depois COMPRE O COLCHÃO TROPICAL


• verdadeira garantia das "noites bem dormidas" e do "repouso verdadeiro", porque é o único fabricado com 3 molejos diferentes: Macio - Médio e Duro
• Único com molas de aço ensacadas e temperadas eletrônicamente
• Maior durabilidade
• Flexibilidade equilibrada
• Camadas de crina purificada e algodão tratados por processo moderno
• Ventiladores. Alças que facilitam a remoção
Feito especialmente para a sua cama

Variado sortimento de "summiers" poltronas-camas e SOFÁS-CAMAS LUIZ XV.
Vendas diretamente de Fábrica
Colchão TROPICAL
• 10 ANOS DE GARANTIA
• Vendas à vista ou a prazo por PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA
Rua Machado Coelho, 162 - Tels.: 52-0953 e 52-9205

OS GRANDES ÊRROS JUDICIÁRIOS

O CASO DREYFUS

XLIV

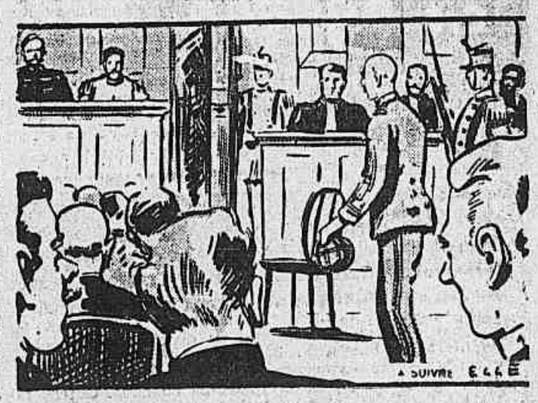


...extremamente pe... ...ouve várias tempestades, Dreyfus chega à França a bordo do Sfax a 30 de junho, ao largo de Quiberon. Para evitar qualquer pretexto para manifestações, o capitão é embarcado num pequeno barco, o Caudan, que o levaria à terra, na noite de 30 de junho madrugada de 1º de julho. As duas da madrugada, o «traidor» chega a Port-Haliguen para ser conduzido para Quiberon, onde tomaria um trem especial com destino a Rennes. Chegou às 6 da manhã e foi logo pôsto numa cela

As 9 horas da manhã, Lucie Dreyfus foi visitá-lo. Havia quatro anos e meio que os dois não se viam. A Côrte Marcial deveria reunir-se a 7 de agôsto. Durante um mês, Dreyfus tomou conhecimento, por intermédio de seus advogados, de seu irmão e de sua mulher, da longa luta que permitira essa vitória emocionante. O julgamento teria lugar no salão nobre do Liceu de Rennes, maior do que os salões comuns. O processo iria durar sete semanas. Presidente: coronel Jouaust. Ministério público: comandante Carrière, da gendarmeria.

Na vespera do julgamento, dois incidentes. Esterhazy escreveu ao Ministério Público que não iria a Rennes, aonde o chamaram como testemunha, porque sabia que a Côrte Marcial recebera ordens de absolver Dreyfus. E acrescenta: «Juro diante de Deus e sôbre a memória sagrada de meu pai que só entabulei relações com Schwarzkoppen por ordens de Sandherr. Por outro lado, o general Mercier declarou a um repórter de «O Intransigente» que — Dreyfus será certamente condenado de novo, porque, neste caso, só há um culpado: ou é êle ou sou eu. Como não sou eu, é êle.

Na Câmara [illegible], «O Relâmpago» publica uma nota dizendo (textualmente): «Nesse pretenso processo, não se trata de saber se o miserável indivíduo trazido das Guianas para salvar as aparências é culpado ou inocente... Trata-se de saber se os principais judeus e os protestantes da Alemanha, da Inglaterra e de seus aliados, representantes interpostos da Suiça, Escandinavia e da América do Norte, são ou não os donos do país». Ao ler-se isso, crê-se em meio século de retro-



A 7 de agôsto, às 7 horas da manhã, os juízes militares dão entrada e se instalam. Os bancos reservados à imprensa estão ocupados até o último lugar. A assistência também se acha comprimida e apaixonada. — Soldados, tragam o acusado! manda Jouaust. E Dreyfus parece, vestido novamente com o uniforme de capitão de artilharia, os traços fisionômicos tensos e os olhos fixos por trás das lentes dos óculos, fazendo visivelmente um prodigioso esfôrço de vontade para não desfalecer

CORTINAS A DOMICÍLIO
CHAME
22-1155
Rua 2 de Dezembro, 87 — Sobrado — Sala 4

Teatro Cinema Rádio

TEATRO PARA CRIANÇAS

DISTINGUIMOS aqui, recentemente, o teatro de crianças ou por crianças, cujo objetivo é obter alguma coisa do intérprete através da sua participação no espetáculo, do comumente chamado teatro infantil ou para crianças, em que estas são apenas a platéia. Do primeiro nos ocuparemos em comentários posteriores. Procuraremos inicialmente fixar alguns pontos a respeito do segundo que, como já dissemos, é apenas um espetáculo para um público especial, exigindo uma adequação tanto no texto como da maneira de apresentá-lo.

A finalidade única do teatro infantil não deve ser divertir a criança, servir-lhe de passatempo, nem mesmo acostumá-la ao espetáculo, ou seja, como se diz «preparar futuras platéias». Hoje, todos sabemos que a infância não é o róseo período de despreocupação que outrora se supunha, mas uma longa e árdua tomada de contacto com o ambiente, uma aprendizagem contínua. O teatro infantil deve concorrer para isso fornecendo à criança dados que lhe possibilitem uma mais pronta e melhor apreensão do mundo.

Basta recordar que as fábulas e tôda a literatura infantil tradicional no fundo se resumem em ilustrações de ensinamentos. Os contos de Charles Perrault concluem com moralidades... Não se trata, porém, de querer agora que o teatro infantil ensine coisas à maneira da «História do Chapèuzinho Vermelho», ou seja, que as crianças desobedientes são comidas por lôbos, nem de transformar o espetáculo numa aula disfarçada, enxertando na peça ensinamentos escolares, mas apenas as noções mais gerais, princípios que regem a vida em sociedade ou dados sôbre a natureza. Por exemplo, em «O Rapto das Cebolinhas» de Maria Clara Machado, a criança assiste ao desmascaramento da intrujice, à punição do crime.

Inúmeros outros problemas há que considerar num exame mesmo muito sumário das condições do teatro infantil, tanto de fundo como de forma. Seja a questão do emprêgo do fantástico, a psicologia da criança, e a própria qualidade da feitura, isto é, tanto da peça como da sua encenação. Na medida do possível, procuraremos abordar todos êsses pontos.

Henrique Oscar

AGÔSTO 13, SEXTA-FEIRA

Vânia Elizabeth lê para amigos um pouco de histórias fantásticas, numa cena do filme brasileiro «Agôsto, 13, sexta-feira», que a Art-Films estreou ontem.

FLASHES DE HOLLYWOOD

• Mary Murphy consegue o melhor desempenho de sua carreira artística desempenhando o rôle da turbulenta filha de Fredric March em «Horas de Desespêro», um drama de suspense produzido por William Wyler.

Curioso é que há cinco anos atrás, precisamente, Miss Murphy era apenas uma tímida empregadinha de balcão, fazendo lindos embrulhos numa casa de miudezas.

●

• David Niven, o simpático companheiro de George Gobel e Mitzi Gaynor em «The Birds and the Bees», aproveitou suas folgas nos intervalos de filmagem para escrever uma série de contos. E um dêles, por sinal muito engraçado, gira em tôrno de um personagem muito parecido com Gobel...

●

• Robert Wagner acha que as cenas mais difíceis de «The Mountain» não foram as de alpinismo, realizadas in location nos Alpes Franceses, e sim aquelas nas quais êle foi obrigado a bater no rosto de Spencer Tracy, que é um grande amigo seu na vida real. E em matéria de bofetadas, o cinema não admite truques.

●

• O título «Rosa Tatuada» provém de uma tatuagem que Burt Lancaster manda fazer no seu peito para conquistar o amor de Anna Magnani, ou seja a sua partenaire nesse filme que é a grande sensação dramática da temporada.

●

• Rita Moreno, uma temperamental dançarina dos trópicos que figura no elenco de «O Rei Vagabundo», alugou de sociedade com três amigas uma ótima casa em Hollywood, tocando a cada uma 85 dólares de aluguel mensal.

●

• Tudo indica ter surgido um novo «caso amoroso» na vida particular de Milly Vitale, a italianinha que contracena com Bob Hope em «Um Coringa e Sete Ases».

●

• Raymund Burr, um dos mais populares vilões do cinema moderno, arma uma confusão dos diabos na nova comédia da dupla Dean Martin — Jerry Lewis, «O Meninão».

Dramas e Musicais em Próximos Lançamentos

Está em cartaz o drama policial «Pecado e Redenção», com Robert Taylor, Janet Leigh, George Raft, Anne Francis e Steve Forrest. Virá a seguir, já na próxima quinta-feira, o drama musical «Ama-me Ou Esquece-me», em Cinema-Scope, com Doris Day e James Cagney. Logo depois, será feita a apresentação de «Svengali», uma produção britânica distribuída pela MGM, tendo como protagonistas Hildegarde Neff e Donald Wolfit. Constam ainda de programação para subsequentes lançamentos o melodrama «Paixão e Carne», com Lana Turner e Pier Angeli, e «Marujos e Sereias», uma «extravaganza» musical com Jane Powell, Tony Martin, Vic Damone, Ann Miller, Debbie Reynolds e Russ Tamblyn.

140 FILMES LONGA METRAGEM RODADOS NA ITÁLIA EM 1955

BALANÇO DE ATIVIDADES

A atividade da indústria cinematográfica italiana, em 1955, caracterizou-se pela introdução em larga escala, na produção de filmes de longa metragem, dos novos sistemas técnicos de filmagem (Cinemascope, Vistavision, etc.), que foram empregados na realização de 30% de todos os filmes de longa metragem produzidos no decorrer do ano.

O aumento no custo da produção, consequência da introdução dos novos sistemas, aliado ao atraso na prorrogação da lei que ampara ao cinema nacional, que paralisou, nos primeiros meses do ano, os programas de produção, determinou uma pequena diminuição em o número dos filmes produzidos, que foi de 140 (contra 157 em 1954), sempre no que se refere a grande metragem.

A utilização do parque industrial de produção (estúdios) foi a mesma que se verificou em 1954, com exceção dos três primeiros meses do ano, pelo mencionado atraso na prorrogação do amparo legal.

No setor internacional, a indústria cinematográfica italiana prosseguiu sua política de colaboração com as cinematografias estrangeiras iniciada em 1949. Em 1955, com efetio, foram renovados os acôrdos de co-produção existentes com a França, Espanha e Alemanha Ocidental. Nêles foi prevista a possibilidade de se produzirem filmes em co-produção entre os três países ligados pelos acôrdos e foram, ademais previstas facilitações especiais para uma produção maior de filmes destinados à juventude.

Notável impulso foi dado aos trabalhos preliminares para a criação de uma «União Européia do Filme», com o fito de unificar os mercados cinematográficos dos países da Europa ocidental e permitir neles a livre circulação de técnicos, artistas e capitais. Além dos acôrdos de caráter europeu, foi, entretanto, renovado nos últimos meses do ano, em bases mais favoráveis à indústria italiana, o acôrdo entre as cinematografias italiana e norte-americana.

No setor da exportação, a obra encetada há vários anos para a difusão do filme italiano no exterior permitiu que se conseguissem nos mercados internacionais arrecadações num total de 11 milhões de dólares.

No mercado interior, o filme italiano foi elemento determinante do aumento que se verificou em o número dos espectadores e no total das arrecadações. Com efeito, no mercado interior, que em 1954 alcançou 800 milhões de bilhetes de ingresso vendidos com uma arrecadação total de 105 bilhões de liras, o filme italiano, com apenas 23,8% no total numérico dos filmes apresentados, conseguiu alcançar, 36,2% das arrecadações. Em 1955, muito embora ainda não se conheçam os algarismos definitivos (que só poderão ser objeto de estatística exata daqui a mais alguns meses), calcula-se que tanto o número dos bilhetes vendidos como a percentagem obtida pelo filme italiano no total das arrecadações tenham ainda aumentado; prevendo-se que sejam alcançadas a casa de 1 bilhão, quanto aos espectadores e a de 110 bilhões de liras, na arrecadação.

«ROSINA»

Isa Baiziza, a linda estrêla italiana no papel de «Rosina» do filme «Totó Barbeiro em Sevilha», interessante comédia do cinema italiano, que é uma sátira à famosa ópera «O Barbeiro de Sevilha». Êsse filme, cujo título original é «Figaro qua, figaro lá» está desde ontem em cartaz.

Festival de Cannes: de 10 a 24 de Abril

Foi definitivamente marcada para o dia 10 do próximo mês de abril a sessão de abertura do Festival de Cannes de 1956, que se prolongará até o dia 24 do mesmo mês. Nenhuma modificação foi introduzida no regulamento, que permanecerá o mesmo do ano passado. O Festival de 1956 será o IX que se realiza em Cannes.

O Drama de Nilsa

A Continental transmitiu, na manhã de sábado, com certa insistência, o texto diferente, um primor de síntese e grito de desespêro. Em poucas palavras, o texto narrava o drama de Nilsa. Depois de desentender-se com a família, numa cidade do interior, Nilsa fugiu para o Rio. Perdida no tumulto da metrópole, Nilsa arrependeu-se e escreveu ao pai que a viesse buscar. Não enviou, porém, o endereço aqui. O pai, aflito, viajou imediatamente e, ao chegar, procurou a Continental, encomendou o texto. Desejava notícias da filha, Nilsa Alves Pereira, vinte e um anos de idade. O locutor repetia, nos intervalos das músicas de Carnaval, o texto que era mensagem de perdão e angústia. Nilsa... Onde estava Nilsa?

Graças aos bons préstimos da Continental, Nilsa voltará, certamente, ao afeto paterno. Deixará de sofrer, de pedir esmolas, de disfarçar a fome. Nilsa nunca mais repetirá a imprudência de abandonar o lar para a tremenda aventura do abandono, da perdição. Nilsa regressará ao chalé do interior, feliz da vida, depois de vencer o remorso das primeiras horas.

Mas, afinal, que tenho eu com isso? Explica-se. Liguei o rádio e, na enxurrada de marchas e sambas carnavalescos, salvei apenas o texto de Nilsa, que não deixa de ser assunto radiofônico, uma espécie de novelinha sem longos capítulos e minúcias mórbidas.

Mag.

«PLUFT» EM SÃO PAULO

Cena de «Pluft, o Fantasminha», peça para crianças de Maria Clara Machado, que «O Tablado» vai representar em São Paulo, por ocasião de sua próxima temporada no Teatro Natal, da capital paulista, que terá início a 10 de março próximo vindouro. Será também levada «A Sapateira Prodigiosa», de Garcia Lorca.

Apresentado um Novo Marivaux Pelo Teatro Nacional Popular

A encenação pelo Théâtre National Populaire, em Paris, de «O Triunfo do Amor», de Marivaux, foi considerada como a apresentação de uma nova faceta do estilo dêsse autor. Em «Le Triomphe de l'Amour», comenta Roland Barthes (em France-Observateur), não encontramos o diálogo brilhante, o verbalismo típico de Pierre de Marivaux, que permitiu, inclusive, a criação do têrmo «marivaudage», nem os enredos e as situações açucaradas que caracterizam a maioria de suas peças.

Nessa peça, dirigida por Jean Vilar e protagonizada por êle e por Maria Casarès, revela-se um Marivaux «realista», direto, franco, objetivo, que não se perde em floreios verbais e portanto repele a montagem tradicional, exigindo, ao contrário, «a franqueza total da encenação, onde nada está escondido, nada é subentendido, nada é confiado ao piscar de olhos de cumplicidade dirigido ao público».

ANKITO A SEGUIR NO TEATRO JARDEL

Consta que depois da reforma a que vai ser submetido o Teatro Jardel, nêle deverá apresentar-se uma companhia de revistas encabeçada pelo cômico Ankito.

Revista Com Silva Filho no Teatro João Caetano

Nos primeiros dias de março, estreará no Teatro João Caetano, a Cia. de Revistas Silva Filho, em cujo elenco estão, além do próprio Silva Filho, Pedro Dias, Modesto de Sousa, Rodolfo Carvalho, Edson Gil e Carlos Gil. A estrêla será Rose Rondelli, aparecendo ao seu lado La Rana, Vilma Palmer, Sandra Gabi, Maria Cristina, Maria Quitéria e Mara Murce. Participará do espetáculo o Ballet Folclórico de Mercedes Batista. A revista de estréia, intitula-se, «Brôtos com Vitaminas» e é de autoria de Saint-Clair Sena e Boiteux Sobrinho.

Programa da Fundação Brasileira de Teatro

A Fundação Brasileira de Teatro anuncia para êste ano um programa de realizações que, em resumo, compreende o seguinte: início da construção do depósito de cenários; instalação em sede própria, em andares adquiridos no edifício do Teatro Dulcina; inauguração de um teatro infantil permanente; execução de um plano de previdência social, destinado a atender a todos os profissionais do teatro; um restaurante com a mesma finalidade; um espetáculo «Poeira de Estrêlas — 1956»; construção de edifício que incluirá uma escola maternal, aposentos para bolsistas e apartamentos para artistas e, finalmente, em dezembro, apresentação pública da primeira turma de alunos da Academia de Teatro.

TV em revista

NOVELA — Em boa hora, a TV-Tupi transformou em tele-novela o romance de Joaquim Manuel de Macedo, «A Moreninha». É um eficiente instrumento de divulgação das obras célebres da literatura brasileira. Mas... No oitavo capítulo, vimos coisas absurdas, como o rapaz que partiu à pesca calçando meias, quando devia usar sapatos, ou tamancos ou nada. Outras falhas poderiam ser citadas, mas preferimos elogiar os intérpretes, entre os quais Paulo Pôrto e Haydée Miranda, como também o fundo musical, a velha e deliciosa canção de Freire Júnior, «Luar de Paquetá, embora num arranjo deficiente.

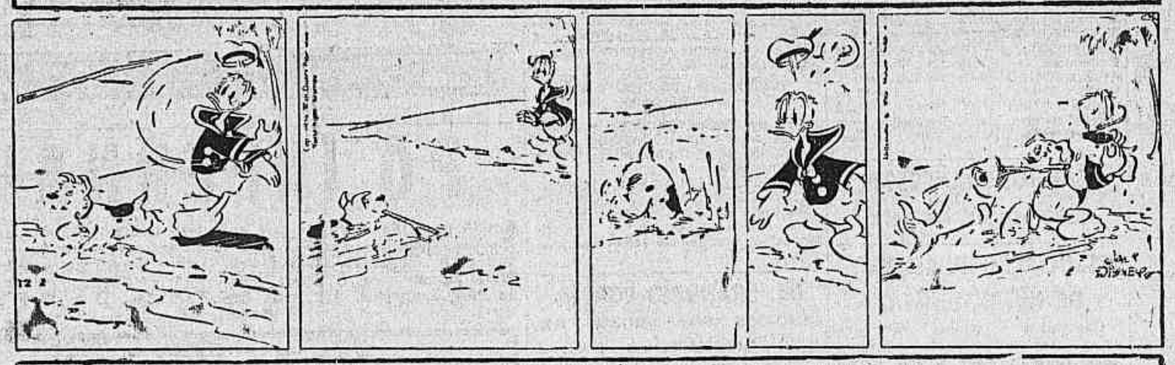
● REVISTA — O programa «Espetáculos Tonelux» enveredou para maior variedade, na apresentação da semana. A sonoplastia fêz a festa dos aplausos e o desfile de atrações ficou mais animado. Sendo precário o elemento cômico, chegamos a achar graça nos homens das anedotas, que têm como prefixo a marcha fúnebre de Chopin. Ao contrário, fica-nos uma interrogação perplexa: onde Provenzano teria achado a incrível criatura que cantou «Pigale», e o incrível Jorge Loredo? Péssimos, os dois números. E Virginia Lane apareceu com o brilho habitual, com suas dancinhas e belas roupas, mas usando da palavra apenas para enviar beijos às crianças. Falando pouco, Virginia não diz bobagens... Providência acertada, sem dúvida.

● AINDA — Continuamos a receber reclamações contra as transmissões da TV-Tupi, no baile do Itamarati. Tais reclamações se dirigem, de modo particular, ao locutor, que nos afirmam ter sido o esportivo Oduvaldo Cozzi. Não pudemos reconhecer o Cozzi, sob as más condições da imagem, na ocasião. Menciona um leitor o fato de o locutor ter repetido, centenas de vêzes: «Agora, temos a oportunidade...» A palavra OPORTUNIDADE predominou nas tele-transmissões do baile do Itamarati. Infeliz, portanto, a atuação de Cozzi, que fêz mal em trocar o traje esportivo pela casaca, de acôrdo com o protocolo.

Tevente

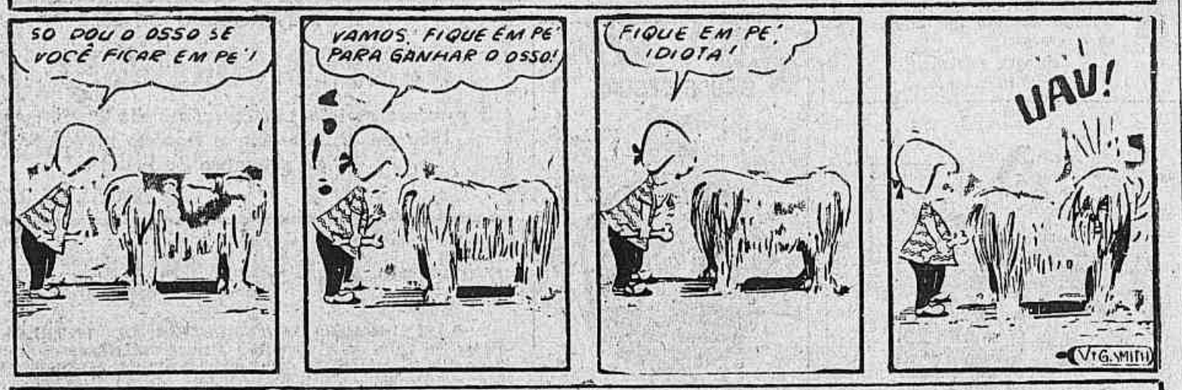
O PATO DONALD

Por Walt Disney



A FAMILIA SILVA

Por George Smith e senhora



COQUINHO — o Cãozinho Camarada

Por Calvo

— «Para que matar êsses pobres animais, êles nunca fizeram mal à sua família e não o mordem».

— «Tome a sua sopa e deixe-os em paz, suas brigas são histórias dos Duas-patas»

— Pataulait, cheio de remorsos, soluçou: «Você tem razão, não perseguirei mais êsses animaizinhos tolos».

CLÍNICA DR. COSTA JÚNIOR
RAIOS X — RADIUM — TUMORES — PELE
DR. A. F. DA COSTA JÚNIOR, da Academia Nacional de Medicina.
DR. J. A. VILLELA PEDRAS, Dipl. «American Board of Radiology».
DR. FABIO PENALVA COSTA, Clínica Dermatológica da F. N. Medicina.
RUA MÉXICO, 98 — SALAS 407-8-9 — TEL.: 22-1587.

MANTEIGA MIRAMAR
RUA DOS ANDRADAS, 79
AV. N. S. DE COPACABANA, 968-A
Entregas domiciliares — TEL: 43-0249

HOTEL CAIÇARA
Reabriu-se o magnífico Hotel do Retiro de Férias Caiçara, apartamentos com banheiro e mesa de primeira ordem, simplicidade e confôrto, higiene e salubridade, o melhor clima da Serra, próximo do Rio, o melhor local para férias e fim de semana. Temos casas e alguns lindos lotes para revendas. Informações, no local, quilômetro 65, da rodovia Presidente Dutra, ou largo de São Francisco, 26 — 10º andar — Sala 1.016 — TEL.: 43-5986 — (EDIFICIO PATRIARCA).

DR. RUBEN ROCHA
ORTOPEDIA — TRAUMATOLOGIA — FRATURAS — CIRURGIA ÓSSEA E ARTICULAR — INSTALAÇÕES COMPLETAS COM RAIOS X
RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 87 — 1º ANDAR

Pelos Estúdios

ILDELINDO DE CARVALHO apresentará, hoje, às 21 horas, através da Rádio Roquete Pinto, mais um programa da série «Comédia Musical», na qual são revividas as grandes operetas. Hoje será focalizada a opereta de Oscar Strauss «O soldado de chocolate».

PALESTRA — Hoje, como acontece tôdas as têrças-feiras, às 21h 10m, D. Jaime de Barros Câmara estará no vídeo de TV-Rio, para apresentar mais uma de suas aulas de cultura religiosa, em palestras conduzidas pelo jornalista Abelar França.

Emissôras de Televisão

TV-RIO (CANAL 13) — 19 — Teatrinho meia entrada. 19.40 — Família Boaventura (novela humorística). 20 — Salve o esporte. 20.15 — Carnaval esportivo. 20.50 — O que vai pelo cinema. 21.10 — Palestra de D. Jaime de Barros Câmara. 21.45 — Turfe. 22.05 — Filmes variados. 22.20 — Telejornal 13. 22.40 — Repórter 13.

Programas Para Hoje

M. EDUCAÇÃO (800 KCS) — 10 — Lira panamericana. 10.30 — Informação agrícola. — Solos de piano. 11 — Concêrto matinal. 12 — O dia de hoje há muitos anos. — Música para o almôço. 13.05 — Nossa música popular. 13.30 — Uma coisa e outra. — Ao redor do mundo (reprise). 14 — Música para orquestra. 14.30 — Solos de piano. 15 — Vesperal sinfônico. 17 — Informação agrícola. — Canções. 17.30 — Reino da alegria. 18 — Valsas. 19 — Resenha cafeeira. — Música para o jantar. 20 — Aventuras no mundo do disco. 20.30 — Ao redor do mundo. 21 — Poesia viva. 21.30 — Intervalo. 22 — Conversando com os pais. 23 — Música, apenas música. 23.55 — Aconteceu hoje.

ROQUETE PINTO (1.400 KCS) — 17 — Suplemento musical. 17.30 — Canções de todo o mundo. 18 — Ave-Maria. — Boletim Cultural de PRD-5. 18.15 — Gravações selecionadas. — 18.30 — Cancioneiros do México. — 18.45 — Esportes. 19 — Parada de melodias. 20 — Retransmissão do noticiário da BBC. — Cenários para música. 20.30 — Rádio reportagem. 20.45 — Atividades da Prefeitura. 21 — Comédia musical. 21.30 — História das cidades brasileiras. 22 — Concêrto antigo. 22.30 — Ballet. 23 — Obras primas da música universal.

M. VEIGA (1.220 KCS) — 18 — Programa variado. 19 — Esportes. 20 — Na batida do samba. 20.25 — Variedades. Levertimentos. 20.55 — São coisas da vida. — Novela. 21.25 — Teatrinho 21. — Silvino Neto. — 21.55 — A cidade. — Programa variado. 22.30 — Comentário político. 23 — Programa variado. 24 — O mundo em sua casa. 0.30 — Programação da madrugada.

VERA CRUZ (1.430 KCS) — 17 — Seu lar, sua vida. 17.30 — Bola na trave. 17.55 — Síntese da programação até às 24 horas. — Saudação Angélica. 18.10 — Crepúsculo. 19 — Sírio libanês. 20 — Sucessos populares. 21 — Olha o telefone. 22 — Revelações. 22.30 — Chorinhos e chorões. 23.15 — Ritmos melódicos.

JORNAL DO BRASIL (940 KCS) — 18 — Ave-Maria. — Enquanto a noite não vem. 18.30 — Rapsódia. 19.05 — Palestra do monsenhor Magalhães. 20 — Sociais Principe. — Programa Jóquei Clube. 20.30 — Audições Palermo. 20.55 — Presença musical. — Crônica. 21.05 — Trailer musical. 22 — O Jornal do Brasil informa. — Música deliciosa. 23 — Sonata ao luar. 23.30 — Ritmos da Panair.

BBC (LONDRES) — 20 — Sumário das notícias e dos programas. — Rádio panorama. 20.20 — Interlúdio musical. 20.30 — Comentário da Grã-Bretanha, por Alan Murray. 20.45 — Agropecuária. 21 — Noticiário.

ESPETÁCULOS

TEATROS

Carlos Gomes (22-7581).
Copacabana (37-1818), A fôlha de Parreira, 21.30.
Dulcina (32-5817), No país dos Cadillacs, 20 e 22.
Follies (27-8216), Very Good Carnaval, 20.20 e 22.20.
Ginástico (42-4090), Os filhos de Eduardo, 21.
Glória (22-9146).
Jardel (27-8712).
Madureira, A alegria do peru, 21.
Recreio (22-8184), Castiga o couro, 20 e 22.
Rival (22-2721).
Serrador (42-6442), Folia no Catete, 20 e 22.

CINEMAS

Cinelândia

Capitólio, Sessões passatempo.
Império (22-9349), Pôrto da violência.
Metro-Passeio (22-6490), Pecado e redenção.
Odeon (22-1508), Vamos com calma.
Palácio (22-0838), Vamos com calma.
Pathé (22-8795), Totó, barbeiro em Sevilha.
Plaza (22-1097), Fitas encarnadas.
Rivoli, Agôsto, 13, sexta-feira.
Vitória, Naufragos da vida.

Centro

Cinerac-Trianon (42-8024), Jornais, desenhos, curiosidades e atualidades
Colonial (42-8512), Fitas encarnadas.
Floriano (43-9074), Terra da sedução.
Guarani, Pecnado para reforma.
Ideal (42-1218), Alucinado.
Iris.
Marrocos (22-7979), Alma em suplício.
Mem de Sá (42-2232), Renegado impiedoso.
Presidente (42-7128), Agôsto, 13, sexta-feira.
Primor (43-6857), Fitas encarnadas.
São José (42-0592), Helena de Tróia.

Zona Sul

Alaska, Naufragos da vida.
Alvorada (27-2936), Não me defendas, compadre.
Art-Palácio, Agôsto, 13, sexta-feira.
Astória (47-0466), Fitas encarnadas.
Azteca, Helena de Tróia.
Botafogo, Rifles para Bengala.
Caruso Copacabana, Helena de Tróia.
Copacabana (57-5134), Amor traído.
Danúbio (Bar Alpino) — (37-1080).
Floresta (26-6257), Três grandes amigos.
Guanabara, Pôrto da violência.
Ipanema, Pôrto da violência.
Lebion, Vamos com calma.
Leme, Terras do Norte.
Metro-Copacabana (37-9797), Favorita de Jupiter.
Miramar, Naufragos da vida.
Nacional, Helena de Tróia.
Pax, Helena de Tróia.
Pirajá (47-2867), A um passo da glória.
Politeama (25-1143), Cadáver atômico.
Rian (47-1144), Vamos com calma.
Roxy (27-8245), Vamos com calma.
Royal, Sessões passatempo.
São Luis (25-7679), Vamos com calma.

Tijuca

América (48-4519), Amor traído.
Carioca (28-8178), Vamos com calma.
Metro-Tijuca (48-8840), Favorita de Júpiter.
Olinda (48-1032), Fitas encarnadas.
Santo Afonso, Vingança do corsário.
Tijuca (48-4518), Naufragos da vida.
Eskye (28-5513), Totó, barbeiro em Sevilha.

Outros Bairros

Abolição, Pôrto da violência.
Avenida, Naufragos da vida.
Bandeira (28-7575), Tambores feiticeiros.
Fluminense (28-1404), Dupla redenção.
Grajaú (28-1311).
Madrid, Vamos com calma.
Maracanã (48-1910), Aviso aos navegantes.
Santa Alice, Naufragos da vida.
Vila Isabel (38-1310), Carneiro de 3 patas.

Subúrbios da Central

Agua Santa, Esperto contra esperto.
Alfa (29-8245).
Anchieta.
Bangueirantes.
Baronesa, Dominado pelo crime.
Bento Ribeiro, Veio do espaço.
Borja Reis.
Cachambi, Pântano sinistro.
Campo Grande, Viva Vila.
Coelho Neto, A lei e a mulher.
Coliseu (29-8753), Helena de Tróia.
Del Castilho.
Irajá.
Guaraci, Vida contra vida.
Madureira (29-8733), De pernas p'ra ar.
Moça Bonita, Náufragos da vida.
Moderno (BNG-842), Procurado por homicídio.
Monte Castelo (29-8250), Náufragos da vida.
Natal, Almas em desespêro.
Palácio Santa Cruz, A noite é nossa.
Palácio Vitória, Seu nome é paixão.
Primavera, Romance interrompido.
Pilar, Meiba.
Ridan (49-1633), Alucinado.
Todos os Santos, Siroco.
Trindade, Canto do mar.
Vaz Lôbo (29-9198), Tarzan e as sereias.

Subúrbios da Leopoldina

Bonsucesso, Náufragos da vida.
Manuá, Totó, barbeiro em Sevilha.
Palácio Higienópolis, Ver, gostar e amar.
Rosário (30-1889), Quem é meu amor.
São Geraldo, Deserto sangrento.
São Pedro, Helena de Tróia.

Ilha do Governador

Jardim, O anjo e o malvado.

Duque de Caxias

Caxias.
F.N.M.
Paz, Pôrto da violência.
Popular, Massacre traiçoeiro.

Nilópolis

Imperial, Terra da sedução.

Niterói e São Gonçalo

Boaventura (3557), O tesouro do condor de ouro.
Brasil (4716), Francis entre as bombas e Alma invencível.
Cassino (4555), Agôsto, 13, sexta-feira.
Central (3807), Com o céu no coração.
Grill-Room do Cassino (4551), Tormento.
Icaraí (3346), Cessar fogo.
Imperial (3120), Alucinado.
Mandaro (2-0285), Música e romance.
Nanci (8048), Tesouro perdido do Amazonas.
Neves (2 2676), As neves de Kilimanjaro.
Odeon (2-2707), Nau dos condenados.
Palace (6285), Terra da sedução.
Para Todos (2-2444), Ouro dos piratas e Torrentes de ódio.
Paraiso (8174).
Rio Branco (2-0331), A última lágrima.
São Bento (2-4529), Mlle. de Paris.
São Jorge (2-2934), Agôsto, 13, sexta-feira.
São José (8044), O mogstro da lagoa negra.
Vera Cruz (2-2964), O principe de Bagdad.
Vitória (5772), O poder da mulher.

Petrópolis

Capitólio, Terra da sedução.
D. Pedro (3400), Alucinado.
Esperanto, Principe estudante.
Imperador, Grito de sangue.
Petrópolis, Grande pintor.
Santa Teresa, Os brutos também amam.

AVISO

Pedimos aos senhores gerentes de cinemas o favor de avisar a mudança de programa com antecedência a fim de podermos bem infor-

AGE A COFAP CONTRA PADEIROS INFRATORES

MULTA DE CEM MIL CRUZEIROS E EXPULSÃO DO REINCIDENTE

NUMEROSAS AUTUAÇÕES DE PADARIAS

NÃO obstante algumas majorações configuradas no recente tabelamento do pão, os padeiros continuam a praticar os abusos que vinham praticando antes, dando margem a um número impressionante de autuações pelos fiscais da COFAP como se verifica da relação de estabelecimentos inserta no final desta nota. A situação chegou a tal ponto, que a COFAP se lembrou do artigo 14 da lei 1522, que a criou, segundo o qual o comerciante que cometer infração poderá ser multado até em cem mil cruzeiros. Ao que sabemos, ainda conforme se processarem as coisas, a COFAP provocará, inclusive, na forma da lei penal, a expulsão, do país, dos infratores passíveis de tal punição.

Esse, o sentido da recomendação feita pela presidência daquele órgão ao Departamento de Fiscalização, como se depreende da seguinte comunicação distribuída, ontem, aos jornais:

PUNIÇÃO

«A presidência da COFAP recomendou ao Departamento de Fiscalização que aplique aos negociantes infratores, particularmente ao que estão infringindo o tabelamento do pão, o máximo de punibilidade, na forma da le. n. 1.522. Em caso de reincidência será solicitada ao juiz competente, conforme o caso, a interdição do estabelecimento, nos têrmos do art. 19 da citada lei, sem prejuizo das providências policiais.

O tabelamento do pão, em vigor, é o seguinte:

Pesos: 50 gramas, no balcão Cr$ 0,70 — a domicilio Cr$ 0,80; 200 gramas no balcão, cr$ 2,80 — a domicilio Cr$ 3,20; 500 gramas no balcão Cr$ 7,00 — a do-

(Conclui na 3.ª página)

Diário de Notícias
SEGUNDA SEÇÃO — Têrça-feira, 7 de Fevereiro de 1956

ERROS ADMINISTRATIVOS ENTRAVAM OS PLANOS DO TÚNEL RIO COMPRIDO-LAGOA

Feito o Contrato Sem Concorrência Pública

Declarações do Presidente do T. C.

A PROPÓSITO de notícias segundo as quais a construção do túnel Rio Comprido-Lagoa estaria sendo entravada pelo Tribunal de Contas da Prefeitura, já que o contrato de obras fôra feito em perfeito acôrdo com a concorrência pública realizada, o presidente daquele Tribunal, monsenhor Olimpio de Melo, prestou, à nossa reportagem, declarações esclarecedoras, afirmando, inicialmente:

— O crédito existente para a abertura do túnel Rio Comprido-Lagoa foi concedido para as desapropriações e para as obras de perfuração. Entretanto, assinou-se um contrato para estas últimas obras sem que estivessem ultimadas e registradas pelo Tribunal de Contas as desapropriações, que deveriam constituir a primeira etapa para a abertura do túnel.

AÇODAMENTO

Prossegue monsenhor Olimpio de Melo declarando ter sido o contrato assinado com «tal açodamento que um outro que deveria precedê-lo, pois era atinente aos estudos básicos sôbre a iluminação, ventilação e outros aspectos preliminares, só posteriormente foi formalizado e remetido à apreciação do Tribunal».

Esclareceu, ainda, nosso entrevistado, que, feita a concorrência pública, foi ela anulada sem haver o prefeito indicado,

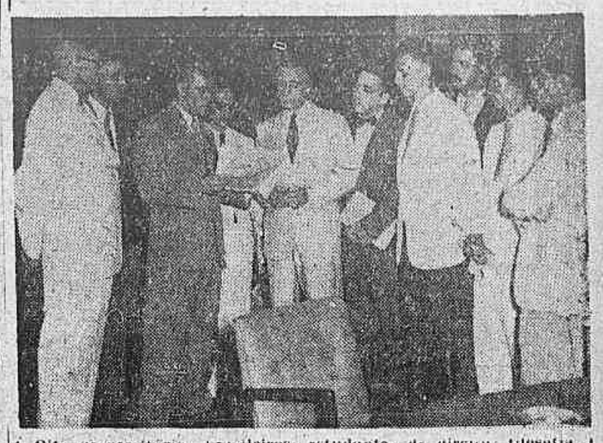
(Conclui na 3.ª página)

Recurso Contra Nomeações Feitas no I. Comerciários

A Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Distrito Federal recorreu ao Departamento Nacional da Previdência Social, para que sejam anuladas nomeações de assistentes-sociais feitas no IAPC, pelo sr. Olavo de Oliveira.

Alegam que os nomeados não estão tècnicamente aptos para a função, que o IAPC abriu inscrições para prover êsses cargos mediante concurso, exigindo aos candidatos apresentação de diploma expedido por Escola de Serviço Social, que posteriormente essa inscrição foi anulada, para permitir tais nomeações, e, finalmente, que a administração do Instituto determinou a sua reabertura, já agora sem fazer tal exigência.

Comitiva Universitária Panamericana



Oito universitários brasileiros, estudantes de direito, filosofia, arte dramática, a partir de março dêste ano, realizarão uma viagem circular de estudos e intercâmbio cultural, por todos os países americanos, visando incentivar o intercâmbio cultural e econômico com o Brasil. Aqui os vemos, em companhia do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, quando da recente visita que lhe fizeram os universitários.

Será Aumentada a Produção de Minérios na Vale do Rio Doce

TRÊS MILHÕES DE TONELADAS

A COMPANHIA Vale do Rio Doce vai aumentar sua produção após a melhoria de técnica de seus serviços. O aumento projetado elevará o volume anual para três milhões de toneladas. Atualmente a produção é de 2.260 mil tneladas. Todavia, com empréstimo que lhe foi concedido pelo Banco de Exportação e Importação, as atividades da referida emprêsa serão aceleradas, esperando-se mesmo possa a produção ultrapassar de 3 milhões de toneladas por ano.

Quase todo o minério extraído é vendido no estrangeiro. Assim, em 1955, mais de um milhão de toneladas foram exportadas para os Estados Unidos. Além disso, cêrca de 544 toneladas foram destinadas ao Reino Unido e 700 outras para diversas áreas da Europa.

O empréstimo feito pela com-

(Conclui na 3.ª página)

Nada de Concreto Sôbre a Construção do Metrô

★

PROSSEGUEM AS NEGOCIAÇÕES

★

PARIS (Por Louis Wiznitzer — Especial para o «Diário de Notícias» — Pela Panair) — De fontes seguríssimas soubemos que, de fato, o sr. Kubitschek se avistou com o presidente da RATP de Paris em relação a o assunto da construção do «Metrô» carioca, com o auxílio técnico de engenheiros da RATP francesa. Porém, às informações sôbre o início, pròximamente, dos trabalhos, são prematuros. As dificuldades de terreno e de material apesar de grandes, pode mser superados, não há dúvida. Existem, porém, dificuldades de ordem financeira que ainda não foram resolvidas.

A informação do primeiro trecho de 10 quilômetros do nosso «Metrô» está diretamente relacionada, à solução no caso da «Dívida para a França». O Brasil estaria pronto para reembolsar êste dinheiro com a condição de que êle fôsse investido no próprio Brasil e, entre outras coisas, na construção do «Metrô». As negociações prosseguirão.

Existe um projeto para a construção dêste trecho que iria de Copacabana (Lido) até Pedro II, passando pelo Mourisco, Glória, Lapa e Avenida Rio Branco.

fizeram no passado. Por outro lado, o «Metrô» de Paris é o

Contactos entre engenheiros brasileiros e franceses já se melhor do mundo e os franceses têm muita experiência lisso, tendo construído «Metrôs» em várias capitais do mundo. Porém, segundo consta, não é imediata a construção do «Metrô», que deve resolver o problema do tráfego carioca.

ENCAMINHA D. HÉLDER UMA EXPOSIÇÃO AOS DEPUTADOS

Favela e Êxodo Rural, Problemas Ligados

O ARCEBISPO auxiliar do Rio de Janeiro, d. Helder Câmara, declarou que cuidar das favelas do Rio é cuidar de todo o Brasil. Essa declaração foi formulada num trabalho por êle enviado à Câmara dos Deputados a propósito da campanha em que se acha empenhado.

ABSURDA A ORGANIZAÇÃO DO MUNDO

A exposição começa por justificar a atenção do Congresso Nacional para com o problema das favelas, assinalando, numa referência a problemas de base, graves e numerosos, que o país defronta, impor-se ter presente que o económico, quando perde o senso do social e do humano, na mesma medida perde o senso do real.

Focaliza d. Helder Câmara, em seguida, o que denomina de absurda organização do mundo, com mais da metade da população mundial vivendo em níveis infra-humanos, dizendo que o embate não é, apenas, nem sobretudo, entre Oriente e Ocidente, mas entre mundo superdesenvolvido e a massa subdesenvolvida deixada à margem da vida e que a grande habilidade do comunismo vem sendo levantar a massa subdesenvolvida. «E' preciso denunciar como irreal — diz d. Helder — todo e qualquer plano de reforma econômica que não ponha em destaque essa aguda e explosiva realidade social».

A INICIATIVA DOS PARTICULARES E A DO ESTADO

Depois de estabelecer ligação entre o problema das favelas e o da situação infra-humana do meio rural, que tanta gente afugenta para as cidades, e de focalizar o estado miserável em que vivem os favelados, d. Helder Câmara delimita, relativamente ao problema, as responsabilidades comuns e os campos específicos de atuação dos particulares e do Estado. Ao Estado — observa — cabe, no caso, ampla e eficiente ação supletiva, prestada não como um favor, mas como um dever sagrado de quem exulta, ao cumpri-lo, por encontrar particulares idôneos, à altura da missão peculiar à iniciativa privada.

AS GRANDES LINHAS DA CAMPANHA

D. Helder Câmara, depois de afirmar existirem mais de 30 entidades oficiais e particulares dedicadas, segundo seu programa, ao atendimento do homem rural, sem que, por diversos motivos, quase nada possam fazer, revela que a Cruzada S. Sebastião vai agir como inspiradora e animadora da adoção de um plano desdobrado em três capítulos: criação, nas unidades federadas das mais atingidas pelo êxodo rural, de núcleos coloniais que atuem como centros de atração e fixação dos migrantes nacionais; criação, ao longo de vias naturais de acesso, como o rio São Francisco e a estrada Rio-Bahia, de núcleos que procurem conter os migrantes nacionais que tenham escapado dos centros de atração e fixação; criação, na barreira do Distrito Federal, de hospedarias de imigrantes que, além de assegurarem assistência espiritual e social aos migrantes nacionais, tentem, pela última vez, encaminhá-los para a Baixada Fluminense ou para a zona rural do próprio Distrito Federal.

Vem, em seguida, na exposição, amplos dados sôbre o plano da batalha direta de urbanização das favelas, já em execução, com a construção, na praia do Pinto, de blocos residenciais onde os favelados viverão sem imposições religiosas, pagando pequena taxa proporcional a seus salários e discutindo e votando o regulamento do bairro.

Ainda êste ano, segundo d Helder, a Cruzada partirá para outras favelas, no propósito de urbanizá-las tôdas, gradativamente, com os olhos voltados para o IV Centenário da cidade.

OS 50 MILHÕES, PONTO DE PARTIDA

Declara d. Helder Câmara que os 50 milhões de cruzeiros do govêrno serão um ponto de partida para a batalha e que numerosas colaborações de particulares irão chegando, como já estão chegando.

As contas da campansa serão fiscalizadas por um Conselho Fiscal constituído de um membro indicado pelo presidente da República, um pelo prefeito, um pelo Senado, um pela Câmara dos Deputados, um pela Câmara do Distrito Federal, um pela A.B.I. e um pela A.B.R.

Dr. ARTHUR BREVES

Urologista: do Beneficência Portuguêsa — Cirurgia — Vias Urinárias — Rua Assembléia, n. 98 — Das 5 às 7.

DOENÇAS DA PELE

Sífilis — Tumores — Câncer — Eczemas — Varizes — Ulceras das pernas — Verrugas — Espinhas — Queda de Cabelo.

DR. AGOSTINHO DA CUNHA

DAS 16 AS 19 HORAS
ASSEMBLEIA, 73.
TELS.: 42-1155 e 58-1059

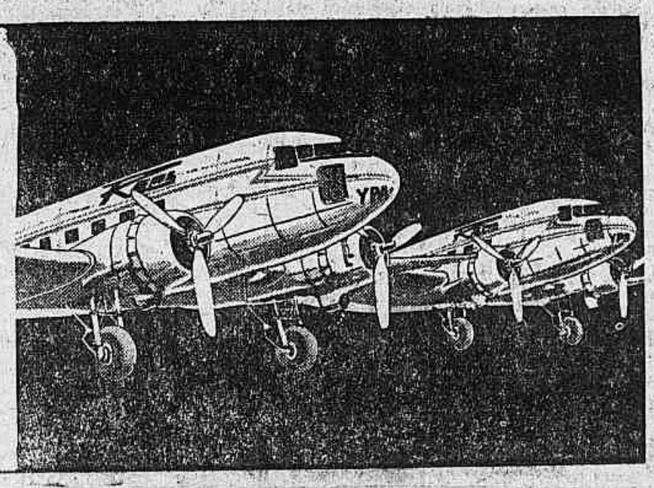
Clínica de Olhos Santa Luzia

Sede provisória: - R. Gonçalves Dias, 30 - 6º andar - Tel.: 22-3233.
TRATAMENTO DAS DOENÇAS DOS OLHOS
Oculos — Operações — Diàriamente. das 8 às 11 horas.

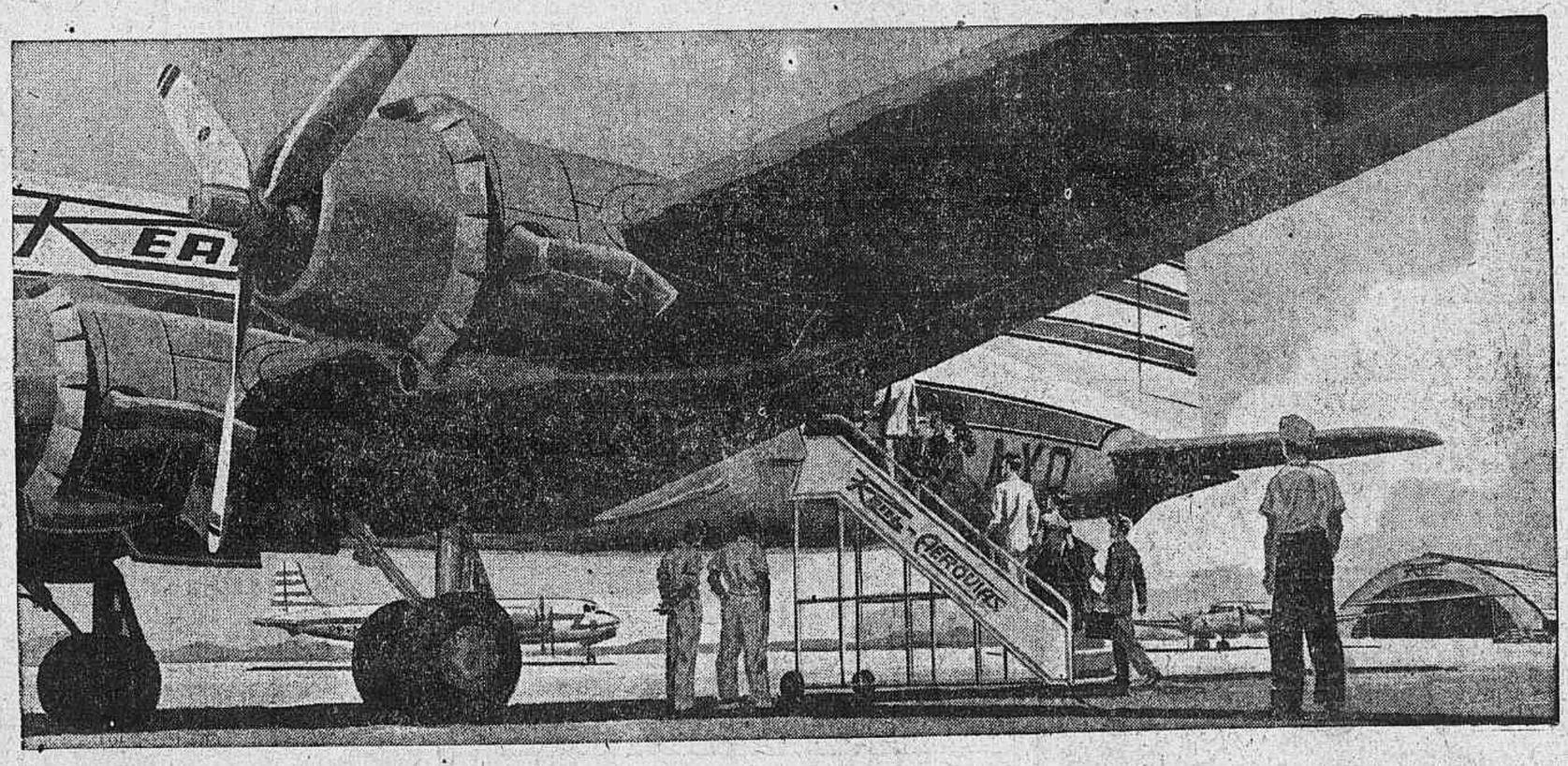
AUXILIAR

PRECISA-SE de um auxiliar de escritório, datilógrafo, faturista e com conhecimentos de contabilidade. Cartas com detalhes, para SIL, na portaria dêste jornal

Eram 2 há dez anos...



hoje são 70 aviões a serviço do Brasil!



Faz exatamente 10 anos... a 7 de fevereiro de 1946, realizava-se o vôo inaugural, São Paulo-Rio, de uma nova companhia de aviação... Era a Real. Dois D-C3 eram tôda a sua frota. Mas êsse primeiro vôo, comandado por Linneu Gomes, fundador da Companhia, era o início feliz de uma obra destinada a prestar os maiores serviços à coletividade brasileira.

A frota primitiva de dois aviões conta hoje com 70 aparelhos, entre os quais 8 modernissimos Super-Convair. Os 373 quilômetros da rota inicial multiplicaram-se. Atualmente, suas linhas cobrem 54.271 quilômetros sôbre o território nacional e 13.665 em céus estrangeiros, ligando o Brasil a seis paises do Continente. E para só mencionar estatísticas levantadas até 31 de Janeiro, nestes anos de labor ininterrupto, a Real, hoje Real-Aerovias, transportou 5 milhões e 500 mil passageiros, 40 mil toneladas de carga, percorrendo 116 milhões de quilômetros, num total de 457.000 horas voadas! Mais de 100 cidades brasileiras são regularmente servidas pela Companhia. E é tão intensa a atividade de seus aviões, conduzidos por tripulações de elite e apoiados por uma organização de 5.000 homens em terra, que cada dia tem hoje, na Real-Aerovias, 330 horas de vôo!

Êsses fatos e números mostram que o Brasil possui a maior companhia de aviação comercial da América Latina e uma das maiores do mundo! Êsses fatos e números justificam o orgulho com que a Real comemora o décimo aniversário de seu vôo inaugural.

5 viagens grátis aos Estados Unidos

Comemorando seu 10.º aniversário, a Real lançará, no próximo mês, um Grande Concurso, com 5 grandes prêmios aos seus passageiros. Cada prêmio, uma viagem para 2 pessoas, ida-e-volta aos EE. UU., com estada paga pela Real! Uma dessas viagens deve ser sua! Espere as bases do concurso. E para concorrer, guarde desde logo o bilhete usado de sua próxima viagem pela Real-Aerovias.

REAL — AEROVIAS — 10 anos de real serviço ao Brasil

«Anjos do Inferno»

Estamos seguramente informados de que o antigo conjunto que tanto sucesso alcançou «Anjos do Inferno», será dentro de um mês recomposto, contando com dois dos antigos elementos do primitivo bando: Nanai e Paciência.

★

Roteiro Noturno

I. FOMM

FIM

O barão Stuckart, em virtude do triste resultado do inquérito sôbre o incêndio do seu Vogue, resolveu fechar para sempre o restaurante Casa Grande e a respectiva «boite» que já estava em adiantados trabalhos de alvenaria e que seria a mais elegante e requintada «boite» da América do Sul. E' um final melancólico que nos enche de tristeza, pois Stuckart, com todos os seus defeitos, foi um autêntico «dono da noite», homem de bom gôsto que concorreu grandemente para maior brilho da vida noturna carioca.

★

A festa da sensacional vitória de Doris Monteiro no pleito da Rainha do Rádio foi comemorada efusivamente no Baccará

★ RAINHA DO RÁDIO

Doris Monteiro lutou galhardamente, vencendo o título de Rainha do Rádio com boa diferença da segunda colocada. Êsse fato foi devidamente comemorado na madrugada de sexta-feira quando a turma mais ligada à nova Rainha se reuniu no Baccará com muita alegria e sem faisões.

JEAN-PIERRE

O garçon-cantor Jean Pierre que foi lançado com vivo sucesso por Gigi, no Baccará, recebeu uma ótima proposta de Eunice Colbert para cantar no L'Amiral, de São Paulo. Dessa forma, mais um artista da nossa noite será roubado pela noite mais alta da Paulicéia.

★

NORMA SUELY

Em compensação, a cantora de rádio Norma Sueli, acedendo ao pedido do pianista César Siqueira, resolveu aceitar contrato para cantar no «La Ronde», para começar depois do Carnaval; Norma é muito conhecida nos meios radiofônicos e pela primeira vez atuará na noite.

★ NAO SE DEU BEM ★

O cantor Jorge Veiga foi contratado para fazer uma temporada no Meninão e Captain's Bar do Hotel Comodoro em São Paulo. Acontece que o Veiga não se deu bem e cantou alguns dias na «boite» e uma noite apenas no Capitain's, voltando logo para o Rio.

DILERMANDO EM «LONGPLAY» — Como se não bastasse a alegria que nos deu, em casa de Yára Sales, enchendo a noite com os acordes de um violão que não era o seu mas de uma bossa personalíssima, o fabuloso Dilermando Reis deu-nos de quebra uma segunda razão de contentamento ao anunciar que logo depois do Carnaval aparecerá o primeiro disco «long-playing» com solos e músicas de sua autoria.

Entre as coisas que tocou, naquela ocasião de «farra honesta acabando em confidência» — como diria o itabirano poeta, havia uma valsa nova intitulada «Lembre-me bem», que também fará parte do disco e que é uma beleza. Vocês vão ver!

* * *

TRADUÇÕES PORTUGUESAS — Não, não vou falar dos livros originalmente escritos em Portugal e que muitas vêzes precisam ser «traduzidos» para o leitor do Brasil — o que aliás não é nada espantoso, pois há leitores portugueses que também se queixam de não poderem entender certas passagens nos livros brasileiros... Não, o tema é outro.

Na circular mimeografada que me enviou o livreiro Antunes, o SEGUNDO ITEM reza textualmente: «A venda de livros portugueses não excede a porcentagem de 3 a 4% da venda total em cada livraria dêste país; 96 a 97% das vendas referem-se a livros nacionais, franceses, inglêses, americanos, espanhóis, etc. Essa pequena porcentagem (três por cento, ou quatro) não pode prejudicar a produção editorial brasileira: muito maior concorrência fazem os livros franceses, inglêses, italianos, e principalmente os de língua espanhola, que chegam ao Brasil de diversas procedências e em muito maior quantidade, originais e traduções».

Geir Campos

O argumento é tendencioso. O autor da circular não quis dizer, por não lhe convir, que infelizmente são poucos os brasileiros aptos à leitura em idiomas estrangeiros (inglês, francês, italiano, alemão, espanhol etc), e não são poucos os casos de livros traduzidos em primeira mão para o francês ou o inglês e aqui retraduzidos. Eu mesmo, há pouco tempo, traduzi para a nossa língua alguns livros clássicos do Confucianismo, escritos em chinês e por seu turno vertidos para o inglês pelo oriental Lyn Yutang; o mesmo se tem dado com inúmeras obras originais em russo, alemão, holandês, dinamarquês, finlandês, sueco, tcheco, húngaro, para não falar nos clássicos gregos e latinos — cujas traduções brasileiras, até bem pouco tempo, eram tôdas calcadas em versões francesas, inglêsas e espanholas.

A «concorrência» dêsses livros estrangeiros, pois, não existe nem para o editor, nem para o intelectual, nem para o tipógrafo brasileiro: existiria, sim, se viessem de fora traduções em idioma português, embora não sejam poucas as que careceriam de ser retraduzidas, adaptadas à leitura no Brasil.

* * *

PROENÇA E SUAS PROEZAS — O coronel Cavalcanti Proença, (uma vez premiado em São Paulo com o seu excelente «Roteiro de Macunaíma», um estudo sôbre o famoso romance de Mário de Andrade com duas vêzes o número de páginas do livro estudado), acaba de receber do «Jornal de Letras» o Prêmio «Drault Ernanny», que devido a um êrro de aritmética lhe foi conferido pela metade. Mas o melhor não é isso: é que o editor José Olympio, sempre atento, ao ler a notícia da premiação mandou logo convidar o ensaísta para uma edição da «casa»; e o Proença topou, combinando entregar ao editor, além do ensaio premiado, sôbre Augusto dos Anjos, mais um sôbre Lima Barreto, um sôbre os fatores populares na poesia, e outros.

Carnaval

ESCOLHIDA A RAINHA DO CARNAVAL DE 1956

DESFILARÁ EM CARRO ALEGÓRICO

REALIZOU-SE, sábado, na sede da Associação de Cronistas Carnavalescos a última apuração do concurso da rainha do Carnaval de 1956, na presença de numeroso público, cabos eleitorais e jornalistas.

S. M. Rei Momo I e Único presidiu a solenidade que se iniciou às 13 horas. A comissão do concurso comunicou que a urna permaneceria aberta durante 10 minutos para a recepção dos votos, após o que foi feita a contagem, sob expectativa geral.

Das seis candidatas finalistas, saiu vitoriosa a jovem Nair Gonçalves, com 184.200 votos, seguida de Dorly Negreiros, com 181.000, e de Marta Ritter, com 167.520.

A diferença, como se vê, da primeira para à segunda colocada foi de poucos votos, o que bem demonstra o interêsse despertado pelo certame e o trabalho desenvolvido pelas candidatas.

Proclamada rainha, Nair Gonçalves foi intensamente aplaudida e assediada pelos repórteres fotográficos e cinegrafistas.

Será coroada no baile de gala que a A. C. C. realizará em sua homenagem na próxima sexta-feira, no Teatro João Caetano, e disfilará na têrça-feira gorda em suntuoso carro alegórico, abrindo o desfile dos préstitos das grandes sociedades. Nair Gonçalves e as princesas Dorly Negreiros e Marta Ritter, deverão comparecer ao baile do Teatro Municipal e às demais festas oficiais do carnaval.

Receberá de prêmios oferecidos pela A. C. C. uma corôa de ouro, no valor de 30 mil cruzeiros, e um cetro, confeccionados pelo joalheiro Fioravante D'Angelo.

Os Jardins e Pavilhões do High-Life

Os jardins e pavilhões do pitoresco parque que cerca o «High Life» receberam, êste ano, decorações particularmente original, inspirada em motivos egípcios, de modo especial no reino da famosa rainha Cleopatra, cuja beleza agitou a antiguidade, e vai encantar os bailes de carnaval de sábado a têrça-feira, inclusive «matinée» infantil domingo. Está a diretoria da prestigiosa sociedade empenhada em apresentar êste ano, um carnaval excepcionalmente brilhante, para corresponder ao interêsse sempre crescente que suas noites despertam não apenas entre os cariocas, mas, também, entre os visitantes estrangeiros que desembarcem nesta época do ano na cidade, atraídos pelo esplendor da nossa grande festa.

Homenagem à "Princesa" Marta Ritter

A Ala dos Brotos, não pode parar... assim sendo, fará realizar, amanhã, na rua Bojuru, 187, Freguesia, filha do Governador, peixada em homenagem à princesa do carnaval Marta Ritter. No domingo e têrça-feira de carnaval, nos salões da Associação dos Empregados do Comércio, das 14 às 19 horas, novas homenagens serão prestadas à graciosa Marta Ritter. Os convites serão distribuídos pela «princesa» homenageada. A condução sairá da ACC, às 12 horas.

TUDO É FLAMENGO

O Flamengo, a rainha e o Rei Momo são, em verdade, os mais queridos do carioca. Juntaram-se os três, na sede velha, e fechou o tempo, com vatapá e tudo. Os cronistas presentes se divertiram a valer. Depois, foi feita a pôse: o presidente do Flamengo, sr. José Alves de Morais, a rainha Nair Gonçalves, que não perde jôgo do Flamengo, o rei Momo, que foi atleta do Flamengo, o sr. Alberto Borgeth, flamengo de verdade, e o presidente em exercício da ACC, José Moreira Bastos, que é, além disso, vice-presidente do Flamengo.

REGOZIJO

Regozijaram-se o Rei Momo, a Rainha e a princesa do Carnaval, e o sr. Paulo Teixeira, o maior cabo eleitoral de Nair Gonçalves no concurso da ACC.

Súper-Campeonato na Avenida Presidente Vargas

HORÁRIO PARA DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA

REGULAMENTO DO «DIA DOS RANCHOS»

NA sede do Departamento de Turismo e Certames realizou-se ontem o sorteio das escolas de samba para o desfile do super-campeonato no tablado da avenida Presidente Vargas. Os trabalhos transcorreram sob a presidência do dr. Alfredo Pessoa, diretor do Departamento de Turismo e Certames com a assistência dos jornalistas Lourival Dalier Pereira, «Bojudo» e Artalídio Agostinho Luz «Azul» membros do Órgão Consultivo do Carnaval e na presença dos diretores da Associação das Escolas de Samba do Brasil e associados das suas filiadas.

ordem do desfile será a seguinte:

Unidos da Tijuca, 21 horas; Paraíso do Tuiuti, 21h15m; Acadêmicos do Salgueiro, 21h30m; Unidos do Cabuçú, 21h45m; Filhos do Deserto, 22 horas; Estação Primeira, 22h15m; Unidos do Salgueiro, 22h30m; Unidos da Congonha, 22h45m; Unidos de Bento Ribeiro, 23 horas; Paz e Amor, 23h15m; Vai se Quiser, 23h30m; Aprendizes de Lucas, 23h45m; Unidos do Indaiá, 24 horas; Caprichosos dos Pilares, 0h15m; Corações Unidos de Jacarepaguá, 0h30m; Beija-Flor, 0h45m; Portela, 1 hora; Unidos da Capela, 1h15m e Império Serrano, 1h30m.

DESFILE DA PRAÇA 11 DE JUNHO

Campeonato

O desfile da capital do Samba começará de acôrdo com o regulamento aprovado às 21 hs. APROVADO O REGULAMENTO DO «DIA DOS RANCHOS»

O Órgão Consultivo do Carnaval em sua reunião de ontem, sob a presidência do dr. Alfredo Pessoa, diretor do Departamento de Turismo e Certames, deliberou aprovar o Regulamento do desfile do «Dia dos Ranchos».

O Regulamento do «Dia dos Ranchos» é exatamente igual ao do ano passado.

Desfiles em Vila Isabel

A comissão de festejos carnavalescos de Vila Isabel comunica que haverá, na segunda-feira gorda, um desfile de blocos, escolas de samba, frevos e ranchos na av. 28 de Setembro, onde será construído um palanque para a direção dos festejos. Estará presente a vereadora Ligia Lessa Bastos.

MÚSICA QUE O POVO CANTA

Miguel Gustavo, o espirituoso compositor do «Café Society», que fêz uma fôrça tremenda, sem resultado, para gravar a «Dança do Didu», foi mais feliz com «Ibrahim, piu, piu», marcha cantada por Marlene, em disco «Sinter»:

I

Ó Ibrahim, piu piu!...
Ó Ibrahim, piu piu!...
Ó Ibrahim bota o meu nome no jornal
Eu quero ser também
Metida a «gente bem»
Dependurada na coluna social!

II

Bota o retrato meu
Junto do teu
E diz
Que eu estou chegando agora
Vinda de Paris...
Ó Ibrahim, conta depressa que me viu
Dançando nas boates e o resto
[é piu piu!

PROIBIÇÕES POLICIAIS DURANTE O CARNAVAL

★

Nem Lança-Perfume, Nem Bisnagas

AS autoridades civis e militares encarregadas da manutenção da ordem durante o Carnaval reuniram-se, ontem, no gabinete do chefe de Polícia, participando da reunião representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar.

Dentre as providências adotadas destacam-se a proibição do lança-perfume em recintos fechados, de bisnagas de matéria plástica nas ruas ou em bailes, bem como o uso de fantasias semelhantes aos trajes usados pelas corporações militares ou congregações religiosas.

Quanto ao policiamento da cidade, será feito pelas Polícia Civil, Militar, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e por guardas municipais.

DEMONSTRAÇÃO DO CARNAVAL BRASILEIRO EM WASHINGTON

MIL PESSOAS COMPARECERAM AO BAILE

A sociedade de Washington e a colônia brasileira naquela Capital brincaram o carnaval, neste fim de semana, para levantar fundos para a Fundação Nacional da Paralisia Infantil. O acontecimento interessante, um típico carnaval brasileiro, não apenas produziu cinco mil dólares para o combate à doença, mas também «elevou a boa vontade entre brasileiros e norte-americanos a um novo nível», segundo declarou Miss Kathryn Epstein, diretora da sucursal da Fundação em Washington.

Mil pessoas compareceram ao baile de carnaval, cada uma contribuindo com cinco dólares para o fundo. Entre os convidados encontravam-se nove embaixadores, outros membros dos corpos diplomáticos credenciados em Washington, e representantes do govêrno dos Estados Unidos. «Mas, mantendo-nos dentro do espírito do carnaval brasileiro, não podemos revelar seus nomes», disse Miss Kathryn. «Chegaram de máscaras, desejosos de serem desconhecidos, misturando-se democràticamente com todos, como num típico carnaval do Brasil».

«Membros da sociedade de Washington divertiram-se muito participando das danças e cantigas carnavalescas. E muitos me disseram do seu desejo de que o carnaval se tornasse um acontecimento anual nos Estados Unidos», informou Miss Kathryn.

A festa em benefício da Fundação foi patrocinada pela colônia brasileira em Washington, tendo sido providenciado o transporte de artistas do Brasil para esta capital, especialmente para o grande acontecimento.

Um autorizado porta-voz da Fundação declarou ter sido esta a primeira vez que um grupo estrangeiro realiza festa beneficente de tão grande vulto em benefício da Fundação. O dinheiro angariado será empregado em pesquisas, e tratamento de pessoas vitimadas pela poliomielite.

CORSOS E BATALHAS DE FLÔRES EM PORTUGAL

NA ESPANHA, NEM FANTASIAS

LISBOA, 6 (AFP) — Sua Majestade o Carnaval fêz sua entrada em várias cidades de Portugal, onde sua popularidade continua das maiores. No Pôrto, principalmente, apesar do frio, uma numerosa multidão aclamou o cortejo dos carros do soberano, desde as portas da cidade até o lugar onde estabeleceu sua côrte até a madrugada da Quarta-feira de Cinzas, o «Clube dos Fenianos», organizador das festas. De um balcão, o rei do Carnaval dirigiu a seus súditos de alguns dias uma proclamação burlesca.

Em Lisboa, a tradição vive apenas nos salões de bailes e espetáculos. Mas em muitas localidades da província, exprime-se ainda em corsos e batalhas de flores, ilustrando o provérbio português segundo o qual «tristezas não pagam dívidas».

EM ESPANHA, NADA

MADRID, 6 (AFP) — Continua proibido o Carnaval na Espanha. O ministro do Interior lembra, numa nota publicada hoje, que é proibido, igualmente, usar fantarias, máscaras, insígnias carnavalescas, na rua, cafés, clubes, cassinos e outros estabelecimentos públicos.

Só haverá autorização para bailes particulares, para os quais serão emitidas licenças especiais.

Ensaio Geral dos "Lenhadores"

Realiza-se hoje, no campo do Confiança Atlético Clube, na rua Silva Teles, o ensaio geral do Clube Carnavalesco Lenhadores.

A orquestra, sob a batuta do maestro Garrafinha, executará os melhores frevos da temporada.

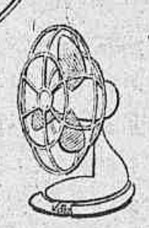
Os passistas, sob o comando de Luis Alves, coadjuvado por José Nunes, Nilton e Arquimedes, se adestrarão nas evoluções do frevo para a competição no tablado da av. Presidente Vargas.

"Baile do Cartola"

A Associação dos Funcionários do Fluminense Futebol Clube, promotora do já popularizado «Baile do Cartola» está com seus preparativos quase terminado para êsse baile, que será levado a efeito na segunda-feira de carnaval, além do «Baile do Cartolinha», a vesperal infantil da têrça-feira gorda, no horário de 16 às 20 horas.

CLÍNICA DR. EDUARDO VASCONCELLOS
PARTOS — DOENÇAS DE SENHORAS
TRATAMENTO CASAL SEM FILHOS
PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CANCER — DOENÇAS E DEFEITOS DOS SEIOS — APARELHAGEM PARA TESTES E EXAMES COMPLEMENTARES.
Rua Senador Dantas, 20 — 7º andar — Tels.: 37-1696 e 22-8936.
HORA MARCADA.

VENTILADORES



...desde os "de grandes ambientes" até aos de cabeceira

CONTACT - ELETROMAR - FAET

Willmann Xavier tem uma oferta interessante para lhe fazer. Consulte-nos.

WILLMANN XAVIER
COMÉRCIO INDÚSTRIA S. A.
TUDO o que é de eletricidade para TODOS
Rua Uruguaiana, 41

XAVIER 286

ANTIGUIDADES
COMPRAM-SE, pratarias, porcelanas, cristais, jóias e móveis de jacarandá ou cedro. — Pagamos o valor de antiguidade. CASA ANGLO AMERICANA ANTIGUIDADES LTDA. — Rua da Assembléia, 73 (Setenta e três) — Telefone: 22-9664.

DR AUGUSTO DOS SANTOS ALBUQUERQUE
DOENÇAS DO CORAÇÃO — Pressão alta — Falta de ar — Palpitações. AP. DIGESTIVO. Doenças do fígado - Digestões difíceis - Prisão de ventre. Rua 7 de Setembro, 88 - 2º and. - S. 15 - Das 14 às 18 horas - Tel.: 52-5442

PRODUTOS DE VALOR DA
FLÓRA MEDICINAL

JURUPITAN
Combate as cólicas e as congestões do fígado, os cálculos hepáticos e a ictericia.

DIRAJAIA
Expectorante indicado nas bronquites e nas tosses, por mais rebeldes que sejam.

CHA' MINEIRO
Indicado contra reumatismo gotoso e artritismo, moléstias da pele, e, por ser muito diurético, nas doenças dos rins.

LUNGACIBA
Poderoso tônico amargo, ativa o órgão digestivo, combate as diarréias e o catarro intestinal, estimulando o apetite.

VENDEM-SE EM TODAS AS FARMACIAS E DROGARIAS. PEÇAM GRATIS NOSSO ÚTIL CATÁLOGO CIENTIFICO
J. MONTEIRO DA SILVA & CIA.
195 — RUA 7 DE SETEMBRO — 195
TELEFONE: 32-2726 — RIO DE JANEIRO.

HERDEIROS DE JOSE' LUIZ CHAPOT: Comuniquem-se com R. F. A. da Costa. Rua Coronel Dulcídio, 1.449 — Curitiba — Est. do Paraná.

Das Fabricas CIMO sara o conforto de quem estuda!
MÓVEIS CIMO
RUA INVALIDOS, 139 — TELEFONE: 22-4372.

Música

Conservatório Nacional de Canto Orfeônico

EXAME DE 2ª ÉPOCA — Serão realizados os exames de 2ª época, para os diversos cursos dêste Conservatório, de acôrdo com o seguinte horário:

Didática do som — Curso de Preparação — Dia 20, às 13 horas; 1º Ano de Especialização — Dia 21, às 11 horas; Curso de Emergência — Dia 21, às 13 horas.

Apreciação Musical — 1º e 2º anos de Especialização — dia 20, às 15 horas.

Prosódia musical — Dia 21, às 15 horas.

Organologia e Organografia — 2º Ano de Especialização — Dia 21, às 15 horas.

Pianista Brasileira em Montevidéu

A pianista Sheila Ivert, que acaba de obter sucesso em seu Curso de Música Brasileira para o Instituto de Estudos Superiores de Montevidéu, realizou no SODRE um ciclo de três programas de obras pianísticas dos nossos compositores, inclusive composições de Otávio Maul e Cláudio Santoro, em primeira audição.

Academia de Música Lorenzo Fernandez

CURSO DE COMPOSIÇÃO E ORQUESTRAÇÃO

Este curso está funcionando às sextas-feiras, ministrado pelo maestro Léo Perachi. Os interessados deverão inscrever-se na secretaria da Academia. Devem ter conhecimentos gerais de Teoria Musical. Destina-se o curso aos que têm facilidade de compor por meio de um método fácil e bojetivo.

CURSO DE INICIAÇÃO MUSICAL

Serão encerradas impreterivelmente as inscrições para o Concurso de Iniciação Musical no próximo dia 20. A Academia oferecerá 20 gratuidades aos que obtiverem boa classificação. Limite de idade de 4 a 6 anos. Inscrições na secretaria da Academia, naav . Rio Branco, 311, 11º andar.

CURSO DE VIOLONCELO

Estão abertas as matrículas para êste curso, ministrado pelo prof. Iberê Gomes Grosso. Inscrições na secretaria.

No Lar e na Sociedade

Aniversários

Fazem anos hoje:

- Dr. Guilherme da Silveira.
- Prof. Velho da Silva.
- Barítono Paulo Fortes.
- Sr. Artur Santos.
- Sr. Antônio Frejat
- Dr. Luís Lacerda Filho.
- Dr. Berto Condé.
- Dr. Eugênio Nunes de Magalhães.
- Dr. Amauri de Lacerda.
- Sr. Armando da Silva Pôrto.
- Sr. Alberto V. de Barros Leite.
- Sr. Geraldo dos Santos Farinha.
- Sr. Mirabeau Macedo.
- Sr. Antônio Carlos de Brito Pereira, funcionário do D.N.E.R.
- Sr. Rui Leal.
- Jovem Carlos Aurélio Barreto Nogueira Santos.
- Menina Cláudia, filha do sr. Joaquim Amaro Barbosa e da sra. Lúcia dos Reis Carneiro Barbosa.
- Menino Ricardo Luís, filho do sr. Luís Filipi Vasques e da sra. Iara Monteiro Vasques.

NASCIMENTOS

O sr. Camilo César do Amaral Pimenta e a sra. Léa Waldeck do Amaral Pimenta participam o nascimento de seu filho CARLOS.

CASAMENTOS

SRTA. MARIA BARBOSA FERREIRA — SR. JORGE CESAR DE FREITAS — Realiza-se hoje, às 18 horas, na capela de São Jorge, na praça da República, o enlace matrimonial da srta. Maria Barbosa Ferreira, filha do casal João Barbosa Ferreira-Elvira Decaro Barbosa, com o sr. Jorge César de Freitas, funcionário do Laboratório Silva Araújo Roussel. O ato civil terá lugar, na rua Olívia Maia 21, em Madureira.

SRTA. RUTE NASCIMENTO — SR. VICENTE ZENICOLA — Realizar-se-á, às 11 horas, do próximo dia 11 de fevereiro, na igreja do Bom Jesus do Calvário, na rua Conde de Bonfim, 50, o casamento da srta. Rute Nascimento, filha do dr. Eugênio Carvalho, auditor da Aeronáutica, e da sra. Maria Coutinho do Nascimento, com o sr. Vicente Zenicola.

RECEPÇÕES

EMBAIXADA DE PORTUGAL — O embaixador de Portugal e sra. Antônio de Faria, recepcionaram na tarde de sábado, nos salões da Embaixada portuguêsa, as autoridades e a sociedade carioca e as figuras de destaque da colônia lusitana, em honra da delegação do seu país que veio assistir às solenidades de posse do sr. Juscelino Kubitschek.

MISSAS

Celebram-se, hoje, as seguintes:

José Alves da Rosa — 9 horas. Igreja de N. S. da Consolação e Correias.

Domingos Bellizzi — 9 horas. Catedral.

José Lopes das Neves — 9 horas. Matriz de S. João Batista.

Adelina de Paiva Monteiro Ferreira — 10h30m. Igreja de N. S. do Rosário.

Mário Vidal Leite Carneiro — 8h 30m. Igreja de S. Francisco de Paula.

Antônio Monteiro da Silva — 11 horas. Igreja da Candelária.

Mário Moreira de Melo — 10 horas. Igreja do Divino Espírito Santo.

Aníbal Tonini — 10h30m. Candelária.

Senhoras Senhoritas

A Prova de Hoje

Junto do bêrço que dá luz
Da fé cristã alumia,
Tôda criança é Jesus,
E tôda mãe é Maria.

PADRE CELSO DE [illegible], LHO.

Tome Nota:

Tiram-se manchas de dedos dos móveis envernizados, esfregando-as suavemente com um pano molhado em azéite.

Pensamentos

A deformidade do corpo não afeta uma boa alma, mas a formosura da alma reflete-se no corpo. — SENECA.

—o—

O coração de uma mulher nunca envelhece, e quando deixa de amar, é porque deixou de bater. — ROCHEPIERE.

—o—

Quando uma causa é justa, tarde ou cêdo triunfa. — SIMON.

PARA VERÃO. — Para tecido branco, um modêlo gracioso que poderá ser acompanhado de bolero. — (Por Anne Adams).

PARA SEU FILHINHO. — Sugestão para uma fantasia de carnaval, podendo ser aproveitada a idéia para menina. — (Por Anne Adams).

PARA O LAR. — Um conjunto para sua casa e os fins de semana, elegante e prático. — (Por Anne Adams).

Elegância

As virtudes dos unguentos para a cútis, contra as rugas, e os regimes emagrecedores mais aperfeiçoados se completam com os admiráveis efeitos de uma boa respiração. A respiração ativa a combustão, enriquece com o oxigênio o sangue, purificando-o, sendo sabido que da pureza do mesmo depende o vigor do organismo e a resistência do sistema nervoso. A respiração profunda tem, igualmente, a vantagem de ativar as secreções glandulares, e a juventude do corpo está estreitamente ligada ao bom funcionamento das glândulas.

Boas Maneiras

E' pela falta de modos, que a jovem moderna se destaca atualmente, desprezando a delicadeza própria do encanto feminino e adotando, por contágio, as atitudes de outras jovens, copiadas do cinema.

Conselho

Lembrem-se de que aquilo que o homem necessita para não decair e ser vencido na dura luta cotidiana, é uma companheira carinhosa, simpática e compreensiva.

Convém Saber

Júlia Candeille, célebre artista francesa, nasceu em Paris, no ano de 1767. Estreou-se, aos 15 anos, na Ópera, na «Ifigênia em Aulida», de Gluck. Além de cantora, foi também escritora, tendo deixado duas comédias — «Catarina ou a Bela rendeira», e «Batilde ou o duelo», e, igualmente, vários romances, como «Lídia ou os casamentos desfeitos», «Batilde, rainha dos Francos», etc. Foi grande amiga de Vergniaud, Garat e Eglantine, sendo, no entanto, detestada por Napoleão I.

Seja Artista... na Cozinha

BOLINHOS DE BACALHAU: — Três xícaras de massa de batatas cozidas, duas xícaras de bacalhau cozido e desfiado, dois ovos, uma colher de manteiga, três colheres de farinha de trigo, uma colher de fermento, sal quanto baste e cheiros à vontade. Depois de cozidas as batatas, descasque e passe na máquina ou peneira. Misture o bacalhau e os tempêros necessários e acrescente o resto dos ingredientes. Faça os bolinhos e frite-os no azeite.

Esta Tem Graça?

O POLÍTICO (ao ex-correligionário, que fôra nomeado ministro por haver mudado de partido): — Com que cara te vais sentar na cadeira de ministro?!...

O OUTRO: — Com nenhuma!... Nas cadeiras, ninguém se assenta com a cara!...

Curiosidade

No antigo Japão, quando morria uma pessoa, sua família, durante certo tempo, devia abster-se de comer qualquer espécie de carne, alimentando-se apenas com arroz, legumes e frutas.

Aage a COFAP Contra...

(Conclusão da 1.ª página)

micílio Cr$ 7,70; 1.000 gramas no balcão Cr$ 14,00 — a domicílio, Cr$ 15,40.

As reclamações devem ser dirigidas à COFAP pelos telefones: 42-0696 e 42-0775, e à Delegacia de Economia Popular».

AUTUAÇÕES

A Fiscalização da COFAP efetuou as seguintes autuações de por majoração de preços, falta de tabela, sonegação, estôrvo à fiscalização: Panificação Santo Antônio, Av. 28 de Setembro, 417; Padaria e Confeitaria Grito do Ipiranga, Av. Suburbana, 5775; Padaria e Confeitaria Tupi, rua do Catete, 298; Confeitaria Francesa, rua do Catete, 305; Padaria Celestial, rua do Catete, 331; Panificadora Dias da Cruz, rua Dias da Cruz, 770; Panificação Dourada, rua São Clemente, 104; Panificação Grajaú, rua Barão do Bom Retiro, 1370-A; Padaria Portuguêsa, rua Santana, 121; Padaria e Confeitaria Avenida, av. 28 de Setembro, 342; Padaria Laranjeiras, rua das Laranjeiras, 404; Padaria Santa Rita, rua das Oficinas, 6-A; Panificação Social, rua Dr. Padilha, 135-A; Confeitaria Ondina, rua Conde de Bonfim, 804; Padaria e Confeitaria São Paulo, rua Senador Pompeu, 248; Padaria e Confeitaria Lux, Praça Montese, 1-A; Panificação Príncipe do Leblon, rua Almirante Guilhem, 262-A; Panificação e Confeitaria Regina, av. Ataulfo de Paiva, 458-A; Padaria e Confeitaria Sagres, rua Arnaldo Quintela, 56-A; Padaria Primitiva, rua Mariz e Barros, 156; Padaria, av. 28 de Setembro, 1; Confeitaria e Panificação Rio Douro, rua Itapirú, 1619; Padaria e Confeitaria Madalena, praça Barão de Drumond, 10-A; Padaria Santa Isabel, av. 28 de Setembro, 289; Padaria e Confeitaria Avenida, praça Barão de Drumond, 10-A; Padaria, rua Min. Viveiros de Castro, 53; Panificação e Confeitaria Leme, av. Princesa Isabel, 50; Pad. e Conf. Duque de Caxias, rua Gustavo Sampaio, 508; Panificação, av. N. S. de Copacabana, 12; Padaria, rua do Catete, 22; Padaria Francesa, rua do Rosário, 149; Padaria Aragão, rua Conde de Bonfim, 128; Panificação Grajaú, rua Barão do Bom Retiro, 1970; Pad. e Conf. Sul Americana, rua Barão de Mesquita, 921; Panificação Lais, rua Antônio Brasílio, 193-A; Padaria São Sebastião, rua Conde de Bonfim, 430; Padaria e Confeitaria Leblon, av. Ataulfo de Paiva, n. 1144; Padaria e Confeitaria Para Todos, rua Jardim Botânico, 647; Padaria e Confeitaria Osório, rua Dias Ferreira, 636; Padaria Odeon, rua São Luis Gonzaga, n. 1492; Padaria e Confeitaria Simpatia, rua Ana Neri, 35; Padaria Benfica, rua São Luis Gonzaga, 2387; Padaria Bonsucesso, rua Cardoso de Morais, 50; Padaria Batalha, rua Democráticos, 719; Panificação Darke de Matos, rua Darke de Matos, 265-A; Panificação São José, av. Ataulfo de Paiva, 566-A; Padaria, Estrada Intendente Magalhães, 1163; Padaria Neusa, rua Araújo Lima, 185; Padaria e Confeitaria Moça Bonita, av. Santa Cruz, 837; Padaria e Confeitaria São José, rua Cel. Tamarindo, 87; Confeitaria, rua Marechal Modestino, 230; Panificação e Confeitaria Java, av. Santa Cruz, 476; Panificação e Confeitaria Central de Realengo, av. Santa Cruz, 517.

Êles Jamais Desesperaram

(Conclusão da 6.ª página)

um grande papel apresentando essas condições: mas sabia também que sua vitória dependia de sua liberdade de ação. E' tão tenaz, que a administração, em pouco menos de um mês capitulou. Lyautey começou sua obra.

Desde havia um ano, êle conseguira reforçar os postos fronteiriços, limpando os caminhos da pilhagem, quando em junho de 1909, Bou Amama, que era o instigador de todos os golpes de mão tentados contra a Algeria, deixou as regiões do sul muito bem organizadas por êle e subiu para o norte, em pleno Marrocos com um milhão de amigos fiéis. Daí ameaçou nossa fronteira. Lyautey mandou tropas para auxiliar as tribos aliadas nas fronteiras. Êsse movimento desencadeia uma furiosa campanha contra Lyautey: não está êle ameaçando Marrocos que a França não quer ocupar? No Conselho de Ministros, Lyautey é severamente julgado. Recebe ordem de evacuar. Nesse momento se encontra a maior batalha que Lyautey teve que travar, em todos os tempos, em defesa de nosso império.

Ele sabe que se evacuar, as tribos que têm confiança na proteção da França serão esmagadas e que uma revolta geral ameaçará todo o país que êle tão pacientemente pacificou. A evacuação seria, por sua vez, traição e loucura.

Atacado em sua obra, no momento em que êle a realiza apaixonantemente, Lyautey teve um generoso movimento de orgulho: ameaçou, se a ordem não fôsse modificada, a dar sua demissão. Corre noventa e nove possibilidades contra cem de ter demitido. Tanto pior. Êle é da raça dos conquistadores e não dos executores servis. Tem cinquenta anos de idade, mas conservou, milagrosamente, a intrepidez e a juventude.

Os políticos e os escritórios de administração se inclinaram diante de Lyautey. Bou Amama, nosso inimigo, reconhecendo, êle próprio, o prestígio dêsse oficial, resoluto que durante dez anos de trabalos quase ininterrupto — salvo uma breve passagem em Rennes de 1910 a 1912 — formou para a França um império que se estendia até o protetorado marroquino.

PRETENSÃO À GLÓRIA

Por não ter — apesar de todas as tentativas de um caráter passional — jamais desesperado nem perturbado sua obra, Lyautey assistiu sua própria apoteose. Esta não foi obtida pelas condecorações das quais sua velhice foi cheia, nem pelo mandato de ministro da Guerra que, em 1917, lhe serviu como uma amarga experiência; nem mesmo pela sua promoção a marechal de França; nem mesmo pela sua entrada para o meio dos quarenta imortais; nem também por essa Exposição colonial que foi sua última realização. Não; a maior recompensa de Lyautey foi de ordem mais alta: do deserto e da anarquia, êle fêz nascer cidades esplendidas: Fêz, Rabat, Marrakech, Kouregh, Casablanca. Entre montanhas áridas traçou estradas, construlu caminhos de ferro; sem tocar na antiga beleza do país, no qual reinou, êle soube equipá-lo, para que tomasse o lugar que devia na produção e na economia mundial. Dezenas de milhares de colonos se estabeleceram no solo que haviam conquistado, fazendo suas plantações e suas riquezas. Êle viu, imediatamente, a febre de prosperidade se inflamar na terra que arrancara, lenta e duramente, de sua letargia secular. Êle viu, principalmente, êsse ambicioso de coração puro, que não fizera mal em pretender tenazmente a glória, a grandeza, mesmo quando os acontecimentos e os homens pareciam unidos para esmagar seu gênio.

Tais são os pensamentos que, no retiro de Thorey, onde êle terminou seus dias — entregue de malgrado à idade — deram ao marechal Lyautey uma velhice orgulhosa e serena. E foi relendo os seus cadernos de recordações de Ain Sefra que êle morreu, em julho de 1934, não tendo formulado nenhum outro voto além dêste: repousar no coração de sua obra, em Marrocos.

ERROS...

(Conclusão da 1.ª página)

no seu despacho, os motivos da anulação, ou seja, a **justa causa**, deixando, também, de publicar a exposição do secretário geral de Viação e Obras, na qual se baseou.

— «Entretanto — continua — essa motivação do despacho anulatório, com a indicação da **justa causa**, era essencial diante do que determina o artigo 740 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade.

Finalmente, disse o presidente do Tribunal de Contas da municipalidade: «Anulada a concorrência pública, da qual fôra excluída a firma L. Quattroni, foi-lhe adjudicada a obra mediante a dispensa de nova concorrência, contrariado o artigo 246, letra «a», do Regulamento citado, que só permite a dispensa de concorrência quando ocorrem **circunstâncias imprevistas**, que, no caso, não se haviam verificado».

SERÁ AUMENTADA...

(Conclusão da 1.ª página)

panhia reveste-se de capital importância para o Brasil. Dará êle meios à companhia para comprar locomotivas diesel-elétricas, vagões e equipamentos para a extração de minérios de ferro, e assegurando-se, dêsse modo, graças à melhoria dos trabalhos e eficiência técnica, o aumento progressivo da produção.

SENHORAS IDOSAS

ACEITAM-SE para internações, na CASA DE SAÚDE S. LUIS Rua Ibituruna, 97 — Tel.: 28-1021

Drama no Desfiladeiro

Quando o trem chegou àquela plataforma desabrigada, a sua marcha se retardou de modo alarmante. No meio do desfiladeiro, o trem estremeceu e parou. E começou o horrível drama... Leia em Seleções de fevereiro essa narrativa eletrizante, além de 23 outros artigos de palpitante atualidade e o resumo de um livro empolgante: «O Caso Dreyfus» Adquira hoje mesmo o seu exemplar de Seleções de fevereiro, que se encontra à venda em tôdas as bancas de jornais.

O QUE É CORRETO

Por Elinor Ames

APLICA-SE POR ACASO A VOCÊ! — As mais das vêzes, a visita que não presta a menor atenção aos estragos causados por seu filho, na casa alheia, é justamente o tipo de pessoa que exige os maiores cuidados com os móveis do seu próprio lar. Não deixará, de certo, que o Joãozinho quebre o sofá de sua casa, mas vi, despreocupada...

QUEIMADURAS DE SOL?

CETAVLON

POMADA

É UM ALÍVIO!

Uma fórmula inglêsa moderna de efeito suavizante e antissético. Não é gordurosa.

À venda em farmácias e drogarias.

UM PRODUTO ICI

25 Gramas CETAVLON POMADA Progresso em Assepsia

26.511

OPORTUNIDADE

OFERECEMOS OPORTUNIDADE a homens ativos e que tenham desembaraço para atividade interessante.

ORDENADO E COMISSÃO — Rua México, 90 — 3º andar — Sala 309, das 9 às 11 e das 14 às 18 horas.

DR. OCTAVIO BABO FILHO

ADVOGADO

Primeiro de Março — Tel.: 43-6256 (Edifício do Paço) Das 16h30m às 19 horas, exceto às quintas e sábados

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

Rua do Ouvidor, 166

DR. ALVARENGA FILHO

CLINICA DE CRIANÇAS

Cons.: Rua Araújo Pôrto Alegre, 70, salas 814-15. Telefone: 22-5954. 2as., 4as. e 6as., das 15 às 18 horas. Residência — Tels.: 37-5558 ou 26-8083

Carnaval

Revendedores

A Fábrica SUCESSO apresenta seus modelos especiais:

Fonte do Manoel	75,00
Italiana 2 côres	85,00
Italiana Clubes	135,00
Nylon	155,00
Linho, meia manga	240,00
Gôrro Marinheiro, tafetá forrado, dúzia	210,00
Calça branca desde	135,00

Lança Perfume pela Tabela — Confete — Serpentina — Fantasias — Faixas — Lenços — Pandeiros — Tamborins.

FÁBRICA SUCESSO

RUA REGENTE FEIJÓ, 69-B — Esquina de Buenos Aires.

CABELLOS BRANCOS JUVENTUDE ALEXANDRE EVITA-OS, SEM TINGIR

MANTEIGA REAL

Entregas a Domicílio

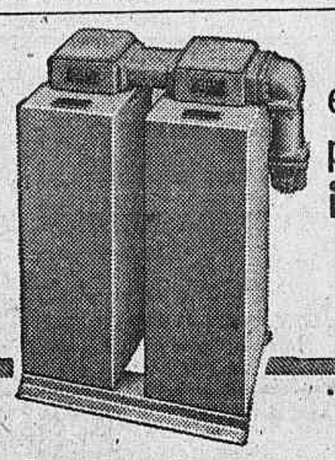
Assinaturas:

Fone: 43-6725

Laboratório de Análises

DR. CARLETTI

Exames de urina. Diagnóstico de gravidez em 3 horas. Exame de sangue, escarro, fezes. Tubagem. Cultura — Rua Alcindo Guanabara, 15-A — 6.º andar, grupo 601 Tel.: 32-3427



em estoque para entrega imediata

Condensadores estáticos (Capacitores)

ASEA

de baixa e alta tensão, para indústria, como exigidos pela Cia. de Carris, Fôrça e Luz do Rio de Janeiro.

para correção do fator de potência

Peçam pelo telefone 23-1626 a visita do nosso engenheiro-especialista, o qual, sem compromisso, fornecer-lhes-á tôdas as informações necessárias. Após minucioso estudo de seu problema, apresentar-lhes-emos a melhor e a mais econômica solução.

COMPANHIA SKF DO BRASIL

ROLAMENTOS

Rio de Janeiro, Av. Pres. Vargas, 290-11. - C. P. 1452 - Tel. 23-1620

para toda a família!

VENTILADOR SUPER VENT

útil e prático, em casa e no escritório. Evita os resfriados tão freqüentes. 110 ou 220 volts. 50 a 60 ciclos.

Cr$ 990,00

Aprovado pelo DNIC Exame n.º 2013

Outro produto de MAX WOLFSON

IMPORTAÇÃO

Diário Escolar

★ EDUCAÇÃO E CULTURA ★ MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO ★

UNIVERSIDADE DO BRASIL

Odontologia

C. A. COELHO E SOUSA

Carteiras de Estudante — 1956 — Solicitamos aos colegas do 2º, 3º e 4º anos que venham assinar suas carteiras e entregar os respectivos retratos.

Armários — Convidamos todos os colegas a comparecerem ao CA para indicação do número dos seus armários.

Vestibular — Horário das provas escritas. Estão abertas, até o dia 10 do corrente, no horário das 11 às 16 horas, as inscrições para o concurso de habilitação, sendo que as provas escritas se realizarão nos dias: 16 — Física; 17 — Química; 20 — Biologia; 21 — Português; 22 — Inglês.

Abreugrafia — Avisamos os colegas do 2º, 3º e 4º anos que, segundo deliberação do diretor da Faculdade deverão entregar, no ato da matrícula, a abreugrafia, devendo para tanto procurar o Núcleo Profilático da UB, no horário de 8 às 11 horas. Este aviso é extenso aos vestibulandos.

Filosofia

DIVISÃO DE ENSINO

Exames vestibulares — Os candidatos inscritos nos exames vestibulares, abaixo mencionados, deverão comparecer à Divisão de Ensino, com a maior urgência, a fim de cumprirem exigências, sem o que terão canceladas as inscrições: Ida Rossi (00741), Ana Jochinger (01106), Nádia Ricka (00943), Floribabela Cagnin (00742), Clara Martins de Sousa, (00951), Vanda Brahim (00748), Luci de Albuquerque Borges (00766), Marisa Fosanelli Barroso (00947), Maria de Lourdes Correia Lopes (00935), Sônia Fefferman (00996), Roberto de Mesquita Barros (01107), Alda Santarosa (01105), Sabina da Conceição Rocha (01001), Doraci Primerano (01088), Valdenir Azevedo (00752), Maria José Fontoura de Araújo (01031), Paulo Schiavo (00992), Francisca Maria de Sousa Fernandes (00865), Aldil Correia Leal (01089), Maria Aparecida Damásio (00973), Heloísa de Castro Freitas (00972), Ronaldo Rogério de Freitas Morão (01104), Maria Lúcia Ateia (00959), Vilma Dias da Silva Freire (01101), Ivani Silva Sportitsch (01063), Luisa Rosa Moreira Xavier (00998), Vera Lúcia da Silva Tavares (01009), Vilma de Azeredo Coutinho (01032).

Engenharia

DIRETÓRIO ACADÊMICO

Cursos de pós-graduação — Estão em encerramento as atividades letivas dos cursos de ferroviários e de rodoviários, dirigidos pelo professor Jerônimo Monteiro Filho. A solenidade da diplomação deverá ser realizada no próximo mês de março, quando serão distribuídos os prêmios aos melhor classificados, havendo o prof. Maurício Joppert oferecido dois cheques de Cr$ 10.000,00 aos primeiros alunos, constituindo o «Prêmio Clube de Engenharia». Receberam grau 45 engenheiros ferroviários e cêrca de 80 rodoviários.

Comissão do 5º ano — O presidente convoca os colegas membros para importante reunião, hoje, têrça-feira, às 20 horas, no DA.

1º ano — Haverá aula de problemas de física hoje e quinta-feira, às 17 horas.

Novo Regimento 5º ano — Foi aprovado pela Congregação a distribuição das disciplinas para o segundo ciclo (5º ano), aperfeiçoamento dos diversos cursos da Escola. A distribuição das disciplinas, com a respectiva subordinação às diversas cadeira, acha-se no quadro de avisos do Diretório Acadêmico.

ATIVIDADES ESCOLARES

Chamados ao Arquivo — Antônio Wallace de Ataíde Chagas, Carlos Vitorino Martins Carneiro Monteiro, Clésio Di Biasi, Edison Barbosa Neto, Guido Saul, Jesus Campos Toledo, Nélson Alvarez Lourenço, George Landau, João Carlos Maria de Resende Martinsi, Haroldo da Rosa Martins.

Curso de Concreto Armado — Inscrições abertas na Secretaria da Escola, na segunda quinzena do mês de fevereiro, no horário de 12 às 16 horas. Os candidatos a êsse curso, deverão provar, por ocasião da matrícula, que são engenheiros ou arquitetos e que pagaram a primeira quota de anuidade estabelecida.

Estradas — Dia 10, sexta-feira, às 20h30m (transferido do dia 8), exames orais e orais de vago. A relação nominal está afixada na portaria da Escola.

Pontes — Hoje, têrça-feira, às 8 horas, no edifício da rua Luís de Camões, exames orais e prova escrita de exame vago; a prova oral de exame vago será realizada no dia 9, às 8 horas. A relação nominal está publicada na portaria.

Construção Civil 4º ano — Amanhã, quarta-feira, às 8 horas, exames orais e orais de vago (última turma). A relação nominal está publicada na portaria da Escola.

Organização 4º ano — Amanhã, quarta-feira, às 8 horas, exames orais e orais de vago para os alunos constantes da relação afixada na portaria.

Aviso aos alunos do 4º ano de 1955 (Reg. 1951) — Segundo ciclo (Aperfeiçoamento). — Os alunos que, em 1955, terminaram o primeiro ciclo do curso de formação e os que tenham de prestar exames do 4º ano em segunda época, deverão apresentar requerimento de matrícula no segundo ciclo (aperfeiçoamento), indicando a especialização que escolheu. Além dessa especialização obrigatória, é facultada a escolha de uma única disciplina, pertinente a qualquer outra especialização do mesmo curso de engenharia. Os formulários para os requerentes poderão ser encontrados no Diretório Acadêmico.

Concurso de habilitação — Os candidatos que ainda não assinaram o livro de inscrições deverão comparecer a esta Escola até hoje, 7 de fevereiro, de 12 às 16 horas. Os candidatos que tiverem exigências a cumprir e que, até aquela data, não atenderem às mesmas, estarão sujeitos a não serem inscritos.

Hidráulica 3º e 4º anos — A prova escrita, marcada para o dia 16, às 8 horas, foi transferida para às 19 horas do mesmo dia.

Estradas — O exame que estava marcado para hoje, dia 7, foi transferido para o dia 10, sexta-feira, às 20h30m.

Eletrotécnica — Amanhã, quarta-feira, às 14 horas, no Instituto de Eletrotécnica, prova escrita e oral de exame vago para o aluno José Domingos Filho e, às 15 horas, exame oral para Pedro Nei da Silva Pereira.

Noções de Eletrotécnica — Amanhã, quarta-feira, às 14 horas, no Instituto de Eletrotécnica, prova escrita e oral de exame de segunda época para: Alexandre Herculano Cavalcanti Manhães e Solon José de Albuquerque Maranhão. E em primeira época para Carlos Eduardo de Morais Fernandes; às 15 horas, prova oral de exame de segunda época para Ari dos Santos Ferreira.

Engenheiros Rodoviários — As últimas preleções desta semana, versarão sôbre «Importância da pavimentação» e «Organização rodoviária no Brasil», a cargo dos professôres Frederico Rangel e César Cantanhede. Prosseguem os estágios individuais no DNER e terão lugar, ainda, as práticas de pistas experimentais e de seminários sôbre «Dimensionamento dos pavimentos», «Política de pavimentação no Brasil e Recursos financeiros» e «Contribuições de Melhoria». A última prova escrita obrigatória será realizada no dia 27 de fevereiro, às 20 horas, no Salão Paulo de Frontin.

Engenheiros Ferroviários — Terminadas as atividades letivas, será convocada uma reunião geral na segunda quinzena de fevereiro. Em princípios de março serão recebidos os últimos trabalhos práticos e relatórios, marcando-se a sessão solene de graduação dos novos especialistas. Pela eleição, procedida nos últimos dias de janeiro, foram escolhidos: patrono — Jerônimo Monteiro Filho; paraninfo — Urbano Araújo; homenageados — Félix Rabstein, Silvio Lustosa, Hércules Folrence; orador — Geraldo Costa Guimarães.

Chamados ao Arquivo — Juarez Távora de Abreu e Lima, José Flávio Silvério, Nilton de Freixo Lôbo, Necker Carvalho de Camargo, Nélson Jorge Santos de Bodt, Paulo Alvim Monteiro de Castro, Paulo Pereira de Abreu, Pedro Ivo Neves Tovar, Osvaldo Barcelos Cordeiro de Farias, Raul Neugroschel, Ruwin-Lew-Leijbus Abramowicz, Sérgio Pacheco dos Santos.

Hidráulica 3º e 4º anos — A segunda chamada para a prova escrita de exame vago de primeira época (especial) será realizada no dia 16 de fevereiro, quinta-feira, às 19 horas. Os exames orais de primeira época (segunda chamada especial) serão efetuados entre os dias 16 e 27 de fevereiro.

Estabilidade das Construções — 3º ano — Curso de Engenheiros Eletricistas — Dia 9, quinta-feira, às 8 horas, no ed. da rua Luís de Camões, exame oral para José Domingos Filho, Milton Scheid e Pedro Nei da Silva Pereira.

Portos — Dia 9, quinta-feira, às 9 horas, exame oral de vago, em segunda chamada, para os alunos que faltaram no dia 3-1-. A relação no-

(Conclui na 4.ª página)

Exame de Habilitação de Protético Dentário

No Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina acham-se abertas, até o dia 20 do corrente, as inscrições ao exame de habilitação de Protético Dentário. Mais informações serão prestadas na sede do Serviço acima, à rua Santa Luzia, 685, 2º andar, s| 204.

Atividades em Prol do Serviço Social

REUNIÃO DE ESTUDANTES

Sábado último, na sede do Restaurante Central dos Estudantes, estiveram reunidos os estudantes do Serviço Social, a fim de discutir assuntos relativos ao interêsse da classe.

Na reunião, que contou com a presença dos presidentes de inúmeros Diretórios Acadêmicos das Escolas de Serviço Social, foram tomadas as seguintes deliberações:

Campanha pró, fundação de uma entidade representativa dos estudantes de Serviço Social, sendo nomeada a seguinte comissão para a elaboração do projeto dos Estatutos: Edson Lira de Morais, Ralph Silva e Alcino Pinheiro; realização, em mês próximo, de um Congresso Metropolitano de Estudantes de Serviço Social; promover uma campanha de protesto contra a nomeação de leigos para o exercício da função de agente e assistente social; encetar uma campanha de esclarecimento em tôrno das verdadeiras finalidades do Serviço Social; os campos de estágio para alunos de Serviço Social; realizar uma campanha de execução de Serviço Social, através da colaboração de estudantes de tôdas as Escolas.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Renovação de matrícula — Comunica-se às alunas e aos respectivos responsáveis que da presente data até o dia 29 do corrente mês, impreterivelmente, acham-se abertas as matrículas para as diferentes séries dos Cursos Ginasial e Normal do Instituto de Educação.

A entrada para renovação de matrícula será feita pelo portão da pérgola, diàriamente, no horário das 12 às 16 horas, devendo os respectivos impressos ser procurados na Cooperativa Escolar.

Outrossim, de acôrdo com o disposto no artigo 1º da Resolução n. 12, de 31 de julho de 1953, do prefeito do Distrito Federal, abaixo transcrito, às alunas cuja situação esteja definida pelo mesmo não serão concedidas matrículas.

«Art. 1º — As alunas dos cursos ginasial e normal do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra, que, e em consequência de reprovação ou falta de frequência, repetirem a série já uma vez cursada, não poderão renovar a matrícula caso não obtenham promoção à série seguinte, por qualquer dos motivos acima referidos».

Aviso aos professôres — O diretor do Instituto de Educação convoca todos os professôres dos Cursos Ginasial e Normal para uma reunião em seu gabinete, no dia 8, quarta-feira, às 10 horas.

Visita de prova de Geografia e História do Brasil — São convidados a comparecer à Cooperativo Escolar dêste Instituto, hoje e amanhã, dias 7 e 8, respectivamente, têrça e quarta-feira, das 12 às 16 horas, os responsáveis pelas candidatas abaixo mencionadas que requereram vista de prova de Geografia e História do Brasil [illegible] Seleção à 1ª série do Curso Ginasial, a fim de efetuar [illegible] pagamento da fotocópia, de acôrdo com o disposto no art. 12 do edital n. 104, de 28 de novembro de 1955: 71 — Vera Lúcia Silva Brandão; 178 — Aurora dos Santos; 299 — Lilian Rotman; 724 — Edmir Fortes Soido Falcão; 813 — Vera Lúcia Cerqueira; 836 — Angela Maria Teixeira Pereira; 1055 — Ligia Miguez Corifiago; 1186 — Sheila Pierre Santos; 1201 — Vera Costa Pereira San Tiago; 1371 — Lídia Lobianco; 1473 — Sandra Maria Sales Rodrigues; 1492 — Noamir da Glória Teixeira; 1946 — Heloísa Mesquita Lage; 2073 — Diva Veloso Alves; 2079 — Sônia Perez Aquino; 2442 — Sueli Bastos da Silva; 2485 — Avani do Vale Moretz Sohn; 2600 — Alice Maria de Araújo Resende.

Exigência a satisfazer — 1485 — Olga Eleoni Gomes — Compareça o responsável, amanhã, ao Gabinete do diretor do Instituto de Educação, às 13 horas.

Renovação de matrícula — Para a renovação de matrícula das alunas dos Cursos Ginasial e Normal, além da contribuição à Caixa Escolar, será exigida a entrega de três fotografias da mesma no tamanho 3x4, tirada de uniforme.

U. CATÓLICA

Direito

ATIVIDADES ESCOLARES

Concurso Vestibular — Encerram-se, no dia 21 de janeiro p.p., as inscrições com 103 requerimentos; dêsses, receberam despacho favorável do diretor da Faculdade os seguintes: 1 — Adolfo Maldantchik; 2 — Alberto Albaghi; 3 — Alcides Caneca Júnior; 4 — Amadeu Orestes Matera Júnior; 5 — Amerito Lourenço; 6 — Almir Serra Granha; 7 — Antônio Carlos Leite Penteado; 8 — Antônio Cristiano Cavalcanti; 9 — Arlete Flores Miraglia; 10 — Artur Krause de Araújo; 11 — Benito Gonçalves de Araújo; 12 — Carlos Chagas; 13 — Carlos Vosta Vieira; 14 — Carlos Leoni Rodrigues Siqueira; 15 — Cândido Luís Maria de Oliveira Bisneto; 16 — Daisi Lowndes de Oliveira; 17 — Eduardo Alves Silva; 18 — Eduardo Augusto Neves de Mendonça; 19 — Enila Leite de Freitas; 20 — Engênio Roberto Fischer; 21 — Fernando Pereira da Silva; 22 — Flávio de Azevedo Gusmão Cerqueira; 23 — Francisco Ferrer Neto; 24 — Fortunato de Medeiros Garcia; 25 — Gregório Pôrto da Fonseca Neto; 26 — Guaraci Sales de Oliveira; 27 — Guido Coelho Almeida Magalhães; 28 — Hévila Nuyens Botelho; 29 — Humberto Gouveia Junqueira; 30 — Ivan Portugal Muniz; 31 — Joaquim Parente Martins; 32 — Jorge Konder Bornhausen; 33 — José Antônio Martins de Oliveira Itapary; 34 — José Carlos Tôrres Neves Osório; 35 — José Francisco Thompson da Silva Ramos; 36 — Luciano de Morais Pereira; 37 — Lucila Maria Sodré Wildberger; 38 — Manuel Camilo Ferreira Landim; 39 — Maria Guaraci de Carvalho Rangel; 40 — Maria Helena Taboada d'Almeida Pinheiro; 41 — Maria Hercina Magiano Pinto; 42 — Marilia Jansen Ferreira; 43 — Marco Aurélius Salão Parente; 44 — Marcos de Sousa Santos; 45 — Maurício Pena da Rocha; 46 — Maurício Quinto Almeida Rabelo; 47 — Paulo César Macedo de Meneses; 48 — Paulo César Milen de Oliveira; 49 — Paulo José Dutra de Castro; 50 — Plácido Angelo Peixoto; 51 — Ricardo Erico Howling; 52 — Sérgio Andrade de Carvalho; 53 — Sérgio Eduardo Chermont de Miranda; 54 — Silvio Kelly dos Santos; 55 — Vera Regina Xavier Lopes; 56 — Vicente José Celano.

Os demais receberam despacho interlocutório, visto não terem completado a documentação.

Segunda época — As inscrições às provas de segunda época estarão abertas de 1 a 10 de fevereiro.

Matrícula — Para os alunos promovidos em primeira época — de 1 a 15 de fevereiro; para os demais, de 1 a 5 de março.

PEDRO II — INTERNATO

80% de aprovações no último concurso. CURSO SÃO PAULO — Admissão Especializado. Matrículas abertas — Início das aulas: 5 de março de 1956. Rua José Bonifácio, 124 — Todos os Santos

Instituto Laplace

Rua Silva Rabelo, 94 — Méier
Direção de
GUILHERME DUARTE
Admissão Especializado ao INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, COLÉGIO MILITAR (GINASIAL E NORMAL)
Matrículas abertas

INGLÊS

Para adultos principiantes e adiantados com fonética e conversação. Turmas pequenas. Aulas para alunos, sem média dos cursos — Ginasial, Científico, Clássico e concursos — Instituto Petersen, Hadock Lôbo, 211 — Tel.: 54-1207

INSTITUTO SANTO ANTONIO

RUA DAS LARANJEIRAS, NS. 559 E 575.
Do maternal ao admissão. Internato. Ônibus para externato e semi-internato. Matrículas abertas. Reinício a 6 de fevereiro.

COLÉGIO JOÃO LIRA

RUA VISCONDE DE SANTA ISABEL, 34 — TEL.: 38-4299.
Diretor: — DR. LEÔNIDAS LORENTZ
(DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO)
PRIMÁRIO - GINASIAL - CIENTÍFICO

JARDIM DA INFÂNCIA — PRIMÁRIO — ADMISSÃO — Matrículas abertas

INSTITUTO COPACABANA

RUA CINCO DE JULHO, 254

Internato Maria Imaculada

RUA ANA NÉRI, 1.422 — ESTAÇÃO DO ROCHA — TEL.: 28-2624
Acham-se abertas as matrículas.
CURSOS: — Primário e Jardim de Infância.
INTERNATO para meninas de 5 a 8 anos.

COLÉGIO MILITAR

CURSO GRAJAÚ

Rua José do Patrocínio, 132 — Telefone: 58-6767
DIRETOR — Ten.-Cel. Prof. GERNES COSTA
Máximo confôrto — Turmas de 30 alunos
MATRICULAS ABERTAS

Escola Técnica de Comércio

«INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE» DO SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO RIO DE JANEIRO

Rua Buenos Aires, 283 — 2º andar — Edifício próprio — Tel.: 23-4587.

CORPO DOCENTE ESPECIALIZADO
1º LUGAR, MAIS UMA VEZ EM 1955, NO TORNEIO CULTURAL DO SENAC, REALIZADO ENTRE AS ESCOLAS DE COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, TENDO SEUS REPRESENTANTES CONQUISTADO 12 DOS 15 PRÊMIOS E 9 DOS 10 PRIMEIROS LUGARES.
Estão abertas as matrículas.
Turmas pela manhã e à noite.
Mensalidades módicas garantindo ao aluno o pecúlio «post mortem», de Cr$ 10.000,00.
Aceitam-se transferências.
O Sindicato dos Contabilistas promove o registro dos diplomas concedidos pela Escola.

Escola Brasileira de Administração Pública

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

100 Bôlsas de Estudo à Disposição de Jovens de Futuro

Inscrições abertas até 15 de fevereiro de 1956, para os seguintes cursos:

I — FORMAÇÃO, em quatro anos, conferindo título de Bacharel em Administração Pública, carreira promissora, que habilita aos mais altos cargos da administração brasileira.

REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:
a) Idade mínima: 18 anos; máxima: 28 anos;
b) Certificado do curso completo (científico ou clássico), normal ou contador;
c) Vestibular: História, Filosofia, Português e exames psicotécnicos.
NOTA: — Curso de revisão já iniciado para auxiliar os candidatos.
As bôlsas acima referidas incluem Cr$ 3.000,00 mensais, um mês de férias por ano, matrícula, material de leitura e orientação.

II — APERFEIÇOAMENTO, em dois anos, conferindo certificado de Técnico de Administração Pública.
Requisitos: — a) diploma profissional de nível superior.
NOTA: — Poderão também inscrever-se servidores públicos com, pelo menos, 3 anos de experiência em administração pública e curso secundário completo (científico ou clássico).

Para o Curso de Aperfeiçoamento não há bôlsas de estudo. Outros esclarecimentos — Praia de Botafogo, 186 — (Tels.: 46-4010 — Ramal 48, ou 26-9551), diàriamente, das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, exceto aos sábados.

ADMISSÃO — ZONA SUL

PROFESSOR MILITAR prepara candidatos aos diversos exames de admissão. Aulas individuais ou em turmas de seis alunos. — TELEFONE: 87-0690.

C. Militar - Pedro II - I. Educação

TURMA — 10 ALUNOS
Oficial e professôra especializada — Aproveitamento 100% no último concurso.
RUA AFONSO PENA — TELEFONE: 48-3160.

EXCELENTE OPORTUNIDADE

Para jovens portadores de diploma de CURSO SUPERIOR e que desejem fazer carreira no Magistério.

CONCURSO PARA ASSISTENTES DOS PROFESSÔRES

Na Escola de Administração de Emprêsas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

INFORMAÇÕES: — Rua Martins Fontes, 109 — 9º andar — São Paulo.

No Rio: — I. B. R. A. — Fundação Getúlio Vargas — Praia de Botafogo, 186 — Diàriamente, das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, exceto aos sábados.

COLÉGIO REPUBLICANO

Reabriu suas matrículas. Cursos de Admissão, Primário, Ginasial, Científico e Técnico de Contabilidade.

ADMISSÃO GRÁTIS
AULAS DIURNAS E NOTURNAS
ESTRADA MONSENHOR FÉLIX, 87 — VAZ LOBO — MADUREIRA — TEL.: 29-9144.

S. U. E. S. C.

(Sociedade Universitária de Ensino Superior e Cultura)

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO

Praça da República, 60

Estão abertas as matrículas em tôdas as séries dos cursos Comercial Básico e Técnico de Contabilidade.

Para os alunos procedentes do Ginásio será organizada turma à parte e ministrado aulas intensivas de Prática de Escritório e Escrituração Mercantil. Os alunos da 4ª série do Curso Básico terão aulas de Latim gratuitamente.

CURSOS DE SECRETARIADO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CURSO PRÁTICO:
AULAS PELA MANHÃ OU À NOITE.
MENSALIDADES: Cr$ 100,00
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO:
AULAS PELA MANHÃ, DAS 8h50m ÀS 10h30m.
MENSALIDADES: Cr$ 150,00
ENSINO INTENSIVO EM 5 MESES.
INFORMAÇÕES: — Secretaria Geral dos Cursos — Edifício Darke de Matos — Avenida 13 de Maio, 23 — 12º andar — TELS.: 22-3159 e 52-0258.

CURSO TÉCNICO DE CONTABILIDADE E COMERCIAL BÁSICO NA
Escola Técnica de Comércio de Botafogo, à rua Voluntários da Pátria, 126
TELEFONE: 26-4424.
Abertas as inscrições para o Curso Gratuito de Admissão.
AULAS DIURNAS E NOTURNAS.

INTERNATO — PETRÓPOLIS

COLÉGIO SÃO JOSÉ

AVENIDA KOELER, 260 — TEL.: 2057
VAGAS NOS CURSOS:
Primário — Admissão e Ginasial
ACEITAM-SE ALUNOS DESDE A IDADE DE SETE ANOS
Informações e estatutos no Rio: Agência de A NOITE.
Rua Rodrigo Silva, 37-B — Esq. de 7 de Setembro — Tel.: 42-7341

CONCURSO DE ADMISSÃO À E. NORMAL CARMELA DUTRA

EM 1955 (1.ª ÉPOCA)

MATEMÁTICA	PORTUGUÊS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA
1º E 2º LUGARES	2º LUGAR	1º LUGAR	2 - 1os. LUGARES e 1 - 2º

FINAL — 1º, 2º, 4º E 5º LUGARES
2º CONCURSO — (2ª ÉPOCA)

MATEMÁTICA	PORTUGUÊS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA
1º LUGAR	1º LUGAR	3º LUGAR	1º E 2º LUGARES

FINAL — 1º, 5º, 6º E 10º LUGARES

EM 1956

MATEMÁTICA	PORTUGUÊS	GEOGRAFIA E HISTÓRIA
2º LUGAR — NOTA 7	1º LUGAR	2º LUGAR — MÉDIA 8.5
Marlene Rodrigues Oliveira	MÉDIA 8,1	Iêda da Rocha Carvalho
Marly Gonçalves	Ana Rita dos Santos Costa	Marília Almeida Simões
Suely Jorge Nascimento		3º lugar — Nilda Gomes Cavallo

RESULTADO FINAL

1º LUGAR — ANA RITA DOS SANTOS COSTA
3º LUGAR — MARILIA DE ALMEIDA SIMÕES
4º LUGAR — MARLENE RODRIGUES DE OLIVEIRA
6º LUGAR — AUREA GONÇALVES DOS SANTOS

OS RESULTADOS ACIMA FORAM OBTIDOS PELAS ALUNAS DO

CURSO MADUREIRA

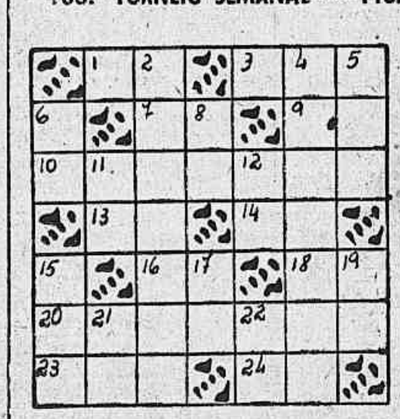
EM 1954, 1955 E 1956, MAIS DA METADE DAS ALUNAS APROVADAS NO CONCURSO PERTENCERAM AO

CURSO MADUREIRA -- 100% Eficiência

Preparatórios à E. N. Carmela Dutra (Ginásio e Normal) — Colégio Pedro II e Ginásios Municipais
ESTR. MARECHAL RANGEL, 48 — 2º E 3º ANDARES (Em frente à E.N.C.D.) e R. DOMINGOS LOPES, 784.

PALAVRAS CRUZADAS

186.º TORNEIO SEMANAL — Problema N. 1691



Horizontais:

1 — Qualquer.
3 — Proprietário.
7 — Atitude.
9 — Símbolo do alumínio.
10 — Moço de fretes.
13 — Antiga nota musical DO.
14 — Distrito de Portugal.
16 — DEUS em fenício.
18 — Prática.
20 — Segurança pública.
23 — Círculo.
24 — Nociva.

Verticais:

2 — Pessoa importuna.
4 — Doença.
5 — Fôlha de palma, na Índia portuguêsa.
6 — Manga.
11 — Símbolo do ouro.
12 — Artigo definido, masculino, plural.
15 — Capa sem mangas.
17 — Medida itinerária chinesa.
19 — Rio da Holanda.
21 — SUFIXO, significa o agente, serventia.
22 — Abrev. de centímetro.

—O—

As soluções do 186º Torneio Semanal serão aceitas até 10 de março de 1956.

Atenção:

Aceitamos colaborações dos leitores aos quais recomendamos basear os enigmas de Palavras Cruzadas no PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUÊSA, ENCICLOPÉDIA DO CHARADISTA (2 volumes) e VOCABULÁRIO ANTROPONÍMICO, de Lidaci: — avisamos que os problemas devem vir desenhados a tinta nanquim em cartolina branca: num total de 30 quadrículas; não sendo permitidas palavras truncadas, invertidas ou incompletas; os problemas terão tôdas as suas palavras ligadas entre si, a fim de se evitar que se transforme em dois ou mais problemas; — só serão aceitas as abreviações de palavras verificáveis nos livros acima mencionados; — os problemas para publicação diária serão de fácil decifração; cada desenho deve ser, tanto quanto possível, com altura igual à largura; e cada enigma deve ter uma cópia a lápis com a respectiva decifração, assinatura e endereço do autor.

—O—

Tôda a correspondência, relativa a esta seção, deve ser endereçada a SILVIO ALVES, Rua da Constituição, 11 — Rio — Distrito Federal.

CURIOSIDADES

Exercite Sua Memória

LEITOR: Responda mentalmente às perguntas abaixo e confronte as suas respostas com as nossas, que serão publicadas amanhã.

18.066 — Qual era a população do Distrito Federal, em 1900?
18.067 — Que nome teve o gongorismo na Inglaterra?
18.068 — Qual foi o maior poeta chinês?
18.069 — Quais são as cinco últimas letras do alfabeto grego?
18.070 — Qual era o correspondente latino do deus Hermes, dos gregos?
18.061 — Com que séries de discursos Demóstenes combateu a Filipe da Macedônia? — Nas «Filípicas» e nas «Olínticas».
18.062 — Quem criou a democracia na Grécia? — Clistenes.
18.063 — Qual era o nome completo de Catão, o censo? — Marcos Pórcio Catão.
18.064 — Em que ano o gaulês Breno saqueou e incendiou Roma? — Em 930 antes de Cristo.
18.065 — Em que têrmos Godofredo de Buillon recusou ser rei de Jerusalém? — «Não posso aceitar uma coroa de ouro onde o Redentor recebeu uma de espinhos.

AS CINCO PERGUNTAS DE SÁBADO E AS RESPECTIVAS RESPOSTAS:

DR. LUIZ LEÃO

ORTOPEDIA — TRAUMATOLOGIA

Av. Rio Branco, 181 — Salas 1.001 - 1.002 — As têrças, quintas e sábados, das 14 às 17 horas — Tels.: Cons.: 42-1791 — Res.: 57-9484.

CENTRO TAQUIGRÁFICO BRASILEIRO

PRAÇA FLORIANO, 55 — 11º ANDAR — (CINELÂNDIA) — TELS.: 52-2972 — 52-0618 E 22-9277.

Diretor: — PROF. PAULO GONÇALVES

CURSOS ESPECIALIZADOS DE:

TAQUIGRAFIA — Atende alunos (aprendizado) em qualquer dia e hora e mantém turmas de aperfeiçoamento, para qualquer sistema, nas velocidades de 20 até 140 palavras por minuto.
DACTILOGRAFIA — Curso completo, em máquinas novas.
SECRETARIADO EM 10 MESES — Excelente curso para moças e rapazes que desejem adquirir conhecimentos práticos, para o exercício da função, em ótimos empregos indicados pelo próprio Centro.
MATÉRIAS: — Português — Taquigrafia — Matemática — Dactilografia e Escrituração Mercantil.
ESTENODACTILÓGRAFO — Preparo completo do bom estenógrafo, com o conjunto de matérias básicas: — Português — Taquigrafia e Dactilografia.
TAQUIGRAFIA EM INGLÊS — Adaptação do «Leite Alves», para alunos que conheçam o método em português.
INGLÊS — Para qualquer fim (Professor: Inglês nato).

—0—

Os professôres especializados, DRS. EUVALDO PEIXOTO, JOSÉ PEIXOTO FILHO, LAURA PORTO, ALCANTARA NOGUEIRA, LUIZ SIMÕES DE JESUS, SÉRGIO MARIANO, NILO FERNANDES, ANTONIO DAMASO, CECIL BORER e vários assistentes zelosos e dedicados, sob a direção geral do PROF. PAULO GONÇALVES, integram o seleto corpo docente do CENTRO TAQUIGRÁFICO BRASILEIRO.

Há 20 anos preparamos taquígrafos, encaminhando-os às melhores colocações no comércio e nas casas legislativas do Brasil.

Colégio Pedro II Externato

Exame de admissão — O secretário geral do Colégio Pedro II — Externato previne aos interessados que será realizada, no dia 10 do corrente, às 9 horas, a segunda e última chamada da prova escrita de Português (Admissão) destinada unicamente aos candidatos que a requereram, dentro do respectivo prazo. A competente chamada vai ser afixada na imprensa do dia 8 e na portaria do Colégio.

Exame por antecipação — Avisa-se aos interessados que o horário para as provas de segunda época, por antecipação, já se encontra na portaria do Externato.

Prova para os exames de seleção — Igualmente, torna público que a prova para o concurso de seleção terá início no dia 16 do corrente (quinta-feira), devendo-se afixar a competente chamada, no só pela imprensa, como também na portaria do Colégio. Para êsse concurso não haverá segunda chamada.

ART. 91

EXCLUSIVAMENTE

Curso Gosch

Turmas novas para 1956

7 de Setembro, 63 — 3.º

Fone: 32-7136

ART. 91

EXCLUSIVAMENTE

Curso Gosch

Turmas novas para 1956

R. 7 de Setembro, 63 — 3.º andar

Fone: 32-7136

INTERNATO BARÃO DE PATI DO ALFERES

PRIMÁRIO — ADMISSÃO — GINASIAL

Antes de matricular seu filho, procure obter informações quanto à mensalidade, ao corpo docente e às instalações dêste grandioso estabelecimento de ensino, localizado no Estado do Rio, em um dos melhores climas do Brasil.

Para ter uma idéia nítida desta grande obra, basta visitar a exposição de sua maquete, na galeria dos empregados no comércio, à rua Gonçalves Dias, ao lado da Confeitaria Colombo.

ADMISSÃO AO CURSO NORMAL

CURSO IPANEMA
RUA NASCIMENTO SILVA, 556
TELEFONE: 27-4351

CURSO TIJUCA
PÇA. SAENZ PEÑA, 35 — 1º ANDAR
TELS.: 54-0351 E 47-1858

ÓTIMO RESULTADO NO ÚLTIMO CONCURSO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, INCLUSIVE 2º LUGAR NA CLASSIFICAÇÃO FINAL

26 aulas por semana — Horário: das 13h30m às 18 horas. — Matrículas abertas

SEDE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

Bom começo profissional — Ingressai-vos na Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, da Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

FUNDADA EM 1902

Reconhecida, oficialmente, pela Lei Federal nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Diretor: Prof. Conde Cândido Mendes de Almeida Junior — Praça 15 de Novembro, 101 — Rio de Janeiro

EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO COMERCIAL BÁSICO (Aos que concluírem êste Curso, de 4 anos, a Lei confere o Diploma de Auxiliar de Escritório; permite a entrada — SEM EXAME DE ADMISSÃO — no Curso Técnico de Contabilidade, e, êste, aos Cursos Superiores).

As inscrições estão abertas, para ambos os sexos, de 1 a 18 de fevereiro, mediante requerimento com a documentação completa e o pagamento da taxa de Cr$ 100,00 — As provas, escritas e orais, que serão realizadas de 22 a 29 do mesmo mês, constarão de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, do NIVEL DO CURSO PRIMÁRIO COMPLETO — O número de vagas, no momento, é de 120 alunos, sendo 60 para o turno da manhã (aulas das 8 às 12 horas) e 60 para o da noite (aulas das 19 às 22 horas); o candidato aprovado e admitido no Curso, pagará a Cota 887, de Cr$ 600,00 e a mensalidade — março a dezembro — Cr$ 220,00 por mês.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 101 — TELEFONE: 42-1797

INSTITUTO CORAÇÃO DE JESUS

RUA BARÃO DE MESQUITA, 510 A 516 (SEDE PRÓPRIA), NO LOCAL DO

INSTITUTO RABELLO

RUA SÃO FRANCISCO XAVIER, 242 A 248 — (SEDE PRÓPRIA)

Fundando um grande COLÉGIO que manterá OS CURSOS DIURNOS E NOTURNOS:

JARDIM DA INFANCIA
PRIMÁRIO
ADMISSAO
GINASIAL
CIENTIFICO
HAVERA' ONIBUS PARA TRANSPORTE DE ALUNOS

MARIO VEIGA DE ALMEIDA e HORACIO VEIGA DE ALMEIDA

continuando sua obra de educar a criança brasileira vêm de aumentar suas instalações, realizando uma obra de grande envergadura com a aquisição que acabam de fazer dos imóveis do INSTITUTO RABELLO, à rua São Francisco Xavier, 242 a 248, a fim de criar um novo departamento de ensino. O INSTITUTO CORAÇÃO DE JESUS com esta sua nova e grande criação não deixará de manter os cursos já existentes na sua sede primitiva. Será êste novo empreendimento um incentivo para aperfeiçoar aquilo que já proporciona, a fim de atingir dias gloriosos no seu futuro.

Aproveitamos a oportunidade para aqui reiterarmos o lembrete agora das duas Casas de Ensino:

«Pai! Educa teu filho. Tuas lágrimas ou teus sorrisos futuros muito dependem do ambiente que hoje lhe deres. Escolhe, pois. Hoje há tempo, amanhã será tarde e depois... impossível».

—0—

É-nos grato comunicar que, em ambas as sedes, as matrículas e transferências para os cursos da manhã, tarde e noite já se acham abertas e que os exames de admissão serão realizados na segunda quinzena de fevereiro, sendo que as inscrições poderão ser feitas a partir do dia 1º.

Diário Escolar

EDUCAÇÃO E CULTURA ★ MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO

Universidade do Brasil

(Conclusão da 5.ª página)

minal será afixada na portaria amanhã.

Química

DIRETORIO ACADÊMICO

Horário da segunda época — Em reunião do Conselho Departamental, realizad no dia 3 do corrente, foi aprovado o seguinte horário:

1º ano — dias 16 e 17 — Física; dia 20 — Desenho; dia 22 — Matemática Superior; dias 27, 28 e 29 — Química Inorgânica; dia 1º de março — Química Analítica Qualitativa.

2º ano — dia 21 — Resistência dos Materiais; dias 24 e 25 — Física-Química; dia 29 — Química Orgânica (primeira cadeira).

3º ano — dia 16 — Análise Orgânica; dia 21 — Microbiologia; dias 24 e 25 — Química Orgânica (segunda cadeira); dia 29 — Física Industrial.

4º ano — Aparelhos e Operações Industriais, dia 20; Metalurgia e Metalografia, dia 29.

Horário do vestibular — Na mesma sessão do Conselho Departamental foi aprovado o seguinte horário: prova de Matemática, dia 16, quinta-feira, às 9 horas — prova escrita; dias 20, 21 e 22 — prova oral; prova de Física, dia 23, quinta-feira, às 9 horas — prova escrita; dias 25 e 27 — prova oral; prova de Química, dia 28, têrça-feira, às 9 horas — prova escrita; dias 29 de fevereiro e 1º de março — prova oral; prova de Desenho, dia 2 de março, sexta-feira, às 9 horas — prova gráfica.

Colega José Paulo Ferreira Filho — Comunique-se o mais depressa possível com o colega presidente, para tratar de assunto referente à Revista. Telefone: 52-9208.

Aviso aos engenheiros químicos de 1955 — O colega presidente solicita aos engenheiros químicos de 1955 o seu comparecimento, logo que fôr possível, ao DA da Escola, para tratar de assunto referente à distribuição de bôlsas de estudo por intermédio da CAPES. Os engenheiros preencherão uma ficha que se acha à sua disposição no DA a partir do dia 8, quarta-feira vindoura. Solicitamos o comparecimento mesmo daquêles que não estejam interessados em bôlsas, pois os dados servirão para futuros estudos a serem levados a efeito pelo CAPES.

DENTADURA IMEDIATA

Dr. Rodolpho Nunan cirurgião-dentista, coloca dentadura logo após as extrações. Conserta trabalhos dentários. Tel.: 52-5943 — Rua Manuel de Carvalho 16 — 8.º and., sala 83 (atrás do Teatro Municipal)

DESQUITES

DR. MANSUR MATTAR

ADVOGADO

Anulação de casamento — Questões de Família — Das 16 às 19 horas — Avenida Rio Branco, 277 — 7º andar — Sala 703 — Telefone: 42-1151.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CONCRETOS

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede social à rua Teófilo Otoni n. 94, no dia 28 de fevereiro de 1956, às 13 horas, a fim de deliberarem sôbre o seguinte:

a) aprovação do relatório, do balanço e da conta de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1955;

b) Elegerem os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, fixando-lhes os respectivos honorários;

c) assuntos gerais de interêsse social.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1956.

DR. ALBERTO MACHADO DA GAMA
Diretor-Superintendente

Operários do Arsenal de Marinha Ingressarão na Justiça

RISCO DE VIDA E INSALUBRIDADE

Elevado número de servidores do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, constituído de operários, encarregados, mestres, técnicos e engenheiros, ingressarão na Justiça, ou melhor, acionarão a UNIÃO FEDERAL, a fim de ser-lhes assegurada a gratificação a que fazem jús, pelos serviços considerados como risco de vida e saúde e insalubridade, na fórma expressa na Lei vigente e outras subsequentes.

Os servidores das especialidades de caldeireiros de cobre, soldadores elétricos, maçariqueiros, gravadores, galvanizadores, pintores, fotogravadores, polidores e outras, daquele importante parque industrial-naval que é o Arsenal de Marinha, estão devidamente enquadrados dentro da norma específica, que lhes assegura tal gratificação.

Os interessados poderão procurar os advogados ELLIS FIGUEIRA E HUDSON LOURENÇO, em seus escritórios, respectivamente, nesta capital à travessa do Ouvidor, n. 9, 3.º andar, sala 3, ou ainda, em Neves — São Gonçalo, à rua Oliveira Botelho, n. 1.921, 1.º andar, sala 101 (Edifício Abound), onde, diàriamente, poderão obter todos os esclarecimentos necessários à boa marcha do feito.

Aliás, os patronos da causa em apréço são os mesmos que recentemente venceram de modo categórico e incontestável, duas importantíssimas causas contra a União Federal, dos servidores do Arsenal de Marinha, quais sejam a dos antigos serventes e continuos, atuais «Auxiliares de Portarias e a dos chamados «Duzentistas», em número superior a quatrocentos.

O comando da Ação Ordinária está a cargo, exclusivamente dos advogados acima citados e os interessados poderão ingressar na mesma, impreterivelmente, até o dia 29 do corrente mês, quando terminará o prazo para aceitação de assinaturas com objetivo, possuindo ainda os advogados farta documentação a respeito.

ELLIS HERMYDIO FIGUEIRA

Medicina

ATIVIDADES ESCOLARES

Matrículas — 6ºano, dia 20-21; 5º ano, dias 22-23; 4º ano, dias 24-25; 3º e 2º anos, dias 27-28.

Nota — Não poderão efetuar matrículas, os alunos que dependerem de mais de duas cátedras. A escolha para os Cursos Equiparados será ununciada oportunamente.

Aviso — Deverão comparecer à Seção do Expediente Escolar, até amanhã, dia 8, no horário de 12 às 15 horas, os seguintes candidatos ao concurso de habilitação: ns. 2 — 4 8 — 11 — 17 — 18 — 28 — 53 — 54 55 — 60 — 70 — 71 — 79 — 114 140 — 149 — 150 — 157 — 200 203 — 230 — 245 — 249 — 271 310 — 321 — 322 — 331 — 348 352 — 380 — 406 — 407 — 412 419 — 427 — 431 — 436 — 440 452 — 454 — 460 — 462 — 464 465 — 466 — 468 — 471 — 480 488 — 493 — 497 — 502 — 506 511 — 514 — 516 — 525 — 529 530 — 531 — 542 — 548 — 566 572 — 596 — 598 — 605 — 606 621 — 529 — 635 — 643 — 660 662 — 665 — 667 — 672 — 673 680 — 681 — 682 — 683 — 689 693 — 696 — 701 — 703 — 721 732 — 742 — 749 — 751 — 754 758 — 762 — 763 — 770 — 772 773 — 780 — 787 — 788 — 805 806 — 807 — 808 — 810 — 811 812 — 815 — 817 — 818 — 820 822 — 823 — 824 — 825 — 826 827 — 828 — 832 — 837 — 839 843 — 844 — 848 — 849 — 856 859 — 861 — 862 — 864 — 868 869 — 872 — 874 — 875 — 876 877 — 879 — 880 — 881 — 882 887 — 889 — 890 — 902 — 907 911 — 920 — 923 — 927 — 948 951 — 963 — 966 — 971 — 972 979 — 980 — 987 — 990 — 991 994 — 995 — 998 — 1003 — 1006 1007 — 1016 — 1022 — 1024 — 1031 1032 — 1034 — 1038 — 1060 — 1065 1066 — 1067 — 1069 — 1072 — 1073 1075 — 1077 — 1079 — 1080 — 1086 1090 — 1091 — 1092 — 1093.

Nota — Os exames de segunda época deverão ter início no próximo dia 16.

Livre docência — Acham-se abertas na Secretaria da Faculdade, pelo prazo de 10 dias, a partir de 4 de fevereiro, as inscrições, entre os docentes livres, para provimento interino da quarta cadeira de Clínica Médica, vaga com o falecimento do prof. Valdemar Berardinelli.

Direito

JUVENTUDE UNIVERSIARIA CATÓLICA

Segunda época — Avisamos aos colegas interessados, que termina no próximo dia 10 o prazo da inscrição para os exames de segunda época.

Matrículas — Até o dia 25 dêste, poderão os colegas matricular-se, devendo procurar com o sr. Paulo, no 3º andar da Faculdade, o devido requerimento impresso.

«CHAVE»

General Electric S.A., estabelecida à av. Almirante Barroso, n. 81, por seu Diretor-Presidente, declara que a aludida sociedade está habilitada a contratar o fornecimento de: «CHAVE ELÉTRICA», privilegiada pela Patente n. 29.756 — 7 DE FEVEREIRO DE 1942, da qual é titular a INTERNATIONAL GENERAL ELECTRIC CO. INC.

«INDUÇÃO»

General Electric S.A., estabelecida à av. Almirante Barroso, n. 81, por seu Diretor-Presidente, declara que a aludida sociedade está habilitada a contratar o fornecimento de: «APARELHO DE INDUÇÃO ELETROMAGNÉTICO E PROCESSO DE FABRICA-LO», privilegiada pela Patente n. 29.760 — 7 DE FEVEREIRO DE 1942, da qual é titular a INTERNATIONAL GENERAL ELECTRIC CO. INC.

«COMPOSIÇÕES»

General Electric S.A., estabelecida à av. Almirante Barroso, n. 81, por seu Diretor-Presidente, declara que a aludida sociedade está habilitada a contratar o fornecimento de: «COMPOSIÇÕES HALOGENADAS ESTABILIZADAS», privilegiada pela Patente n. 23.397 — 24 DE FEVEREIRO DE 1947, da qual é titular a INTERNATIONAL GENERAL ELECTRIC CO. INC.

«BASE»

General Electric S.A., estabelecida à av. Almirante Barroso, n. 81, por seu Diretor-Presidente, declara que a aludida sociedade está habilitada a contratar o fornecimento de: «BASE E SUPORTE PARA LAMPADA», privilegiada pela Patente n. 29.755 — 7 DE FEVEREIRO DE 1942, da qual é titular a GENERAL ELECTRIC SOCIEDADE ANONIMA

«TUBULAR»

General Electric S.A., estabelecida à av. Almirante Barroso, n. 81, por seu Diretor-Presidente, declara que a aludida sociedade está habilitada a contratar o fornecimento de: «LAMPADA TUBULAR DE DESCARGA ELÉTRICA», privilegiada pela Patente n. 31.477 — 3 DE FEVEREIRO DE 1945, da qual é titular a GENERAL ELECTRIC SOCIEDADE ANONIMA

«LAMPADAS»

General Electric S.A., estabelecida à av. Almirante Barroso, n. 81, por seu Diretor-Presidente, declara que a aludida sociedade está habilitada a contratar o fornecimento de: «BASE PARA LAMPADAS ELÉTRICAS», privilegiada pela Patente n. 31.478 — 3 DE FEVEREIRO DE 1945, da qual é titular a GENERAL ELECTRIC SOCIEDADE ANONIMA

SALÁRIO MÍNIMO E SALÁRIO PROFISSIONAL

Reajustamento geral dos salários e adoção do salário profissional é o que pleiteia a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

O Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, reunido, ontem, nesta Capital, aprovou a seguinte e importante RESOLUÇÃO:

1º — Apoiar a reivindicação de serem reexaminados os níveis de Salário Mínimo, de sorte a atender aos justos reclamos dos trabalhadores;

2º — Reivindicar, também, como medida de defesa e de equilíbrio econômico dos trabalhadores em geral, a adoção:

a) DO REAJUSTAMENTO GERAL DOS SALÁRIOS, de forma a se conseguir o equilíbrio do nível de vida de todos que produzem no país;

b) DO SALÁRIO PROFISSIONAL, como uma das formas de regularizar a produtividade, fator indiscutível de elevação da economia nacional e base segura para o desenvolvimento da justiça social e do progresso da Nação.

Baseou-se o Conselho de Representantes da CNTI em que a fixação do salário mínimo adequado às exigências das classes trabalhadoras é um dêsses problemas que demandam a atenção e o pronunciamento das organizações sindicais, dentro do espírito de colaboração que preside as relações das agremiações representativas profissionais e o poder público. Considerou, ainda, que não basta apenas pleitear a revisão do salário mínimo atual, em vista do crescente custo de vida, porque isto não atinge à totalidade dos trabalhadores, como seria de justiça.

Os dirigentes sindicais industriários levaram, outrossim, em atenção, o fato do Govêrno, por intermédio da palavra autorizada dos exmos. srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, bem como do exmo. sr. Persifal Barroso, ministro do Trabalho, já ter se manifestado de pleno acôrdo com a execução dessa medida.

Dr. Fernando Linhares

Cirurgia da Surdez e Ouvidos, Nariz e Garganta

RUA MÉXICO, 98 — 8º ANDAR — TEL.: 22-0515.

ÚLCERAS DO ESTÔMAGO E DUODENO

Gastrite hipertrófica, dôres, azia, digestão difícil, etc. — Tratamento rápido, em 30 e 90 dias, sem operação. Vir à consulta em jejum ou 5 horas após a última refeição. INSTITUTO HELCO do Dr. JOAQUIM SANTOS. De 9 às 12 e 14 às 18 horas. RUA DO CARMO, n. 9 — 7.º — Tel.: 52-4861 — RAIOS X. A partir do mês de abril, atenderemos na nossa sede própria à rua da Assembléia, 61 — 4º andar. Este anúncio sai diàriamente no jornal «O Globo».

Hotel Chácara João de Deus

ALTITUDE 400 METROS - PISCINA - ITATIAIA - TEL.: 9

INFORMAÇÕES E RESERVAS, NO RIO: TELS.: 48-7536 e 48-0591.

MERCADINHO BAHIA

A RUA MINISTRO VIVEIROS DE CASTRO, 29-A — COPACABANA — Aluga-se choxs a preços populares. Telefonar, de preferência, na parte da manhã: 36-8003.

A DESCOBERTA DO MUNDO

XLIX

Quem era o chefe dos imperadores astecas, com cuja ajuda Cortez e um punhado de homens iriam conquistar tesouros imensos? Vamos perguntar isso a Jean Babelon, o historiador exemplar do império azteca. Montezuma reinava havia já 17 anos sôbre os astecas. Reinava sôbre a cidade de Tenochtitlan (hoje México), tendo então uns quarenta anos de idade. Tinha duas mulheres legítimas e um harém. A suntuosidade da sua côrte ultrapassava e muito a da côrte de Espanha ou a de qualquer outra côrte européia. Seus aposentos eram vigiados constantemente por duzentos guardas reais vestidos de armaduras e cobertos de ôiro.

Iniciava o protocolo que os personagens mais importantes do império, quando se apresentassem ao imperador, deveriam despir suas lindas vestes e vestir roupas limpas, porém pobres. Êles entravam na sala de audiências com os pés descalços, de olhos baixos, murmurando: «Senhor, meu senhor. Sou vosso servo». Retiravam-se de costas, sem darem as costas para o soberano.

Cada refeição do imperador compunha-se de trinta pratos, que eram todos servidos sôbre o rescaldo. As refeições constavam de faisões, perdizes, carne de vitela e de leitões assados. Montezuma comia entre os seus biombos, que o escondiam dos olhos de todos, menos de quatro senhores entre os mais idosos, seus conselheiros. Os biombos eram abertos só de um lado, deixando ver uma cena em que dançavam vários bailarinos. Uma das bebidas prediletas do imperador (e também de todo o povo azteca) era o chocolate, do qual o palácio imperial consumia dois mil potes por dia. No fim da refeição, os escravos apresentavam ao soberano enormes cachimbos cheios de fumo. Quando o soberano queria mostrar seu contentamento, estendia um dêsses cachimbos aos seus conselheiros, que tirava algumas baforadas ou então oferecia-lhes um bocado do prato que tinha diante de si. Os restos da refeição eram deixados aos prestidigitadores, bufões e anões que distraiam Montezuma

A chegada dos brancos trouxe consternação a todo o reino, porque havia uma velha lenda que dizia que êles chegariam um dia e que previa o fim do império azteca. Quando os astecas tinham conquistado o país aos autóctones nahuas, uma enorme serpente, que era o deus Quetzacoalt, saira do México e partira para os países do Oriente. Quando ela voltasse, acompanhada de guerreiros de uma côr desconhecida, estaria próxima a ruina da civilização azteca. E depois de alguns chegara o boato: viajantes de pele branca tinham estado nas ilhas vizinhas do país mexicano e nas terras australianas. Êles tinham chegado aos limites do império de Montezuma. Que significaria aquilo?

FÉRIAS

NA MAIS LINDA ESTANCIA HIDRO-MINERAL DO BRASIL

HOTEL GUANABARA

SÃO LOURENÇO — SUL DE MINAS

RESERVAS E INFORMAÇÕES NO RIO

Av. Franklin Roosevelt, 115 — 7º andar — Grupo 703 — Telefone: 22-3008.

HÁ VIDA EM MARTE?

O ENÍGMA DOS CANAIS DE MARTE

Por

Earl Nelson

• III •

Os chamados canais de Marte foram descobertos pelo famoso astrônomo italiano Schiaparelli, em 1877. Embora usando um telescópio de pequeno alcance, chegou a observar um determinado número de estreitas estrias, ou linhas retas, que atravessavam a superfície do planeta, ligando diversas e vastas zonas escuras. A essas estrias ou linhas, Schiaparelli deu o nome de «Canali», querendo significar apenas cursos de água, como, por exemplo, os canais de Veneza, sem nenhum sentido de obras artificiais, feitas pelo trabalho de sêres humanos. No entanto, apesar do verdadeiro significado daquela palavra, que ficou logo de domínio público, todo mundo conjecturou tratar-se de grandes cursos d'água artificiais, concluindo-se que em Marte deviam existir sêres inteligentes responsáveis pela sua construção. Em 1894, o americano Percival Lowell, outro famoso astrônomo, edificou o Observatório de Flagstaff, no Arizona, aparelhando-o, principalmente, para o estudo de Marte e de outros planetas, e depois de longas observações chegou à conclusão que as linhas descobertas por Schiaparelli eram tão bem traçadas, tão regulares, tão geométricas, que pareciam de todo verossímil atribuir-lhes uma origem artificial.

(Da Agência Keystone para o "Diário de Notícias")

Lowell, pouco a pouco, chegou a convencer-se de que aquêles canais constituíam um admirável sistema de irrigação construído pelos Marcianos para comboiar a água das regiões polares até as zonas do interior onde havia escassez do líquido, a fim de salvar as culturas. De fato, em Marte, não existem mares nem oceanos, escasseando muito, assim, o precioso líquido.

Lowell acreditou na existência, em Marte, de criaturas altamente evoluídas que travavam uma desesperada luta pela existência, contra o gradual aumento das sêcas em seu mundo, e contra tôdas as múltiplas consequências dêsse mortal inimigo da vida.

Entre os astrônomos de hoje, apenas uma ínfima minoria parece concordar com as opiniões de Lowell, se bem que, para dizer a verdade, até agora, não foi apresentada nenhuma prova categórica para negá-las.

Os escuros sulcos da superfície do planeta, às vêzes cobrem com uma espêssa rêde áreas inteiras, podem ser distinguidas como manchas alongadas e estreitas. Há sulcos que apresentam um comprimento de cêrca três mil milhas e variam, na largura, de quinze a vinte e cinco milhas.

As mais recentes opiniões a respeito admitem que tais sulcos não sejam tão regulares e estreitos como aparecem, e que há grande possibilidade de serem formações naturais e não obras de cérebros inteligentes.

Se se pudesse provar que os famosos canais sejam, de fato, obras artificiais, teríamos nisso a mais irretorquível prova de que Marte é habitado e por sêres de uma civilização igual, se não superior, à nossa.

E' bem possível que, quando no próximo setembro, o planeta se encontrará na sua mais curta distância da terra, os astrônomos, utilizando máquinas cinematográficas ultrarápidas em conjunto com o telescópio de 200 polegadas do Monte Palomar, possam tirar fotografias com uma exposição de um décimo de segundo ou ainda menor. Se assim fôr, poderemos conhecer com suficiente clareza de detalhes muitos canais.

De outro lado, se os canais forem, de fato, apenas formações naturais da superfície do planeta, será interessante vir a saber, então, o que êles pràticamente sejam, dado que, à distância em que podemos observá-los comumente, não se assemelham a nada que conhecemos na Terra.

Lowell afirmara que as manchas observadas não eram pròpriamente cursos d'água, os quais, evidentemente, seriam invisíveis a uma tão grande distância, mas sim grandes extensões de vegetação, florescendo ao longo das margens dos canais, nas áreas irrigadas.

Dessa forma, êle opinou que as manchas visíveis não seriam outra coisa senão grandes centros de irrigação, localizados em determinados pontos de ligação, como também nas proximidades das eventuais cidades marcianas.

Ora, a parte o fato de que as zonas daquilo que parece ser vegetação, possam ou não ser vistas a tão grande distância, as observações realizadas revelara com certeza duas coisas, pelo menos: a primeira é que aquelas áreas são muito amplas; a segunda é que se trata, realmente de vegetação, pois as mudanças de colorido que nelas se observa tão nìtidamente, não poderia ser explicada razoàvelmente de outra maneira.

Admite-se, então, que a vegetação de Marte seja constituída de plantas que pertencem à família dos liquenes, porque, aparte outros motivos sòmente estas plantas podem sobreviver a uma tão baixa temperatura e com uma reserva tão limitada de água, condições essas que seriam fatais para a maioria dos outros espécimes da flora terrestre.

Há outra consideração a fazer-se, ainda, a respeito da vegetação. De fato, parece pouco admissível que os liquenes marcianos tenham condições para crescerem muito, de tal forma a apresentar um acentuado volume e colorido que permitam aquelas mudanças estacionais que ocorrem normalmente no nosso planeta. E' muito mais provável, ao invés, que as mudanças de côres, que se observam, resultem da diversidade dos tipos de plantas que florescem nas vastas áreas irrigadas.

Poderiam existir espécies de plantas de todo peculiares às condições climatéricas de Marte, completamente desconhecidas na Terra, e para as quais, consequentemente, não teríamos nomes. E' difícil para nós, explicar como possa crescer e amadurecer uma planta em zonas completamente áridas (e não é sòmente uma planta, são extensões enormes de vegetação), a não ser admitindo a presença duma espécie qualquer de irrigação, seja ela natural ou artificial.

Por outro lado, o clima em Marte é tremendamente árido, o que torna mais difícil ainda, explicar a presença duma irrigação natural na sua superfície.

Como se explica, por exemplo, que as águas afluam em determinadas áreas, a não ser que estas sejam, na realidade, junglas ou pantanosas florestas tropicais, sem que, entretanto, nem umas nem outras pareçem existir em Marte?

E admitindo-se que ali existam tais tipos de vegetação, a[illegible] deveriam apresentar era um verde imutável, como êstes tipos de plantas a têm no planeta terrestre. Mas a verdade é que as condições climatéricas em Marte são demasiado frias e impróprias para o crescimento de um qualquer tipo de plantas tropical ou subtropical.

Isto, contudo, não quer dizer, absolutamente, que, lá, não existem plantas cuja natureza acompanha o ambiente, adaptando-se às condições climatéricas peculiares ao local.

Afinal, também, aqui na Terra, um habitante dos trópicos pode ficar admirado de como se possa sobreviver durante os rigorosos invernos que predominam numa grande parte da Europa, da Ásia e da América do Norte.

Seriam obra de engenharia os canais de Marte? O astrônomo italiano que os descobriu em 1797, disse que sim. Muitos outros seguiram a opinião dêle e do astrônomo americano Parcival Lowell. Mas sòmente em setembro dêste ano, talvez, será dada uma solução definitiva ao colossal problema.

★

★ *A SEGUIR:*

O ENIGMA DO VULCÃO

ENCONTRO MATINAL

ATENÇÃO, IÁRA!

★ *Eneida*

UM cavalheiro lanque, «caçador e aventureiro» segundo a notícia que me transmitiu um jornal, está preparando suas ermas e bagagens para sair de sua pátria e ir ao Amazonas em busca de baleias. Trás cinegrafistas, assistentes técnicos, o diabo! O referido jornal diz, com razão que no Amazonas baleias não há e que, com certeza o que espera o irriquieto senhor é pescar «botos brancos também chamados uiaras».

Meu mestre em coisas da Amazônia, êsse querido Gastão Cruls diz assim na sua **Hiléia Amazônica**: «... Para os zoólogos, bôto-vermelho é o bôto preto ou **tucuxi**, enquanto que o bôto-vermelho ou **uiara** passa a ser o bôto branco. E' possível que o bôto preto tenha uma tonalidade pardo-violácea do lado ventral, conforme assinala Von Ihering, mas o que não resta dúvida é que a **uiara**, o cetáceo em tôrno do qual correm tantas lendas na Amazônia, é de um colorido bem vermelho, tirante ao alaranjado. A êsse, segundo Stradelli, é que se emprestam qualidade de sedutor de donzelas e dos seus olhos, dentes e vegálho fazem os caboclos talismans com virtudes extraordinárias. Ainda para o mesmo autor é êsse o **piraiauara** dos indígeans e não o bôto preto ou **tucuxi**, ao passo que a um bôto menor, de tonalidade rosada, se reserva particularmente o nome de **oiara** ou **uiara**».

Bem explicado, não acham? Pois para o tal caçador, o «vouto (com v) é um monstro com quase três metros de cumprimento que só é encontrado nas águas «do rio Amazonas. Chamarei essa notícia de espiroqueta e o lanque de piroquete, palavras de gíria que aprendi com amigos militares e que — apesar de não registradas pelo «Petit Aurélio» — querem dizer adoidados e doidos. Então um senhor da Flórida vem caçar baleias — naturalmente para explorá-las como está sendo aquela desventurada Mobby Dick de tão mau odor — e caçar num lugar sem baleias? Então o bôto é uma baleia? Quanta piroquetagem...

Uma coisa me preocupa tremendamente nessa expedição: é que o caçador tão confuso, queira mesmo é caçar não botos, responsáveis por um mundo de crianças sem pai, mas se atreva a querer pegar uma Iara, também uiara, nossa deusa fluvial, aquela que encanta os homens no fundo mar e para lá os arrasta. E' a Iemanjá com sua metade mulher, metade peixe. Nada tem de bôto nem jamais ninguém as confundiu, mas se há um chamado uiara e se a Iara também é assim apelidada é bem possível que as coisas se misturem na cabeça do viajante.

Cuidado, Iara; não precisarei avisar de tôda essa mixordia os botos porque são homens, não têm mêdo de caretas e não usam a ingenuidade natural às mulheres, mesmo quando elas são rainhas do mar. Cuidado, querida. O jornal anunciou «Vem caçar uiaras» e pelo certo e pelo duvidoso fiquemos todos de sobreaviso.

Não seria bom que nós outros, cidadãos amazônicos passássemos um telegrama ao cavalheiro caçador e aventureiro dizendo-lhe que não há baleias no nosso rio, que bôto é bôto mesmo e não quer ser outra coisa e principalmente que nossas águas não gostam de ser mexidas e remexidas por mão estrangeira?

Diario de Noticias

Têrça-feira, 7 de Fevereiro de 1956

ÊLES JAMAIS DESESPERARAM

UMA SÉRIE DRAMATICA E HUMANA DE

George Sinclair

Lyautey Marcará Passo em Guarnições Obscuras

Antes de ser nomeado para a subdivisão de «Ain-Sefra», ponto de partida de sua glória marroquina

(Da Agência Keystone para o "Diário de Notícias")

• *ARTIGO II* •

TONKIN para o comandante Lyautey é não sòmente uma ação que se inicia, mas o choque de um encontro desejado: o de Galliéni. Êsse grande homem da armada indochinesa na qual Liautey não tarda a ser o segundo personagem, não se satisfez, em realizar apenas as operações militares das quais estava encarregado.

Êle resolve «desenvolver sem entraves sua personalidade» isto é, consolidar sua obra de dado numa colonização sólida e precisa. Êle é, segundo a opinião entusiasta de Lyautey, «soldado e administrador, rústico e cerebral».

Odiado pelos secretários dos Estados Maiores de Hanoi, adorado pelos seus oficiais que êle salva «de depressão mórbida e da pesada vida dos postos», êle caminha para frente sem nenhum receio, senão o do resultado de suas lutas. E' um conquistador, mas também o fundador de um império. Lyautey, no clima de heroísmo e de trabalho fecundo que reina em tôrno de Gallieni, sente-se à vontade. Quando êsse último é chamado a Madagascar, êle não hesita em segui-lo, se bem que tenha conquistado um lugar de destaque em Tonkin.

Lyautey não tarda em governar uma têrça parte da Ilha. Êle põe em prática, mesmo se chocando com os fatos, sua doutrina de colonização. «A ocupação militar consiste menos em operações militares que numa organização em marcha». E «quando o chefe militar é também administrador do domínio, aproveitando uma calma deve pensar no mercado que estabelecerá depois da vitória e por isso não o ocupará da mesma forma».

Pela primeira vez em sua vida, Lyautey está inteiramente feliz. Nascido para comandar e para criar, êle comanda e cria. Está à vontade. Terminada sua tarefa em Madagascar, em 1902, depois de treze anos de obra colonial, volta à França esperando uma nomeação para um novo pôsto de ação. E' nomeado coronel do 1º batalhão de hussardos em Alençon. E' aconselhado, além disso, tão independente é na questão das colônias e que lhe valeu inimigos, a se «fazer esquecido» o mais possível.

«FAZER DE MORTO»

Êsse é o primeiro choque terrível na vida de Lyautey. Êsse homem de quarenta e oito anos que fêz suas provas como soldado e como administrador, se revolta de ter que esconder seu valor para acalmar não sabe que cóleras. Um traço de seu caráter torna mais dolorosa sua derrota. Lyautey gosta de ser estimado, realiza melhor quando se sente admirado. O exílio de Alençon mata-o. Êle sofre sem rancor. Ao seu amigo Max Leclero escreve:

«Desde que voltei, fora de meus amigos pessoais, nenhuma outra mão se estendeu para mim; se recebi conselhos foram apenas para que eu submisse, desaparecesse num buraco, fizesse como se estivesse morto. Como se eu tivesse feito qualquer coisa de grave... Quando acontece meu nome ser pronunciado sôbre a obra colonial, acusam-me como se eu fôsse cúmplice de um crime...»

Alguns meses mais tarde, êle está ainda mais amargo: sua ironia está mais aguda; agora ela tem algo de desespêro: «Vou indo... muito bem — escreve êle —; eu me adapto cada vez mais ao ambiente. Começo a me apaixonar por pequeninas coisas: as setas das esporas, as fitas da caravina, etc., e quando meu cérebro estiver dentro de alguns meses, inteiramente habituado a ver essas pequeninas coisas e não mais pensar nas grandes, eu terei conseguido atingir o estado mental que convém a um coronel cavalaria e não mais sofrerei».

Lyautey está tão convencido da sua irremediável desgraça e portanto da ruina de suas ambições que, quando recebe um telegrama do ministro para que se apresente no dia seguinte à rua Saint Dominique, êle não põe em dúvida que se trata de sua transferência. Pergunta a opinião de seus oficiais. Êstes estão de tal maneira dominados pelos pensamentos do chefe que aprenderam a respeitar e a lamentar, que longe de ajudá-lo, dizem:

Ah! isso é mau, muito mau; discretamente apresentam suas despedidas.

AFINAL, A BOA SORTE

No entanto, enquanto que a carreira de Lyautey parece para sempre comprometida — se êle fôsse pôsto na reserva mal ganharia para viver — é a sorte que chega e quanto merecida ela era para quem dela tão digno era. Quando, tendo partido de Alençon, de noite, o coronel desembarcou às sete da manhã, no estação de Montparnasse, teve a surpresa de ver seu nome em manchete nos jornais: soube, então, que fôra nomeado comandante de subdivisão de Ain Sefra, nos confins algerianos — marroquinos. Os ruídos da estação eram menores do que sua emoção. Desde há meses, Lyautey seguia a evolução dos acontecimentos nessa região de nosso império francês não pacificado, porque, da fronteira natural de Moulaia aos nossos primeiros postos, existe uma zona sob influências mal definidas nas quais os senhores do deserto, se apoiando sôbre suas retaguardas marroquinas, podem impunemente travar uma guerrilha que degenera, pouco a pouco, em permanente insurreição. Jonnart, o governador geral da Algéria, em campanha de inspeção ao sul loranense, êle próprio quase foi raptado pelos nômades depois de um de nossos legionários ter sido assassinado, um comboio de víveres capturado e vinte e cinco condutores mortos. Dessa vez, Lyautey sabe que não é mandado para um pôsto de funcionário ou de representação. Como em Tonkin, lhe darão licença de combater, de trabalhar, de agir. Êle embarca imediatamente; está feliz. Lá chegando é promovido a general de brigada.

LUTAS, LUTAS E SEMPRE LUTAS

O crescimento da lenda, quando tenta definir uma personalidade como a de Lyautey, apresenta um sério perigo: têm a tendência — pois que se sabe que êle acabou triunfando — a negligenciar as lutas quotidianas que travou para conseguir a vitória. Ei-lo em Ain-Sefra, ponto de partida de sua glória marroquina. Não se pode ir mais depressa que o destino desse herói, que só atingiu sua grandeza definitiva a pequenos passos e pela tenacidade.

Logo que êle tomou posse de seu comando, Lyautey se apercebeu que caíra numa armadilha. Êle comandava apenas de nome, porque nem a artilharia — que dependia da divisão, nem os comboios que só podiam se locomover com ordens da Intendência, nem os serviços de sentinelas, reconhecimento, etc, não estavam submetidos à sua autoridade. Para realizar a menor ação êle tinha que passar pela divisão de Oran que consultava Algeria, que comunicava à Paris. A lentidão das transmissões liquidava naturalmente qualquer emprêsa, mesmo aquelas que pareciam do desejo dos dirigentes. Lyautey apresentou desde logo suas condições: ou teria tôda autoridade — em correspondência direta com Paris — ou recusaria a responsabilidade da pacificação. Êle sabia que representava

(Conclui na 5.ª página)

Cortina D'Amperro, Itália. — Estes são membros da equipe dos Estados Unidos, fotografados ostentando as medalhas recebidas por êles, hoje, pelos seus 1.º, 2.º e 3.º lugares na prova de patinação clássica nos jogos olímpicos de 1956. Da esquerda para a direita: Hayes Alan Jenkins, de 22 anos, que ontem conseguiu os pontos necessários aos americanos nessa competição; Ronnie Robertson, de 18 anos, que se colocou em segundo lugar, e David Jenkins, de 19 anos, irmão de Alan Jenkins e que conquistou o 3.º lugar. A vitória colocou os americanos em sétimo lugar, não oficialmente, 65,1/2 pontos após a representação russa

Uma Lenda Envolve o Trono Belga...

A Bélgica estava à beira duma guerra civil, por isso Leopoldo resolveu abdicar em seu filho, mas Balduino não queria ser rei e pediu ao pai para ficar. «E' horrível capitular diante da injustiça», disse êle, «e se não reconhecem a mamã, também eu não quero reconhecê-los».

LILIANA, princesa de Réthy foi de fato a mulher mais formosa que o rei viúvo de Astrid a linda princesa de sonho, poderia ter encontrado no seu caminho, mas a verdade é que o amor pela filha dos Baels custou o trono ao seu marido. Êste foi também um destino pouco feliz para uma mulher de bons sentimentos que se tornou num alvo de paixões políticas sem ter a menor culpa disso. Desde outubro de 1945, a família real belga vivia no magnífico chalet «Reposoir» em Lausana. Quanto mais o povo belga se mostrava hostil contra Liliana mais o marido e os enteados se uniam em tôrno dela. Especialmente o príncipe real mostrava-se cada vez mais afeiçoado à formosa senhora que o acarinhara e donde só lhe viera bondade e afeição.

Leopoldo torna-se mais triste porque tem saudades da pátria. Não pode compreender que a Bélgica o regeite, pois que de nada tem que se acusar. O príncipe real que era ainda uma criança quando saíram da Bélgica torna-se cada vez mais estranho ao seu povo. Entrega-se aos seus estudos de matemática e aí encontra-se a seu gôsto. Ninguém deseja tanto como êle que o seu pai regresse ao trono belga e possa voltar para Bruxelas, mas Balduino não tem a menor idéia de que êsse dia possa constituir a mais amarga desilusão para seu pai.

Para Josefina Carlota, é Liliana a melhor amiga. Há muito que «Jo-Jo» deu o seu coração. Amou profundamente uma só vez e com efeito casou com o senhor do seu coração em 1953 — o gran duque João, herdeiro do trono de Luxemburgo.

«Só os belgas podem decidir a minha volta, declarou Leopoldo, «mas só o aceitarei desde que Liliana seja recebida com amor e respeito».

Mas isso é justamente o que os belgas não querem pois que para êles os Baels continuam a ser um espinho em carne viva.

A Corporação dos Operários deitou contas ao dinheiro que Liliana gasta em vestuário. Com efeito ela encomenda as suas «toilettes» em Paris. Encomendas com o valor de milhões de francos mas ninguém se lembra que a fortuna particular do rei Leopoldo é enorme.

Em julho de 1950 há eleições na Bélgica. Tem de ser decidido se o Rei deve ou não voltar e, Leopoldo vence por escassa maioria. Liliana rejubila: — Agora poderemos regressar à Pátria, diz ela.

No entanto, quando o rei e o príncipe real pisam o solo da Bélgica a 22 de julho, Liliana não vai com êles. Há graves tumultos em tôda a Bélgica, há greves e a guerra civil parece iminente.

«Abaixo Liliana! Não queremos a flamenga! E' o que se ouve. Indignado com aquêle povo, o príncipe real desejaria voltar para junto de Liliana e não sair mais da Suiça.

Relato de Fatos Verídicos

Por

Anita Hunter

IX

A princesa de Réthy recebeu cartas injuriosas ou ameaçadoras, mas nunca as abriu. Deseja unicamente a paz e que o seu marido seja feliz, assim como os seus enteados, especialmente Balduino, que está mais perto do seu coração.

Visto que a Bélgica estava à beira duma guerra civil, Leopoldo decidiu-se a abdicar em favor de seu filho. Balduino não queria e pediu ao pai que o não fizesse: — E' horrível capitular diante da injustiça, declara êle, a mamãe fica mal colocada, e se não a reconhecem também não os reconheço.

Mas isto nada resolve. Em 16 de julho de 1951, Leopoldo abdica e Balduino I, sobe ao trono da Bélgica. — Pobre reizinho que nem sabe sorrir! Comenta o povo belga.

E de fato, o rei Balduino ainda hoje não sabe rir dentro das fronteiras do seu reino, diante do seu povo a quem êle não perdoa que não tivesse querido Liliana.

Êle está apaixonado pela bonita madrasta» murmuram os belgas. E de novo fervilham as intrigas contra a Princesa de Réthy. Esta entretanto deu mais uma filha a Leopoldo, a pequena Maria Cristina, uma princezinha de caracois dourados que é especialmente preferida pelo rei Balduino que brinca com ela horas seguidas, no parque vendo no seu lindo rôsto as feições do pai.

Balduino I, mostrou-se algumas vêzes a cavalo em passeio com a madrasta, com a qual de resto se mostra muitas vêzes e isto é considerado muito pouco diplomático.

A Réthy é quem faz a política da Bélgica! Ela influencia o Rei! Comentava-se cada vez com maior acrimonia.

Quando em fevereiro de 1953, as inundações devastaram a Holanda e a Bélgica, tinha justamente o rei Balduino começado em convalescença duma gripe com inflamação pulmonar, e fôra resolvido que fôsse para a Riviera. Seu pai e Liliana já aí estavam. Nesses dias críticos em que as marés impetuosas submergiam casas e pessoas, Balduino a urgentes instâncias de seus médicos, teve de ir da mesma forma restabelecer-se para o sul. E isto foi um êrro, pois que o principal dever dum rei é ficar no seu país quando êste está em perigo. Neste ponto o rei foi mal aconselhado, mas as culpas, como sempre recaíram sôbre a princesa de Réthy.

UM REI A CONTRA GÔSTO

Assim, quando começaram a aparecer nos jornais fotos da linda Liliana com calças de flanela e pull-ower branco rindo em Cannes de braço dado com Balduino, os belgas resmungaram: «A Rainha Juliana, da Holanda, vive a tragédia do seu povo, e visita as regiões inundadas de impermeável e botas de borracha, enquanto o nosso rei se diverte com a madrasta».

O rei Balduino voltou nessa ocasião à Bélgica, mas era demasiado tarde. Evidentemente, ninguém disse nada contra o rei, mas todos invectivavam a influência da princesa de Réthy.

«Só quando Balduino casar, é que as coisas melhorarão, pois assim a Réthy, terá de abandonar definitivamente o castelo de Laeken!», «concluíram os belgas.

★

★ *A SEGUIR:*

É PRECISO CASAR O REI!

VENCENDO, O FLUMINENSE DEU O TÍTULO AO FLAMENGO

P'RA LER no Bonde

JOSÉ BRÍGIDO

FIBRA — A vitória da representação brasileira de futebol sôbre o selecionado da Argentina, anteontem, por 1-0, foi brilhante pelo ardor com que se bateram os nossos jogadores. Prevaleceram as mesmas falhas dos jogos anteriores, mas em menor monta. Houve, portanto, uma reabilitação parcial, porque o fato de haver sido derrotados os argentinos não quer dizer que tirámos o campeonato do mundo, pois, dessa forma, estaremos valorizando excessivamente o «soccer» portenho e desvalorizando o nosso. Se achamos que uma vitória sôbre os argentinos é assim tão excepcional, é porque reconhecemos que êles são efetivamente bem melhores. Não estamos em Montevidéu com a fôrça real do futebol brasileiro, é sabido e isto para nós, em face de tal triunfo, deve constituir motivo de satisfação, nunca porém, de delírio megalômano. Foi uma vitória a que fêz jus nossa equipe por haver lutado sem desânimo, contra um adversário indiscutìvelmente valoroso. Sejamos justos e festejemos o trifunfo, como é natural, mas sem derramamentos líricos.

MAUS EXEMPLOS — Há necessidade de severas medidas disciplinares em nosso futebol, porque em todos os jogos se verificam rebeldias, afrontas aos juizes, desrespeitos partidos de dirigentes, excessos de jogadores mal-educados, etc. Ninguém pode aplaudir, por exemplo, o procedimento que tiveram os srs. José Alves de Morais e Fadel Fadel, que invadiram o campo, fazendo exigências e assumindo atitudes incompatíveis com a disciplina, querendo agredir o árbitro Harry Davis. Depois, as tais «falas» ao microfone. Os jogadores Zagalo e Pavão tiveram palavras de censura amarga ao árbitro. Não podem fazer isto, de acôrdo com as leis esportivas. Como se tal procedimento não fôsse suficiente, apareceu também o sr. Fadel e disse que não chama o juiz de «ladrão», pois não é de seu feitio, mas afirma que êle errou. E termina admiràvelmente com esta «deixa» perigosa: «qualquer dia um dêsses juizes irá parar no necrotério»! Onde estamos, afinal?! Os culpados da indisciplina que domina o futebol são dirigentes imponderados, temperamentais, fanáticos, que não sabem respeitar as leis do jôgo, invadem o campo para ajudar os jogadores e estimulá-los em atos de rebeldia, dando o exemplo de tentativas de agressão a juízes! O campo é invadido sem cerimônia por dirigentes, empregados dos clubes disputantes, locutores, fotógrafos, etc. Tal como se fazia já há trinta anos na Argentina, no Uruguai e no Chile e nós criticávamos, aqui, com azedume. Hoje, como prova de que regredimos, fazemos pior. No entanto, a pena máxima decretada contra o Flamengo, no sábado, foi bem marcada.

COLOCAÇÃO FINAL DOS CLUBES AO FINAL DO SEGUNDO TURNO

VASCO EM SEGUNDO E O TRICOLOR EM TERCEIRO

ENCERROU-SE, domingo, a primeira parte do Campeonato Carioca de Futebol. Com a vitória do Fluminense sôbre o Vasco, a equipe de profissionais do Flamengo conquistou o título dos dois primeiros turnos e, na pior das hipóteses, já tem assegurado o vice-campeonato carioca de 55. A colocação final, após o segundo turno, foi a seguinte nos três certames:

JUVENIS — 1º lugar — Fluminense (campeão), 5; 2º lugar — Vasco, 7; 3º lugar — Flamengo, 13; 4º lugar — Botafogo, 17; 5º lugar — América e Bangu, 19; 6º lugar — Madureira, 24; 7º lugar — Bonsucesso e Portuguêsa, 27; 8º lugar — Olaria, 28, e 9º lugar — São Cristóvão, 34 pontos perdidos.

GOLEADORES — Genivaldo, do Fluminense, foi o goleador do certame com 25 gols, seguido de Alecir, também do Fluminense, com 17 e Luis, do Vasco, com 15.

ASPIRANTES — 1º lugar — Flamengo (campeão), 4; 2º lugar — Botafogo, 9; 3º lugar — Vasco, 14; 4º lugar — Fluminense, 15; 5º lugar — Bangu, 17; 6º lugar — América, 22; 7º lugar — Canto do Rio, 27; 8º lugar — Bonsucesso e Portuguêsa, 30; 9º lugar — S. Cristóvão, 33, e 10º lugar — Madureira, 35.

GOLEADORES — Grilo, do Bangu, com 20 gols, seguido de Henrique, do Flamengo, com 19; Dida, do Flamelgo, com 16, e Wilson Moreira, do Botafogo, com 14.

PROFISSIONAIS — 1º lugar — Flamengo (campeão dos dois turnos), 8; 2º lugar — Vasco, 9; 3º lugar — Fluminense, 14; 4º lugar — América, 15; 5º lugar — Bangu, 16; 6º lugar — Bonsucesso, 18; 7º lugar — Botafogo, 21; 8º lugar — Portuguêsa, 30; 9º lugar — Olaria e São Cristóvão, 31; 10º lugar — Canto do Rio, 35, e 11º lugar — Madureira, 36 pontos perdidos.

GOLEADORES — Paulinho, do Flamengo, com 22 gols; seguido de Léo, do Olaria, com 17; Valdo, do Fluminense, com 16; Ilton, do Bangu, com 14; Pinga, do Vasco e Leônidas, do América, com 13.

ARRECADAÇÕES — O campeonato carioca de profissionais nos dois turnos produziu a arrecadação total de 22 milhões, 887 mil, 916 cruzeiros e 20 centavos. A maior renda verificou-se no «clássico» Flamengo x Vasco, no turno, no Maracanã, com Cr$ 1.810.217,00 e a menor no encontro Portuguêsa x Madureira, no turno, em Campos Sales, com Cr$ 1.215,00.

Diário de Notícias esportivo

TERCEIRA SEÇÃO Têrça-feira, 7 de Fevereiro de 1956

DEFENDE JAIRO

Uma das muitas defesas de Jairo, no prélio contra o Vasco. O goleiro tricolor teve boa atuação, defendendo com segurança sua meta. Neste lance, enquanto Parodi tenta cabecear, Clóvis assiste, e Cacé corre para apanhar a bola.

Não Foi Citado na Súmula Nenhum Jogador Rubro-Negro

INCLUIDOS DOIS DO BOTAFOGO

NÃO obstante os episódios deprimentes ocorridos, na noite de sábado, no estádio do Maracanã, nenhum jogador do Flamengo foi citado na súmula do juiz britânico Harry Davis. Apenas o sr. Fadel Fadel é fortemente acusado pelo referido árbitro, sendo, portanto, o único a arrostar com tôdas as conseqüências dos tristes sucessos verificados durante o embate Flamengo x Botafogo. Já a outros árbitros não faltou coragem para mencionar nas súmulas os atletas que não tiveram bom comportamento disciplinar.

E' assim que foram citados os seguintes jogadores: Vitor, do Fluminense, por agressão; Válter, da Portuguêsa, por jôgo violento, Dorival, Bangu, por atitude inconveniente; Mauro, Bonsucesso, por desrespeito ao árbitro; Danúbio, Madureira, por agressão; e os amadores Décio, do Flamengo, por agressão; Jurandir, do Olaria, também por agressão; Júlio, do Bonsucesso, por jôgo brusco e o massagista Zoé, do Olaria, por levar instruções aos jogadores. Também o Vasco foi citado por atrazo de jôgo.

Ressuscitado o «Congresso Nacional de Desportos»

Com a mudança do govêrno, apressa-se o sr. Pauxy Gentil Nunes em ressuscitar o II Congresso Nacional de Desportos, que reivindica, há tempos, a aplicação de um «Plano Financeiro de Auxílio aos Esportes», tendo por base uma percentagem tirada das Loterias Federal e dos Estados. Para hoje está marcada uma reunião, às 17h 30m, no 7º andar da ABI, onde serão assentados detalhes para a entrega do Plano ao presidente da República, bem como fixapção da solenidade de encerramento do Congresso.

Eis o lance final do primeiro tento do Fluminense, marcado por Robson, falhando Hélio, ao saltar atrasado para deter a peloia

EXCLUÍDOS WILLIAM E DAVIES DOS JOGOS DO TERCEIRO TURNO

NÃO HAVERÁ ÊSTE ANO O TORNEIO RIO-SÃO PAULO

Sòmente Dia 9 o Início da Etapa Final

O CONSELHO Arbitral da FMF reuniu-se, ontem, na sede do Edifício Cineac, a fim de tratar de vários assuntos de interêsse dos clubes e da entidade. De acôrdo com a ordem do dia, apreciou-se, de início, a tabela do terceiro turno do Campeonato da cidade, cuja ordem de jogos e as datas fixadas foram aprovadas pelos senhores representantes. Apenas a data do início dessa etapa sofreu alteração, já que Bangu e América concordam em transferir o seu prélio para o dia9, tendo o Conselho homologado a decisão dos aludidos grêmios. Dêste modo, a fase derradeira do campeonato começará na noite de 9 do corrente e não a 8, como marcava a tabela. Em seguida, foi objeto de discussão o Torneio Rio-São Paulo, tendo os clubes se desinteressado de sua disputa, por razões perefeitamente plausíveis. Focalizou-se, depois, o problema das arbitragens, matéria essa agitada pelo representante do Bangu. Tendo em vista a denúncia feita pelo diretor do Departamento de Árbitros, também presente à reunião, de que o sr. Harry Davis revelou-se pusilânime na confecção da súmula do encontro Flamengo x Botafogo, não transcrevendo fielmente os acontecimentos tristes e lamentáveis registrados no estádio do Maracanã, na noite de sábado, a tal ponto que não citou nenhum dos jogadores rubro-negros que se insubordinaram, o Conselho resolveu excluir êsse árbitro das pelejas do terceiro turno. O seu compatriota Charles Williams teve igual sorte, sendo pôsto à margem do quadro de juízes que funcionará no último turno do Campeonato da cidade, sob alegações não muito convincentes.

Riscados os nomes dos dois árbitros inglêses organizou-se o quadro que se convencionou chamar de «especial», a fim de atuar nas partidas derradeiras, ficando êle composto pelos senhores Eunápio de Queirós, José Monteiro, Frederico Lopes, Manuel Machado, Amilcar Ferreira e Wilson Lopes de Sousa. O Flamengo absteve-se de votar, tanto na exclusão dos juízes como na constituição do quadro a que nos referimos linhas acima. O Conselho autorizou o Departamento de Árbitros a contratar outros juízes estrangeiros, que não os britânicos, para dirigirem ainda os encontros do

(Conclui na 2.ª página)

FUTEBOL PELOS ESTADOS

Campeonato Mineiro — Sábado — América 1 x Vila Nova 1; domingo — Atlético 4 x Democrata 3.

Campeonato Paranaense — Ferroviário 4 x Água Verde 2.

Campeonato Catarinense — Imbituba 2 x Paula Ramos 1.

Amistosos — Torneio Ruhem Moreira — Em Salvador — Botafogo 4 x Vitória 2 e Santa Cruz 1 x Galícia 0. Em Recife — América 2 x Náutico 1 — Esporte 6 x Bahia 0.

EXCLUIDOS

excluídos do quadro da FMF.

PIRILO ASSUMIRÁ ESTA MANHÃ NO FLUMINENSE

Gradim Ficará só Com os Juvenis

FOI realmente espetacular o triunfo do Fluminense sôbre o Vasco da Gama. Atuando com apenas dez homens, sem Vitor que foi expulso, os tricolores conseguiram sensacional vitória, derrotando o líder por uma contagem categórica e entregando ao Flamengo, o título de campeão dos dois primeiros turnos. No vestiário tricolor, depois do jôgo, o entusiasmo era contagiante. Diretores, jogadores, associados, todos se confraternizavam pela estupenda atuação do quadro. O treinador Gradim, que fêz suas despedidas como técnico da equipe de profissionais, agradecia aos jogadores a vitória conquistada, a êsses jogadores que o levaram à rua da amargura... Gradim que, pela manhã, havia levantado o título de juvenis, estava radiante com a vitória, tendo, assim, uma despedida confortadora. A gratificação pela vitória, deverá ser entre 2 e 3 mil cruzeiros.

ASSUME SILVIO PIRILO

Está encerrada a campanha de Gradim à frente dos profissionais do Fluminense. Voltará a dirigir tão sòmente o quadro juvenil. Na manhã de hoje, assumirá novo técnico, Silvio Pirilo, que fêz boa campanha no Bonsucesso, será apresentado na manhã de hoje aos seus novos pupilos em Alvaro Chaves. Iniciam os tricolores nova vida, sob nova orientação, visando o terceiro turno do campeonato carioca, quando todos os clubes têm a mesma possibilidade de obter boa classificação, pois todos começam com zero ponto perdido.

E', portanto, grande a responsabilidade do novo treinador.

CAUSOU PREJUÍZO AO BELENENSES O FUTEBOL

LISBOA, 5 (ANI) — O Belenense teve as suas receitas aumentadas no ano findo, mas a seção de futebol deu-lhe um avultado prejuízo: mais de setecentos contos.

Outra Vitória de Fangio

BUENOS AIRES, 5 (AFP) — Juan Manuel Fangio, o grande volante argentino, conquistou o «12º Grande Prêmio Cidade de Buenos Aires», perfazendo as sessenta voltas do percurso.

Em segundo lugar chegou o corredor inglês Syirling Mose e em terceiro o francês Jean Behra.

MENDOZA, 5 (AFP) — E' a seguinte a classificação oficial do Grande Prêmio Automobilístico Cidade de Buenos Aires:

1) — Fangio — «Ferrari» — 1h52'38"9|10 — média: 133,721 km horários.

2) — Mosa — «Masserati» — 1h53'17"3|10.

3) — Behra — «Masserati» — 1h54'24".

4) — Mediterry — «Masserati» — A uma volta do final.

5) — Collins — «Ferrari» — A duas voltas.

CORNER DE VAIRO

Numa entrada de Del Vecchio, o zagueiro argentino Vairo, põe a escanteio, quando Mussimessi está de joelhos.

TRIUNFO SENSACIONAL DO BRASIL SÔBRE A ARGENTINA

PELEJA MUITO DURA E RENHIDA A DE DOMINGO EM MONTEVIDÉU

LUISINHO, O AUTOR DO ÚNICO TENTO

MONTEVIDÉU (Serviço especial da Sport Press) — Fortalecido em seu ânimo e em suas possibilidades, pela vitória sôbre o Perú, o quadro brasileiro apresentou-se esta noite, no estádio Centenário, moralmente em condições de enfrentar a Argentina de igual para igual, no seu penúltimo compromisso dêste Campeonato Sul-Americano Extra de futebol. Tanto assim que, os primeiros 15 minutos de jôgo, pertenceram inteiramente aos brasileiros, sòmente não traduzindo esta superioridade no «placard», devido à firmeza da defesa argentina. Aos 16 minutos surge o primeiro incidente, sem maiores consequências, entretanto. Mas o jôgo torna-se algo violento e, então, é Grillo que entra violentamente, de sola, sôbre De Sordi. Logo a seguir, o zagueiro brasileiro revida, enquanto Ceconatto e Cuchiaroni ameaçam agredi-lo. Sucedem-se as jogadas violentas. A luta continua equilibradissima, sem predomínio de qualquer contendor. Destaca-se Luizinho na vanguarda brasileira, armando, penetrando e, sempre que pode, atirando ao arco de Mussimessi. O árbitro chama Pentrelli à atenção, por ter mandado a bola para o gol brasileiro, depois do jôgo ter sido suspenso. O massagista argentino é chamado para socorrer Colman, aos 40 minutos entram também Mário Américo e, a seguir, Stábile e Brandão. Finalmente, sai Colman, capengando, e entra Garcia Perez, passando Vairo para a zaga central. Esgotam-se os primeiros 45 minutos iniciais e o jôgo entra no período dos descontos, no mesmo ritmo acelerado, muito corrido mesmo. Termina o primeiro tempo, durante o qual, o onze brasileiro foi o melhor em campo.

SEGUNDO TEMPO

Os brasileiros reiniciam a peleja, com a mesma disposição e impetuosidade do início, revidam os argentinos e Grillo tenta agredir de Sordi, sendo novamente advertido pelo árbitro. O jôgo prossegue movimentado, até que Canhoteiro passa por dois adversários, para ser finalmente derrubado. Um argentino tenta aplicar-lhe um pontapé, mas refuga, agora os argentinos forçam mais seu jôgo, insistindo no ataque e exigindo intenso trabalho da retaguarda brasileira. Luizinho vai recuado, ajudando a defesa. Aos 10 minutos Formiga, que se apresenta como o melhor da nossa defesa, salva uma situação difícil, quando Labruna entrava perigosamente. Os argentinos atacam muito, aparecendo melhor, a assistência grita: Brasil! Brasil!, pois aos uruguaios interessava o nosso triunfo. Os argentinos assumem o contrôle do jôgo, mas os brasileiros se defendem valentemente.

SAI DEL VECCHIO

Del Vecchio deixa o gramado,

(Conclui na 2.ª página)

Participará a Itália do Mundial de 1958, na Suécia

ROMA, 6 (AFP) — A Itália participará do próximo campeonato mundial de futebol, que se realizará na Suécia em 1958. Essa decisão foi tomada hoje pelo conselho da Federação Italiana, que se reuniu para examinar a próxima atividade internacional das equipes oficiais da Itália. De outra parte, o conselho tomou conhecimento do pedido formulado pela Federação Portuguêsa, concernente à data e local do jôgo «revanche» Itália x Portugal. A Federação Italiana dará resposta depois. Finalmente, o Conselho decidiu pedir às federações suíça e iugoslava para fixarem, em novembro dêste ano, a data dos encontros entre a «Squadra Azzura» e as equipes nacionais daqueles países.

CAMPEÃO

Eis o quadro campeão de juvenis de 1955, merecedor do título, o Fluminense, sob o comando de o Gradim.

CAMPEÃ DE JUVENIS A EQUIPE DO FLUMINENSE

Batido Espetacularmente Domingo o Vasco Por 5 a 1

ASSISTÊNCIA RECORDE NO ENCONTRO

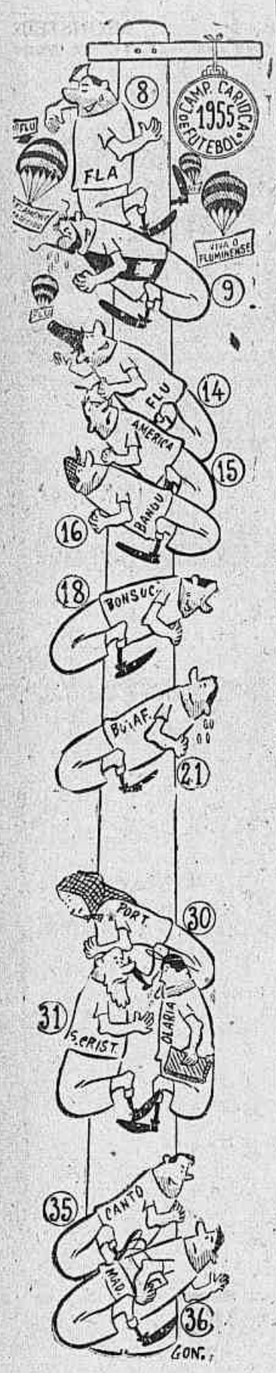
CHEGOU ao seu final o Campeonato Carioca de Juvenis, defrontando-se na manhã de domingo, em General Severiano, as equipes do Vasco da Gama e do Fluminense, decidindo o título da categoria. O tricolor conseguiu sensacional vitória sôbre o Vasco, pela contagem de 5 a 1, após terminar o primeiro tempo com 4 a 0 a seu favor. Além de ter conquistado o título

(Conclui na 2.ª página)

VENCEU A ALA ALVI-RUBRA

Uma equipe de futebol do Cruzeiro, de Petrópolis, enfrentou o quadro da Ala Alvi-Rubra, sendo derrotada por 2-1. Funcionou como árbitro o diretor do Bangu, sr. José Carlos Destero. O quadro da Alvi-Rubra vitorioso formou com Mário; Plínio e Cássio; Gilberto Feres e Renato; Silmar, Eduardo, Heitor, Filipe e Vicira. A caravana do Cruzeiro era constituida de mais de duas centenas de pessoas, tendo passado o dia em Bangu, regressando já ao cair da noite.

PAU DE SEBO



A situação dos clubes por pontos perdidos

TRÊS LÍDERES NO BAHIA-PERNAMBUCO

SALVADOR, 6 — Com os resultados da quarta rodada do «Torneio Bahia-Pernambuco» (aqui: Botafogo, 1 x Vitória, 2 e Santa Cruz 1 x Galícia, 0; no Recife — América, 1 x Náutico 1 e E. C. Recife, 6 Bahia, 0), efetuado ontem, a classificação dos concorrentes ao certame é por pontos perdidos a seguinte: 1.º) Bahia, E. C. Recife e Santa Cruz — 2; 2.º) Náutico, América e Botafogo — 4; 3.º) Vitória e Galícia — 8.

A próxima rodada será efetuada domingo. Sua disputa compreenderá a realização dos seguintes jogos: no Recife — Santa Cruz x Náutico e Botafogo x América; em Salvador — Galícia x E. C. Recife e Vitória x Bahia. (ASP)

CAMPEONATO CARIOCA DE FUTEBOL

22.ª Rodada do Certame, 11.ª e Última do Segundo Turno, dia 5-2-1956

★ ★ ★

FLUMINENSE, 3
VASCO, 1

QUADROS

FLUMINENSE: Jairo; Cacá e Pinheiro; Vitor, Clóvis e Baçu; Telê, Didi, Valdo, Robson e Escurinho.

VASCO: Hélio; Paulinho e Haroldo; Mirim, Orlando e Beto; Sabará, Alvinho, Ademir, Pinga e Paródi.

JUVENIS

(Em General Severiano)
Fluminense (campeão) 8 a 1.

★ ★ ★

Dada a trajetória das duas equipes no Campeonato e considerados os 30 minutos iniciais de jôgo, a impressão era de que o Vasco obteria a vitória e, com isso, o título de vencedor das duas primeiras etapas do certame. Essa impressão, aliás, não se desfêz nem mesmo ante o fato de ter cabido ao Fluminense abrir a contagem. Iria até, com o correr do tempo, firmar-se mais. E' que o tricolor, pouco antes de terminar a primeira fase, ficara reduzido a dez homens; no quarto de hora inicial do período complementar, cedia o empate; e momento depois, para agravar ainda mais a sua situação, malbaratava um «penalty». Mas, aí, aconteceu o imprevisto. O Fluminense, que já se agigantara na defesa, cresceu extraordinàriamente de produção, passando a jogar também na ofensiva. E, dessa forma, caminhou irresistivelmente para a vitória. Feito de grande envergadura do tricolor, já que produto de uma demonstração de muita fibra e talvez também de sua melhor conduta técnica, até aqui, no Campeonato. E o Vasco, que não teve nem por sombra a combatividade de seu adversário, acabou sendo derrotado, favorecendo o Flamengo, que assim, terminou campeão dos dois primeiros turnos. A expulsão de Vitor, foi compreensível. O médio praticou, de fato, uma falta violenta. Vista, todavia, no conjunto, tal decisão do juiz não se compreendeu. Pinheiro, Mirim e Haroldo, embora tivessem cometido infrações mais graves, não foram atingidos pela drástica medida. Por outro lado, andou certo o juiz não validando a bola que Parodi, aos 8' do segundo tempo, impulsionou às rêdes, pois o impedimento só não existiria se fôsse Alvinho quem, aproveitando a «estourada» de Pinheiro sôbre si próprio, tivesse burlado a vigilância de Jairo.

1º TEMPO: Fluminense, 1 x 0 (Robson, aos 35').

FINAL: Fluminense, 3 a 1 (Alvinho, aos 15'; Valdo, aos 31' e aos 40').

OCORRÊNCIAS: Vitor foi expulso aos 44' do primeiro tempo, por ter atingido Sabará, pelas costas, na disputa de um lance. A falta máxima de toque de Haroldo, foi cometida ao 23' da fase complementar. Pinheiro executou mal e assim pôde Hélio neutralizar a penalidade máxima.

JUIZ: Frederick Charles Williams (Franco).

LOCAL: Maracanã.

RENDA: 621.727,20.

AMÉRICA, 3
OLARIA, 0
QUADROS

AMÉRICA: Pompéia; Rubens e Edson; Ivan, Osvaldinho e Manequinho; Canário, Romeiro, Leônidas, Alarcon e Ferreira.

OLARIA: Válter; Osvaldo e Renato; Moacir, Barbosa e Dodô; Tião, Léo, Maxwell, Russo e Mário.

JUVENIS
(Em Conselheiro Galvão)
Olaria, 3 a 2

Mesmo sem repetir suas últimas atuações, o América não encontrou dificuldades em levar a melhor. Produziu um jôgo suficiente para derrotar um Olaria, que procurou ser voluntarioso, mas teve sempre de ceder à maior categoria do seu adversário. De resto, vitoriosos, os «americanos» vingaram-se, quando o quadro «bariri» se despediu do Campeonato do revés que haviam sofrido exatamente na primeira rodada do certame.

1º TEMPO: América, 2 a 0 (Romeiro, aos 15', e Alarcon aos 40').

FINAL: América, 3 a 0 (Ferreira, aos 27').

JUIZ: Gama Malcher (regular).

LOCAL: Campos Sales.

RENDA: Cr$ 29.711,00.

OBSERVAÇÕES: — Sexta-feira, à noite, ao ser iniciada a rodada, a Portuguêsa, em General Severiano, derrotou o Canto do Rio, por 3 a 1 — gôls, no primeiro tempo, de Joe, aos 20', Guilherme, aos 31' e aos 42'; e, no segundo, de Arnóbio, de «penalty», aos 40'. Renda: Cr$ 6.639,00; juiz: Eunápio de Queirós (regular); e aspirantes: Canto do Rio, 4 a 1. Na tarde de sábado, em Teixeira de Castro, o Bangu bateu o Bonsucesso, por 2 a 1 — gôls, no primeiro tempo, de Amauri, aos 33', e Grilo, aos 39' e aos 43'. Renda: Cr$ ..... 26.005,00; juiz: Frederico Lopes (bomb); aspirantes: Bonsucesso, 3 a 2; e juvenis (domingo, na rua Bariri), Bangu, 4 a 3. Naquela mesma tarde, em Conselheiro Galvão, o Madureira impôs-se ao São Cristóvão, por 1 a 0 — gól, no segundo tempo, de Tião, aos 22'. Renda: Cr$ 4.166,00; juiz: Eunápio de Queirós (regular); e juvenis (domingo, em São Januário): Madureira, 7 a 2. Sábado ainda, mas a noite e no Maracanã, o Flamengo venceu o Botafogo, por 2 a 1 — gôls, no segundo tempo, de Paulinho, aos 23' Rodrigues, pena máxima, aos 34', e Paulinho, aos 39'. Renda: Cr$ 426.111,30; juiz: Harry Davis (fraco); aspirantes: Flamengo, 1 a 0; e juvenis (domingo, em Campos Sales): Flamengo, 2 a 1.

O TENTO VASCAINO

Ils o tento vascaino, marcado por Alvinho, que viria a ser o único dos cruzmaltinos. Telê, dentro da meta nada pôde fazer, enquanto Jairo, caído, Pinheiro, Pinga, Cacá e Parodi, assistem ao lance.

Também Nos Aspirantes Venceu o Fluminense

Derrotado o Olaria Pelo América Com Facilidade

NAS DUAS PELEJAS: 3 A 2

DEPOIS das vitórias registradas pelo Fluminense no domingo, pela manhã, e à tarde, era aguardada com algum interêsse a peleja de ontem à tarde entre as equipes de aspirante do Fluminense e do Vasco. E mais uma vez triunfou o quadro tricolor, derrotando o Vasco pela contagem de 3-2. O prélio transcorreu movimentado e agradou bastante ao reduzido público presente ao estádio de General Severiano, pois os ataques se sucediam de lado a lado.

Na primeira etapa o Fluminense estêve melhor, apresentando maior presença em campo e atacando mais vêzes que o adversário. Entretanto, sòmente um tento foi assinalado, e foi para o Fluminense, por intermédio de Osvaldo cobrando uma falta de fora da área, aos 31 minutos. Sòmente na segunda etapa voltou a ser modificado o «placard», pois o Fluminense teve um início fulminante, marcando seu tento de número dois aos 35 segundos, com Hugo. Prosseguiu dominando o quadro tricolor, sempre forçando a meta de Vitor Gonzalez, que entretanto praticava boas defesas. Eis que, o ataque tricolor tenta uma incursão pela direita e Paulinho centra em ótimas condições a Almir, que assinala, de forma indefensável, o terceiro tento do Fluminense e que viria a ser o da vitória. Com êsse gol, acomodaram-se os tricolores, do que se aproveitou o Vasco para assediar a meta de João, conseguindo conquistar seus dois tentos, por intermédio de Pedro Bala, aos 32', e Ièdo, aos 37', quase conseguindo empatar a peleja aos 43 minutos, quando Wilson perdeu sòzinho frente ao gol vazio. E com o «placard» de 3-2 para o Fluminense terminou a peleja.

Os quadros foram êstes:

FLUMINENSE — João; Bené e Beto; Jair, Bataiais e Lafaiete; Paulinho, Almir, Hugo, Valdemar e Osvaldo.

VASCO — Vitor Gonzalez; Tomás e Darlo; Jofe, Adésio e Coronel; Pedro Bala, Laerte, Wilson, Ièdo e Djair.

Na arbitragem estêve Wilson Lopes de Sousa, com bom trabalho e a renda não foi fornecida.

A segunda peleja da tarde de ontem reuniu em Campos Sales os quadros do América e do Olaria, em noite que não despertou quase nenhum interêsse, não só por já estar definido o certame da categoria como também por serem fracos os quadros de aspirantes que realizaram a partida. Ao final dos 90 minutos venceu o América pela contagem de 3-2, dominando sempre o quadro adversário e só não marcando mais tentos por terem seus avantes se desinteressado do «placard».

A contagem foi inaugurada aos 16 minutos da primeira etapa, para o América, por intermédio de Nelsinho, aumentando Ceninho aos 28 minutos. Cosme goleou para o Olaria aos 39 e, um minuto após, David marcou o terceiro tento para o América, terminando a primeira fase com a vitória parcial dos rubros por 3-1. No segundo tempo sòmente um tento foi assinalado, aos 40 minutos, por intermédio de Bera, para o Olaria, terminando a peleja com a vitória do América por 3-2.

Os quadros estiveram assim formados:

AMÉRICA — Válter, Sousa Filho e Osmar; Didi, Aluisio e Leston; Ramos, David, Ceninho, J. Alves e Nelsinho.

OLARIA — Fernando; Didico e Tião; Neni, Severino e Wild; Saul, Cosme, Bera, Pombo e Moreno.

O juiz foi o sr. Aristocilio Rocha, com boa atuação, e a renda somou apenas 360 cruzeiros.

Excluídos...

(Conclusão da 1.ª página)

turno final do certame. Por fim, foi agitada a questão do horário, ficando estabelecido que os jogos programados para as quartas-feiras serão iniciados às 21h 30m; aos sábados, às 21 horas e aos domingos, às 17 horas. O Conselho, também, deliberou não permitir o televisionamento das pelêjas correspondentes ao terceiro turno, tanto os diurnos como os noturnos.

A TABELA APROVADA

E' a seguinte a tabela de jogos aprovada:

Quinta-feira, 9-2 — América x Bangu; sábado, 18-2 — Vasco x Bonsucesso; domingo, 19-2 — Flamengo x América; quarta-feira, 22-2 — Fluminense x Bonsucesso; sábado, 25-2 — Flamengo x Bangu; domingo, 26-2 — Vasco x Fluminense; quarta-feira, 29-2 — Flamengo x Fluminense; sábado, 3-3 — Bangu x Vasco; domingo, 4-3 — América x Bonsucesso; quarta-feira, 7-3 — Vasco x América; sábado, 10-3 — Flamengo x Bonsucesso; domingo, 11-3 — Fluminense x Bangu; quarta-feira, 14-3 — Bangu x Bonsucesso; sábado, 17-3 — Fluminense x América; domingo, 18-3 — Flamengo x Vasco.

Campeã de...

(Conclusão da 1.ª página)

máximo da temporada, conseguiu, também, o Fluminense quebrar a invencibilidade dos cruzmaltinos que se encontravam na primeira colocação, ao lado dos tricolores, com cinco pontos perdidos.

Uma assistência, record em jogos de juvenis, compareceu ao gramado do Botafogo, proporcionando arrecadação de 58.858,00.

Genivaldo, goleador do campeonato, foi o «artilheiro» da partida com 3 gols, cabendo a Alecir (2) completar o placard da vitória dos tricolores. O gol de honra do Vasco foi assinalado de penalidade máxima, por intermédio de Roberto.

Eis a formação das duas equipes:

Fluminense (campeão): Alberto; Jair e Roberto; Ecio, Altair e Rui; Odair, Genivaldo, Alecir, Romeu e Luis Carlos.

Vasco da Gama: Mauro, Carlos e Viana; J. Henrique, Antônio e Dodô; Alcides, Luis, Castelo, Roberto e Rômulo.

A arbitragem pertenceu a Ivan Capeleti, com boa atuação.

DIZ BRANDÃO:

ESTÁ REABILITADO O FUTEBOL BRASILEIRO

Esperada Nova Vitória Contra os Uruguaios

MONTEVIDÉU, 6 (Serviço especial da Sport Press) — O ambiente no vestiário do Brasil, depois do cotejo contra a Argentina, era de intensa vibração. Todos exaltavam o feito dos jogadores; dirigentes e atletas se confraternizavam, assim como os jornalistas brasileiros também foram até o vestiário dos nacionais levar o seu abraço pelo sensacional triunfo.

Do Estádio Centenário ao Hotel Nogaró (concentração dos brasileiros), os jogadores no ônibus se fizeram ouvir, cantando músicas brasileiras, sendo as comemorações pela vitória encerradas no hotel, com a abertura de 15 garrafas de champanha. Até altas horas, a vitória foi comemorada na concentração, quando vários oradores fizeram uso da palavra. Estava reabilitado o futebol paulista e muito mais, o futebol brasileiro.

«ESPERAMOS REPETIR CONTRA OS URUGUAIOS»

O treinador Oswaldo Brandão se encontrava entusiasmado com a sensacional vitória. Cumprimentou todos os jogadores, um por um, abraçando-os. Ouvido pela reportagem da Sport Press, disse: «Foi uma grande satisfação para nós o triunfo diante dos argentinos. Estamos recompensados pelo nosso trabalho e está reabilitado o quadro brasileiro daquele primeiro desastre». «Contra os uruguaios — prosseguiu Brandão — esperamos repetir a dose, pois assim teremos uma colocação honrosa e, talvez, quem sabe, ainda seremos candidatos ao título de Sul-Americano Extra de Futebol».

Triunfo...

(Conclusão da 1.ª página)

sendo substituído por Álvaro. Reagem os brasileiros com um ataque, que Zezinho inutiliza. Insistem os portenhos no ataque, 22 minutos de luta e o «placard» permanece inalterado. Faltam 10 minutos para o final do jôgo, quando sai Labruna e entra Sivori. Falta de De Sordi em Grillo sôbre a linha da área, protestam os brasileiros, mas o árbitro confirma. Valro executa a falta para Cuchiaroni, que atira por cima, enquanto o público vaia. Perigosíssima carga do ponteiro canhoto argentino, depois de um furo espetacular de Djalma Santos.

GOL DO BRASIL: LUIZINHO

Aos 43 minutos de jôgo, os brasileiros desafogam a defesa e vão ao ataque, atira Álvaro violentamente, a bola bate num contrário e volta, atira novamente o comandante Mussimes. si pega e larga, para Luizinho, sempre arisco e oportuno, entrar e empurrar a bola para o fundo das rêdes, por baixo do goleiro. Foi um delírio no Estádio Centenário, mais dois ataques argentinos e termina o jôgo, com a magnífica e espetacular vitória dos brasileiros por 1-0.

Foi segura a arbitragem do uruguaio Washington Rodriguez, tendo as duas equipes, jogado com a seguinte constituição:

BRASIL — Gilmar; De Sordi e Alfredo, Djalma Santos, Formiga e Roberto; Maurinho, Luizinho, Del Vecchio (Álvaro), Zezinho e Canhoteiro.

ARGENTINA — Mussimessi; Colman (Vairo) e Vairo (Garcia Perez); Lombardo, Mourinho e Gutierrez; Pentrelli, Ceconatto, Grillo, Labruna (Sivori) e Cuchiaroni.

IMPOSSIVEL A TEMPORADA SEM UM REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O Câmbio e os Preços Ameaçam a CBD

PARA possibilitar à CBD a realização da temporada internacional em junho e julho próximos, pleiteará o vereador Castro Meneses um reajustamento do preço dos ingressos, no estádio do Maracanã, especialmente os dos jogos internacionais. Comparecendo, ontem, à sede da CBD, acompanhado do vereador Mauricio Caldeira de Alvarenga, secretário da comissão de Finanças da Câmara Municipal, o sr. Milton de Castro Meneses, também membro daquela comissão, foi recebido por dirigentes da entidade, srs. Silvio Correia Pacheco, presidente; João Correia da Costa, vice-presidente; Abilio de Almeida, secretário; Carlos Osório de Almeida, diretor de Esportes Amadorísticos; Luis Murgel, presidente da Comissão de Assuntos Internacionais e Arnaldo Costa, presidente do Conselho Técnico de Remo, que lhe ofereceram, uma lembrança, como reconhecimento pelo interêsse com que se houve para a obtenção, pela Confederação, de uma subvenção da Municipalidade, destinada às equipes que defenderão, no exterior, o título de campeã sul-americana de natação, atletismo e remo. Durante uma exposição sôbre os planos para o próximos jogos internacionais, para os quais virão ao nosso país categorizadas seleções da europa, mostraram os cebedenses a impossibilidade de concretizar a temporada com os preços de ingressos vigentes. Esses preços, tabelados em 1950, em Cr$ 140,00 para as cadeiras e Cr$ 30,00 para as arquibancadas, foram reduzidos para Cr$ 55,50 e Cr$ 28,00, respectivamente, enquanto que as despesas estão acrescidas, hoje, em 199% e 246%, as passagens, na Panair e em outras emprêsas, respectivamente: 122%, a hospedagem e, de 125% a 182% o preço do material esportivo. As cotas por jôgo, pagas em dólar, à razão de 10.000 dólares por partida (a mesma importância que a CBD receberá na sua próxima excursão à Europa), mais as despesas de viagem e estadia elevarão a mais de Cr$ 1 milhão o custo de cada partida, que não poderá ser coberto com os preços em vigor. Prometeu o vereador Milton de Castro Meneses, de posse daqueles dados, apresentar, oportunamente, um projeto de lei reajustando os preços dos ingressos.

Torneio dos Campeões da Segunda Divisão

Em Santos — Portuguêsa Santista 2 x A. D. Araraquara 0; em Ribeirão Preto — Botafogo 6 x Marília 1; em Araraquara — Ferroviário 2 x América do Rio Preto 1; na capital — Juventus 1 x Comercial de Ribeirão Preto 1.

BELINI, VAVÁ E VÁLTER DE RETÔRNO NO 3.º TURNO

ESSA A ESPERANÇA DO VASCO

"PERDEMOS uma batalha, mas ainda não perdemos a guerra", foi a frase do presidente do Vasco da Gama, sr. Artur Pires, depois do jôgo contra o Fluminense, no vestiário do Maracanã. A derrota ante o tricolor e a consequente perda do título dos dois turnos, trouxe certa tristeza ao reduto dos cruzmaltinos. Mas os dirigentes procuraram consolar seus jogadores, dizendo a todos que no terceiro turno as coisas poderão melhorar e uma «melhor de três» com o Flamengo não está fora de cogitações.

CONCENTRAÇÃO EM TERESÓPOLIS

Durante o período de Carnaval, os jogadores do Vasco ficarão concentrados numa fazenda, em Teresópolis. Os cruzmaltinos treinarão hoje individualmente e amanhã haverá ensaio de conjunto em São Januário. O embarque para Teresópolis está marcado para quinta-feira, sòmente retornando a delegação na quarta-feira de Cinzas.

REFORÇOS PARA O TERCEIRO TURNO

Para o terceiro turno, o Vasco da Gama espera contar com o concurso de três titulares: Belini, Vavá e Válter. Os dois primeiros estão ainda contundidos, mas com a folga que têm para o início do terceiro turno, deverão ficar restabelecidos a tempo. O meia Válter, operado, retornará hoje de Santos e também seguirá com os demais jogadores para Teresópolis. Estará, desta forma, o Vasco da Gama com sua fôrça máxima no terceiro turno, visando o título de campeão de 1955.

Ponteiro Pernambucano Interessando ao Bahia

SALVADOR, 6 — O Esporte Clube Bahia está em adiantados entendimentos para contratar o ponteiro Dario, de Recife. A proposta é financeiramente das melhores. Ao que tudo indica, Dario ingressará mesmo no alvi-rubro baiano. (ASP)

Árbitros Ingleses Para Brasil x Tchecoslováquia

Prefere a CBD árbitros ingleseses para o jôgo com a Tchecoslováquia, a 21 de abril próximo, em Praga. Assim respondeu a Confederação Brasileira à consulta da Federação slovena, sôbre o assunto.

—

SEM TAXA de espécie alguma poderão as emissoras brasileiras transmitir o jôgo Itália x Brasil, em Roma, em abril próximo, segundo informou a Federação Italiana. A dirigente italiana espera, porém, as mesmas condições para as estações daquele país, por ocasião de sua visita ao Brasil.

—

VISITA de cortesia realizará, hoje, o presidente da CBD, sr. Silvio Pacheco, ao ministro da Educação.

—

REUNE-SE, amanhã, o Conselho Técnico de Futebol.

EMPATARAM POR 1-1 PERÚ E PARAGUAI

SEM MAIOR BRILHO A PELÊJA

MONTEVIDÉU, 5 (Serviço especial da Sport Press) — Peru e Paraguai tiveram a incumbência de disputar o primeiro jôgo da rodada dupla pelo campeonato sul-americano extra. O jôgo ofereceu lances de interêsse e, depois de um primeiro tempo em branco, o «placard» assinalou o resultado final com um tento para cada quadro. Resultado justo, pois, se na verdade os peruanos apresentaram um desempenho técnico eficiente, com bom entrosamento e manobras de meia cancha sempre a seu favor, o certo é que faltava homens penetradores para lutar na área e buscar o gol. Enquanto isso, os paraguaios, lutadores como sempre, mostravam-se mais objetivos, mais agressivos e dal terem estado sempre mais próximos de marcar do que os peruanos. O gol dos peruanos foi de autoria de Lazon, cobrando uma penalidade máxima de Casco sôbre Roberto Castillo quando êste preparava o tiro final, aos 17 minutos. Os paraguaios igualaram aos 23 minutos. Gonzalez recolheu, atrasou para Villalba que entregou a Rolón, que dominou e atirou firme às rêdes, igualando definitivamente o marcador. Dirigiu o encontro o árbitro argentino Juan Brozzi, com bom desempenho. Os quadros jogaram assim formados:

PERU — Zegarra; Lazon e Delgado; Andrade, Calderón e Gutierrez; Félix Castillo, Tito Drago, Roberto Castillo (Terry), Mosquera e Gomes Sanchez.

PARAGUAI — Caballero; Ricardo e Casco; Echegue (Hermosilla), Villalba e Vega (Leguizamon); Hermes Gonzalez, Rolón, Romero, Gomes e Canete.

POLICLINICA GERAL DO RIO DE JANEIRO

PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

São convidados os Senhores Sócios para a Sessão da Assembléia Geral Ordinária, na sua sede à avenida Nilo Peçanha, 38, 10º andar, no dia 11 de fevereiro corrente, às 9 horas, para o fim de lhes ser apresentado o Relatório da Diretoria, o balanço e anexos da Tesouraria referentes ao Exercício de 1955 e para a eleição dos membros da Diretoria para o período de seis anos e do Conselho Fiscal pelo de um ano.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1956 — DR. CALDAS BRITO — Diretor - Presidente.

SINGER USADAS

VENDEMOS ótimas máquinas SINGER recondicionadas das antigas, 3 gavetas — 10 anos de garantia — Cr$ 5.300,00. Entradas de Cr$ 500,00 e Cr$ 300,00 mensais. Preço mais barato para quem comprar à vista

Ruy Mafra & Irmão RUA ESTACIO DE SA', 165-A — LARGO DO ESTACIO — TEL.: 28-7547 — «Cumprimos o que anunciamos». —

VÍTOR E VÁLTER CITADOS NAS SÚMULAS DOS JUÍZES

OUTROS ATLETAS MENCIONADOS

NÃO andam boas as coisas pelo futebol carioca. Depois de haver expulsado dois jogadores do Flamengo, o juiz inglês foi atemorizado pelos srs. José Alves de Morais e Fadel Fadel, reclamando a medida que então considerava necessária. Esses dois paredros esportivos, excessivamente exaltados, tentaram agredi-lo e estabeleceram uma situação muito grave de indisciplina, nociva, altamente nociva aos interêsses do futebol metropolitano. Não há defesa para os gestos e as atitudes verificadas sábado, à noite, no Maracanã, muito embora se reconheça que êsses árbitros inglêses são fracos, conforme dissemos logo após suas primeiras atuações no Rio. A autoridade do árbitro é inviolável, segundo as leis do jôgo. Se o juiz erra na arbitragem, nada se pode fazer, porque, em questões de fato, suas decisões são finais.

Dentro de nossas leis, há meios de punir os juízes que prevariquem, mas tal não foi o caso.

Soube, porém, a nossa reportagem que o juiz Harry Davis, depois de pesar os prós e os contras, resolveu pôr na súmula dois jogadores do Botafogo e não citar nenhum do Flamengo. Ora, em face do que se viu no Maracanã, êle tinha de ser honesto consigo mesmo e o público, mencionando todos os que fizeram jus à citação. Resta saber se o Botafogo permanecerá indiferente a essa resolução do árbitro.

MODIFICADA A TABELA DO SUL-AMERICANO EXTRA

MONTEVIDÉU, 5 (Serviço Especial da SPORT PRESS) — Depois da noite de ontem, na qual o mau tempo obrigou adiar a peleja entre Uruguai e Chile, que ficou para amanhã, também à noite, os delegados dos países presentes ao Campeonato Sulamericano de Futebol decidiram adiar alguns jogos, sendo a modificação mais de nota a que altera a data da grande partida, entre Uruguai e Argentina, de 14 para 12 do corrente.

Assim demorará mais um dia o certame continental terminando sòmente na quarta-feira da cinzas. As novas datas são as seguintes: Dia — Quinta-feira — Peru x Chile. Dia 10 — Sexta-feira — Uruguai x Brasil; Dia 12 — Domingo — Paraguai x Chile. Dia 15 — Quinta-feira — Argentina x Uruguai.

TRAGÉDIA AO FIM DA FESTA

SERÁ LEVADO HOJE PARA BUENOS AIRES O CORPO DO MALOGRADO COMTE. DO «ERRANTE»

Chegou o «Péte Quinto» Localizado o «Adelina»

DOIS IATES AINDA EM DISPUTA

DOLOROSO acidente veio enlutar a IV Regata Oceânica Buenos Aires-Rio, e os meios iatistas internacionais, especialmente da América do Sul. Cêrca das 22 horas de sábado, o comandante do iate argentino «Errante», que se encontrava à altura da Laje de Marambaia, próximo da Restinga, verificando que a bojarrona do barco se encontrava avariada, pediu socorro. Atendendo ao chamado, a corveta «Solimões», da nossa Marinha, aproximou-se do «Errante». O mar, segundo notícias recebidas posteriormente, encontrava-se muito agitado, de modo que, no levantamento de uma das vagas, o «Errante» colidiu com o «Solimões». Com o choque, o comandante do «Errante» Carlos Alberto Abatecola, foi atirado ao mar, ficando impressionado entre os dois barcos. Teve morte horrível o esportista Abatecola, que contava 37 anos, era casado e dirigia, em Buenos Aires, a emprêsa de eletricidade «Antares». Seus companheiros de viagem eram os srs. Carlos Herscovich, Rodolfo Puentes, tenentes Luiz Henrique Obiglio e Lucio E. Sanginetti, da Marinha Argentina. Tôda a tripulação pertencia ao Iate Clube de São Fernando.

SEGUIRA HOJE

Retirado do mar, foi o corpo do infeliz esportista trazido, pelo «Solimões» para esta capital. O Iate Clube do Rio de Janeiro, e posteriormente o cap. Lisando Yanzi Oro, Adido naval da Embaixada da Argentina, providenciaram a remoção do corpo para Buenos Aires, o que ocorrerá esta manhã, em avião militar argentino.

LUTO NO IATE CLUBE

O acidente causou profunda consternação entre os membros concorrentes à Regata Internacional, dos quais o «Errante» seria o penúltimo colocado. No selo do Iate Clube do Rio de Janeiro não foi menor o choque causado pelo inesperado infortunio. Ao ter conhecimento da ocorrência, a diretoria do Iate Clube determinou que o Clube tomaria luto por 2 dias, além da suspensão imediata de tôdas as festividades do programa com que alegremente se comemorava a sensacional competição.

CHEGOU O «PÉTE V»

Domingo, às 17h12m o iate argentino «Péte V» concluiu a prova, cruzando a meta do Arpoador. Restam, apenas, o «Antares» e o «Adelina» ambos argentinos, de cuja chegada o Iate Clube não sabia informar ainda ontem à noite. O «Adelina», sôbre o qual não havia nenhuma notícia há dias, foi localizado na tarde de domingo, bastante atrasado.

Novo Recorde Mundial

VELSEN, HOLANDA, 5 — (AFP) — A nadadora holandesa Atie Voorsy melhorou seu recorde mundial e europeu dos 100 metros «butterfly» hoje, nesta cidade, realizando 1m11s9|10. O recorde anterior era de 1m13s1|10 e fôra batido a 21 de setembro de 1955, em Vlaardingen.

TREINAM EM CONJUNTO AMANHÃ OS BRASILEIROS

MONTEVIDÉU, 6 — Serviço especial da SPORT PRESS) — Ainda vibrando com a sensacional vitória de ontem os jogadores brasileiros tiveram dia livre. Hoje aproveitando a folga foram para passeios e compras pelas lojas da capital uruguaia. Fato curioso é que os jogadores nacionais foram bastante felicitados por populares uruguaios pela vitória sôbre a Argentina, que colocou o quadro da casa em ótima situação para conquistar o título máximo do certame.

Amanhã reiniciarão os brasileiros seu treinamento para o prélio de sexta-feira contra o Uruguai, que é o último para nós, realizando um treino individual. Quarta-feira então, no campo do estádio Centenário será realizado o derradeiro treino de conjunto, encerrando quinta-feira, com novo individual o treinamento para a peleja do dia seguinte. Sòmente dois jogadores, De Sordi e del Vecchio, estão contundidos jevemente. O treinador Brandão pretende manter o mesmo quadro para o prélio contra os uruguaios.

COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS

Copacabana

COPACABANA — VENDE-SE o apartamento 404 da rua Sá Ferreira, 152, composto de ampla sala, 3 quartos e demais dependências inclusive garagem. Preço Cr$ 850.000,00. Informações na I C I S A — Av. Venezuela, 27 — sala 812 — Telefone: 43-6463

APARTAMENTOS PRONTOS — Vendemos no Edifício Londres, à rua Siqueira Campos, 138, apartamentos de saleta, ampla sala, (17m2), quarto separado, banheiro completo, cozinha com fogão de 4 bocas, armários embutidos, varanda de serviço com tanque e banhei. de empregada, desde Cr$ 400.000,00 com EXCEPCIONAIS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 5% de sinal, cêrca de 50% financiados em 10 anos pela EQUITATIVA e o restante a combinar. Água em abundância. Tratar no local, com o proprietário, diàriamente inclusive domingos e feriados, das 9 às 19 horas

COPACABANA — TERRENO — Vende-se próximo à Avenida Atlântica com 23,00 x 52,00 (Fôro remido), com projeto aprovado de edifício de 12 andares, com 5 lojas, e 66 apartamentos, facilitando-se o pagamento. Tratar com o proprietário, Milton Ferreira de Carvalho, à rua Evaristo da Veiga, 16 — 17º andar

AVENIDA ATLANTICA — VENDE-SE ótimo apartamento com cêrca de 200 mts2, peças amplas, 2 banheiros sociais, 2 quartos de empregada, garagem. Telefone: 43-8578

Flamengo

FLAMENGO — Vende-se à rua Silveira Martins, 132, o apartamento 408, composto de sala, quarto, etc., todo atapetado e outras benfeitorias. Preço Cr$ 320.000,00. Chaves na Portaria. Outras informações na I C I S A à Av. Venezuela, 27 — 8º — salas 812-14 — Telefone: 43-6463

Catete

CATETE — Vendemos ótimos apartamentos de sala, 1 ou 2 quartos, com grande facilidade de pagamento, no Edifício Lúcia Maria, em construção à rua Pedro Américo, n. 48. Tratar à rua da Quitanda, n. 80, 9º andar, na «COPARCO». Tel: 43-8660

Centro

VENDE-SE 2 lotes de terra medindo 1.400 metros quadrados e uma casa com luz e fogão Ultragás, água nascente tôdo plantado com 30 pés de laranja e 6 mangueiras, e abacateiros. Estação de Miguel Couto. E. do Rio. Rua Miguel Conto, 307 — Bairro Changri-lá tratar neste acima

Vende-se o terreno com frente para a Av. Ernani Cardoso n 32. Preço Cr$ 350.000,00. Tratar com o Sr. Leopoldo à rua da Quitanda n. 80 — 9º andar. Tel: 43-8660

CASTELO — SALAS — Alugam-se no Edifício Inúbia, à Avenida Presidente Wilson n. 210, juntas ou separadamente, 5 salas contíguas no 3º andar, tôdas de frente, sendo 4 de 24,00 m2, e 1 de 17,00 m2, sòmente para fim comercial. Tratar no escritório de Milton Ferreira de Carvalho, à rua Evaristo da Veiga, 16 — 17º andar

ED. DE APARTAMENTOS — Compra-se à vista na zona urbana, mesmo com pouca renda. Não se quer intermediários. Ferreira. Telefone: 52-1032, dias úteis

CENTRO — RENDA DE CR$ .... 600.000,00 — Vende-se imóvel comercial por Cr$ 5.000.000,00 rendendo Cr$ 50.000,00, mensais, líquidos. Não se quer intermediários. Tratar com o proprietário, pelo telefone: 32-5757, dias úteis

CINELANDIA — LOJA — Vende-se com 5 portas. Tratar com o proprietário, Milton Ferreira de Carvalho, à rua Evaristo da Veiga, 16 — 17º andar — Telefone: 32-5757

AV. BRASIL — TERRENO — Vende-se terreno à rua Dr. Nunes, de esquina, próximo à Avenida Brasil, com 350 m2. Tratar com Milton Ferreira de Carvalho, à rua Evaristo da Veiga, 16 — 17º andar. Tel: 32-5757

Rio Comprido

RIO COMPRIDO — Aluga-se amplo e confortável apartamento, 8 quartos, sala, vestíbulo e varanda envidraçada, banheiro e dependências de empregada, garagem. Vêr rua Barão do Itapagipe, 21 — apto. 704. Edifício Lusitânia. Chaves com o porteiro. Tratar av. Rio Branco, 20 — sala 501 — Telefone: 43-8697

CASA NA PRAIA — VENDO urgente excelente casa no ramal de Mangaratiba a 50 mts. da estação férrea e da praia — Tel: 43-8578

Tijuca

AV. TIJUCA — AREAS DE .... 5.200 m2 a 127.000 m2. — Vendem-se duas privilegiadas áreas de 5.200 m2., e 127.000 m2., para loteamento, edifício de apartamentos com condições singulares, colégio, casa de saúde ou mansão nobre à rua Tiumbi, que começa no km. 1, junto ao n. 944, sendo a menor com pequena inclinação, no primeiro trecho, com luxuosos palacetes e calçam os, luz e esgôto, e, a maior no segundo trecho, com nascente perene de grande volume. Ambas em encosta virada para o nascente donde sopra constante viração. Grau mínimo de umidade e temperatura agradável assegurada por densas florestas virgens indevastáveis por serem da União e pela altitude de 210 ms. acima do nível do mar. Singular posição, dominando o Atlântico e a baía de Botafogo. Distam 10 1/2 kms. Avenida Rio Branco, 1 km. da Usina, 3 kms. da Muda, 4 kms. do Alto da Boa Vista e 5 kms. da Cascatinha Tratar com o proprietário, Milton Ferreira de Carvalho, à rua Evaristo da Veiga, 16 — 17º andar — Tel: 32-5757

Grajaú

GRAJAÚ — Cr$... 50.000,00 de entrada e o saldo até 15 anos — Vendo o último apartamento de saleta, 1 sala, 1 quarto, cozinha, quarto de banho completo, terraço com tanque, etc., à rua Maxwell, 392, para entrega em oito meses. Tratar com HELVÉCIO DE GUSMÃO FILHO, à avenida Rio Branco, 108 — 17º andar — Sala 1.704 — Diàriamente.

GRAJAU' — Apartamentos, alugam-se, de dois quartos, sala, banheiro, cozinha, área e dependências de empregados, à rua Visconde de São Vicente, 52 e 54

Andaraí

ANDARAI' — VENDO à rua D. Amélia, 102-A, apto. 203, com ótima sala, três bons quartos, varanda envidraçada, banheiro e cozinha. Cr$ 200.000,00 à vista e Cr$ 284.188,00 financiados pela Caixa Econômica, prestações mensais de Cr$ .... 2.671,30. Ver no local. Tratar com sr. SILVA, na Imobiliária Lemos Ltda., à av. Nilo Peçanha, 26 — 7º and. sala 701 - Telefone: 42-9506.

Subúrbio da Central

ENGENHO DE DENTRO — Casa tipo apartamento, em prestações — Vende-se na rua Paraná 395-F ap. 202, com 2 amplos quartos, sala, banheiro completo, cozinha com fogão a gás de 4 bocas, área de serviço com tanque, não falta água, muito arejado, entrega-se vazio, entrada de Cr$ 80.000,00 e o restante facilita-se, em 240 prestações mensais, prestação menor que aluguel. Visitar no loc e mais informações na rua México, n. 74, 6º andar, sala 603, das 12 às 16 horas. — Telefone: 22-8327

Teresópolis

TERESÓPOLIS — Faça o melhor negócio de tôda a sua vida, adquirindo no «Recreio do Córrego das Pedras», situado à margem da estrada Teresópolis-Friburgo, a 25 minutos do centro de Teresópolis, um sítio ou chácara, em 60 prestações mensais sem juros, com direito a co-propriedade do seu «Parque Recreativo», com sede, piscina e campos de desportos. Reserve ainda hoje, o seu lugar p/ a condução do próximo domingo, para melhor conhecer as reais vantagens dêste negócio. Informações e Reservas «SOLIR». No Rio: Av. Erasmo Braga, 227 — grupo 1015. — Tel: 52-0283. Em Teresópolis: Parque Regadas. Loja 33 — Tel: 2716

Automobilismo e TRÁFEGO

Aprenda a cuidar do seu carro — 174

CONSERVAÇÃO DA BATERIA

(Continuação)

AMAURY F. DE ALMEIDA

EM artigos anteriores, vimos os pequenos cuidados exigidos pela bateria para sua conservação. Vamos tratar hoje dos principais «inimigos» da bateria, ou seja, os fatôres que contribuem para encurtar o seu período de aproveitamento, e que devem, portanto, ser evitados. 1) — Uso excessivo. — As solicitações contínuas da bateria, ou melhor, e uso de muitos equipamentos elétricos ao mesmo tempo, rodando o carro à pequena velocidade, e portanto, o dínamo debitando pouca corrente, esgotam a carga da bateria; se esta não fôr reposta pelo dínamo, em viagens relativamente longas e a velocidade médias, a bateria permanece em estado de descarga e acaba por descarregar-se por completo.

O uso do motor de arranco deve merecer especial atenção, porquanto é êsse equipamento o que maior quantidade de energia consume, em virtude do grande esfôrço que realiza. Se o motor do automóvel estiver em bom estado e entrar em funcionamento logo que prima o arranco, a quantidade de enefgia consumida é pequena. Já se o motor apresenta dificuldades na partida e' só entrar em funcionamento após várias tentativas, a energia consumida é bem maior. Em tais casos, o uso do arranco deve ser intermitente, isto é, entre duas tentativas, deve haver um intervalo de, pelos menos, 30 segundos. Se usado ininterruptamente, o motor de arranco pode esgotar completamente a bateria em 4 e 5 minutos. Deve-se, pois, eliminar tôdas as causas que possam dificultar a partida, conservando em bom estado não só o sistema de alimentação, como e principalmente o de ignição, mantendo os platinados e as velas limpos e calibrados, os cabos e fios devidamente isolados e ligações perfeitas.

2) — «Curto-circuitos» — Os curto-circuitos, qualquer que seja a sua intensidade, representam um consumo contínuo e inútil de energia. Se muito intenso, um «curto» pode descarregar a bateria em menos de uma hora. O «curto» pode ou não ser registrado pelo amperímetro, que acusará descarga, conforme a corrente do circuito passe ou não pelo aparelho.

Centro Beneficente dos Motoristas do Rio de Janeiro

DEPARTAMENTO JURIDICO — Advogados: drs. Alvarenga Viana, Limeira de Nieméier, Gusman Tavares, Alfredo Guarische, Mário Rodrigues, Soares de Mendonça, Napoleão Noronha, Osmar Denis Catête, diàriamente das 11 às 12 horas.

Estão intimados a comparecer, hoje, dia 7, às Varas Criminais abaixo, os seguintes associados: à 4ª Vara, Luciano Aragão Carvalho; à 6ª Vara, Durval dos Santos Bastos; à 9ª Vara, Paulo Mendonça; à 10ª Vara, Pedro Marcelino dos Santos; à 12ª Vara, Joaquim Ferreira; à 13ª Vara, José Alberto Barbosa; à 15ª Vara, Benedito Ribeiro da Silva; à 25ª Vara, Manuel Luis; e à 22ª Vara, Luis de Matos dos Santos.

Os associados acima deverão comparecer das 10 às 12 horas ao Departamento Jurídico do Centro.

DEPARTAMENTO MÉDICO — Dr. Pereira Muniz, diàriamente, das 8h 30m às 9h 30m, e das 10 às 17 horas; aos sábados, das 8 às 10 horas; dr. Stênio Gusman Tavares, têrças e quintas-feiras, das 14 às 15 horas; dr. Luís França, de segunda a sexta-feira, das 10 às 11 horas.

GABINETE DENTARIO — Dr. Geraldo Ferraz, têrças, quintas e sábados, das 9 às 11 horas; dr. João Coelho, segundas, quartas e sextas-feiras, das 9 às 11 horas; dr. Ari de Magalhães, segundas, quartas e sextas-feiras, das 17 às 19 horas.

PÔSTO COLETOR DO IAPETC — Para o interêsse de seus contribuintes, êste pôsto funciona dia e noite.

SERVIÇO DE AUTO SOCORRO — Funciona ininterruptamente, atendendo pelos telefones: 43-4703 e 43-5319, ou pessoalmente em nossa sede.

— ENFERMEIRO — Francisco Lima Nunes, atende diàriamente das 9 às 11 horas, ou das 16 às 17 horas.

MENSALIDADES DO CENTRO — Poderão ser pagas também a qualquer hora da noite.

União Beneficente dos Chauffeurs do Rio de Janeiro

DEPARTAMENTO JURIDICO — Advogados: drs. Francisco Mateus Ferreira, Edmundo de Almeida Rêgo Filho, Afonso Silva Ferrão, Hélio Pinheiro da Silva, José de Ribamar Campelo, Joaquim Luis de Oliveira Belo, Glenan Barbosa da Cruz e Euvaldo Batista de Oliveira.

Para qualquer consulta, o Departamento atende aos associados no expediente das 11h 30m às 12h 30m, todos os dias úteis.

SECRETARIA — A fim de receberem suas carteiras de identidade social, solicita-se o comparecimento dos seguintes associados: Antônio Quintino Cavalcante, Antônio Martins Martins, Antônio Lima Albuquerque Melo, Antônio da Silva Neto, Antônio Vendeira, Manuel Neto Vasconcelos Moreira, Valdir da Silva, Válter Sarmento, Amaro José da Silva, Cláudio Ambrósio, Severino do Nascimento.

As 9 horas: — Irineu da Conceição, Válter José dos Reis, João Pereira de Oliveira, Luis Ferreira, Manuel de Araújo Barbosa, Manuel Martins de Abreu, Rômulo Vitório Benito Vitagliano, Antônio de Vasconcelos, Morvan da Silva Melo, Adalberto José Lopes, Silvio Policier Fonseca, Lair Ferreira Fernandes, José de Barros, Luciano Moreira, Carlos Alberto Souto da Cunha, Valdemar Alves Gomes, Gentil da Costa, Cláudio Siqueira da Silva, José Chicraia Gazal, Carlos de Sousa Lima, Sebastião Santoro, Oscar Sampaio, Dalicio Nunes Rangel, Luro Del Bianco, Gilberto de Sá, Marcos Kuntz, Edimar Alves Pereira, Alfredo Trevisan, Abel Fernandes de Paulo, José Gabriel Haddad, Jaime de Andrade Nogueira, Elias Nunes Fernandes, Paulo Coutinho Lemos, José Afonso Vieira Júnior, Jofre Almiro Portelinha, Italo Torulino, Geraldo Gonçalves Parreira, Darli Martins Abreu, Hilton Belarmino da Silva, Carlos Alberto Correia.

Às 13h 15m: — Leonino Candreva Filho, José dos Santos Gama, João Batista Leite, Ancinno Saraiva dos Santos, Antônio Tomé de Lima, João Gomes da Costa, Joaquim Cardoso, Wagner Taranto, Sebastião Godinho de Oliveira, Anésio Rodrigues Lemos, Rui Hipólito, Estevão de Oliveira, Antônio Jorge Cedro, André Fernandes Duarte, Joan Andrei Mari Carneiro, Rosa Hanisch, Jorge Bernardino, José Afonso de Lima, Alvaro Tabela Teixeira, Roberto Rêgo Cavalcanti, José Grosman, Itelvibo Antônio da Silva, Osmar Anastácio de Santana, Gustavo de Magalhães Garcia, José Alberto Rocha Pires, João Batista Varela, Celina Regaço Hara, Schubert Gomes de Siqueira, Manuel Ares Torreira, Domingos Verissimo de Freitas, Artur Jacutingo, Joaquim Pereira Lima, Deolindo Seghetto, José de Alencar Santos, Luis Pedro, Manuel Araújo, Manuel Caetano, Jorge Queiroz Jordão, Ebener Rocha, Antônio Rodrigues de Farias Sobrinho.

A falta à chamada importará no pagamento de nova inscrição.

Ás 13h: — Antônio Ramos de Sousa, Antônio Nascimento Ribeiro, Antônio Fonseca Pinto, Antônio Ferreira Lírio, Antônio Alves Teixeira, Antônio Martins de Andrade, Antônio Daniel (29), Antônio da Cruz (39), Antônio Pinto da Silva Filho, Antônio Alves de Oliveira (49), Antônio César de Oliveira, Antônio de Almeida Regada, Antônio Valdigem, Antônio da Costa Pereira, Antônio Vieira Pinto, Bartolomeu Marim Navarro, Biasino Orfei, Benjamim da Silva Cerqueira, Bertolino Camilo da Silva, Bheringg Bueno Rivas, Cantídio dos Santos, Calisto Guimarães, Carmem Barril, Charles Ferdinand Anders, Carlos Ferreira Pireda e Carlos Adolfo Hasselmann.

Às 15h: — Vicente Caciari, Artur José da Silva Júnior, Armando Lemos Batista, Jaiba Dias da Gama, Válter Monteiro de Castro, Wilson Gomes de Abreu, Geraldo Rodrigues de Oliveira.

Às 7h 45m: — Carlos Alberto Rutowitsch H. Rodrigues, Vitor Fernando Paremos, Amaro Manhães de Sousa, Itaqui Dias da Costa, Renato Leite dos Santos, Maria de Nazaré Pestana Freixedas, Ivan Ferreira Santiago, Agib Rodrigues Vale, Ambrósio Nunes da Silva, Mesaque Felix da Silva, Linderval Nunes Rivarola, Kerope Kessimian, José Liberato Fazzidn, João Correia Filho, Aires Moreira Barbosa, Israel Teixeira, Flávio César de Araújo Pinto, Mário Teresa Duarte Garcia, José Pedro de Jesus, José Pedro dos Santos, Jorge da Silva, Manuel Vieira de Sales, Antônio Rodrigues, José Gonçalves Pinheiro, Armando Gabriel Afonso, Jandir de Sousa Leão Santos, Gilberto Câmara Moog, Júlio Paulo Fraga Figueira, Franklin Alves de Amorim, José Luis Martins Pereira, José Roberto Fialho, Diógenes José da Silva Brito, José

SERVIÇO DE TRÂNSITO

EXAME DE MOTORISTAS

Chamada para o dia 8 do corrente, às 6h 30m: — Geraldo Rodrigues Miranda, Idalina Alves Pequeno Araripe, José Alencar Araripe, Arnaldo Clemente Machado, Hélio Gomes da Rocha, Otalino Ferreira, Aloísio Conceição Sapucaia, Diamantino Martins Ferreira, Evangelino da Conceição Dias, Henrique Blanc de Freitas Júnior, Antônio Gomes Ferreira, Valdir Luis Cardoso, Aditon de Sousa Barros, Sérgio Borges, Antônio Batista, João Areboide dos Santos, Atirel Duchiade, José Gonzaga de Sousa, Antônio Fernandes Teixeira de Souto, Benedito Batista, Jaci Batista de Sousa, Jacques Algranti, Célia Henriques Kohly, Jacob Brisker, José Ferreira de Amorim, José Benigno dos Santos, Antônio dos Santos Novo, Olive Jones, Aroldo José Rabelo Bastos, Gilberto Luis Ezcategui Valente, Fernando Figueira Fernandes, José Barbosa Vieira, Joaquim Godinho da Costa.

PARA O SEU APARTAMENTO
ferragens
MARA
RUA MEXICO, 128-2º SOBRELOJA
TEL-42-3803

ATENÇÃO!

Incorporamos, vendemos e compramos imóveis. Construtora e Imobiliária Bastani, Ltda. — C.I.B.A.L. — Trav. do Ouvidor 11 — 6.º — s| 601-2 — Tels.: 52-2822 e 22-7450

RESIDÊNCIA EM FRIBURGO

VENDO, magnífica residência, no bairro Saens Souci, com grande sala, varanda, 4 quartos, cozinha, banheiro social, dependências de empregada, porão habitável, pomar em terreno de 1.700m2. Facilita-se o pagamento, podendo dar automóvel como entrada. Tratar com Alberto, no Rio, pelo telefone: 42-9282, de 8 às 11 horas, de têrça a quinta-feira. Friburgo: — Telefone: 2072, de sexta-feira a domingo. Rua Pastor Méier, 8.

MÁ DIGESTÃO

Aos primeiros sintômas desagradáveis de digestão difícil, chupe imediatamente duas pastilhas Rennie, uma após outra, e sentirá um alívio imedjato. À base de ingredientes anti-ácidos, dosados para uma ação rápida, as pastilhas Rennie corrigem com rapidez os males da acidez. Traga sempre consigo o Digestif Rennie, a certeza de uma digestão perfeita. Se Rennie não alivia o seu mal, então é tempo de consultar o seu médico.

À venda em tôdas as farmácias

DIGESTIF RENNIE
SEM COLHER, SEM AGUA
chupe como se fossem balas

SRS. DENTISTAS
APROVEITEM, POIS ESTAMOS AINDA VENDENDO.
D. P. Caixas com 12 envelopes ..... Cr$ 875,00
RESINA D. F. L. Libra ..... Cr$ 295,00
DENTAL PEÇANHA
TELS.: 52-7881 e 22-3880.

DR. JOVIANO DE REZENDE F'
CIRURGIA OCULAR
Assembléia, 104 — Tels.: 42-5058 e 57-9125

DR. MANOEL BRONSTEIN
Análises médicas — Av. Rio Branco n. 257 - Sala 503-4-5 -Tels.: 52-2747 e 22-9035 - Diàriamente das 7 às 19 horas.

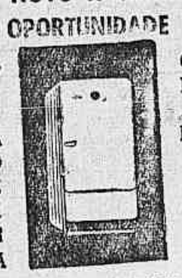
Quem é que não sabe disto?
KOLATOL
Fortificante que contem Noz de Kola, Fosfatos de Cálcio, Ferro e Sódio

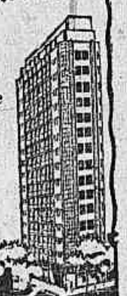
CARNAVAL VENEZIANO MARÍTIMO
BAILES NOS DIAS: 11 — 12 — 13 e 14, DAS 15 ÀS 20 HORAS
GRANDE ORQUESTRA — AR REFRIGERADO
CONVITES: PREÇO CR$ 125,00
Vendas: Estação das Barcas da Cantareira, sobrado, das 9 às 18 hs.

Aos Srs. MÉDICOS, FARMÁCIAS, PERFUMARIAS E COMÉRCIO EM GERAL
The Sydney Ross Co. — Filial Rio
Produtos Ross — Produtos Winthrop
Tem o prazer de comunicar a mudança de suas instalações para a
RUA 7 DE SETEMBRO, 43 — 5º e 6º andares
Fones: — 42-6002 — Gerência
" — 42-6003 — Crédito e Cobrança
" — 42-6004 — Seção de Vendas pedidos
" — 42-6005 — Seção de Vendas
" — 22-1547 — Gerência

GRIPE? "VICETARUS" FORMULA HOMEOPATICA DO PROF. DR. LILINIO CARDOSO
DEPOSITARIOS: DE FARIA & CIA. S. JOSÉ, 74

FUJA DO CARNAVAL
HOSPEDANDO-SE NO
HOTEL SANTA TEREZA
lugar fresco, sem barulho e perto do centro da cidade EM SANTA TERESA
Fone: 42-0007
Rua Almirante Alexandrino, 176

DE NOVO A GRANDE OPORTUNIDADE
GELADEIRA CHAMPION

Comunicamos aos inúmeros interessados na compra de Geladeiras «CHAMPION», os quais não conseguiram fazer sua aquisição por ocasião do primeiro lançamento em face do rápido consumo de estoque, que adquirimos mais um lote de 200 unidades, modêlo 1956 — Luz interna — motor fechado com garantia e nas mesmas condições usuais ou seja — ENTRADA Cr$ 6.000,00 e Cr$ 500,00 por mês; ENTRADA CR$ 2.000,00 e Cr$ 1.000,00 por mês. A VISTA Cr$ 15.000,00
RUY MAFRA & IRMÃO
RUA ESTACIO DE SA' 165-A — Telefone: 22-8617.
«Cumprimos o que anunciamos».

indo ao Rio:..
Hospede-se com o máximo confôrto e no centro comercial
Preços módicos

Hotel IMPERADOR
RUA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 8, ESQUINA DA PRAÇA TIRADENTES. — TEL.: 52-2060 RIO DE JANEIRO. Endereço Telegráfico: IMPEROTEL.

SINGER
RECONDICIONADAS
Vendemos com garantia de 10 anos — 8 gavetas — bobina redonda. Entrada Cr$ 1.000,00 e mensalidades de Cr$ 300,00 ou à vista. Cr$ 5.000,00.

CASA LIBERAL DE MAQUINAS
Rua Conde de Bonfim, 227 — Tel.: 34-0332. Compramos máquinas usadas em seu domicílio.

MICRO ÔNIBUS
E LOTAÇÃO
MOTOR A ÓLEO DIESEL E GASOLINA
SOC. COM. ARPAGRAL LTDA
UNICOS DISTRIBUIDORES NO BRASIL
MATRIZ: SÃO PAULO
EXP.: R. 25 DE MARÇO, 66, 75, 81, 89 - CX. 8253 - T. 33-325
MONTAGEM: RUA DOMANIFESTO, N.º 2.000 - IPIRANGA
OFICINA: R. BOMPASTOR, NÚMERO 2.199 - IPIRANGA
FILIAL: RIO
ESCRITÓRIO: AV. E. BRAGA, 265 - C/1201 - TEL. 22-334
OFICINA: AVENIDA BRASIL, NÚMERO 566

TOYOTA — MOTOR A GASOLINA 95 H.P. — 3000 RPM. DIESEL M BENZ 100 HP. 2800 RPM. — E. EIXOS 4,37 M. - PNEUS 750X20 OU 825X20
ISUZU — MOTOR A ÓLEO DIESEL 100 HP — 2600 R P M. - 6 CILINDROS. ENTRE EIXOS — 4,30 M. E 500 M. PNEUS 750X20 OU 825X20
CHASSIS PRÓPRIO LOTAÇÃO - PRONTA ENTREGA E IMPORTAÇÃO

AMORTECEDORES HIDRÁULICOS
MOLAS ESPIRAIS
PEÇAS DE EMBREAGEM
PEÇAS DE CAIXA DE MUDANÇA
PISTÕES E ANÉIS DE SEGMENTO
BRONZINAS E MANCAIS
VELAS CHAMPION AC e KLG
ESTOQUE COMPLETO DE PEÇAS EM GERAL PARA AUTOMÓVEIS E CAMINHÕES DAS PRINCIPAIS MARCAS AMERICANAS
BORGAUTO S.A.
MATRIZ — RUA SÃO CRISTÓVÃO, 1254 — TELS.: 28-5776 E 28-4210
FILIAIS:
NO CENTRO: AV. GOMES FREIRE, 602-A — TEL.: 52-3924
EM CASCADURA: AV. SUBURBANA, 10.057 — TEL.: 29-9920
EM CAMPOS: RUA CARLOS LACERDA, 34|36 — TEL.: 3272

CASAS EM CASCADURA
Estrada Intendente Magalhães, 333 — (Campinho)
VENDEM-SE modernas e ótimas casas, em início de construção, apenas 60 mil cruzeiros de entrada e o resto em prestações de 2.579 cruzeiros por mês, depois que estiver pronta, constando: jardim, varanda, sala, 2 bons quartos, cozinha e banheiro completo revestidos com azulejos brancos, instalação para filtro, área com tanque coberto, caixa d'água: 1.080 litros e quintal murado. Ver, no local, à estrada Intendente Magalhães, 333, diàriamente, e tratar à avenida Rio Branco, 9 — Sala 352 — Tel.: 43-7270. Também levamos os interessados ao local, diàriamente, às 9 horas. Melhores informações, pelo telefone: 43-7270.

SÍTIOS DE 50.000 A 200.000 M2
TERRA FERTILÍSSIMA — ESTAÇÃO DE ÁGUAS
PREÇOS A PARTIR DE Cr$ 120.000,00 COM 10% A VISTA E O SALDO EM SUAVES PRESTAÇÕES
Em ótimo clima, todos os sítios cercados, com morões novos e três fios de arame farpado, porteiras individuais e de frente para ótimas estradas públicas. Parte plantada, com árvores frutíferas, cafezais, etc., água de minas ou nascentes, próprias. Junto a cidade de grande movimento, com Bancos, Escolas, Ginásios, Hospitais e uma das mais famosas fontes de águas minerais. Vendas a cargo da IMOBILIÁRIA OTECA LTDA. — Rua da Assembléia, 11 — 3º andar — Sala 302 — TELEFONE: 42-2378.

Câmbio Livre

O mercado de câmbio livre abriu ontem, firme e fechou calmo.

BANCOS PARTICULARES

Abertura	CR$	CE$
Dólar (vend.)	71,00	—
Dólar (comp.)	69,00	—
Libra (vend.)	196,00	—
Libra (comp.)	190,00	—

Fechamento	CE$	CR$
Dólar (vend.)	69,50	—
Dólar (comp.)	67,50	—
Libra (vend.)	193,00	—
Libra (comp.)	187,00	—

BANCO DO BRASIL

Tabela afixada pelo Banco do Brasil de bonificações conforme instrução n. 114 da SUMOC.

Categorias	CR$	2ª	3ª	4ª
	18,70	24,70	31,70	
Inglaterra, Libra	52,360	59,160	73,760	
Suiça	4,3602	5,760	7,3824	
CR$, Convênio	17,19	22,95	29,67	
França	0,0497	0,0655	0,0847	
Dinamarca	2,4661	3,2024	4,9565	
Suécia	3,3249	4,4390	3,7368	
Libra, Islândia	43,192	61,360	33,076	
Bélgica	0,3496	0,4553	0,5380	

Câmbio Oficial

O mercado de câmbio oficial iniciou ontem os seus trabalhos em condições estáveis O Banco do Brasil para cobranças vencidas em geral, para remessa e quotas autorizadas, declarou vender libras, à vista, para entrega pronta a Cr$ 52,6960 e dólares a Cr$ 18,82.

Aquêle Banco comprava letras de exportação a Cr$ ... 51 4080 sôbre Londres, e a Cr$ 18,36 sôbre Nova York

Assim fechou inalterado.

O Banco do Brasil afixou as seguintes taxas:

	Vendas	Compras
Dólar, à vista	18,82	18,36
Franco suiço	4.4269	4.2834
Franco fr	0.0538	0.0525
Franco belga	0.3775	0.3683
Pêso bol.	0.3137	—
Escudo	0.6607	0.6328
Coroa sueca	3.6402	3.5513
Coroa din	2.7499	2.6340
Coroa tcheca	2.6139	2.55
Florim	4.9590	4.8378
Pêso arg	n/c	n/c
Pêso urug.	4.8505	4. 77
Marco	4.4915	4.3817

OURO FINO

O Banco do Brasil comprou a grama de ouro fino na base de 1.000/1.000, em barra ou amoedado, ao preço de Cr$ 20.8176.

REFORMA CAMBIAL

POSITIVAMENTE a reforma cambial, que nós combatemos quando apresentada pelo sr José Maria Whitaker, não satisfaz aos objetivos, uma vez que a situação da nossa moeda e o desequilíbrio da balança do país, não aconselham a sua decretação. O próprio sr Mário Câmara, em seu discurso de transmissão de cargo, fêz restrições a essa reforma, chamando a atenção de seu sucessor para os riscos que a mesma apresenta.

Mas, em tudo isso, o que estranhamos é a falta de esclarecimento sôbre êsse assunto. Uma reforma que implica profundamente na economia do país está sendo estudada como se fôsse um segrêdo de Estado. O próprio parecer do Conselho Nacional de Economia, orgão autônomo e que funciona como cúpula de nosso sistema econômico, não foi dado à publicidade. A julgar, entretanto, pelo que disse o sr. Mário Câmara a opinião daquele órgão não foi de tôda favorável. Pelo menos no que diz respeito à oportunidade de se fazer uma reforma dêsse gênero, pois é evidente que não estamos em condições de suportar as modificações projetadas pelo sr. Whitaker.

Por tôdas essas razões e para que se discuta o assunto livremente e com inteiro conhecimento de causa, é que lembramos aqui a publicação do projeto e do respectivo parecer do Conselho Nacional de Economia cuja opinião só se compreende seja reservada quando se tratar de assunto que possa envolver a segurança nacional.

Ora, não nos parece que a reforma cambial esteja nesse caso, por isso esperamos do atual ministro da fazenda as providências que o bom senso reclama, ou seja a publicação, na íntegra, do parecer dado pelo CNE ao citado projeto.

Urge, em primeiro lugar, conseguir a estabilidade da nossa moeda, e o equilíbrio entre a importação e a exportação. A não ser assim, serão realmente grandes os riscos que se correrá, com a efetivação da projetada reforma do nosso sistema cambial.

Comércio, Produção e Finanças

Câmbios Estrangeiros

NOVA YORK, 6.

À vista, sôbre:	Abert.	Fech.
Londres — p/$	2.8056/2.8068	2.8056/2.8068
Berna — p/F.	28.33/28.34	28.33/28.34
Bélgica — p/$	1.9987/2.0012	1.9987/2.0012
Paris — p/F.	0.2850/0.2862	0.2850/0.2862
Montevidéo — p/p.	25.50/25.75	25.50/25.75
Lisboa — p/Esc.	3.49/3.50	3.49/3.50
Buenos Aires — p/P.	2.35/2.40	2.32/2.38
Madrid — p/P.	... / ...	2.36 2.36
Montreal — p/F.	1.0009/1.0015	1.0009/1.0015
Rio de Janeiro — Cr$	1.38/1.42	1.42/1.47
Amsterdam (livre) p/G	26.13/26.15	26.13/26.15
Estocolmo — p/G.	19.32/19.34	19.32/19.34
Alemanha — p/m.	23.66/23.68	23.66/23.68

LONDRES, 6.

À vista, sôbre:	Abert.	Fech.
Londres — p/£	2.8062/2.8068	2.8062/2.8068
Paris — p/F	983.62/983.87	983.37/983.62
Canadá — p/$	2.8031/2.8044	2.8031/2.8087
Copenhague — KL.	19.3225/19.3250	19.3250/19.33
Berna — p/F.	12.2487/12.2512	12.2475/12.2487
Gênova — p/L.	1.754/1.755	1.75350/1.75450
Bruxelas — p/F.	139.5750/139.6250	139.55/139.60
Berlim, marco bloq.	11.7312/11.7337	11.7275/11.73
B. Aires — p/P.		
média — 50.28		50.28
Estocolmo — LK.	14.5312/14.5337	14.5275/14.5287
R. Janeiro — p/Cr$	1.75/1.85	1.75/1.85
Amsterdam — p/£	10.6250/10.6275	10.62/10.6225
Oslo — LK	20.01/20.0150	20.01/20.0125
Montevidéo — p/P.	10.00/10.50	10.00/10.50
Madrid — p/P	30.66/31.66	30.66/31.66
Lisboa — p/Esc.	80.15/80.25	80.15/80.25

MONTEVIDEO, 6.

À vista, sôbre:	Abert.	Fech
Londres, t/venda — P./£	10.86	10.87
Londres, t/compra P./£	10.80	10.82
N. York, t/venda P./US$ 100	390.50	391.00
N. York, t/compra P./US$ 100	389.50	390.00

BUENOS AIRES, 6.

	Abert.	Fech.
Londres, t/compra, P./£	119.18	120.20
Londres t/venda — P./£	119.46	120.26
N. York, t/comp. P./US$ 100	4.295.00	4.335.00
N. York, t/venda P./US$ 100	4.305.00	4.345.00

Bôlsa de Valores

Os negócios realizados na Bôlsa, ontem, foram regulares e êsse mercado funcionou ativo. Ficaram as apólices da União e as obrigações de guerra, calmas e sem alteração. As apólices de sorteio de S. Paulo, regularam estáveis e a de Minas, ainda firmes. Regularam as apólices municipais sem alteração e as ações de Companhias sem alteração e estáveis.

VENDAS REALIZADAS ONTEM

União f	CR$
215 D. Emis. Nom.	650,00
100 Idem	655,00
270 Idem port.	845,00
28 Idem — Emp. Antigos	820,00
50 Idem	825,00
100 D. Emis. pt. Caut. C|2 S.V.	800,00
33 Reajust.	870.00
Obrgs.:	
6T. Nac. 1933 C|Juros	1.000,00
6 Guerra Cr$ 100,	87,00
34 Idem	88,50
1 Idem Cr$ 200,	174,00
12 Idem	177,00
1 Idem Cr$ 500,	440,00
1 Idem Cr$ 1.000 7%	885,00
Vendas em leilão:	
1 Obg. Guerra Cr$ 100,	89,00
1 Idem Cr$ 200,	176,50
1 Idem Cr$ 500,	442,00
5 Idem Cr$ 1.000,	898,00
3 Idem Cr$ 5.000,	4.520,00

1 Idem	442,00
2 Idem Cr$ 1.000,	900,00
8 Idem Cr$ 5.000,	4.500,00
200 Idem	4.540,00
Estaduais — Apls.:	
190 Minas 7% pt.	490,00
18 Minas L. 936	475,00
324 Minas 1934 pt. — 2ª série	109,00
146 Idem 3ª série	109,00
24 Idem	110,00
2 Pernambuco	40,00
7 S. Paulo	168,00
75 Idem Unificad.	570,00
12 Idem Unoform.	800,00
87 Idem	805,00
Mun. do D. Federal:	
24 Emp. de 1906 pt.	190,00
143 Emp. de 1931	163,00
Bancos — Ações:	
30 Brasil Cr$ 200,	860,00
Companhias:	
100 América Fabril — Cr$ 200,	310,00
600 Fab. de Tec. S. Pedro de Alcant. — Cr$ 200, pt.	280,00
600 C. Brahma Ord. — Cr$ 200,	475,00
600 Idem Pref.	465,00
50 Idem	468,00
553 Idem	470,00
119 Idem C|Direit.	660,00
357 D. Santos Nom. — Cr$ 200,	215,00
500 Idem port.	200,00
136 Sid. B. Mineira — pt. Cr$ 1.000,	1.435,00
1579 Sid. Nacional Cr$ 200,	205,00
Letras Hipotecárias:	
50 Banco da Prefeitura.	

Stock Exchange de Londres

LONDRES, 6.

TITULOS BRASILEIROS

Conversão, 1910, 4%	49.10. 0
Emp. 1918, 5%	49.10. 0
Rio Janeiro, 1927, 7%	36.10. 0
Bahia, 1928, 5%	34. 0. 0
D. Federal, 5% (nac.)	11. 0. 0
Títulos diversos:	
Bank of London & South dustries, Ltda.	5. 2. 6
São Paulo Gás Co., Ltda. Ltda., Pref.	6.10. 0
Cables & Wireless, Ltda. Ordinárias	2. 2. 0
Wilson, Sons (Holdings) Ord.	0.11. 3
Imperial Chemical Industries, Ltda.	2. 5. 7
Lloyd's Bank, Ltda. («A» Shares)	2.15. 3
Rio Flour Mills & Granarie, Ltda.	1.14. 9
São Paulo Railways, C., Ltda., ações 10/	0. 2. 2
TITULOS ESTRANGEIROS	
Consols 2½%	35. 5. 0
Emp de Guerra Britânico, 3½%, 1939-47	74.10. 0
Shell Transp. Tradin.	6.18. 0
Canadian Engle Oil	2.14. 3
Royal Dutch Petroleum	62.12. 6

Notas ECONÔMICAS

Investimentos Estrangeiros em Ações Americanas, em 1954

Da Suiça e Inglaterra Provém 50%

OS INVESTIMENTOS estrangeiros em ações americanas representavam em fins de 1954 o valor de 5.004 milhões de dólares, contra 3.400 milhões na mesma data de 1953 e 2.240 milhões em 1949. Este acréscimo deve-se principalmente ao movimento ascendente em Wall Street, porque as novas compras líquidas só atingiram 300 milhões de dólares. Cêrca de metade dos investimentos estrangeiros de ações americanas provém de 2 países: Suiça e Inglaterra. A Suiça figura em primeiro lugar, com 1.353 milhões de dólares em fins de 1954. Contudo, os investimentos suiços não pertencem unicamente a súditos suiços; são feitos, em boa parte, por companhias de investimentos e outras organizações sediadas na Suiça, das quais participam numerosas pessoas de outros países. O segundo lugar entre acionistas cabe à Inglaterra, com 1.153 milhões de dólares. A posição da Grã-Bretanha neste particular reforçou-se consideràvelmente. Em 1954, entre os países estrangeiros, foi o maior comprador de títulos americanos. Em 1949 seus investimentos em ações americanas eram ainda ultrapassados pelos do Canadá, cujo total se elevava na época a 490 milhões de dólares (contra 450 milhões para a Inglaterra), enquanto em 1954, o Canadá ocupava apenas o terceiro lugar, com 910 milhões de dólares. No ano passado suas vendas superaram inclusive suas compras, escreve «Conjuntura Econômica».

Entre os outros países, distingue-se a Holanda, com um investimento global em ações americanas de 419 milhões de dólares.

Os investimentos em ações de companhias dos Estados Unidos pelos países da América latina tinham em 1954 o valor de 377 milhões de dólares, contra 245 milhões em 1953 e 173 milhões em 1949.

• Dívida dos Importadores

Os importadores latino-americanos aumentaram sua dívida para com os exportadores norte-americanos em 4.600.000 dólares, durante o mês de dezembro, elevando-se essa dívida, em fins de 1955, para 146,9 milhões de dólares. E' o que informa o «Wall Street Journal», observando ter sido êste o maior total desde outubro de 1953. O total registrado um ano atrás foi de 141,3 milhões de dólares.

• Produção de Aço

A produção siderúrgica elevou-se a novos níveis, no curso de duas semanas do mês passado, funcionando as fábricas a 99 por cento de sua capacidade. Segundo o «Wall Street Journal», a produção da segunda destas semanas foi de ... 2.437.000 toneladas, ou sejam 9.000 toneladas além do «record» anterior estabelecido na primeira semana, quando a produção se processou a 98 por cento da capacidade. Já para o fim de janeiro, as operações caíam 98 por cento, com uma produção semanal estimada em 2.413.000 toneladas.

• Cereais nos Estados Unidos

Despacho de Chicago para o «New York Herald Tribune» informa, citando dados do Conselho do Comércio, que o abastecimento de trigo diminuiu em 1.860.000 bushels, passando para 376.918.000 bushels; o de milho em 1.118.000, passando para 48.338.000 bushels. Quanto à aveia houve um aumento de 704.000 bushels, passando para 26.581.000 bushels. O centeio caiu em ... 238.000 bushels, situando-se em ... 7.047.000 bushels e a cevada diminuiu em 610.000 bushels, passando para 9.478.000 bushels. O feijão soja diminuiu em 274.000 bushels, passando para 18.322.000 bushels.

• Safra de Algodão

O sr. Garibaldi Dantas, superintendente da Comissão de Financiamento da Produção, disse que a próxima safra algodoeira nacional está estimada em cêrca de 500 mil toneladas.

O Estado de São Paulo deverá dar uma produção de ordem de 300 mil toneladas; os demais Estados do Sul 50 mil toneladas e o Nordeste 100 mil toneladas. Observou que a safra paulista será «record», em face da incidência de geada no meio do ano. Acrescentou que melhora a produtividade em S. Paulo, pois já se registra a produção de 180 arrobas por hectare.

De outro lado, as perspectivas internacionais não são tranquilizadoras, tendo-se em vista o lançamento dos excedentes americanos nos mercados A nossa produção de algodão exportável indicou — estará em tôrno de 280 mil toneladas, porque o nosso consumo interno é da ordem de 220 mil toneladas, no momento.

Café

O mercado de café disponível funcionou firme e altas nas cotações. Os possuidores deram ao tipo 7 a base de Cr$ 397,00, por 10 quilos, e durante os trabalhos não houve vendas. Fechou firme e bem colocado. O movimento verificado foi o seguinte: Entradas 26.394 sacas, sendo 6.377 pela Leopoldina; 4.374 pela Marítima; 3.697 pelo Reg. Esp. Santo, e 11.946 pela estrada de Rodagem. Embarques, não houve. Existência, 732.844. Café despachado para embarques, 143.056 sacas.

COTAÇÕES POR 10 QUILOS

Tipo 2	357,00
Tipo 3 345,00	Tipo 6 309,00
Tipo 4 333,00	Tipo 7 297,00
Tipo 5 321,00	Tipo 8 285,00

PAUTA — Estado de Minas: Café comum, Cr$ 29,50. Idem, fino, Cr$ 37,90.

E. DO RIO — Café comum, Cr$ 27,00.

CAFÉ' A TERMO

ABERTURA

Meses:	Vend.	Comp.
Fevereiro	317.00	312.00
Março	315,00	s/c.
Abril	318.00	s/c.
Maio	322.00	s/c.
Junho	325.00	s/c.
Julho	326.00	s/c.

Vendas — Nada.

Posição firme.

No fechamento não funcionou por falta de número legal de corretores.

DISPONIVEL

SANTOS, 6.

	Hoje	Ant
Número 4:		
Estilo Santos	388.50	383.50
Número 6:		
Santos Riado	378.50	373.50
Número 4:		
Sem descrição	359.00	353.00
Mercado	Firme	Est.

Emb.	38.751	12.765
Entr.	29.494	27.920
Exist.	2.692.828	2.702.085
Saídas	52.776	380
Revert	—	—
Retir.	—	—

TERMO

CONTRATO «S»

Meses:	Abert.	Fech.
Fevereiro	379.80	379.80
Março, 1956	383.80	383.80
Maio, 1956	381.90	381.90
Julho, 1956	381.90	381.90
Setembro, 1956	381.90	381.90
Dezembro, 1956	381.90	381.90
Janeiro, 1957	3818.90	381.90
Vendas	—	—
Mercado	Paral.	Paral.

CONTRATO «C»

Meses:	Abert.	Fech
Fevereiro, 1956	448.00	448.00
Março, 1956	450.00	453.00
Maio, 1956	454.00	455.00
Julho, 1956	453.00	456.50
Setembro, 1956	455.00	457.00
Dezembro, 1956	451.00	453.00
Janeiro, 1957	457.00	457.00
Vendas	—	—
Mercado	Calmo	Firme

NO ESP SANTO

VITORIA, 6.

Tipo 7—8, Cr$ 231,10, por 10 quilos.

Mercado firme.

— No preço acima já esta incluida a taxa do imposto sôbre vendas e consignações.

EM NOVA YORK

N. YORK, 6.

Meses:	Abert	Fech
Em março	52.60	54.05
NOVO CONTRATO		
Em maio, 1956	52.75	53.55
Em julho	52.00	52.55
Em setembro	51.85	51.85
Em dezembro	50.96	51.19

VENDAS — Na abertura: 10.500 No fechamento — 84.250 sacas.

Na abertura — Muito firme, com alta de 35 a 200 pontos. No fechamento — Muito firme, com alta de 180 a 200 pontos.

DISPONIVEL

Estritamente mole:	Hoje	Ant.
Tipo Santos, n. 2	56.25	56.00
Tipo Santos, n. 4	55.25	55.00
Tipo Rio, n. 7	40.75	40.50

MERCADOS DIVERSOS

Açúcar

O mercado deste produto regulou, ontem, estável e com os preços inalterados. Entradas, 55.558 sacos, sendo 54.558 de Pernambuco, e 1.000 do Estado do Rio. Saídas, 25.630. Existência, 104.036 sacos.

Cotações por 60 quilos

Branco cristal	435.00
Cristal amarelo	390.00
Mascavinho	330.00

EM PERNAMBUCO

RECIFE, 6.

Cotações por 60 quilos

Usina de primeira	n/c.
Cristal	380 00
Demerara	360.00

Mercado estável.

	Hoje	Ant
Entr.	38.971	46.809
De 1 set	4/846.894	4.807.923
Exp.	—	73.958
Exist.	1.137.777	1.102.806
C. local	4.000	2.000

Algodão

O mercado de algodão em rama regulou, ontem, calmo e com os preços inalterados. Entradas, 570. Saídas, 570. Existência, 40.576 fardos.

Cotações por 10 quilos (Cruzeiros)

Fibra longa:	
Seridó, tipo 3	385.00 a 390.00
Seridó, tipo 4	375.00 a 380.00
Fibra média:	
Sertões, t. 3	360.00 a 365.00
Sertões, t. 5	340.00 a 345.00
Ceará, tipo 3	350.00 a 355.00
Ceará, tipo 5	330.00 a 335.00
Fibra curta:	
Matas, tipo 3	310.00 a 315.00
Matas, tipo 5	305.00 a 310.00
Paul., tipo 3	Nominal
Paul., tipo 5	315.00 a 320.00

EM S. PAULO, 6.

TERMO

COTAÇÕES POR QUILO

Entregas:	Abert.	Fech.
Em fevereiro	n/c.	n/c.
Em março, 1956	28.50	28.70
Em maio, 1956	28.860	28.90
Em julho, 1956	28.65	29.10
Em outubro, 1956	31.00	31.40
Em dez., 1956	31.65	32.20
Vendas	...	...
Mercado	Est.	Calmo

DISPONIVEL — Tipo 4, Cr$ 31,27; tipo 5, Cr$ 29,60; tipo 6, Cr$ 23,80.

EM PERNAMBUCO

RECIFE, 6.

«Compradores»: Matas, tipo 3, Cr$ 390,00; sertões, tipo 5, Cr$ 440,00.

Mercado estável.

	Hoje	Ant
Entradas	1.447	2.645
De 1 setemb.	125.996	124.549
Exportac.	—	9.809
Existência	18.741	17.994
Cons. local	700	700

EM NOVA YORK

N. YORK, 6.

Meses:	Abert.	Fech.
Em março, 1956	34.98	35.00
EE maio, 1956	34.55	34.55
Em julho	33.66	33.60
OLVALNOO OAON		
Em outubro, 1956	32.00	31.97
Em dez., 1956	31.83	31.80
Em março, 1956	31.40	31.45
Am. Sp. Mid.	—	35.75

Na abertura — Estável, com alta de 2 a 17 pontos. No fechamento — Estável, com alta de 2 a 12 pontos.

Cacau

N. YORK, 6.

Meses:	Abert.	Fech.
Em março	25.80	26.40
Em maio, 1956	26.40	26.93
Em julho, 1956	26.90	27.40
Em setemb., 1956	27.43	27.90
Em dez., 1956	27.75	28.40
Vendas	307	contratos

Na abertura — Apenas estável, com baixa de 22 a 37 pontos. No fechamento — Estável, com alta de 24 a 28 pontos.

Trigo

CHICAGO, 6.

FECHAMENTO

Preço por bushel p/entrega:

Meses:	Abert	Fech
Março	2.1462	2.1430
Maio, 1956	2.0937	2.0962

Rendeu Mais de 63 Milhões de Cruzeiros o Leilão de Ontem no Rio

O leilão de divisas realizado ontem, na Bôlsa de Valores do Rio, rendeu Cr$ 63.510.100,00. O movimento de operações foi o seguinte:

ESPÉCIE DE DIVISAS	CAT	MONTANTE DAS DIVISAS OFERECIDAS	LICITADAS	SOBRAS	ÁGIOS MINIMO	MAXIMO	TOTAL EM CRUZEIROS
US$ ITALIA PRONTO	1ª	18.000	18.000	—	59,40	60,20	1.078.200,00
	2ª	13.000	13.000	—	71,00	71,00	923.000,00
	3ª	16 000	16.000	—	96,00	96,80	1.545.400,00
	4ª	2.000	2.000	—	156 00	156,00	312.000,00
	5ª	1.000	1.000	—	354,00	354,00	354.000,00
US$ IUGOSLAVIA PRONTO	1ª	6.000	6.000	—	33,70	33,70	202.200,00
	2ª	29.000	29.000	—	38,10	39,00	1.120.200,00
	3ª	23.000	23.000	—	50,60	51,00	1.172.200,00
	4ª	1.000	1.000	—	90,60	90,60	90.600,00
	5ª	1.000	1.000	—	153,50	153,50	153.500,00
US$ POLONIA PRONTO	1ª	27.000	20.000	7.000	25,00	25,00	500.000,00
	2ª	80.000	80.000	—	39,00	39,20	1.170.900,00
	3ª	54.000	54.000	—	37,10	37,30	2.009.300,00
	4ª	7.000	7.000	—	54,50	54,80	382.200,00
	5ª	2.000	2.000	—	115,00	115,00	200.000,00
US$ URUGUAI PRONTO	1ª	12.000	—	12.000	—	—	—
	2ª	12.000	—	12.000	—	—	—
	3ª	30.000	27.000	3.000	35,00	35,00	945.000,00
	4ª	5.000	—	5.000	—	—	—
	5ª	1.000	—	1.000	—	—	—
US$ ACL PRONTO	1ª	130.000	130.000	—	69,00	71,10	9.096.900,00
	2ª	121.000	121.000	—	91,10	91,20	11.033.000,00
	3ª	142.000	142.000	—	117,30	119,40	16.835.600,00
	4ª	8.000	8.000	—	230,00	230,50	1.841.100,00
	5ª	4.000	4.000	—	320,50	320,50	1.282.000,00
COROAS SUECAS PRONTO	1ª	155.000	155.000	—	8,53	8,53	1.322.150,00
	2ª	430.000	430.000	—	10,42	10,71	4.534.650,00
	3ª	280.000	280.000	—	15,60	15,40	4.488.800,00
	4ª	25.000	25.000	—	23,40	23,40	585.000,00
	5ª	10.000	10.000	—	30,22	30,22	302.200,00

TOTAL GERAL EM CRUZEIROS 63.510.100,00

Operações de Vendas de Câmbio nos Bancos e Casas Bancárias

Em 1956, registraram-se as seguintes operações de vendas prontas de câmbio, nos Bancos e Casas Bancárias, como se vê da estatística fornecida pela Câmara Sindical da Bôlsa de Valores, do Rio, que publicamos a seguir:

PAISES	MERCADO OFICIAL Quantidade	Importância Cr$	MERCADO LIVRE Quantidade	Importância Cr$	MERCADO DE MOEDAS Quantidade	Importância Cr$
América do Norte — Dólar	411.456.827	7.743.811.815,20	53.183.953	3.911.016.463,16	2.192.566	165.604.286,10
Alemanha — Marco	30.373.856	136.473.535,80	2.116.724	35.406.134,40	34.611	609.475,90
Argentina — Pêso	34	46,00	—	—	6.378.793	90.627.255,10
Austria — Shilling	—	—	—	—	16.527	49.350,70
Bélgica — Franco-belga	249.725.615	94.765.438,86	14.240.099	80.199.073,00	56.440	77.170,80
Canadá — Dólar	—	—	85.187	7.236.362,16	22	1.687,00
Chile — Pêso	—	—	—	—	553.788	63.325,50
Colômbia — Pêso	—	—	—	—	286	5.039,00
Cuba — Pêso	—	—	—	—	1	80,00
Dakar — France	—	—	—	—	50	20,80
Dinamarca — Coroa	21.777.969	59.887.236,80	2.668.054	35.222.910,60	28	175,00
Espanha — Peseta	215	367,50	166.777	331.986,70	3.352.305	6.037.992,20
França — Franco	4.158.781.963	223.741.375,60	19.087.206	5.758.627,70	39.445.520	7.871.626,00
Holanda — Florim	4.583.918	22.925.193,20	61.953	1.083.244,00	7.170	138.025,00
Inglaterra — Libra	12.566.372	660.883.311,50	3.218.334	658.719.144,20	28.152	5.842.114,20
Islândia — Libra	283.718	14.898.107,60	—	—	—	—
Itália — Lira	550	66,00	40.000	4.400,00	36.395.910	4.506.444,40
México — Pêso	—	—	—	—	118	794,00
Noruega — Coroa	1	2,66	37	489,90	706	5.911,00
Paraguai — Pêso	—	—	—	—	4.358	4.355,00
Peru — Sol	—	—	—	—	19.210	71.796,90
Portugal — Escudo	1.777.044	1.174.108,20	162.624.973	426.874.278,20	3.402.512	8.950.770,20
Suécia — Coroa	31.619.868	115.102.632,90	9.296.778	118.204.878,70	8.035	96.174,60
Suiça — France	28.781.008	127.380.862,20	5.484.158	149.689.622,20	55.929	620.644,90
União Sul Africana — Libra	—	—	—	—	40	9.000,00
Uruguai — Pêso	580.494	1.262.826,10	93.906	3.176.180,40	251.526	5.596.402,90
Venezuela — Bolivar	—	—	—	—	2.964	66.189,00
TOTAL		9.203.706.395,76		5.355.902.785,26		226.883.056,20

Poder Judiciário

Desistência em falência:

M. C. Tavares Matias — O juiz da 1ª Vara Civel homologou a desistência da falência requerida contra a firma supra, estabelecida à rua Senador Dantas, 19, sala 804.

DESPACHOS EM FALÊNCIAS

1ª Vara Civel:

Fortuna Fábrica de Calçados Ltda. — Sejam intimados por edital os credores com o prazo de 10 dias, para dizerem se querem usar o direito que lhes assegura o § 2º do citado art. 75.

Caputo & Figueiredo — Admitido o crédito do Banco de Crédito Geral S|A| por Cr$ 168 000,00 e Cia. Telefônica por Cr$ 10.826,10, quirografários.

5ª Vara Civel:

G. Pinheiro Guimarães & Cia. Ltda. — Indeferido o pedido de fls. 392, comunicando-se a sentença da extinção ao oficial do 1º Ofício do Registro de Interdições e Tutelas, nos têrmos do § 6º do art. 137 da Lei de Falências.

8ª Vara Civel:

Antônio José Pereira das Neves — No crédito impugnado do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, foi admitido o agravo, mandando dar vista ao agravado.

Atila Filgueiras & Cia. Ltda. — A sentença que decretou a falência operou efeitos até ser promovido o agravo que alude a publicação de fls. 134. Em consequência, são devidas às despesas do processo, inclusive a comissão do síndico. A jurisprudência tem assentado que, revogada a falência, responde pelas custas o respectivo requerente. No caso, a falência foi requerida pelo Ministério Público, e êste não está sujeito à condenação nas custas, nos têrmos do art. 8º do decreto-lei n. 8.544, de 4-1-1946 (Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal). Por conseguinte, semelhante encargo incumbe ao requerido, como parte interessada que é na causa. Remetam-se os autos ao contador, outrossim, ordeno ao síndico a restituição dos bens à requerida, bem da posse da loja, em dia e hora que o cartório determinar.

16ª Vara Civel:

D. Couto & Rocha — Junte a publicação do quadro de credores.

Francis Robert Leuba & Cia. Ltda. — Aguarde-se o resultado do leilão.

L. Lima — Determino que a autuada em apartado a petição de fls. 358 com os seus documentos, publique-se o aviso e que se refere o § 2º do art. 6º da Lei de Falências.

DESPACHOS EM CONCORDATAS

1ª Vara Civel

Construtora e Imobiliária Monte Alegre Ltda. — Admitida a venda pedida a fls. 88, pelo preço líquido de 1.270.000 cruzeiros, devendo a escritura ser assinada pelo dr. curador das Massas, assim fazendo pela concordância de fls. 91 e 92.

3ª Vara Civel:

Moacir Azevedo & Cia. — Nomeado o credor Nélson Ratton para informar o crédito do comissário.

4ª Vara Civel:

Ind. de Preparação e Cons. de Produtos Agrícolas Ipecopa Ltda. — Nomeado comissário em substituição o Banco do Brasil S.A.

P. Cardoso & Araújo Ltda. — Nomeio comissário o Banco do Brasil SA.

16ª Vara Civel:

Nélson Mauro — Deferido o pedido de fls 227.

EXECUTIVOS REQUERIDOS

Requerente — Equitativa dos EE. UU. do Brasil — Requerido José Muagala e espôsa. — Cr$ 250.000,00 (São Paulo).

Requerente — Iolano Domenico — Requerido Abilio Gonçalves da Silva e Teresa Trajano de Silva — Cr$ .. 40.000,00.

Requerente — Eduardo Moreira de Azevedo — Requerido — Maria de Mendonça — Cr$ 69.000,00.

Requerente — Valdemar Cardador Rodrigues — Requerente — Adriano Correia — Cr$ 150.000,00.

Vida Bancária

Notícias Diversas

NOTICIAS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Os dirigentes sindicais trabalharam durante todo o dia de ontem, no sentido de ser tomadas providências pelas autoridades competentes para anulação das nomeações feitas no I.A.P.B. ao apagar das luzes.

Soubemos naquele órgão de classe que o presidente da República autorizou o ministro do Trabalho a proceder à imediata revisão nas últimas nomeações feitas nos órgãos de previdência e que decorreram de reestruturação ou ampliação de quadros. Comenta-se, também, que é pensamento do sr. Parsifal Barroso tornar sem efeito a maioria dos atos que vêm onerar profundamente os institutos. No Instituto dos Bancários, segundo denunciaram os membros do seu Conselho Fiscal, o aumento atingiria a casa dos vinte milhões de cruzeiros.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA

Conforme noticiário em outro local, está sendo convocada para o dia 9 do corrente, quinta-feira próxima, uma assembléia geral extraordinária, no Sindicato dos Bancários, com a seguinte ordem do dia:

a) — Leitura, discussão e aprovação da ata da assemb

TEATROS E BOITES

TEATRO JOÃO CAETANO

Quinta-feira, 9 de fevereiro, a maior festa do Carnaval carioca. Coroação da Rainha do Baile das Atrizes. A «Vedette» ANGELITA MARTINEZ. Bilhetes à venda

RESERVAS PELO TELEFONE: 22-3378

TEATRO COPACABANA

AR REFRIGERADO PERFEITO
Reservas: — Tel.: 57-1818 — Ramal Teatro.
«OS ARTISTAS UNIDOS»
APRESENTAM NO SEU 4º MÊS DE SUCESSO
«A FÔLHA DE PARREIRA»
ÚLTIMAS SEMANAS
Diàriamente, às 21h30m — Vesperal às quintas-feiras. — (Preços reduzidos). Sábados e domingos, às 16 horas. — Aos sábados: — Vesperal, às 16 horas; e a noite, às 21h30m.
HOJE: — ÀS 21h30m.
A SEGUIR: — «MADEMOISELLE».

TEATRO GINÁSTICO

AV. GRAÇA ARANHA, 187 — Reservas: 42-4521.
AR REFRIGERADO PERFEITO
CACILDA BECKER EM
«Os Filhos de Eduardo»
De Sauvajon — Trad.: M. da Silva e R. Alvim, com Carminha Brandão, Marina Freire, Rita Shadrack, Silvia Orthof — Fredi Kleemann, Guilherme Corrêa, Jorge Chaia, Leonardo Vilar, Luiz Linhares, Telcy Peres, Walmor Chagas e Ziembinsky.
HOJE: — ÀS 21 HORAS

HOJE: — ÀS 20 E 22 HORAS — ÚLTIMOS DIAS.
AR REFRIGERADO

HOJE: — ÀS 20h20m E 22h20m.

Farmácias de Plantão

Estão de plantão, hoje, têrça-feira, as seguintes:

CIDADE

Centro — Granado, rua 1º de Março, 14, e rua Visc. Rio Branco, 31 — Gomes Freire, av. Gomes Freire, 632 — Modêlo, rua Senador Pompeu, 99 — Sanitária, rua Frei Caneca, 142 — Saúde, rua Barão de S. Félix, 143 — Alemã, rua da Alfândega, 74. **Lapa** — Americana, av. Mem de Sá, 45 — Guanabara, rua da Lapa, 35. **Mangue** — Sta. Terezinha, av. Presidente Vargas, 3.163 — Cruzeiros, rua Benedito Hipólito 192. **Rio Comprido** — Minerva, rua Itapiru, 579-A — Saturno, av. Paulo de Frontin, 518. **Santa Teresa** — Aurea, rua Aurea, 30.

ZONA NORTE

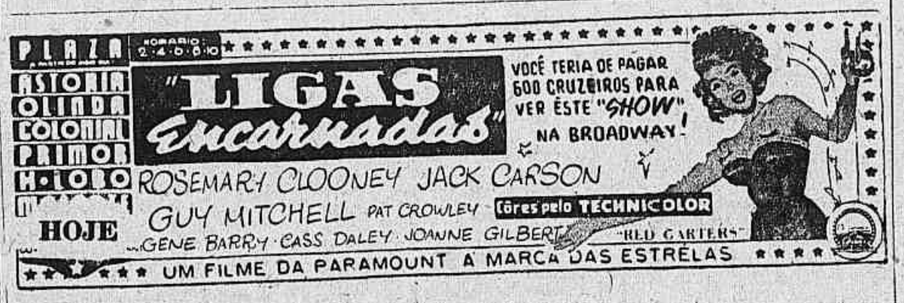
Anchieta — Pirahdi, estr. Rio do Pau, 30. **Andaraí** — S. Paulo, rua Barão de Mesquita, 700 — Daiva, rua Deputado Soares Filho, 40-A. **Bangu** — Olga, av. Cônego Vasconcelos, 72-A — Mariana, rua Cherburgo, 201-C. **Bonsucesso** — Vitória, praça das Nações, 74 — Eliane, rua da Regeneração, 328 — São Francisco, av. Teixeira de Castro, 427-A — Dorigi, av. Nova York, 462 — Leão, av. dos Democráticos, 329-B. **Braz de Pina** — Alice, av. Antenor Navarro, 100-A. **Campo Grande** — Verbena, rua Ferreira Borges, 4. **Cascadura** — Sta. Cruz, av. Suburbana, 7.407 — N. S. da Penha, av. Suburbana, 8.701 — Fialho, av. Suburbana, 10.496 — Nascimento, rua Carolina Machado, 1.566. **Cordovil** — Quitungo, rua Dourados, 475-B — Cordovil, rua Bulhões Marcial, 109 — Rute, rua Barão de Melgaço, 484-A. **Del Castilho** — Pontual, av. Automóvel Clube, 2.884. **Encantado** — Rio Casca, rua Clarimundo de Melo, 789-A. **Engº de Dentro** — Predileta, rua Pernambuco, 586-A — S. João, rua José dos Reis, 45/ **Engenho Novo** — Boa Sorte, rua Barão do Bom Retiro, 1.876 — Matriz, rua Sousa Barros, 186 — Bom Retiro, rua Barão do Bom Retiro, 284. **Engº Velho** — Colea, rua Haddock Lôbo, 350 — Sta. Isabel, rua Matriz e Barros, 835. **Estácio** — Paulista, rua Estácio de Sá, 71. **Ilha do Governador** — N. S. da Ajuda, praça Carmela Dutra, 3-B — Guarabu, estr. do Galeão, 692-E. **Inhaúma** — S. Jorge, rua Alvaro de Miranda, 196-B — Pilar, av. João Ribeiro, 5 — N. S. do Brasil. Estr. Velha da Pavuna, 1.545-B — Carioca, rua Padre Januário, 287-B. **Jacarepaguá** — Valqueire, praça Valqueire, 23-A — S. Nicolau, rua Cândido Benicio, 768-A — Santa Luisa, av. Geremário Dantas, 1.454-B. **Lins** — Eden, rua Dona Francisca, 40-A. **Lucas** — Abitos, av. das Bandeiras, loja 15, quadra 18, bloco 2. **Madureira** — Sto. Antônio, estr. Marechal Rangel, 918-B — D. Clara, rua Capitão Couto Meneses, 28. **Manguinhos** — Brasil, rua Uranos, 1.037 — N. S. da Penha, rua Uranos, 1.885. **Marechal Hermes** — Acapu, rua Acapu, 164 — São Luis, rua General Savaget, 80-B. **Maria da Graça** — Sto. Antônio, rua Conde de Azambuja, 1.087. **Méier** — Régis, av. Amaro Cavalcanti, 2.638-A — Riograndense, av. Amaro Cavalcanti, 2.065 — Costa, rua Dias da Cruz, 616 — Mirian, rua Aristides Caire, 302-B — Aparecida do Méier, rua Arquias Cordeiro, 310. **Pedregulho** — N. S. Bonfim, rua Ana Néri, 4. **Pedro Ernesto** — Romero, rua Gérson Ferreira, 21 — Cariri, rua Ministro Moreira Abreu 209-A — Goitacaz, rua Delfim Carlos, 186-B. **Penha** — Adolfo, rua Nicarágua, 346-A — Murilo, rua Conde de Agrolongo, 98 — Lima, rua Romeiros, 48-B. **Penha Circular** — Léa, rua Enes Filho, 238-A — Neuza, rua Lôbo Júnior, 1.844-B. **Piedade** — N. S. Fátima, rua Elias da Silva, 417. **Ramos** — Sta. Cristina, rua Leonidia 42-A. **Realengo** — Saturno, rua Bellisário de Sousa, 360 — Magalhães, av. Canrobert Pereira da Costa, 1.558-D — Realengo, rua Goulart de Andrade, s. **Rocha** — Mayrink, rua Cons. Mayrink, 405-A. **Rocha Miranda** — Jóia, rua dos Topázios, 47 — Sapê, estr. do Sapê, 1.025-A. **Sta. Cruz** — Farm. Sta. Cruz, rua Lopes de Moura, 66 — S. Jorge, rua Faxina, 22. **Santissimo** - Farm. Santissimo, rua Santissimo, 13. **S. Cristóvão** — Allado, rua S. Cristóvão, 64 — Benfica, rua S. Luis Gonzaga, 2.205 — Frei Fabiano, rua Bela, 854 — Sta. Rita, rua S. Cristóvão, 829 — Bonfim, rua Bonfim, 351. **S. Francisco Xavier** — Rocha, rua 24 de Maio, 245. **Tijuca** — Cajati, rua General Roca, 263 — Grandoi, rua Conde Bonfim, 300 — Rossini, rua Conde Bonfim, 879 — S. Francisco, rua S. Francisco Xavier, 420. **Turi-Assu** — Rebel, estr. do Otaviano, 286. **Vaz Lôbo** — Itacoara, estr. Vicente Carvalho, 1.604 — Adail, estr. Vicente Carvalho, 486-A. **Vigário Geral** — Nunes, rua Correia Dias, 335-A. **Vila Isabel** — Sta. Isabel, rua Teodoro da Silva, 849 — Universal, rua Visc. Abaeté, 34.

ZONA SUL

Botafogo — Farm. Botafogo, rua Marquês de Abrantes, 214 — Ipiranga, rua Gal. Polidoro, 156 — Orlando Rangel, praia de Botafogo, 490 — Nova, rua Vol. da Pátria, 365. **Catete** — Pedro Américo, rua Pedro Américo, 73-A. **Copacabana** — Natal, av. Copacabana, 74 — Políbio, rua Siqueira Campos, 53 — Patrônio, rua Duvivier, 18-A — Abreu, av. N. S. Copacabana, 813-A — Arpoador, av. Copacabana 1130-A — Dia e Noite, av. Copacabana, 1.039-A — Loil, rua Siqueira Campos, 180 — Aristides, rua Siqueira Campos, 119-A. **Flamengo** — Brasiléia, praia do Flamengo, 118-A. **Gávea** — Iris, rua Marquês de S. Vicente, 170-B — Gávea, rua Jardim Botânico, 697 — São Vicente, rua Marquês de S. Vicente, 67. **Ipanema** — Internacional, rua Prudente de Morais, 10 — Rodrigues, rua Visc. Pirajá, 309-A — Pirajá, rua Visc. Pirajá, 538. **Laranjeiras** — Peres, rua Laranjeiras, 131 — Laranjeiras, rua Laranjeiras, 458. **Lebion** — Netuno, av. Ataulfo de Paiva, 566. **Leme** — Farm. Leme, avenida Prado Júnior, 237-A.

O SEGRÊDO PARA ARRANJAR MARIDO

EMPOLGANTE HISTÓRIA VIVIDA
O SUBORNO DO NOIVO — JÓIAS PARA CASAR — FUGA ROMANTICA
Acha que tudo correria melhor se você pudesse andar de calças masculinas? Sua majestade meu marido — Aumento da coleção — O espelho de Vênus — Os parternais crime ou suicídio? — Nem tudo é ouro em Hollywood — Canções famosas — Poesia, etc.
Leia o nº 446, de **GRANDE HOTEL**
SAIBA O NUMERO QUE LHE DARA' SORTE NESTA SEMANA. Cr$ 6,00 — NAS BANCAS.



Feiras de Hoje

Haverá feira, hoje, têrça-feira, nos seguintes locais:

CIDADE

Praça da Cruz Vermelha — Rua Carlos Sampaio.

ZONA NORTE

Tijuca — Rua Barão de Pirassinunga e praça Professor Pinheiro Guimarães. **Grajaú** — Rua Uberaba. **Piedade** — Rua Gomes Serpa Meier — Rua Caldino Pimentel. **Engenho Novo** — Rua Baronesa do Engenho Novo. **Vaz Lôbo** — Ruas Bezerra de Menezes, Lima Drumond e Professor Buriamaqui. **Cachambi** — Ruas Honório e Vasco da Gama. **Maria da Graça** — Rua Miguel Angelo. **Bento Ribeiro** — Largo da Fontinha. **Higienópolis** — Rua Darque de Mayo. **Santa Cruz** — Rua Lopes Mourt.

ZONA SUL

Botafogo — Rua Arnaldo Quintela. **Ipanema** — Ruas Bulhões de Carvalho e Joaquim Nabuco. **Laranjeiras** — Rua Ipiranga.

ILHAS

Governador — Travessa Oliveira.

Exames de Sangue, Urina, etc.
Tabela de preços na pág. 527 da Lista Telefônica Classificada.
Dr. Rubens Alves Pequeno
Avenida Rio Branco, 178 — 2.º andar - Sala 202 - Tel.: 22-9057.

furadeiras elétricas estacionárias

LOJA SANVAS
SANSON VASCONCELLOS
COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO S. A

A
Rádio Mundial
ESTA APRESENTANDO ESTA SEMANA, NA SÉRIE
"OS ELEITOS DE DEUS"
O EXEMPLO EDIFICANTE DA VIDA DE
«São Cirilo de Alexandria»
na interpretação de:
AMÉLIA SIMONE
SAMIR DE MONTEMÓR
Jonas Garret
Telmo de Avelar
Arnaldo Coutinho
Renée Bell
Dantas Ruas
Geraldo Carvalho
José Mesquita
Rafael de Almeida
Carlos de Sousa
Radiofonização de Eugênio Lira Filho
Acompanhe as séries de «OS ELEITOS DE DEUS» às 3as., 5as. e sábados, às 14h05m, pela
Rádio Mundial
Organização VICTOR COSTA
Sob os auspícios da
LIVRARIA MISSIONARIA EDITORA
Rua 7 Setembro, 65-A

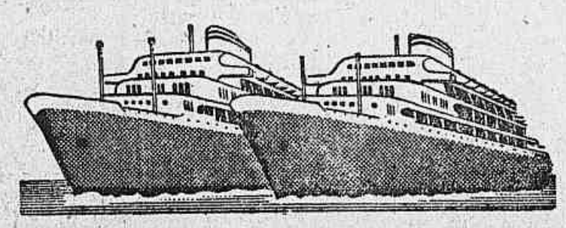
BAZAR ANA NERY
Rádios, Radiolas — RCA e Philco. Discos clássicos e populares. Máquinas fotográficas, filmes, louças, Ferragens e brinquedos. RUA ANA NERY, 839. Tel.: 48-9450. Faça suas compras apresentando êste anúncio, para obter grandes descontos

PRR-2 Rádio Eldorado S/A
PROGRAMAÇÃO PARA HOJE
550 QUILOCICLOS
13,00 — «PAGINAS DOS MESTRES» — Oferta do «O Estado de São Paulo», apresentando: I — «Romeu e Julieta», de Berlioz, com a orquestra da Sociedade de Concertos do Conservatório de Paris. II — «Noites nos Jardins da Espanha», de Manoel De Falla.
18,00 — «REPOUSO MELÓDICO» — Apresentando a «Orquestra de Robert Farnon».
18,25 — «COMENTÁRIO EDUCACIONAL» — Escrito e apresentado pelo professor Madeira Netto.
18,30 — «SEU CARRO... SEU AMIGO»... — Oferta de «Bardhal Lubrificantes do Rio de Janeiro S. A.».
19,00 — «FANTASIAS GUERLAIN» — Oferta dos «Perfumes Guerlain», de Paris.
20,00 — «RECITAL DE MELODIAS».
20,30 — «A MUSICA DO CINEMA».
21,00 — «RADIO TESTE» — Produção de Kosinski de Cavalcanti, que desafia seus conhecimentos musicais.
21,25 — «INFORMA A RADIO ELDORADO».
21,30 — «INTERMEZZO».
21,35 — «TESOURO MUSICAL» — Oferta do «Ron Montilla», apresentando música popular norte-americana.
22,00 — «CONCERTO ELDORADO» — Oferta dos «Produtos de Beleza Helena Rubstein, apresentando: I — «Suite Caucasiana», de Ippolitov-Ivanov». Orquestra Filarmônica de Los Ângeles». II — «Quadros de uma Exposição», de Mussorgsky. «Orquestra da Suisse Romande».
23,00 — «RITMOS DE BOITE» — Oferta da «RCA Victor».
24,00 — «MUSICA PARA UM SONHO DIVINO» — Oferta dos «Produtos Probel».
01,00 — «ENCERRAMENTO».

ARTIGOS PARA ESPORTES — Compre na
CASA SPANDER
Futebol, Basquetebol, Voleibol, Tênis e Patins — Roupas de Banho — Calçados, Tênis e Encordoamentos de Raquetes.
120 — Rua Buenos Aires 120 — Tel.: 52-7992
PEÇA CATALAGO GRÁTIS.

Quer ganhar o que deseja?
TEMPO PERDIDO E' FORTUNA ESBANJADA
Aproveite o seu tempo numa atividade distinta e que lhe pode proporcionar grandes lucros! Venha hoje trocar idéias conosco. Traga êste anúncio à avenida Rio Branco, 81 — 6º andar, das 9h30m às 13 horas, e das 14 às 18 horas.

COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO
LISBOA
(Única Companhia Portuguêsa na linha da América do Sul)



O MODERNO TRANSATLÂNTICO PORTUGUÊS
SANTA MARIA
Partirá em 27 de Fevereiro para:
SALVADOR, RECIFE, S. VICENTE, FUNCHAL, VIGO e LISBOA
OUTRAS SAÍDAS:

PARA O RIO DA PRATA		PARA A EUROPA
SANTA MARIA	27 de março	6 de abril
SANTA MARIA	—	7 de maio
SANTA MARIA	5 de junho	15 de junho
SANTA MARIA	19 de julho	28 de julho

O máximo luxo e confôrto em tôdas as classes
Reserva de lugares em tôdas as AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO e nos Agentes Gerais:
COMPANHIA COMERCIAL E MARÍTIMA S. A.
Avenida Rio Branco n.º 4-B — Telef. 23-2930
RIO DE JANEIRO
onde se atenderão todos os passageiros e se prestarão informações sôbre eventual falta de lugares.

VENCEU O HANDICAP

BOMBA H (Castilo) lembrou-se dos bons tempos de Marôlha e derrotou Beguiller, sua irmã paterna, em aplaudido final.

PROGRAMA DE QUINTA-FEIRA

O JOCKEY CLUB BRASILEIRO, por intermédio de seu órgão técnico organizou para a corrida extraordinária de quinta-feira, um programa de sete páreos com uma boa distribuição de parelheiros. Com duas provas bem dotadas e que são os segundo e terceiro páreo, os "habitués" vão se deliciar na na "quintaferina" desta semana. O programa é o seguinte:

1º PAREO — As 15h10m — 1.400 metros — Cr$ 45.000,00.

		QUILOS
1—1	Jacamim	8 60
2	Baisa	5 58
2—3	Rapineiro	3 60
4	Gomo	2 58
3—5	Cabo Verde	7 52
6	Moxotó	6 53
4—7	Cleofes	4 58
8	Acantnus	1 56
»	Royal Crown	9 54

2º PAREO — As 15h35m — 1.300 metros — Cr$ 70 000,00.

		QUILOS
1—1	Everglade	1 55
2—2	Rostoky	2 55
3—3	Itiri	3 55
4—4	Cerrilha	4 53

3º PAREO — As 16 horas — 1.400 metros — Cr$ 70.000,00.

		QUILOS
1—1	Castilha	1 55
2—2	Galúta	5 55
3—3	Rupia	6 55
4	Redoma	3 55
4—5	Ipônica	4 55
6	Baicova	2 55

4º PAREO — As 16h30m — 1.300 metros — Cr$ 45.000,00.

		QUILOS
1—1	Sidney	7 60
2	Himeto	6 52
2—3	Sororó	2 55
4	Oda	4 52
3—5	Broadway Bill	3 52
6	Oldemburg	5 52
4—7	Lafogata	1 56
8	Eônio	8 54
9	Donoghue	9 56

5º PAREO — As 17 horas — 1.500 metros — Cr$ 65.000,00.

BETTING

		QUILOS
1—1	Lívadia	3 55
2	Rainette	5 55
2—3	Tina	8 55
4	Pourquoi	2 55
2—5	Apassionata	6 55
6	Lady Jess	1 55
7	Toulouse	7 55
8	Havatana	4 55

6º PAREO — As 17h30m — 1.300 metros — Cr$ 40.000,00.

BETTING

		QUILOS
1—1	Egil	7 58
2	Heliópolis	9 52
2—3	Nigromante	2 60
4	Brincador	5 56
3—5	Ouronegro	1 54
6	Loureto	6 60
7	Gary Cooper	4 56
4—8	Admirável	3 60
9	Charrua	10 52
10	Jondi	8 60

7º PAREO — As 18 horas — 1.200 metros — Cr$ 55.000,00.

BETTING

		QUILOS
1—1	Samco	7 56
2	Mandenito	10 56
3	Sandim	5 56
2—4	Guaiasco	9 56
5	Bantu	1 56
6	Náutico	6 56
3—7	Descalda	2 54
8	Labelle	12 54
9	Difusa	8 54
4—10	Déco	13 56
11	Veloz (*)	4 56
12	Orango	11 56
13	Loro	3 56

(*) — Ex-Labirinto.

N. da R. — Carreiras do cheitinga: — Sexta — Sétima — Oitava.

EM SÃO PAULO
LEOCADIA venceu o Grande Prêmio "Governador do Estado"

Em São Paulo foi disputado, domingo último, o Grande Prêmio «Governador do Estado», na distância de 2.000 metros, que consignou o triunfo de LEOCADIA, sob a direção do jóquei R. Olguin, que derrotou COURAGEUSE, e CANALETTO SALOMÃO fracassou, não correspondendo à expectativa dos apostadores.

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO DE CORRIDAS

A. G. Silva Suspenso por 30 Dias — O «Caso Crisbam» — Suspensos Hélio de Oliveira e o Cavalariço Délcio Reis

A COMISSÃO DE CORRIDAS estêve, ontem reunida, para julgar as últimas réuniões realizadas no Hipódromo da Gávea. O caso CRISBAM foi abordado pelo órgão técnico do Jockey Club Brasileiro, que suspendeu os profissionais Hélio de Oliveira e o cavalariço "Pintado", rompendo relações com o proprietário Paulo Duranti. Foram estas as últimas deliberações do órgão técnico do Jockey Club Brasileiro:

1) — Notificação, por indocilidade na partina: GARRANA, HARALEM e FAIRY TALE (primeira notificação); QUIMBAR e CORCEL (segunda e última notificação); e, proibir de correr, por trinta (30) dias, o animal BRAZENFACE, e por sessenta (60) dias, FLAMENGA, condicionando suas inscrições, após os períodos acima citados, ao parecer favorável do «starter» por baixa após a partida, o animal LADIM.

2) — Suspender, de acôrdo com o artigo 67 do Código (indisciplina), por trinta (30) dias, o jóquei Antônio G. Silva.

3) — Anotar nos assentamentos do treinador Elpio Caminha, a diversidade de «performances» do seu pensionista EONIO.

4) — Suspender, por infração do artigo 155 do Código, os jóqueis e aprendiz: por duas (2) corridas, Sebastião Barbosa (HILANILZA), Amaro Marçal (PAULIN) e João de Barros (GINETTA); por uma (1) corrida, o jóquei Argemiro Neri (BRAZENFACE).

5) — Suspender por mais cinco (5) dias, o aprendiz João de Barros, por não ter obedecido ao horário normal de trabalho.

6) — Atendendo às conclusões do inquérito procedido no Primeiro Distrito Policial, suspender temporàriamente as matrículas do jóquei Hélio Lopes de Oliveira e do cavalariço Délcio José dos Reis (matrícula n. 1.817), ambos com entrada proibida no hipódromo e suas dependências; romper relações com o proprietário Paulo Francisco Duranti, proibindo também sua entrada no hipódromo e dependências, até o pronunciamento da Justiça.

7) — Multar, por infração do artigo 156 do Código, os jóqueis e aprendizes: em 3.000 cruzeiros, Emídio Castillo (FIRST BOY e BOMBA H); em 1.000 cruzeiros, os jóqueis Jéfferson Baffica (COMANDULO), José Portilho (FLAMENGA), Osvaldo Fernandes (BOMARSOL), Jobel Tinoco (BEGUILER), Geraldo Almeida (MAYPO); em 200 cruzeiros, Heros Lima (ESCALER) e em 400 cruzeiros, Francisco Madalena (BAISA).

8) — Multar, por infração do artigo 54 do Código (não terem dado, nos prazos regulamentares, os compromissos de montarias), em 1.000 cruzeiros, o tratador Alberto Corsino (THANK) e em 500 cruzeiros, o tratador Gonçalino Feijó (PAN).

9) — Ordenar o pagamento dos prêmios das corridas de 28 e 29 do mês de janeiro próximo passado.

A Secretaria da Comissão de Corridas avisa aos interessados que acham-se à disposição dos mesmos os impressos para as incrições clássicas do corrente ano, devendo as referentes ao primeiro período serem encerradas a 20 do mês em curso.

CURSO DE BACHAREL E PERITO

Para os diplomados ou não diplomados em contabilidade. Brasileiros ou estrangeiros. Informações para todos os endereços do interior dos Estados. Cartas para respostas: ESCOLA DE COMÉRCIO E CIÊNCIAS — Caixa Postal 3.024. Rio de Janeiro. Registro de diplomas de escola de comércio ou superiores e o registro de professôres diplomados ou não diplomados. Av. Presidente Vargas, 518 — 9º andar — sala 903 — Tel.: 23-4686 — Professor Lupércio Penteado — Expediente das 10 às 19 horas. Aceita procuração do interior do país e alunos por correspondência. Tel.: 23-4686

A TOSSE
depaupera
o organismo...
FIGATOSSE
Acalma os acessos de tosse, dá pronto alívio aos que sofrem de bronquites e atua diretamente sôbre o aparelho respiratório, eliminando as origens da tosse
FIGATOSSE é um xarope que contém óleo de fígado de bacalhau

Triunfo de Bomba H Sôbre Beguiller no "Handicap Especial"

L'Amiral Bateu o Recorde dos 1.200 Metros — El Bacan, Kenny, Hulha Branca, Divino, Ispalmen e Revoltado Foram os Demais Ganhadores de Anteontem na Gávea

LEOCADIA VENCEU, EM SÃO PAULO, O «G. P. GOVERNADOR DO ESTADO»

EMBORA a atuação de alguns parelheiros deixasse má impressão entre os apostadores, devido ao modo bisonho com que foram dirigidos, a corrida de anteontem, em prosseguimento da chamada temporada de verão foi boa, havendo alguns finais interessantes que provocaram entusiasmo entre os "habitués" do Hipódromo da Gávea.

* * *

A principal prova da tarde, que foi o "handicap especial de éguas", na distância de 1.400 metros, teve como vencedora a égua BOMBA H. A filha de BLACKAMOOR, bem dirigida pelo jóquei E. Castillo, derrotou a grande favorita BEGUILER e mais BENGUARDA após um percurso onde a favorita sofreu percalços, pois, seu piloto não soube tirar proveito de algumas fases do percurso.

* * *

No quinto páreo, L'AMIRAL, sob a direção do jóquei Luis Diaz, derrotando CRUZADOR em excelente atuação, estabeleceu novo recorde para a distância de 1.200 metros com 73" 1/5. O filho de GOYAMA produziu destacada atuação na prova.

* * *

Os demais vencedores foram EL BACAN, sob a direção do jóquei M. Silva, que derrotou HISTÓRICO, correspondendo ao favoritismo; KENNY, sob a direção do jóquei Luis Dias que, também, eleito favorito, derrotou QUIMBAR e BOMARSOL em boa atuação; HULHA BRANCA, sob a direção do jóquei M. Silva, que suplantou GINETTA em bonita atropelada; DIVINO, sob a direção do jóquei-aprendiz J. Ramos, derrotando o favorito CURARE em estilo impressionante, pois, deixou muito longe o favorito; ISPALMEN, sob a direção do jóquei E. Castillo, que venceu contra a expectativa dos entendidos, pois, anteriormente havia perdido muito longe para EL BANDOLERO que formou a dupla, enquanto seu companheiro não partia em boas condições; e, por último, REVOLTADO, sob a direção do jóquei-aprendiz Nélson Pereira, descoberto à última hora e eleito o segundo favorito da prova. O filho de MISTER derrotou BAYARD PRINCE em boa atropelada.

* * *

O movimento técnico da corrida realizada anteontem, no Hipódromo da Gávea, foi o seguinte:

PRIMEIRO PAREO — As 14h40m — 1.400 metros — Prêmios: Cr$ 65.000,00; Cr$ 19.500,00; Cr$ 9.750,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do vencedor — Potros nacionais de três anos, sem mais de uma vitória no país — Pesos da tabela.

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	El Bacan, 55, M. Silva	44.612	15,00	12 25.010	16,00
2º	Histórico, G. Almeida	3.813	178,00	13 5.650	73,00
3º	Brazenface, 55, A. Neri	1.447	463,00	14 2.906	141,00
4º	Sir Toby, 55, E. Castillo	3.099	84,00	23 10.264	40,00
5º	Paulin, 55, A. Marçal	25.120	27,00	24 5.718	72,00
6º	Montanero, 55, AG Silva	2.058	324,00	33 536	769,00
				34 1.511	273,00
		85.179		44 232	1.777,00
					51.857

Diferenças: — Um corpo e um corpo. — Tempo: — 88". — Movimento do páreo: — Cr$ 1.474.710,00.

Vencedor: (2) Cr$ 15,00. — Dupla: (24) Cr$ 72,00. — Placés: (2) Cr$ 12,00 e (5) Cr$ 31,00. — Pista de areia leve.

E LBACAN: — M. A., três anos — Paraná — Por Danton em Airfield. — Proprietário: — Francisco M. Serrador. — Tratador: — Claudemiro Pereira. — Criador: — Fazenda Santa Angela.

SEGUNDO PAREO — As 15h05m — 1.300 metros — Prêmios: Cr$ 60.000,00; Cr$ 18.000,00; Cr$ 9.000,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do vencedor. — Animais nacionais de quatro anos, sem mais de duas vitórias no país. — Pesos da tabela.

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	Kenny, 56, L. Diaz	41.843	17,00	12 4.527	93,00
2º	Quimbar, 56, M. Silva	9.439	75,00	13 17.895	23,00
3º	Bomarsol, 56, Fernandes	20.417	35,00	14 4.967	84,00
4º	Haralem, 53, M. Alves	5.229	136,00	23 9.444	44,00
5º	B. Hunter, 56, Portilho	9.215	77,00	24 3.233	130,00
6º	Dourando, 56, E. Castillo	3.068	231,00	33 2.431	173,00
				34 9.645	43,00
		89.211		44 608	690,00
					52.750

Diferenças: — Cabeça e três corpos. — Tempo: — 80". — Movimento do páreo: — Cr$ 1.500.480,00.

Vencedor: (3) Cr$ 17,00. — Dupla: (23) Cr$ 44,00. — Placés: (3) Cr$ 12,00 e (2) Cr$ 20,00. — Pista de areia leve.

KNNY: — M. C., quatro anos — São Paulo. — Por Maritain em Cangica. — Proprietário: — Stud Reca Faria. — Tratador: — Jorge Morgado. — Criador: — Haras Santa Anita.

TERCEIRO PAREO — As 15h30m — 1.600 metros — Prêmios: Cr$ 60.000,00; Cr$ 18.000,00; Cr$ 9.000,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do vencedor. — Éguas nacionais de quatro anos, sem mais de uma vitória no país. — Pesos da tabela.

Cr$ 13.500,00: Cr$ 6.750,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	H. Branca, 56, M. Silva	19.527	37,00	12 14.429	30,00
2º	Ginetta, 53, J. Barros	14.935	48,00	13 5.746	76,00
3º	Suely, 56, A. G. Silva	24.361	30,00	14 13.281	33,00
4º	Fairy Tale, 56, L. Diaz	31.761	23,00	23 4.772	91,00
5º	Gilzinha, 53, Vasconcelos	19.527	37,00	24 9.438	46,00
				34 5.401	81,00
		90.584		44 1.754	248,00
					54.821

Não correram: — Habilla e Sans Gene.

Diferenças: — Meia cabeça e três corpos. — Tempo: — 101". — Movimento do páreo: — Cr$ 1.454.050,00.

Vencedor: (6) Cr$ 37,00. — Dupla: (34) Cr$ 81,00. — Placés: — Não houve. — Pista de areia leve.

HULHA BRANCA: — F. T. quatro anos — Paraná. — Por Descontiado em Tupiá. — Proprietário: — Stud Chamma. — Tratador: — Iolando Penha. — Criador: — Haras Paraná Limitada.

QUARTO PAREO — As 16 horas — 1.600 metros — Prêmios: Cr$ 45.000,00; Cr$ 13.500,00; Cr$ 6.750,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do vencedor. — Animais nacionais de seis anos, ganhadores até Cr$ 560.000,00 e de sete anos, ganhadores até Cr$ 630.000,00 em prêmios de primeiro lugar no país. — Pesos da tabela, com sobrecarga.

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	Divino, 55, J. Ramos	31.224	34,00	12 16.702	31,00
2º	Curare, 54, J. Portilho	54.362	19,00	13 7.784	67,00
3º	El Mambo, 52, M. Silva	35.261	29,00	14 19.307	27,00
4º	Nion, 49, M. Alves	4.107	257,00	23 4.223	124,00
5º	Crusado, 54, G. Almeida	31.284	34,00	24 11.348	46,00
6º	B. da Lacre, 54, Castillo	7.211	146,00	33 681	787,00
				34 4.292	122,00
		132.52b		44 1.350	857,00
					65.687

Não correu: — Corrégio.

Diferenças: — Três corpos e um corpo. — Tempo: — 99" 1/5. — Movimento do páreo: — Cr$ 2.091.720,00.

Vencedor: (6) Cr$ 34,00. — Dupla: (14) Cr$ 27,00. — Placés: (6) Cr$ 14,00 e (1) Cr$ 13,00. — Pista de areia leve.

DIVINO: — M. C., seis anos — Rio Grande do Sul. — Por Diógenes em Brayola. — Proprietário: — Stud Valdir Alves. — Tratador: — Carlos Cabral. — Criador: — Haras Mundo Novo.

QUINTO PAREO — As 16h30m — 1.200 metros — Prêmios: Cr$ 70 000,00; Cr$ 21.000,00; Cr$ 10.500,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do vencedor. — Potros nacionais de três anos, sem mais de duas vitórias no país. — Pesos da tabela, com sobrecarga.

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	L'Amiral, 56, L. Diaz	34 804	26,00	12 16.543	33,00
2º	Cruzador, 55, E. Castillo	16.153	55,00	13 4.120	131,00
3º	Celeiro, 57, M. Silva	25.619	35,00	14 18.160	30,00
4º	Ulysses, 55, J. Portilho	28.910	31,00	23 4.142	130,00
5º	Blast, 55, A. G. Silva	7.093	126,00	24 13.701	29,00
				34 4.014	134,00
		112.579		44 6.953	77,00
					67.633

Não correu: — Heleno.

Diferenças: — Um corpo e dois corpos. — Tempo: — 73" 1/5. — (Novo recorde). — Movimento do páreo: — Cr$ 1.890.150,00.

Vencedor: (1) Cr$ 26,00. — Dupla: (14) Cr$ 30,00. — Placés: (1) Cr$ 14,00 e (6) Cr$ 19,00. — Pista de areia leve.

L'AMIRAL: — M. C., três anos — São Paulo. — Por Goyama em Touraya. — Proprietário: — Stud Rocha Faria. — Tratador: — Jorge Morgado. — Criador: — Haras Santa Anita.

SEXTO PAREO — As 17 horas — 1.400 metros — Prêmios: Cr$ 60.000,00; Cr$ 18.000,00; Cr$ 9.000,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do vencedor. — Potros nacionais de três anos, dos leilões da Sociedade, sem vitória no país. — Pesos da tabela.

BETTING

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	Ispalmen, 55, E. Castillo	23.132	37,00	11 10.568	50,00
2º	El Bandoleiro, 55, Moura	50.014	17,00	12 16.772	31,00
3º	Don Carlos, 55, Madalena	7.352	117,00	13 17.448	30,00
4º	Larnoud, 55, J. Portilho	10.838	79,00	14 5.194	101,00
5º	R. Negro, 53, A. Reis	2.016	428,00	22 2.131	247,00
6º	Arrelique, 55, AG Silva	15.045	57,00	23 8.174	64,00
7º	Landim, 55, R. Maia	50.014	17,00	24 2.551	207,00
				33 788	669,00
		108.497		34 2.642	199,00
					66.268

Não correram: — Engajado e Horn.

Diferenças: — Dois corpos e cabeça. — Tempo: — 90". — Movimento do páreo. — Cr$ 1.833.060,00.

Vencedor: (4) Cr$ 37,00. — Dupla: (13) Cr$ 30,00. — Placés: (4) Cr$ 13,00 e (1) Cr$ 10,00. — Pista de areia leve.

ISPALMEN. — M. C., três anos — Paraná. — Por Danton em Jenny. — Proprietário: — José Bastos Padilha. — Tratador: — Paulo Morgado. — Criador: — Fazenda Santa Angela.

SÉTIMO PAREO — As 17h30m — 1.400 metros — Prêmios: Cr$ 80.000,00; Cr$ 24.000,00; Cr$ 12.000,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do animal nacional vencedor. — Éguas de qualquer país, de três anos e mais idade, ganhadoras até Cr$ 1.000.000,00 em prêmios de primeiro lugar no país. — (Handicap Especial).

BETTING

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	Bomba H, 55, E. Castillo	12.370	66,00	12 14.989	39,00
2º	Beguiller, 57, J. Tinoco	45.345	18,00	13 20.462	28,00
3º	Benguarda, 54, J. Portilho	17.745	46,00	14 15.844	37,00
4º	Resina, 56, J. Baffica	11.067	75,00	23 5.513	105,00
5º	Chilita, 52, M. Silva	6.004	136,00	24 3.668	153,00
6º	Jondeci, 52, B. Marinho	6.967	117,00	33 3.224	180,00
7º	Cerrilha, 52, G. Almeida	3.001	272,00	34 7.633	76,00
				44 1.526	350,00
		102.508			72.859

Não correram: — Baicova, Tremenda e Treta.

Diferenças: — Um corpo e um corpo. — Tempo: — 86" 2/5 — Movimento do páreo: — Cr$ 1.844.400,00.

Vencedor: (3) Cr$ 66,00. — Dupla: (12) Cr$ 39,00. — Placés: (3) Cr$ 20,00 e (1) Cr$ 11,00. — Pista de areia leve.

BOMBA H: — F. A., quatro anos — Uruguai. — Por Blackamoor em Scucha. — Proprietário: — Stud Vinte de Janeiro. — Tratador: — Mariano Sales. — Importaror: — João Jabour.

OITAVO PAREO — As 18 horas — 1.500 metros — Prêmios: Cr$ 45.000,00; Cr$ 13.500,00; Cr$ 6.750,00; Cr$ 5.000,00 e cinco por cento ao criador do vencedor. — Animais nacionais de seis anos, ganhadores até Cr$ 200.000,00 e de sete anos, ganhadores até Cr$ 270.000,00 em prêmios de primeiro lugar no país. — Pesos da tabela, com sobrecarga.

BETTING

		VENCEDOR POULES	RATEIOS	DUPLAS POULES	RATEIOS
1º	Revoltado, 54, N. Pereira	22.425	40,00	11 1.555	36,00
2º	B. Prince, 55, AG Silva	10.539	85,00	12 6.391	80,00
3º	Igaratim, 58, J. Portilho	17.126	53,00	13 10.817	51,00
4º	Danilo, 52, P. Labre	5.801	155,00	14 15.088	37,00
5º	Corcel, 58, A. Reis	23.243	39,00	22 508	1.090,00
6º	Elzorro, 52, J. Tinoco	2.316	389,00	23 5.036	110,00
7º	El Guapo, 58, L.E. Castro	7.841	115,00	24 5.818	95,00
8º	Veapão, 58, A. Marçal	13.697	66,00	33 3.204	173,00
9º	Tremonti, 52, A. Neri	6.998	129,00	34 12.864	43,00
10º	Cartago, 52, J. Lopes	2.158	417,00	44 7.848	71,00
11º	Marengo, 53, J. Barros	1.174	767,00		
		113.318			69.669

Não correram: — El Garboso e Demite.

Diferenças: — Um corpo e meio e cabeça. — Tempo: — 93" 4/5. — Movimento do páreo: — Cr$ 1.954.970,00.

Vencedor: (10) Cr$ 40,00. — Dupla: (24) Cr$ 95,00. — Placés: (10) Cr$ 19,00; (4) Cr$ 31,00 e (6) Cr$ 24,00. — Pista de areia leve.

REVOLTADO: — M. A., seis anos — Rio Grande do Sul. — Por Mister em Selecta. — Proprietário: — Rafael F. Schwarchbein. — Tratador: — Pedro Correia Neto. — Criador: — Haras Chapéu de Sol.

* * *

MOVIMENTO DE APOSTAS	Cr$	14.043.340,00
CONCURSOS	Cr$	428.215,00
TOTAL GERAL	Cr$	14.471.755,00

RESULTADO DOS CONCURSOS

Foram os seguintes os resultados dos concursos e "bettings" patrocinados pelo Jockey Club Brasileiro e realizados pela corrida de anteontem, no Hipódromo da Gávea:

BOLO SIMPLES DE SETE PONTOS: — Não teve ganhadores, ficando acumulada a quantia de Cr$ 145.425,00

BOLO SIMPLES DE SEIS PONTOS: — Quatorze ganhadores. — Rateio: — Cr$ 2.783,00

BETTING ITAMARATI SIMPLES: — Vinte e três ganhadores. — Rateio: — Cr$ 1.178,00

BETTING ITAMARATI DUPLO: — Setenta e um ganhadores. — Rateio: — Cr$ 1.601,00

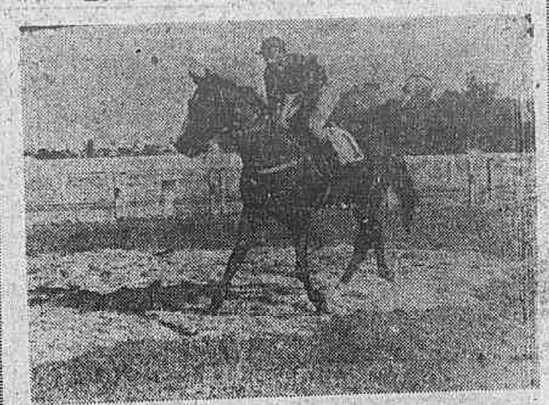
NÃO BEBA ÁGUA SUJA
Mande limpar suas caixas e reservatórios de água, evitando os perigos de doenças do aparelho digestivo
IMPERMEABILIZAÇÕES — ESTERILIZAÇÕES
HITEC LTDA — TELS.: 49-9040 E 34-3736.

Suas Camisas Velhas Têm Valor

COLOCAM-SE COLARINHOS NOVOS	Cr$	40,00
COLARINHOS DE FRALDA	Cr$	30,00
PUNHOS NOVOS	Cr$	30,00
CAMISAS E BLUSÕES SOB MEDIDA	Cr$	90,00

SERVIÇO GARANTIDO E RÁPIDO
Rua Buenos Aires, 236 — 1º andar — Sala 4

EM TEMPO RECORDE



L'AMIRAL (L. Diaz), após o seu triunfo de anteontem em tempo recorde, mostrando excelentes condições físicas.

Diario de Notícias
Têrça-feira, 7 de Fevereiro de 1956

Os Trabalhos de Ontem na Gávea

NA PISTA DE AREIA e com a presença de grande número de "corujas" que foram apreciar as "novidades", no Hipódromo da Gávea, foram anotados vários exercícios de parelheiros que irão tomar parte nas próximas corridas. Eis a lista dos trabalhos anotados pelos interessados:

GENAZANO — (M. Henrique) — 1.300 metros, em . . . 84" 3/5
QUIBARI — (A. Torres) — — 1.400 metros, em . . . 97"
BAGÉ — (J. Portilho) — 1.200 metros, em . . . . 75"
ERGURA — (W. Mazzala) — 1.500 metros, em . . . 97" 2/5
KAMERAN — (O. Serra) — — 1.300 metros, em . . . 86"
EL INDIO — (N. Pereira) — 1.300 metros, em . . . 86"
ZINGARA — (N. Pereira) — 1.200 metros, em . . . 75" 4/5
NAVEGANTE — (L. Lins) — 1.500 metros, em . . . 96" 3/5
MAS TUA — (M. Silva) — 1.300 metros, em . . . 83"
GARDU — (F. Madalena) — 1.600 metros, em . . . 105"
IBAITI — (A. G. Silva) — 1.300 metros, em . . . 84"
TEIA — (O. Moura) — 1.400 metros, em . . . . 92"
HELIÓPOLIS — (F. G. Silva) — 1.200 metros, em . . . . . 73" 2/5
SPORTSMAN — (Lad.) — 1.300 metros, em . . . 88" 2/5
HERCULES — (L. Lins) — 1.300 metros, em . . 83"
ERONICO — (Js. Baffica) — 1.400 metros, em . . 89"
GRAAL — (R. Urbina) — 1.500 metros, em . . . 100" 3/5
QUIMPER — (E. Castillo) — 1.300 metros, em . . 82"
SILIS — (A. G. Silva) — 1.300 metros, em . . . 83"
RÁSPA — (P. Labre) — 1.300 metros, em . . . 87"
QUEFIR — (Délcio) — 1.300 metros, em . . . 83"
MISS BAGEENSE — (E. Castillo) — 1.400 metros, em . . . . . 85" 2/5
ONICARO — (A. G. Silva) — 1.500 metros, em . . 96"
FRIC FRAC — (Lad.) — 1.300 metros, em . . . . 83"
LEYLAN — (L. Leite) — 1.500 metros, em . . . 100"
ODRACO — (A. G. Silva) — 1.400 metros, em . . 91"
GARKA — (J. Baffica) — 1.000 metros, em . . . 66"
MISS COTIA — (J. Marinho) — 1.000 metros, em 64"
LA REINE — (J. Baffica) — 1.300 metros, em . . 84" 1/5
CERTERITO — (M. Silva) — 1.300 metros, em 82" 3/5
SICA — (J. Marinho) — 1.300 metros, em . . . 83" 3/5
PALADINO — (M. Silva) — 1.300 metros, em . . 84"
PICOTE — (Délcio) — 1.300 metros, em . . . 75" 3/5
LADY JESS — (L. Diaz) — 1.400 metros, em . . 91" 2/5
OGRE — (O. Castro) — 1.300 metros, em . . . 84"
KHANIA — (P. Coelho) — 1.300 metros, em . . . 87"
NEXT — (M. Silva) — 1.300 metros, em . . . 82" 2/5

EM PARELHAS

TALA — (A. G. Silva) e SELENE — (F. G. Silva) — Vencendo a égua TALA — 1.400 metros, em . . . . . 89"
IBIAI — (P. Coelho) e JAGAZ — (O. Serra) — Melhor para o pilotado de Pedro Coelho — 1.400 metros, em . . . . . 90"
TENDA — (A. G. Silva) e TROVA — (F. G. Silva) — Vencendo TENDA — 1.400 metros, em . . 89"
JA. OMAR — (P. Coelho) e KANDY BOY — Chegaram juntos — 1.300 metros, em . . . . . 83"

CORRIDA DE SÁBADO PRÓXIMO

MUITO interessante o programa que o Jockey Club Brasileiro organizou para sábado próximo, no Hipódromo da Gávea. Compõe-se o mesmo de oito provas que, provàvelmente despertará o interêsse dos turfistas "habitués" daquele prado de Corridas. O programa está assim constituido:

1º PAREO — As 14h40 m — 1.600 metros — Cr$ 70.000,00.

		QUILOS
1—1	Illi	5 55
2—2	Imperialis	6 55
3	Rubro Negro	3 55
3—4	Don Luis	7 55
5	Lernoud	1 55
4—6	El Bandolero	2 55
»	Ladim	4 55

2º PAREO — As 15h05m — 1.400 metros — Cr$ 70.000,00.

		QUILOS
1—1	Duque	3 55
2—2	Austero	1 55
3—3	Blast	2 55
4—4	Ipê-Roxo	4 55

3º PAREO — As 15h30m — 1.400 metros — Cr$ 60.000,00.

		QUILOS
1—1	Rosemarie	5 55
2—2	Fric Frac	4 55
»	Sur Mer	3 55
3—3	Teia	2 55
4	Evidência	7 55
4—5	Tenda	6 55
»	Taia	1 55

4º PAREO — As 16 horas — 1.300 metros — Cr$ 60.000,00.

		QUILOS
1—1	Bagé	8 56
2	Donatário	7 56
2—3	Capurro	5 56
4	Sião	1 56
3—5	Fairy Tale	4 54
6	Fabian	3 56
4—7	Rashih	6 56
8	Veloz	2 52

5º PAREO — As 16h30m — 1.600 metros — Cr$ 45.000,00.

		QUILOS
1—1	Don Juan	2 60
2	Quepi	4 54
2—3	Pinga Fogo	8 60
4	Nuvem Azul	3 52
3—5	Camabis	7 56
6	Tucano	6 52
4—7	Junardo	1 60
8	Pintassilgo	9 58
9	Penta	5 52

6º PAREO — As 17 horas — 1.300 metros — Cr$ 60.000,00.

BETTING

		QUILOS
1—1	Lapacho	7 56
2	King Admiral	1 56
2—3	Quissamã	9 56
4	Ginetta	8 54
3—5	Genazzano	5 56
6	Dark Boy	2 56
4—7	Paladino	4 56
8	Outubro	3 56
9	Provita	6 54

7º PAREO — As 17h30m — 1.600 metros — Cr$ 45.000,00.

BETTING

		QUILOS
1—1	Revoltado	10 60
2	El Guapo	8 58
2—3	Igaratim	1 58
4	Veapão	6 58
3—5	Bayard Prince	2 58
6	Elzorro	4 52
7	Serigote	3 58
4—8	Mon Trésor	5 60
9	El Garboso	9 56
10	Danilo	7 52

8º PAREO — As 18 horas — 1.300 metros — Cr$ 80.000,00. — Handicap Especial Misto.

BETTING

		QUILOS
1—1	Kenmore	6 53
»	L'Amiral	1 50
2—2	Jonie	9 53
3	Hércules	4 55
3—4	Bomba H	2 54
5	Camaleão	3 58
6	Bico de Lacre	5 50
4—7	Sancy	7 50
8	Pactolo	10 52
»	Divino	8 52

N. da R. — Carreiras do cheitinga: — Sexta — Sétima — Oitava.

O que a Censura

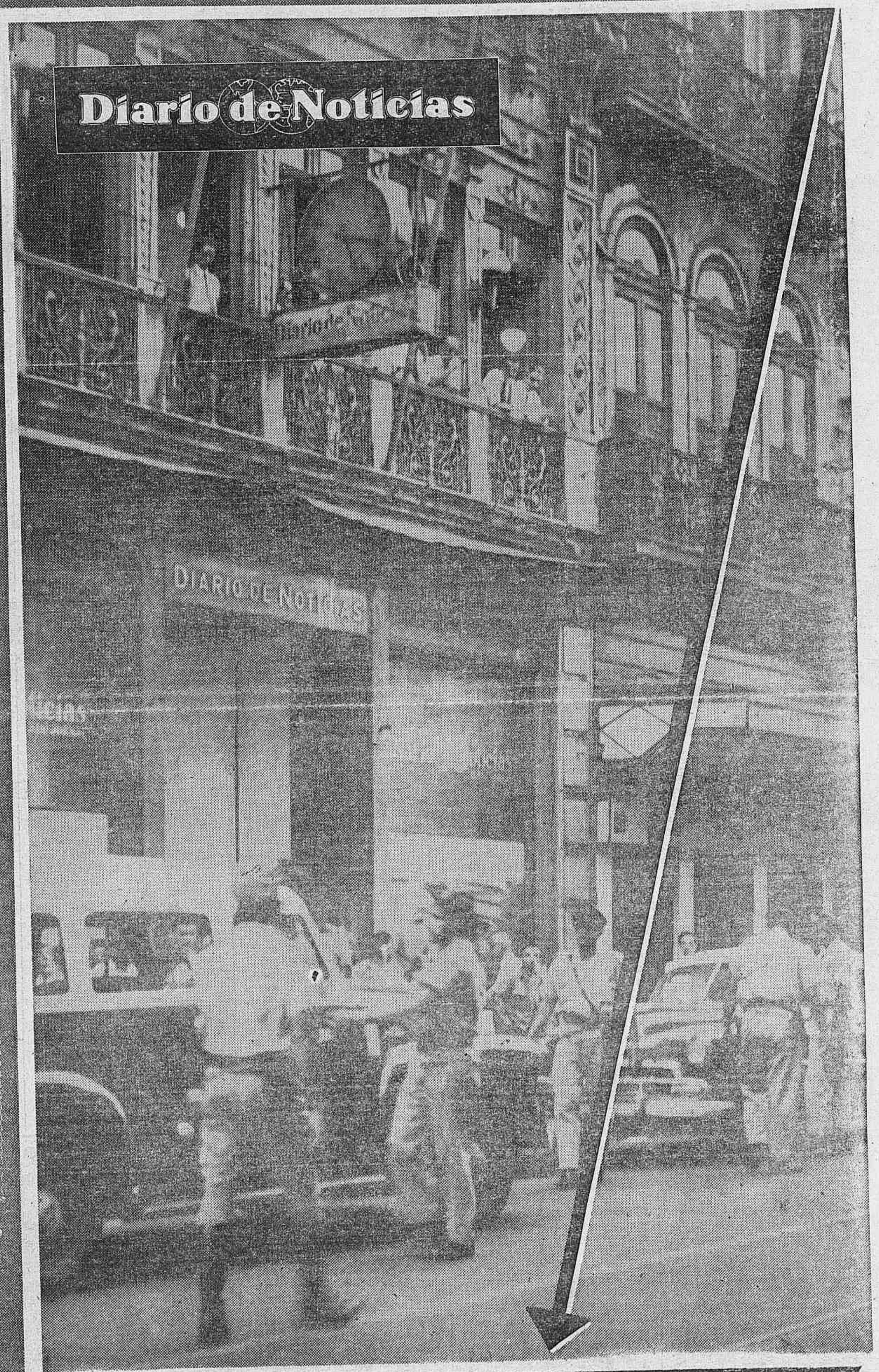
NESTE SUPLEMENTO OPINAMOS E INFORMAMOS SÔBRE:

* Caráter subversivo do «retôrno».
* Ilegalidade do «impedimento» dos presidentes.
* Inconstitucionalidade do sítio.
* Mandado de Segurança de Café Filho.
* Prisões de militares e civis.
* Kubitschek e a entrega do petróleo.
* Acôrdo dos candidatos com o Partido Comunista
* A apreensão do «Diário de Notícias»
* Documentos sôbre a atitude da Marinha.
* Discursos contra o golpe do general Lott
* Denúncia dos crimes dos generais do retôrno.
* Viagem e transferência de militares.

Têrça-feira, 7 de fevereiro de 1956

★

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



VETOU

GR=14:1

O Privilégio da Censura

Foi divulgada há dias, a nota do sr. executor do estado de sítio pela qual essa autoridade comunicou a deliberação que tomara de estender a tôda a imprensa o regime de censura, até então «privilégio» de poucos jornais. Passaria, assim, a providência de exceção a ser exercida com uniformidade.

Êstes, os propósitos declarados, oficialmente. E não temos razões para descrer da sua sinceridade, nem é necessário que sejam insinceros tais propósitos para acobertar uma situação de flagrante injustiça, que resulta dos fatos, quaisquer que sejam as intenções. As normas proibitivas podem ser as mesmas, para tôda a imprensa. Mas o fato é que tais normas só importam em restrição à liberdade dos jornais que não concordam com a situação instaurada no país desde 11 de novembro. Os outros, os que, pelo contrário, aplaudem essa situação, vestem as normas da censura como luvas.

Vejamos o que isso representa, na prática. Há um mandado de segurança, pendente de decisão do Supremo Tribunal Federal, impetrado em favor do Presidente da República, sr. Café Filho, contra a resolução do Congresso que o declarou «impedido» para o exercício do cargo. Os jornais que defendem a solução do impedimento gozam de ampla liberdade para discutir a matéria, sustentando a validade e a legalidade da resolução do Congresso e o descabimento da segurança pedida. Diàriamente encontra-se nesses jornais alguma coisa — noticiário dirigido ou matéria opinativa em que as teses jurídicas que lhes interessa defender são sustentadas com desembaraço e sem a menor restrição.

Os discursos proferidos no Congresso em defesa da situação, por deputados ou senadores como os srs. José Maria Alkimin, Armando Falcão, Apolônio Sales e outros do mesmo naipe, não sofrem restrições da censura. Do que êles dizem, pode a opinião pública tomar conhecimento.

Os discursos em outro sentido, porém, são cortados ou mesmo proibidos totalmente. Há, portanto uma corrente de opinião completamente cerciada na sua liberdade de expressão, embora representada por uma fração considerável do Congresso Nacional. Seus representantes não podem prestar contas a Nação do desempenho do seu mandato. A opinião pública é mantida na ignorância de suas atitudes, de suas opiniões e dos argumentos em que se fundam essas opiniões e atitudes.

O caso do mandado de segurança, que só pode ser comentado e discutido contra o impetrante, é altamente representativo da situação. E' certo que o Supremo Tribunal Federal decide pelo estudo dos autos, e não pela opinião dos jornais. Esta, porém, não deixa de contribuir para o esclarecimento das questões «sub-judice», aduzindo argumentos e suscitando questões que mereçam desenvolvimento e debate mais amplos do que aquêle que impõem os prazos judiciais. Sempre se reconheceu a importância de tais debates, tanto assim que é hábito dos advogados fazerem publicações nos jornais — verdadeiros memoriais — às vésperas do julgamento de causas de vulto.

Pois bem: nêste caso, só é possível a publicação de argumentos, artigos, memoriais, pareceres, entrevistas, opiniões — seja o que fôr — contra o impetrante e a concessão do mandado. A favor, nem uma linha. O sr. Café Filho, alvo de referências desrespeitosas em recente entrevista de livre divulgação, não poderia responder à mesma, como verificou êste jornal, ao consultar se lhe seria lícito ouvir o presidente declarado em impedimento, recebendo resposta negativa à consulta.

Nêste clima, com essas providências de tão ostensiva parcialidade, será o mandado de segurança julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Pergunta-se: pode essa Egrégia Côrte deliberrar livremente? Não está criada e caracterizada uma atmosfera que, positivamente, perturba a apreciação das teses jurídicas e constitucionais em debate?

Na execução do estado de sítio, deveria o govêrno atentar para êstes aspectos do problema da censura. Tal como vem sendo conduzido, êsse problema só aparentemente lhe trará uma solução favorável, mas de fundo falso, por onde não deixarão de evadir-se os direitos violados, que a censura e outras medidas tentam sufocar e oprimir.

LETRAS E PROBLEMAS UNIVERSAIS

EVOCAÇÕES CROMWELLIANAS

TRISTÃO DE ATHAYDE

Nossos últimos acontecimentos políticos, considerados sob o ponto de vista **universalista**, que é aquele em que sempre aqui nos colocamos, assumem uma importância ainda maior do que vistos sob o ângulo estritamente nacional.

Sob êsse último e mais restrito ângulo de visão, êsse fatídico mês de novembro de 1955 viu apenas o choque entre golpistas e neo-golpistas, confundidos na mesma atmosfera extra-legal, que há mais de um ano vinha sendo sistemàticamente pregada, como sendo o grande meio de salvação nacional. O golpe foi pregado por uns e dado por outros. Pregado pelos «democratas» que se insurgiam contra o **queremismo** dos 25 anos da era getuliana, mas se recusavam a aceitar o resultado das urnas, e assimilado pelos seus adversários, que «deram o golpe», sob pretexto fundado ou não, de que os anti-queremistas o iam dar. De qualquer modo é a figura de Vargas que está ainda pairando no meio da contenda. Endeusada por uns, colocada por outros como o próprio signo da maldição que pesou sôbre o Brasil, a partir de 1930, é a figura esquiva e oportunista do «petiço», como o chamavam os seus amigos gauchos, que ainda está no centro dos últimos acontecimentos políticos brasileiros, que por tal forma estão revelando o estado de absoluto primarismo da nossa formação política.

Mas do ponto de vista universalista, que adotamos neste nosso miradouro, sôbre os acontecimentos nacionais e internacionais, políticos, culturais ou universais, o que vem ocorrendo entre nós ainda assume um caráter mais transcendental. E' a fusão do militarismo político, tão latino-americano, com o advento gradativo de uma nova forma de ditatorialismo, o ditatorialismo parlamentar. Considero, por isso, muito importantes os dois votos do nosso arlamento, declarando «impedidos», sucessivamente, dois presidentes da República em exercício. Não encaro o problema do ponto de vista jurídico. Outros já o fizeram

(Continua na 3.ª página)

Contrôle Político dos Campos

Correspondente, em Minas Gerais, de jornal insuspeito ao situacionismo presente e futuro, dá conta da reação e apreensões dos diretórios pessedistas do interior a certa orientação que se atribui aos srs. Juscelino Kubitschek e Bias Fortes em relação a postos-chaves de suas administrações.

Consiste essa orientação, como é sabido, em entregar ao Partido Trabalhista Brasileiro o Ministério da Agricultura e a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, no plano federal, e a Secretaria da Agricultura, no plano estadual.

Ora, argumentam os velhos e experimentados dirigentes municipais do Partido Social Democrático, tal decisão importa em transferir para o «trabalhismo» os meios de influência direta sôbre o eleitorado de um Estado de estrutura eminentemente agrária, como é o de Minas Gerais, sacrificando as bases com que vem contando para as suas vitórias a agremiação majoritária.

Esta é a observação pragmatista, ditada por interêsses imediatos, que fazem os diretórios do interior mineiro. É preciso, porém, ver a questão mais a fundo, considerar o problema em suas linhas nacionais.

Ninguém ignora que o comunismo, seguindo diretrizes e a própria experiência no plano internacional, vem dedicando uma atenção tôda especial ao aliciamento de adeptos na zona rural, onde, como também se sabe, reside ainda nossa maior resistência ao materialismo e ao ateismo erigidos como base de sistema político. Recordam-se todos, também, que, na explicação de seu apoio ao sr. Juscelino Kubitschek, antes apontado como expoente do entreguismo e joguete do capitalismo de Wall Street, indicaram êles a vantagem de, participando da propaganda eleitoral ao lado de próceres conservadores do interior, terem acesso àquelas camadas de população que os têm repelido.

Não tenhamos dúvida de que seus novos planos de conquista do poder, no Brasil, jamais serão construídos à base de uma quartelada ou golpes isolados em grandes centros urbanos, mas, sim, da aplicação de modernas lições como a de Mao-Tse-Tung na China e as possibilidades de uma irrupção de movimentos na periferia rural.

É de admitir que os estrategistas políticos suponham contornar êsse perigo — por êles mesmos permitido ou propiciado — do crescimento da influência bolchevista nos campos, colocando os petebistas nos postos que podem neutralizar essa influência. Mas o petebismo a neutralizará ou a expandirá? Eis a questão.

De fato, o problema contemporâneo, sujeito a terríveis equívocos, é justamente êsse de ajuizar até que ponto o petebismo dificulta ou favorece o comunismo, quando êste se mostra tão vivamente empenhado em aliar-se àquele. Basta fazerem juntos uma campanha, como fizeram a das recentes eleições presidenciais, para a ideologia extremista lograr sensíveis avanços.

Seja como fôr, o que se deve ter em vista, desde já, é a notável capacidade de desorganização do trabalho, de mistificação, de perturbação demagógica que o petebismo possui e será aplicada sôbre aquêle setor da vida nacional mais dominado pelo empirismo, a inorganicidade, a desorientação, valendo como admirável e pertinaz fôrça econômica e existindo sobretudo como reserva moral graças à boa índole do povo, à conservação de tradições, à fidelidade a concepções que lastreiam a unidade e a segurança da Nação.

O ruralismo no Brasil reclama um planejamento, tôda uma política a estabelecer-se, com extremo cuidado e real sabedoria, para evoluir e incorporar ao patrimônio geral o seu potencial de riqueza e de sólido amparo às demais atividades. Em vez disso, deliberam torná-lo pasto de ambições e das mais suspeitas e inidôneas maquinações que vêm degradando a política e a administração brasileira.

Diplomação Desnecessária

Iniciada a substituição dos títulos eleitorais, oriundos de um alistamento destituído das necessárias formalidades e cautelas, pelos que a nova legislação exige, como prova de identidade e dos requisitos devidos, está sendo verificada, mais uma vez, a existência de numerosos eleitores sem êsses requisitos.

A fraude vem sendo uma constante nos últimos pleitos realizados no Brasil, em virtude do truncamento da grande conquista democrática que animara os idealistas da revolução de 1930. Instituído o voto secreto, com apuração por justiça especializada, era essencial que a expedição do título obedecesse a normas asseguradoras da identificação do cidadão alfabetizado e no gôzo dos direitos políticos.

Êsse alistamento, porém, teve préstimo limitado a brevíssimo período, não funcionando em nenhuma eleição direta para presidente da República, pois adveiu o golpe de 10 de novembro de 1937 que destruiu tudo e interrompeu, por oito anos, a experiência que apenas se iniciara.

Compelido a mandar reabrir as urnas, o govêrno ditatorial sacrificou as conquistas alcançadas legislando de emergência e permitindo o alistamento ex-officio de milhões de pessoas muitas das quais sem as condições indispensáveis ao exercício do voto. Vencedora, graças a isso, a corrente que desfrutara do poder ditatorial, jamais foi possível restaurar os princípios sadios da primitiva legislação eleitoral e acrescentar outros que a observação vinha indicando.

O alistamento continuou a ser feito sem os cuidados necessários, e, o que é muito pior, a expedição de títulos em branco permitiu a formação de incalculável eleitorado completamente desprovido das exigências legais. Isso iria beneficiar-se largamente o sr. Juscelino Kubitschek.

Menores e analfabetos possuidores dêsses títulos facilitados, votaram, em gritante violação da lei eleitoral.

O sr. Kubitschek, portanto, não pôde ser considerado eleito legitimamente. Sua diplomação não passará de uma farsa a mais, entre as muitas a que vimos assistindo desde a apresentação de sua candidatura. Ficou então constatada a fraude.

Muitas outras provas semelhantes poderiam ter sido como começaram a ser recolhidas no país inteiro. Entretanto, nesta nossa República as decisões nem sempre se processam regularmente. Nossa democracia está ainda sujeita a vicissitudes, a suspeitas, a interpretações, a gestos que transformam a discussão livre e a busca das soluções judiciárias em rápidos fatos consumados.

Mas, antes que dêsse fato se tirem as necessárias consequências, algo acontece para dispensar exame, apreciação, busca de aperfeiçoamento.

Foi o que acabou de acontecer. Havia um processo normal a desenvolver, a cumprir, após o pleito presidencial. Bastou que se falasse nisso, porém, para que outro poder mais alto se levantasse e, em «movimento de retôrno aos quadros constitucionais vigentes», desse tudo por perfeito e acabado. Submetido o país a estado de sítio, desapareceram as condições para o livre exame das fases restantes do ciclo legal da atribuição dos mandatos. A diplomação dos pretensos eleitos deixou de ser um têrmo essencial e relevante daquele processo, tanto que não precisou dela o sr. Juscelino Kubitschek para apresentar-se perante o mundo como presidente eleito do Brasil e, nessa qualidade, oferecer banquetes nas embaixadas como chefe de Estado que já fôsse. Isto porque já é, de fato, com autoridade antecipada e oriunda de uma rebelião militar que subverteu pràticamente o regime.

Feito isto, vêm agora beneficiários de fraudes, cinicamente, falar em reformas.

FOTO PROIBIDA

A censura proibiu, na época, que déssemos esta fotografia, recebida da United Press, mostrando o sr. Amaral Peixoto e sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, na Espanha, em visita ao ditador Franco. Não compreendemos o motivo da proibição, que, entretanto, dá margem a qualquer espécie de conjeturas que o leitor queira fazer.

A Face Desmascarada

COM a sua edição normal de hoje, oferece o «Diário de Notícias» aos seus leitores um caderno especial, para dar ao povo brasileiro uma idéia do que foi e como funcionou a censura que nos foi imposta pelos que usurparam o govêrno do país, na calada da noite de 10 para 11 de novembro. Instalados no poder pela fôrça, com a qual subverteram a ordem constitucional, executando um plano sedicioso longamente urdido no abuso da confiança que nêles depositara o Govêrno legítimo, os usurpadores, para se manterem, não podiam permitir a livre manifestação do pensamento nacional.

O debate em tôrno dos acontecimentos teria evidenciado os crimes cometidos contra a Nação, suas instituições, sua segurança, sua liberdade de dispor dos seus próprios destinos. Teria evidenciado a má fé e as traições que asseguraram o êxito da sublevação contra a autoridade constituída, visando a garantia da duvidosa autoridade sem títulos legítimos e então ainda por constituir. Teria evidenciado a repulsa da Nação brasileira aos atentados e felonias, colocando-a onde sempre estêve: ao lado das fôrças democráticas de resistência ao «putsch» do general Lott e seus cúmplices.

Só por milagre, e pela inspiração do mais puro patriotismo, evitou-se a guerra civil que poderia ter dilacerado o Brasil. Os usúrpadores temiam que tudo isso fôsse dito e os arrastasse a uma condenação imediata e total, capaz de lhes desarticular os projetos de futuro. Por isso algemaram e amordaçaram a consciência livre, inamoldável e incorruptível da Nação

A censura se fêz especialmente para o Rio; no Rio, para uns poucos jornais; entre êsses jornais, muito particularmente para o «Diário de Notícias», ao qual se vedava o noticiário mais objetivo, a transcrição do que outros haviam publicado, o registro de fatos públicos e notórios, sem falar no total cerceamento de suas opiniões.

A apreensão da nossa edição de 28 de dezembro foi motivada por «infração à censura, que outros cometeram sem provocar a mesma reação escandalosa e brutal. O editorial «Resistência», que deu causa à apreensão, invocava os precedentes, prevendo, entretanto, que o nosso caso não teria o mesmo tratamento. Assim, a própria diligência dos policiais do sítio foi a prova cabal de quanto haviamos dito sôbre o espírito discriminativo da censura, especialmente voltada contra nós.

Nesta caderno que oferecemos aos nossos leitores, como valioso documentário de um período de ignomínia, o público encontrará exemplos de tudo quanto importava ao «retôrno» esconder: sua natureza, seus crimes, suas violências, os crimes e pecados de seus candidatos, os pés de barro ou de lama, da ordem que se pretendia — e se conseguiu — restaurar no Brasil. Em suma, importava aos usurpadores esconder sua própria face, para poderem continuar, como continuam, com a mão do gato, a dispor do Brasil. Êste suplemento destina-se a concorrer e estamos certos de que concorre poderosamente — para lhes arrancar a máscara. Reconhecemos que a providência é tradia. Sob a censura, entretanto, fizemos o que foi possível. E, afinal, antes tarde do que nunca.

Exercícios de Ordem Unida

NOVAMENTE anteontem foi êste jornal, e com severidade ainda maior, proibido de publicar uma linha que fôsse sôbre assuntos políticos. Levantada ontem a censura absurda, ilegal e monstruosa com que nos está brindando o famoso «movimento de retôrno aos quadros do regime constitucional vigente», aqui estamos para lançar o nosso protesto e verberar a degradante situação a que conduziu êste país o desvario do general Lott, estimulado na sua vaidade mórbida por um grupo de generais ambiciosos e obedecido nos seus caprichos por uma récua de políticos desfibrados.

Durante a semana passada, falando a jornalistas estrangeiros, o sr. Nereu Ramos, encarregado de assinar atos de presidente da República em nome da ditadura, e seu ministro da Justiça sr. Meneses Pimentel por várias vezes, proclamaram essa coisa elementar e meridiana: o sr. Café Filho, presidente da República afastado temporàriamente do govêrno por motivos de saúde, poderia retornar ao seu cargo a qualquer momento.

No domingo, o ministro da Guerra dirige-se à clínica de repouso onde o presidente constitucional encerrava sua convalescença e lhe declara que «chefes do exército» — a fonte de onde emana o poder instaurado na madrugada do dia 11 —, não permitirão aquela volta inquestionàvelmente legítima e natural. Repelido pelo sr. Café Filho, com a altivez que não poderia deixar de demonstrar, êsse impertinente «ultimatum», mais uma vez o general Lott faltou à verdade ou mandou que mentissem em seu nome: nota oficial da chefatura de polícia foi irradiada declarando que a visita havia sido simplesmente «de cortesia». A traição, o desrespeito ao chefe que o distinguira com a sua confiança, mais uma violação ostensiva à lei, mais um crime político, enfim, eis a cortesia.

Incapazes de enfrentar a repercussão dessa atitude, os «corteses» imediatamente colocaram sob censura o rádio até que a maioria do Congresso partejasse outra infâmia como aquela que destituiu o sr. Carlos Luz da presidência da República. A alquimia dos líderes pessedistas e seus aliados não funcionou rápida e fácil, tal a hediondez da manobra necessária, tal a impossibilidade de arranjar-lhe algum suporte jurídico.

A mesa da Câmara, dócil, servil, com um presidente que a preside sem regimento nem elevação, enquanto retardava a comunicação oficial da cessação do impedimento do sr. Café Filho e consequente reassunção da chefia do govêrno, facilitava, por meio de tôdas as arbitrariedades, a suposta «legalização» do novo golpe do general Lott.

E' mais uma página negra do parlamento brasileiro que se demite das suas prerrogativas e que tem a salvar sua dignidade apenas a admirável resistência do grupo de bravos componentes da minoria, esmagados sob a ditadura da covardia implantada pelo PSD, PTB e seus satélites.

A moção discutida e aprovada segundo um rito imprevisto e absurdo, em poucas horas, inova matéria eminentemente constitucional, tripudia sôbre a noção mais elementar de direito, aberra do simples bom senso. Invocando a decisão anterior, tomada em relação ao sr. Carlos Luz, esqueceu-se de que o fundamento invocado fôra, então, a do abandono, a que se viu forçado o presidente da Câmara, da sede do govêrno, e aplica a mesma razão para estender o alegado «impedimento» àquele que erradamente denomina vice-presidente da República, pois êste cargo está vago e o sr. Café Filho é o presidente constitucional para todos os efeitos. Para justificar êsse atentado inominável, a maioria — seguidamente na Câmara e no Senado, com as mesmas características de submissão e com certos tons de cinismo — argumenta com a «situação de fato criada pelos graves acontecimentos desenrolados no país» e «o imperativo de condições notòriamente irremovíveis de ordem pública e institucional». Depois disso, não se pode senão concordar com o crítico mordaz que declarou não estar o Congresso realizando sessões para o uso de sua faculdade deliberativa, mas, sim, «exercícios de ordem unida», com a discrepância de uma centena de bravos defensores da dignidade nacional.

Enquanto tudo isso se preparava e se consumava, as fôrças rebeladas contra os poderes constituídos exibiam-se ocupando a cidade, porventura, convencendo recalcitrantes e dando ao mundo êste espetáculo deprimente do cêrco à residência particular do chefe da Nação, violando-lhe as imunidades e as de parlamentares que o visitaram.

Mas isso é o estado de sítio — dir-se-á. Sim, era até então ainda não decretado mas pronto a sê-lo pela mesma disciplinada maioria de congressistas enquadrada, submissa às ordens de comando do general Lott com a esperança de satisfazer mais tarde seus apetites quando o poder lhe fôr restituído, sem atentar na probabilidade de isto não acontecer pois as ditaduras não têm o signo da transitoriedade mas a tendência à perpetuação.

A cortina de ferro de obscurantismo, da violência total e sistemática está prestes a descer sôbre a vida nacional. Algo, porém, é possível e é preciso que ainda seja salvo — a manifestação da Justiça. As petições de «habeas-corpus» e mandados de segurança ontem encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal para assegurar a autoridade do presidente coacto são documentos que expõem o problema com absoluta clareza. A veneranda côrte é chamada a exercer o seu papel em defesa das instituições e do nome do Brasil entre as nações juridicamente organizadas.

Esperemos que os juizes do nosso país estejam a altura desta contingência histórica, não se intimidando com os tanques e canhões que fazem do Rio de Janeiro uma praça de guerra, um vasto campo de batalha contra o inimigo terrível, totalmente inerme, mas arrasador, que é a reprovação da consciência nacional.

O Sr. Juscelino e os Comunistas

O SR. JUSCELINO KUBITSCHEK já se encontra com ares de futuro chefe do govêrno. «O presidente eleito» é visto em fotografias, meditativo, não a escolher nomes, porém verificando a melhor forma de atender a todos os compromissos que, implícita ou explicitamente, assumiu para candidatar-se ao Catete. Alguns dos pretendentes já se apresentam entristecidos, pelos cantos. A turba dos inte- rêsses petebistas atropela-se na corrida com os manhosos desejos pessedistas. Os pessepistas, apesar da divisão que estabeleceram no espólio do «pai dos pobre», tirando votos do sr. Juscelino Kubitschek, também esperam alguma coisa, ou muito. Sua adesão ao atual estado de coisas, — do qual o maior beneficiário será o próprio sr. Juscelino, pois sua eleição vai passando em julgado sem a possibilidade da batalha judiciária que a expurgaria de seus pecados e a reduziria à expressão mais simples — o fato de que o candidato pessedista vai necessitar de seu apoio, tudo isso está assanhando os apetites do PSP. A frente o sr. Ademar de Barros, os seguidores do «rouba mas faz» esperam lugares no govêrno. Até agremiações de menor porte, como o PTN, tomaram espaço na fila. Chega-se a dizer que o «presidente eleito» não dorme duas noites no mesmo sítio, com aquêle mêdo aos aproveitadores do empreguismo público que lavava Tomé de Sousa, na organização do Brasil-Colônia, a pedir ao rei de Portugal que não lhe enviasse homens que cobrassem do Tesouro...

Mas êstes que cercam o sr. Juscelino cobram, cobram mesmo. E querem garantias antecipadas. Os compromissos são inúmeros, as expectativas idem, as pressões não dão folga ao pretendente ao Catete. Quem dormir um pouco acorda com as esperanças adiadas ou frustradas para sempre.

Na coleção de tipos heterogêneos que prestigiaram o sr. Juscelino figuram, entretanto, outros, de cujas reivindicações ainda não se tem notícia exata. E' sabido que o ex-governador mineiro, não podendo contar com os pessepistas e os integralistas — os quais, por sua vez, hão de pretender vantagens — recorreu aos votos comunistas. Os entendimentos prévios foram denunciados em tempo. Negados, à realidade eleitoral, veio mostrar que o candidato pessedista correra para os vermelhos, na esperança derradeira de escapar à derrota. Tàticamente, estava certo. Se não tivesse os votos do sr. Luis Carlos Prestes, o sr. Juscelino Kubitschek muito provàvelmente não conseguiria a escassa maioria que lhe permitiu proclamar-se, «o presidente eleito».

Estratègicamente, vamos observar, agora, se agiu certo, pelo menos no que toca ao interêsse da nação brasileira. O Partido Comunista foi posto fora da lei. Ao dar apoio a um candidato conservador, como o antigo seresteiro de Diamantina, o apoio, dentro da rígida linha comunista, teria um preço. Qual êsse preço? No mínimo, a permissão para voltar, acobertado pelas leis da República, a atentar contra os padrões políticos em que organizamos a nossa vida. Será esta a maior prova a que se submeterá o sr. Juscelino Kubitschek. O endôsso que lhe deram os comunistas à aventura eleitoral de 1955 terá de ser pago e bem pago. Ou o sr. Juscelino paga ou os comunistas se converterão nos mais inpenitentes cobradores do país, infernizando-lhe a vida mais do que os gulosos pessedistas ou ávidos trabalhistas.

Chegou para o sr. Juscelino Kubistchek a hora de resgatar o compromisso com os comunistas.

Evocações...

(Continuação da 2.ª página)

e o farão, com uma competência que não possuo. Desejaria, apenas, focalizá-los do ponto de vista político-social. E como uma crise da democracia, em um de seus clássicos fundamentos: a harmonia e interdependência de poderes.

Estamos assistindo à transição violenta de uma hipertrofia do Executivo para uma hipertrofia do Legislativo. O fenômeno não é apenas nosso. O mesmo está ocorrendo na pátria de onde importamos o nosso presidencialismo indígena: os Estados Unidos. Lá também vimos assistindo, há muitos anos, a uma diminuição crescente do Poder Executivo, substituído por um aumento gradativo do Poder Legislativo.

Nos Estados Unidos não é a Câmara e sim o Senado, que vem conquistando progressivamente essa primazia. Já a vimos em ação depois da guerra de 14, quando Wilson, depois de lançar ao mundo a idéia da Liga das Nações, se viu batido pelo seu próprio Poder Legislativo, o que colocou os Estados Unidos fora da Liga, ao menos ao início do seu funcionamento, e foi sem dúvida, um dos motivos do malôgro da grande idéia wilsoniana. Assistimos, mais tarde, às grandes lutas de Roosevelt contra a Câmara e sobretudo o Senado, além da que sustentou contra a Suprema Côrte. Era, aliás, a reação do espírito conservador da grande nação anglo-americana, contra o reformismo social do grande chefe democrata.

O mesmo espetáculo estamos assistindo, hoje em dia, com a importância crescente e desmedi-

(Continua na 4.ª página)

O Retôrno do Sr. Kubitschek

AO PARTIR para os Estados Unidos e a Europa, numa viagem precipitada e constrangedora para os países que o deveriam receber, o sr. Juscelino Kubitschek visava a dois objetivos principais: o primeiro, era exatamente criar aquela situação de constrangimento; o segundo, êste que alcançará hoje à tarde — o retôrno. Adquiriu esta palavra uma influência decisiva para a satisfação das ambições políticas dos srs. J. e J. Mas, além dessa questão de semântica, o fato da chegada, em si mesmo, deveria proporcionar aos «clubes» que apoiaram e se mantêm ainda em atividade, aguardando a fatia de bôlo, para falar a adequada linguagem do sr. Aikmin, o desejo de reaviver a «popularidade» do candidato entre os seus adeptos e aliados.

Presume-se que os clubes J. J. estejam desfalcados de boa parte dos seus primeiros componentes, à vista das declarações anti-comunistas e que, no estrangeiro, não pôde esquivar-se o sr. Kubitschek. Contudo, deve restar o suficiente para, com os recursos últimamente abolidos, na Argentina, conseguirem os seus esperançosos seguidores fazer onda e movimento suficientes para escorar o título a que o viajante aspira, completando o que não trouxe da campanha eleitoral em têrmos indiscutíveis.

O problema do sr. Juscelino Kubitschek não é outro senão êsse de completar e suprir a legitimidade do título que está para lhe ser reconhecido, mas em processo contaminado de nulidades insanáveis. E foi exatamente por se sentir em face do irremediável, por não ter solução ou saída para vencer os obstáculos que não dependem exclusivamente da fôrça, que o sr. Juscelino Kubitschek, em quem o instinto de conservação aguça a vivacidade, resolveu procurar tôdas as fontes suppletivas para consolidar sua situação. De certo ponto de vista, era um empreendimento arriscado, com os mais graves inconvenientes. Mas, para o candidato, a cartada é decisiva e vale tudo, pois é para ganhar ou perder.

Expôr o Brasil, em suas relações internacionais, a uma situação vexatória, como a que se criou pela inoportunidade de uma visita forçada, extemporânea, e inconveniente, era, para êle, o de menos. Nem costumam as considerações dessa ordem entrar na linha de suas cogitações. No que pensa é, apenas, em colher vantagens e frutos que lhe sejam, pessoalmente, necessários. A viagem permitiria explorar em seu favor as homenagens que, criado o constrangimento, não poderiam deixar de ser prestadas ao Brasil.

O candidato saberia como fazer explorar a situação dúbia, para extrair proveito para si, na ordem interna. E' claro que a visita, mesmo não solicitada, nem desejada, de quem alega o título de futuro presidente de um país como o Brasil, haveria de lhe abrir a porta das recepções, e homenagens oficiais, não cabendo, efetivamente, às Nações amigas participar das discussões interna que têm agitado a opinião brasileira. Por isso mesmo, todos teriam preferido que o sr. Juscelino Kubitschek se mostrasse mais discreto, como o teria sido um homem de Estado em idêntica situação. Não tendo conseguido fazer-se compreender, na linguagem dos homens de Estado a quem fala a do aventureirismo sem pejos e sem pêias, restava-lhes pôr de lado, como fizeram, as nossas questões, internas e receber com as atenções devidas, ao Brasil o candidato que se apresentava com uma antecipação título, mas com a anuência do governo atualmente em exercício em nosso país.

O sr. Juscelino Kubitschek sabia perfeitamente que assim era. Contava com isso, para se aproximar do cargo que almeja. Conta ainda, com o efeito do regresso, com as comissões e novas homenagens preparadas com boa técnica. Para isso viajou, quase exclusivamente. E se dizemos quase, é porqu alimentav certamente o candidato da coligação PSD-PTB a esperança de abrir entendimento de natureza econômica, experimentando as reações, no estrangeiro e no Brasil, ao que pudesse oferecer como compensação ao que precisa pedir.

Quanto a isto, porém, os testes lhe foram desfavoráveis, definitivamente.

As Costas Quentes

TUDO quanto se tem dito e se possa dizer a respeito do ministério que, pelo sim, pelo não, o sr. Juscelino Kubitschek (J. K., para os íntimos) parece ter organizado ou projetado, não passa, evidentemente, do terreno das meras possibilidades e conjeturas. O Brasil vive um momento de perplexidade que faz lembrar aquela escola filosófica chamada do «como se», que floresceu em princípios do século e de cujo espírito nos dá uma noção caricatural a seguinte anedota americana da época:

Uns caçadores, perdidos por vários dias na floresta, desesperavam-se pela falta de víveres, quando o filósofo, chefe do grupo, os tranquilizou, ponderando não haver motivo para desespêro. Deveriam — recomendava — proceder «como se» dispusessem de boa quantidade de presunto, porque, se tivessem o presunto, poderiam comer presunto com ovos, se tivessem também os ovos.

É em clima análogo que se afirma, nos meios juscelinistas, que seriam mantidos, nas respectivas pastas, os ministros militares. Com base nessa informação, há quem se conduza, desde já, como se a solução fôsse definitiva. Sabe-se que não é. Já foi, mesmo, divulgado que o outro J. da chapa teria convidado o chefe de gabinete do ministro da Guerra, a quem caberia a escolha do próprio ministro, numa concepção às avessas do que seja um cargo de confiança. A informação é bôa e, pela extravagância mesma, bastante aceitável. Não se dirá, porém, que é uma notícia certa. Mas, para muitos, é como se fôsse a palavra definitiva.

Outros nomes foram citados, para a Guerra. A pasta — informa-se — teria sido prometida, nos momentos de aflição, ao general Lima Câmara, ao general Ieno Estilac Leal, ao general Zenóbio, ao general Denis. Com o próprio general Lott e o candidato do chefe de gabinete, general Kruel, que seria o general Edgar Amaral, temos aí seis nomes a tratar como se cada um fôsse o escolhido para ministro.

Não falemos da Marinha e da Aeronáutica, onde o programa de continuação dos ministros do «retôrno» resolve o problema da escolha, que, de outro modo, não deixaria de oferecer sérias dificuldades. Não foi fácil a recente substituição de comandos, na Marinha. Para os dois ministérios, da Fôrça Naval e da Fôrça Aérea, são previsíveis índices não menos expressivos de resistência às solicitações.

Por todos êsses motivos, o mais acertado será considerar o problema em conjunto, como se a solução mais provàvelmente imaginada pela vivacidade do sr. Juscelino Kubitschek fôsse, realmente, a da continuação dos três ministros militares. Raciocinando como se tal viesse a acontecer, verificaríamos, sem dúvida, que a solução bastante confortável para o govêrno que a adotasse, não ofereceria as mesmas condições de confôrto para os próprios ministros.

Com efeito, a situação criada no país pelo movimento de 11 de novembro, tão licidamente analisada, no Supremo Tribunal Federal, pelo ministro Nélson Hungria, cujo voto publicamos na íntegra, em outro local desta edição, têm nos ministros militares o seu ponto de apoio e o seu sistema de equilíbrio. O sentido da permanência dêsses ministros, sob um govêrno a iniciar-se, lançado, como planador, por um avião em movimento, que o eleve e lhe assegure o impulso necessário para manter-se algum tempo no ar, seria contraditório com essa própria idéia do lançamento, que exige que o motor se desprenda e deixe o planador tentar por si mesmo a aventura dos ares.

Observamos, há dias, que os ministros militares ficariam mal, se ficassem. De fato, nessa eventualidade, não se poderia deixar de estranhar que os promotores do movimento de novembro o tivessem realizado sem o elementar cuidado de uma cobertura decisiva contra a sedução de seus próprios interêsses. Por outro lado, êsses interêsses seriam mantidos num plano sem grandeza, insuficiente para justificar, de qualquer ponto de vista, a iniciativa que tomaram.

Finalmente, a situação do govêrno que adotasse tal solução, muito confortável, de início, como acima acentuamos, não tardaria a tornar-se, pelo contrário, incômoda, pois tanto é útil e confortador sentir as costas quentes, quanto é alarmante e indesejável tê-las quentes demais.

EVOCAÇÕES CROMWELLIANAS

(Continuação da 3.ª página)

da que lá tomaram, recentemente, as Comissões de Inquérito do Senado. Podemos dizer que aquêle velho poder concentrado no Executivo, que levou Hilaire Belloc a ver, nos Estados Unidos, a última grande «Monarquia» do mundo moderno, bem como aquela velha sentença da «ditadura do Judiciário», vêm cedendo, nos últimos anos, a uma primazia crescente do Poder Legislativo e, neste, da Câmara alta.

Pois bem, tudo indica estar ocorrendo, no Brasil, fenômeno semelhante, que fará parte dêsse mimetismo subconsciente, com que o sociólogo Tarde explicaria o fenômeno.

Vimos assistindo, também, a uma diminuição crescente do Poder Executivo, a uma anulação visível do Poder Judiciário, substituídos pela supremacia, gradativamente imposta, do Poder Legislativo. E, nesse último, o da Câmara dos Deputados, em prejuzo do Senado. O Senado, que na Monarquia representava a casa de elite do Poder Legislativo, vem restringindo sua ação, em face do papel predominante da Câmara dos Deputados.

Terá sido êsse um dos mais explícitos resultados da Ditadura executiva, «estadonovista» de 37 a 45. Essa ditadura, por sua vez, fora uma tentativa de reação de três homens representativos de três correntes, a política, a jurídica e a militar, imbuídos do «catecismo do chefe», dominante por influência do totalitarismo europeu, fascio-nazista daquela época. Uma vez aniquilado o totalitarismo direitista, em sua forma extremada, voltou a situação política nacional a seguir a sua linha continental, sob o impacto de dois fenômenos bem americanos: a importância política das fôrças-armadas e a supremacia do Legislativo sôbre o Executivo e o Judiciário. Aquêle primeiro fenômeno é de origem latino-americana. E êsse último de origem anglo-americana. E' precisamente, ao que parece, o que estamos vendo na caótica política brasileira de 1955.

O apêlo às Fôrças Armadas, por parte dos civis, como árbitro da situação política, veio se processando de modo alarmante, à medida que a crise do getulismo se foi agravando. Êsse apêlo se tornou patente e até patético, no próprio Parlamento, antes de 24 de agôsto. E sua intervenção, naquela noite trágica, foi considerada por muitos, como «salvadora». De então para cá êsse apêlo dos civis aos militares

(Continua na 5.ª página)

O Procurador e a Denúncia

PELO Procurador Geral da República, sr. Plínio de Freitas Travassos, foi encaminhada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, com parecer contrário, isto é, pelo arquivamento, a representação dos deputados Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Oscar Correia, Antônio Pereira Lima, Mário Martins, José Fragelli, Rui Santos, José Bonifácio, Raimundo Padilha, Rafael Correia de Oliveira e Newton Carneiro. Procuradoria, para que esta oferecesse denúncia contra os generais Lott, Odilo Denis, Zenóbio da Costa, Mendes de Morais e Falconiére «a fim de que sejam processados e punidos pela prática dos crimes definidos nos arts. 3.º, 6.º, 7.º e 8.º da Lei n. 1.802, de 1955.

Os crimes cometidos por êsses generais são os diversos atos de subversão, os atentados contra o Poder constituído e o govêrno legítimo, contra o livre exercício dos Poderes do Estado, contra a pessoa, os direitos e liberdades do presidente da República, impedido, pela fôrça, de reassumir suas funções, bem como os atentados contra a segurança pessoal e a vida do presidente em exercício a 11 de novembro, obrigado a transportar-se, com diversos ministros e outros auxiliares, para bordo do cruzador Tamandaré, contra o qual foram feitos disparos de artilharia, por ordem dos denunciados.

Efetivamente instigado e assessorado pelos seus cúmplices, o primeiro denunciado, general Lott, conquistou, de assalto, o Ministério da Guerra, cargo do qual tinha sido exonerado, a pedido. Cometido o assalto, completado pela conquista, por idêntico processo, de outros postos-chaves da administração e do comando, êsse general depôs o presidente da República em exercício, impôs ao Congresso, sob a mais ostensiva atmosfera de coação, a votação de resoluções sem a menor aparência de legalidade e deu posse, êle, general, com essa autoridade, apenas, isto é, sem autoridade alguma, ao sr. vice-presidente do Senado, que se prestou a êsse papel, no cargo de presidente da República, que não estava, como não está, desocupado ou vago, completando a usurpação do govêrno.

Todos êstes fatos são públicos e notórios. Se a Nação brasileira pode contestar como contesta a legitimidade do govêrno assim usurpado, que não consegue disfarçar a ditadura militar a agir com a mão de gato do sr. Nereu Ramos, ninguém, entretanto, tem o direito de alegar a ignorância dos fatos relatados na representação e acompanhados dos documentos essenciais publicados pela imprensa. Os fatos públicos e notórios, com repercussão nacional e internacional, com efeitos oficialmente admitidos e traduzidos em atos de govrêno e administração, em votações e discursos no Congresso, em pronunciamentos do próprio Supremo Tribunal Federal, com a assistência e os pareceres da Procuradoria, do próprio procurador Travassos, dispensam prova no sentido estrito e estreito em que a deseja o Procurador Geral.

Ousaria o sr. Travassos exigir a prova de que há, no Palácio do Catete, alguém, campando de presidente e assinando como tal, enquanto o legítimo se encontra impedido, na sua residência? Já lhe terá ocorrido exigir a prova da qualidade em que o sr. Nereu Ramos vai assinando decretos e sancionando leis? Ou daquela em que referendam seus atos os ocupantes de ministérios? Até agora não consta que o zêlo da Procuradoria, em matéria de prova, tenha chegado a tanto.

Quando se defronta com a representação daqueles deputados, entretanto, o procurador Travassos proclama: «Ademais, está a representação instruída apenas com fôlhas de jornais, que a Justiça até hoje não tem considerado como prova da prática de crime». Quereria o sr. Travassos uma certidão do golpe da madrugada de 11 de novembro? Dos tiros da fortaleza? Não lhe bastam as entrevistas do general Lott, pois — diz o parecer — são apenas «atribuídas» a êsse general. Também não faz prova o discurso do presidente Carlos Luz, na Câmara dos Deputados, pois foi oferecido em publicação de jornal.

É simplesmente irrisório. A Procuradoria Geral da República deu, com êsse lamentável parecer, uma exuberante demonstração de insuficiência de altitude para o desempenho de suas funções. O doutor Travassos podia têr resolvido o seu problema individual, vencendo as cólicas que o acometeram à vista da representação, sem recorrer a um expediente primário como êsse. Seu parecer devia limitar-se ao que consta do penúltimo parágrafo, em que diz textualmente:

«Acresse que não há exemplo, nos anais judiciários de qualquer país, de ser oferecida denúncia contra os participantes de um movimento militar vitorioso, conforme a própria conceituação dos signatários da representação».

Dissesse apenas isso, e não teria oferecido o exemplo deplorável que é todo o resto do parecer.

NOTAS POLITICAS VETADAS

Em todo o período da ditadura que preparou o Catete para os J. J., a censura foi particularmente severa com as «Notas políticas». Severa e obtusa, como o leitor verá. Nem tôda a matéria vetada está aqui. Muitas notas foram parcialmente mutiladas e desceram às oficinas. Estas foram atingidas em bloco pelo lápis vermelho do censor.

★ *Intercede Pela «Tribuna da Imprensa» o Presidente da ABI*

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, sr. Herbert Moses, logo que teve conhecimento de que a «Tribuna da Imprensa» não circularia, dirigiu-se ao coronel Alvaro Alves, chefe da Divisão de Polícia Política e Social, solicitando providências visando ao restabelecimento da vida normal daquele jornal.

★ *Reunião da Minoria Hoje*

A bancada parlamentar da UDN reune-se hoje, às 10 horas, na residência do sr. Afonso Arinos.

★ *Comunicado da Minoria da Câmara*

Os deputados que compõem, sob a liderança do sr. Afonso Arinos, distribuiram ontem à imprensa a seguinte nota:

«A Minoria da Câmara dos Deputados entende do seu dever lançar à Nação o seguinte comunicado:

1) Nos têrmos da declaração oficial do sr. Carlos Luz não se verificou o impedimento nas funções do presidente em exercício da República, previsto no art. 79, § 1º da Constituição, sendo portanto ilegal a passagem do Govêrno ao vice-presidente do Senado.

2) — Nestas condições infringiu frontalmente a Constituição Federal a deliberação hoje tomada pela maioria da Cimara e ratificada pela do Senado.

3) A Minoria da Câmara reitera o seu apoio à ordem legal representada pelo presidente Carlos Luz não reconhecendo como legitimos quaisquer atos de govêrno praticados pelo poder de fato que se instituiu no Distrito Federal».

★ *Representação Contra o General Lott*

Deputados da UDN, à frente o sr. Adauto Lúcio Cardoso, dirigiram uma representação ao procurador geral da República, sr. Plínio Travassos, para que êste ofereça denúncia ao Supremo Tribunal Federal contra os generais Teixeira Lott, Odílio Denis, Zenóbio da Costa, Mendes de Morais e Olímpio Falconiere, considerados incursos em vários dispositivos da Lei de Segurança do Estado: dizem os deputados, na representação entregue ontem, que êstes oficiais atentaram contra os poderes constituídos e subverteram a ordem constitucional, depondo um presidente em exercício no dia 11 de novembro e impedindo no dia 21 do mesmo mês que o presidente efetivo, afastado por doença, reassumisse o cargo depois de restabelecido.

★ *Presos Porque Compareceram ao Casamento da Filha do Coronel Mamede*

Contou-nos ontem o jornalista Antônio Ramos Duarte, credenciado no Senado pelo «Jornal de Alagoas», uma aventura policial vivida por êle e por quatro companheiros em consequência de terem comparecido, no último sábado, ao casamento religioso da filha do coronel Jurandir Mamede. Da porta da igreja, onde bateram palmas e aclamaram os nomes do coronel Mamede e de outras pessoas presentes, foram conduzidos por um carro da Polícia que os enguliu de surprêsa e os despejou na Delegacia chamada de Ordem Política e Social. Com êles, foram prêsas também, pelo mesmo crime, três senhoras cujos nomes não nos foram transmitidos.

O jornalista ficou prêso até ontem, às 17 horas, quando por interferência do senador Rui Palmeira o delegado relaxou a prisão. O delegado é um coronel do Exército, que interrogou longamente os detidos, perguntando, por exemplo, ao sr Antônio Ramos Duarte, coisas assim:

— O senhor acha êste regime bom ou mau?

— Acho muito ruim — respondeu o jornalista — tanto que estou aqui, sem poder sequer me comunicar com minha família. E' um regime de fato.

— O senhor iria ao casamento de uma filha minha? — tornou o coronel.

— Iria, se fôsse seu admirador.

— E' admirador do coronel Mamede?

— Sim, é um brilhante oficial do Exército e foi meu comandante em 1930.

O coronel encontrou nos bolsos dos presos exemplares de «O Maquis», jornalzinho mimeografado que circula clandestinamente no Rio. Fêz também muitas perguntas em tôrno dêsse material «subversivo», se êles sabiam onde o jornal era «impresso», como era distribuído, por quem, etc. Perguntou também se era verdade que êles desejavam «precipitar os acontecimentos». A tôdas essas perguntas, os cidadãos deram as respostas que deviam dar e foram recolhidos a uma sala onde dormiram duas noites e passaram todo o dia de ontem, até às 17 horas.

Às 17 horas, aliás, saiu apenas o sr. Antônio Ramos Duarte, supondo que os companheiros lá continuassem. Ao menos, até quase meia-noite, quando estêve em nossa redação para contar o acontecido, não havia conseguido comunicar-se com nenhum dêles. Trata-se dos srs. Luís Augusto da Mota, Manoel Ribeiro Bezerra (chefe de seção do IAPC), dr. Antônio Liberalino de Morais (do IBGE) e Camerino Marques, funcionário de categoria de uma casa comercial na rua Buenos Aires, 190.

★ *Subchefe da Fábrica Militar de Juiz de Fora*

Segue hoje para Juiz de Fora, para ocupar a subchefia da fábrica militar daquela cidade, o major Salvador Mandim. O embarque está marcado para às 8 horas, na estação rodoviária Mariano Procópio.

★ *Ofício do Sr. Café Filho*

Cêrca das 18 horas, chegou ao Senado um ofício do sr. Café Filho comunicando à Mesa daquela Casa do Congresso que havia oficiado ao sr. Nereu Ramos dando-lhe conhecimento de que reassumi o cargo de presidente da República, visto terem cessado os motivos do impedimento que determinara o seu afastamento temporário dessas funções.

O portador do ofício chegou ao Senado depois de terminada a sessão plenária, não tendo, por isso, o sr Gomes de Oliveira, presidente em exercício do Senado dado conhecimento, à Casa, do assunto.

★ *O Executor do Sítio e a Detenção de Civis*

O executor do estado de sitio, general Lima Câmara, fêz distribuir ontem uma declaração oficial que evidentemente responde, ou pretende responder, a uma notícia que tentamos dar ontem neste lugar e estava implícita no título autorizado pela censura: «Detenção de civis». Além do título, demos apenas esta explicação dirigida aos leitores: «Sôbre êste assunto, dispomos de informação que oportunamente divulgaremos».

A isto responde o general Lima Câmara:

«E' absolutamente falsa tal informação. À exceção dos srs. Alberto Jorge Mestre Cordeiro e Fernando Francisco Malfussi, que foram detidos à minha ordem a 19 do corrente, o que foi motivo de uma nota à imprensa, nenhuma nova ordem foi expedida pelo executor do estado de sitio tendo em vista a detenção de qualquer outra pessoa».

* * *

Na notícia cuja publicação foi adiada, aludíamos à detenção de democratas, como o sr. Siqueira Campos, objeto de um requerimento de informações apresentado ontem à Mesa do Senado pelo sr. Juraci Magalhães. Já tinhamos, entretanto, notícia da detenção dos seguintes civis comunistas (38) durante as manifestações organizadas pelos que votaram no sr. Juscelino Kubitschek:

Benedito Gomes da Silva, Manuel Dias da Costa, Francisco Valdo Diniz Tavares, Arcanjo Cavalcanti, Francisco de Sousa Luis Teles Leão, Alberico José dos Santos, Ademar Marques Queirós, Geraldo Pereira de Siqueira, Arlindo Ferreira Guimarães, José Barbosa, Adão Volock, Francisco Pereira Sobrinho, José Pereira da Silva, Manuel Miranda da Silva, Israel Szanbrum, José Benjamim Sousa, Maria da Conceição Nascimento, Laura Sfiola, Cândido S. Bento, José Carneiro da Cunha Oliveira, Severino Alves da Silva, Oliveira Rodrigues de Morais, Célio Brandão de Sousa, José Pereira da Silva, Pedro Gomes, Oscar Mauricio de Lima Azedo, Humberto Alves Campelo, Francisco Farias, Dacir Fernandes, Hildebrando Machado de Araújo, Corinto José Ferreira, Francisco Miguel dos Santos, Eduardo Solon de Magalhães Freire, José Matias Neto, e Maria Batista dos Santos.

Esta relação de detidos, confirmada pelo Delegado da Or-

(Conclui na 6.ª página)

Evocações . . .

(Continuação da 4.ª página)

res, para intervirem na política, se foi tornando cada vez mais patente. De modo que certas manifestações políticas de militares, que aliás sempre combatemos, como o famoso discurso de 5 de agôsto do saudoso general Canrobert, foram na realidade aculados pelos próprios civis, mais talvez do que espontâneas intervenções de elementos militares, na política. À medida que nos aproximamos então dêsse nefasto mês de novembro, o apêlo, implícito ou explícito, se tornou cada vez mais premente, e a campanha golpista foi tôda empreendida nessa base. Não é de estranhar, portanto, mesmo quando o combatemos, o papel representado pelas Fôrças Armadas ou, no caso, pelo Exército, no primeiro golpe de 11 de Novembro.

Quanto ao que ocorreu, de então para cá, é precisamente o outro aspecto do problema: a hipertrofia crescente do Legislativo.

Há muito também que se vinha processando essa evolução na política brasileira, com relação especialmente à Câmara dos Deputados.

Foi ela, sem dúvida alguma, nesses últimos dez anos, o centro e mesmo o ápice da vida política nacional. Os partidos se tornaram muito mais aguer-

(Conclui na 6.ª página)

PAUTA DE AMANHÃ

A SUPOSIÇÃO de que, por um motivo qualquer, ainda amanhã o Supremo Tribunal Federal não julgue o mandado de segurança impetrado pelo sr. Café Filho repercute, digamos, melancòlicamente na opinião pública.

Há os que entendem que a mais alta côrte de justiça não pode tomar conhecimento do pedido, outros acham que ela deve tomar conhecimento mas declarar-se incompetente para apreciar a matéria, muito afirmam que lhe cabe conceder a medida solicitada, alguns supõem que ela declarará sua vontade de assim decidir mas reconhecendo a impossibilidade de fazê-lo.

O problema apaixona tôdas as correntes políticas, o caso «sub judice» é, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes, se não mesmo o mais importante de tôda a história de nossas instituições.

Nessas circunstâncias, os que não crêem na majestade do poder judiciário nem na firmeza dos homens, passam a assoalhar que o Supremo não se pronunciará amanhã, nem na outra semana, que irá adiando o julgamento até que o mesmo deixe de ter qualquer consequência.

A hipótese é, certamente, absurda.

Alguns jornais têm publicado incisivas sustentações das teses que defendem — êste esperando a denegação, aquêle a concessão do mandado. Opinando ou não, pretendendo que o resultado seja tal ou qual, o que se reclama é o cumprimento do dever, puro e simples, o que ninguém louva ou admite é uma escapatória.

O povo brasileiro vive, há longo tempo, a desfiar extenso, interminável rosário de decepções. Há apenas certos conceitos, instituições e indivíduos nos quais persiste em crer. Destruir essa crença, já minguada e minguante, será destruí-lo.

De um colégio venerando, cúpola do regime republicano, como é o Supremo Tribunal, podem ser esperados os grandes erros e grandes acertos, como é próprio da falibilidade da natureza humana e de fatôres que, em certas ocasiões, ainda mais a debilitam; nunca, porém, a demissão, o escapismo, a malícia ou o oportunismo.

Não será a 1º de fevereiro, como insinuam, que o STF julgará o feito em pauta amanhã, como se anda insinuando.

ÊXITO TURÍSTICO

AO tempo em que o sr. Juscelino Kubitschek era governador de Minas Gerais, um semanário humorístico de Belo Horizonte publicou: «De passagem por esta capital, o sr. governador assinou, ontem, um decreto, etc.».

«De passagem». Com isso, quis o referido hebdomadário satirizar o espírito itinerante de político de Diamantina, que só de longe em longe estacionava no palácio da Liberdade. Não se diga, porém, que essas ausências eram motivadas por visitas a municípios mineiros, ditadas por assuntos de ordem administrativa. Não. As viagens tinham outro rumo: o Rio de Janeiro, onde, aliás, o então governador conservava apartamento próprio. E não menos próprio, para êsse fim, possuia um avião. Permanentes idas e vindas. Claro que essas preferências pela capital da República haviam de desgostar o bairrismo belorizontino; e, por isso, quando o sr. Juscelino, ao atravessar uma das avenidas da metrópole montanhesa, escapou de ser atropelado por um carro de praça, não faltou quem atribuisse o quase acidente ao fato de não ser o transeunte suficientemente conhecido, em pessoa, naquela cidade.

Ora, não deixa, assim, de ser curiosa a revelação feita pelo deputado Aloísio de Castro e segundo a qual, na hipótese de ser empossado na presidência da República, pretende o sr. Kubitschek despachar, pelo menos duas vêzes por semana, no planalto central de Goiás, não esperando a construção da futura capital da União. A ter fundamento essa informação, viria ela satisfazer o acima citado bairrismo belorizontino, pois provado ficaria que o candidato dos comunistas ao Catete é, antes de tudo, um homem que não gosta de estar onde deve estar. Adorava o Rio, quando o seu lugar era Belo Horizonte; mas desde que seu lugar viesse a ser o Rio, adoraria o planalto. E' a aplicação prática da sua canção predileta: o peixe vivo não pode viver fora da água fria.

A comissão especial, que, rematando (?) estudos iniciados ao tempo do govêrno de Floriano, descobriu no planalto goiano sítios maravilhosos para piqueniques, deve estar exultante de contentamento. As anunciadas vilegiaturas bi-semanais constituem uma demonstração eloquente do êxito da propaganda turística da idealizada capital brasileira. Como a pescada da adivinha popular, essa capital, antes de o ser, já será.

O «INVENCÍVEL»

UM telegrama de São Paulo dizia, ontem, que a polícia paulista encaminhara ao procurador geral da Justiça, o inquérito relativo ao desvio, pelo sr. Ademar de Barros, de uma urna marajoara de propriedade do Estado. Mas o nome do chefe pessepista figurou em outra notícia também divulgada ontem: aquela em que se atribuiu ao sr. Juscelino Kubitschek a declaração de que o político processado, se candidato à Prefeitura do Distrito Federal, seria invencível nas urnas.

Uma outra citação se faz oportuna.

Em março de 1952, num comício realizado em Uberlândia, o sr. Ademar de Barros disse coisas que uma fôlha local, o «Correio de Uberlândia», reproduziu. Fazia parte do seu programa, no Catete, a mudança da capital do país, mudança «imediata», «como única maneira de ficar o govêrno livre do Rio de Janeiro, cheio de seduções, pif-paf e suas praias». E prosseguia: «No Rio, ninguém trabalha; há, no govêrno, milhares e milhares de vagabundos, que apenas querem o comodismo da vida carioca, com os seus uisques, os seus bares, as suas mulheres. Os homens que governam o Brasil não querem mudar a capital porque não lhes convém vir trabalhar no interior, relegando o comodismo e a vagabundagem do Rio de Janeiro».

Teria sido o conhecimento dessas palavras do sr. Ademar de Barros que motivou os palpites do sr. Kubitschek, na hora de seu embarque para os Estados Unidos?

O fato é que o líder populista, a julgar pelo discurso de Uberlândia, só admitiria a possibilidade de bem administrar esta cidade, se a mesma se libertasse da presença dos homens do govêrno, gozadores da vida, vadios; e, sendo assim, sua candidatura ao Executivo da municipalidade deverá estar condicionada à mudança da capital.

Isso, do ponto de vista do famoso inventor da «caixinha». Porque, na opinião do povo do Rio de Janeiro, a condição essencial para que alguém ocupe o palácio Guanabara deve ser uma reputação ilibada. E' certo que o país acaba de assistir ao estranho espetáculo — sem dúvida, único no mundo — de disputar a sua magistratura suprema um homem «sub judice». Ao sufragarem seu nome, os eleitores tinham de admitir a hipótese de uma condenação, que levaria seu candidato à cadeia.

Ora, a obra reclamada pelo Brasil, em todos os seus oito milhões de quilômetros quadrados, é a da moralização administrativa, a da restauração da honestidade em nossos costumes públicos, a eliminação dêsse ambiente, que aí está, de desconceito, de desprestígio da autoridade. E' preciso acabar com essa atmosfera de negócios. E, quando êstes são os anseios do patriotismo, tem naturalmente, significação das mais desconcertantes e surpreendentes, o palpite da invencibilidade do sr. Ademar de Barros, expresso por quem parte para o exterior com as credenciais de responsável pelos destinos do Brasil nos próximos cinco anos.

O Mandado de...

(Conclusão da 1.ª página)

Costa, Edgar Costa, Lafaiete de Andrade e Orozimbo Nonato votaram no sentido de que se julgue o mandado após o sítio.

O sr. Nélson Hungria disse que havia um grave impedimento contra a concessão: a medida estava obstada por vitoriosa insurreição armada. O presidente Café se achava na impossibilidade material de assumir o govêrno, com a sua casa cercada pelas fôrças do Exército. Que adiantava conceder o mandado, se não tinha quem o cumprisse, se as baionetas do Exército estavam acima do Supremo Tribunal Federal? Nessa altura, o ministro Ribeiro da Costa deu uma gargalhada, e o ministro Nélson Hungria protestou, chamando para o fato, a atenção do presidente Linhares. Declarou o ministro Nélson Hungria, prosseguindo na justificação do seu voto, que a insurreição é um crime político, mas quando vitoriosa torna-se um título de glória.

Considerou a situação um nó górdio que o Poder Judiciário não podia cortar, porque não tem a espada de Alexandre, pois a sua espada é simbólica. Conceder o mandado — disse ainda — «seria espantar leões sacudindo-os com o manto prêto das nossas togas».

O sr. Hahnemann Guimarães negava o mandado baseado nas informações do Congresso.

O sr. Ribeiro da Costa concedia. Atacou Lott, classificando o movimento por êle comandado, como um crime contra a Nação. Lott, ao invés de prestigiar Café, pensava em rebelar-se contra êle — disse o ministro Ribeiro da Costa.

Evocações . . .

(Conclusão da 5.ª página)

ridos. Os debates muito mais vibrantes. As eleições muito mais disputadas. E as próprias Câmaras de Vereadores, até então marginais na vida das grandes metrópoles, especialmente, Rio e São Paulo, se tornaram centros de debates, mais ou menos violentos, mas sempre indicativos de uma supremacia crescente do populismo, representado por essas Assembléias. Quando falo em populismo, não o entendo no sentido partidário, que lhe querem dar certos partidos, mas no sentido mais amplo da fonte dos sufrágios, de onde emanam essas Câmaras legislativas.

Nelas, e particularmente, na Câmara Federal, adquiriram, por analogia com fenômeno idêntico nos Estados Unidos, importância crescente as Comissões de Inquérito, que o inquisitorialismo macartista tornou por vêzes tristemente famosas nos Estados Unidos.

Aqui também, como sempre, se desenvolveram ràpidamente e chegamos a ver, nos últimos momentos da presidência Café Filho, um senador chegar a propor uma Comissão de Inquérito, para apurar a verdade sôbre o estado de saúde do presidente da República... Era realmente o último ponto a que pode chegar o desprestígio do Poder Executivo e a reivindicação pelo Legislativo, de uma supremacia sôbre todos os poderes.

E quando chegamos então aos dois famosos decretos legislativos votados em uma manhã e uma noite de novembro, com diferença de poucos dias de intervalo, e o segundo com os tanques do Exército nas vias públicas «impedindo» realmente o presidente da República de exercer as suas funções, — e ambos decretando post-factum o «impedimento» de dois presidentes da República em exercício, — achamo-nos realmente perante uma interrogação. Qual dos dois fenômenos representa, no momento, o sinal característico dessa crise que ameaça arrancar, das novas e das velhas gerações, os últimos restos de fervor democrático, que ainda há pouco sacudia o país inteiro, na campanha eleitoral para o recente 3 de outubro? Será o fato brutal dos canhões na rua, sinal visível da intervenção do Exército na política? Ou será a ditadura do legislativo, que se vinha elaborando desde 1945 e agora tocou o seu auge nestes dois «impedimentos», sintomáticos de uma feição inteiramente nova das instituições políticas que nos estão atualmente regendo?

Como sempre sucede, em matéria social, nenhuma causa isolada pode explicar fenômenos tão complexos. O triste estado a que chegamos tem causas tão remotas e tão variadas, que dará muito trabalho ao futuro historiador dêste nosso atribulado momento político.

Do ponto de vista nacional, já disse o que penso. Foi o veneno **golpista** introduzido diàriamente na atmosfera que vimos respirando, especialmente depois de agôsto de 54, que explodiu agora nos lamentáveis acontecimentos de novembro de 55, que representam um tão tremendo retrocesso em nossa laboriosa e lenta formação democrática.

Do ponto de vista universal, entretanto, o problema se enquadra nessa evolução do presidencialismo do século XIX, para um parlamentarismo do século XX, tão diferente do velho parlamentarismo europeu do século XIX. A ditadura parlamentar, junto à onipotência dos novos «ironsides», situação de fato sob a qual nos encontramos no presente momento, nos evoca logo a era cromweliana, há três séculos passados.

Assistimos então, na Inglaterra, à luta implacável entre o Parlamento e o rei, tràgicamente terminada pelo «impedimento» dêsse último, no cadafalso..., em 1649. E logo, quatro anos mais tarde, o Parlamento Ditatorial aclamava Cromwell, como «Protetor» e depositava em suas mãos carismáticas, docilmente, o poder onipotente. A Inglaterra ia conhecer então, por alguns anos, até 1658, as delícias do absolutismo. A ditadura do Parlamento passou, sem maiores dificuldades, do corpo coletivo para a onipotente cabeça que Carlyle colocou na galeria dos seus Heróis, mas a posteridade deslocou para o túmulo sombrio dos «salvadores» carismáticos, que o nosso século XX ia, desgraçadamente, aumentar de modo impressionante.

Que os clamores demagógicos do presente e o idílio entre os «tanques» e as tribunas, não nos façam jamais esquecer as lições da história: as ditaduras coletivas são as guardas avançadas dos Lordes Protetores...

NOTAS POLÍTICAS

(Conclusão da 5.ª página)

dem Política e Social, bastaria para demonstrar o que tenta negar o executor do sítio, embora cobrindo-se com a ressalva de que não houve ordem sua. De qualquer maneira, a declaração do general Lima Câmara não desautoriza o que publicamos.

O que afirmamos, em três palavras vagas liberadas pela censura, é que tinha havido detenção de civis, partisse de quem partisse a ordem. Nem tôdas as providências decorrentes do estado de sítio são diretamente determinadas pelo executor geral. A prisão daqueles trinta e oito comunistas, por exemplo, está neste caso. Foi prisão tipicamente política.

O general Lima Câmara procurou desmentir-nos com muita pressa e desatento, talvez, à atividade da polícia política que interessa fundamentalmente à sua função de executor geral do sítio.

★ Protesto do Governador Bornhausen

O GOVERNADOR de Santa Catarina, sr. Irineu Bornhausen, mandou ontem ao general Teixeira Lott o seguinte telegrama:

«Em face das responsabilidades contraídas por vossa excelência na constituição e manutenção do atual govêrno federal, sinto-me no dever de, na qualidade de governador do Estado de Santa Catarina, comunicar a vossa excelência as perseguições e vinganças que o senador Nereu Ramos, no exercício eventual da presidência da República, vem praticando com o fim de menosprezar e dificultar a administração do meu Estado. Assim denuncio a vossa excelência as seguintes demissões ou dispensas sem quaisquer motivos de ordem administrativa: Direção da Estrada de Ferro Teresa Cristina, Inspetoria Regional do Serviço de Expansão do Trigo, Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, Administração da Sociedade Colonizadora Hanseática, Chefia da Seção de Fomento Agrícola de Santa Catarina, que executa o acôrdo do Fomento Vegetal existente entre a União e o Estado; Presidência da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina e Presidência da Comissão de Abastecimento e Preços — COAP — Florianópolis.

As declarações de paz e harmonia feitas pelo sr. Nereu Ramos em todos os seus pronunciamentos públicos correspondem em Santa Catarina a atos administrativos eivados de facciosismo e espírito de represália. Na vigência de um regime de fato com as garantias constitucionais suspensas, levo ao conhecimento de vossa excelência êsses fatos exemplificadores, como me cumpre dizer do tratamento iníquo e das misérias que se praticam em meu Estado em prejuízo dos seus interêsses fundamentais.

Atenciosamente, (a) **Irineu Bornhausen**, governador».

★ Política Matogrossense

O sr. Saldanha Derzi, de Mato Grosso, fêz comentários a respeito da situação que se instalou no país a 11 de novembro, afirmando que os sentimentos dos seus coestaduanos se chocaram com fatos ocorridos.

★ Voto de Ministro do Supremo

O sr. Adauto Lúcio Cardoso comentou e pediu a transcrição nos anais do voto proferido pelo ministro Nélson Hungria no segundo julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do pedido de segurança do presidente Café Filho. Informou ainda o orador que com outros companheiros da UDN deu entrada, na Procuradoria Geral, de uma representação contra os chefes do movimento de 11 de novembro, aos quais acusa de violadores da Constituição.

★ Fixa a Marinha Sua Posição

A verdadeira e firme posição da Marinha em face dos últimos sucessos políticos militares foi reiterada, através da nota oficial assinada pelo vice-almirante Benjamim Sodré, dando conta das deliberações tomadas em reunião do Almirantado realizada no dia 22 de novembro.

A nota que adiante transcrevemos, foi lida ontem da tribuna da Câmara pelo deputado Alberto Tôrres e equivale também a um desmentido a levianas declarações do sr. Loureiro Júnior que se arvorou em intérprete da Marinha para contestar informações prestadas ao plenário pelo deputado João Agripino.

Como os leitores devem recordar, no dia mesmo da reunião — 22 de novembro — o sr. Agripino leu na Câmara uma nota que lhe fôra entregue por alta patente militar e que, resumidamente, fixava os pontos fundamentais das deliberações do Almirantado.

O sr. Loureiro Júnior, que já descobriu que ser porta-voz do sr. Plínio Salgado não mais traz qualquer proveito, pensou em substituir o chefe do integralismo pela Marinha. Entreteve rápidas e misteriosas conversas telefônicas e surpreendeu a Câmara com um desmentido sonoro e definitivo. Nada se decidira na reunião do Almirantado, as informações do sr. João Agripino eram falsas, «uma nova carta Brandi».

Apesar do imediato e viril revide do sr. João Agripino, a dúvida perdurou. O sr. Vieira de Melo, com aquela irresponsabilidade que o caracteriza e o torna tão útil ao PSD, endossou o desmentido do imprevisto intérprete da Marinha.

Ficara o caso em suspenso quando, ontem, o vice-almirante Benjamim Sodré trouxe o esclarecimento final, através desta nota, cuja importância julgamos dispensável acentuar:

«A Marinha está hoje vivendo dentro dos seguintes conceitos:

— I —

As Classes Armadas precisam manter uma sadia união, o que constitui sempre uma segurança para as Instituições Nacionais.

A Marinha deseja, e mantém, as mesmas relações de fraternidade, cordialidade, confiança e respeito às suas co-irmãs, mas, nos acontecimentos do presente, estêve em radical afastamento de parte do Exército. Manteve a Marinha uma atitude de disciplina, de obediência à lei, prestigiando as autoridades constituídas, enquanto alguns chefes do Exército se punham fora da lei.

Enfim, o mal está feito. Cabe agora às Classes Armadas, unidas, assegurar a ordem contra o comunismo, sempre à espreita.

— II —

Dentro dêsse espírito de fraternidade e confiança, que sinceramente mantém para com os gloriosos Exército e Fôrça Aérea do Brasil, deseja a Marinha fique clara sua atitude, manifestada pelo seguinte ato:

Por convocação do ministro da Marinha, reuniram-se, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 1955, TODOS OS ALMIRANTES EM COMISSÃO NO RIO, sob a presidência daquele titular. Foram tratados vários assuntos de transcendental importância, ficando decidido que a Marinha, coerentemente, adotasse a mesma atitude anterior, já divulgada na Circular de 11 de novembro aos almirantes:

— «não concordar com o novo golpe dado por alguns chefes do Exército, por considerá-lo ilegal; submeter-se, por se tratar de uma SITUAÇÃO DE FATO e não ter a Marinha possibilidade de reagir», em terra, bem entendido.

Essa decisão unânime dos almirantes foi comunicada à Marinha, através dos respectivos chefes, e o ministro levou êsse pensamento ao conhecimento do presidente da República, ficando acertado que não lhe seria dada publicidade.

Entretanto, tôda a Marinha deseja vê-la divulgada. O silêncio em tôrno da decisão dos almirantes tem causado grande mal-estar entre a oficialidade, que confia nos seus chefes.

Que a paz e a confiança voltem às Classes Armadas, por amor do Brasil!

Distrito Federal, 1-XII-55.

a) BENJAMIM SODRÉ
Vice-Almirante».

★ Carta Aberta do Sr. Carlos Lacerda

NOVA YORK, 6 (U. P.) — O «New York Times» publica uma carta aberta do jornalista brasileiro Carlos Lacerda, diretor de «Tribuna de Imprensa», do Rio de Janeiro, e membro da Câmara dos Deputados do Brasil, que se acha atualmente exilado nos Estados Unidos.

A carta tem o título de: «O PRESIDENTE ELEITO DO BRASIL».

Iniciando sua carta, o sr. Carlos Lacerda diz:

«A chegada do sr. Juscelino Kubitschek, provável futuro presidente do Brasil, em consequência de um «putsch», coincide com o reconhecimento do estado de sitio e de uma severa censura à imprensa de meu país.

Imagino que os seus eleitores estariam interessados em inteirar-se do modo de pensar dos que vêm lutando constantemente contra os solilóquios do empresário de Kubitschek, o general Henrique Lott, ditador de fato.

Vargas e sua camarilha dominaram o Brasil durante uns 20 anos e ergueram um sistema de desmoralização da democracia ao corromper sua substância. Organizaram-se partidos para coonestar essa falsa democracia. Um, conservador, o Partido Social Democrático, dirigido por homens do tipo de Nereu Ramos, o atual presidente, nomeado por um general rebelde, o atual presidente do citado partido, sr. Amaral Peixoto. Outro partido é o Trabalhista Brasileiro, partido de Vargas, com seus filhos e seu apadrinhado político (João Goulart)».

Mais adiante, o sr. Carlos Lacerda diz que, «depois do «putsch» de novembro, o general Teixeira Lott impediu que o presidente Café Filho voltasse a assumir o poder, quando se restabeleceu do ataque cardíaco que sofrera. Lott pretende — e se publicou como verdade, mesma — que o que fêz foi para proteger a Constituição. Tirar um presidente constitucional para que pudesse subir um provável presidente constitucional. Assim é que se inaugurará o período de Kubitschek, a 31 de janeiro.

Alega-se que o presidente Café Filho fingiu um ataque cardíaco para que um presidente simulado pudesse dar um golpe, para impedir que Kubitschek subisse ao poder. Pretexto para fazer aparecer a ação do general Lott, como patriótica e democrática.

E' sabido que 8 eminentes especialistas assinaram comunicado médico, que confirmou que o presidente Café havia sofrido um ataque do coração — o segundo em 3 anos — e que já se restabelecera.

Está o sr. Kubitschek disposto a trair os comunistas e a ver a luz em Washington? Aposto que não».

Em outro trecho de sua carta, o sr. Lacerda diz:

«Kubitschek foi eleito por uma coalisão ilegal. Os chefes do Exército que procuram impor sua posse têm que fazer frente à Marinha e à Fôrça Aérea, ao descontentamento cada dia maior que existe no próprio Exército. No que diz respeito ao povo, dois têrços dêste votou contra Kubitschek. Sua posse será o resultado de um «putsch» que impôs o estado de sítio e a censura rígida à imprensa e ao rádio. A maioria de Kubitschek no Congresso é a mesma que teve Vargas e continuará assim até que êle se mantenha fiel às suas promessas. Sòmente poderá fazer promessas vagas nos Estados Unidos, em contraste com as que já fêz no Brasil. A rutura da unidade das fôrças armadas em novembro abriu a porta a uma ação expansiva do Partido Comunista, para dominar as massas, graças à nova tática russa de ampla frente unida.

Depois da derrota na Guatemala, o novo sistema teve êxito no Brasil. Para que não haja dúvidas, mais de 60 jornais diários e semanários estão sob o domínio do Partido Comunista no Brasil, provando que o Partido Comunista depende da posse do govêrno de Kubitschek e Lott.

Abre-se novo horizonte na América Latina para as táticas russas de uma frente popular modernizada.

Agora, a Rússia poderá manter o Brasil na inquietação, governando pelo poder.

Seja-me permitido acrescentar que, logo que o povo brasileiro saia de situação tão grotesca e termine o pesadelo, teremos reformas que produzirão uma democracia sã para modernizar nossa pátria e suas instituições e dar um sentimento de integridade à vida pública».

Carlos Lacerda
Norwalk, Connecticut, 3 de janeiro de 1956».

VETOU TAMBÉM A CENSURA ARTIGOS ASSINADOS

«Publicaremos oportunamente», foi a expressão que usamos para avisar os leitores de que a censura estava talhando na carne e no espírito dêste jornal. Hoje cumprimos a promessa, dando alguns dos principais artigos vetados pela censura do general Lima Câmara, isto é, o general Teixeira Lott.

Não sabemos se a censura voltará, pois não sabemos até que ponto a ilegalidade legalizada, suportará a presença dos nossos olhos e a liberdade da nossa voz. Em qualquer hipótese aqui estaremos e usaremos, de todos os meios para informar os leitores e cumprir a missão de um jornal em cujas tradições a democracia não é uma aquisição de última hora, mas a sua estrutura, a sua vida, a sua vocação e a sua honra.

CASO DO LOPES (conclusão)

Pedro Dantas

NUNCA digas: «desta água não beberei». Flávio Manuel Pereira Lopes infringiu o preceito, num assomo efusivo de gratidão. Aquêle homem que nem sequer o conhecia, ao assumir a direção da firma, lhe dera a grande oportunidade da sua carreira, tirando-o da obscuridade em que vivia para projetá-lo, sùbitamente, no meio dos negócios, com o prestígio de um dirigente, aquêle homem tornara-se credor de uma dívida eterna, uma dessas dívidas de que o próprio devedor nunca se poderá sentir plenamente quitado e que só se amortizam com zêlo, fidelidade e infatigável dedicação. A enorme impressão que lhe causara o fato de se sentir içado a uma altitude que nunca tinha sonhado, levara-o, mesmo a declarar que, depois de servir a um chefe como aquêle, não é possível aceitar nenhuma outra chefia. Se, concluído o inventário, a direção da firma fôsse devolvida aos herdeiros e legatários do falecido, Lopes desistiria de tudo, abandonaria quaisquer possibilidades e vantagens. Sim, podia afirmar: dessa água turva não beberei, ou não se chamasse Flávio Manuel Pereira Lopes.

Ora, acontece que andou a roda e o inventário acolheu as desinteligências, as chicanas, as grandes e pequeninas misérias de todo inventário que se preza, quando há herdeiros vorazes e o monte é apetecível. O caso era complicado. Havia um testamento, mas de duvidosa autenticidade. No processo, certamente impróprio, suscitaram-se teses jurídicas relevantes, questões de alta indagação, que faziam prever o prolongamento do feito, de recurso em recurso, com um ou mais pronunciamentos do próprio Supremo Tribunal Federal.

O pomo da discórdia era justamente a direção da firma comercial, galinha dos ovos de ouro que todos ambicionavam. Na verdade, Lopes não tinha nada com isso. Os negócios da firma prosseguiam normalmente e se acaso, em conversa, havia alusões ao debate, era na simples expectativa e no natural interêsse pelo destino que fôsse dado à casa.

Um belo dia, porém, pendentes as questões em juízo, Flávio Manuel Pereira Lopes entra a atuar na direção do estabelecimento em nome dos interêsses de determinados herdeiros, exigindo para si ou preposto seu a chefia da casa, com exclusão dos então diretores, que na sua opinião, deveriam ser interditados. Houve pasmo, como o leitor fàcilmente imaginará. Mas, como! O Lopes! O Lopes, tão profundamente tocado do nobre sentimento de gratidão! Perfeitamente: o Lopes. O Lopes em pessoa. Não foi outro que tomou a iniciativa de alijar da gerência dos negócios os diretores legítimos, efetuando tôdas as diligências, inclusive contra aquêle a quem votara eterna gratidão.

Aos íntimos que aludiram ao que havia de estupefaciente nessa atitude imprevisível, explicou que a tomara de caso pensado e a vinha preparando desde algum tempo, com os advogados dos herdeiros cujo interêsse queria defender. Ditos advogados o haviam convencido de que seus constituintes estariam na iminência de obter ganho de causa e título hábil para se investirem na direção da firma. Diziam-lhe ainda que os então diretores em exercício não se conformariam com a sentença e procurariam obstar a sua execução, quer por embargos protelatórios, quer, mesmo, recorrendo ao extremo do desfôrço pessoal. Como é que êle, Lopes, iria anuir a semelhante abuso?

— Mas, ó Lopes! Não te parece que deverias deixar à Justiça o deslinde do que é da Justiça e lhe compete apreciar? Discute-se de tanto título falso, de tanto contrato nulo, de tanta condição não satisfeita, e vens tumultuar ainda mais o tumulto, tomando partido em assunto com o qual não tens nada que ver! Desde quando, com os poderes recebidos do sócio-gerente que destituiste em nome dos interêsses de herdeiros ainda sem formal da partilha ou carta de adjudicação, te metes a decidir dos destinos desta casa?

Lopes ficou por conta com a observação. Então, foi ao preposto e fêz expedir uma ordem de serviço proibindo as conversas, discussões, comentários e interpelações sôbre a questão em juízo bem como sôbre a procedência das alegações, e a validade dos títulos e contratos apresentados em juízo pelos herdeiros que passara a defender. Sôbre tudo isso, na casa, era proibido falar.

Eis aí, em resumo, o caso do Lopes, que um dia infringiu o divino preceito e disse, certa vez, num assomo de gratidão, que de certa água turva não beberia, ou não queria chamar-se Flávio Manuel Pereira Lopes. Naquele momento, ninguém poderia admitir que viesse a bebê-la. Falavam contra essa hipótese todos os fatos conhecidos de uma carreira discreta e meritória pela fidelidade aos chefes e pela dedicação aos interêsses da casa.

A verdade é que não se infringe impunemente um preceito divino. Flávio Manuel Pereira Lopes bebeu daquela água que lhe repugnava. Bebeu quanto pôde, àvidamente. O que prova a infalibilidade do preceito e mais uma vez nos ensina que Deus escreve direito por linhas tortas.

CASO DO LOPES (epílogo)

Pedro Dantas

O ADIAMENTO da publicação do artigo em que se contava a conclusão do caso do Lopes, o homem que, certa vez, cometeu a imprudência de dizer: «desta água não beberei», fêz com que diversos leitores, interessados em problemas psicológicos sutis e complicados como êsse que apenas se começou a narrar, indagassem das razões que ditaram o referido adiamento. Outros, além do porque, perguntam, ainda, até quando manterá o «Diário de Notícias» a deliberação de adiar a publicação do artigo.

Perguntas difíceis de responder. Na verdade, as razões que determinaram o adiamento da publicação dêsse artigo para melhor oportunidade, são daquelas que todo mundo vê, todo mundo sabe, mas não pode dizer. Por que não pode? Bem, não pode, porque se convencionou que essas coisas não se dizem. Se é bem verdade que nem tudo que se diz, se faz, o é menos que nem tudo que se faz, se diz. O adiamento «sine die» da publicação, pela imprensa, de artigos, comentários e notícias, faz parte dêste segundo grupo. Os jornais deixam de publicar a matéria e não dizem porque. Se tentassem dizê-lo, por certo não seriam bem sucedidos no empreendimento, pois há muita coisa, neste mundo, que pode embaraçar a circulação de um jornal.

Entretanto, não surpreenderia a ninguém a afirmativa de que as razões determinantes do adiamento da publicação do caso do Lopes (Pereira Lopes, Flávio Manuel Pereira Lopes), estiveram bem visíveis, dias e dias, em vários pontos da cidade, notadamente entre as cotias do Campo de Santana. Essas são a causa remota do adiamento. A causa imediata localiza-se, não longe dali, nas salas de um vasto edifício de corredores sombrios.

E dito isto, poder-se-ia dar como respondida a segunda pergunta: até quando vigorará o adiamento? Trata-se, já foi dito, de um adiamento «sine die». Ninguém sabe até quando. Pode durar um mês, essa resolução. Mas, também, pode durar tantas vêzes um mês quantas sejam necessárias para cobrir todo um lustro. Quem sabe lá? Êsses caprichos a que a imprensa se submete são variáveis e incertos. Podem durar o que duram as Rosas, e podem, também, desaparecer, como por encanto, de um dia para o outro, deixando em paz as cotias, que andam assombradas, ultimamente.

Em tudo isso, perde-se um pouco de vista o caso do nosso amigo Pereira Lopes, que não parece ter qualquer relação com o assombramento das cotias. Bem examinadas as coisas, talvêz não seja tanto assim. Este mundo é tão pequeno e dá tantas voltas que, quando menos se espera, os destinos mais distanciados e díspares se entrosam. Às vêzes, vai-se ver, e encontra-se a relação insuspeitada que liga às providências de um Pereira Lopes, o desassossêgo geral das cotias.

Flávio Manuel Pereira Lopes, personagem da história da qual se conhece o prólogo, prossegue em seus trabalhos na firma que agora dirige discretamente, por interposta pessoa, escondido por trás de um biombo transparente, para melhor exercitar sua capacidade e fôrça de persuasão. E' proibido vê-lo na posição que de fato ocupa. Suas ordem não devem ser recebidas como tais, mas, não obstante, não podem deixar de ser cumpridas, senão «vai ter». E assim vai vivendo, como Deus é servido, a firma, sacrificada em seus mais legítimos interêsses, por essas questões de gerência e ingerência.

O caso do Lopes há de ter, portanto, um epílogo. E' absolutamente inevitável, pois não há caso ou história, neste mundo, que tenha apenas começo. O que teve um começo, terá, também, um fim. Qual será êsse fim, quando e como virá, são questões que escapam ao mero narrador do caso inacabado e verídico. Deixemos a antecipação aos profetas, mesmo porque não cabe nem interessa aqui enveredar pelo câminho das profecias, que ou são fáceis demais, ou são impossíveis.

Poder-se-ia tentar, em vez da profecia, a previsão e o prognóstico. Mas, justamente, o que ficou provado, no caso do Lopes, é que com homens como êle, Flávio Manuel Pereira Lopes, nada é previsível. Não foi êle quem bebeu da água, depois de ter assegurado que, daquela, nunca? Bebeu, bebe e beberá, quantas vezes lhe pedir a mesma espécie de sêde.

O epílogo do caso Lopes, só quem viver, verá. Aguardemos.

OS LEÕES DO TRONO

Aliomar Baleeiro

QUANDO foi decidido o mais grave dos problemas até hoje submetidos ao Supremo Tribunal Federal, o ilustre ministro Nélson Hungria, mestre justamente festejado de Direito Penal, referiu-se à curiosidade de certo professor da província que aguardava o julgamento para saber se os juízes do egrégio pretório eram leões de verdade ou apenas leões ao pé do trono. Coisas de político partidário exaltado.

Respondeu o douto magistrado que os juízes não se inculcam leões, pois não passa de símbolo e espada de Têmis nas pinturas e alegorias do palácio da esquina da avenida Rio Branco com o bêco Pedro Lessa. Espadas simbólicas não podem ser opostas a rebeliões armadas. Supor o contrário seria o mesmo que afugentar leões de verdade, sacudindo-lhes o pano prêto das togas.

De certo, fia-se na espada, que esconde debaixo da capa escarlate, o matador que com esta acena ao touro irado, enfrentando-o. E nenhum aço metem os juízes por debaixo de suas capas pretas.

O leitor alheio ao fôro necessitará, talvez, de pequeno esclarecimento acêrca dessa história de leões. Um dos homens mais inteligentes e corruptos do século XVII, o chanceler Francis Bacon, no ensaio sôbre a judicatura, invocando a máxima «salus populi suprema lex», tão grata ao deputado Vieira de Melo, escreveu: «Recordem-se os juízes de que o trono de Salomão era suportado por leões em ambos os lados. Sejam êles como leões; mas leões debaixo do trono».

«Lions under the throne» foi o título que Charles Curtis imprimiu no frontespício de um dos mais coloridos e recentes estudos sôbre a Côrte Suprema dos Estados Unidos. Os constitucionalistas americanos mais conspícuos não se alvoroçam quando escrevem que a cada reinado de um partido corresponde uma Côrte Suprema, que lhe é favorável. Quer isso dizer que a jurisprudência tende a julgar compatíveis com a velha letra da Constituição do século XVIII as interpretações audazes que possibilitam as reformas impostas pelas linhas programáticas de cada partido no poder. Os leões, então, aguentam de cada lado o trono de Salomão.

Mas as decisões históricas e frutuosas foram aquelas em que os leões iracundos mostraram os dentes ao trono. Em **Marbury versus Madison**, o mais célebre dos casos, quando a Côrte se arrogou ao direito de declarar inválidas as leis contrárias à Constituição, arvorando-se a poder que nesta não figura expressamente, os nove juízes sacudiram as togas em desafio ao Congresso e ao presidente da República.

Rugiram como autênticos

(Conclui na 11.ª página)

RIDÍCULO E BRUTAL

Rafael Corrêa de Oliveira

É CLARO que o «putsch» do novo dez de novembro não pode ser considerado obra do Exército nacional mas sim de um grupo audacioso e ambicioso que assaltou o poder legítimo nas caladas da noite sob o pretexto de defender as instituições.

O Exército que há pouco mais de um ano libertou o Brasil de uma quadrilha de ladrões e aventureiros que matava nas ruas e furtava no jôgo do bicho, no contrabando e no Banco do Brasil, não haveria de manchar-se com um golpe que restabelecesse êsse enxurro humano no poder público.

Por isso mesmo, acreditamos que êsse episódio nefando de nossa vida política é transitório e que o próprio Exército nacional, ao dar-se conta de quanto o comprometeram, perante a história e a vida do povo brasileiro, os autores do novo «putsch» à Getúlio, procurará corrigir o tremendo erro e limpar-se da negregada mancha.

Evidentemente a ação dos assaltantes, na madrugada de 10 de novembro, se revestiu de tôdas as características da brutalidade e da traição, porque, proclamando-se defensores das liberdades públicas e do regime democrático êles depuseram o presidente da República, suspenderam as imunidades parlamentares, estabeleceram a censura na imprensa e no rádio, enchearam tôda a população desta capital sem qualquer espécie de garantia, à mercê dos ódios, das paixões e dos sentimentos de vingança de um grupo armado.

Se não houve vítimas a lamentar é porque os civis não tinham armas para se defenderem e os militares fiéis à legalidade caíram de boa fé na sinistra emboscada. Expediu-se ordem de prisão contra um deputado Federal, cujas imunidades não podem ser cassadas nem mesmo durante o estado de sítio. Fechou-se um jornal, cujo maior crime foi denunciar os assassinos de um jovem e brilhante oficial da Aeronáutica e os salteadores do Tesouro público. Tais misérias, os autores do «putsch», que chegaram, até, a meter as mãos, logo de início, no Tesouro da Prefeitura, foram praticadas em defesa da constituição e da liberdade. Felizmente a honestidade pessoal do general Lott impediu o saque...

Não, não é de admirar, que amanhã estejam o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil entregues ao grupo de aventureiros e ladrões que através de uma imprensa profundamente imoral empreitaram a tarefa de levar Jango e Juscelino ao poder, visando por êsse meio, mais fàcilmente a venderem o Brasil em todos os balcões da agiotagem internacional.

Na verdade aí está o lado trágico da situação. Esta é a horrível responsabilidade que pesa sôbre o Exército nacional, vítima, como todos nós, isto é, a Nação inteira do «putsch» traiçoeiro, indecente e desonesto dêste segundo dez de novembro, — que é tão digno do outro, de que assinalou o início de uma ditadura corrupta, em 1937.

Resta, porém, o lado ridículo, dolorosamente ridículo, da situação que devemos, sem dúvida, a dois velhos políticos brasileiros, bem mais merecedores de um remate digno no final das suas carreiras. O sr. Flôres da Cunha, de lenço branco ao pescôço, como quem estava caçando boi à bala nos pagos de seu glorioso Estado, entregou conscientemente o poder legislativo aos assaltantes do segundo dez de novembro. E o fêz ignorando o seu partido com uma alegria e um desembaraço bem mais próprio dos velhos artistas nos teatros cômicos. Enquanto o sr. Nereu Ramos, negando todo o seu passado de dignidade moral e política, baixava os olhos envergonhado do próprio ato que estava praticando com a ponta da espada do general Lott a cocar-lhe a espinha dorsal.

Êste é o quadro terrível, dentro do qual se encontra a Nação brasileira, nesta hora em que regressam ao poder os elementos de dissolução moral e de ordem social derrubados pelo Exército na jornada patriótica de 24 de agôsto de 1954. Tôda aberração de tudo que pode representar a continuidade na existência política de nosso povo, evidentemente terá conseqüências imprevisíveis, porque nem o verdadeiro Exército nacional, nem a Marinha, nem a Aeronáutica, nem os caracteres viris desta grande pátria se submeterão por muito tempo a êste govêrno de usurpação, forjado nas caladas da noite, com a técnica muito aproximada daqueles que antigamente dominaram

(Conclui na 8.ª página)

VÍCIOS INSANÁVEIS

Pedro Dantas

A ESTAS horas, aproxima-se o sr. Juscelino Kubitschek do momento decisivo da diplomação. Foi reconhecido eleito, em condições especialissimas. Para tanto, foi necessário que uma parte do Exército, dispondo dos comandos, destituisse, sucessivamente dois presidentes da República e trouxesse o país a uma situação de fato, com estado de sítio e censura, impedindo, além do exercício do govêrno pelos seus legítimos titulares, a discussão e a crítica não só da situação daí resultante, como ainda — e esta circunstância é de significação capital para o entendimento da situação brasileira — de tudo quanto, direta ou indiretamente, importasse na formal contestação da validade do pleito de 3 de outubro último, para o efeito de se proclamar eleito o candidato apenas mais votado.

Como se sabe, pelo que foi discutido livremente antes de 11 de novembro, três foram as principais argüições contra a eleição em que se disse e foi proclamado vitorioso o sr Juscelino Kubitschek. A primeira, relativa aos vícios essenciais do alistamento eleitoral, feito, ainda, sob a ditadura (a mesma ditadura de que o sr Juscelino foi serviçal prestimoso e fidelíssimo), pela ditadura e para a ditadura. Enquanto não sofrer o necessário corretivo, o escândalo do alistamento «ex-officio» e da inscrição dos analfabetos, industriados pelo Partido Comunista para desenhar seus nomes, poluirá, irremediàvelmente, qualquer resultado eleitoral.

Nas eleições majoritárias, o vício daí resultante é insanável, porque decisivo, o que não acontece nas eleições proporcionais, em que o resultado pode ser considerado aproximativo. Não deixa de ser muito grave, mas, perturbando a proporcionalidade da representação, deixa, ainda assim, subsistir o sentido essencial do pleito, o que não acontece no caso das eleições por maioria, em que o voto num sentido exclui e contradiz os demais.

A segunda argüição, foi a do acôrdo celebrado entre os dirigentes da campanha J. J. com o Partido Comunista, de existência ilegal. Não obstante a ilegalidade dêsse partido, os comícios do sr Juscelino contaram com a ostensiva presença e a ativa participação de representantes do Partido Comunista, que nessa qualidade, falaram aos presentes, apresentando, também, no seu jornal, os srs. Kubitschek e Goulart como «candidatos de Prestes», por êle recomendados.

As condições do acôrdo ilegal com o partido na ilegalidade, compreendiam, ao que parece, pagamento em dinheiro e promessas, cujo exato conteúdo não é conhecido. E' evidente, porém, que semelhante acôrdo contamina as candidaturas em cujo benefício foi celebrado. Não era preciso mais para impossibilitar a proclamação que ontem foi feita.

A terceira argüição é relativa à condição da maioria de votos, sem a qual ninguém pode, legitimamente, reivindicar e exercer a Presidência da República. Por se tratar de matéria minuciosamente discutida, desde 1950, deixamos de entrar em considerações, mais extensas, que o presente artigo já não comportaria.

Pois bem: a discussão dêsses três pontos fundamentais, que invalidam qualquer pretensão do sr. Juscelino Kubitschek ao exercício legítimo do poder, têm sido vedada, desde novembro. Assim, a Justiça Eleitoral proferiu a decisão numa atmosfera viciada, e não livre, em que as opiniões favoráveis ao sr Kubitschek tiveram livre curso, mas em que nenhuma palavra em sentido contrário pôde ser alegada.

Nada mais é preciso acrescentar para que se evidencie a atmosfera de coação, reinante em todo o país. Se à Justiça Eleitoral não foi feita comunicação a êsse respeito, como pondera o ministro Luis Gallotti, é que não havia necessidade, considerada, como foi, ilícita, proibida, inalegável, a defesa de um dos pontos de vista em discussão. Em 1950, não foi preciso nem estado de sítio, nem a deposição do govêrno: bastaram duas entrevistas de generais, que nada sofreram, para orientar a jurisprudência. Que dizer da situação atual, quando se fêz, com declarado objetivo de empossar o sr. Kubitschek, um movimento como o de 10 a 11 de novembro, com o corolário de 21 do mesmo mês?

OU DÁ OU MORRE...

Rafael Corrêa de Oliveira

DE um cidadão francês, com a assinatura de René Tourbillon, recebemos a carta que abaixo reproduzimos sem alterar uma vírgula, salvo, naturalmente, os possíveis erros de revisão:

«Rio de Janeiro, le 9 Janvier 1956. — M. Rafael Correia de Oliveira. — En Ville.

Cher Monsieur,

Je suis français de naissance mais il y a dé jà longtemps que je vis au Brésil. Par conséquent, c'est naturel que je l'estime beaucoup, c'est-à-dire, le sufisant pour m'intéresser à sa politique nationale et à son milieu social.

Je viens de lire votre magnifique article sous le titre «Venus «Standard» et j'ai compris tout de suite que vous avez une clairvoyance surprenante, car ce que vous dites c'est la pure vérité. Mais, prenez garde mon cher journaliste: dorénavant votre précieuse existence sera menacée par des enemies inconnus! Sur votre tête pendra toujours une épée «petrolière» de Damoclès. La vérité est parfois très dangereuse.

N'importe quelle soit la décision sur l'affaire, je vous assure d'avance qu'elle sera favorable à la Compagnie Standard. Personne l'empêchera de mettre sa lourde patte sur le pétrole brésilien. C'est un impératif économique dont la puissance n'a pas de frein. C'est la loi du plus fort.

Nous aurons M. Kubitschek au Pouvoir à cause de cet impératif-là et son gouvernement sera produtif à son début. Helas! Le peuple ignorant ne comprendra pas que cette espèce de bonheur durera tant que les roses de Malherbe, et il sera mené, par les démagogues à proner le grand tartufe de Minas, qui sera «avec le ciel des accommodements».

Et pourquoi son gouvernement sera-t-il produtif au commencement? A cause de l'application des milliers de dollars indispensables à la réussite de l'entreprise petrolière. Mais la malhonnêteté sera telle parmi les gros bonnets de la politique, que la foule crèvera de faim après quelques mois d'aisance. Ça sera le début de l'anarchie, pendant laquelle ceux qui ont rendu possible ce brusque changement politique du 11 novembre, se promeneront à Monaco où ils mèneront une existence princière. — Votre grand admirateur. — René Tourbillon».

Como vê o leitor a opinião é de um estrangeiro generoso que pretende alertar-nos sôbre os perigos que a nossa vida corre presentemente porque lutamos contra a entrega do petróleo brasileiro ao grupo internacional da «Standard Oil».

Sabemos muito bem que essa poderosa organização, desde os tempos do velho John D. Rockefeller, não tem escrúpulos quando utiliza os meios necessários para chegar a seus fins políticos e econômicos.

A história é longa — e os crimes começaram nos Estados Unidos onde centenas de pequeno-

(Conclui na 9.ª página)

ALEGAÇÕES PROIBIDAS

Pedro Dantas

A PROPÓSITO de declarações do deputado João Agripino, sôbre a conduta do partido de que é um dos líderes, em face da situação do país, o ministro Luis Gallotti, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, distribuiu aos jornais a seguinte nota:

«O ilustre deputado João Agripino, a quem admiro muito e prezo, e de quem só consigo divergir fazendo violência a essa admiração e a essa estima, que são antigas, incidiu em flagrante equívoco: O Supremo Tribunal Federal deixou de julgar o mérito do mandado de segurança impetrado pelo presidente Café Filho, não por falta de garantias, mas porque a lei do estado de sítio criou restrições ao uso daquêle remédio excepcional. Ora, a referida lei não restringiu de qualquer modo a apreciação dos recursos eleitorais, cujo exame, ao contrário, continua livremente facultado ao Poder Judiciário».

Ao ministro Luis Gallotti, a quem o liga velha amizade que vem dos bancos acadêmicos, o redator dêste artigo dedica, desde estudante, a mais viva admiração, podendo, pois, adotar-lhe a frase referente ao deputado João Agripino, para afirmar, por sua vez, que só consegue divergir do ministro Luis Gallotti, fazendo violência à admiração e à amizade que datam de 1922, princípio do ano, ainda no govêrno de Epitácio Pessoa. Faça-se, pois, a violência necessária para dizer que, no caso em foco, é o deputado Agripino, e não o ministro Gallotti, que tem razão.

Efetivamente, o principal embaraço encontrado pelo Supremo Tribunal Federal, para conceder mandado de segurança ao presidente da República, sr. Café Filho, não estava e não está na lei do estado de sítio, e sim nos fatos que determinaram a maratona legislativa que foi a discussão e votação da referida lei. Alguns votos o deixaram bem claro. A decisão talvez não tenha sido das mais explícitas, mas o verdadeiro julgado foi no sentido de se reconhecer a inidoneidade do meio para a consecução do objetivo visado **O Judiciário não tem como segurar contra movimentos militares os governantes afastados do poder.**

A lei do estado de sítio nunca seria, por si só, obstáculo a que se concedesse um mandado de segurança requerido em favor do presidente da República, senão tivessem ocorrido fatos que mudaram a situação do país. Por outro lado, seria absurda a hipótese de se ver o Presidente compelido a requerer mandado de segurança para exercer o govêrno, caso os aludidos fatos não se tivessem verificado no país. **De modo algum, na hipótese, se conseguiria fugir ao absurdo, decorrente da circunstância de se ter procurado encobrir a realidade com artifícios que não poderiam iludir e convencer a ninguém.**

No que concerne à Justiça Eleitoral, é certo que a lei do estado de sítio não suspendeu o direito de interposição de recursos eleitorais. O Tribunal Superior Eleitoral está, mesmo, apto a receber, apreciar e decidir os recursinhos de bitola estreita. Não foi, porém, a êsses, evidentemente, que se referiu o deputado João Agripino. O que o representante da Paraíba afirma que não pode ser livremente debatido e apreciado, são os recursos e as impugnações que afetem a validade do pleito em seu conjunto e conduzam à decretação da sua nulidade.

A respeito, poderá o ministro Gallotti dizer que também quanto a isso nada existe, na lei do sítio, que impeça a apreciação da matéria pelo Tribunal. E' exato que impedimento legal, não há. Mas, veja bem o ministro: as teses que teriam de ser suscitadas são matéria proibida pela censura exercida em execução do sítio. Momentâneamente, para as autoridades detentoras das rédeas do govêrno, constituem elas assunto ilícito. Podem ser contestadas, mas não podem ser sustentadas pùblicamente. Diante disso, cabe um apêlo ao espírito jurídico do ilustre magistrado, não fica, assim, caracterizado o clima de coação em que se iria proferir o julgamento? A situação de fato é esta: não existe, no momento, liberdade para se alegar o que quer que seja capaz de invalidar a eleição de 3 de outubro último e seu pretenso resultado, que, para muitos, foi meramente negativo. **Os movimentos de novembro declararam-se inspirados no propósito de não permitir que essas objeções sejam aceitas. De tal modo parece a matéria importante aos executores do sítio, que é proibido falar nela.** E o Tribunal poderia apreciá-la, sem coação alguma?

O que não se quer é dar nome às coisas. Só isso. Daí a embrulhada em que todos nos vemos metidos, sem solução aceitável dentro da boa lógica. Se o ministro Gallotti quiser a prova provada de que assim é, a censura o dará, impedindo a publicação dêstes reparos. E' a prova dos nove, a demonstrar que êle, Ministro, pode afirmar a plena liberdade de apreciação dos recursos pela Justiça, mas, contra isso, nada pode ser oposto — nem mesmo uma exposição objetiva, serena e argumentada.

A conclusão se impõe: não há liberdade de apreciação e julgamento de uma questão, quando só as alegações de uma das partes são permitidas, sendo as da parte contrária consideradas ilícitas e passíveis de repressão.

FATOS PÚBLICOS E NOTÓRIOS

Pedro Dantas

ENTENDEU o sr. Procurador Geral da República, sr. Plínio de Freitas Travassos, que o movimento da noite de 10 para 11 de novembro precisa ser provado em Juízo. Não esclarece o parecer como deveria ser feita a prova. Por certidão do Ministério da Guerra? Por testemunhas? Pela confissão dos chefes do movimento?

Esta última prova existe. E' verdade que a confissão do general Lott não foi produzida em cartório. Consta, porém, de uma série de declarações e atos que tiveram consequências de vária espécie — algumas de fato, visíveis a olho nú por quem quer que transitasse pelas ruas da cidade; outras, oficiais e oficialmente proclamadas e reconhecidas, por atos dos três Poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Parece, assim, perfeitamente configurada a hipótese do fato público e notório, que, exatamente por ser do conhecimento de todos e não poder ser ignorado por ninguém, dispensa os meios de prova a que estão sujeitos os atos e fatos não divulgados e do conhecimento de poucos, suscetíveis, por isso, de contestação.

No caso a que se refere o parecer do Procurador Geral, os fatos não são contestáveis nem poderiam ser ignorados pela Procuradoria. Nem os fatos, nem sua autoria, proclamada pelos responsáveis em manifestos, declarações, entrevistas e discursos de antenticidade indubitável e não contestada, num período em que a imprensa e o rádio só divulgam o que o Govêrno vigente autoriza.

Assim, a prova dos fatos, bem como a da autoria, não era problema para o sr. Procurador Geral. Nem lhe cabia entrar na discussão dêsses pontos, a propósito da representação que lhe foi dirigida por alguns representantes da Nação, entre os quais os deputados Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Pereira Lima, Raimundo Padilha, José Bonifácio e Oscar Correia, para que a Procuradoria Geral da República tomasse a iniciativa de oferecer denúncia contra os chefes do movimento que substituiu o Govêrno legítimo por outro, que passou a governar.

O único problema do sr. Plínio Travassos era resolver o destino a dar à referida representação. Que houve um movimento subversivo, cujo desenvolvimento importou na prática de todos os crimes arrolados na representação, não há, nunca houve, jamais poderia haver dúvida alguma. No momento, porém, os mencionados crimes estão acobertados por um princípio universal de direito político que nos ensina o seguinte: «Nos atos e movimentos de subversão, o que caracteriza o crime, não é o ato em si mesmo, e sim a tentativa falhada». Por outras palavras, o verdadeiro crime não é o golpe de Estado e sim o fracasso do golpe.

A ordem política tem a propriedade de se recompôr inntantâneamente. Ao vencedor as batatas? Pois, o vencedor prepara-as a seu gôsto e come-as tranquilamente. Depois de um movimento subversivo vitorioso, não é provável que os vencedores, com a máquina do Estado nas mãos, resolvam acioná-la contra si próprios, entendendo que, afinal, devem ser punidos por terem conquistado ilegitimamente o Poder. Os chefes de revoluções vitoriosos não costumam meter-se a si mesmos na cadeia, como revolucionários, nem, tão pouco, admitir que o faça, espontâneamente, a Justiça.

Isto, e só isto, é que o sr. Plínio Travassos tinha que considerar e dizer. No atual caso brasileiro, se tem sido possível criar, em tôrno da hipótese, tantas complicações e tão grandes equívocos, é que o movimento subversivo não quis apresentar-se com a sua verdadeira identidade. Não ousa dizer seu nome. Usa máscara e fala em falsete. Mas, todo mundo o conhece imediatamente e sabe do que se trata. Se nem todos o dizem, será por interêsse ou temor. Nem por isso, entretanto, a verdadeira situação se modifica, e o sr. Plínio Travassos tem razão quando alega, ao concluir, que não conhece precedentes de denúncia contra movimentos vitoriosos. A isso deveria ter limitado o seu parecer.

O mal foi estendê-lo a considerações sôbre a prova dos fatos, que lhe pareceu insatisfatória, porque feita com publicações da imprensa. Esqueceu-se o Procurador Geral que as publicações da imprensa seriam mais do que suficientes para fundamentar sua denúncia. A prova era bastante. O que a Procuradoria não tem, são condições para agir.

Ridículo e Brutal

(Conclusão da 7.ª página)

vam as caravanas nas estradas desertas.

Em março de 1955 o autor dêste artigo, neste mesmo espaço de jornal, teve a oportunidade de advetir a nação sôbre a falsidade do legalismo apregoado pelo general Lott. Êsse militar de origem e formação germânicas é postivamente um temperamento de ditador. Para a ditadura êle marcha a passos largos. E senão encontrar oposição vigorosa atingirá os seus desejos ainda que seja com uma espora no lombo do sr. Flôres da Cunha e outra no lombo do sr. Nereu Ramos.

Temos a impressão de que nem o próprio Leger pintaria um quadro mais real e mais vivo da desgraçada situação do Brasil, neste momento, do que o que estamos aqui traçando.

Em honra à memória de Orlando Ribeiro Dantas, que nunca transigiu, nem se acovardou, diante da corrução e da fôrça, sustentaremos nesta coluna a sua estelar tradição. Para impedir-nos de cumprir êste dever de patriota, cidadão e representante do povo brasileiro, o sr. general Lott terá de arrancar a sua máscara de legalista e praticar as violências que fermentam no seu coração e animam as suas ambições descomunais.

AGÊNCIA DO

Diario de Noticias

Av. Rio Branco 133

(Defronte à Galeria dos Empregados do Comércio)

Pequenos Anúncios

(Assinaturas)

MICROSCÓPIO

O Tripé

Raul Pilla

PERFEITA está a demonstração. Destruído estaria um sistema temário, em que um só dos seus elementos houvesse falhado. No caso, porém, têm falhado os três. O Poder Executivo degenerou numa ditadura pessoal, tal a soma de poderes que nas mãos do presidente da República se concentram. O Poder Legislativo, reduzido à impotência, apenas evita que, por sua simples presença, maiores se tornem os abusos. Desempenha um papel antes passivo, do que ativo, ainda quando, como na atual situação, parece estar dirigindo os acontecimentos. Finalmente, o Poder Judiciário, ao qual compete, em nosso regime, a importante função política de conter o arbítrio dos outros dois poderes, não a tem verdadeiramente exercido, como o demonstra tôda a história da República e, agora, o seu último episódio.

Da generalidade dos votos proferidos no pleito, concluiu-se que à Justiça falta, não tanto a competência, como a possibilidade de assegurar ao presidente da República o exercício do cargo. E, por isto, adiou o julgamento do feito, esperando que o tempo se encarregue de dirimir a questão, pois expira a 31 de janeiro o mandato do sr. Café Filho.

Ora, a mim parece que, não dispondo nunca a Justiça, da fôrça, senão sòmente da Constituição e da Lei, secundário deveria ser ao Tribunal que a sua decisão viesse ou não a ser cumprida. O que antes de tudo lhe deveria importar era declarar o direito. Feito isto, desempenhada estava a sua tarefa. Deixando de fazê-lo, embora por motivos relevantes, renunciou o Supremo Tribunal Federal o poder político que o regime e a Constituição lhe conferem. Absteve-se de julgar, em virtude do estado de sítio vigente.

Dado, porém, que esta fôsse uma circunstância impeditiva, cumpria ao Tribunal, sempre no exercício da sua alta função política, indagar da constitucionalidade da lei, que assim o estaria inibindo de socorrer um direito indiscutível. Sòmente depois de verificado isto é que poderia lavar as mãos, como fêz.

A lei que estabeleceu o estado de sítio impede o julgamento do mandado de segurança. Concedâmo-lo. Mas a lei que o estabeleceu será, neste ponto, constitucional? Esta é a questão, que deveria ter sido levantada.

Destruído se acha, pois, o tripé constitucional.

MICROSCÓPIO

Independência de Poderes

Raul Pilla

VOLTEMOS aos textos esquecidos. Diz o artigo 37 da Constituição Federal: «São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si». Nessa independência e harmonia, expressões um tanto antimônicas, formula-se o princípio fundamental do presidencialismo.

Em que consiste tal independência de poderes? Primeiro, em emanar cada um deles do povo, segundo o artigo 1º, em ter cada um o seu fundamento próprio e não se originar de outro poder. Não nasce o Executivo do Legislativo, nem êste nomeia o Judiciário. Em segundo lugar, consiste a independência na autonomia funcional. Cada poder se rege a si mesmo, embora recebendo o natural influxo dos outros.

Consideremos agora o Poder Executivo. Estabelece o artigo 81 que o presidente e o vice-presidente da República são eleitos simultâneamente em todo o país. Aqui está formulada a mais completa independência de origem que é possível imaginar. O artigo seguinte diz que o presidente e o vice-presidente exercerão o cargo por cinco anos. Está aí outra manifestação importante da independência do poder. Assegurada fica, por tal prazo, a sua sobrevivência. A autoridade do presidente e do vice-presidente da República provém diretamente do povo e não comporta interposição da de outro poder. Deixaria evidentemente de existir a declarada independência, se, depois de constituído, e na vigência do mandato popular, pudesse o Poder Executivo ter cassada pelo Legislativo

(Conclui na 10.ª página)

CONFRONTOS

★ Coelho de Souza

OS QUADROS assemelham-se, sinistramente.

Talvêz porque resultem das mesmas determinantes, como seria fácil mostrar, em face da estrutura do regime presidencial e do nosso **processus** sociológico.

Em 3 de novembro de 1891, Deodoro, iniciando a galeria dos ditadores republicanos, desferiu o primeiro golpe de estado, dissolvendo o Congresso e decretando o estado de sítio; vinte dias depois, a esquadra revoltou-se e o estreante renunciou — para evitar a guerra civil.

O seu substituto legal, Floriano, chamado ao govêrno, devia proceder à nova eleição, nos têrmos claros do artigo 42 da Constituição — mas o Congresso restaurado, faccioso e inadvertido, preferiu dar uma interpretação declaratória do § 2º do artigo 1º, disposições transitórias, e autorizou o vice-presidente a concluir o quadriênio, porque êle, de resto, não abandonaria o govêrno.

Floriano, que com títulos incontestáveis ocuparia o segundo lugar na galeria que Deodoro inaugurara, começou por derrubar dezenove governadores, prendeu militares e civis sem parcimônia, provocou novas sublevações — e a guerra civil não foi evitada.

Bem ao contrário, veio longa e feroz: as execuções sumárias, que a nossa história política desconhecia, mancharam, definitivamente, a vida da República.

A eliminação bárbara dos vencidos, na baía do Rio de Janeiro, que Lima Barreto fixou em sua obra, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, representa o mais doloroso retrocesso da civilização brasileira — e, ainda hoje, se evocam no sul do país o nome do barão de Serro Azul e barão de Batovy, que não desapareceram na vala comum da História, à maneira de milhares de outras vítimas da época.

E como nenhuma ditadura se mantém sem mística — para lhe cobrir a face e desviar a atenção popular dos próprios crimes — atiçaram o jacobinismo, êsse feio pecado dos povos fracos, e o português passou a ser a causa de todos os nossos males! Um demagogo, Deocleciano Martyr, pôs-se à frente desse movimento, com o seu jornal.

Assim foi nos dias tenebrosos e épicos do «florianismo».

Hoje, contemplamos o mesmo quadro, felizmente, ainda em debuxo.

Dois golpes, neste fatídico mês de novembro, foram desfechados pelo Exército, afastando da Presidência da República os seus titulares legítimos — e um renunciou para evitar a guerra civil.

Marinha e Aeronáutica, a nova componente, repudiaram os golpes.

O Congresso Nacional, congênere do de 1891, legalizou as violências, já agora por interpretação extensiva do artigo 79, parágrafo 1º da jovem Constituição.

O estado de sítio está aí — e as prisões começaram.

O jacobinismo anda à solta e, nesta fase, quem paga o pato é o americano.

Ainda bem que, até êste momento, a autonomia dos Estados não foi agredida e não se registraram novas sublevações.

Evitaremos a guerra civil?

Está nas mãos do govêrno, que, de certo, já leu êsse lugar-comum — «a História é a mestra da vida» — atentar no nosso passado, evitar que se carreguem as côres, conjurar a agravação das paixões.

Praza a Deus que ainda lhe reste êsse saldo de patriotismo.

IMPEDIMENTOS MORAIS

Pedro Dantas

HOUVE quem dissesse, procurando justificar-se de indesculpável juscelinismo, que essa estranhável atitude, no seu caso, decorrera simplesmente do empenho em defender uma tese impessoal: o direito de candidatar-se, que assistiria ao senhor Juscelino Kubitschek, como a outro qualquer cidadão. Ora, na mencionada justificativa, está tudo errado. O suposto direito de candidatar-se não existe. Não o pode invocar o sr. Juscelino, nem ninguém.

O equívoco foi muito explorado durante a campanha eleitoral e é possível que tenha impressionado os desatentos. Por isso mesmo, é preciso desfazê-lo, repondo as coisas nos seus lugares, para que não se repita o êrro clamoroso: que é uma deturpação alarmante da ética do regime. A candidatura a cargos eletivos, no sistema vigente entre nós, não é um direito individual. A prova é que não depende de um ato individual apenas, e sim de uma indicação coletiva. Os partidos políticos é que têm a iniciativa de escolher e inscrever candidatos. Logo, a deliberação política dos partidos, ao excluirem ou afastarem uma candidatura não fere direito individual de quem quer que seja. Ainda recentemente o diziamos, aqui mesmo, mas é preciso repeti-lo tôda vez que se encontre afirmativa em contrário.

Se êste é indiscutivelmente o aspecto jurídico do problema, ainda mais importante é o seu aspecto moral. Tôda vez que se cogitar da escolha de candidatos à Presidência da República, por certo não de encontrar-se, no país, inúmeros cidadãos contra os quais não se possa articular nenhum dos impedimentos expressos ou mesmo pressupostos e implícitos na Constituição. Quererá isto dizer que qualquer dêles esteja em condições de ser candidato — apresentado, recomendado e inscrito como tal?

A escolha e indicação de candidatos deixaria de ser um ato político, se o admitissemos. A verdade, pelo contrário, é que entre os inúmeros cidadãos sem impedimento legal para serem candidatos pelos partidos, poucquíssimos serão os que apresentem condições morais, intelectuais e políticas para que dêles se possa cogitar. Por outro lado, pode dar-se o caso de existir contra alguns dêles, mesmo dos mais em evidência (e até por isso mesmo) uma contra-indicação formal, em qualquer daqueles terrenos. Em tais casos, costuma-se dizer que o cidadão de que se trate, «não pode» ser candidato. E' claro que êsse «não pode» exprime um veto, por motivos de ordem moral e política, e não um impedimento legal suscetível de ser arguido em juízo.

Foi um veto dessa espécie que uma rumorosa corrente de opinião opôs, em 1929, a candidatura do saudoso sr. Júlio Prestes, de quem não se diria que desatendesse aos requisitos constitucionais para ser presidente da República. Tratava-se, porém, de uma candidatura articulada sob a direta inspiração do Catete e cuidadosamente preparada para surgir, desde logo, com tal soma de apoios estaduais, que se tornasse praticamente inútil esboçar qualquer resistência contra a mesma ou apresentar outra em condições de competir com a palaciana. Êsse o sentido do «não pode», oposto a Júlio Prestes. Tão vigoroso que, tendo êle vencido — por maiora absoluta — a eleição, houve um movimento revolucionário, no país, para lhe impedir a posse, como impediu.

Quais eram os argumentos? Além da origem palaciana da candidatura, a falta de um sistema eleitoral adequado a assegurar sentido democrático ao resultado das urnas. O fato é que o «não pode» prevaleceu, e Júlio Prestes, eleito, não pôde, efetivamente, assumir o govêrno. A insistência na candidatura do Presidente de S. Paulo, custou ao país uma revolução, cujas consequências poderiam ter sido benéficas, mas se tornaram catastróficas. Ainda não acabamos de pagar os êrros e crimes cometidos à sombra da bem intencionada e mal cumprida revolução de 30.

E' preciso, pois, compreender o exato alcance e o sentido de um «não pode», articulado contra determinada candidatura à Presidência da República. Êsse «não pode», quer dizer «não deve». E' um preceito moral que o cidadão acata por espírito republicano e por amor ao país. Do momento em que se capacite de que a sua candidatura terá por inevitável consequência a desunião, o desassossêgo, o alarma, a perturbação da vida nacional, a insatisfação generalizada, a intranquilidade e possivelmente algum imprevisto retôrno aos quadros constitucionais vigentes — desse momento em diante, cria-se, para o candidato, o estrito dever de não persistir, mas, pelo contrário, tomar a iniciativa de facilitar outra solução, sem os inconvenientes da sua candidatura.

Sobrepor interêsses, aspirações e ambições pessoais ao clima de entendimento que reclama a conveniência da Nação, sacrificar o interêsse nacional ao seu próprio, não é direito de ninguém porque é exatamente o contrário do que impõem o espírito público e o patriotismo.

O Combustível e o Itamarati

Rafael Corrêa de Oliveira

HÁ cêrc de quinze dias, mais ou menos, o ministro Edmundo Barbosa da Silva pronunciou, numa associação das classes conservadoras, longa conferência sôbre problemas econômicos do Brasil e opinou francamente pela participação de capitais estrangeiros na pesquisa e lavra do petróleo neste país. O fato não tem significação apenas em virtude da inteligência e cultura do conferencista. Mas sobretudo se apresenta com as características da máxima oportunidade e grande responsabilidade, porque se trata de um pronunciamento que pode ter repercussões internacionais. O ministro Edmundo Barbosa da Silva é chefe da Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores. E sendo, notòriamente, um funcionário disciplinado, não iria manifestar uma opinião contrária à política econômica do govêrno.

Como sabemos os partidos políticos, através do Senado e da Câmara, votaram a lei que constituiu a Petrobrás. Esta lei proíbe categòricamente a participação de capitais não brasileiros na exploração do nosso petróleo. Para que ela seja modificada se torna necessária nova manifestação do Congresso. E é nesse ponto que nos sentimos profundamente surpreendidos com a atitude do ministro Edmundo Barbosa da Silva, ao declarar-se, numa conferência pública, e largamente divulgada, contrário à atual orientação da Petrobrás. Nunca êste ilustre funcionário tivera uma atitude semelhante. Nunca escrevera ou falara argumentando contràriamente à política econômica traçada pelo Congresso na lei que instituiu a Petrobrás.

Como se explica, então, o seu pronunciamento de agora? Parece-nos que o alto funcionário refletiu, nas suas palavras, o pensamento e as tendências do atual govêrno. Do contrário estaria assumindo uma posição perigosa, inexplicável, de grande repercussão internacional sôbre um problema cujas soluções não se encontram apenas nos limites geográficos do Brasil mas também nos centros mais poderosos da finança e da indústria universais. Lendo a conferência do sr. Barbosa da Silva ficamos sabendo que o diretor da Divisão Econômica do Itamarati é contrário à atual organização da Petrobrás. Ficamos também sabendo que os seus superiores hierárquicos na administração pública pensam do mesmo modo. Na órbita diplomática, evidentemente outra conclusão não tirariam os observadores internacionais. No mundo dos negócios, sem dúvida, a posição assumida pelo sr. Barbosa da Silva teria aberto risonhas esperanças aos elementos estrangeiros que desejam participar do financiamento, organização e direção daquela emprêsa.

Por tudo isso nos pareceu extremamente importante a coincidência de o diretor da Divisão Econômica do Itamarati viajar com destino aos Estados Unidos no mesmo avião que levou àquele país o sr. Juscelino Kubitschek.

A informação oficial, ou oficiosa, publicada no «Correio da Manhã» diz que o diplomata em questão não viaja acompanhando o candidato à presidência da República. Mas o Itamarati não explica qual o motivo dessa súbita jornada do ministro Bar-

(Conclui na 10.ª página)

OU DÁ OU MORRE...

(Conclusão da 8.ª página)

nos exploradores de petróleo foram esmagados e milhares de pessoas reduzidas à miséria para que dominasse sem contraste o monopólio da «Standard». Durou mais de dez anos a luta do govêrno dos Estados Unidos contra a implacável emprêsa. E a Theodoro Roosevelt devem os americanos a lei anti-truste que diminuiu o tremendo poder econômico de Rockefeller e seu grupo na vida administrativa, política e comercial da grande República.

Em compensação a «Standard» se atirou à conquista do mundo pobre e fraco. Enfrentou em seguida os ingiêses e franceses. Violou acôrdos legais apoiando-se no prestígio dos Estados Unidos, invocando a proteção diplomática do «Department of State» e vencendo sempre.

Exemplo dêsses abusos audaciosos foi a denúncia unilateral do acôrdo anglo-francês-americano para exploração do petróleo em todo o território do antigo império turco. O grupo da «Standard» obteve concessões, agiu sòzinho e deixou os inglêses e franceses a berrarem em nome da lei...

Ainda no fim do govêrno Truman se verificou que o grupo da «Standard» organizara um cartel para aumentar o preço do combustível fornecido pelos Estados Unidos a alguns países europeus a título de ajuda. O procurador geral da República norte-americana, baseado na lei anti-truste, promoveu enérgica investigação e requereu um exame na escrita das companhias comprometidas no cartel europeu. Sabe o leitor qual foi o resultado? As companhias declararam que não podiam expor à publicidade os segredos de seus negócios, porque isto, certamente, provocaria «guerras civis, guerras internacionais e outras complicações». Não deram qualquer atenção à justiça norte-americana. E o general Eisenhower, logo que assumiu o poder mandou arquivar a investigação!

Vê, assim, o nosso amável correspondente francês que não ignoramos a fôrça e a brutalidade do truste. Sem embargo disto continuaremos a lutar em defesa do Brasil. E, de qualquer modo, o povo ficará conhecendo os detalhes do projetado assalto às riquezas minerais do nosso país.

Veremos se o truste irá da corrupção política aos episódios criminosos que ensanguentaram o México durante 20 anos. Às vêzes, quando a gente menos espera, encontra um valentão a moer o pó da derrota nos pés dos homens que têm fé e resistem.

No interior do Nordeste costuma-se dizer que todo bamba tem o seu dia e o seu «Zé amarelo»...

NOTA — A revista «Time», que circula aos milhares no Rio, em S. Paulo e outros centros importantes do Brasil, informa que o sr. Juscelino viaja com uma comitiva de 26 pessoas. A revista está à venda em tôdas as bancas de jornais. Pode, até, ser lida pelos deputados e senadores... — R.

O ÚLTIMO DIA DE LIBERDADE

★ *Mario Pedrosa*

A «IMPRENSA POPULAR», de 20 de novembro último, prognosticando sôbre a volta do presidente Café, disse, com conhecimento de causa: «o problema não é médico, é político». E realmente não se tratava de laudo médico, mas do prosseguimento da segunda etapa do golpe preparado pelo ministro protetor, desde julho. «Ainda agora, escreviamos a 19 de dezembro, êle «enche de novo as ruas de tanques e tropas, ameaçando talvez o próprio Café, ou certamente convocando o Parlamento para uma nova moção como a de 11 de novembro». Tudo foi feito como previsto. As coronárias do presidente Café declaradas pelos generais golpistas como imprestáveis, incontinenti começou-se a terceira etapa do movimento subversivo.

O congresso-mataco foi intimado a votar o estado de sítio no mais curto prazo possivel. D Poder Legislativo, com mêdo dos canhões e tanques do general Denys, invadiu os poderes do Executivo, depondo dois presidentes e decreta o estado de sitio, na esperança de ver o Judiciário, intimado, por sua vez, com o passeio dos tanques e bazukas do general Zenóbio, eximir-se às suas altas responsabilidades de órgão dirigente dos conflitos de poderes, e anular o ato de usurpação do Congresso, servo dos generais sublevados.

Os generais vitoriosos precisam curar o próprio mêdo, fazendo mêdo aos adversários e aterrorizando a população. A «sugestão» do ministro protetor e seus acólitos ao sr. Nereu Ramos, pedindo o sítio, revela claramente para onde marcham. Decidiram seguir a linha radical preconizada, sobretudo, pela ala comunista do «putsch». Depois de algumas hesitações e conflitos nos bastidores, o general Lott se decidiu pelo esmagamento do campo democrático, em nome da necessidade de evitar, por todos os meios, «a rearticulação da trama revolucionária». «O restabelecimento», diz o documento, «das atividades subversivas (sic) de parlamentares, amparados por suas imunidades, não tardará em favorecer a rearticulação». Como se vê, o congresso-mataco terá de entregar ao general Lott os deputados que não sejam de seu agrado. De há muito também que os comunistas vinham pedindo a cabeça dêsses parlamentares. Os generais sublevados não mostram também aqui nenhuma originalidade. O ministro protetor compreendeu o interêsse que tem em provar a existência de uma «trama revolucionária». E para tanto manda, em sua sugestão, «se percorram os jornais subversivos» que faziam «afrontosa pregação de crises contra a segurança do Estado». Esses jornais «subversivos» são ainda aqui os mesmos para os quais o órgão comunista ainda hoje clamava o fechamento, e que trata de «golpistas» e «anti-democráticos».

O general Lott procura agora justificar politicamente a sua rebelião de 10 de novembro; no «ânimo», diz o seu documento a Nereu, do presidente Luz e do presidente Café havia a intenção de subverter o regime. Urge, pois, revelar essa trama, prender os seus autores e perseguir os restantes conspiradores. Só assim se pode prevenir que voltem a rearticular-se. Os homens apeiados do poder a 24 de agôsto, aliados aos comunistas, tentam conquistar os generais sublevados para a sua causa. Há, entretanto, uma dinâmica própria no movimento militar. O executor do sitio será o verdadeiro ditador: fala-se que o cargo será dado ao general Zenóbio que, coitado, desde o dia em que perdeu ostensivamente o comando, por causa do boletim de desrespeito ao presidente da República, não tinha mais abertamente nenhum pôsto de comando. Suas atividades foram desde então simplesmente conspirativas, sob as vistas complacentes do general Lott. E' justo que reclame agora um pôsto oficial na nova situação. De qualquer modo, com o amordaçamento da imprensa, as prisões em massa, o esmagamento dos elementos contrários, a domesticação do parlamento e a intimidação do Judiciário, os militares vão tomar as medidas necessárias a consolidar o próprio poder, já agora com mais desembaraço e menos formalidades. A deposição dos governadores de São Paulo, de Pernambuco, Pará, talvez do Rio Grande do Sul está em ordem do dia. O brigadeiro Eduardo Gomes e o almirante Amorim do Vale poderão ainda ser chamados a depor e a defender-se, para não ser presos.

Isso significa que a balança de fôrças vai pender para os gregórios, peronistas e comunistas. O deslocamento de poder se processará assim no sentido da demagogia. Então, assustados, os generais vitoriosos se verão obrigados a decepar a ala radical comunista-petebista de seu movimento. A operação já não será tão fácil quanto antes. Uma recomendação apenas do Tribunal Eleitoral era o bastante para a Polícia Civil fechar o MNPT: com o golpe do segundo dez de novembro, o MNPT voltou subitamente à luz do dia, instalado, conforme a «Imprensa Popular» de 20 do mês corrente, na sede dos Clubes JJ. O órgão comunista não aprecia muito a medida do sítio, pois preferia ver os adversários presos e seus jornais censurados, sem decretações de medidas de exceção: assim como se faz na Rússia. Teme que o feitiço se vire sôbre o feiticeiro. De qualquer forma, a censura sôbre a «Imprensa Popular», que não é, segundo a definição da sugestão dos ministros militares, «subversiva» nem «golpista», não a afetará muito, pois seu campo de ação é outro. Também a prisão de seus militantes destinados a agir na legalidade, não afetará demais as atividades clandestinas do P C. Mas a ala comunista das fôrças armadas, o punhado de bravos oficiais que tão bem colaborou no «putsch» dos generais Zenóbio, Lott e Denys, esta, não será decepada com a mesma facilidade. Tal operação poderá inclusive agravar os conflitos e rivalidades que minam, internamente, a harmonia entre os três chefes promotores do golpe, pois tenderá a diminuir a fôrça de um, a aumentar a do outro, ou a reforçar definitivamente o prestigio do terceiro.

E desde então os conflitos internos no vértice do triângulo supremo dos generais ameaçarão cada vez mais a estourar cá fora, na rua. Será aí o momento do ditador supremo, de esporas e estrêlas, surgir, ou para dirimir as questões de poder a bala, mergulhando o país na guerra civil, ou naufragar para dar lugar a outro, até que, depois de tudo, ressurja a liberdade e uma ordem democrática estável neste país. Neste último dia de liberdade em que estamos escrevendo, a verdade deve ser dita claramente. O congresso-mataco que votou o sítio, matou a liberdade, mas matou-se a si mesmo. Será fechado, e com os aplausos do povo. Sua alma, sua palma.

O COMBUSTÍVEL E O ITAMARATI

(Conclusão da 9.ª página)

bosa da Silva. Temos um embaixador nos Estados Unidos com vários assessores e secretários em condições de cuidar perfeitamente dos nossos interêsses diplomáticos junto ao govêrno de Washington. Assim a presença excepcional, naquela capital, do diretor da Divisão Econômica do Itamarati deve ter razões muito sérias e envolver deliberaçõcs ou compromissos de natureza estritamente econômica em nome do govêrno brasileiro. Que compromissos serão êsses? Na hora exata em que nos esforçamos para manter a ordem pública a fim de inaugurar um novo govêrno no dia 31 dêste mês é que vamos criar caso de tanta gravidade?

Quando se instituiu a censura à imprensa tivemos um entendimento muito cordial com o coronel Orlando Geisel sôbre as nossas relações jornalísticas com a função momentâneamente por êle exercida. E nesta oportunidade ouvimos com prazer do ilustre militar a autorização para debatermos a questão do petróleo sempre que o desejássemos e com a mais completa liberdade. Sendo a nossa posição favorável à Petrobrás nenhum inconveniente poderia trazer os comentários que publicássemos porque êles coduziam sempre a opinião pública a prestigiar uma lei votada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República. Julgamos por isso que não estamos infringindo a censura quando como comentarista político e membro da Comissão de Diplomacia na Câmara fazemos reparos não sòmente às manifestações do ministro Barbosa da Silva contrárias à lei em causa, como, também, quando consideramos da maior inconveniência a sua viagem aos Estados Unidos, neste momento, acompanhando um candidato à Presidência da República que se considera eleito antes de concluída a apuração e expedido o respectivo diploma pelo Superior Tribunal Eleitoral. Ninguém é bastante ingênuo para supor que a viagem do diretor da Divisão Econômica do Itamarati na companhia do sr. Juscelino Kubitschek, ou no mesmo avião em que êste se transporta, seja mera coincidência. Aliás, não recusamos ao Itamarati o direito de enviar um emissário como observador desta provável viagem presidencial. Mas não podemos admitir que êsse observador seja exatamente o homem que refletindo, sem dúvida, uma política de Estado, se manifestou abertamente contra o atual sistema de exploração de petróleo no Brasil. Não podia o sr. Barbosa da Silva tomar essa atitude enquanto permanecesse na chefia da Divisão Econômica do Ministério das Relações Exteriores. Nestas condições é natural que se alarmem os partidos que votaram no Congresso a lei da Petrobrás e que a opinião pública, de um modo geral, se preocupe com a visita do sr. Juscelino Kubitschek aos países onde se encontram os elementos internacionais mais interessados na exploração do nosso petróleo. O ministro Edmundo Barbosa da Silva é um diplomata hoje comprometido publicamente com o movimento do grupo financeiro que deseja entregar a Petrobrás à «Standard Oil». A sua presença, por conseguinte, no mesmo avião em que viaja o sr. Juscelino Kubitschek, compromete êste candidato à Presidência da República e nenhum benefício lhe traz de apoio e prestígio junto às fôrças vivas da nacionalidade. Tanto mais quanto o próprio Itamarati não explica os motivos dessa urgente viagem do seu alto e excepcional emissário.

INDEPENDÊNCIA DE PODERES

(Conclusão da 9.ª página)

vo a sua autoridade. Ficaria um poder, que se declara independente, à mercê de outro Poder, também independente, mas em verdade soberano.

Mas todo Poder, justamente porque independente, pode exorbitar e abusar. Prevê-o e provê-o a Constituição. Praticado um crime comum, ou um crime de responsabilidade, o presidente da República é pôsto em estado de acusação pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e é julgado pelo Supremo Tribunal Federal, na primeira hipótese, pelo Senado Federal, na segunda. E o que diz o artigo 88 da Constituição. Declarada a procedência da acusação — reza o parágrafo único do mesmo artigo — ficará o presidente da República suspenso das suas funções, isto é, ficará impedido, pois isto significa a palavra «impeachment», ficará impedido de exercer o cargo, enquanto o não julgue o Supremo Tribunal Federal ou o Senado.

Assim, não prevê a Constituição Federal, nem admite o sistema presidencial, nela consagrado, outros casos de impedimento do presidente da República, além dos definidos nos seus artigos 88 e 89. E, para que êles ocorram, duas condições são essenciais: que o presidente da República haja praticado crime, ou coisa que tal se possa capitular, e que a Câmara dos Deputados, mediante as formalidades de uma lei especial e por maioria absoluta, tenha reconhecido fundada a acusação.

O que o Congresso Nacional praticou, sem forma de processo, primeiro com o sr. Carlos Luz e, decorridos poucos dias, com o sr. Café Filho, foi a mais clamorosa violação do sistema constitucional vigente. Aceito que, sem maiores formalidades, possa o Congresso declarar impedido o presidente da República, estará destruída a independência dos poderes, dógma fundamental do presidencialismo.

Dizem alguns, não sei se por ignorância ou desfaçatez, que isto é caminho para o parlamentarismo. Não: o que, neste sistema, está na dependência do Parlamento é a parte móvel do Poder Executivo, o Gabinete; o presidente da República, como magistrado que sòmente é, está pelo menos tão sòlidamente resguardado, quanto estaria no sistema presidencial.

Não façamos confusões. O que estamos praticando é realmente presidencialismo latino-americano, o único presidencialismo de que somos capazes.

Até a Morte Tem Sua Lógica...

Rafael Corrêa de Oliveira

QUANDO noticiaram que o sr. tenente Gregório Fortunato e seus rapazes seriam postos em liberdade, logo nos ocorreram as últimas palavras de Tobias Barreto: «Até a morte tem sua lógica». E o mais moderno conceito que em «Anarquismo e Socialismo», George Pleckanoff proclamava: «O êrro, tanto quanto a verdade, tem a sua lógica».

Em 1945, as Fôrças Armadas destruiram a ditadura do sr. Getúlio Vargas, mas não houve estado de sítio nem censura à imprensa. A fauna política do Estado Novo nada sofreu. E, com as eleições, voltaram aos postos de direção todos os homens que haviam rezado sôbre a ordem jurídica e democrática a ladainha dos «leguleios em férias» e do «voto não enche barriga».

Lògicamente o resultado não podia ser outro. Nem diferente, também, seria o processo de retôrno ao regime legal com os generais Dutra e Góis Monteiro aguentando militarmente os «getulistas» do PSD e do PTB nas posições civis que vinham exercendo há oito anos!

Enquanto o general Dutra tenazmente se obstinava na manutenção da máquina montada pela ditadura, o brigadeiro Eduardo Gomes se escusava de qualquer exigência que pudesse torná-lo candidato oficial dos interventores. Conseqüentemente a vitória dos partidos da ditadura, conduzidos pelo sr. Getúlio Vargas, na plenitude dos direitos que êle mesmo negara à Nação inteira, foi lógica. Terá sido um êrro. Mas um êrro lógico.

Em 1954 uma parte das Fôrças Armadas, diante de um crime nefando e das imoralidades reveladas que estarreciam a Nação, se rebelou e forçou a renúncia do sr Getúlio Vargas. Os militares contrários ao movimento de 24 de agôsto aceitaram o fato consumado para evitar derramamento de sangue. E o suicídio do ex-ditador, naturalmente, emocionou um povo sentimental que se habituara, pelas graças da melhor propaganda, a amar, no bom tirano, o seu paternalismo hábil e a sua demagogia inteiramente nova e sedutora.

Terá sido um êrro a deposição do sr. Getúlio Vargas em 1954. Muito maior, porém, foi a posse do sr. Café Filho, sem estado de sítio, sem censura, sem qualquer medida de exceção, como se nada profundamente grave houvesse acontecido no Brasil.

Havemos, no entanto, de reconhecer a lógica inexorável dessa fatalidade que lançou, em 1945, uma elite de homens fortes na batalha contra a ditadura para que esta, vencida, sobrevivesse triunfalmente graças à liberdade e à lei, — e triunfalmente manejasse os recursos da sua tática permanente: a corrupção, a fraude, o nepotismo.

Em 1954 a lógica política indicaria a tomada do poder pelos vencedores. Que fizeram estes, porém? Colocaram no Catete o sr. Café Filho que vinha de uma eleição comprometida radicalmente com o «getulismo» e o «ademarismo».

Em lugar de um govêrno revolucionário, que tivemos nós? Um sistema de pesos e contrapesos, uma política sinuosa de apaziguamentos e ridicularias, diante de adversários implacáveis, na imprensa e no parlamento, a fulminarem a administração e os partidos que a apoiavam de graça — sem compensações, sem ao menos a neutralização da máquina burocrática que funcionara eleitoralmente em 1945 e em 1950, com a maior perfeição.

O setor militar do govêrno Café Filho se constituiu sem homogeneidade. O general Juarez Távora que deveria ser o ministro da Guerra preferia a Casa Militar da Presidência onde se preocupava especialmente com a Petrobrás, as autarquias, e Banco do Brasil e outros assuntos civis — acabando candidato para enfrentar as máquinas do PTB e do PSD, montadas pelo ditador e unidas sempre pelo instinto de conservação.

O general Teixeira Lott desde a juventude sempre estivera em campo oposto ao brigadeiro Eduardo Gomes e ao almirante Amorim do Vale. No dia 24 de agôsto ficou solidário com os seus colegas do Exército apenas. E não se pode dizer que o ministro da Guerra tenha enganado a ninguém. Desde os seus primeiros dias na pasta verificamos imediatamente que havia um desequilíbrio no setor militar — e, por mais de uma vez, durante um ano, fizemos sentir aqui mesmo, neste canto de jornal, o nosso pensamento a respeito.

De tudo isso viria um único resultado possível: o restabelecimento total, no govêrno, das fôrças partidárias que a ditadura do sr. Getúlio Vargas criara, nutrira e preparara para um longo domínio na vida política brasileira.

O êrro fundamental de 24 de agôsto foi a investidura do sr. Café Filho no govêrno e no artificialismo de uma legalidade que apenas mascarava a revolução militar triunfante. Esse êrro, lògicamente, nos levou ao 11 e ao 21 de novembro.

O general Teixeira Lott viu isso muito bem. Daí a firmeza das medidas que tomou: o estado de sítio, a censura à imprensa, a prisão e o exílio, se necessários, para os que tentassem resistir. Quebrou a espinha dorsal do adversário.

Se, no entanto, as posições, no dia 11 de novembro, se tivessem invertido, o país estaria abalado pelos estertores da imprensa e da demagogia em oposição, como aconteceu depois de 24 de agôsto.

Não há por que, nesta altura dos fatos, negar a sua realidade. E' anormal, sem dúvida, a situação do país desde o dia 24 de agôsto. Mas se marchamos para a tranquilidade e a estabilidade sob o govêrno dos srs. Juscelino e Jango, seria requintada tolice pretender que a lei e a paz eliminassem os homens e os processos políticos e administrativos que venceram em 1945, em 1950 e em 1955.

Na lógica dêsse êrro também se torna inevitável a libertação do tenente Gregório Fortunato. Afinal de contas, nos dias atormentados do «getulismo», êle foi fiel e teve caráter suficiente para não denunciar ninguém. Caiu-lhe o raio sôbre a cabeça — e o prêto agüentou firme. A sua restituição à sociedade, nesta hora de regressos vitoriosos, é uma consequência lógica dos fatos que ocorreram antes e depois de 24 de agôsto.

A política nacional está entregue, sem dúvida, à direção dos srs. João Goulart e Amaral Peixoto, herdeiros e executores do testamento que lhes confiou o sr. Getúlio Vargas. Nenhum dêles se deixará surpreender mais. O 24 de agôsto não será repetido. E o 11 de novembro tem demonstrado que os seus homens estão vigilantes e dispostos a dominar materialmente os acontecimentos Pode tudo isto constituir um êrro, mas é lógico em função do passado, do presente e do futuro que se anuncia...

ACONTECEU HÁ 24 ANOS
MAS
Foi Censurado

A HISTÓRIA não é por vêzes muito do agrado do General Lima Câmara. Contém ensinamentos, exemplos e sugestões. Também avisos. Não sabemos qual dêstes aspectos feriu o cabo de guerra que se arvorou ou foi promovido a cabo da censura. De tôdas as formas vetou a matéria que damos a seguir.

NO DIA 28 de março de 1931 o então interventor no Maranhão, padre Astolfo Serra, baixou o seguinte decreto que recebeu o número 66:

«Decreto nº 66, de 28 de março de 1931.

Intima o sr. capitão Euclides Zenóbio da Costa a recolher a quantia de duzentos e quarenta e sete contos e oitenta mil oitocentos e sessenta e oito réis (247:280$868) ao Tesouro Público do Estado.

O Interventor Federal do Estado do Maranhão, tendo em vista os relatórios que lhe foram apresentados pelas comissões abaixo designados e que serão publicados em seguida a êste decreto, e

Considerando que, dos inquéritos efetuados nesta capital pela Comissão de Sindicância, sôbre as irregularidades ocorridas na Fôrça Pública do Estado, e pela Comissão Central de Reorganização e Sindicâncias da mesma Fôrça, a respeito não só dessas irregularidades, senão também de fatos praticados na Penitenciária e no Aprendizado Agrícola «Cristiano Cruz», ficou apurada a responsabilidade do capitão Euclides Zenóbio da Costa, ex-comandante da referida Fôrça, no desvio de várias verbas e em negócios e transações criminosamente efetivados;

Considerando que, nos mesmos inquéritos provados está que o dito capitão Euclides Zenóbio da Costa, na qualidade de comandante da Fôrça Pública do Estado, no período de 1926 a 1929, ordenou a conservação, nas fôlhas de pagamento, de nomes de praças excluídas e a inclusão de nomes imaginários; recebeu várias importâncias do almoxarife geral do Estado e do Tesouro Público sem que posteriormente justificasse os dispêndios feitos; obteve contas fictícias de comerciantes desta capital de modo a poder, por essa forma, retirar avultadas quantias dos cofres estaduais, e levou, para o Rio de Janeiro, quando deixou o comando da Fôrça um automóvel «Oldsmobile», uma vitrola com discos e um cavalo, adquiridos com dinheiro do Estado;

Considerando que, apesar de não se poder precisar a quantia desviada por meio da inclusão de nomes imaginários e conservação de outros de praças excluídos nas fôlhas de pagamento, o total das transações simuladas entre comerciantes locais e o comandante da Fôrça Pública, e a aplicação que tiveram as importâncias irregularmente recebidas, ficou, todavia, apurado, pelas comissões já aludidas, o desvio da quantia de 912:158$980, assim distribuídas: a) — economias feitas na Fôrça Pública: 257:591$163; b) — importância paga a supostas praças e recolhidas a Contadoria da Fôrça até agôsto de 1928 — 119:286$949; c) — contas fictícias que não figuram nos inquéritos, mas calculadas a razão de 12:000$000 mensais, durante 24 meses — 288:000$000; d) — importância paga a supostas praças e não recolhidas a Contadoria da Fôrça — .... 118:320$648; e) — importância paga a mais, pelo comandante da mesma Fôrça, a Manuel Jansen Pereira Júnior — 15:000$000; f) um automóvel «Oldsmobile» — 14:000$000; g) — um cavalo comprado no Rio de Janeiro — 3:400$000; h) — uma vitrola com discos — 2:799$000; i) — importância recebida por várias vêzes do almoxarife geral do Estado e do Tesouro Público do Estado, e das quais não prestou conta — 65:030$570; j) — importância da demonstração de fls. 59, dos autos do inquérito feitos pela Comissão de Sindicâncias — 17:682$910; e k) — a importância das contas de fls. 70, 74, 78, 85, 96, 90, 92, 105, 107, 108, 117, 119, 124, 127, 128, 135 e 141 dos autos de inquérito realizado também pela Comissão de Sindicâncias, contas que foram declaradas imaginárias pelos próprios comerciantes e que as forneceram — .... 11:038$740;

Considerando que, ouvido em todos êsses inquéritos e tendo tido devido prazo para sua defesa, se limitou o capitão Euclides Zenóbio da Costa a apresentar simples alegações sem um só documento comprobatório de qualquer despesa por êle efetuada;

Considerando que, não tendo documentos que comprovem suas declarações relativamente ao emprêgo das economias da Fôrça Pública nas obras de remodelação do quartel, nem existindo êsses documentos no arquivo da mesma Fôrça, apenas o ex-comandante pode responder por essas importâncias, pois que dos mesmos inquéritos ficou claramente demonstrado que tôdas as irregularidades e desvios de verbas se fizeram por sua ordem;

Considerando que, ainda mesmo que tivessem sido empregadas nas obras, efetivamente grandes e custosas, que fêz no mesmo quartel, as economias realizadas na Fôrça Pública na importância de 257:591$163, os 119:286$949 pagos a praças não existentes e recolhidos a Contadoria da Fôrça Pública até agôsto de 1928, e a importância de contas imaginárias que não figuram em inquérito, mas calculadas em 288:000$000, no total de 664:878$112, obrigado está o ex-comandante da Fôrça pela importância de 247:280$868;

DECRETA:

Artigo Único — Fica intimado o sr. **capitão Euclides Zenóbio da Costa**, ex-comandante da Fôrça Pública do Estado, a recolher, dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, ao Tesouro Público do Estado, a citada importância de 247:280$868, pela qual é responsável.

Palácio do Govêrno do Estado do Maranhão, em São Luís, 28 de março de 1931.

Padre Astolfo Serra
Alfredo de Assis Cardoso

(Do «Diário Oficial», nº 73, de 30 de março de 1931, do Estado do Maranhão) — Publicado novamente por ter saído com incorreção.

OBSERVAÇÃO: — A transcrição de todos os autos do inquérito, estende-se pelas fôlhas 2, 3, 4 e 5, do aludido «Diário Oficial»), sendo o têxto do Decreto **a solução final do inquérito.**

CONTRÁRIOS AO GOLPE OS ADVOGADOS

Discutido o Golpe de 11 de Novembro no Instituto de Ordem Dos Advogados

CRÍTICA À «MOÇÃO DE CONFIANÇA NO T T E.»

VOLTOU a ser discutida no Instituto da Ordem dos Advigados, a moção apresentada pelo sr. Miranda Jordão e outros, de «confiança na Justiça Eleitoral». Defenderam-na os srs. Cândido de Oliveira Neto e Sobral Pinto.

A sra. Maria Rita Soares de Andrade combateu a moção, nos seguintes têrmos:

«Já disse e repito. Declaro confiar na Justiça Eleitoral. Mas voto contra a moção. Não posso deixar de irmaná-la a pronunciamentos de ordem política no mesmo sentido, provindos de associações de classe e de outras tipicamente comunistas, na vã pretensão de envolver o Tribunal Eleitoral em interêsses partidários. Esta casa já completou cem anos. Uma infinidade de eleições se têm realizado, inclusive as de 45 e 50. Nunca se lembrou, antes, dêsses pronunciamentos coletivos de agora, de fazer moções à Justiça Eleitoral, criada em 1934. E nem se diga que as contestações ao pleito atual são maiores, em extensão e profundidade, do que as de 50. E, naquele, tôdas as contraditas foram resolvidas extra autos pelas espadas dos generais Estillac Leal e Zenóbio da Costa, sem que êste Instituto sentisse necessidade de manifestar solidariedade ou confiança, em bloco, com outras organizações, à Justiça — Esta confiança, a meu ver, exprime uma desconfiança implícita. Eis uma das razões de me opor.

Mas, sr. presidente, neste momento, há uma razão maior. Não compreendo como esta Casa poderá votar qualquer moção sem antes lançar na ata dos trabalhos de hoje um indignado protesto pelo golpe de estado do último 10 de novembro. Falou-se aqui em paz. Não se atinge a paz com o esmagamento pela fôrça. E isso é o que se está querendo fazer no Brasil. Em lugar de paz o que há é uma guerra declarada em marcha. No dia 10 de novembro — foi mesmo no dia 10, tal como o golpe de 37 — o ministro da Guerra, demitido a pedido, depôs o presidente da República em exercício, golpeando fundamente o nosso sistema constitucional. Cercou com metralhadoras o Congresso, e êste, numa manobra que o desacredita, deu-lhe substituto para o titular deposto. E êsse ministro demitido, deu posse, ouçam bem, srs. consócios, deu posse ao vice-presidente do Senado, fazendo-o, pela fôrça dos canhões, presidente da República do movimento de retôrno aos quadros constitucionais, normais, legais, ou não sei que nome tenha, vigentes. De retôrno, êle o é. Nunca, porém, aos quadros legais ou constitucionais.

Não sou professor de faculdade, não sou jurista; talvez por isso não saiba, em que carta constitucional ou livro doutrinário se pode encontrar essa forma de vacância e provimento legal da presidência da República.

Houve, na noite de dez para onze de novembro um típico assalto, à mão armada, ao Poder. Mas, dizia eu, de retôrno é o movimento; de retôrno à situação anterior a 24 de agôsto, e de **revanche** ao movimento daquela data, realizado, inclusive, pela exortação e com o apoio dêste Instituto. Ainda por isso e por coerência, sr. presidente, estou contra o protesto.

Mas, ainda, há razões mais fortes. Há um aspecto dêsse golpe de estado que se afigura sobremodo perigoso: é a criminosa desintegração das classes armadas, em cuja unidade tradicional repousa todo o sistema de nossa segurança interna e externa.

O pronunciamento militar teve o apoio, apenas de uma parte do Exército. Embora preparado de longa data pelos dissidentes de 54, foi deflagrado de surprêsa. Os que o poderiam repelir em defesa da legalidade estavam desarmados, despreocupados, em casa. E foram apontados à Nação como golpistas. Foi desferido em antagonismo, em inteiro antagonismo, ao pensamento da Marinha, que, na afirmação inconteste do almirante Benjamim Sodré, unida, ficou em oposição.

Em antagonismo, também, à maioria absoluta da Aeronáutica, cuja atitude é manifesta. Sr. presidente, esta face do problema é a mais grave, e merece ser profligada e lamentada. Instigado e ajudado pelos comunistas que, em comícios de rua, nas escadarias da Câmara, por manifestos do chefe, pelas colunas de seus jornais, estimularam, insuflaram e apoiam a rebelião e, por seu líder na Câmara, subscreveram a moção mistificadora do golpe de fôrça, abriu brecha de difícil reparação no sistema de nossa segurança.

As cunhas introduzidas pelo partido comunista em nossas organizações de defesa, neste momento, vão nos custar e aos que as permitiram, muito «sangue, suor e lágrimas». Estou capacitada da gravidade do momento. Das consequências de meu ato. Mas seria indigna de mim mesma, diante de tudo que tenha pregado pela vida afora, se não requeresse que se lançasse na ata de hoje, quando se fala em **ordem jurídica vigente**, meu indignado e mais veemente protesto pelo atentado que a nossa ordem jurídica está sofrendo.

Não me atenho a ficções. Já não funciona a ordem constitucional de 46 no Brasil. Só por ironia, pode-se admitir êsse retôrno às normas constitucionais ou legais vigentes. Só se retorna, ao que deixou de vigorar. A hora não é de silêncio. E' de definições, porque «a mais triste das vidas e a mais triste das mortes são a vida e a morte de quem não saiba morrer por seus ideais quando por êles já não possa viver». Com essa recordação de Ruy — o paladino da República e do regime democrático, no Brasil, o meu mais veemente e indignado protesto contra a instalação desta **nova ordem**, cujo esteio é a fôrça, e que atenta contra os princípios universais do direito. Não sou jurista, mas protesto».

Foi sugerida pelo sr. Júlio Melo uma modificação de redação na moção defendida pelo sr. Miranda Jordão, que insistiu em temas constitucionais sendo constantemente aparteado por vários colegas, entre os quais o sr. Raul Rudge.

ADIADA A VOTAÇÃO

O sr. Roberto Magalhães lamentou que o presidente do Supremo Tribunal Federal tivesse ido, na noite de 10, ao Palácio da Guerra, hipotecar solidariedade à rebelião. A sra. Maria Rita contestou essa visita, anunciada pelo Ministério voltará a plenário a proposta.

Depois de longo debate, resolveu-se mandar a indicação à Comissão de Divisão Constitucional, depois de cujo parecer da Guerra.

O GOLPE de 11 de novembro foi discutido no Instituto da Ordem dos Advogados tendo havido acaloradas discussões. Êste jornal tentou publicar os debates. Mas a censura vetou, na sua missão jurídica de manter a «ordem constitucional».

Hoje damos o texto, que nos foi devolvido com um «Não» a vermelho, côr muito em moda nos dias atuais. Mas como dizia Vieira, terrível palavra é o «Non». Pode-se pegar de muitos lados. E o que ontem era «Não», hoje é «Sim». Tal fenômeno permite muitas variantes e interpretações o sr. Kubitschek sabe disso.

OS LEÕES DO TRONO

(Conclusão da 7.ª página)

leões da Líbia para o Congresso, Lincoln e o Exército, em plena guerra civil, quando no **ex-parte Miligan** salvaram do fuzilamento e da lei marcial um civil partidário do sul, colhido por sentença de conselho de guerra em Indianópolis, fora do teatro das operações. Como leões livres do trono, acuaram o Congresso e Roosevelt, ambos de mãos dadas, pondo por terra as principais leis do New Deal.

Não foi Pedro Lessa um leão jamais domado?

E' certo que existe uma diferença profunda entre o Brasil e os Estados Unidos. Certos episódios de nossa vida política recente não ocorrem, nunca ocorreram e talvez nunca virão a ocorrer naquele país. Os filmes de propaganda de West Point mostram como ali se faz do sentido de honra e de veracidade de uma segunda natureza de cada jovem destinado à carreira das armas.

Ninguém pode exigir o impossível aos juizes. Ninguém os responsabilizaria pela falta de meios materiais para execução de suas ordens. Ninguém os censuraria se outros não cumprissem o dever de acatá-los. Os leões livres na selva sucumbem às balas e não são menos leões por isso. E há mais grandeza nesse fim do que naqueles que revelam habilidade, mercê dos reflexos condicionados, na tranquilidade da «menagerie». Para a platéia que aplaude ou vaia, o domador necessita dar a impressão que se expõe às garras de leões autênticos.

a CENSURA emudeceu o Congresso

A SESSÃO DA CÂMARA

Eis o noticiário da Câmara, proibido pela censura como perigoso para a ordem pública:

A TUMULTUADA e rumorosa sessão da Câmara dos Deputados, ontem, pela manhã, foi precedida da mais intensa agitação e expectativa. Desde as primeiras horas da manhã chegavam representantes ao Palácio Tiradentes, sendo, porém, desencontradas as informações sôbre a hora exata da sessão. Prorrogada sucessivamente das 8 para as 10 horas, sòmente às 11h30m é que o sr. Flôres da Cunha, vice-presidente em exercício na presidência, assumia os trabalhos. E' que vinha de uma demorada reunião dos principais líderes, que estiduavam uma solução para a crise. Essa reunião se iniciara antes das 10 horas, e os seus resultados o presidente comunicaria pouco depois — uma moção considerando o sr. Carlos Luz impedido.

★ PROCLAMAÇÃO DA AERONÁUTICA E DA MARINHA

Já era conhecida, também, a proclamação lançada pelas Marinha e Aeronáutica, cuja versão transmitida pelo sr. Alberto Tôrres, chegada ao plenário, dizia:

«Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, face ao atentado que acaba de ser perpetrado contra a autoridade legitima e suprema do presidente da República, declaram que a Marinha e a Aeronáutica se mantêm e manterão inabalàvelmente fiéis e obedientes a êste presidente, chefe da Nação e comandante em chefe das Fôrças Armadas e consideram ilegal e subversivo o gesto dos companheiros transviados que, pretextando inexistente e inconcebível desconsideração ao glorioso Exército Nacional, tão trágicamente, vêm ameaçar a paz da família brasileira e criar horas de aflição e de angústia para todos os bons patriotas».

Ao mesmo tempo informava-se estar a bordo do «Tamandaré» o sr. Carlos Luz e mais o ministro da Justiça e o da Marinha.

★ A Comunicação do Sr. Carlos Luz

Mas os líderes e a Mesa desconheceram oficialmente o fato, não obstante ter chegado à Casa telegrama do sr. Carlos Luz dizendo estar no exercício da Presidência, a bordo da sua belonave. A leitura dêsse telegrama provocou uma ruidosa onda de aplausos, na minoria, enquanto a maioria se levantava, aos apupos, procurando tumultuar a sessão.

Foi quando o sr. Gustavo Capanema, pela maioria, pronunciou um discurso de tom conciliador, pedindo aos seus correligionários que soubessem respeitar o direito da minoria, o direito de manifestação. O sr. Afonso Arinos, já agradecendo a atitude do sr. Capanema, também pediu ordem para os debates.

Conseguiu, assim, o sr. João Agripino levantar uma questão de ordem, e daí, indagar se partira do sr. Flôres da Cunha a iniciativa de pedir a presença de tropas do Exército no Palácio Tiradentes. Porque isso importava até em coação à minoria, tratando-se, como se tratava, de tropas rebeldes. Até ontem a minoria era acusada de pregar o golpe, agora se vê quem é que deu o golpe.

★ Em Defesa da República

O sr. Afonso Arinos falou, depois, dizendo que era necessário não se transformar o 11 de novembro em outro 10 de novembro. Agradeceu a presença dos companheiros, e levantou a possibilidade de o sr. Carlos Luz transferir-se para São Paulo e ali instalar o govêrno — e daí opôr-se à solução lembrada pela maioria, e que representava o esmagamento de um direito.

E pronunciou o seguinte discurso:

O sr. Otávio Mangabeira, sob grande emoção, declarou, após, que a guerra estava declarada no Brasil porque os bacharéis se preocuparam muito com as fórmulas jurídicas desprezando a verdade. A ida do vice-presidente do Senado para o govêrno era uma farsa, e se o sr. Nereu Ramos assim procedesse, tornar-se-ia mero instrumento diante dos canhões, ou, em outras palavras, um marionete. De resto a política brasileira mergulhara em uma loucura, dando lugar a tais intervenções. O que iria acontecer daí em diante sòmente Deus poderia saber. Só acredita no govêrno de pacificação nacional que tenha condições para governar e não para ganhar prestigio na política. Porque, não houver pacificação política, não haverá pacificação militar. E sabe que o Brasil não merece isto, porque o que vem aí — está certo disso — é uma ditadura.

O sr. Afonso Arinos — **(Como líder da minoria) — (Palmas)** - Sr. presidente e srs. deputados, depende, sem dúvida, de fôrças que não mais podemos controlar, mas depende, também, muito, da nossa própria decisão e da nossa capacidade de decisão, que o dia de hoje, 11 de novembro, não seja històricamente, e não apenas cronològicamente, o dia seguinte a 10 de novembro.

Temos de impedir que as recordações sinistras dessa data se propaguem, se acumulem e permaneçam no dia subsequente.

Depende, dizia eu, muito de nós e no que toca à parte da Câmara dos Deputados, que aqui tenho a honra de representar neste momento, honra insigne de que me desvaneço — e aproveito a oportunidade para lançar caloroso brado de aplauso e agradecimento aos meus companheiros que aqui estão hoje, como aqui estiveram sempre em defesa da liberdade da República (Palmas) — depende de nós e sabemos como prosseguir, como decidir, como discutir e como votar.

Na reunião dos líderes, verificada antes da abertura da sessão, manifestei aos condutores das diferentes correntes em que se divide o Plenário, que nossa posição, em face dos recentes e graves acontecimentos políticos ocorridos na vida do país, principalmente aqui no Distrito Federal, nos levava, em consideração aos mesmos fatos, a interpretações políticas e, consequentemente, a interpretações jurídicas totalmente opostas àquelas manifestadas, em nome das correntes majoritárias, pelo nobre deputado Gustavo Capanema.

Declarei, mais, sr. presidente, que o farrapo ainda limpo, que êste pedaço de terra ainda limpa que é esta sala do Congresso Nacional, seria invadido pela horda lamancenta da brutalidade e da tirania, se aqui não estivéssemos em condições de dizer o que quiséssemos, com as palavras que entendessemos escolher, e de votar o que deliberássemos, com a consciência e a segurança que entendêssemos também eleger para as nossas deliberações. Nestas condições, sr. presidente, e, inda e sempre, colaborando para que na onda de treva que desceu sôbre o nosso país, na cortina de ferro que acaba de dividir a liberdade da tirania nesta Pátria, possa ainda neste plenário, enquanto fôr possível, a minha voz de deputado e de mineiro, enquanto fôr possível dizer o que quero votar o que quero, indicar o que quero, pleitear o que quero, em nome daquilo que nos parece ser a realidade política e em nome daquilo que nos parece ser a obrigatoriedade das conclusões jurídicas, (Palmas).

Sr. presidente, o Direito Constitucional, manuseado, com os requintes de virtuosidade que todos conhecemos, pelo ilustre deputado Gustavo Capanema, meu amigo, companheiro e mestre insuperável na sutileza das interpretações, é, de fato, um direito condicionado a afeiçoar dentro de fórmulas jurídicas os acontecimentos inelutáveis das lutas políticas que se processam dentro dos meios sociais.

A Posição da Minoria

O que estamos hoje fazendo aqui, sr. presidente, é construir juridicamente, é procurar fazer emergir do amálgama tumultuoso em que se debatem as paixões desacaimadas aquela fórmula jurídica que possa, dentro das tradições do nosso passado e dentro dos ensinamentos da nossa doutrina, preparar um futuro que consiga eximir êste país de cair, a 11 de novembro, vítima da punhalada, a mesma punhalada que o atingiu a 10 de novembro, dezoito anos faz.

Sr. presidente, é nesta ordem de considerações e de idéias, é defendendo a posição da minoria, o direito da minoria e o dever da minoria de construir, juridicamente, a situação política, tal como se apresenta aos nossos olhos, que venho aqui, com a delegação expressa e unânime dos meus companheiros, trazer ao conhecimento da Casa e da Nação o ponto de vista em que nos situamos.

Diz o nobre deputado Gustavo Capanema que a solução, a seu ver, seria a declaração do Congresso, mediante a tramitação de uma resolução votada de acôrdo com os preceitos regimentais, no sentido de que se considerasse impedido o sr. presidente da República em exercício, que é o presidente desta Casa, a fim de que, conscientemente, nos têrmos do Art. 79, § 1º, do texto Constitucional fôsse chamado a exercer a Presidência, por impedimento do substituto eventual do presidente efetivo, o nobre senador Nereu Ramos.

Ora, sr. Presidente, o que v. exa. leu para conhecimento da Câmara e da Nação está aqui consignado em documento original que trás a assinatura do sr. presidente Carlos Luz. Este documento, que me foi trazido, oficialmente, por um dos secretários do sr. ministro Marcondes Ferraz, para que fôsse exibido desta tribuna, diz o seguinte:

«Venho comunicar a v. exa. e a essa Câmara que, resguardando a autoridade do cargo, em que estou investido, de presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que feram de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício daquele cargo, a bordo de uma unidade de nossa Marinha de Guerra, em águas territoriais».

Os jornais e estações de rádio amanheceram o dia 11 de novembro já sob censura. Censura policial, pura e simples, inteiramente arbitrária como o movimento militar que a determinara. Nesse dia, trabalhosíssimo para as duas Casas do Congresso — que foram chamadas a toque de caixa e ponta de baioneta a coonestar o golpe da madrugada anterior — a censura resolveu silenciar o Parlamento, isto é: dar ao povo a impressão de que o Senado e a Câmara não disseram palavra, limitaram-se a votar o «impedimento» do sr. Carlos Luz, que àquela altura, a bordo do «Tamandaré», tentava salvar a dignidade do poder constituído e resguardar o que fôsse possível da legalidade ferida.

Vamos dar agora ao leitor, uma idéia do que foram as sessões da Câmara e do Senado, drásticamente suprimidas ao conhecimento do país pela ditadura que se estendeu até o dia 31 de janeiro.

A CARTA DO SR. CARLOS LUZ

A carta do sr. Carlos Luz, dirigida ao presidente em exercício da Câmara, tem o seguinte texto:

«Venho comunicar a v. exa. e a essa Câmara que, resguardando a autoridade do cargo em que estou investido, de presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, e que ferem de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício daquêle cargo, a bordo de uma unidade de nossa Marinha de Guerra, em águas territoriais».

que estou investido, de presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que feram de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício daquele cargo, a bordo de uma unidade de nosso Marinha de Guerra em águas territoriais.

Apresento a v. exa. os meus protestos de distinta consideração».

S. presidente, a interpretação dada pelo nobre deputado Gustavo Capanema ao dispositivo constitucional que diz:

«Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federais.

E uma interpretação que no nosso entender, não se coaduna de forma nenhuma com a segurança dos fatos que chegam ao nosso conhecimento Temos que encarar o problema do impedimento na alternativa natural em que se oferece. Impedido estará o funcionário ou autoridade que tal declarar, por sua livre e espontânea deliberação, mediante documento idôneo. Esta primeira alternativa é falsa.

Notícias Falsas

Sabemos, sr. presidente, e v. exa. transmitir a comunicação que acaba de ler, que o sr. presidente Carlos Luz não se declarou impedido: pelo contrário, declarou que se encontrava no legítimo exercício das suas funções constitucionais e que considerava as ocorrências desta madrugada, que deram azo, ensejo e oportunidade à deliberação histórica que hoje vai tomar a Câmara dos Deputados, como infração, como infringência, como atentado à letra da Constituição Federal.

Ora, Sr. Presidente, vencida esta alternativa, passemos à outra. O nobre Deputado Gustavo Capanema declarou que o presidente estaria impedido pela manifesta impossibilidade de exercer suas atribuições; então não podendo, não estando s. exa. em condições materiais de fazer chegar ao conhecimento desta Casa sua situação de impedimento. tinhamos de nos render em face da evidência dos fatos, tinhamos de nos ofuscar diante da claridade solar e brutal dos acontecimentos e teríamos, então, de, independentemente da declaração da autoridade interessada, fazer aqui declaração oficial de que considerava impedida aquela autoridade. Já neste ponto digo que nossa corrente se distancia e diverge da interpretação dos mesfatos que chegam ao nosso conhecimento. Nós consideramos prematuro, nós consideramos pelo menos apressado e talvez temerário dizer que um presidente que se encontra a bordo de uma belonave, de uma das mais poderosas belonaves da nossa Marinha de Guerra, singrando águas territoriais brasileiras e apoiado em muitas das guarnições federais que se espalham pelo território nacional (palmas), porque a verdade é que as notícias que aqui chegam sôbre a unanimidade das fôrças de terra em relação aos acontecimentos que se desenrolam, são falsas, são inverediças, não foram confirmadas de maneira capaz de convencer, já que as duas outras armas de que se compõem as Fôrças Armadas nacionais e que não estão com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, estão até êste momento absolutamente silenciosas, não fizeram qualquer declaração de adesão ao movimento que se desenrola, não fizeram nenhum protesto de apoio às novas investiduras nem às novas autoridades.

O SR. CASTILHO CABRAL — Declaração recebida pelo Presidente da Câmara na minha presença.

O SR. ALBERTO TORRES — Permite v. exa. que eu proceda à leitura de um documento?

O SR. AFONSO ARINOS — Se fôr breve.

O SR. ALBERTO TORRES — E' o seguinte: (Lê): «Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, face ao atentado que acaba de ser perpetrado contra a autoridade legitima e suprema do presidente da República, declaram que a Marinha e a Aeronáutica se mantém e se manterão inabalàvelmente fiéis e obedientes a êste presidente, Chefe da Nação, e Comandante-em-Chefe das Fôrças Armadas, e consideram ilegal e subversivo o gesto dos companheiros transviados, que, pretextando uma inexistente e inconcebível desconsideração ao glorioso Exército Nacional, tão trágicamente vêm ameaçar a paz da familia brasileira e criar horas de aflição e angústia para todos os bons brasileiros». (Palmas).

O SR. AFONSO ARINOS — O documento que acaba de ser lido pelo nobre colega...

UM SR. DEPUTADO — Escrito a lápis.

O SR. AFONSO ARINOS — ...oferece os mesmos visos e as mesmas garantias de autenticidade das notícias que aqui têm chegado em sentido oposto. Sem querer entrar no debate da autenticidade dêsses pronunciamentos e sua contradição, sua flagrante conformidade e sua antinomia são demonstrações irretorquíveis de que a situação, não está definida no que toca à Marinha e à Aeronáutica. Por conseqüência, não deixará de ser pronunciamento temeràriamente precipitado desta Casa do Congresso.

O SR. FERNANDO FERRARI — Posso informar a v. exa., com tôda a segurança, atendendo a dos fé com que v. exa. está raciocinando, o que reconheço, que o sr. almirante Sodré acaba de estar com o sr. ministro da Guerra e dizer-lhe que o Almirantado aceita a decisão que o Congresso der ao caso político. (Palmas).

Cobiça no Govêrno Ilegal

O SR. AFONSO ARINOS — Mais uma razão para que essa decisão seja tomada acima de espírito faccioso, acima das improvisações da hora presente, acima das ambições, das aspirações e de cobiça daqueles que esperem já servir-se de uma situação de anomália para instalar-se em poder ilegal.

Exatamente a comunicação do nobre colega e tôdas aquelas que aqui vierem no sentido de denunciar ou indicar a gravidade da situação militar, só poderão contribuir para que eu me consolide, cada vez mais, no meu raciocinio. Quanto mais séria apresentar-se a situação, quanto mais próximos estivermos nós da luta fratricida e do derramamento de sangue dos nossos irmãos, tanto mais, no exercicio de um direito e na desincumbência de um dever, insistirei para que as deliberações sejam tomadas acima e longe dêsses propósitos imediatistas de vitória da Maioria sôbre a Minoria.

Sr. Presidente, nós não conhecemos a situação exata, mas as informações que me chegam indicam que o que ocorre em São Paulo é muito diferente do que está ocorrendo na capital da República. E' possivel — não posso afirmar, não desejo afirmar, mas quero informar — é possivel que neste momento singre a fimbria do nosso litoral atlântico e navio que conduz o sr. presidente da República, a fim de instalar na capital de São Paulo o govêrno legal. (Palmas). Ficaremos, portanto, em uma situação de dualidade. Não o estou afirmando.

O SR. LEONEL BRIZZOLA — Sr. deputado...

O SR. AFONSO ARINOS — E' inútil v. exa. interromper-me, embora me honrasse e dessa prazer com a sua interrupção. E' inútil, repito, porque não cederei aqui ao meu dever de dizer o que desejo dizer. Ninguém me tira êsse dever, êsse direito. (Palmas) Ninguém me impedirá, jamais, senão pela coação física, de dizer o que julgo de meu dever dizer. Ninguém! Ninguém! (Muito bem. Palmas).

Sr. presidente, estou insistindo em que, quanto mais grave se ofereceer ou se apresentar a situação militar em nosso país, tanto mais, no impeto de patriota e no dever de deputado, terei de dizer que solução não pode ser delenda a alguém, a solução não pode ser o esmagamento de ninguém, a solução não pode ser a humilhação de ninguém (muito bem), porque nós não sabemos as consequências do ato que aqui vimos praticar. Nós, da Minoria, sr. presidente, estamos empenhados em interpretar a Constituição também de forma diversa. Nós, que defendemos, neste país, a liberdade democrática em dez anos de duro exercício dos mandatos políticos; nós, que fomos atacados, responsabilizados pelo que não fizemos, insultados pelo que não dissemos, desconfiados pelo que não pensamos; nós, que aqui jamais pregamos qualquer solução que não fôsse aquela que mais conviesse aos interêses da democracia no Brasil...

VOZES — Oh!

O SR. AFONSO ARINOS — Sr. presidente, eu ouvi nesta casa, reminiciarei hoje ao meu mandato, se algum dos nobres colegas trouxer qualquer palavra em desabono do que acabo de afirmar. Peço a v. exa. que me provem em que dia. A história da minha passagem por esta tribuna, desde o mês de março, é a história de sucessivos apelos para evitarmos o desfêcho que aí está.

O SR. LEONEL BRIZZOLA — Permite v. exa.?

O SR. AFONSO ARINOS — Perfeitamente.

O SR. LEONEL BRIZZOLO — Nem que soubesse eu diria, porque desejo ver sempre v. exa. dentro desta Cara.

O SR. AFONSO ARINOS — Mas v. exa. me veria nesta Casa até que me liberasse dêste compromisso.

Pode dizer quando encontrou qualquer palavra minha em sentido contrário ao que afirmei. Aqui ficarei enquanto v. exa. julgar conveniente.

O SR. LEONEL BRIZZOLA — Faço questão e farei sempre questão de que v. exa. jamais deixe de dar o concurso de sua inteligência a esta Casa.

A União Nacional

O SR. AFONSO ARINOS — Muito me honra v. exa., Obrigado. Interpretei mal a intenção de v. exa., Peço perdão por essa interpretação.

Sr. presidente, dizia que desde o início da minha passagem por esta tribuna no decorrer do mês de março, a minha pregação, monòtonamente desatendida, foi no sentido de que evitássemos a aprofundação e o agravamento daquela divisão nacional, indisfarçável nos sucessos de agôsto do ano passado, e que procurássemos uma composição que viesse resguardar a paz da República e a estabilidade das instituições.

Numerosas vêzes aqui defendi a tese da união nacional, aqui defendi a tese da candidatura de um dos ilustres membros do PSD; e tanto defendi, tanto me esforcei e tanto reiterei-me nesta incumbência, concordante não só com os meus pontos de vista, mas também com os da minha bancada, que cheguei a ser acoimado de visionário, de sonhador, de dono de imaginação catastrófica, porque, na opinião de eminente membro da maioria, que assim me interpelou em discurso especialmente proferido para êsse fim, vim aqui traçar para os ilustres representantes do povo um panorama tétrico, que, de fato, em nada correspondia aos pressupostos da nossa realidade política.

À Beira da Guerra Civil

Não quero voltar atrás. Hoje estamos diante de um fato. E o que então disse, o que então falava, o que então reiteradamente afirmava, hoje confirmo com tôdas as veras do coração, com tôda a fôrça do meu patriotismo, com tôda a verdade da minha honra: estou convencido e tenho razões para isso, de que estamos à beira da guerra civil. E uma ilusão suprema que um artifício constitucional, vetado acodadamente pelo Congresso, possa desfazer a cristalização das posições antagônicas tomadas no seio das Classes Armadas.

Estou falando aquilo que muitos de vv. exas. sabem, estou declarando aquilo que muitos de vv. exas. provàvelmente lastimam não poderem declarar. E é nesta persuasão, nesta convicção, neste cabedal sincero de deputado e de brasileiro, que digo a vossa exa., sr. presidente, que para manter a garantia das instituições, a liberdade dos debates, a segurança das votações, exigimos o direito de nos manifestarmos contrários à interpretação dada pela maioria desta Casa, declarando que não consideramos procedente a posição ora atribuída ao eminente presidente Carlos Luz, primeiro porque s. exa. não se deu por impedido, segundo porque não se demonstrou estivesse êle impedido de governar. E dito isso, declaro também que minha bancada votará contra, se fôr necessário, com todos os nomes, porque vou requerer votação nominal a fim de que fique consignada nos Anais a própria responsabilidade de cada qual. (*Palmas*).

E termino dirigindo um apêlo à maioria desta Casa, apêlo que aqui tenho feito em nome da minha bancada, e que já não faço mais porque não sei se neste momento interpreto os sentimentos (Vozes: sim, sim.) Faço-o como brasileiro. Estamos diante de uma crise política. Entendamo-nos para conjurar esta crise. Façamos um ato de confiança, um ato de compreensão e de entendimento, para impedir que a crise desfechada resulte na guerra civil: — antes que seja tarde, antes que o Brasil se afunde em um drama que poderá perfeitamente ser evitado se os seus filhos tiverem um pouco de discernimento moral e um pouco de altura moral." (*Muito bem, muito bem. Palmas.*)

★ TROPAS NO TIRADENTES

O sr. João Agripino levantou uma questão de ordem, frisando de início que o sr. Teixeira Lott se insubordinara, e daí, indagar se partira do sr. Flores da Cunha a iniciativa de pedir a presença de tropas do Exército no Palácio Tiradentes. Porque isso importava em coação à minoria, tratando-se, como se tratava, de tropas rebeldes. Até ontem — acrescentou — a minoria era acusada de pregar o golpe; agora se vê quem é que deu o golpe.

Em outro passo do seu discurso, o sr. João Agripino perguntou ao sr. Flores da Cunha se era verdade que havia hipotecado solidariedade ao general Teixeira Lott; se, em caso positivo, em nome de quem empresta tal solidariedade; se o presidente da Mesa reconhecia a legalidade da situação criada.

O sr. Flores da Cunha respondeu que, efetivamente, requisitara essas tropas, mas que as dispensara atendendo a solicitação do sr. Afonso Arinos. Quanto à visita feita ao general Teixeira Lott, fizera-a em nome pessoal e por estar com êle solidário. E, daquele momento em diante, desligava-se da UDN a quem não deve o seu mandato.

★ UM INCIDENTE

O sr. Gustavo Capanema voltou à tribuna para sustentar a tese do impedimento do sr. Carlos Luz. Esse impedimento segundo o orador, devia ser imediatamente reconhecido para a substituição com o vice-presidente do Senado, pois permanecendo a vacância, marcharíamos para a ditadura militar.

Nessa ocasião ocorreu um incidente. O sr. Aliomar Baleeiro foi cercado pela Mesa em seu direito de apartear, e contra isso protestou energicamente, trocando palavras ásperas com o sr. Flores da Cunha.

★ CONVOCAÇÃO DO SR. NEREU RAMOS

O sr. Flores da Cunha leu, a seguir, o requerimento a que já nos referimos, com êste texto.

«A Câmara dos Deputados, tomando conhecimento dos graves acontecimentos que desde ontem se desenrolam no país, e considerando a situação de fato pelo mesmo criada, reconhece a existência do impedimento previsto no art. 79, § 1º da Constituição Federal, para cuja solução o mesmo dispositivo prevê o chamamento do vice-presidente do Senado ao exercício da presidência da República. Rio, 11 de novembro de 1955. (aa) José Maria de Alkimin, Fernando Ferrari, Hugo Napoleão, Arnaldo Cerdeira, Luis Campagnoni, Emilio Carlos, Manuel Novais, Armando Falcão e Loureiro Júnior».

Ao mesmo tempo apareceu na Mesa um requerimento de urgência para a moção — e ambos foram aceitos pelo sr. Godoi Ilha (momentaneamente dirigindo os trabalhos) para votação imediata embora com o desconhecimento total da exigência regimental que não dispensa a publicação de tôda e qualquer matéria em regime de urgência.

Confusão e Tumulto

A minoria desencadeou, por isso, uma série de questões de ordem, não obstante as tentativas de intimidação da maioria feitas com apupos, gritos e ameaças. O sr. Godoi Ilha chegou a dialogar asperamente com o sr. Adauto Lúcio Cardoso, enquanto o sr. Nestor Duarte acusava a maioria de ilegalmente pretender que a Câmara fôsse órgão de interpretação da Carta Magna. O sr. Adauto Lúcio Cardoso, em longo discurso, impugnou o requerimento, sem poupar palavras para condenar da forma mais rigorosa e severa o que chamou de crime contra o Brasil. As suas palavras, em muitas passagens, abafadas pelos apupos e gritos da maioria, só a custo puderam ser ouvidas, não obstante falar de uma das tribunas.

★ Farisaismo

Foi o seguinte o discurso do sr. Adauto Lúcio Cardoso:

«Sr. presidente e srs. deputados, estamos falando, como já se asseverou nesta tribuna, numa câmara mortuária. (Não apoiados. Protestos). O espetáculo que a maioria, conluiada com a mesa, oferece neste momento (Não apoiados. Protestos) é o do garroteamento das liberdades da minoria nes-

(Continua na 14.ª página)

A SESSÃO DO SENADO

Foi o seguinte o noticiário censurado:

"AO tomar conhecimento dos sucessos políticos de ontem, o Senado realizou uma sessão secreta, que se prolongou das 10 até as 13 horas. Segundo fomos informados, posteriormente, tratou-se de discutir a sugestão do PSD, adotada pela Câmara dos Deputados, de considerar o sr. Carlos Luz impedido de continuar na presidência da República, investindo-se, por isso, dessas altas funções o sr. Nereu Ramos. O sr. Juraci Magalhães ocupou a tribuna para declarar que o sr. Nereu Ramos devia meditar, detidamente sôbre a responsabilidade de que se revestia a sua decisão, de conseqüências imprevisíveis.

Após cêrca de duas horas de debates a portas fechadas, levantou-se a sessão ficando marcada uma outra reunião para às 15 horas.

Minutos antes da segunda sessão, chegava o sr. Nereu Ramos ao Monroe, permanecendo por alguns minutos em seu gabinete. Seguiu, depois, para o plenário onde, na presidência, levou ao conhecimento do plenário o seguinte ofício que recebera da Câmara dos Deputados, assinado pelo sr. Flores da Cunha: "Tenho a honra de comunicar a v. exa., para os devidos efeitos, que a Câmara dos Deputados em sessão extraordinária hoje realizada, aprovou a seguinte resolução: «A Câmara dos Deputados, tomando conhecimento dos graves acontecimentos que desde ontem se desenrolam no país e considerando a situação de fato pelos mesmos criada, reconhece a existência do impedimento previsto no artigo 79, parágrafo 1.º da Constituição Federal, para cuja solução o mesmo dispositivo prevê o chamamento do vice-presidente do Senado Federal ao exercício da presidência da República".

A CARTA DO SR. CARLOS LUZ

Em seguida, o sr. Nereu Ramos leu para o plenário a carta que lhe enviara o sr. Carlos Luz, nos seguintes termos: "Venho comunicar a v. exa. e ao Senado que, ressalvando a autoridade do cargo em que estou investido de presidente da República e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que ferem de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício daquele cargo, a bordo de uma unidade da nossa Marinha de Guerra, em águas territoriais". a) Carlos Luz.

A VOTAÇÃO

O presidente anunciou, depois, que estava sôbre a mesa um projeto resolução assim redigido: «Artigo único — Em face da decisão da Câmara dos Deputados que reconhece a situação de fato existente, a qual impede o seu presidente de exercer, em sua plenitude, as funções de presidente da República, o Senado Federal declara que a solução é prevista no artigo 79, § 1.º da Constituição Federal, pela qual cabe ao vice-presidente do Senado Federal assumir o exercício da Presidência da República, no impedimento da Câmara dos Deputados».

Esse projeto fôra antes examinado pela Comissão de Justiça que o aprovou contra os votos dos srs. Daniel Krieger, Argemiro de Figueiredo e Attilio Vivacqua por considerá-lo inconstitucional. O senador capixaba ressalvava seu ponto de vista pessoal.

Anunciada a discussão do projeto, o sr. Argemiro de Figueiredo pediu a palavra, declarando entre outras palavras:

«Sr. presidente, v. exa., o Senado e a Nação inteira têm conhecimento preciso da atuação da bancada da União Democrática Nacional nesta Casa do Congresso. Ainda ontem, os jornais de maior responsabilidade da Capital da República anunciavam um fato que, na verdade, não se passou como a imprensa o pintou, isto é, que a bancada da União Democrática Nacional no Senado, havia se rebelado contra a direção central do Partido.

Ontem mesmo, trouxera eu, para ler, um discurso esclarecedor da nossa atitude em face dos graves acontecimentos da política nacional, no qual negamos o relato da imprensa e aproveitamos a oportunidade para definir as nossas responsabilidades nesta hora histórica da nacionalidade.

O discurso não foi lido na verdade; e eu o trago, neste instante, requerendo a v. exa. que o mande publicar no «Diário do Congresso» a parte das palavras que vou proferir.

Sr. presidente, a atitude da bancada da União Democrática Nacional — e nossos colegas servirão de testemunho eloquente e insuspeito — sempre foi no rumo da legalidade, do respeito ao regime e de acatamento à vontade do eleitorado brasileiro.

As vésperas do pleito, vários senadores udenistas manifestaram-se, desta tribuna, salientando seus pontos de vista de respeito à Constituição, à democracia e à vontade soberana do eleitorado nacional.

Sr. presidente, manifestávamos, nêsse discurso, a reprovação mais franca aos que atribuiam à União Democrática Nacional inenções golpistas.

O SR. BERNARDES FILHO — Permite v. excia. um aparte?

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Pois não.

O SR. BERNARDES FILHO — vv. excias., no Senado, sempre opuseram ressalvas, como, certamente, as fêz a maioria da bancada da União Democrática Nacional na Câmara dos Deputados. Entretanto, o que invariàvelmente se sustentou e eu o fiz desta tribuna — é que há, e realmente sempre houve, elementos da União Democrática Nacional empenhados na subversão da ordem civil e constitucional. O fato é inconstestável, mas dêle não se pode tirar a conclusão de que o Partido de v. excia. caminhasse, todo êle nesse rumo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o aparte de v. excia.

Sr. presidente, não estamos, nesta hora, fugindo à responsabilidade das nossas atitudes e menos tentando negar a evidência dos fatos. Refiro-me ao procedimento da União Democrática Nacional, outrora Partido.

E' notório que ela conta em seu seio, homens de inteligência, de cultura e de espírito público que, no apaixonamento ideológico, chegam até a pregar soluções extra-legais. Desejo acentuar, no entanto, que afirmamos nesta Casa, inúmeras vêzes, nossa intenção de respeito às Instituições.

Dizia eu, sr. presidente, que combatíamos a atitude daquêles nossos adversários mais apressados, os quais viam nos nossos propósitos de recurso contra as decisões relativas ao pleito de 3 de outubro, tentativas e pretextos para golpes e soluções fora da lei.

Afirmava ainda que, quando a União Democrática Nacional, por si ou por seus elementos nos Estados, recorria aos expedientes legais para fazer valer direitos que entendia violados ou ameaçados de violação, nessa atitude estava implicita a maior demonstração de respeito a ordem jurídica de país.

Profligavamos, sr. presidente, nêsse discurso que não foi lido mas mostrado a vários colegas nesta Casa do Congresso, o procedimento dos que tentavam, por fora, soluções extra-legais.

Hoje, sr. presidente, estamos diante de fatos extraordinàriamente graves: ao invés de o golpe ter partido, na verdade, da União Democrática Nacional ou dos seus elementos, tantas vêzes, como declarei a v. exa., manifestados através dos seus discursos e de sua fé democrática; hoje, repito, o inverso é o que vemos. O que a Nação assiste, emocionada, é à subversão da ordem constitucional! E' um govêrno de fato que se institui no país! E' um govêrno Constitucional quase depôsto!

Não quero, sr. presidente, nesta hora grave, em que devemos olhar, acima de tudo, os interêsses da Pátria; em que precisamos encontrar soluções que evitem o derramamento de sangue dos elementos civil e militar da Nação, impedir — nem poderia fazê-lo — se solucione o impasse no qual estamos colocados.

A comunicação que a Câmara dos Deputados acaba de fazer ao Senado, em sua feição constitucional; é a primeira que tenho o dever de analisar, em nome dos meus companheiros.

E' uma solução inconstitucional; é uma solução que não se encarta no espírito e na letra da Constituição.

Nós, na verdade, estamos diante do seguinte fato:

Um presidente da República afastado da sede do seu govêrno, pôsto para fora do Palácio por circunstâncias contrárias à sua vontade, e declarando, ao Senado e ao país, que continuará a governar a Nação de bordo de um vaso de guerra, situado em águas territoriais. A disposição de que se valeu a maioria dos srs. deputados não tem aplicação, ao caso concreto.

O parágrafo 1º do art. 79 regula a substituição do presidente da República pelo vice-presidente do Senado no caso de vaga ou de impedimento. A hipótese ventilada e aceita na Câmara dos Deputados é a de impedimento, dando lugar, portanto, ao entender daquela Casa do Congresso, a que seja v. exa. chamado à responsabilidade máxima de assumir a Presidência da República, nesta hora.

Sr. presidente, v. exa., como salientaram vários srs. senadores, com a maior justiça, é um dos raros homens públicos do país cujo nome precisa ser preservado como uma das grandes reservas que a Nação possui para suas grandes horas, seus grandes momentos.

Se de um lado temos de zelar pelo nome de v. exa., de outro, cabe-nos preservar a responsabilidade constitucional do Senado brasileiro.

Não encontramos fundamento legal para essa substituição.

Nós, da União Democrática Nacional, votaremos contra essa solução, do ponto de vista rigoroso e estritamente constitucional. Sentimos que a hora impõe uma solução ao Parlamento Nacional e exige de nossa parte um pronunciamento mais político do que jurídico.

Daí porque, sr. presidente, nós, udenistas, embora negando a possibilidade constitucional de v. exa. assumir o govêrno, não deixamos de dar-lhe nossa aprovação, para que assuma a Presidência da República como o mais liberal, o mais democrático, o mais digno e o homem de maior espírito público, nesta hora grave da Nação».

Fala o Líder do PSD

O sr. Apolônio Sales orador seguinte pronunciou o discurso abaixo:

«Sr. presidente, peço permissão a v. exa. para me dirigir também ao sr. presidente da Câmara dos Deputados, general Flores da Cunha, — prezados senadores, senhores deputados, hoje pelas dez horas, numa reunião informal, nesta Casa do Senado discutiu, examinou, julgou minuciosamente as fases mais graves do momento nacional.

Nesta reunião, em que tôdos os Partidos pensaram mais no Brasil do que nas suas preocupações partidárias, o Senado cuidou de tomar conhecimento

(Conclui na 14.ª página)

A SESSÃO DA CÂMARA DO DIA 11 DE NOVEMBRO

(Continuação da 13.ª página)

ta casa. (Não apoiados. Protestos), e o plenário dá testemunho da verdade do que afirmo: o garroteamento das franquias da minoria, a fim de se votar, em regime de urgência, uma proposição farisaica. (Não apoiados. Protestos).

Eu me atenho, srs. deputados, tão sòmente ao aspecto moral dessa proposição. Há quase 30 anos sou advogado, inexperiente da vida pública, membro dessa geração proscrita a que se referiu o ilustre ancião que hoje nos falou, nos advertiu. Nesses trinta anos de vida profissional, nunca permiti, jamais consenti que farisaicamente se conspurcasse o direito, que jurei servir. No entanto, vemos repetir-se, nesta Casa, hoje, aquilo que êsses mesmos homens públicos desde 1934 vêm fazendo: o serviço da violência, o serviço da ditadura, o serviço dos regimes de fôrça e dos fatos consumados, através de habilidosas teorias jurídicas e filosóficas.

Falou a esta Câmara, neste dia crepuscular do regime democrático no Brasil, o homem dentre todos os que aqui têm assento, que considero o mais responsável dos nossos homens públicos, por essas sucessivas violações, conspurcações repetidas da santidade do Direito na nossa Pátria. Procurou, êsse homem honesto, êsse homem cuja vida privada é um modêlo que deveríamos seguir, procurou, mais uma vez na sua carreira de homem público, justificar a violência, justificar os regimes de fato, fazer a filosofia do fato consumado.

Vai-se dar urgência para a afirmação legislativa, numa casa de legisladores conscientes, de que o presidente Carlos Luz está fora do alcance dos representantes do povo, de que o presidente Carlos Luz está em lugar incerto e não sabido. Farisaísmo! Mil vêzes farisaísmo! Todos nós sabemos — esta é a linguagem dos homens sinceros, dos homens que não mentem a serviço da política — que se esta Câmara designasse uma comissão, a sua Comissão diretora, que tão depressa se pôde entender com o ministro sedicioso, com o general rebelado — (Não apoiados) todos nós sabemos que se a Mesa, através do ministro da Marinha, autoridade a que se acha submetido o navio de guerra em que se encontra o presidente da República, tivesse procurado se entender com s. exa. tê-lo-ia conseguido. No entanto, não o fêz a Mesa. Não o fêz porque estava disposta... (Protestos).

Sr. presidente — A própria carta que recebi do exmo. sr. dr. Carlos Luz não diz que unidade ; exa. está.

O SR. ADAUTO CARDOSO — O ministro da Marinha dirá a v. exa., se v. exa. o procurar. Procure o ministro da Marinha, e s. exa. colocará a Mesa da Câmara em contacto com o presidente da República, sr. Carlos Luz. (Tumulto).

★ O SEDICIOSO

Sr. presidente, reclamo o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE — Peço aos srs. deputados que não interrompam o orador.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Sr. presidente, poucos nesta Casa prezarão tanto quanto eu o sr. general Henrique Teixeira Lott. Tenho-o na conta de um homem probo, padrão de inteireza moral e dignidade. Não faço a s. exa. nenhuma mercê, nenhum benefício, reconhecendo aquilo que êle tem sido na sua vida profissional de militar honrado, mas ninguém me tirará da bôca o único qualificativo que, nesta hora, cabe para a conduta do general Henrique Teixeira Lott: general sedicioso. (Apoiados e não apoiados).

Sr. presidente, pode ser que se desculpem nas conversas de corredores, nas tertúlias, coisas que não podemos, sob o penhor de nossa honra, revelar, desta tribuna, pode ser que o general Teixeira Lott tenha sacrificado a legalidade presente em benefício da legalidade futura, mas que êle fêz o sacrifício da legalidade presente só os fariseus podem contestar.

Esta Câmara de homens dignos que se levante e conteste a afirmativa de que a ordem legal foi subvertida, ainda que aquêle que comandou a subversão, aquêle que é o chefe das fôrças sediciosas neste momento afirme que o fêz para preservar a legalidade futura.

Fatos desta natureza não se discutem.

O SR. HERBERT LEVY — V. exa. permite?

O SR. ADAUTO CARDOSO — A Mesa me proíbe de receber apartes, sr. deputado.

A Situação em S. Paulo

O SR. HERBERT LEVI — É informação da mais alta importância para a Câmara.

Sr. presidente, rogo a v. exa. me conceda o mesmo direito de exceção dado a outros aparteantes. Quero comunicar a v. exa. e à Casa que, neste momento, meu colega de representação paulista, o deputado Luís Francisco, e eu próprio, tivemos entendimento telefônico com o chefe do gabinete do sr. Jânio Quadros, governador do Estado de São Paulo, e recebemos de s. s. a informação, que transmito à Câmara, para reiterar o que o ilustre orador está dizendo da tribuna a propósito da sublevação local do general Lott. Tôdas as fôrças militares no Estado de São Paulo, sob a chefia do general Tasso Tinoco, as fôrças aéreas inclusive, declararam-se leais ao presidente Carlos Luz.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Sr. presidente e srs. deputados, devo concluir, na desesperança de que minhas palavras contrárias à urgência criminosa com que se quer sufocar o direito da minoria calem no ânimo da maioria da Câmara.

Sairemos daqui, hoje, esmagados como temos sido no longo fadário que a minoria cumpre, neste país, em defesa das liberdades democráticas.

A Hipocrisia Para Acobertar a Fôrça

Quero afinal, fazer um apêlo à Câmara para que nesta parte, neste vestíbulo da guerra civil em que nos encontramos e do qual nenhuma fôrça humana nos tirará, nesse vestíbulo da desgraça, sejamos ao menos dignos do nosso infortúnio, e não nos desonremos com a hipocrisia das fórmulas jurídicas procuradas para acobertar os movimentos de fôrça.

Que a Câmara seja digna da enorme desgraça que lanceia esta Nação e que não cubra, com especioso manto de fórmulas jurídicas farisáicas, hipócritas, inúteis por desmoralizadas, não cubra isto que, aos olhos de todos nós, ao entendimento de todos os homens honestos, aparece apenas como uma sublevação, como uma violação da ordem jurídico-constitucional.

O que peço, srs. deputados, com a autoridade que tenho, com a autoridade que reclamo de ter pregado desta tribuna contra o golpe, o que peço é que sejamos dignos da nossa desgraça e que reconheçamos, dissolvendo-nos, a existência de uma ditadura que pretende conjecturar sôbre a possibilidade de um golpe próximo, esta ditadura que se instalou na madrugada de 10 de novembro. Negá-la será hipocrisia, dar-lhe cobertura de fórmulas jurídicas será uma desgraça e uma desonra!

Espero que esta Câmara medite antes sôbre a sua responsabilidade perante o porvir e não se desonre, cobrindo regimes de fôrça, regimes de exceção com fórmulas jurídicas como a que o deputado Gustavo Capanema veio defender da tribuna, neste capítulo infeliz da sua vida pública. (Muito bem; muito bem).

Votação Nominal

Foi requerida pelo sr. Afonso Arinos a votação nominal, mas o presidente o deu por rejeitado. O líder da minoria lembrou, então, ao presidente que o sr. Gustavo Capanema o acompanhara — e isso levou o sr. Flôres da Cunha a reconsiderar a decisão, aceitando o requerimento.

Quando se sucediam novamente as questões de ordem, o sr. Herbert Levi fêz uma comunicação. Falara, momentos antes, com o gabinete do governador paulista, sendo informado de que a situação no Estado era de calma, estando as tropas fiéis ao gen. Tasso Tinoco. Logo o sr. Armando Falcão, como porta-voz do gen. Teixeira Lott, surgiu para dizer que dois regimentos, sob o comando do gen. Olímpio Falconieri se dirigiram para Cumbica, onde está o gen. Tasso Tinoco.

— Isto só faz confirmar o que declarei — voltou o sr. Herbert Levi.

Aprovada a Moção

Depois, aprovada a urgência, foi imediatamente aprovada a moção declarando o sr. Carlos Luz impedido. A votação foi de 185 por 72 votos. Votaram contra os srs:

Neiva Moreira — PSP; José Cândido Ferraz — UDN; Marcos Parente — UDN; Alfredo Barreira — UDN; Ernesto Sabóia — UDN; Leão Sampaio — UDN; Virgílio Távora — UDN; Djalma Marinho — UDN; Ernani Sátiro — UDN; Ivan Bichara — PL; João Úrsulo — UDN; João Agripino — UDN; Pereira Diniz — PL; Plínio Lemos — PL; Praxedes Pitanga — UDN; Dias Lins — UDN; Pio Guerra — UDN; Armando Lages — UDN; Oceano Carleial — UDN; Segismundo Andrade — UDN; Luís Garcia — UDN; Seixas Dória — UDN; Válter Franco — UDN; José Jatobá — UDN; Aliomar Baleeiro — UDN; Carlos Albuquerque — PL; Dantas Júnior — UDN; Nestor Duarte — PL; Otávio Mangabeira — PL; Rafael Correia — UDN; Rui Santos — UDN; Vasco Filho — UDN; Nelson Monteiro — PSD; Alberto Tôrres — UDN; Bartolomeu Lisandro — UDN; Edilberto de Castro — UDN; Mário Guimarães — UDN; Adauto Lúcio Cardoso — UDN; Frota Aguiar — UDN; Mário Martins — UDN; Odilon Braga — UDN; Afonso Arinos — UDN; Bilac Pinto — UDN; Daniel de Carvalho — PR; Feliciano Pena — PR; Gabriel Passos — UDN; Guilherme Machado — UDN; José Bonifácio — UDN; Milton Campos — UDN; Oscar Correia — UDN; Rondon Pacheco — UDN; Artur Audrá — PSP; Castilho Cabral — PTN; Cori Fernandes — PSB; Herbert Levi — UDN; Lauro Cruz — UDN; Luís Francisco — PSB; Ferreira Lima — UDN; Queiroz Filho — PDC; Cunha Bastos — UDN; Emival Caiado — UDN; Correia da Costa — UDN; José Fragelli — UDN; Saldanha Derzi — UDN; Newton Carneiro — UDN; Ostoja Roguski — UDN; Portugal Tavares — PR; Antônio Carlos — UDN; Hercílio Decke — UDN; Valdemar Rupp — UDN; Vanderlei Júnior — UDN; e Raul Pilla — PL.

★ Declaração de Voto

O sr. Neiva Moreira apre-

(Conclui na 22.ª página)

A SESSÃO DO SENADO

(Conclusão da 13.ª página)

do Projeto de Resolução já aprovado por maioria absoluta, na Câmara dos Deputados, e agora submetido à deliberação desta Casa.

Não estivéssemos numa hora tão grave como esta, em que cada minuto, cada instante perdido, parece ser roubado aos destinos felizes de nossa pátria, estou certo de que todos nós, senadores da República, iríamos expresar, desta tribuna augusta que nos confiou o voto popular, nossos sentimentos de inquietação bem como nosso desejo de paz e harmonia para a família brasileira.

Desejo, também, sopitar meus ímpetos de assim proceder, ocupando demoradamente a tribuna. Declaro apenas aos meus ilustres pares que, quando redigí o Projeto de Resolução ora em mãos de v. exa., eu o fiz já autorizado pelos meus companheiros de partido, um a um, que, se pronunciaram na reunião quase familiar, hoje realizada, nesta Casa.

Sr. presidente, êsse pensamento não é sòmente meu, pois o nobre líder do Partido Trabalhista Brasileiro, o grande senador Lima Teixeira, pediu-me, há pouco, dissesse ao Senado que, em atenção à premência do tempo, devemos abster-nos de comentar assunto dessa magnitude, a fim de que mais depressa possa esta Casa votar o referido Projeto de Resolução.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Permite v. exa. um aparte?

O SR. APOLÔNIO SALES — Com muito prazer.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Efetivamente. Diante da premência de tempo e dos motivos que v. exa. acaba de apresentar.

Declaro que a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro acompanha, sem dúvida alguma, a deliberação que acaba de ser tomada pela Câmara dos Deputados, por se tratar sobretudo de decisão patriótica. Nós os componentes do bloco político que concorreu ao pleito de 3 de outubro confiamos no alto padrão moral e senso de responsabilidade do ilustre vice-presidente desta Casa, senador Nereu Ramos que, à frente do govêrno, nesta hora grave da nacionalidade, certamente agirá com espírito conciliador, equilíbrio e bom senso para debelar esta crise sem derramamento de sangue, conduzindo a Nação para seus verdadeiros destinos.

O SR. APOLÔNIO SALES — Agradeço o aparte do nobre senador Lima Teixeira, em que s. exa. confirmando o que eu acabava de dizer, trouxe, mais uma vez, perante o Senado, a expressão de sua confiança nos destinos do País, quando entregue às mãos honradas do senador Nereu Ramos.

Declaração idêntica, sr. presidente, ouvi do prezado companheiro, líder do Partido Social Progressista, nobre senador Kerginaldo Cavalcanti, que tantas vêzes nos tem deliciado com sua oratória exuberante.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado a v. exa.

O SR. APOLÔNIO SALES — Em face da premência do tempo, deseja s. exa. que eu exprima também a sua confiança em que a resolução ora apresentada traduzirá na verdade, o pensamento do Senado, nesta hora gravíssima da vida nacional.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Permite v. exa. um aparte?

O SR. APOLÔNIO SALES — Com prazer.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Tenho examinado a situação nacional, considero que entramos no regime de ilegalidade com o tiro disparado contra o major Rubens Tolentino Vaz. Penetramos nos umbrais da inconstitucionalidade quando da deposição branca do sr. Getúlio Vargas, que sòmente pelo suicídio dela se livrou. Estamos vivendo o segundo episódio do drama político da ilegalidade e inconstitucionalidade. E' preciso salvar o regime e as instituições e, para tanto, estamos convencidos de que o sr. Nereu Ramos — e sòmente êle — merecedor do respeito de todos nós — poderá conciliar os ânimos, de vez que é cidadão dos mais respeitáveis, digno da confiança de todos os brasileiros. Neste sentido, manifesto os meus aplausos a s. exa. **(Muito bem. Palmas).**

O SR. APOLÔNIO SALES — Sr. presidente, as palmas que ecoaram neste plenário, mostram, realmente, como o aparte do nobre senador Kerginaldo Cavalcanti corresponde ao sentimento dos homens que decidiram, numa hora de grande importância como esta, sôbre os destinos do país.

Srs. senadores, ouço, igualmente, do nobre líder do Partido Socialista Brasileiro, senador Domingos Velasco, a mesma expressão de apoio ao que digo nesta tribuna. Pede-me s. exa. que externe sua solidariedade ao pensamento que venho manifestando em nome dos senadores meus correligionários.

Sr. presidente, uma palavra, se impõe, por menor e mais curta que seja, para exprimir que, nesta hora delicada, a representação do Partido Social Democrático no Senado olha para v. exa. como uma expressão extraordinária de homem público, cujo desprendimento, conforme testemunhei hoje, foi ao ponto de recusar-se a assumir a presidência da República no momento sem o endôsso da vontade dos representantes do povo nesta Casa e daqueles que exercem seu mandato na Câmara dos Deputados.

O SR. GEORGINO AVELINO — Muito bem!

O SR. APOLÔNIO SALES — Êsse gesto, sem dúvida, veio, mais uma vez, ressaltar as suas altas qualidades de homem público, devotado à Pátria.

Sr. presidente Nereu Ramos: aceite do Partido Social Democrático a segurança dessa solidariedade de que v. exa. precisa e a qual merece de todos nós. Saiba v. exa. que todo êste partido confia em que v. exa., dirigindo os destinos do país numa hora tão delicada, procederá com serenidade e, a bem da Família Brasileira, envidará todos os esforços para que não haja derrame de sangue no solo pátrio, sangue de brasileiros!

Estamos seguros de que v. exa., sr. presidente, com sua envergadura de homem público, trabalhará, dirigirá o país, com imenso benefício para os seus interêsses e sua tranquilidade.

Sr. presidente, a solidariedade do Partido Social Democrático e a do Senado, que vai votar êste projeto de resolução, há de ser uma recompensa para v. exa. até à hora em que transmitirá o cargo ao presidente devidamente eleito pelo voto popular. Solidarizo-me, portanto, com v. exa., em nome do meu partido e no do Senado Federal».

★ A VOZ DO PR

O sr. Atílio Vivaqua disse as seguintes palavras, como líder do PR:

«Sr. presidente, na histórica reunião realizada hoje neste augusto recinto, o Partido Republicano, através das manifestações de seus membros, examinou o assunto, considerando com o mais alto espírito de compreensão o grave momento que atravessamos. Entendemos, como outros ilustres colegas que competia à Câmara dos Deputados, deliberar sôbre o impedimento de seu próprio presidente.

Em face dessa orientação o que cumpriria do Senado não seria senão tomar conhecimento da resolução privativa da outra Casa. Mas, sr. presidente, o apoio do Partido Republicano a essa proposição, traduz, sobretudo nossa ilimitada confiança nos sentimentos patrióticos de v. exa., que saberá em momento tão difícil para a Nação, colocar-se acima dos Partidos, das paixões, para alcançar o congraçamento dos brasileiros.

Jamais em nossos dias, um homem público terá recebido, maior prova de confiança de seu país, qual a que o Congresso Nacional manifesta a v. exa.».

★ APROVADA A RESOLUÇÃO

Encerrada a discussão, o sr. Paulo Fernandes deu parecer verbal sôbre o projeto elaborado pela Comissão de Justiça de que faz parte. O presidente pôs o projeto em votação nominal requerida pelo sr. Juraci Magalhães o qual foi aprovado por 43 votos contra nove da UDN, que são os seguintes: Prisco dos Santos, Dinarte Mariz, Fernandes Távora, João Arruda, Argemiro Figueiredo, Freitas Cavalcanti, Juraci Magalhães, Othon Mader e Daniel Krieger.

PALAVRAS DO PRESIDENTE

Conhecido o resultado da votação, o sr. Nereu Ramos pronunciou as seguintes palavras:

«Tenho para mim que minha investidura na vice-presidência do Senado me impede de tomar deliberação de caráter puramente individual.

Entendo, devo obedecer à deliberação do Senado, que aprovou a Resolução da Câmara dos Deputados.

Neste momento, pesando minhas responsabilidades e as responsabilidades do Congresso Nacional, levanto os olhos para o Céu e peço a Deus me aponte o caminho da paz e da concórdia nacional».

A seguir foi levantada a sessão.

Repercute na Câmara a Apreensão da Edição do "Diário de Notícias"

Discursos Proferidos Pelos Srs. Chagas Freitas e Ernani Sátiro

DEBATES DE ANTEONTEM NO PALÁCIO TIRADENTES

SÒMENTE HOJE — em virtude de têrmos ontem obtido o «visto» do presidente da Câmara dos Deputados — podemos publicar os debates havidos na sessão de anteontem, a propósito da apreensão da edição do «Diário de Notícias».

FALA O SR. CHAGAS FREITAS

O primeiro orador foi o sr. Chagas Freitas, que disse o seguinte:

— «Senhor Presidente, falo neste momento na qualidade de deputado e de jornalista.

Tôda a imprensa brasileira está profundamente chocada com o episódio ocorrido nesta madrugada, da apreensão do grande órgão democrático, que é o «Diário de Notícias».

Sou insuspeito no assunto, porque, quer como político, quer como jornalista, sou absolutamente contrário à orientação política daqueles ilustres confrades e tenho, até êste momento, pautado a ação dos meus jornais dentro das normas legais de exceção vigentes. Não posso, entretanto, calar a minha revolta, que é também a de tôda a imprensa democrática do País, diante das providências tomadas, esta manhã, pelas autoridades incumbidas de executar o estado de sítio.

Tenho em mãos a fotografia, colhida pelo vespertino «A Notícia», da apreensão brutal do «Diário de Notícias». Como se se tratasse de medida criminosa ou escusa, de medida inconfessável, a censura proibiu até a divulgação de uma nota fornecida por aquêle diário e concebida em têrmos cuja singeleza tôda a Câmara irá apreciar. Essa nota foi enviada aos confrades do Distrito Federal para publicação. «A Notícia» tentou publicá-la, mas a matéria foi vetada, conforme documento que também exibo a esta Casa.

A nota a que me refiro está redigida da seguinte maneira:

«O «Diário de Notícias» avisa aos seus leitores, assinantes e anunciantes, que teve a circulação de hoje suspensa, em virtude de medida determinada pelo executor do Estado de sítio».

O SR. JOSE' BONIFACIO — V. exa. não pode protestar, porque votou o estado de sítio.

O SR. CHAGAS FREITAS — A observação de v. exa. não tem procedência, nem pertinência com o que estou dizendo. Apesar de ter votado o sítio e de pautar presentemente minha orientação dentro das normas legais de exceção, votei contra a censura, tendo apresentado a emenda que a proibia. Julgo-me, por isso, na obrigação de vir, com tôda a imprensa democrática do País, protestar contra a medida de violência praticada esta manhã. Não é possível que a execução do estado de sítio seja realizada com medidas dessa ordem, sem démarches prévias, para solucões suasórias num clima de respeito à liberdade, a fim de evitar-se providências das proporções das que tiveram lugar esta manhã. Não é possível que êsses fatos se repitam e que nem sequer os jornais tenham o direito de fazer os seus confrades publicarem notas como a que acabo de ler aqui, para estupefação de tôda a Câmara.

Era o protesto que queria fazer em nome da imprensa livre do Brasil. (Muito bem).

A Palavra da Oposição

E' o seguinte o discurso do deputado Ernani Sátiro, como **líder do bloco parlamentar da oposição** — «Sr. presidente, srs. deputados, cumpro nesta hora um dos deveres precípuos do meu mandato, que é o de protestar, em nome de minha bancada, contra o brutal atentado de que foi vítima hoje, através do «Diário de Notícias», a imprensa brasileira.

Quando lutamos aqui contra a ratificação, pelo Congresso, de uma situação de fato; quando combatemos o estado de sítio, nas várias modalidades em que se desdobrava o projeto do govêrno, fizemô-lo porque tínhamos a certeza de que, cêdo ou tarde, viriam os abusos e da anunciada brandura, aquela espécie de anestesia com que se procurava entorpecer a sensibilidade nacional não passava, como não passou, de cortina de fumaça para que se cometessem, posteriormente, os mais graves atentados. O que fêz o «Diário de Notícias», sr. presidente, no seu editorial de hoje, foi, **mutatis mutandis**, o mesmo que outros órgãos da imprensa brasileira, isto é, exercer o seu direito de protestar contra o exagêro e as injustiças da censura, essa censura que sob o pretexto de servir à situação que se instalou por um golpe de fôrça, ratificado pelo Congresso, o que faz, o que consegue, em vez de calar os anseios insipitáveis de liberdade e de resistência da opinião pública brasileira, é cada vez mais fortalecer o nosso ânimo de luta pela manutenção, ou melhor, pelo restabelecimento daquelas prerrogativas, daquelas franquias constitucionais, sem as quais não é possível, dignamente, a vida em sociedade.

E' verdade, sr. presidente, que outros jornais, que têm reclamado contra a censura e não foram censurados, fazem, por assim dizer, nas suas notas, determinadas ressalvas, que importam em apoio ao govêrno vigente no país, ressalvas de resto desnecessárias porque a orientação daqueles outros órgãos tem sido efetivamente de apoio à situação dominante. Seja, porém, como sos e duas medidas...

O Sr. José Jofili — Permite v. exa. um aparte?

O SR. ERNANI SATIRO — Com muito prazer, quando concluir o período, — .... em que alguns jornais têm o direito de protestar e outros não, como se os protestos dos primeiros fôssem — e nisso até se transformam — uma espécie de ficção, de representação teatral. Dá-se, assim, uma impressão de independência a determinados órgãos da imprensa, ao passo que outros sofrem as conseqüências de uma discriminação que não se manifesta apenas na proibição de externar claramente os seus pontos de vista contra o govêrno e contra a censura, mas, também, — o que é mais iníquo, pois se transforma inclusive numa situação criminosa — na proibição de publicar determinados discursos, determinados documentos que os outros têm o direito de divulgar!

O Sr. José Jofili — Desconheço, nobre deputado, as razões que inspiraram a medida da censura, e não vou, por isso mesmo, fazer, **a priori**, defesa do órgão que está exercendo a fiscalização sôbre a matéria publicada, mas quero acreditar que v. exa esteja equivocado, quando se refere a medidas com dois pêsos, a discriminações, porque, agora mesmo, estamos tendo notícia de que a edição da «Ultima Hora» foi, também, apreendida pelas mesmas razões que determinaram a apreensão do «Diário de Notícias».

O sr. Frota Aguiar — Êste caso da «Ultima Hora» é do última hora mesmo...

O SR. ERNANI SATIRO — Êste fato não nos impressiona. Êste fato não nos impressiona. Não teria havido discriminação se a edição do «Correio da Manhã» tivesse sido igualmente, apreendida. Isto agora pode ser uma situação posteriormente criada, uma fôrça, para contestar, para justificar o atentado praticado na madrugada de hoje.

Posso informar que o editorial de ontem, em que a «Tribuna de Imprensa» comemorava precisamente o seu aniversário, não pôde ser publicado, e o que saiu no lugar, no espaço reservado à quele comentário e aquela notícia, foi um único período em letras enormes, explicando, tanto quanto a censura o permitiu, a causa daquela omissão.

fôr, o que não se concebe, nem se justifica, nem se pode admitir é essa discriminação injusta, essa orientação de dois pêsos.

O sr. Adauto Cardoso — Permita-me v. exa. completar o seu pensamento. V. exa. se referia com muita agudeza, a essa afloração extraordinária de falsos heróis e de falsos homens livres, que infelicitam o País. E, realmente, êsse espetáculo tem sido oferecido nas colunas da imprensa a todos aquêles que se interessam pela História do Brasil, nesta hora que passa. Das máscaras de independência, das máscaras de democratas e de homens livres, o que ocorre — e V. exa. frizou muito bem — é que o «Diário de Notícias», tornou-se vítima de odiosa discriminação, de uma discriminação brutal que vai ao ponto de ter a sua edição totalmente apreendida enquanto nenhum outro jornal, até aqui foi submetido a essa medida. Só o «Diário de Notícias» sofre a censura, com um censor de revólver à cinta ameaçando fisicamente os seus redatores e funcionários. O que acontece, sr. deputado, é que neste recinto, onde tantos são os jornalistas que exercem mandatos populares, ainda surjam vozes na defesa dessa criminosa censura, dessa hipócrita censura que está desonrando o país e desonrando a nossa imprensa, como vê v. exa. dos testemunhos que aqui aparecem.

O SR. ERNANI SATIRO — Porque, sr. presidente, — quero insistir neste ponto, no lado mais criminoso da discriminação e que importa até numa concorrência desleal de alguns órgãos da imprensa contra algumas determinadas matérias, determinados discursos, de um mesmo representante da oposição podem ser publicados em alguns jornais e não em outros.

O Sr. Frota Aguiar — Permita-me v. exa. O próprio «Correio da Manhã», que é insuspeito em relação à maioria, fêz referência à discriminação.

O Sr. Armando Falcão — V. exa. permite um aparte?

O SR. ERNANI SATIRO — Com muito prazer.

O Sr. Armando Falcão — Não vou entrar neste momento no mérito do discurso de v. exa. Mas, depois de entender-me pelo telefone com o executor do estado de sítio, quero ressalvar a v. exa. que não há, absolutamente, discriminação de qualquer espécie no tratamento que a censura vem dispensando aos diversos jornais. O caso do «Correio da Manhã», segundo me esclareceu o general Lima Câmara, se cifra ao seguinte: A edição dêsse jornal não foi apreendida pela censura, porque não houve tempo para fazê-lo: e, hoje, o caso do «Diário de Notícias», resume-se na circunstância de ter êsse jornal expedido duas edições; uma primeira, êle a submeteu à censura, e a segunda fê-la circular sem passar pelo crivo do órgão competente. Advertido a tempo dêsse estratagema usado pelo «Diário de Notícias», o general Lima Câmara fêz apreender a edição daquêle jornal, que traz um artigo, de primeira página, considerado inconveniente aos interêsses da segurança interna. De sorte que v. exa. pode tranquilizar seu espírito, porque nenhum sentido de discriminação existe na vontade daquelas autoridades encarregadas da execução do estado de sítio. Há falhas, há defeitos, sem a menor dúvida, porque não há organização ainda para execução de um serviço de tal complexidade.

O SR. ERNANI SATIRO — Confesso a v. exa. e a todos os meus colegas da maioria que, pessoalmente, não estou intranquilo. Quem menos está em causa, nêste momento, é o humilde orador que ocupa a atenção da nação e da Câmara. Quem está intranquila é a

(Continuação da 15ª página)

DISCURSOS CONTRA O SÍTIO E A CENSURA

A censura imposta à imprensa pela ditadura do «retorno», sob o comando do general Lott, não permitiu, sequer, a divulgação dos debates parlamentares, assegurada, pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo sob o estado de sítio, desde o memorável «habeas-corpus» para êsse fim requerido e obtido pelo incomparável Ruy Barbosa.

Do material vetado pela censura, selecionamos alguns discursos mais significativos, sendo de notar que alguns dêles tiveram sua divulgação proibida mesmo com o «visto» da Mesa da Câmara e depois de publicado no «Diário do Congresso». Também o simples resumo ou a breve referência aos referidos discursos foi muitas vêzes objeto de censura, que alcançou a resenha dos trabalhos parlamentares — seção de rotina de todos os jornais.

Merece especial atenção o veto rigoroso de tôdas as referências à apreensão pela polícia, a serviço do executor do estado de sítio, da nossa edição de 28 de dezembro, motivada pela publicação em 1ª página, do editorial «Resistência», que não fôra submetido à censura.

Manifestando sua solidariedade ao «Diário de Notícias» no próprio dia 28 de novembro, em que êste jornal foi vítima da violência policial, com sua edição apreendida, estiveram em nossa redação, entre outras pessoas, numerosos parlamentares como o grupo que se vê acima com a diretora-presidente do «Diário de Notícias» sra. Ondina Portela Ribeiro Dantas. Esta fotografia foi por nós publicada dias depois, mas sem menção ao fato que dera origem à visita; entretanto, vendo-se na folhinha que nela aparece a data expressiva — 28 de novembro — pelo que o leitor deverá ter compreendido.

PROBLEMAS DO SÍTIO DISCUTIDOS NA CÂMARA

DEBATES TRAVADOS SÔBRE A CENSURA

(Continuação da pág. anterior) própria opinião pública brasileira, quem está intranquilo são...

O Sr. Mário Martins — E' a consciência dos homens do govêrno.

O SR. ERNANI SATIRO — ... as aspirações de liberdade do povo brasileiro. E' a própria nação que está sobressaltada e intranquila, porque já não se trata, agira, de atos preparatórios, de ameaças de escaramuças, mas da prática evidente e real de atentados contra a imprensa brasileira.

O Sr. Mário Martins — Intranquila está a consciência dequeles que estão dirigindo o govêrno, neste momento sombrio para a nação.

O Sr. Armando Falcão — Intranquila estêve a opinião pública durante quase um ano todo, quando se fêz, sem a menor cerimônia, a pregação de subversão da ordem constitucional.

O SR. ERNANI SATIRO — VV. exas. vivem constantemente a bater nesse refrão indispensável com que procuram acobertar o golpe do general Teixeira Lott, e o seu perfilhamento pelo Congresso.

O Sr. Rui Santos — Sabe v. exa. que um jornal não é apenas um meio de atendimento à opinião pública, mas um órgão que recebe publicidade e que tem compromisso com os seus assinantes. Pois bem, o «Diário de Notícias» é apreendido, manda para os jornais, como declarou o deputado Chagas Freitas, uma satisfação aos seus assinantes e aos que lhe enviam publicidade, e essa satisfação não é publicada porque o executor do estado de sítio não o permite.

O Sr. Frota Aguiar — Querem é fechar mesmo os jornais.

O SR. ERNANI SATIRO — No momento em que trago o protesto de minha bancada contra o ato que se consumou na madrugada de hoje não posso deixar de render minha homenagem aos responsáveis pela direção atual do «Diário de Notícias», destacadamente a essas figuras extraordinárias e bravas de D. Ondina Portela Ribeiro Dantas e de João Portela Ribeiro Dantas, continuadores das mesmas aspirações e inspirações que nortearam durante tôda a sua vida jornalística a conduta do fundador daquele matutino, o inesquecível João Ribeiro Dantas.

Sr. presidente, é necessário que exemplos dessa natureza frutifiquem — e êles frutificarão, estou certo — para que em todos os quadrantes do Brasil a imprensa independente se sinta estimulada a prosseguir também na sua luta e na sua resistência, que não cessarão, dentro dos instrumentos legais, enquanto não virmos reintegrada a nação dentro dos portulados constitucionais que devem regê-la.

O Sr. Tenório Cavalcanti — Permita um pequeno aparte, apenas para incluir no discurso de v. exa. rápido depoimento referente à censura. Eu, que dirijo jornal nesta capital e escrevo diàriamente para êle, posso dizer que o mais grave é que o general Lima Câmara, com quem dificilmente se pode falar, a não ser por intermédio do oficial do dia que está na Primeira Região, às vêzes parece ignorar o que está ocorrendo relativamente à censura. Por exemplo: os artigos são escritos às 17, 18 e 19 horas, e mandados para o jornal. Na hora de rodar é censurada uma palavra, vamos admitir até um êrro de infinito pessoal. Que acontece? Não se pode mais escrever outro artigo nem deixar em branco o local. Temos, então, de encontrar matéria para cobrir o claro verificado. Em síntese, a desordem quanto à censura é generalizada. Tudo leva a crer que os chefes da censura não são homens politizados, afeitos a lidar com o pessoal da imprensa.

O SR. ERNANI SATIRO — Muito obrigado a v. exa. Citarei senhor presidente, dois ou três exemplos dessa discriminação que não poderá ser contestada.

O Sr. Armando Falcão — Já foi, nobre colega.

O SR. ERNANI SATIRO — O próprio «Diário de Notícias» de hoje, no editorial que motivou a apreensão de tôda a sua edição, alega que foi proibido de publicar, até um retrato do sr. Afonso Arinos e comentar os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal no processo de mandado de segurança do presidente Café Filho, enquanto...

O Sr. Armando Falcão — V. exa. me permite um aparte?

O SR. ERNANI SATIRO — V. exa. me perdoe, não posso interromper o período.

O Sr. Armando Falcão — Se v. exa. não concede, não o. apartearei.

O SR. ERNANI SATIRO — Concederei, no fim do período, com prazer, mas deixe-me terminá-lo.

O «Diário de Notícias» não pôde publicar, senão três dias depois, os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que alguns outros órgãos da imprensa tinham divulgado. O discurso que desta tribuna proferi há alguns dias de crítica às informações prestadas pela Mesa da Câmara àquele Tribunal foi publicado em alguns jornais desta capital, ao passo que — para citar os dois órgãos que tiveram tratamento diferente — o «Diário de Notícias e a «Tribuna de Imprensa», não puderam fazê-lo.

O Sr. Armando Falcão — V. exa. citou o caso concreto dos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal que não puderam ser comentados pelo «Diário de Notícias».

O SR. ERNANI SATIRO — Nem sequer publicados.

O Sr. Armando Falcão — Pois saiba v. exa. que, na tarde do mesmo dia, em que o «Correio da Manhã» também sofria essa restrição, a «Tribuna da Imprensa», fazia a publicação, censurando o Supremo Tribunal Federal, num editorial de primeira página.

O Sr. Rui Santos — Isso só faz confirmar...

O Sr. Armando Falcão — Há defeitos, falhas e incorreções no processo da censura, que não decorrem, entretanto, do propósito deliberado de criar qualquer discriminação. E' o que desejo frizar.

O SR. ERNANI SATIRO — Nobre colega, vamos raciocinar com calma e serenidade. Para que êsses protestos sejam acolhidos devidamente pela opinião pública, deveriam ser proferidos, como os nossos, no momento em que porventura o ato injusto atingisse qualquer daqueles órgãos de imprensa, e não depois. Não quero duvidar da sinceridade dos propósitos de v. exa., mas essa alegação, pelo fato mesmo de ser tardia, se torna suspeita e até parece destinada a coonestar, a justificar ou explicar os atos atentatórios contra aqueles órgãos de imprensa mais ligados às correntes de opinião política do País. Sério, lógico e proveitoso seria o protesto imediato, a reclamação oportuna e não a alegação atrasada, precisamente no momento em que nós outros reclamamos com justificadas razões.

O Sr. Herbert Levi — Permita-me, nobre deputado. Queria dar um depoimento. Na sessão noturna do dia 14 do corrente, a que v. exa. estêve presente, aliás, tive oportunidade de formular protesto, em nome da oposição, contra a interferência da censura, junto ao «Diário de Notícias», impedindo a publicação dos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Pois, muito bem: no dia seguinte, enquanto o «Diário de Notícias» realmente não divulgava êsses votos, outros jornais o faziam, e, chegando a São Paulo, encontrei-os na imprensa local. Está claro que não estamos combatendo a concessão dada aos demais jornais; combatemos a censura, o estado de sítio e tudo mais que aí está. Mas que é evidente o direito do «Diário de Notícias» de queixar-se de discriminação, não há a menor dúvida.

O SR. ERNANI SATIRO — Senhor presidente, quando reclamo contra a discriminação criminosa que se pratica, eu seria incapaz de vir pleitear para os órgãos da imprensa que não comungam do nosso pensamento qualquer medida vexatória. Protesto, sim, contra a exceção, contra o tratamento de dois pêsos e duas medidas. Enquanto alguns órgãos da imprensa podem falar amplamente do que querem e entendem, outros se vêm amordaçados e asfixiados, e têm apreendidas suas edições.

O Sr. Raul Pila — A discriminação que v. exa. está denunciando entre órgãos da imprensa não se verifica apenas no Rio. O jornal do meu partido, em Pôrto Alegre, «Estado do Rio Grande», pretendeu publicar o voto do ministro Ribeiro da Costa, mas foi impedido pela censura. No dia seguinte, o «Diário de Notícias» daquela cidade, pertencente à cadeia jornalística do sr. Assis Chateaubriand, divulgava o referido pronunciamento.

O SR. ERNANI SATIRO — Agradeço a preciosa contribuição do senhor deputado Raul Pila.

Sr. presidente, não posso também deixar de salientar os incidentes vexatórios de que tem sido vítima o diretor do «Diário de Notícias», há poucos dias desacatado dentro do próprio gabinete de trabalho por um funcionário da censura e, depois, ameaçado de arrolhamento, de suspensão da publicidade do seu jornal, dentro do quartel do Ministério da Guerra, que é o quartel da censura e da asfixia da opinião pública brasileira. (**Muito bem. Palmas**).

O Sr. Armando Falcão — V. exa. veja, no fato que vou citar, mais uma prova de que não há propósito...

O SR. ERNANI SATIRO — Um momento. Já sei...

O Sr. Armando Falcão — V. exa. aceita o aparte?

O SR. ERNANI SATIRO — Aceito o aparte, mas já sei que v. exa. vai trazer também como exemplo, o atentado contra o redator de um dos outros jornais. Não tenho dúvida. Para tudo v. exa. tem um exemplozinho pronto. Vou ouvi-lo com prazer.

O Sr. Armando Falcão — V. exa. errou, na sua nova incarnação de adivinho: não conseguiu desvendar meu pensamento.

O SR. ERNANI SATIRO — Talvez tenha conseguido o meu propósito, que era precisamente que v. exa. trouxesse outro daqueles exemplos.

O Sr. Armando Falcão — Para que v. exa. se convença de que não há propósito discriminatário, quer quanto ao «Diário de Notícias», quer relativamente a qualquer outro jornal, de que existem falhas, defeitos na organização improvisada de um sistema de censura, atente para o fato de que já estêve como censor do «Diário de Notícias», um funcionário da Polícia que é gerente da «Tribuna da Imprensa».

O Sr. Rafael Correia de Oliveira — Já tenho mêdo de dar apartes neste plenário, porque, no dia seguinte, quando vou ler o «Diário do Congresso Nacional», sai coisa completamente diferente do que eu disse. Quero prestar agora, a v. exa. uma informação: estive no Ministério da Guerra, logo no início da censura, com o senhor coronel Orlando Geisel e dêle ouvi que o «Diário de Notícias» merecia especial cuidado da censura, por ser jornal diàriamente lido por mais de sessenta mil pessoas no Exército. Daí resulta exatamente essa atenção que o estado de sítio dispensa a nós, do «Diário de Notícias». Isso prova, portanto que a censura exerce atenção e vigilância, muito maior no «Diário de Notícias» que em outros jornais. Por que? Porque tem mêdo que o «Diário de Notícias» faça saber ao Exército o que se está passando no ventre do estado de sítio.

O SR. ERNANI SATIRO — E' necessário consignar ainda, antes de encerrar êste capítulo das discriminações, que os órgãos da imprensa normal estão privados, até, de escrever a expressão «Partido Comunista». Podem falar em comunismo, em fôrças comunistas, em tôda a variedade de vocábulos que venham significar a mesma coisa, mas não podem empregar a expressão «Partido Comunista».

Pois bem, O verdadeiro órgão do Partido Comunista, não sòmente denomina como tal a sua organização — que legalmente não existe, mas que, existe de fato — como publica, na íntegra, manifestos subversivos, num atentado a todos os princípios que essa censura traçou para os outros jornais, mas que não traçou para os órgãos do Partido Comunista.

O Sr. Frota Aguiar — Eles insistem em publicar para justificar a prorrogação do estado de sítio.

O SR. ERNANI SATIRO — Ao mesmo tempo, sr. presidente, que se deixa circular e falar, a rédeas soltas, o órgão do Partido Comunista, é o executor do estado de sítio, é o senhor presidente da República, na sua Mensagem enviada ao Congresso, que vem dizer disfarçadamente, que entre as medidas tomadas pela nova situação imposta ao País pelo estado de sítio e pela censura encontra-se em primeiro plano, a repressão ao comunismo.

Sr. presidente, ainda uma vez, quando me refiro a êstes episódios, laterais do episódio central, que é pròpriamente a discriminação criminosa da censura, não é para apreciar a questão no seu mérito, mas precisamente para consignar essa rêde de exceções, essa caudal de medidas incoerentes e incongruentes dos órgãos incumbidos da censura e da execução do estado de sítio.

O Sr. Loureiro Júnior — Desejara dar a v. exa. a minha inteira solidariedade à crítica que vem fazendo à censura instaurada. Realmente, como publicou o «Correio da Manhã», no seu artigo de ontem, a censura está sendo absolutamente inepta. Ela se tem revelado incapaz; não está à altura da sua missão. O meu pensamento e o do meu partido é o seguinte: a censura devia ter finalidade apenas militar, evitando agitação nas Classes Armadas. Mas a censura, como se está fazendo, discrimina, e discrimina mal. Veja v. exa., por exemplo, o episódio da decisão do Supremo Tribunal Federal. O ilustre deputado Adauto Lúcio Cardoso, com brilhantismo e segurança, fêz crítica — e não havia mal nenhum em que a nação brasileira conhecesse aquela crítica — à interpretação do julgado daquela alta Côrte de Justiça. Depois que s. exa. falou, fui à tribuna e — note-se — em nome da maioria, contestei aquela crítica, também em têrmos altos. Foi debate apenas de pontos de vista jurídicos, em que divergíamos quanto ao fundamento do julgado. Entretanto, que fêz a censura? Permitiu saísse o discurso do coronel Juraci Magalhães, dando interpretação à decisão do Supremo Tribunal Federal e à carta de Café Filho, e vedou a publicação do discurso do senhor deputado Adauto Cardoso e do meu próprio. Mas isso acontece porque a censura é feita por militares, devendo, portanto, ater-se a assuntos militares. Agora, como os militares querem interpretar a realidade política do momento, acontece isso. Um coronel, um capitão, censura a palavra de um deputado que tem a responsabilidade de falar em nome da Maioria, a qual assegura, politicamente, o predomínio do govêrno no Congresso Nacional. De maneira que estou de pleno acôrdo com v. exa., em que há discriminação, em que há injustiça, e também não aprovo, de modo algum, que deputados tenham seus discursos censurados, desde que êsses discursos não envolvam problemas militares, porque os problemas militares, dizem respeito à segurança nacional. Dou, portanto, minha solidariedade à crítica de v. exa.

O SR. ERNANI SATIRO — Vou conceder os apartes solicitados pelos nobres deputados Adauto Cardoso e Bruzzi Mendonça, pedindo, apenas, que sejam breves, para que eu possa prosseguir em minhas considerações.

O Sr. Adauto Cardoso — Meu aparte é extremamente curto. Visa, apenas, sublinhar aquilo que o deputado Loureiro Junior acabou de acentuar. E' outro aspecto da discriminação. Os discursos visados pelo presidente do Senado a censura os respeita e os deixa publicar; os discursos visados pelo presidente da Câmara à Censura não respeita e não os deixa publicar. Foi o que ocorreu, o que o sr. deputado Loureiro Júnior não concluiu e eu concluo.

O Sr. Bruzzi Mendonça — Senhor deputado, será desnecessário dizer a v. exa. que também sou daqueles que acham que a censura não se justifica. Mas, o sr. deputado parece-me que v. exa. não tem razão em todos os pontos do seu discurso, principalmente quando alega discriminação que para nós não é verdadeira, ou pelo menos é o inverso da que v. exa. refere. Citou v. exa. o exemplo do jornal Imprensa Popular, que gozaria de uma liberdade que v. exa. não aprova e que, segundo v. exa., se prevalecia dessa liberdade para publicar manifestos subversivos. O que temos visto é exatamente o contrário; o que temos visto é êste jornal impedido, até, sr. deputado, de denunciar a continuação da conspiração desarticulada em 11 de novembro. Mas, senhor deputado, permita-me estranhe eu, que também amo a liberdade, e amo sinceramente a liberdade, que, ao invés de v. exa. defender sòmente a liberdade de falar, de opinar e de escrever, pretenda que essa liberdade que v. exa. sente cerceada, seja cerceada para os adversários de v. exa.

O SR. ERNANI SATIRO — V. exa não compreendeu minhas palavras; não as compreendeu ou não as quis compreender. Protestei precisamente, não contra o direito assegurado a outros... órgãos da imprensa de falar livremente. Se quisesse ser rigoroso, não contemplaria nem os órgãos de imprensa simpáticos aos pontos de vista de v. exa., porque, ai, se trata de outra questão, que não entra nos limites desta discussão.

O Sr. Bruzzi Mendonça — Meus pontos de vista são os de amor à liberdade.

O SR. ERNANI SATIRO — Sr. deputado, não me desviarei do rumo de minhas considerações. Não vou discutir agora a questão comunista, porque os limites dêste debate não a comportam.

Admitindo — para argumentar — que a situação fôsse mesma, que se pudessem equiparar as idéias do Partido Comunista às idéias pregadas por aquêles jornais que estão sendo cerceados em suas liberdades, ainda assim aquilo contra o que protesto não é o direito assegurado a êstes outros jornais, mas sim às restrições impostas aos que pensam de modo diferente aos que estão em oposição ao govêrno.

Para que não fique em terreno menos firme a argumentação por mim expendida, de que o Partido Comunista, através de seu órgão, tem recebido tratamento mais brando do que os outros órgãos de imprensa...

O Sr. Bruzzi Mendonça —

(Continua na 17.ª página)

Repercute na Câmara a Apreensão da Edição do "Diário de Notícias"

(Continuação da 16ª página)

Permita o nobre colega mais um aparte.

O SR. ERNANI SATIRO — Não posso conceder apartes em meio de periodo. Afinal, estou desenvolvendo um raciocinio e devo concluir meu pensamento.

Sr. presidente, em abono das declarações que acabo de fazer, aqui está um tópico do «Jornal do Brasil» de hoje, onde se diz precisamente que êste órgão de imprensa não tem o direito sequer de escrever as palavras «Partido Comunista», para combater as atividades daquela corrente ou daquêle órgão politico ou que outra catalogação ideológica possa ter, enquanto que o órgão do Partido Comunista livremente falam e se referem àquelas questões que para os outros jornais são questões proibidas.

Lerei o tópico do Jornal do Brasil, para que faça parte integrante de meu discurso.

«NA CHINA

«Gentilezas rubras

Temos sôbre a nossa mesa, pois, o recebemos regularmente, o jornal «A Voz Operária», de livre circulação. Pelo visto, não sofre os efeitos da censura. Esta proibe o que ali se faz sem qualquer óbice: afirmar a existência do partido comunista. Vale passar ao público algo do que nos traz êsse jornal «made in orto Moscou».

Alem do «clichê» da primeira pagina — pela «posse aos eleitos» — um **slogan** assim como «Constituinte com o Ditador», em 42 o artigo de fundo «defende» as liberdades democráticas. Clama por medidas contra os jornais «antidemocráticos» (cita órgãos baluartes do regime como tais) e escreve, textualmente: — «sabe a Nação que o **estado de sítio** não foi aplicado contra os «golpistas»... Num clima de liberdade por meio de ação das **massas**, é que se pode consumar a derrota dos «**golpistas**» (o grifo é nosso) frustrados em seus intentos antipatrióticos pelos movimentos vitoriosos dos dias 11 e 21 de novembro». Para ser patriota, segundo o juizo dêsse jornal, é preciso dar as mãos aos comunistas e agir em conseqüência. As palavras mudaram tanto de sentido, que temos a impressão de haver sido adotada entre nós uma lingua diferente. **Massa**, para os que fazem êsse jornal, do partido em cuja atividade é proibido acreditar e principalmente divulgar, é o que nós, democratas, denominamos povo, por isso êles querem cadeia para os que não consideram o povo, uma **massa** informe. Para que êles medrem, é preciso segregar do convivio social a todos nós para os quais o povo representa a comunidade pensante e atuante de uma nação. Mas o jornal é um repositório de «democracia» novissima. Traz «O veto soviético ao Japão». «Quem procura iniciar a guerra fria...», «Ora Mister Dulles fornece diàriamente a resposta»... No «O que se espera das eleições francesas»... «Atendendo ao anseio das massas, o partido comunista francês, mais uma vez...» E continuando... «Grande artífice da obra de convivência pacífica entre os povos.... Stalin».

E, para os **inocentíssimos** que não acreditam na existência do partido comunista do Brasil — uma nota assinada: «Comitê Regional Piratininga do Partido Comunista do Brasil». Mais... «Explicação do programa do PCB..., (Partido Comunista do Brasil), «Vida dos partidos comunistas... francês, libanês, americano», as soluções do partido comunista para o problema das sêcas (no Brasil). Festejam o julgamento de um líder anticomunista de uma associação de classe.

Mas, edificante, para a sanha ignorância generalizada... trabalho do partido entre mulheres», com um período capaz de penetrar a consciência mais empedernida à verdade nessa era de restrições mentais: «Os comunistas, e portanto os nossos camaradas do partido, devem ter em conta, sempre, quando não pode haver luta eficaz contra o fascismo nem contra a guerra se não se trouxer para esta luta as amplas massas femininas».

Há mais... «Uma notícia da homenagem prestada pela «Federação de Mulheres do Brasil» — sucursal da «Federação Internacional de Mulheres», expulsa da França por comprometer a segurança nacional com suas atividades comunistas e comunizantes, dirigidas pela matriz de Moscou — a uma senhora deputado pelo PTB. E, para coroar o uso dessa liberdade impressa sem restrições para êsses senhores, publica um «Roteiro de perguntas» que, pela clareza vale ser transcrito na integra:

«Roteiro de perguntas

Perguntas:

1 — Que caracteriza o trabalho de agitação e propaganda que desenvolvemos entre as massas femininas?

2 — Qual a nossa principal tarefa no trabalho feminino?

3 — Por que o trabalho entre as massas femininas é colocado como uma das principais tarefas dos comunistas?

4 — Quais os melhores meios para ganhar milhões de mulheres para a frente democrática de libertação nacional?

5 — De que elementos se compõem os bons métodos de direção no trabalho feminino?

6 — Qual o objetivo imediato dos comunistas no seu trabalho entre as massas femininas?

N.R.: Continuamos a publicação de nosso roteiro de perguntas cujo objetivo é orientar o estudo da Resolução do Comité Central sôbre o trabalho do Partido entre as mulheres».

«Voz Operária» — Rio, ... 24|12|55.

Mas quem disse que há o «partido comunista» no Brasil?...

Houve uma lei que o extinguiu. E lei cria e extingue idéias e ações. «E' só ver para crer». E' até crime dizer que êle existe. Pode dar cadeia, para preservar a segurança nacional, essa audácia, capaz de golpear a sensibilidade dos «anjinhos»... que, candidamente, dão as mãos aos comunistas... que os acreditam católicos apostólicos, embora não romanos, e que, piamente, servem a Deus, servindo-lhes de dóceis instrumentos...

Mas... nada disso se passa no Brasil... E' na China... «A Voz Operária» e a «Imprensa Popular» são publicadas em Pequim».

O Sr. Bruzzi Mendonça — V. exa. concede agora o aparte, já que terminou?

O SR. ERNANI SÁTIRO — Com todo o prazer.

O Sr. Bruzzi Mendonça — E' que v. exa. deforma um pouco a verdade quando fala em órgão da imprensa do Partido Comunista. V. exa. sabe e sabe muito bem — que não existe isto. Ninguém pode impedir que um jornal siga esta ou aquela linha politica. V. exa. não dirá que pelo simples fato de a Tribuna da Imprensa ter orientação golpista, que coincide com a orientação da União Democrática Nacional, seja órgão daquela agremiação partidária.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Não nos deixemos enganar nem seduzir pela atração das palavras. Concordo com v. exa.; desde que o Partido Comunista não tem existência legal, êsse órgão não é do Partido Comunista, mas é dos comunistas, é jornal que prega as idéias dos comunistas. E empregarei a expressão, até o dia em que a censura também entender de me privar, a mim deputado, de falar em «Partido Comunista», a exemplo do que se fêz com o Jornal do Brasil e outros jornais brasileiros.

O Sr. Raimundo Padilha — A censura chegou a esta minudência: não se pode mais usar a locução substantiva «General Lott», porque ela, como sabe v. exa. produz um **calembour** não muito agradável...

O SR. ERNANI SÁTIRO — E como se dirá, então?

O Sr. Raimundo Padilha — Tem de haver o **Teixeira** no meio. Uma revista ilustrada, das mais conceituadas, teve de fazer revisão completa de seu texto para incluir o **Teixeira**, a fim de evitar o que considera cacofonia. Em segundo lugar, esta-se inteiramente proibido de falar, até o fim do sitio, em enfarto do miocárdio.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Isto será mal de nosso idioma, tão rico em cacofonias, o que leva os filólogos modernos a serem mais tolerantes do que a censura...

Sr. presidente, não quero encerrar estas considerações, em que protesto contra o atentado de que foi vitima o «Diário de Notícias», sem prestar minha homenagem calorosa à «Tribuna da Imprensa», que ontem comemorou mais um aniversário e tem sido tantas e tantas vêzes, nesta situação, vitima dos mesmos processos de asfixia, das mesmas tentativas de amortecimento de sua energia democrática. E que por isso mesmo, merece de todos nós representantes da oposição, homenagem viva e vibrante, estímulo para que prossiga, nesta hora negra da República, sempre na defesa das liberdades feridas ou ameaçadas.

Sr. presidente, passo a ler o artigo censurado do Diário de Notícias, aliás, censurado, não, mas apreendido:

«RESISTÊNCIA»

Desde que foi insituída a censura, pelas fôrças que se apoderaram do govêrno a 11 de novembro último, o «Diário de Notícias» tem sido o alvo predileto das restrições à liberdade de informação e de critica julgadas indispensáveis pelo govêrno de fato para manter-se na situação.. Não lhes bastava com efeito, a deposição de dois presidentes da República — o substituto legal em exercício, sr. Carlos Luz, e o presidente efetivo sr. Café Filho, que sucedera ao sr. Getúlio Vargas na forma da Constituição e prestando compromisso perante o Congresso Nacional. Não lhes bastava obter do Congresso, através da maioria facciosa e além disso, dominada pela ocupação militar da cidade, a ratificação de quanto fôsse preciso para salvar as aparências, embora ferindo de morte o regime e reduzindo a farrapos a Constituição, a pretexto de restabelecê-la. Não lhes bastava arrancar do mesmo Congresso um estado de sitio, flagrantemente inconstitucional para coonestar a censura e oferecer uma saida do Judiciário engasgado com o mandado de segurança irrecusável, em favor do sr. Café Filho.

Para que todo êsse programa pudesse ter execução, o essencial era a supressão de liberdade de imprensa. Por mais que contasse o plano com a conivência de diversos jornais, dispostos a tudo apoiarem, ainda que isso lhes custasse a renegação dos melhores momentos do seu passado ainda assim êsse apoio não seria suficiente. Era preciso sufocar totalmente os outros, oprimindo, através da imprensa, a consciência e a opinião do país. Aos jornais independentes, não seria possível informar nem criticar e discutir. A censura, sob a aparência de medida geral, assumiu além de tudo, uma feição que veio torná-la, se possível, ainda mais odiosa, porque se fêz discriminativa.

E' claro que o «Diário de Notícias» foi distinguido imediatamente pela censura, tanto a da Polícia quanto a da execução do sítio, como a vitima principal do regime de asfixia da informação e da crítica.

Em todo êste período, a vida dêste jornal tem sido a história de uma luta, luta cotidiana contra as imposições da fôrça, em defesa do mínimo que nos julgamos nos direito de reclamar, mesmo em regime de exceção, que é a igualdade de tratamento. Esta, no entanto, tem sido sistemàticamente recusada a êste jornal, em todos os casos concretos levados ao conhecimento das autoridades.

Assim é que já no dia 13 de novembro era o «Diário de Notícias» chamada à presença do general Gagessi, em exercício da Chefatura de Polícia, para receber reclamações contra uma edição, aliás, visada pela censura. Esta, tinha sido suspensa, aquela tarde. Restabelecida, na mesma noite, fomos impedidos de publicar discursos parlamentares e até mesmo o retrato do deputado Afonso Arinos, autor de um dêles. Naquêles mesmos dias a «Imprensa Popular», publicava um manifesto do Partido Comunista, com o retrato do sr. Luís Carlos Prestes, tudo na 1ª página.

Desde então passaram por êste jornal nada menos de seis censores diferentes, cada qual com instruções mais severas para nos fazer calar, deixando sem informação completa o comentário esclarecedor dos fatos mais importantes da vida nacional, neste momento de abdicações lamentáveis e de audaciosos atentados ao regime. Afora os que vieram antes do sítio e pertenciam ao Serviço de Censura de Diversões, como os srs. Elpídio Reis e Otatti, já designados pelo executor do sítio, tivemos os censores Mauricio Marques Lisboa, Isaac Capeluto, Eurico Quinam e Remigio Rovigati, substituidos porque, segundo foi declarado ao nosso diretor, no gabinete do executor do estado de sitio, o «Diário de Notícias» é considerado «um jornal difícil». Difícil, por que? Porque não se submete de bôa vontade, porque reclama, porque vive em permanente resistencia contra os que vêm aqui cumprir a tarefa de não permitir o noticiário e as críticas que desagradam e contrariam a essa estranha situação implantada no país, ao que parece, incapaz de resistir a essa liberdade de comentário.

O mandado de segurança do sr. Café Filho não pode ser defendido pela imprensa, não pode ser discutido no «Diário de Notícias», nem por editoriais e artigos assinados, nem por entrevistas e «enquetes» entre juristas, ao mesmo tempo que um jornal situacionista podia fazer campanhas contra o que chamava a «audaciosa tentativa» do presidente da República reassumir seu pôsto.

No dia do julgamento, nada nos foi permitido publicar senão a nota da Agência Nacional. Os próprios votos dos ministros do Supremo só depois de alguns dias e de já publicados em outros jornais, puderam ser transcritos também aqui. Vetada, igualmente, a declaração sôbre o julgamento feita pelo sr. Café Filho, que pudemos divulgar dois dias depois como parte integrante de um discurso do senador Juraci Magalhães, de publicação autorizada pelo presidente do Senado.

Inúmeras tem sido as matérias publicadas em outros jornais e que ao «Diário de Notícias» têm sido rigorosamente vedadas. Para não ir muito longe, ainda há poucos dias, uma declaração do sr. Juraci Magalhães publicada pela «Tribuna de Imprensa» e que fomos impedidos de reproduzir, sob a alegação de que estariam proibidas quaisquer referências àquele senador.

Dois tópicos de crítica ao sr. Juscelino Kubitschek foram vetados porque se tem por intocável a figura daquêle candidato. Intocável, também, o Partido Comunista, sob a alegação de que não pode mencionar nem criticar um partido que não tem existência legal... Diversas matérias editoriais têm sido vetadas, no todo ou em parte, sob essa estupefaciente alegação de que não se pode criticar e combater êsse partido «que não existe», o Partido Comunista. Mas a «Imprensa Popular» pode publicar tôda a propaganda que quiser em nome do «Comitê Central do Partido Comunista».

Documentos públicos por sua natureza, como discursos de paraninfo, relatórios do Tribunal de Contas (discurso do prof. Alberto Tornaghi, relatório e voto do ministro Pereira Lira) não puderam ser publicados no «Diário de Notícias» Nem mesmo em resumo, como conseguiram fazer outros jornais. O voto do ministro Pereira Lira, depois de veemente reclamação, pudemos resumir em poucas linhas, de acôrdo com a publicação anterior da «Tribuna de Imprensa»

As notícias de transferências de oficiais de élite, designados por motivos políticos, para postos impróprios para o seu merecimento, o «Diário de Notícias» não tem podido noticiar em primeira mão, nem tampouco, reproduzir, quando publicados em outros jornais. O «Diário de Notícias» causa maiores preocupações do que qualquer outro, por sua penetração nos meios militares, onde é o jornal mais lido.

Nos dias de censura anteriores ao sitio, tentamos defender a liberdade de, pelo menos, não opinar, quando a opinião não fôsse livre. Demos espaços em branco, em lugar de editoriais e artigos. Imediatamente foi proibido êsse recurso de oprimidos. Tentamos o de declarar que as nossas edições são visadas pela censura, e isso também foi vedado.

O deputado Adauto Lúcio Cardoso discursou, na Câmara, sôbre a situação, concluindo por oferecer denúncia contra alguns chefes militares dos movimentos de 11 e 21 de novembro, que declarou incursos na lei de segurança do Estado. O «Diário de Notícias» foi proibido de publicar o discurso ou mesmo de noticiá-lo. Só conseguiu publicar que o sr. Adauto Lúcio Cardoso havia proferido importante discurso, aquêle dia. Entretanto, emissôras oficiais noticiaram que o representante da UDN teria feito um discurso de acomodação, traçando nêsse sentido os novos rumos do seu partido...

Para isso querem a censura e por isso nos sufocam e oprimem. Querem confundir a opinião, fazer o vácuo em tôrno da tribuna parlamentar, como em tôrno da tribuna judiciária e da tribuna acadêmica impedindo, por essa forma, as principais garantias e válvulas de segurança do regime.

Afeta-se dar ao sistema uma base de pretensa igualdade. Nada menos sincero e menos verdadeiro. As teses proibidas, os discursos proibidos, são ùnicamente os discursos e as teses de oposição. Se alguns discursos de situacionistas como os srs. José Maria Alkimin, Vieira de Melo e Loureiro Júnior foram também vetados, foi pelos apartes de que os crivaram deputados da oposição, como os srs. Mário Martins, Adauto Lúcio Cardoso, Oscar Corrêia e outros. A uma censura assim, submete-se gostosamente tôda a imprensa situacionista, que serve, com o próprio silêncio, se necessário, à ordem de coisas que defende e deseja.

Não obstante um jornal da situação, dos que mais se têm esforçado na ingrata missão de defender o que se fêz e o que se está fazendo contra a Constituição da República e a normalidade do regime, resolveu declarar-se em rebelião contra a censura, deixando de lhe submeter um artigo de apoio ao 11 de novembro.

Como era de prever, não lhe aconteceu absolutamente nada, além de uma advertência «pró-forma». O mesmo procedimento foi adotado, no mesmo dia por um vespertino de oposição; e embora nesse caso fôsse de prever o contrário, não variou a atitude do executor do sítio diante dêsse rompimento de cêrco. Entretanto, por singular coincidência, na véspera, o nosso diretor tinha sido chamado ao Quartel-General, que é, também, do estado de sítio, em consequência de incidentes havidos com um dos censores, no qual comunicara o propósito de não submeter à censura um tópico sôbre o sr. Juscelino Kubitschek. E ali, no Quartel-General do sitio, pelo comandante João Mário Batista lhe fôra dito que a publicação de matéria não autorizada pela censura ou por ela vetada importaria na apreensão da edição. Não tivesse o «Diário de Notícias» a mínima dúvida: as autoridades executoras do sitio tomariam providências drásticas contra êste jornal. «Sem trepidação».

Foi exatamente isso que fêz um jornal ligado ao govêrno e parte da sua sombra. Nenhuma daquelas providências há de ter sido objeto de cogitações como até aqui estamos informados.

De qualquer modo, porém, o «Diário de Notícias», que foi o ameaçado de tôdas as formas de repressão, quer servir-se do ensejo para tirar a prova da igualdade de tratamento Faz, hoje, o mesmo que foi feito sem consequências, apesar das ameaças já recebidas. Vamos vêr se a discriminação continua. Fazemo-lo com inteira consciência da responsabilidade assumida por esta atitude, combatendo não apenas a sombra, mas o que a produz. Sempre é um pouco diferente, como atitude, mas do ponto de vista regulamentar a transgressão é rigorosamente idêntica; a publicação de matéria editorial sem autorização da censura, isto é, sem o seu conhecimento.

Fazemos muita questão de

(Conclui na 18.ª página)

Repercute na Câmara a Apreensão da Edição do . . .

(Conclusão da 17.ª página)

acentuar êste ponto, até mesmo para isentar de tôda e qualquer responsabilidade o funcionário incumbido de fazer a censura do jornal. Não se trata de uma falha ou descuido dêsse funcionário. A responsabilidade é, tôda e exclusiva, do «Diário de Notícias», pelos que por êle respondem e que a assumem com tranquilidade, no cumprimento do seu programa de resistência democrática, que é um dever de consciência para com o seu público, para com as tradições do jornal, para com o regime e para com a Nação.

Se alguma coisa viermos a sofrer por isso, o povo brasileiro saberá compreender as razões da nossa atitude e avaliará das que forem invocadas para explicar a repressão parcial, unilateral, que se funciona contra nós. A máscara da igualdade de tratamento cairá, aos olhos da Nação, que compreenderá melhor o regime a que, em verdade está submetida e que não é, por mais que o apregôem, o dos «quadros constitucionais vigentes».

Ciente e consciente de todos os riscos, julga o «Diário de Notícias» de seu dever arrostar com tôdas as possíveis conseqüências de sua atitude, revelando à Nação o que tem sido a luta cotidiana dêste jornal sob a censura do estado de sítio e como funciona arbitrária, desigual, discriminativamente o sistema de sufocação a que está submetido. Impelem-no suas tradições de resistência, a fidelidade a um programa que não é senão o prolongamento de um passado glorioso, o devotamento aos princípios que sempre o nortearam, desde a fundação, o amor à democracia e à República, o culto apaixonado da Pátria — de uma Pátria moralizada e livre, que é a aspiração, o sonho, o destino e há de ser um dia a realidade do Brasil».

Espero, sr. presidente, e, para isso, rogo a atenção especial de v. exa., que o Diário do Congresso de amanhã não seja censurado nem apreendido, nem a Imprensa Nacional invadida...

O sr. Prado Kelly — Não deixe v. exa. de ponderar que entre as garantias constitucionais suspensas não se incluem os relativos ao direito de propriedade, mencionado no § 16 do art. 141 da nossa Carta Magna.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Obrigado a v. exa.

Espero, sr. presidente, que o «Diário do Congresso» de amanhã não seja censurado, nem apreendido...

O Sr. Rafael Correia — Pode ficar certo v. exa. de que será censurado...

O SR. ERNANI SÁTIRO — ... e que o editorial do «Diário de Notícias» aí fique para ser lido no futuro, quando se projetar um pouco de luz e um pouco de liberdade sôbre êstes tristes acontecimentos.

Como muito bem salientou meu companheiro, líder e mestre, deputado Prado Kelly, as garantias constitucionais a que se refere s. exa. estão ainda mais, estão por cima de tudo fôsse possível, por fôrça de expressão, falar em alguma coisa acima dos dispositivos constitucionais estão até repetidas e revigoradas no artigo 3º da lei do estado de sítio, que não permite nenhum atentado contra o patrimônio de qualquer dos órgãos da imprensa. O que se fêz não foi apenas uma censura. O que se fêz foi também um atentado ao patrimônio de um órgão da imprensa, foi a apreensão material da sua edição inteira, acarretando, não apenas os graves prejuízos políticos e morais resultantes dêsse ato, mas ainda, com aquelas ofensas e transgressões de natureza efetiva e material, que haviam sido coibidas na própria lei do estado de sítio votada por nós, da maioria e da minoria, e sancionada por êste govêrno, responsável pela arbitrariedade que se acaba de praticar, um dano de natureza patrimonial.

O Sr. Ari Pitombo — Sr. Deputado, sou daqueles que admitem a censura à imprensa.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Sei disso. V. exa. votou o estado de sítio...

O Sr. Ari Pitombo — Acho que a censura está dentro das razões do estado de sítio, mas a meu ver, ela está no momento, mal orientada. Não conheço o artigo publicado no «Diário de Notícias», que causou a apreensão do jornal. No entanto, tenho aqui um exemplar da «Última Hora», cuja edição também foi apreendida hoje, sem que eu veja razões para tal. Talvez apenas porque elogiou o general Teixeira Lott...

O SR. ERNANI SÁTIRO — apelo para v. exa., cujo aparte agradeço, a fim de que faça, amanhã, da tribuna, em favor da «Última Hora», o mesmo protesto que acabo de fazer em favor do «Diário de Notícias».

O Sr. Ari Pitombo — Estou lendo a «Última Hora», e não vejo razão para que êsse jornal seja apreendido.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Com o maior aprêço e a maior simpatia, aceito o aparte de v. exa. Já considerava refutadas essas alegações da maioria, na resposta que dei ao sr. deputado Armando Falcão. Não podemos estar aqui, a cada momento, a responder aos mesmos argumentos. Presumo já haver respondido, na medida das minhas fôrças, a essa alegação.

Que proteste v. exa. contra a apreensão da «Última Hora», fato que para nós, até que se demonstre ao contrário, não tem a mesma significação que o outro, porque tudo isso parece — salvo, repito, melhor julgamento — uma fara para coonestar os atentados contra a imprensa livre. (Palmas).

Não tenha dúvida v. exa., sr. presidente, não tenham dúvida os srs. deputados — no momento em que se verificar uma censura à «Última Hora», ou a apreensão da sua edição, por ato efetivo e isento de qualquer suspeita de farsa ou de fraude, nós das oposições incorporaremos os nossos protestos aos protestos que fôrem formulados no Congresso Nacional.

O Sr. Frota Aguiar — Sr. deputado, o que impressiona a nação não é a discriminação odiosa feita pelo responsável pela execução do estado de sítio; o que impressiona a nação é essa resistência da imprensa, sem distinção de côr política. Isso lembra a célebre e histórica entrevista do sr. José Américo, concedida ao «Correio da Manhã», e suas conseqüências. Estamos, sr. deputado, no fim de um regime arbitrário.

O Sr. Rafael Correia — Permita v. exa. um aparte à guisa de informação. A «Última Hora» está circulando, não foi apreendida. A notícia é absolutamente falsa — V. exa. poderá comprar o jornal nas bancas.

O Sr. Ari Pitombo — V. exa. permite um aparte?

O SR. ERNANI SÁTIRO — Peço a v. exa. e aos nobres colegas ponderarem que disponho de 5 minutos apenas e sugiro que adiemos pelo menos para amanhã ou para daqui a poucas horas o debate sôbre o fato de ter sido apreendida a «Última Hora», pois só gosto de discutir com dados positivos, com testemunho insuscetível de qualquer dúvida ou suspeita. Peço, portanto, adiarmos o debate em tôrno da apreensão daquele periódico, porque, como já disse, se se efetivar, se se confirmar êsse fato, nos juntaremos os protestos das oposições ao que fôr formulado pelo nobre colega da maioria.

O Sr. Ari Pitombo — Mesmo porque se v. exa. não agisse dessa forma não estaria, no caso, defendendo a liberdade de imprensa, e sim a liberdade de certos e determinados jornais.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, não posso deixar de consignar, nesta oportunidade em que venho trazer o protesto das oposições contra um atentado à imprensa livre, através de um de seus órgãos mais bravos e representativos, não posso deixar de formular também algumas considerações, embora rápidas, a propósito da saudação da noite de Natal, feita pelo sr. Nereu Ramos. Entendo que quando não estamos obrigados a determinadas declarações, não devemos fazê-las, a não ser que possamos proferí-las com absoluta isenção, com absoluta serenidade. Um presidente da República, ou um ocupante qualquer ocasional dêsse pôsto, não é obrigado a largar pelo país afora palavras dôces e blandiciosas. Mas uma saudação de Natal, sr. presidente, pela própria significação cristã da data, é uma saudação que deve estar cheia daquela unção inspirada na palavra do Cristo, e não se poderia transformar nunca numa palavra, ao mesmo tempo, doce e amarga, numa palavra cheia de amabilidades e recriminações, numa palavra, para empregar também e repetir aqui, agora, a expressão tão oportuna neste momento, numa saudação também discriminada, uma saudação cheia de discriminação entre aquêles brasileiros que o sr. Nereu Ramos julgava merecedores das bênçãos de Cristo e aquêles brasileiros amaldiçoados, proscritos, supostamente conspiradores e atentadores das liberdades públicas. Não. Uma saudação de Natal, assim, não deveria, nem poderia, nunca, dirigir-se aos sentimentos elevados do povo brasileiro, cheia como estava de cavilações, como se houvesse uma oposição contra nós os integrantes das oposições, como se houvesse uma oposição digna e outra indigna, porque — e quero concluir minhas palavras com esta declaração — se existisse aquela situação, a camada que o sr. Nereu Ramos considera digna e nobre seria a mais indigna e desmoralizada de tôdas. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

ELOGIOS E CONSELHOS

Rafael Corrêa de Oliveira

APROVEITANDO as férias do estado de sítio e os vagares dos dez dias de interregno parlamentar, pretendemos escrever um pequeno livro que será o elogio do general Lott e do sr. Nereu Ramos. O trabalho terá o seguinte título:

«OUTRO VARÃO DE PLUTARCO E UM SOLDADO DA LEI».

E' verdade que poderíamos, desde já, nesta seção, dar publicidade à série de capítulos que o livro conterá. Mas como conhecemos profundamente a severidade, a modestia, o desinterêsse extraordinário dos dois ínclitos brasileiros, não queremos que o nosso elogio seja um constrangimento para êles. Estamos mesmo certos de que a sua modestia impedirá, através da censura, a publicação do livro. E' que êste poderia ser mal interpretado pela opinião pública e considerado, apenas, um episódio ridículo das habituais louvaminhas aos poderosos do dia. Vamos esperar, portanto, a passagem das emergências atuais. E, quando isto se dér, escreveremos o «Outro varão de Plutarco e um soldado da lei» sem que possamos ser acoimados de bufoneria.

Com essa promessa aos leitores do «Diário de Notícias» e do «Estado de S. Paulo» desejamos aproveitar a aura otimista de uma suave manhã de verão para levar um pouco de tranquilidade ao eminente comentarista político do «Diário Carioca», cujo apetite se encontra em extase de alarme. Podemos assegurar ao ilustre e venerando plumitivo que a única pessoa em condições de disputar-lhe a sobremesa nos banquetes da restauração é o comandante Amaral Peixoto, que tem sido a sua alma negra em tôdas as etapas da era getuliana.

Não há mais de quatro anos vimos como o Banco do Brasil tomou o prédio e as oficinas do «Diário Carioca» para entregar tudo ao ilustre patriota Samuel Wainer. E antes disso, em 1945, um bruto qualquer, na Cinelândia, atacou pelas costas o fundador do mencionado matutino, dando-lhe socos e ponta-pés. A propósito houve grande rumor e inquérito desairoso nas delegacias especializadas. O fato, porém, é que João Alberto, então chefe de polícia, nos explicou tudo com a maior camaradagem e confiança:

— O inquérito parou no portão do Catete. A polícia não podia entrar lá...

Se os rapazes do Galeão pensassem do mesmo modo, não teria havido suicídio, nem safra de presidentes, nem essas injustiças que o estimável tenente Gregório está sofrendo...

Ora, diante dêsses precedentes, lembramos ao brilhante comentarista do «Diário Carioca» que a sua pendega não é conosco. A sua pendenga é com o comandante Amaral Peixoto, que lhe pedirá contas, sem dúvida, de uma ignóbil montagem fotográfica, onde aparece distinta dama da sociedade brasileira em excessos carnavalescos incompatíveis com a sua ilustre inteligência e indiscutível virtude. Nós que somos da Jacarepaguá, vimos logo ser a referida fotografia uma insultuosa falsificação. Mas o público, em geral, aceitou-a como verídica.

Com essas contas a prestar nos tribunais da restauração, deve o fundador do «Diário Cariocas» cuidar-se melhor das indictas futuras e não tripudiar sôbre os vencidos, como fêz em 1937.

No Pilar, onde nasceu José Lins do Rêgo, era, há 35 anos, juiz de direito o pai de quem escreve estas linhas. Homem simples e amante da natureza, costumava, tôdas as tardes, sentar-se no jardim de sua modesta vivenda e esperar a hora de jantar ouvindo os canários que cantavam nas árvores e nas gaiolas. Uma vez por outra essa tranquilidade era perturbada pelo bicheiro Tota, que tomava sua cachaça periódica e vinha desabafar no jardim do magistrado pacífico. Chegava limpando a baba e repetia sempre uma frase de indiscutível sabor filosófico:

— «Seu doutor Samuel, dá-se os «causo», depois muda...

O juiz ouvia isto sorrindo, com a experiência de um homem cuja família fôra abastada e poderosa no Império e passara depois a pobre e modesta na República.

— Tens razão Tota. As coisas mudam quando a gente menos espera...

E o bêbedo se despedia, todo feliz, porque o dr. Samuel lhe dera razão.

Queremos pingar o ponto final nestes comentários, dizendo ao cronista político do «Diário Carioca» que êle nada nos deve pelos conselhos acima escritos, nem pela advertência de um velho admirador:

— O comandante Peixoto vem aí. Destrua a fotografia...

UMA CARTA — Gostaríamos de reproduzir aqui tôdas as mensagens que temos recebido nos últimos vinte dias. Mas isto é impossível, já pela extensão das mesmas, já porque muitas contrariam o «Movimento de retôrno ao regime constitucional vigente». No entanto, a carta da dona Helena P. da Costa nos parece publicável, porque não apresenta qualquer dos inconvenientes acima referidos. E é

(Conclui na 22.ª página)

O GRANDE LEVIANO

Rafael Corrêa de Oliveira

CASTANDO verbas secretas, lançou-se à aventura de uma importuna viagem internacional o sr. Juscelino. E foi de comitiva...

No bolso do paletó meteu dois passaportes: um oficial e outro diplomático, — êste para ser usado depois da Justiça Eleitoral conferir-lhe o diploma de presidente eleito. Se o grande leviano tivesse obtido uma esmagadora maioria no pleito de 3 de outubro ainda poderíamos admitir a viagem sem diploma. Mas o homem reuniu, apenas, 30% do eleitorado que votou. A sua eleição será a vitória de uma pequena minoria organizada contra a dispersão de uma enorme maioria. Nestas condições, só o diploma expedido pela Justiça Eleitoral daria ao viajante o apoio expressivo do povo brasileiro. Dar-lhe-ia o prestígio necessário para falar e agir em nome do seu país...

Nada disto, porém, foi objeto de meditações, mesmo porque o sr. Juscelino viajou a fim de obter as atenções que o prestigiassem aqui dentro. No entanto isso é simplesmente alucinante quando se trata de um homem sem projeção internacional nem méritos específicos que o tornem, por acaso, objeto de curiosidade, respeito e admiração no estrangeiro.

Mas o grande leviano só ouviu o canto da sereia gulosa e bajulatória. Fàcilmente se inflaram os estos da sua inexplicável vaidade. E ei-lo de viagem.

No território dos Estados Unidos tomou um cafèzinho urgente com o general Eisenhower que o transferiu logo aos cuidados do vice-presidente Nixon. Êste vice-presidente, segundo muitas revelações e repetidas acusações do Partido Democrático, é, apenas, na política e na administração norte-americana, um representante de grandes corporações financeiras, industriais e comerciais. Foi eleito na onda que a popularidde de Eisenhower levantou. E até hoje só tem comprometido, com as reações de sua atividade política, o prestígio da administração republicana nos meios populares.

Assim, entregue ao sr. Nixon, o nosso grande leviano aceitou o diploma de presidente eleito que lhe conferiu o «Department of State». E todo ufano dessa honraria falou, pediu, comeu e prometeu...

O leitor, talvez, ignore que o «Department of State» não liga a menor importância às fórmulas políticas que regem as nações latino-americanas. Para o funcionário diplomático norte-mericano não importa o nosso regime, nem a existência de um Congresso ou de uma Justiça Eleitoral. O valioso e decisivo é saber de que lado estão os tanques e as metralhadoras, — as fôrças armadas enfim.

Castilho Almas, «Tacho» da Nicarágua, Trujillo de Santo Domingo ou Juscelino do Brasil, são figuras existentes em função do apoio militar que recebem nos seus países. Por isso mesmo, tendo na devida conta as jornadas de 10 e 21 de novembro, o Department of State» considerou logo Juscelino o homem indicado para os negócios. O Brasil passou a ser tratado na medida do «Juscelino's regime» como fôra sob o «Varga's regime».

Esta simples situação demonstra o papel ridículo e humilhante que o grande leviano desempenhou nos Estados Unidos.

Mas isto não bastava às vibrações da cauda que o nosso hilariante cometa vem conduzindo. Tivemos, então, o pulo na Europa, onde a nossa diplomacia, conduzida pelos Macedos, que não querem largar o Itamarati, deu incômodos a duas rainhas, obrigando-as a receber Juscelino. O noticiário a êsse respeito é uma cortina de «vaudeville». O jornal oficial dos Macedos e oficioso do Itamarati expõe as duas damas coroadas a uma situação angustiosa de quem figura nas imbecilidades de nossa crônica social. No grande título, por exemplo, Juscelino é irresistível. Nos subtítulos, destacadamente, em primeira página, esta crueldade mental: «Juliana de manhã; à tarde, Elizabeth». No corpo da notícia aparece o esclarecimento de que a rainha da Inglaterra mudou o penteado só para impressionar Juscelino. Felizmente não vem a informação do que teria mudado a rainha da Holanda. A estupidez ficou, assim, pela metade...

Diante disto não nos admiraremos se amanhã os Macedos publicarem o nome de uma princesa que se vestiu para ver Juscelino à noite. Afinal de contas o dia espetacular do grande leviano não pode ficar incompleto, nem os agentes do Itamarati querem expor-se às repreensões da hierarquia.

Deve haver, ainda, neste país, gente que tenha noção das suas responsabilidades quando no exercício de altas funções públicas. Deve haver gente poderosa com os olhos postos alarmadamente nestas coisas que vêm ocorrendo no Brasil desde 11 de novembro último. No Congresso a polidez está apodrecendo de tal modo que a Câmara parece, às vêzes, um picadeiro de circo romano com os gladiadores em luta por causa de um César prometido. O parlamento é, em tese, o campo onde homens educados debatem, em nome e para o bem do povo, os problemas de ordem pública, as questões políticas, as divergências partidárias inevitáveis nos regimes de liberdade. Desgraçadamente, na Câmara, e já agora, um pouco no Senado, vamos perdendo a substância moral e política dos agrupamentos civilizados.

Ninguém deve ir ao parlamento para mostrar que é va-

(Conclui na 22.ª página)

OPOSIÇÃO FIRME DA UDN TANTO QUANTO O PERMITIREM SUAS FÔRÇAS

Nem Para Servir à República Está o Partido Interessado Nesse Govêrno

DISCURSO DO SR. ERNANI SÁTIRO NA CÂMARA

SR. presidente, srs. deputados, a situação de estado de sítio em que nos encontrámos, com a conseqüente censura da imprensa aos pronunciamentos dos políticos ora em oposição ao govêrno vigente, nos obriga a ocupar, de agora em diante, com constância maior, a tribuna parlamentar, para não deixar sem réplica enérgica e oportuna as acusações formuladas através de jornais, da radiodifusão, ou de quaisquer outros meios de divulgação, para evitar que o nosso silêncio possa levar a opinião pública brasileira a nos julgar erradamente, nesta hora grave da República, em que todos os pronunciamentos da União Democrática Nacional, tôdas as suas atitudes têm sido pautadas dentro de uma linha de coerência, de patriotismo e de dignidade.

Ainda agora, a imprensa brasileira, as estações de rádio, todos os meios de comunicação existentes no país dão notícia da resposta formulada pela Mesa da Câmara ao pedido de informações do Supremo Tribunal Federal nos autos do mandado de segurança requerido em favor do presidente deposto, sr. Café Filho. Além do mais, o vespertino líder da campanha de imprensa que sempre se fêz no país contra nós publica entrevista do sr. deputado Vieira de Melo, que destôa daquêles têrmos elevados que s. exa. procura imprimir à sua participação nos debates desta Casa, com a agravante de, pelo órgão oficioso de seu Partido, dizer, nas palavras que precedem as declarações, que "vai falar o autor das informações prestadas ao Supremo Tribunal Federal".

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. exa. permite um aparte?

O SR. ERNANI SÁTIRO — Com prazer.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Desde que v. exa. refere agravantes, bom será que não esqueça uma. Esses ataques à UDN e aos presidentes depostos pela sedição de novembro ocorrem, justamente no momento em que o nosso partido e os jornais que atendem à nossa inspiração se acham postos sob a mais rigorosa censura, retirando-nos por completo a possibilidade de responder à covardia e ao desprimor das agressões.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Muito obrigado. Registro a contribuição de v. exa.

Sr. presidente, o que há de mais grave neste episódio é que um órgão oficioso, facioso, vem declarar que um deputado tirado da maioria e, por conseguinte, do fogo das paixões, foi indicado pela deferência de seus colegas da maioria para redigir a resposta solicitada pela Justiça. E' como se se estivesse num grêmio cívico e literário, em que uma peça de tal importância para os destinos da própria Nação fôsse transformando em instrumento de mera consideração pessoal de mera defrência ou de simples literatura, quando na verdade, a responsabilidade pela informação, a sua argumentação, o seu arrazoado, a dedução de suas razões, tudo isso deveria ser da responsabilidade, da Mesa, coletiva e impessoalmente, e não como um derivativo reprovável e criminoso dessas atribuições constitucionais e legítimas, ser entregue a um homem que vem reproduzir, de certo modo, num documento oficial, tôda aquela arenga, todo aquêle arrazoado, todo aquêle conjunto de paixões, já expresso em discurso recente proferido desta tribuna.

Perde, assim, esta informação, logo de início, a sua autoridade, a sua seriedade, porque ali não aparece a Mesa da Câmara como representante dêste órgão do Congresso Nacional, nem aquilo é uma expressão da maioria, porque a Mesa de uma Casa do Congresso está acima da maioria, desde que intérprete de um corpo legislativo. De modo geral, ela perde a sua autoridade, digamos, moral e jurídica. Em lugar de uma contribuição, de uma informação oficial, o pronunciamento assume o caráter puro e simples de arrazoado da parte contrária, de um litigante, de um interessado direto no pleito que se vai decidir.

O SR. ARMANDO FALCÃO — Como o deputado Vieira de Melo não está presente, e confesso a v. exa. que não acompanhei o desenrolar dos fatos de que resultou a exposição feita pela Câmara ao Supremo Tribunal Federal, queria ponderar a v. exa., valendo-me dêste aparte que as informações solicitadas pelo Tribunal, ao se dirigir à Câmara, foram dirigidas ao seu presidente, e êste usou — desculpe-me discordar de sua opinião — de um direito que lhe assiste, qual o de chamar os deputados tais ou quais, para prepararem as informações. S. exa. prestou as informações na qualidade de presidente da Mesa.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Não é exatamente esta a situação. As informações não são do presidente, mas, sim, da Mesa, em caráter coletivo, como se pode ver da propria deliberação publicada hoje no "Diário do Congresso", em que se diz que aquelas informações elaboradas foram unânimemente aprovadas pelos membros da Mesa. Logo, não se trata, sr. presidente, de um simples assessor do presidente da Câmara dos Deputados que, ou se arvorou em redator do documento ou foi chamado para isso, reproduzindo, em muitos dos seus aspectos, aqueles mesmos argumentos tendenciosos e apaixonados já manifestados em discursos anteriores, quando se debateu aqui aquela matéria, e na sua entrevista concedida a um vespertino desta capital.

O SR. MARIO MARTINS — V. exa. aludiu a uma publicação no sentido de que a decisão da Mesa fôra tomada por unanimidade?

O SR. ERNANI SÁTIRO — E' o que se lê no "Diário do Congresso Nacional" de hoje.

O SR. JOSE' GUIMARÃES — Pela "unanimidade dos presentes".

O SR. MARIO MARTINS — E' o caso de se perguntar se houve convocação total da Mesa. Posso garantir que o deputado Rui Santos jamais emprestaria seu nome a uma monstruosidade dessa ordem.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Agradeço a antecipação de vossa exa.; mas ia, precisamente, comentar êste aspecto da declaração existente no "Diário do Congresso" de hoje.

O SR. JOSE' GUIMARÃES — O deputado Rui Santos não foi presente apesar de convocado e convidado. Mas os que lá estavam apoiaram por unânimidade as considerações do presidente em exercício, sr. Flôres da Cunha, nas informações a que v. exa. se refere.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Sr. Presidente, não irei fazer, neste momento, a análise minuciosa de todos os argumentos em que se estribou a Mesa da Câmara para contestar os têrmos do pedido de mandado de segurança impetrado em favor do sr. Café Filho. Mas existem alguns aspectos que não podem deixar de ser glosados imediatamente, mesmo porque não sabemos até quando a munificiência, a generosidade, a boa vontade do govêrno de fato que aí está instalado, ou seja, o sr. general Lott, ou qualquer outro que o substitua nesta aventura, não sabemos até quando essa generosidade e essa boa vontade permitirão que continuemos a discutir agora fatos tão importantes, para que se escrevam, no futuro, as páginas dêste momento agitado de nossa História.

O SR. LUIS GARCIA — Permita-me v. exa. Não quero perder a oportunidade de informar ao deputado Armando Falcão — quando declara que o ato do presidente foi próprio do Presidente, já que o pedido de informações foi dirigido ao presidente da Câmara, portanto, s. exa. poderia informar sem ouvir a Mesa; quero informar a s. exa. que, não faz muito tempo, a Câmara foi ouvida a respeito de um mandado de segurança da Panair do Brasil, e a Mesa se reuniu, designou relator, aprovou o parecer do relator e remeteu êsse parecer como informação da Câmara, tendo até o nosso colega, deputado Rui Santos, redigido seu voto vencido.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Porque uma coisa, meus colegas, deve ficar desde logo assentada. E' que a resposta da Mesa da Câmara, ou de seu ilustre Presidente, não poderia ser, como foi, uma peça polêmica, não poderia ser o arrazoado de um litigante, mas, sim contendo imparcial e sincera, contestando os motivos e fundamentos em que a Mesa ou presidência da Câmara se teria firmado para proferir sua decisão. Ao contrário disso, o que se vê, sr. Presidente? E' que a informação começa insultando o sr. Café Filho, insultando o homem que foi depôsto pelo Congresso. Principia negando-lhe autoridade moral para invocar dispositivos constitucionais em defesa de seus direitos, de seus sagrados direitos invioláveis, e continua numa série de escamoteações jurídicas, num conjunto de argumentos e sofismas engenhosamente articulados, mas que aos olhos do observador mais esclarecido logo se reduzem a uma côlcha de retalhos, sem congruência e sem continuidade, perdendo, assim, não apenas pela sua paixão, mas principalmente pelo seu ilogismo, o caráter de uma verdadeira peça jurídica, de um legítimo arrazoado, que está a ser exigido pela cultura jurídica do Brasil, por esta Câmara dos Deputados, e que deveria ser a expressão do conhecimento da lei, em defesa da cultura de nossa gente.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Posso mesmo asseverar a v. exa., sr. Deputado, que nunca vi, nunca li nada em que a chicana e a especiosidade da argumentação houvesse transparecido tanto como nessas informações da Câmara dos Deputados e do Senado, sôbre o mandado de segurança do sr. Café Filha. V. exa. falou em argumentação apaixonada de litigante. Muito mais, sr. Deputado: é argumentação de litigante chicanista.

O SR. ARMANDO FALCÃO — O orador permite um aparte?

O SR. ERNANI SÁTIRO — Com prazer.

O SR. ARMANDO FALCÃO — Evidentemente, o sr. deputado Adauto Cardoso e v. exa., é certo, com muito maior serenidade, não estão, pela posição que assumiram, em condições de apreciar o trabalho do deputado Vieira de Melo de que hoje v. exa. focalizaria o problema, dessa tribuna; entretanto, posso informar a v. exa. e à Casa que, dentro de poucas horas, s. exa. ocupará essa mesma tribuna que v. exa. ilustra, para dar os esclarecimentos e as explicações, em face da argumentação do nobre orador.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Obrigado a v. exa. Mas, não se pode dizer que eu esteja falando numa espécie de surprêsa em que seria colhido o sr. deputado Vieira de Melo, porque se presume, pela publicação, o conhecimento das inscrições feitas nesta Casa; e não apenas o «Diário do Congresso Nacional», mas inúmeros matutinos de hoje registram que, efetivamente, eu ocuparia a tribuna para dar a palavra de meu partido, a propósito dêsses acontecimentos políticos.

No entanto, sr. Presidente, para não deixar no vácuo, para não deixar em terreno menos firme as minhas afirmações sôbre a insustentabilidade daqueles argumentos aqui lançados, não apenas pelas informações da Câmara dos Deputados, como, mais de uma vez, em entrevista e em discursos, pelo sr. deputado Vieira de Melo, basta consignar que, na história de nossa vida parlamentar, nunca se fêz, como agora, tanta confusão, tanta subversão no que sejam os chamados poderes implícitos da Constituição Federal.

Quer dizer, sr. Presidente, tudo quanto é de absurdo, tudo quanto é de heresia jurídica, tudo quanto é de absorção de poderes, tudo quanto é de invasão de atribuições alheias de outros órgãos ou poderes, tudo isso aparece, por uma espécie de magia ou de feitiço, simbolizando nesta arcaica regra de nossa Constituição de 1891, tão mal interpretada que, afinal, terminou sendo riscada do têxto constitucional.

Ninguém nega, sr. Presidente, que ainda hoje, em doutrina, existem os poderes implícitos. Mas os poderes implícitos existem, na lição de todos os tratadistas, como exegese, como desdobramento, como interpretação de cada um daqueles poderes expressos contidos na Constituição, e não como inversão, como subversão, porque então, não adiantaria estabelecer poderes expressos do Congresso Nacional, porque sob a simples invocação da regra dos poderes implícitos tudo estaria subvertido e transformado, a serviço das paixões do momento.

Quando se formou a República dos Estados Unidos da América, de onde nós bebemos êsses princípios tão citados e tão desvirtuados no Brasil, a preocupação que informou os legisladores constituintes foi, precisamente esta: evitar que, de futuro, os Estados membros, os Estados poderosos integrantes da Federação, se julgassem com o direito e a prerrogativa de usar, a seu bel-prazer, e em seu proveito próprio e contra os interêsses da União, todos aquêles poderes que não estivessem expressamente contidos e delimitados na Constituição, tanto que inúmeros tratidistas, não só nos Estados Unidos, como também no Brasil, sustentam a desnecessidade dessa regra dos poderes implícitos, porque, de modo algum, os Estados membros, de modo algum, as várias Províncias transformadas, posteriormente, em Estados da Federação poderiam usurpar aquêles poderes que por fôrça do próprio regime estabelecido, caberia à União e não àqueles Estados. Inúmeros dêsses comentários esclareceram que, a respeito dos poderes implícitos, têm sido escritas as maiores barbaridades. Êsses poderes, no dizer de Hamilton, são apresentados ao povo com as côres exageradas de uma falsa interpretação, como instrumento destinado à destruição dos governos e o aniquilamento de suas liberdades, mas, a verdade, acrescento eu e o confirmam inúmeros constitucionalistas, é que, a regra que determina a existência dos poderes implícitos não passa de síntese de recapitulação dos poderes expressos. Se não havia nenhum poder expresso na Constituição se, não havia regra alguma, ou preceito, que permitisse aquela estranha, aquela esquisita moção ou resolução, ou qualquer coisa que se lhe chame, que se votou aqui num dia e numa noite sombria da República, se nada disto autorizava, como é que a simples recapitulação da regra, como é que a simples reprodução posterior da Constituição permitiria que, em nome de poderes inexistentes um poder invadisse outro, como é que se pode permitir arrogar-se o Congresso o direito de declarar uma moléstia que sòmente o médico poderia afirmar que tenha passado de seu momento mais crítico?

E' contra isso, sr. Presidente, que nós nos rebelamos e, neste único veículo, nesta única válvula, nesta última possibilidade de defesa que temos, por meio dêste discurso que certamente morrerá aqui dentro, que certamente ficará asfixiado e contido nas paredes do Palácio Tiradentes, mas que haverá de repercutir, estou certo, no coração e no espírito dos meus colegas não sòmente da minoria para que fortaleçam sua convicção inabalável de continuar trabalhando pela Constituição e pela República, como no dos colegas da maioria para que façam numa reflexão a revisão de suas abstrusas teorias e possam, em dias do futuro, negar atos como aquêles que envergonham e desonram a República.

O SR. ADAUTO CARDOSO — São tão fracos, tão débeis os argumentos das informações prestadas ao Supremo Tribunal Federal, que a censura sequer permite a transcrição das mesmas na imprensa, através da palavra desapaixonada dos juristas. (Muito bem). Como subsídio ao discurso de v. exa. e para testemunho permanente, pelo menos nos Anais da Casa, da desgraçada situação em que nos encontramos, quero oferecer-lhe, para ser incluída na oração que v. exa. vem proferindo, a entrevista hoje, concedida pelo jurista Dario de Almeida Magalhães à «Tribuna de Imprensa» e que o major de infantaria, incumbido da censura daquele órgão, impediu fôsse publicada. Ofereço esta entrevista a v. exa., a fim de que conste do seu discurso e para que, através dêle e das prerrogativas desta Câmara e das nossas imunidades, tentemos a publicação da palavra serena, isenta e distante de um jurista, a respeito da legalidade dos poderes dêsse govêrno.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Muito obrigado. Incorporarei ao meu discurso o documento que v. exa. exibe. Para isso, vou proceder a sua leitura:

«Lendo as informações prestadas pela Mesa do Senado (creio que as oferecidas pela Mesa da Câmara são do mesmo teôr), lembrei-me destas palavras de Ruy Barbosa, em oração famosa: «Se tais são os efeitos do estado de sítio, senhores, já ficamos sabendo que êle não sequestra só aos povos a liberdade; também sequestra aos leguleios o siso». Pois só o desatino das paixões e a subversão dos critérios, o que se chama naquele documento «a convulsão dos espíritos», agravada pela anarquia constitucional que se instaurou no país, podem explicar os disparates que ali se acumulam, com a maior desenvoltura

O Supremo é competente — «A questão da competência foi articulada para encobrir a penúria de argumentos no que diz respeito ao exame do mérito. A Constituição, no artigo 101, nº 1, letra «i», atribui ao Supremo Tribunal o julgamento dos mandatos de segurança requeridos contra atos da Mesa da Câmara ou do Senado. Não se refere expressamente aos atos de

(Continua na 20.ª página)

Oposição Firme da UDN Tanto Quanto o Permitirem Suas Fôrças

(Continuação da 19.ª página)

deliberações da Câmara ou do Senado, pelo seu plenário. Mas o Supremo, no exercício da sua prerrogativa constitucional de interpretar construtivamente a Constituição, definindo a própria competência, suprindo por extensão inelutável as próprias omissões do estatuto básico, já decidiu, por unânimidade de votos, que por fôrça lhe há de tocar a competência para a apreciação de pedidos de segurança contra atos ou deliberações da Câmara ou do Senado, pelo motivo óbvio de que nenhum outro órgão do Poder Judiciário poderia exercer jurisdição em tais casos. Assim se pronunciou no mandado de segurança requerido pelo Sindicato dos Bancos do Distrito Federal contra a deliberação da Câmara, que mandara publicar o relatório do inquérito realizado no Banco do Brasil nos primeiros tempos do govêrno Vargas.

Tema velhíssimo — «Quanto à alegação de que se trata de matéria política, subtraída, em consequência, ao exame do Judiciário, é de tal modo inépta que causa espanto tenha sido articulada em pleito dessa relevância. A tese é velhíssima e está esgotada nos debates travados, na doutrina e nos tribunais, no curso da nossa vida constitucional. Desde os primórdios da vigência da Constituição de 91, Ruy Barbosa, vulgarizando as lições dos constitucionalistas e da Suprema Côrte dos Estados Unidos, esclareceu luminosamente, a questão, desmoralizando a arma terrorista destinada a acobertar os atos de arbítrio e prepotência das maiorias facciosas ou dos governos desmandados. Sempre que um órgão ou autoridade excede os limites de sua competência constitucional ou legal, e viola um direito individual, a questão deixa de ser, em consequência, «puramente política», qualquer que seja a sua natureza, e incide na censura do Judiciário, no cumprimento da função específica que lhe cabe no nosso regime de assegurar o respeito da Constituição e das leis. Esta é uma noção trivial, que nenhum estudante medíocre de Direito pode ignorar. Se assim sempre se entendeu entre nós por fôrça dos princípios inerentes à nossa organização constitucional, o princípio já hoje se apresenta com o prestígio de uma garantia básica inscrita na Constituição, no artigo 141, § 4º, e cuja vigência não foi alcançada pelo ato que estabeleceu o estado de sítio: «a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual».

Que se argui no pedido de segurança em favor do presidente Café Filho? Exatamente que a deliberação da Câmara e do Senado, que o declarou impedido para o exercício da Presidência da República, é absolutamente contrária à Constituição, e viola o direito que assiste ao chefe do Poder Executivo de exercer o mandado em que está legitimamente investido.

O móvel que inspirou a deliberação impugnada foi evidentemente político; mas pelas suas consequências jurídicas, ela se transformou num caso judiciário, que há de ser apreciado pelo único poder competente, cuja missão não é outra senão de garantir o respeito da Constituição, do sistema legal e dos direitos individuais.

Ainda uma vez, pois, se desmoralizará, certamente, numa grave conjuntura da nossa vida constitucional o recurso de que se lançou mão — o espantalho das «questões políticas», que Ruy Barbosa chamava «a velha medicina caseira» de que se socorriam os governos prepotentes para subtrair as mais grosseiras violações do sistema constitucional ao contrôle do Judiciário»

★ PROTEÇÃO IRRECUSÁVEL

«Sôbre o mérito da questão, nada se aduziu nas informações que apresente qualquer seriedade e deva merecer contestação. E nem seria possível encontrar argumentos sequer de aparente legitimidade para acorbertar o que é totalmente indefensável, por maior que fôsse a ousadia e o desembaraço dos autores do espantoso atentado inédito pelas suas proporções, na história da nossa vida política. Não há notícia de tão radical e impudente subversão da ordem constitucional.

«A esperança dos responsáveis pela deliberação que golpeou o regime na sua estrutura está posta no não conhecimento do pedido de segurança pelo Supremo, em virtude da superveniência da lei que estabeleceu o estado de sítio, e na qual se encontra dispositivo adrede. Os que confiam no saber e no sentimento de responsabilidade dos ministros do Supremo Tribunal só podem considerar infundada tal esperança. A deliberação subversiva, que privou o presidente Café Filho do exercício de suas prerrogativas de presidente da República, foi tomada antes do estado de sítio; e antes da vigência do regime de exceção, foi também requerido o mandado de segurança. Não se trata, pois, da apreciação do ato praticado em virtude do estado de sítio, ou para atender às finalidades a que êste deve servir.

«De outro lado, não se pode admitir que os tribunais tenham como constitucional, com a amplitude que se lhe pretende atribuir, a suspensão, estabelecida no § único do artigo 2º que decretou o estado de sítio, da garantia do mandado de segurança com relação a todos os atos emanados do presidente da República, dos ministros de Estado, do Congresso Nacional e do executor do estado de sítio, bem como da suspensão do «habeas-corpus» quanto a todos os atos praticados por autoridades federais».

★ PODERES ABSOLUTOS

«Entendido com tal largueza, o estado de sítio se transformaria no regime de poderes absolutos, equivalendo à suspensão de todos os direitos e garantias constitucionais, pela supressão dos únicos instrumentos eficazes para protegê-los. Não é êste o regime do estado de sítio regulado pela Constituição, nos artigos 207 a 215. Os poderes se ampliam, mas não se tornam absolutos os incontroláveis, sob o império do mais desenvolto arbítrio. E êsse regime opressivo se estabeleceria, se se suspendessem os instrumentos adequados de contrôle pela intervenção do Judiciário. Só os atos praticados em virtude do estado de sítio, e para atender às suas finalidades imediatas, estão subtraídos ao exame da Justiça.

«Nem de outra forma se entendeu, entre nós, na vigência de outras Constituições, muito menos cautelosas em disciplinar o estado de sítio. Nem mesmo sob o estado de guerra, quer o decretado de 1935, quer o decretado em 1942, os tribunais entenderam de outra forma: o «habeas-corpus» e o mandado de segurança só não podiam atingir os atos das autoridades que representavam providências ligadas diretamente aos objetivos visados pelo regime de exceção».

«No caso que vai ser examinado pelo Supremo, o presidente Café Filho reivindica o exercício dos poderes e das prerrogativas inerentes à mais alta autoridade da República, de que foi privado por ato subversivo do regime constitucional. Estes privilégios, inerentes ao seu mandato, não foram nem poderiam ser atingidos pelo estado de sítio estabelecido posteriormente, nem se incluem nas garantias individuais suspensas pelo regime de exceção, como não o foram os privilégios e prerrogativas dos ministros de Estado, dos magistrados, dos deputados e senadores e dos militares, todos também consignados na Constituição».

★ Palavras de Ruy Barbosa

«As informações prestadas ao Supremo no seu fêcho, insistem na técnica terrorista procurando, com manifesto desprimor para o alto órgão judicante, plenamente cônscio de suas responsabilidades, colocar a questão em terreno meta-jurídico. Ainda aqui a palavra de Ruy Barbosa é que deve ser invocada: «A majestade dos tribunais assenta na estima pública; e esta é tanto maior quanto mais atrevida fôr a insolência oficial, que lhes desobedecer, e mais adamantina a inflexibilidade dêles perante ela. De um lado, o presidente, com o exército; do outro, a magistratura, com a Constituição. Pois esta potência inerme pode mais que tôdas as armas daquela».

«Quando a justiça dispõe de menos elementos materiais de obediência, para se impor, quando ela se vê solitária entre a sociedade degradada e o govêrno insurgido, precisamente então é que mais sublime e necessário é o seu papel. O juiz que não compreende, assim, em crises tais, a vocação de seu mandato, que não se sentir mais forte, quando fôr mais fraco, e que nesta fraqueza de direito desprezado não souber achar as vibrações da sua energia sagrada, fará política, inspirada talvez em móveis do mais alto e desinteressado patriotismo — fará política: mas não exerce justiça».

O SR. ALBERTO TORRES — A «Tribuna de Imprensa», em sua edição de hoje, foi impedida pela censura de publicar uma notícia informando aos seus leitores que v. exa. iria proferir o discurso com o qual está prendendo a atenção da Casa, notícia essa que peço a v. exa. considere inserid. em sua oração:

«Define-se, esta Tarde, a UDN

Discurso hoje do líder udenista Ernâni Sátiro — «Os nossos adversários podem estar tranquilos e desfrutar as delícias do Poder, conquistado pelo fôrça e contra a lei».

O deputado Ernâni Sátiro falará hoje na Câmara, definindo a posição da U. D. N. em face do atual momento político. O vice-líder udenista falará durante o grande expediente, rebatendo as acusações contra o seu partido. Trata-se do primeiro de uma série de discursos que visam intensificar a linha de combate do partido.

Oposição Inabalável

Antecipando o discurso desta tarde, disse-nos o deputado Ernâni Sátiro:

Nosso propósito de fazer oposição é inabalável. Estejam certos os nossos adversários que não será uma oposição de camaradas, mas uma campanha firme e constante, em defesa da legalidade destruída e de todos os princípios de liberdade e dignidade, sem os quais não se pode viver decentemente.

Os nossos adversários — PSD, PTB e seus aliados — podem estar tranquilos e desfrutar as delícias do Poder, conquistado pela fôrça e contra a lei».

O SR. ERNANI SATIRO — Muito obrigado ao nobre colega pela sua colaboração.

Um outro comentador da nossa Constituição, o sr. Carlos Maximiliano, analisando o dispositivo da Constituição de 1891 que tratava dos direitos implícitos, assegurava: «O dispositivo da lei brasileira, como o da norte-americana, foi inspirado pelo desejo de obter uma garantia maior e de se pôr em guarda contra as sutilezas cavilosas daqueles que, mais tarde, possivelmente, tentariam restringir os poderes constitucionais da União e subtrair-se à sua autoridade legítima».

Poder-se-ia, ainda, ver no comentador da Constituição de 1934 o sr. Araújo Castro: «A competência privativa da União não é limitada pelo que está enumerado na Constituição». Esse é que é o sentido da aplicação dos poderes implícitos, sr. presidente! E' resguardar os interêsses da União contra aquelas tentativas de açambarcamento de seus direitos, contra tôdas aquelas investidas, partidas de onde partissem, principalmente dos Estados componentes da Federação, contra aquêles interêsses substanciais sôbre que assentavam a própria unidade da Federação». Mas o que praticou o nosso Congresso, e que praticou a Câmara dos Deputados, seguida depois pelo Senado não foi aplicação de poderes implícitos. Foi, por mais estranho e indefinível que pareça, uma espécie de atribuição mista de órgão legislativo, executivo e judiciário. De órgão legislativo pela forma aparentemente legal, pela aparência de legalidade que uma simples votação não poderia seguramente trazer: foi ato de Poder Executivo perfilhado, ratificando uma situação de fato, um ato das fôrças armadas; foi um ato de Poder Judiciário aplicando e concedendo impedimento a quem não o pediu, a quem não o solicitou.

Sr. presidente, a prevalecer o princípio jurídico adotado pelo Congresso Nacional em substituição um tanto exdrúxula do que seria, na hipótese, e constitucionalmente um «impeachment» o que fêz foi adotar uma teoria que, a vigorar de agora por diante, nenhum presidente da República que não consiga obter a maioria do Congresso poderá persistir no poder, porque o processo de «impeachment» é cercado de tôdas as garantias, de tôdas as exigências, não apenas dos requisitos constitucionais que resguardam os direitos do sr. presidente da República, como também dos requisitos legais daquele diploma que veio regular a completar as exigências constitucionais. O que se fêz, sr. presidente, numa subversão total de valores jurídicos, o que se fêz, numa balbúrdia daqueles institutos que sòmente êles podem ser exercidos direitos por qualquer dos poderes: o que se fêz foi substituir o «impeachment», cercado de tôdas garantias constitucionais e legais, por uma forma de impedimento não solicitado, de impedimento ilegal e inconstitucional.

Sei, sr. presidente, que estou fazendo comentários em tôrno de uma batalha perdida: sei que tudo isso, do ponto de vista pragmático, já está transposto e que as minhas palavras poderão cair no deserto. Porém, sr. presidente, é dever dos homens públicos, quando defendem as boas causas, falar também para o deserto, porque êsse deserto milagrosamente, muitas vêzes, se fertiliza para o futuro. E' nosso dever não deixar sem uma palavra de réplica, sem uma contradita enérgica e imediata cada uma das cavilações que foram assacadas contra nós ou em defesa de situações de fato a que se procura dar uma fantasia legal e constitucional. (Palmas)

O SR. RAFAEL CORREIA — V. exa. sabe que o govêrno não pode prescindir do estado de sítio, porque, com liberdade de imprensa, êste Govêrno de fato não sobrevive 20 dias. V. exa. deve recordar que, para o 29 de outubro de 1945, não foi preciso estado de sítio; para o 24 de agôsto do ano passado, não foi preciso estado de sítio. Estado de sítio foi necessário em 37, quando o Govêrno estava conspirando contra as instituições e queria dar um golpe. O Govêrno que aí está é um Govêrno de fato; sem consistência legal e não se poderá manter vinte dias, com liberdade de imprensa. (Palmas)

O SR. ERNANI SATIRO — Outro grande intérprete da Constituição, sr. presidente, João Barbalho, comentando o mesmo dispositivo constitucional, isto é, a regra dos poderes implícitos previstos no Art. 34, Inciso 33 da Constituição de 1891, dizia que:

> «não se podem invocar os poderes implícitos para substituir remédios já previstos na Constituição, ainda que se queira um remédio mais eficiente, mais pronto e mais enérgico».

Para isso, sr. presidente, é que se fazem as construções jurídicas, para isso é que se disciplinam aquelas normas de conduta, dentro das quais nós temos de viver num Estado organizado: é para não ficar ao bel-prazer da parte mais forte, não ficar apenas ao alcance da ação do poder. Qual o remédio, qual a terapêutica, qual a solução para cada uma das crises que venha a surgir nos conflitos da sociedade organizada? Se a Constituição prevê o «impeachment», se estatui a forma normal de perda daqueles atributos do mandato ou do cargo que se exerce, não seria nunca por uma moção, por uma resolução, por um projeto, por uma declaração, que se viria substituir aquêle remédio legítimo, próprio e adequado, para o fim a que se tem em vista.

O SR. LUIS GARCIA — Perdoe v. exa. interromper as brilhantes considerações...

O SR. ERNANI SATIRO — Muito obrigado a v. exa.

O SR. LUÍS GARCIA — ... que vem fazendo na defesa da tese jurídica, realmente acertada e adequada para o momento. Não há, de fato, como diz v. exa., construção jurídica que possa dar aos poderes implícitos da Constituição fôrça para as resoluções que o Congresso tomou. Deve-se, aliás, dizer, preliminarmente, que nunca houve poderes tão explícitos quanto os de 11 de novembro e como os de 21 de novembro, poderes tão explícitos e tão expressos que foram manifestados ao Congresso pelos canhões e pelas baionetas. Se nunca houve poderes tão explícitos, logo ato de poderes implícitos não podem valer no caso. Em segundo lugar, senhor deputado, isso de poderes implícitos viria contrariar flagrantemente as linhas básicas do nosso regime constitucional, que diz, no artigo 36: «São poderes da União e Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si». Não se poderia fazer construção de linhas implícitas com a quebra da viga mestra da Carta Magna, que estabeleceu a independência dos poderes. Logo, o Congresso violou, flagrantemente, a Constituição, quando se arrogou o direito de considerar impedido o sr. presidente da República, violando, conseqüentemente, êsse princípio de independência e de harmonia dos poderes.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Deixando, assim, sr. presidente, apenas em suas linhas gerais, a minha oposição e a minha réplica aos argumentos da informação da Mesa, até que um outro colega de bancada venha, posteriormente, deter-se, melhor e de modo mais aprofundado, na análise dêsses argumentos jurídicos.

Não poderei deixar sem resposta algumas outras afirmações da maior gravidade, do sr. deputado Vieira de Melo, na sua entrevista que venho comentando. Diz s. exa., sr. presidente — e a Câmara e a Nação haverão de ficar estarrecidas — que entre aquêles planos previstos e em execução pelo sr. Carlos Lacerda, como uma espécie de biombo que apenas acobertava a ação da União Democrática Nacional (é o sr. Vieira de Melo quem o diz), havia um plano terrorista. Um plano terrorista!

Sr. presidente, acusações dessa natureza não se podem perder no vácuo e exigem prova imediata e completa. Aquêles que não querem perder definitivamente seu crédito perante a Nação têm o dever de exibir as provas de que nós tínhamos qualquer plano terrorista. E não é necessário insistir na fôrça e na significação das palavras, porque todo mundo sabe quanto de hediondo, de terrível, de desumano, existe numa ação terrorista. São acusações dessa natureza — já que a censura nos tolhe o direito de defesa — que precisam ter réplica e refutação imediata para que, pelo menos no futuro, quando se percorrerem as páginas de nossa História, desta quadra agitada da política brasileira sejam encontrados êsses protestos, essas respostas, êsses brados de indignação!

O SR. CROACY DE OLIXEIRA — O mundo é assim mesmo, nobre deputado. Ontem, eram elementos da UDN — e repare que não me refiro à UDN — eram representantes eleitos sob a legenda dêsse partido que pediam ao Exército, à Aeronáutica e à Marinha, enfim, às Classes Armadas do Brasil tomassem conta do poder. Alguns chegavam ao ponto de preconizar o fechamento do Congresso Nacional, e não ouvi, uma vez sequer, a voz de v. exa. alçar-se neste plenário contra colegas seus que agiam dessa forma.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Peço a v. exa. seja breve.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Hoje, depois de ocorrido aquilo que tanto pediam, certos senhores da UDN, hoje levantam-se vozes dessa tribuna e neste plenário para verberar a atitude de patriotas que buscaram respeitar a Constituição, evitando a implantação do regime ditatorial, o fechamento das duas Casas Legislativas, a fim de prevalecer a vontade do povo, o que alçou à Presidência da República, em pleito liso e limpo, o sr. Juscelino Kubitschek. E' estranhável que isso ocorra...

O SR. ERNANI SÁTIRO — Peço a v. exa. que seja breve no seu aparte.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — ... ainda mais de um deputado que nunca protestou contra os seus colegas, que levantavam a voz para reclamar o fechamento do Poder Legislativo.

O SR. ERNANI SÁTIRO — Em primeiro lugar, se v. exa.

(Continua na 21.ª página)

DISCUTE O LÍDER DA OPOSIÇÃO A PRORROGAÇÃO DO ESTADO DE SÍTIO

PRONUNCIA-SE O LÍDER DA MAIORIA SÔBRE A PUBLICAÇÃO DE DISCURSOS

REUNIÃO DAS MESAS DA CÂMARA E DO SENADO

COMO LÍDER, em exercício, do Bloco Parlamentar de Oposição, o sr. Prado Kelly examinou demoradamente ontem, na Câmara dos Deputados, durante a sessão da tarde, a questão do estado de sítio. O orador, começando por uma advertência para que todos considerem a relevância, a importância grave da medida que se vai votar, classificou, depois, êsse estado de sítio de «singular em tudo». Singular desde a sua origem, pois vivendo o país sob um govêrno de fato oriundo de uma insurreição militar com poderes constitucionais, o Legislativo e o Executivo não mais haurindo a sua fôrça na Constituição, mas no consentimento da autoridade triunfante, ocorre a anomalia de que se pratique o estado de sítio em proveito dessa mesma autoridade triunfante. E a finalidade constitucional do estado de sítio é constituir um obstáculo ao govêrno de fato!

Na Constituinte

Mas, para compreensão do assunto, o sr. Prado Kelly fêz, a seguir, um histórico — como se estivéssemos em um plano de absoluta normalidade política, como frisou — do instituto do estado de sítio. Lembrou as origens remotas ainda em Roma, durante a República, indo depois à América do Norte, à França, à Bélgica, à Itália, para examinar a contrafação do instituto na América do Sul.

A essa altura, pretendendo fazer uma censura ao orador, o sr. Divonsir Côrtes, um deputado paranàense do PTB, perguntou porque não incluíra na Constituição o representante fluminense, as normas que hoje defende.

O sr. Prado Kelly deu-lhe pronta resposta, com fatos e dados, provando que fôra graças a diligências suas e do sr. Otávio Mangabeira — diligências penosas e demoradas — que se evitou uma emenda do sr. Silvestre Péricles de Góis Monteiro ao projeto de Constituição. Êste pretendia incluir na Carta de 46 o estado de guerra existente na Carta de 37. Sòmente graças a essas diligências, prevaleceu a fórmula defendida pelo sr. Otávio Mangabeira, consubstanciada no artigo 206, isto é, a decretação do estado de sítio nos casos de «comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper».

O sr. Divonsir Côrtes não voltou mais a apartear...

Socorre-se o Sr. Nereu Ramos do Legislativo

Após êsse parêntese, retomou o sr. Prado Kelly o seu estrido, agora nos países sul-americanos, para concluir com a demonstração de que o estado de sítio sòmente se justificaria em caso de guerra externa, em casos de comoção interior grave, equiparada à guerra civil. E nenhum artifício, nenhuma fôrça de argumentação é capaz de demonstrar a existência dêsses pressupostos constitucionais. Sabe que o sr. Nereu Ramos declarou ter o Legislativo reconhecido a existência de comoção intestina, mas o orador recordava que, ao se debater a matéria, nenhuma voz se levantara em plenário para argumentar com a existência de guerra civil. Muito ao contrário disso, o próprio líder da maioria tivera o cuidado de declarar que não ocorria a hipótese. Não há, pois, como o Executivo socorrer-se nesse passo do Legislativo. Não há, também, como o sr. Nereu Ramos apoiar-se em seus auxiliares diretos para alegar a iminência de guerra civil. A mensagem dá conta de investigações, inquéritos em curso para apuração de responsabilidades, apreciáveis movimentações de oficiais, mas tal periculosidade não é tão evidente, pois já decorridos quarenta dias essa comoção ainda não ocorreu. Donde concluir: ou as suspeitas eram infundadas, ou, se procedentes, a Nação já foi tranquilizada, não se justificando mais a prorrogação do estado de sítio.

A Irresponsabilidade Provisória

O sr. Prado Kelly comentou, mais adiante, um trecho da exposição do executor do estado de sítio, exatamente, o trecho em que se fala em «decepção dos oposicionistas» com o que o próprio executor considera a falta de rigor na execução da medida. Contestou o orador que a oposição se decepcionasse. Ao contrário disso, ficou regozijada, mas perguntava por que a prorrogação, se tôdas as providências foram tomadas sem se recorrer a medidas excepcionais, sem «rigor»? Então o estado de sítio sòmente pode servir a dois objetivos: o Poder Judiciário e a censura à imprensa, incluída a divulgação dos discursos parlamentares. Quanto aos Tribunais, vigora no momento a irresponsabilidade provisória daqueles que no momento ocupam os mais altos cargos. Os Tribunais, em princípio, não podem conhecer de «habeas-corpus» e de mandados de segurança. Mas, mesmo sob êsse orisma, a prorrogação não se assenta em base moral ou jurídica, pois o Supremo conheceu do pedido da segurança do presidente Café Filho, apenas adiando o julgamento para quando terminar o estado de sítio. E o pressuposto é que o sítio terminasse a 25 de dezembro, e tempo teriam os juízes para o julgamento. A prorrogação visa, assim, forçar uma denegação da justiça, o impedimento de acesso à justiça, um direito assegurado pelas assembléias internacionais, como a ONU, e pelo § 4º do artigo 141 da Constituição.

★ A Censura à Imprensa

O outro alvo da prorrogação é censura à imprensa, e aí recordou o sr. Prado Kelly debates havidos em sessões anteriores sôbre o critério que estava sendo seguido com relação a determinados jornais da capital da República. Depois de fazer uma referência especial ao «Diário de Notícias», o orador perguntou se, mesmo sob êsse aspecto a prorrogação se legitimaria. E respondeu êle próprio pela negativa, lembrando que, em regime normal, a liberdade de imprensa tem o tríplice conteúdo, expressos no § 5º do Art. 141 da Constituição, § 14 do mesmo preceito constitucional, e o Art. 60 da Lei de Imprensa. O primeiro diz respeito à liberdade de pensamento; o segundo, o direito de exercer profissão lícita e o direito de propriedade; o terceiro, a livre circulação dos jornais sem qualquer impedimento.

Analisando tais dispositivos e invocando a palavra de Ruy Barbosa, recordou julgados do Supremo. Citou expressamente o caso da ação proposta pelo sr. Edmundo Bitencourt, fundador do «Correio da Manhã».

★ A Publicação dos Discursos Parlamentares

Examinando outro ponto que se relaciona com as prerrogativas da Câmara, passou à publicação dos discursos parlamentares. Lembrando que os senadores têm os seus pronunciamentos feitos da tribuna do Monroe, livre curso nos jornais, perguntou porque ainda se insiste em proibir a divulgação dos discursos dos deputados, prática que nada pode justificar. Para que a Mesa da Câmara se movimentasse, citou duas decisões do Supremo Tribunal Federal, a primeira no «habeas-corpus» n. 8.704, do qual foi impetrante o sr. José Eduardo de Macedo Soares, fundador do «Diário Carioca»; e a segunda, no «habeas-corpus» n. 8.736, impetrado pelo jornalista Irineu Marinho e redatores, compositores, impressores e distribuidores de «A Noite». No primeiro, o relator, ministro Muniz Barreto, frisou bem que os discursos, votos e pareceres dos senadores e deputados estão protegidos pelas imunidades que perduram no estado de sítio, não sendo lícito, vedar a divulgação dos discursos já saídos no «Diário do Congresso». O segundo Acórdão, que o orador transcreveu em boa parte, tem o mesmo sentido.

A essa altura, ouviram-se vários depoimentos sôbre a publicação impedida de discursos já visados pela presidência da Casa. Os srs. Ernani Sátiro, Gabriel Passos, Tenório Cavalcanti, Rafael Correia de Oliveira, Mário Martins, Castilho Cabral, Rui Santos e Raimundo Padilha, sendo que êste reclamou contra a mutilação de um discurso seu pela própria Mesa da Casa.

★ Reunião das Duas Mesas

Sob o pêso dessas reclamações, o sr. Gustavo Capanema informou que estava procurando uma fórmula para «colocar deputados e senadores no mesmo pé de igualdade» e também para assegurar a uns e outros «aquela razoável soma de liberdade que numa circunstância como esta precisa ser garantida. Disse mais o líder da maioria que iria providenciar uma reunião conjunta das Mesas do Senado e da Câmara para exame da questão.

Manifestou então o sr. Prado Kelly a sua confiança em que o líder da maioria não se detenha nessas providências.

Surgiu, porém, o sr. Adauto Lúcio Cardoso, que informou já estar também a censura cerceando a publicação de documentos do Senado.

A isso respondeu o líder dizendo que então será boa a oportunidade para que as duas Mesas acertem providências capazes.

Um aparteante inesperado, o sr. Manuel Barbuda, que é do Amazonas e do PTB, procurou justificar a censura aos discursos dos seus colegas, ouvindo em resposta que a questão já está vencida há 25 anos no Direito Público brasileiro.

Outro aparteante, o sr. Gabriel Passos, apoiou o orador, enquanto êste concluia as suas considerações fazendo uma referência ao discurso de Natal do sr. Nereu Ramos. Este falara muito em paz da família política, mas ponderava o orador que essa paz não se pode conseguir através de medidas excepcionais de estado de sítio. Porque a paz que o orador deseja, a paz que se deve defender é a paz votada no respeito ao direito de todos os concidadãos, na preservação das garantias constitucionais, em sumo a ordem jurídiac. E já que os livros sagrados foram citados pelo sr. Nereu Ramos, o orador respondia com o conselho de São Paulo, na Epístola Adventia: «Persevera nas coisas que sabes e que são confiadas à tua guarda».

Oposição Firme da UDN Tanto Quanto . . .

(Continuação da 20.ª página)

fôsse mais atento aos trabalhos parlamentares, teria notado que, em mais de uma oportunidade — e reavivarei a memória do ilustre colega — não só no célebre aparte do deputado Afonso Arinos ao sr. deputado Fernando Ferrari, que falava daquela tribuna, ficou esclarecida a posição de nosso partido, que encetava uma batalha judiciária, mas que não tinha, em nenhum de seus atos, em nenhum dos seus procedimentos, demonstrado estar empenhado em qualquer atitude golpista. E mais do que isso: de que, por mais atenção que nos merecesse o sr. Carlos Lacerda, como companheiro, como colega de representação, a sua atitude mais extremada, mais condizente com o seu temperamento, era nitidamente pessoal. Isso ficou dito e repetido, e machucado nos discursos do sr. Afonso Arinos, o que provocou, como sabe v. exa. — porque isso não ficou em segredo — sérios aborrecimentos, contra nós, por parte do sr. Carlos Lacerda. Esquecem-se vv. exas. de que o sr. Carlos Lacerda, com o ardor do seu temperamento, no govêrno do sr. Getúlio Vargas, não sabemos se fazia mais oposição ao govêrno do que à própria UDN, porque não tomava uma atitude mais forte contra aquêle govêrno. Mas o que não nos cabia, o que não seria digno de nós, do nosso passado como do nosso presente, naqueles momentos, em que vv. exas. se atiravam aqui como feras contra o deputado Carlos Lacerda, é que nós o obrigássemos a lutar em duas frentes, é que nós nos incorporássemos aos agressores e viéssemos a formar numa batalha paralela, numa declaração de princípio em cuja sinceridade vv. exas. não acreditariam. Também tive oportunidade de dizer aqui, em aparte — inúmeros de meus companheiros o repetiram da tribuna, pela imprensa, e, ainda hoje, vv. exas., surdos imemoriados, vivem a repetir e a proclamar que nunca tivemos um pronunciamento contra o golpe.

O SR. MARIO MARTINS — Permita-me o nobre orador um aparte. Acho estranho — e isso configura uma tática parlamentar — que tais expressões sejam usadas pelo deputado Croaci de Oliveira, porque sempre as vi empregadas por pessoas que não formam na mesma doutrina de s. excia. — faço justiça a s. excia. — e praticadas pelos líderes nazistas. Quando s. excia. pediu o aparte, estava convencido de que s. excia. viria justificar-se perante a Casa, e, ao contrário, ao invés de prestar contas, vem exigir contas.

O SR. CROACI DE OLIVEIRA — Por que prestar contas? Explique-se v. excia.

O SR. MARIO MARTINS — Chegarei lá. A última vez que o honrado deputado Croaci de Oliveira ocupava a tribuna, perguntei, em aparte, a s. excia., se era contrário, se considerava portanto, ilegal, qualquer impedimento ao retôrno, à posse, ao exercício do presidente Café Filho. E s. excia., embora em caráter pessoal, concordou em que o sr. Café Filho tinha o direito de tomar posse, se suas condições de saúde o permitissem. De modo que eu estava convencido de que s. excia. viria penitenciar-se públicamente, porque assistimos nêste País, no meu modo de interpretar, a uma das maiores imoralidades: um presidente notificar — não consultar — o Congresso de que precisava de um substituto, para efeito de poder submeter-se a um tratamento de saúde e, quando êste presidente se encontrava em condições de voltar ao exercício de suas funções, ser impedido pela fôrça e o seu lugar ocupado por um representante do Congresso. Estava, pois, convencido de que, em vez de pedir contas a v. excia., o deputado Croaci de Oliveira viria prestar contas e explicar porque mudou de opinião em tão pouco tempo. A minha ansiedade em tôrno dêsse esclarecimento é pelo muito que preso o ilustre colega.

O SR. ERNANI SATIRO — Sinto, sr. presidente, nesta altura do debate, não dar uma réplica mais viva ao meu ilustre aparteante, pois pareceria até desprimoroso e deselegante para nós; agora que o sr. Carlos Lacerda, por motivo mesmo da nova situação de fato instituída no País, se encontra ausente do Brasil e dos debates parlamentares, que eu ivesse dissecar aqui...

O SR. DIVONSIR CORTES — S. exa. se ausentou antes do estado de sítio.

O SR. ERNANI SATIRO — ... tôdas e cada uma daquelas oportunidades em que s. exa. ficou contra a linha de orientação, não apenas da bancada, como do próprio Partido, sem que a isso implicasse, no entanto, em qualquer indignidade. Sabemos quanto é pessoal a sua linha de conduta; sabemos quanto é ardoroso o seu temperamento, e que s. exa., realmente, não assumiu compromissos de disciplina partidária, nos têrmos estritos em que se pratica a vida pública e partidária no Brasil.

O SR. CROACI DE OLIVEIRA — Permita-me que responda ao deputado Mário Martins.

O SR. ERNANI SATIRO — Oportunamente

Esquecem-se, porém, de que até às vésperas das eleições o sr. Carlos Lacerda foi contra a candidatura do general Juarez Távora; esquecem-se de muitos problemas em que s. exa. estêve em posição contrária à do Partido, e só agora se vem dizer, apaixonadamente, que o sr. Carlos Lacerda era apenas um biombo atrás do qual se desenvolviam as atividades golpistas e terroristas da União Democrática Nacional, como se o sr. Carlos Lacerda, pela sua própria formação e pelo seu próprio temperamento, fôsse capaz de se transformar num biombo para jôgo de interêsses alheios, e como se a dignidade da UDN também permitisse lançar mão do expediente dessa natureza numa luta franca, decidida e corajosa que tem sido sua característica de ação, no Brasil.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Respondendo ao ilustre deputado Mário Martins, por intermédio de v. exa. quero dizer que de fato, indagado por s. exa. quando ocupava a tribuna da Casa, respondi a s. exa. que nenhum impedimento de ordem jurídico-constitucional havia para o retôrno do sr. João Café Filho à Presidência da República. Falei em meu nome pessoal e fiz a ressalva — aspecto jurídico constitucional. Sob o ponto de vista político, eminentemente político, quem falou não foi o deputado Croacy de Oliveira, foi êste Parlamento, foram as duas Casas do Congresso que reputaram impedido o sr. Café Filho para retornar ao poder. Portanto, repito, foram as duas Casas do Congresso, foi o povo brasileiro, pela sua maioria, o povo brasileiro que está representado no Parlamento.

O SR. ERNANI SATIRO — Peço a v. exa. que seja breve e não faça discurso paralelo. Solicito de v. exa que encerre o seu aparte, porque preciso prosseguir. V. exa. não está mais argumentando, v. exa. está discursando e êste direito é meu. Peço, portanto, que seja breve, pois o direito de discursar é meu, já que a Polícia, e estado de sítio, o govêrno de fato não nos permitem responder, pela imprensa, a tôdas as acusações.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Se v. exa quer que dê o aparte, continuo.

O SR. ERNANI SATIRO — Continue, mas seja breve, não faça discurso paralelo.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Estou respondendo a um

(Conclui na 22.ª página)

Uma Comissão de Inquérito Para Examinar a Saúde do Sr. Café Filho

Estranha Inovação Proposta Pelo Sr. Kerginaldo Cavalcanti

Outros Assuntos, Ontem, no Senado

Todo o primeiro período da sessão de ontem no Senado foi esgotada pelo sr. Kerginaldo Cavalcanti, que justificou uma indicação para que a Comissão de Justiça se pronuncie sôbre o seguinte:

1º) — se cabe, no caso, a constituição de uma Comissão de Inquérito, do Senado ou das duas Casas do Congresso, para apurar, pelos meios adequados, inclusive exame pericial, a exata situação da saúde do sr. João Café Filho e a compatibilidade dela com a sua volta ao exercício das atribuições do seu cargo; 2º) — se, em se verificando não estar s. exa. em condições de desempenhar o referido cargo, existe algum remédio constitucional, de iniciativa do Legislativo, para evitar seja s. exa. levado a reassumi-lo, pondo deliberadamente em perigo a sua vida.

Contra esta indicação manifestou-se, imediatamente, o sr. Juraci Magalhães, que falou em seu nome e no da UDN. Disse que se o sr. Café Filho reassumir será por sua alta deliberação; não necessita, para voltar ao exercício de suas funções, senão auscultar sua própria consciência. Se morrer no cumprimento do seu dever será problema apenas de s. exa. O que a Nação deseja é que o presidente Café Filho, nesta conjuntura aja de acôrdo com nossas tradições republicanas, tome uma deliberação em que se firme o princípio do respeito das Fôrças Armadas à autoridade civil do supremo dirigente do país. Mais adiante, declarou que a Nação já assistiu à queda de um presidente legítimo por praticar ato expresso de suas atribuições.

Com essas considerações, o sr. Juraci Magalhães negou apoio à indicação.

FALA O LÍDER DO PR

O sr. Atílio Vivaqua, orador seguinte, disse apoiar à indicação, cabendo à Comissão de Justiça julgar do seu aspecto constitucional. Fêz o senador capixaba elogios à atitude patriótica do sr. Café Filho, rendendo homenagem à sua dignidade.

Apoiaram a indicação os srs. Filinto Muller, em nome do PSD, e o sr. Auto Moura Andrade. Os srs. Domingos Velasco antecipou seu voto contrário à indicação e o sr. Novais Filho disse que o sr. Kerginaldo Cavalcanti queria introduzir uma inovação que envolvia assunto da maior relevância moral.

AUTONOMIA

Foi encerrada a discussão do projeto de reforma constitucional que concede autonomia do Distrito Federal. O sr. Caiado de Castro requereu a redução do prazo de oito para dois dias, a fim de que a matéria entre amanhã em segunda e última discussão.

O plenário aprovou ainda a redação final do projeto de orçamento da Aeronáutica, Trabalho e Comissão do Vale do São Francisco.

Oposição Firme da UDN Tanto...

(Conclusão da 31.ª página)

colega com quem, aliás, v. exa. foi generoso.

O SR. ERNANI SATIRO — V. exa. poderá inscrever-se, futuramente, e responder ao aparte.

O SR. CROACY DE OLIVEIRA — Aqui fica minha resposta: o povo respondeu à UDN. A maioria do povo brasileiro, por seus representantes, reputou impedido o sr. João Café Filho para retornar ao poder. Esta a realidade.

O SR. ERNANI SATIRO — Está encerrado o aparte de v. exa.

Sr. presidente, verifica-se ainda, na entrevista do sr. Vieira de Melo, que s. exa., certamente envaidecido pelos elogios frequentes ao seu talento jurídico e oratório, que não contesto, se está arvorando também em conhecedor da medicina, em juiz do restabelecimento, ou não, do sr. Café Filho, a substituir o parecer dos especialistas que examinaram o presidente da República e a proferir, num arrazoado jurídico-jornalístico, sentença que só poderia ser decretada pela ciência médica.

E tudo isso, sr. presidente, numa harmonia, num entrelaçamento, numa comunhão de argumentos e pontos de vista entre a informação da Mesa da Câmara, entre o discurso anterior do vice-líder do PSD e entre a sua entrevista aos jornais. Melhor seria que a Mesa da Câmara tivesse juntado todos êsses papéis e os mandasse como informação, oficial e apaixonada, ao pedido do Supremo Tribunal Federal.

Sr. presidente, faremos oposição, sim. Podem tranquilizar-se nossos adversários.

O discurso, o memorável discurso aqui proferido, há poucos dias, pelo eminente deputado Otávio Mangabeira, foi de sua inspiração própria e pessoal. S. exa. procedeu, como sempre, movido pelas melhores intenções democráticas e patrióticas, e tem bastante personalidade e suficiente autoridade para fazer o que fêz, em seu nome, exclusivamente com sua responsabilidade pessoal. Mas aquelas palavras tão elevadas do deputado Otávio Mangabeira foram interpretadas, logo a seguir, na paixão e no fôgo dos acontecimentos, como uma espécie de ação subterrânea e oportunista da União Democrática Nacional, como se estivéssemos interessados na partilha dêste espólio desgraçado de um Govêrno de fato; como se estivéssemos intuitos colaboracionistas; como se, pelo contrário, não estivéssemos com a determinação de fazer oposição, quanto permitirem nossas fôrças e quanto exigir o desafio de nossos adversários.

Tranquilisem-se, pois, os ilustres colegas e companheiros do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro. Podem usar e abusar dessa união heterogênea em que se encontram. Podem ocupar todos os postos e todos os cargos, porque, neste momento, pela sua ilegitimidade, não estamos interessados neles, nem para servir à República. Podem continuar rasgando a Constituição, tripudiando sôbre nossas tradições jurídicas e democráticas, que aqui nos acharão com a expressão rediviva e cada vez mais luminosa da «eterna vigilância».

Iniciou a Minoria no Senado a Luta Contra o Projeto de Prorrogação do Estado de Sítio

Manobra da Maioria Para Levar a Plenário Parecer Favorável da Comissão de Justiça

Estréia Desastrada de um Suplente

CONVOCADO especialmente para votar o projeto de prorrogação do estado de sítio, o Senado reuniu-se, ontem pela manhã, em sessão extraordinária. Anunciada a matéria, o presidente pediu o pronunciamento da Comissão de Justiça onde o sr. Kerginaldo Cavalcanti foi designado relator. O presidente daquele órgão pediu então o prazo regimental de duas horas para que fôsse dicutida e votada a matéria.

GOLPE DA MAIORIA

Dez membros da Comissão de Justiça estavam presentes. Submetidos a votos o parecer do sr. Kerginaldo Cavalcanti favorável ao projeto o presidente verificou que o ponto de vista do representante potiguar ia ser vencido, pois cinco votos eram contrários à prorrogação do estado de sítio e quatro favoráveis. O sr. Cunha Melo suspendeu a reunião por alguns instantes e pediu à Mesa que providenciasse, com urgência, um substituto para o sr. Lourival Fontes, que se achava ausente, em Petrópolis. O substituto foi cuidadosamente escolhido — o sr. Lima Guimarães — verificando-se então o empate, dando chance a que o sr. Cunha Melo, pelo voto escrito de Minerva, conseguisse a aprovação do parecer. Êsse recurso não foi considerado dentro da ética parlamentar, mas a minoria nada podia fazer.

CONTRA O ESTADO DE SITIO

No expediente da sessão, o sr. Alencastro Guimarães esgotou todo o tempo do expediente manifestando-se contra o projeto de prorrogação do estado de sítio. Disse o representante carioca: «que meditem os poderosos temporários de hoje, porque jamais prevaleceu a brutalidade sôbre a liberdade, jamais haverá de vingar a fôrça bruta contra o pensamento livre. Que meditem sôbre suas vidas, algumas de trajetória respeitável e alta às quais estão pondo um fêcho que não corresponde ao passado e de que se não poderão orgulhar. Ouvem a cada passo, palavras de repulsa e quase desacato como demonstração de revolta dos fracos que, não podendo agir pela fôrça, nem impôr a sua vontade, reagem pelo silêncio, pela abstenção e pela omissão». Citou, então o caso verificado num banquete de diplomatas em que se levantou um brinde ao «chefe de Estado». A maioria das taças não foram levantadas, seguindo-se um silêncio constrangedor.

Nesse momento, o suplente do sr. Jarbas Maranhão, sr. Nélson Franco fêz sua estréia por meio de um aparte, lembrando caso ao qual deu sua versão, ocorrido há mais de 20 anos, entre êle e o sr. Café Filho. A perfídia do aparteante foi repelida, prontamente pelos srs. Juraci Magalhães e Dinarte Mariz. O sr. Alencastro Guimarães, por sua vez, disse que não estava na tribuna para apreciar mesquinharias invocadas pelo suplente, mas para examinar assunto mais elevado, de interêsse nacional.

RESPOSTA

O sr. Dinarte Mariz foi depois à tribuna para responder ao suplente do sr. Jarbas Maranhão e defender o sr. Café Filho das acusações que êste fizera. Começou dizendo que «gostaria que s. exa. respeitasse as tradições de honradez do Senado. Lembrou, então, que o suplente que atacava de maneira tão insólita e desleal o presidente impedido antes de 11 de novembro o procurara para fazer pedidos ao sr. Café Filho. Acrescentou que a atitude do suplente, em hora tão grave, não honrava as tradições da imprensa nem a dos homens públicos do país, indo ao Senado, no primeiro dia do seu mandato tratar de casos pessoais.

Trocam-se, nessa altura apartes violentos entre o sr. Dinarte Mariz e o suplente do sr. Jarbas Maranhão, levando o presidente, diante da impossibilidade de restabelecer a ordem, a suspender a sessão.

Voltando a tribuna, minutos depois, o sr. Dinarte Mariz estranhou que o sr. Firmo estivesse fazendo acusações ao presidente, agora, que êle esta impedido de governar, quando há pouco tempo, procurou conseguir, por seu intermédio, uma audiência com o sr. Café Filho para uma visita de cordialidade.

«NÃO ME A DEU»

O sr. Firmo foi depois à tribuna para rememorar o caso ocorrido com o sr. Café Filho. Referindo-se à audiência pedida ao presidente da República, a que se referiu o sr. Dinarte Mariz, declarou que realmente solicitara, mas «o presidente não me a deu». Do seu discurso é o que há de mais interessante.

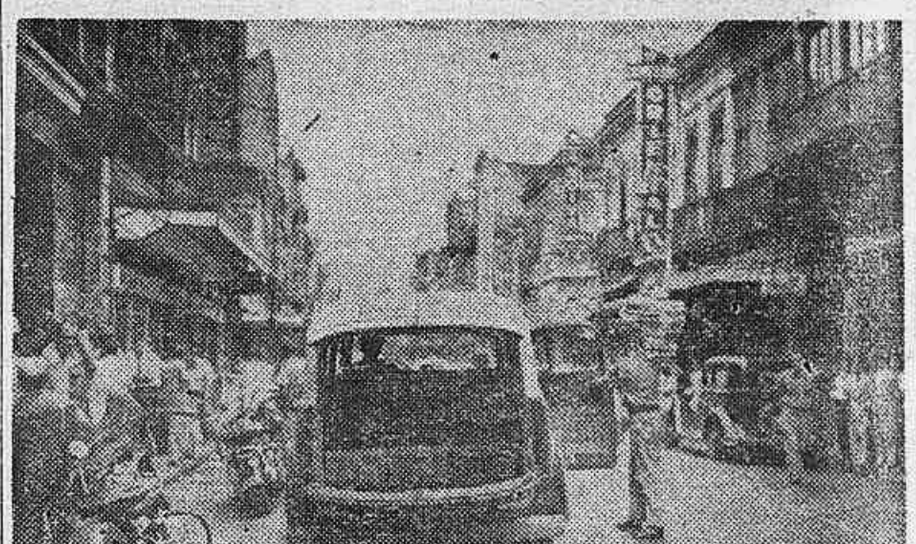
No final do discurso o sr. Juraci Magalhães declarou que era pena que êle fizesse sua estréia na tribuna de maneira tão lamentável.

Depois dos discursos a sessão passou a ser secreta, não tendo havido a votação da matéria o que ficou para segunda-feira às 10 horas.

DO FILHO PARA O PAI

O sr. Remi Acher ocupou a tribuna, em seguida, para fazer um discurso de despedida que assim começou: «Tendo cessado os motivos que determinaram a licença concedida ao senador Sebastião Archer, deixo hoje esta Casa e a êle entrego a cadeira, para a qual o povo maranhense, com tanto acêrto, o elegeu. Quebro o silêncio voluntário a que me impuz, para exaltar com palavras simples a personalidade do senador Sebastião Archer, a quem me ligam laços de sangue e de amizade, que só o mistério da vida e a grandeza humana constroem». E terminou: «Esta homenagem era devida ao senador Sebastião Archer, pelos seus amigos e coreligionários e também pelo seu filho, que sou eu».

LOTANDO AS CAMIONETAS



Tôdas as camionetas e outras viaturas que participaram da diligência, foram lotadas com os exemplares da edição condenada, encarregando-se os soldados da Polícia Especial, de efetuar o transporte.

Elogios...

(Conclusão da 18.ª página)

além do mais, interessantíssima. Eis a carta: — «Sr. Rafael Correia de Oliveira — Numa das palestras semanais, às sextas-feiras, na T.V. Tupi, escutei atentamente as palavras de um padre que narrou as lutas travadas entre Felipe e Demóstenes, na Grécia. Ao terminar, dirigiu-nos palavras de fé e pediu-nos a pacificação, nesta hora tão conturbada. Conhecendo, porém, a falsidade de Felipe, desejaria uma resposta dos poucos homens que ainda me merecem confiança, às seguintes perguntas: Poderia Demóstenes aceitar a paz com Felipe se tivesse que abster-se de sua pregação moral? Consentiria Demóstenes numa paz que seria apenas uma capitulação diante da fôrça corruptora de Felipe, que além do emprêgo das armas, procurou anular o esfôrço de uns poucos patriotas com astúcia e suborno? Terão todos aquêles que lutaram com Demóstenes de abandonar o combate deixando êste mundo entregue aos homens que têm como guia a fôrça do dinheiro que tudo compra, — ideiais, amizades, patriotismo etc.? (a) HELENA P. DA COSTA».

Deixamos a resposta para o sacerdote da televisão Tupi-R.

O Grande...

(Conclusão da 18.ª página)

lentão. O resultado dessas exibições de coragem seria ótimo na resistência aos abusos da fôrça material que exigisse de deputados e senadores medidas anti-democráticas. Mas a briga braçal de homem a homem por causa de questões partidárias não prestigia o Poder Legislativo. Foi a tragédia de 1930, com as provocações de Sousa Filho e suas consequências, que trancou as portas do Congresso e sacrificou a liberdade do povo brasileiro.

Se juntarmos a êsses desagradáveis fatos, o ridículo de que nos está cobrindo, no estrangeiro, o sr. Juscelino, poderemos, sem o complexo de Cassandra, anunciar dias tormentosos para todos que amamos o Brasil e o desejamos forte, livre e respeitado.

A Sessão da Câmara do Dia 11...

(Conclusão da 14.ª página)

sentou a seguinte declaração de voto:

«Voto contra. O sr. Carlos Luz está em território brasileiro, reunido com os seus ministros leais e dirigindo-se à Nação como presidente da República e chefe das Fôrças Armadas. Designar outro presidente da República, no velho estilo caribiniano, é combater uma pretensa ilegalidade com uma ilegalidade flagrante».

★ *Renúncia do Sr. Flores da Cunha*

O sr. Flôres da Cunha, atendendo a pedidos formulados pelo sr. João Machado e outros, resolveu adiar a sua decisão quanto à presidência da Câmara. Esperará que se normalize a situação, para, então, resolver se renuncia à vice-presidência da Câmara.

★ *Adoeceu o Srr. Gustavo Capanema*

Quando iam mais acêsos os debates, o sr. Gustavo Capanema retirou-se do plenário para o seu gabinete em vista de ter sido atacado de mal súbito. Os médicos da Casa o socorreram, pondo o líder da maioria fora de perigo.

★ *Comunicação ao Sr. Nereu Ramos*

A requerimento do sr. Fernando Ferrari, o sr. Flôres da Cunha designou uma comissão de líderes e vice-líderes das bancadas que votaram favoràvelmente à moção, para fazerem a devida comunicação ao sr. Nereu Ramos.

Eram 16 horas quando a sessão foi encerrada, convocando-se outra para a próxima segunda-feira.

RESISTÊNCIA

DESDE que foi instituída a censura, pelas fôrças que se apoderaram do govêrno, a 11 de novembro último, o «Diário de Notícias» tem sido o alvo predileto das restrições à liberdade de informação e de crítica julgadas indispensáveis pelo govêrno de fato para manter-se na situação. Não lhes bastava, com efeito, a deposição de dois presidentes da República — o substituto legal em exercício, sr. Carlos Luz, e o presidente efetivo, sr. Café Filho, que sucedera ao sr. Getúlio Vargas na forma da Constituição e prestando compromisso perante o Congresso Nacional. Não lhes bastava obter do Congresso, através da maioria facciosa e, além disso, dominada pela ocupação militar da cidade, a ratificação de quanto fôsse preciso para salvar as aparências, embora ferindo de morte o regime e reduzindo a farrapos a Constituição, a pretexto de restabelecê-la. Não lhes bastava arrancar do mesmo Congresso um estado de sítio flagrantemente inconstitucional para coonestar a censura e oferecer uma saída ao judiciário, engasgado com o mandado de segurança irrecusável, em favor do sr. Café Filho.

Para que todo êsse programa pudesse ter execução, o essencial era a supressão da liberdade de imprensa. Por mais que contasse o plano com a conivência de diversos jornais, dispostos a tudo apoiarem, ainda que isso lhes custasse a renegação dos melhores momentos do seu passado, ainda assim êsse apoio não seria suficiente. Era preciso sufocar totalmente os outros, oprimindo, através da imprensa, a consciência e a opinião do país. Aos jornais independentes, não seria possível informar nem criticar e discutir. A censura, sob a aparência de medida geral, assumiu, além de tudo, uma feição que veio torná-la, se possível, ainda mais odiosa, porque se fêz discriminativa.

E' claro que o «Diário de Notícias» foi distinguido imediatamente pela censura, tanto a da Polícia quanto a da execução do sítio, como a vítima principal do regime de asfixia da informação e da crítica.

Em todo êste período, a vida dêste jornal tem sido a história de uma luta, luta cotidiana contra as imposições da fôrça, em defesa do mínimo que nos julgamos no direito de reclamar, mesmo em regime de exceção, que é a igualdade de tratamento. Esta, no entanto, tem sido sistemàticamente recusada a êste jornal, em todos os casos concretos levados ao conhecimento das autoridades.

Assim é que já no dia 13 de novembro era o «Diário de Notícias» chamado à presença do general Magessi, em exercício da Chefatura de Polícia, para receber reclamações contra uma edição, aliás, visada pela censura. Esta tinha sido suspensa, aquela tarde. Restabelecida, na mesma noite, fomos impedidos de publicar discursos parlamentares e até mesmo o retrato do deputado Afonso Arinos, autor de um dêles. Naqueles mesmos dias a «Imprensa Popular» publicava um manifesto do Partido Comunista, com o retrato do sr. Luís Carlos Prestes, tudo na 1.ª página.

Desde então passaram por êste jornal nada menos de seis censores diferentes, cada qual com instruções mais severas, para nos fazer calar, deixando sem informação completa e comentário esclarecedor os fatos mais importantes da vida nacional, neste momento de abdicações lamentáveis e de audaciosos atentados ao regime. Afora os que vieram antes do sítio e pertenciam ao Serviço de Censura de Diversões, como os srs. Elpídio Reis e Ottati, já designados pelo executor do sítio, tivemos os censores Maurício Marques Lisboa, Isaac Capeluto, Erico Quinam e Remígio Rovigati, substituídos porque, segundo foi declarado ao nosso diretor, no gabinete do executor do estado de sítio, o «Diário de Notícias» é considerado «um jornal difícil». Difícil por que? Porque não se submete de boa vontade, porque reclama, porque vive em permanente resistência contra os que vêm aqui cumprir a tarefa de não permitir o noticiário e as críticas que desagradam e contrariam a essa estranha situação implantada no país, ao que parece, incapaz de resistir a essa liberdade de comentário.

O mandado de segurança do sr. Café Filho não pode ser defendido pela Imprensa, não pode ser discutido no «Diário de Notícias», nem por editoriais e artigos assinados, nem por entrevistas e «enquêtes» entre juristas, ao mesmo tempo que um jornal situacionista podia fazer campanhas contra o que chamava a «audaciosa tentativa» do presidente da República reassumir seu pôsto.

No dia do julgamento, nada nos foi permitido publicar senão a nota da Agência Nacional. Os prós-

(AO LEITOR: — Foi publicação do artigo abaixo transcrito, em nossa edição de 28 de dezembro, que ocasionou a apreensão dêste jornal, naquele dia, pelas autoridades policiais, a mando daquêles que se apossaram do poder na madrugada de 11 de novembro. Reproduzindo-o agora, queremos lembrar ao leitor que o «Diário de Notícias», como prova do caráter discriminativo da censura imposta à imprensa, foi o único jornal que sofreu tal violência, com prejuízos inclusive de ordem patrimonial, no período de ilegalidade nascido com aquêle movimento subversivo e anti-constitucional).

prios votos dos ministros do Supremo só depois de alguns dias e de já publicados em outros jornais, puderam ser transcritos também aqui. Vetada, igualmente, a declaração sôbre o julgamento feita pelo sr. Café Filho, que pudemos divulgar dois dias depois como parte integrante de um discurso do senador Juraci Magalhães, de publicação autorizada pelo presidente do Senado.

Inúmeras têm sido as matérias publicadas em outros jornais e que ao «Diário de Notícias» têm sido rigorosamente vedadas. Para não ir muito longe, ainda há poucos dias, uma declaração do sr. Juraci Magalhães publicada pela «Tribuna de Imprensa» e que fomos impedidos de reproduzir, sob a alegação de que estariam proibidas quaisquer referências àquele senador.

Dois tópicos de críticas ao sr. Juscelino Kubitschek foram vetados porque se tem por intocável a figura daquele candidato. Intocável, também, o Partido Comunista, sob a alegação de que não pode mencionar nem criticar um partido que não tem existência legal... Diversas matérias editoriais têm sido vetadas, no todo ou em parte, sob essas estupeficiente alegação de que não se pode criticar e combater êsse partido «que não existe», o Partido Comunista. Mas a «Imprensa Popular» pode publicar tôda a propaganda que quiser em nome do «Comitê Central do Partido Comunista».

Documentos públicos por sua natureza, como discursos de paraninfo, relatórios do Tribunal de Contas (discurso do prof. Alberto Tornaghi, relatório e voto do ministro Pereira Lira) não puderam ser publicados no «Diário de Notícias». Nem mesmo em resumo, como conseguiram fazer outros jornais. O voto do ministro Pereira Lira, depois de veemente reclamação, pudemos resumir em poucas linhas, de acôrdo com a publicação anterior da «Tribuna de Imprensa».

As notícias de transferências de oficiais de elite, designados por motivos políticos, para postos impróprios para o seu merecimento, o «Diário de Notícias» não tem podido noticiar em primeira mão, nem tampouco reproduzir, quando publicados em outros jornais. O «Diário de Notícias», causa maiores preocupações do que qualquer outro, por sua penetração nos meios militares, onde é o jornal mais lido.

Nos dias de censura anterior ao sítio, tentamos defender a liberdade de, pelo menos, não opinar, quando a opinião não fôsse livre. Demos espaços em branco, em lugar de editoriais e artigos. Imediatamente foi proibido êsse recurso de oprimidos. Tentamos o de declarar que as nossas edições são visadas pela censura, e isso também foi vedado.

O deputado Adauto Lúcio Cardoso discursou, na Câmara, sôbre a situação, concluindo por oferecer denúncia contra alguns chefes militares dos movimentos de 11 e 21 de novembro, que declarou incursos na lei de Segurança do Estado. O «Diário de Notícias» foi proibido de publicar o discurso ou mesmo de noticiá-lo. Só conseguiu publicar que o sr. Adauto Lúcio Cardoso havia proferido importante discurso, àquele dia. Entretanto, emissoras oficiais noticiaram que o representante da UDN teria feito um discurso de acomodação, traçando nesse sentido os novos rumos do seu partido...

Para isso querem a censura e por isso nos sufocam e oprimem. Querem confundir a opinião, fazer o vácuo em tôrno da tribuna parlamentar, como em tôrno da tribuna judiciária e da tribuna acadêmica impedindo, por essa forma, as principais garantias e válvulas de segurança do regime.

Afeta-se dar ao sistema uma base de pretensa igualdade. Nada menos sincero e menos verdadeiro. As teses proibidas, os discursos proibidos, são ùnicamente os discursos e as teses de oposição. Se alguns discursos de situacionistas, como os srs. José Maria Alkimin, Vieira de Melo e Loureiro Júnior, foram também vetados, foi pelos apartes de que os crivaram deputados da oposição, como os srs. Mário Martins, Adauto Lúcio Cardoso, Oscar Correia e outros. A uma censura assim, submete-se gostosamente tôda a imprensa situacionista, que serve, com o próprio silêncio, se necessário, à ordem de coisas que defende e deseja.

Não obstante, um jornal da situação, dos que mais se têm esforçado na ingrata missão de defender o que se fêz e o que se está fazendo contra a Constituição da República e a normalidade do regime, resolveu declarar-se em rebelião contra a censura, deixando de lhe submeter um artigo de apoio ao 11 de novembro.

Como era de prever, não lhe aconteceu absolutamente nada, além de uma advertência «pró forma». O mesmo procedimento foi adotado, no mesmo dia, por um vespertino de oposição; e embora nesse caso fôsse de prever o contrário, não variou a atitude do executor do sítio, diante dêsse rompimento do cêrco. Entretanto, por singular coincidência, na véspera o nosso diretor tinha sido chamado ao Quartel-General, que o é, também, do estado de sítio, em consequência de incidente havido com um dos censores, no qual comunicara o propósito de não submeter à censura um tópico sôbre o sr. Juscelino Kubitschek. E ali, no Quartel-general do sítio, pelo Comandante João Mário Batista lhe fôra dito que a publicação de matéria não autorizada pela censura ou por ela vetada importaria na apreensão da edição. Não tivesse o «Diário de Notícias a mínima dúvida: as autoridades executoras do sítio, tomariam providências drásticas contra êste jornal. «Sem trepidação».

Foi exatamente isso que fêz um jornal ligado ao govêrno e parte da sua sombra. Nenhuma daquelas providências há de ter sido objeto de cogitações como até aqui estamos informados.

De qualquer modo, porém, o «Diário de Notícias», que foi o ameaçado de tôdas as formas de repressão, quer servir-se do ensejo para tirar a prova da igualdade de tratamento. Faz, hoje, o mesmo que foi feito sem consequências, apesar das ameaças já recebidas. Vamos vêr se a discriminação continua. Fazemo-lo com inteira consciência da responsabilidade assumida por esta atitude, combatendo não apenas a sombra, mas o que a produz. Sempre é um pouco diferente, como atitude, mas do ponto de vista regulamentar, a transgressão é rigorosamente idêntica: a publicação de matéria editorial sem autorização da censura, isto e, sem o seu conhecimento.

Fazemos muita questão de acentuar êste ponto, até mesmo para isentar de tôda e qualquer responsabilidade o funcionário incumbido de fazer a censura do jornal. Não se trata de uma falha ou descuido dêsse funcionário. A responsabilidade é, tôda e exclusiva, do «Diário de Notícias», pelos que por êle respondem e que a assumem com tranquilidade, no cumprimento do seu programa de resistência democrática, que é um dever de consciência para com o seu público, para com as tradições do jornal, para com o regime e para com a Nação.

Se alguma coisa viermos a sofrer por isso, o povo brasileiro saberá compreender as razões da nossa atitude e avaliará das que forem invocadas para explicar a repressão parcial, unilateral, que só funciona contra nós. A máscara da igualdade de tratamento cairá, aos olhos da Nação, que compreenderá melhor o regime a que, em verdade, está submetida e que não é, por mais que o apregoem, o dos «quadros constitucionais vigentes».

Ciente e consciente de todos os riscos, julga o «Diário de Notícias» ter seu dever arrostar com tôdas as possíveis consequências de sua atitude, revelando à Nação o que tem sido a luta cotidiana dêste jornal sob a censura do estado de sítio e como funciona arbitrária, desigual, discriminativamente o sistema de sufocação a que está submetido. Impelem-no suas tradições de resistência, a fidelidade a um programa que não é senão o prolongamento de um passado glorioso, o devotamente aos princípios que sempre o nortearam, desde a fundação, o amor à democracia e à República, o culto apaixonado da Pátria — de uma Pátria moralizada e livre, que é a aspiração, o sonho, o destino e há de ser um dia a realidade do Brasil.

TÓPICOS

VIOLÊNCIA GRATUITA

Continuam presos, por ordem do ministro da Guerra, numerosos oficiais do Exército, cêrca de uma centena, sem a menor justificativa.

Não se irrite o general Teixeira Lott com a aparente intromissão — que intromissão não é, mas o reparo razoável de uma voz livre — na seára do qual é tão cioso. E' que a situação daqueles militares, é, em regra, a da mais absoluta ausência de culpa até mesmo pela omissão de que estejam sendo acusados.

Muitos deles, achavam-se nos seus setores de trabalho, cumprindo pura e simplesmente seu dever de obediência a superiores hierárquicos, acompanhando-os aos destinos por êstes tomados. Nenhum deles empunhou armas, nenhum deles tentou frustrar o golpe elaborado na noite de 10 de novembro.

E' o caso, por exemplo, dos que desempenhavam funções no gabinete militar da presidência da República e executaram a estrita obrigação de acompanhar o sr. Carlos Luz. Os outros detidos estão em condições semelhantes, acusados, de certo, apenas de não terem abandonado seus chefes e amigos correndo em apoio da intentona.

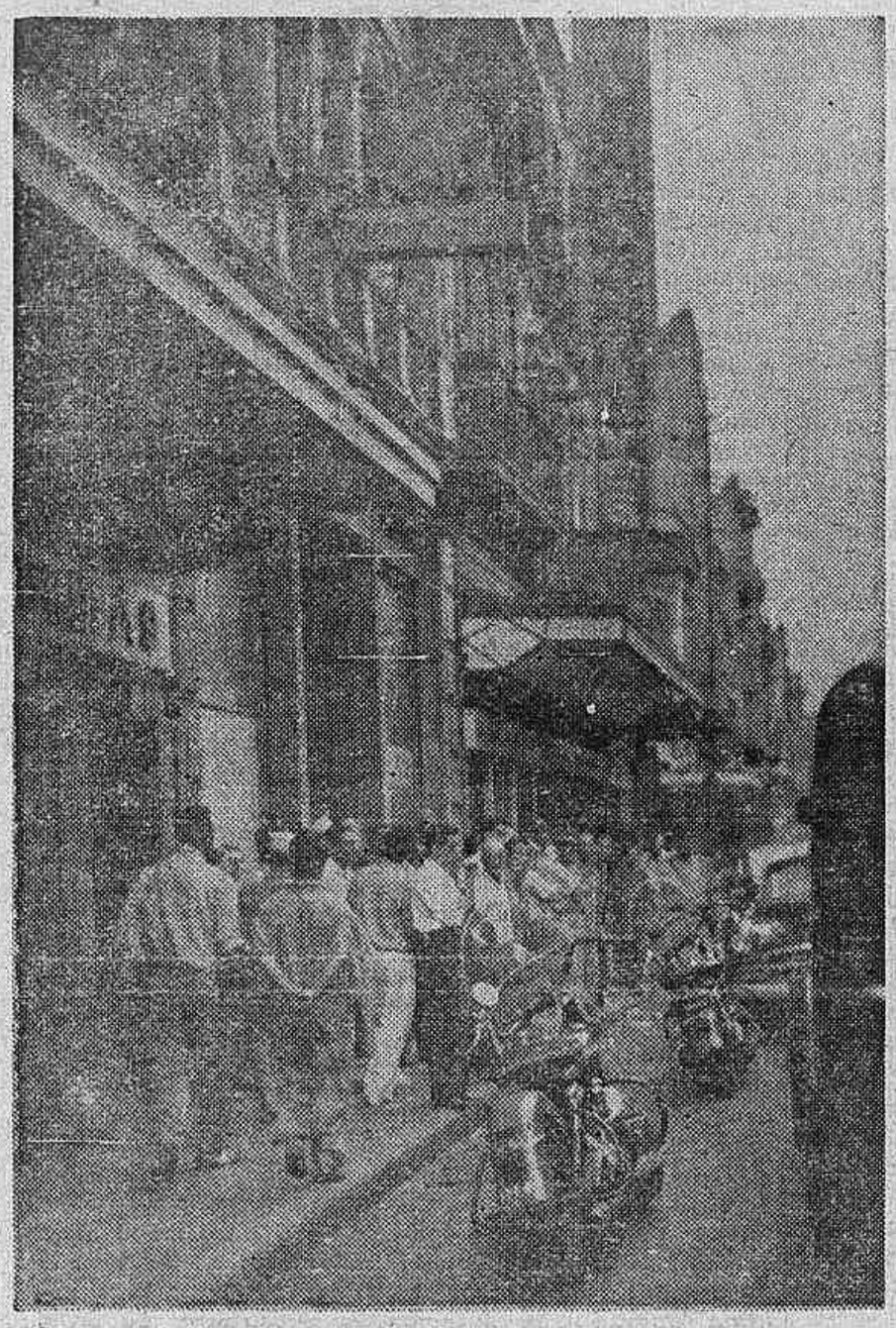
Vê-se que já se impõe castigo até por ações não cometidas, a autores de infrações não ocorridas, pelo simples pressuposto de que não aplaudem a rebelião.

Conta-se que com o coronel Meneses Côrtes aconteceu meramente o seguinte: colhido de surprêsa na Chefatura de Polícia, foi prêso; não se lhe encontrando culpa, foi sôlto; tendo recebido algumas centenas de visitas de amigos e admiradores de sua atuação no D. F. S. P. foi novamente prêso. Preventivamente — explicou, ontem, à reportagem, o seu substituto.

Estará ainda tão frágil, tão insegura, tão intranquila a situação do govêrno nomeado pelo general Lott com o «referendum» da maioria do Congresso, de modo a necessitar cercar-se de tantas cautelas, segregar tantos adversários apenas presumidos ou em potencial? De qualquer modo, muito se iludirá supondo que essas medidas odiosas o fortalecem, pois, bem ao contrário, geram antipatias, estimulam o antagonismo, fermentam novas crises.

Como e por qual intermédio fazer sentir ao poderoso controlador do govêrno estas razões? Imaginar que possa fazê-lo o sr. Nereu Ramos, na suposta condição de comandante supremo das fôrças armadas, uma ironia ou brincadeira de mau gôsto. Mas se há bom senso disponível no seio do govêrno, há de se pensar violência gratuita e contraproducente contra algumas dezenas de oficiais isentos de crime ou culpa

Caça ao «Diário de Notícias»



Com estrépito e aparato, às 5h15m de 28 de dezembro, a Polícia Especial cerca e ocupa a redação do «Diário de Notícias». Vêem-se, na foto, as motocicletas dos policiais.

APREENDIDA A 28 DE DEZEMBRO A EDIÇÃO DO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS"

Rememorando a Violência da Censura

COM o único propósito de demonstrar perante o público e as autoridades não coatoras, o caráter discriminatório da censura exercida rigorosa e inexoràvelmente sôbre êste jornal, impedindo-nos de publicar matéria divulgada em outros órgãos da imprensa, inserimos, em nossa edição do dia 28 de dezembro, um artigo sob o título «Resistência», onde, além de pôr em relêvo tão estranho quão odioso critério, reafirmávamos a nossa invariável disposição de lutar para não desmerecer das tradições desta fôlha.

Não esqueceram de certo os leitores do cruel revide das autoridades investidas do poder da Censura. Mal chegavam os milhares de exemplares de nossa distribuição diária às bancas de jornais, ali paravam as camionetas policiais, apreendendo violentamente os jornais expostos à venda. Mas, não foi só. Com um aparato de estarrecer, numerosos policiais armados, conduzidos em viaturas de tôda espécie, desciam em frente a nossa redação e oficinas, penetrando em tôdas as dependências do edifício, de onde retiraram os últimos exemplares onde estava inserto o artigo que tanto feriu os sagrados melindres do executor da Censura. Os prejuízos decorrentes da violência foram incalculáveis e dêles nos ressarciremos perante a Justiça. A hipótese sugere uma providência necessária, qual seja a de legislar no sentido de que autoridades que exorbitem, como no caso presente, deferidas pela Justiça a indenização reclamada, sejam responsabilizadas, pecuniàriamente pelos prejuízos decorrentes de seu arbítrio. À margem dêsse lamentável incidente que deploramos, assistimos, emocionados, ao reverso do mal com que a autoridade nos distinguiu: foram as expressivas demonstrações de simpatia e solidariedade recebidas de tôdas as classes sociais e de todos os pontos do país.

Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, altas vozes dos representantes do povo brasileiro, condenaram o atentado e sensibilizaram-nos com a sua solidariedade, o que ocorreu também em relação à Associação Brasileira de Imprensa. Milhares de telegramas vieram às nossas mãos, expressando manifestações de estímulo e solidariedade. Tudo isto nos conforta e anima, e, a despeito de tudo não temos do que nos penitenciar. Ao contrário, os estímulos recebidos inspiram-nos a permanecer ainda mais firmes e vigilantes, na defesa dos superiores interêsses do povo e do Brasil.

Apêlo da A B I ao General Lima Câmara

O general Lima Câmara, executor do estado de sítio, recebeu do presidente da ABI, sr. Herbert Moses, a seguinte mensagem:

«A Associação Brasileira de Imprensa acaba de ser informada de que, por ordem de autoridades superiores, está sendo apreendida a edição de hoje do «Diário de Notícias». Sabe v. exa., sr. general, que a Casa do Jornalista, independentemente de considerações de ordem política, a que permanece alheia, e sem entrar na apreciação da justificativa de normas de exceção, não pode, de forma alguma, deixar de protestar contra essa providência e, por isto mesmo, invocando as suas tradições pessoais de general democrata e de chefe de Polícia que soube pautar sua autoridade nos limites da lei, pede a v. exa. uma reparação à altura da própria medida.

A Associação Brasileira de Imprensa exprime ainda a v. exa. o quanto a missão de contribuir para um bom entendimento entre jornalistas e govêrno se vê dificultada por atos como a apreensão de um jornal da importância do «Diário de Notícias» cuja oposição à orientação governamental não constitui — data vênia — incitamento à perturbação da ordem pública.

Queira v. exa. crer na minha convicção de presidente da ABI às vésperas de completar o quarto século de mandato de que v. exa. e seus auxiliares hão de atender a êste apêlo que lhes faço, acima de política e dos partidos, com os olhos fitos no futuro das nossas instituições e na repercussão mundial da atualidade brasileira. — Herbert Moses, presidente».

APREENSÃO E DESTRUIÇÃO

Com presteza, os policiais apreendem tôda a parte da tiragem da edição que ainda se encontrava na sede do «Diário de Notícias», destruindo-a ou transportando-a.

Censura Descriminatória e Exclusiva

O QUE a seguir damos, constitui um dos mais altos testemunhos em favor de um jornal. O «Diário de Notícias» foi proibido, numa medida já não apenas descriminatória, mas exclusiva, de tratar a viagem do sr. Kubitschek aos Estados Unidos relacionando-a com a Petrobrás. Isso mereceu protestos na Câmara. O «Estado S. Paulo» fixou o acontecimento numa pequena nota a única que lhe foi possível dar. Transcrevemô-lo a seguir:

«Três oradores falaram sôbre a viagem do sr. Juscelino Kubitschek. Em primeiro lugar, o sr. Frota Aguiar, que recordou outra viagem feita quase em idênticas condições, a do sr. Júlio Prestes, eleito em 1930. O orador salientou que a invocação não envolvia nenhum mau presságio... Depois, o sr. França Campos, que é mineiro do PSD, leu um longo discurso em que procurou responder ao «New York Herald Tribune» que há dias fêz alguns comentários pouco favoráveis ao sr. Kubitschek.

Finalmente, o sr. Adauto Lúcio Cardoso fêz uma comunicação relacionada com a censura, o «Diário de Notícias» e a «Petrobrás». Informou que a censura proibira terminantemente êste jornal de comentar a viagem e relacioná-la com a «Petrobrás». O único comentário do orador: «Quer dizer: o segrêdo é a alma do negócio».

O sr. Rogê Ferreira solicitou informações ao Ministério da Justiça sôbre os motivos determinantes do emprêgo da Polícia Especial na fiscalização do tráfego em Copacabana, em lugar da guarda-civil ou inspetores do tráfego, ou ainda da Polícia Militar do Distrito Federal, «corporações estas últimas de elementos moderados e disciplinados». Salientou que a Polícia Especial se está portando «com brutalidade e desumanidade inauditas». Outro pedido de informações foi apresentado pelo sr. Taciano de Melo, para saber do mesmo Ministério: a) qual o número de homicídios praticado em todo o Território Nacional no período compreendido entre 1940 e 1954; b) qual o número de homicídios por ordem e separadamente, ano e Estado; c) o número de absolvições e condenações; d) o índice de outras infrações ao Código Penal.

O sr. Anisio Rocha reclamou rápido andamento para o projeto que assegura a permanência dos sargentos que contem ou venham a contar mais de dez anos de serviço».

(«O Estado de São Paulo», 5 de janeiro de 1956).

AGÊNCIA DO

Diario de Noticias

Av. Rio Branco 133

(Defronte à Galeria dos Empregados do Comércio)

PEQUENOS ANÚNCIOS

ASSINATURAS

O MANDADO DE SEGURANÇA DO PRESIDENTE CAFÉ FILHO AO S. T. F.

EM bem poucas ocasiões de sua existência — conforme o testemunho de antigos servidores do Supremo Tribunal Federal — aquela Côrte de Justiça tevé voltadas para si a atenção e expectativa gerais, como ontem, quando os magistrados foram chamados a decidir sôbre a legitimidade ou não do ato do Congresso que retirou ao sr. João Café Filho o direito de exercer a Presidência da República. Frisaram, mesmo, aquêles nossos informantes que jamais o desfecho de uma questão entregue ao Supremo despertou tanto o interêsse popular — e isso pode ser traduzido, antes de tudo, pelo comparecimento de enorme multidão que acompanhou, interessada, o desenrolar da histórica sessão.

TUMULTO

Embora proibidas estivessem as manifestações, nem sempre era possível evitar que populares, ruidosamente, demonstrassem seu agrado ou desagrado, à medida que iam sendo conhecidos os votos. Mas foi instantes após a declaração de voto do ministro Ribeiro da Costa (concedendo o mandado de segurança pleiteado pelo presidente Café Filho) que a exteriorização de sentimentos atingiu seu nível mais elevado, provocando até ligeiro tumulto. Nessa oportunidade, o advogado Nestor de Carvalho, que assistia aos trabalhos, prorrompeu em gritos de «Viva a Democracia». Foi imediatamente retirado do recinto pela polícia, acompanhado pelo advogado Jorge Fontenele.

MEDIDAS DE PRECAUÇÃO

Estêve bem rigoroso o policiamento, entregue em parte à Guarda-Civil e à Divisão de Ordem Política e Social, colocados os agentes desta nos locais estratégicos do edifício do STF, a fim de, sem esfôrço maior, debelar qualquer ameaça de perturbação da ordem.

A DECISÃO

Conheceu o Supremo do pedido, contra os votos dos ministros Nélson Hungria e Mário Guimarães, para sustar o julgamento até que seja suspenso o estado de sítio.

O relator ministro Hahneman Guimarães, negou a segurança.

O sr. Ribeiro da Costa, recusando a preliminar e entrando no mérito, votou pela concessão.

O sr. Rocha Lagoa declarou-se impedido.

O sr. Mário Guimarães não conheceu do pedido. Disse que, se entrasse no mérito, concederia a segurança.

Os srs. Sampaio Costa, Afrânio

(Conclui na 2.ª página)